JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Camara Municipal de Alto Garças 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Canarana 5
Camara Municipal de Confresa 5
Camara Municipal de Porto Estrela 5
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 5
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 6
Prefeitura Municipal de Acorizal 6
Prefeitura Municipal de Água Boa 6
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 8
Prefeitura Municipal de Alto Garças 8
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 9
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 25
Prefeitura Municipal de Apiacás 26
Prefeitura Municipal de Araguaiana 27
Prefeitura Municipal de Araputanga 28
Prefeitura Municipal de Arenápolis 29
Prefeitura Municipal de Aripuanã 30
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 30
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 30
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 33
Prefeitura Municipal de Cáceres 53
Prefeitura Municipal de Campinápolis 63
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 65
Prefeitura Municipal de Campo Verde 66
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 69
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 70
Prefeitura Municipal de Canarana 71
Prefeitura Municipal de Carlinda 81
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 166
Prefeitura Municipal de Cláudia 167
Prefeitura Municipal de Cocalinho 168
Prefeitura Municipal de Colíder 169
Prefeitura Municipal de Colniza 170
Prefeitura Municipal de Comodoro 171
Prefeitura Municipal de Confresa 172
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 175
Prefeitura Municipal de Cuiabá 178
Prefeitura Municipal de Curvelândia 179
Prefeitura Municipal de Denise 180
Prefeitura Municipal de Diamantino 206
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 239
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 240
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 248
Prefeitura Municipal de General Carneiro 259
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 259
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 291
Prefeitura Municipal de Itanhangá 291
Prefeitura Municipal de Itiquira 297
Prefeitura Municipal de Jaciara 298
Prefeitura Municipal de Jangada 298

Prefeitura Municipal de Jauru 298
Prefeitura Municipal de Juara 299
Prefeitura Municipal de Juruena 300
Prefeitura Municipal de Juscimeira 301
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 306
Prefeitura Municipal de Luciara 308
Prefeitura Municipal de Marcelândia 308
Prefeitura Municipal de Matupá 309
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 309
Prefeitura Municipal de Nobres 310
Prefeitura Municipal de Nortelândia 312
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 313
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 318
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 343
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 346
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 347
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 347
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 348
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 359
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 359
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 360
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 363
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 365
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 366
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 366
Prefeitura Municipal de Paranatinga 366
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 367
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 370
Prefeitura Municipal de Poconé 374
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 378
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 378
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 378
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 380
Prefeitura Municipal de Poxoréu 383
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 389
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 389
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 399
Prefeitura Municipal de Rio Branco 399
Prefeitura Municipal de Rondolândia 399
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 403
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 404
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 405
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 407
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 409
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 411
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 412
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 430
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 434
Prefeitura Municipal de Tabaporã 434
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 453
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 457
Prefeitura Municipal de Tesouro 457
Prefeitura Municipal de União do Sul 457
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 458
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 459
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 479
Prefeitura Municipal de Vila Rica 482

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 010/2019

EXTRATO DO CONTRATO 010/2019

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS – AMM, COM SISTEMA ÚNICO ESPECIALIZADO EM GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE COMBUSTÍVEL VIA WEB COM UTILIZAÇÃO DE CARTÕES MAGNÉTICOS OU COM CHIP, PARA ATENDER OS VEÍCULOS DA AMM.**

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS – AMM.

VALOR: R$ 10.000,00 (Dezessete mil reais).

CONTRATADA: SAGA COMERCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA CNPJ Nº 05.870.713/0001-20

VIGÊNCIA: 30/04/2019.

Cuiabá (MT) 12 de Abril 2019.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 009/2019

EXTRATO DO CONTRATO 009/2019

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, NAS UNIDADES DA ASSOCIAÇÃO MATOGROSSEENSE DOS MUNICIPIOS – AMM, PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO.**

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS – AMM.

VALOR: R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS).

CONTRATADA: DEDEPLUS DETETIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFICIOS EIRELI - CNPJ Nº 14.311.073/0001-09

VIGÊNCIA: 11/09/2019.

Cuiabá (MT) 11 de Abril 2019.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 011/2019

EXTRATO DO CONTRATO 011/2019

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA ASSOCIAÇÃO MATOGROSSEENSE DOS MUNICIPIOS – AMM, PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO.**

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS – AMM.

VALOR: R$ 109.545,00 (Cento e nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais).

CONTRATADA: PITTER MARCONI RIEGER - ME CNPJ Nº 04.132.823/0001-21

VIGÊNCIA: 14/04/2020.

Cuiabá (MT) 15 de Abril 2019.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

LEI Nº 1164/2019

LEI ORDINÁRIA N.º 1.164, DE 16 ABRIL DE 2019

"ALTERA A DENOMINAÇÃO DA AVENIDA DO CONTORNO, PARA AVENIDA **"EZEQUIEL GONÇALVES NOGUEIRA"**, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JESULINA MORAES CAJANGO SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei; **considerando que**, o **Projeto de Lei Municipal n.º 001/2019, de autoria do Poder Legislativo, do Poder Legislativo**, foi aprovado por unanimidade e enviada para a sanção do Prefeito em data de 12/03/2019, via ofício n.º 035/2019; **considerando que,** decorreu o prazo de quinze dias sem a sanção do Prefeito, ao referido Projeto de Lei n.º 001/2019; **considerando que**, que nos termos do § 4º do Art. 156 do Regimento Interno (Resolução 01/1992),*"o silêncio do Prefeito importará em sanção"; **assim,*** com amparo nos §§ 4º e 8º do artigo 40 da Lei Orgânica do Município de Alto Garças-MT, combinado com artigos 30, alínea "u", art. 156 §§ 4º e §º todos do Regimento Interno desta Casa de Lei; **faz saber que a Câmara Municipal aprovou e promulga a seguinte lei:**

Art. 1º – Fica alterada o nome da Avenida do Contorno, que passa a denominar-se Avenida **"Ezequiel Gonçalves Nogueira".**

Art. 2º – Fica alterado na Planta Cadastral do loteamento criado pela Lei Municipal Nº 116/80, de 24-05-1980 onde se lê Avenida do Contorno, leia-se Avenida **"Ezequiel Gonçalves Nogueira".**

Art. 3º – Compete ao Poder Executivo Municipal providenciar a instalação de placas de nomenclatura de que trata esta Lei.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, Edifício-Sede do Poder Legislativo de Alto Garças –MT, em 16 de abril de 2019.

JESULINA DE MORAES CAJANGO SOUZA Presidente da Câmara Municipal de Alto Garças-MT

AUTOR: Vereador: José Petrilio Guimarães Borges (PR)

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 91/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e de acordo com os artigos 219, 220 e 221 da Lei Complementar nº 25, de 27/11/1997;*

Considerando *o que consta no memorando nº 85/2019/SALCP, informa que a empresa sob comento apresentou novo orçamento aumentando os custos do assinado entre as partes sem a devida justificativa.*

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a abertura de sindicância administrativa para apurar eventual rescisão contratual da empresa PLACÃO COMUNICAÇÃO VISUAL/CNPJ nº 04.935.036/0001-18.

Art. 2º A Comissão de Sindicância desta Câmara Municipal de Cáceres, deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Presidente deste Poder Legislativo, que auto-

rizará mediante despacho, a prorrogação por meio de Portaria específica para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 16 de abril de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

ATO DO PRESIDENTE Nº. 003/2019

ATO DO PRESIDENTE Nº. 003/2019

De 16 de abril de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base no que dispõe o Art. 19 do Regimento Interno.

Determina que:

Fica declarado ponto facultativo na Câmara Municipal de Canarana no dia 18 de abril (quinta-feira), em virtude do feriado do dia 19 de abril (sexta-feira Santa).

Gabinete da Presidência; 16 de abril de 2019.

Gilmar Miranda de Almeida

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA PORTARIA Nº25/2019 PONTO FACULTATIVO CONSIDERANDO O FERIADO DA SEMANA SANTA.

PORTARIA Nº25/2019

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA, CONSIDERANDO O FERIADO DA SEMANA SANTA.

UASLEI DA SILVA LIMA, presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno e a L.O.M.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinado ponto facultativo no dia 17/04/2019 (período vespertino) e o dia 18/04/2019, considerando o feriado da semana santa.

Parágrafo Único – O expediente retornará no dia 22/04/2019 (segunda-feira).

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Confresa-MT, aos 16 de abril de 2019.

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA PORTARIA Nº24/2019 "DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18/04/2019".

PORTARIA Nº24/2019

"DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18/04/2019".

UASLEI WERNECK DA SILVA LIMA, presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno e a L.O.M.

CONSIDERANDO o feriado da semana santa.

CONSIDERANDO o entendimento firmado pela Mesa Diretora e em consonância com os nobres edis deste Legislativo Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º - No uso de minhas atribuições legais, especialmente o Regimento Interno da Câmara Municipal de Confresa, determina que a sessão ordinária marcada no calendário oficial para o dia 18/04/2019, fica antecipada para o dia 17/04/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Confresa-MT, 15 de Abril de 2019.

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT PORTARIA N. 015/2019

PORTARIA N°. 15/2019

(Que Dispõe sobre Ponto Facultativo da Câmara Municipal de Porto Estrela- MT).

O Sr. Edinei Aparecido da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1°. Fica Declarado ponto facultativo o expediente do dia 18 de Abril de 2019 **em decorrência do feriado** sexta feira Santa do dia 19 de Abril respectivamente, sem prejuízo da prestação dos serviços da Câmara Municipal de Porto Estrela.

Art. 2º.A Câmara Municipal retornará às suas atividades na segunda

feira, dia 22 de Abril, no horário de 7:00 horas às 13horas.

Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 16 de Abril de 2019.

Edinei Aparecido da Silva

Presidente da Câmara Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 04/2019/CIDESAT

CEDENTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL. CESSIONÁRIA/GESTOR: Município de ARAPUTANGA CNPJ/MF sob o nº. 15.023.914/0001-45. OBJETO: (01) um Caminhão equipado com carroceria com grade para coleta de material reciclável conforme detalhamento:

VEÍCULO	CAMINHÃO FORD CARGO 816 S
ANO/MODELO	2015/2015
CHASSI	9BFVEADS6FBS83757
PLACA	QBD1904
COR	BRANCA
RENAVAM	01046058913
COMBUSTÍVEL	DIESEL – S10

RP – REGISTRO PATRIMONIO	CIDESAT Nº 68
VALOR DO BEM	R$ 146.520,00

Veículo e Equipamento foi adquirido pelo Convenio Federal FUNASA Nº 538/2008 junto com o CONSÓRCIO. Prazo de vigência: 31/12/2020.

São José dos Quatro Marcos- MT, 08 de abril de 2019.

PAULO REMÉDIO - Presidente

EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 05/2019/CIDESAT

CEDENTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL. CESSIONÁRIA/GESTOR: Município de ARAPUTANGA CNPJ/MF sob o nº. 15.023.914/0001-45. OBJETO: (01) um Caminhão VW 24.280 6X2 com equipamento ROLL ON / ROLL OFF e 2 Caçambas de 39 m³ conforme detalhamento:

VEÍCULO	CAMINHÃO VOLKSWAGEN 24.280 CRM 6x2
ANO/MODELO	2014/2014
CHASSI	95365824OER448361
PLACA	QBD4533
COR	BRANCA
RENAVAM	01042693894
COMBUSTÍVEL	DIESEL – S10
RP – REGISTRO PATRIMONIO	CIDESAT Nº 67
VALOR DO BEM	R$ 298.320,00

Veículo e Equipamento foi adquirido pelo Convenio Federal FUNASA Nº 538/2008 *junto com o* CONSÓRCIO. Prazo de vigência: 31/12/2019.

São José dos Quatro Marcos- MT, 08 de abril de 2019.

PAULO REMÉDIO - Presidente

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
EEDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019DITAL COMPLEMENTAR Nº 004 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

O **CORESS/MT - CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, tendo em vista o que consta do art. 37, inciso II da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Resoluções nº 001/2004, 003/2008, 016/2009, 009/2017 e 018/2018, demais resoluções vigentes, torna público, para conhecimento de todos os interessados, para todos os efeitos, a saber:

RESOLVE:

I. Divulgar o resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição;

II. Comunicar que não houve recursos sobre a divulgação do Edital de Concurso;

III. Definir o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8.3.1 do Edital nº 001/2019, contado da data da publicação deste Edital através do no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br.

IV. O presente Edital estará disponível no endereço eletrônico: www.w2-consultores.com.br e no Quadro de avisos do Consórcio e no diário oficial.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Rondonópolis/MT, 15 de Abril de 2019.

NELSON ANTONIO PAIM – Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT

Eulice Idalina de Almeida – Presidente

Regina Lúcia Ribeiro da Cruz – Vice-Presidente

André Luiz Pereira da Silva – Membro

Nadir Soares da Silva – Membro

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
EXTRATO DO VII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 012/2016

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: LUCIANA LEITE DE AMORIM CONTE - ME **CNPJ:** 17. 664.680/0001-40

OBJETO: Prorrogar o quantitativo do Contrato n.º 012/2.016, previsto no item 2 da Cláusula 4ª, visando à continuidade da prestação dos serviços médicos especializados na realização de **Anestesia Geral**para atender em Rondonópolis a demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 combinado com o artigo §1º do artigo 2º da Lei 10.192/2001 e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 26/02/2019 a 31/08/2019 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 04/2019

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°04/2019

O Município de Acorizal – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço n. 04/2019, cujo objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE SOFTWARE INTEGRADO PARA GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL SENDO NA ATENÇÃO BÁSICA, MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE, REGULAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO, CAPACITAÇÕES PARA AS EQUIPES DE SAÚDE ENTRE OUTRAS NECESSIDADES INERENTES AO SUPORTE DA GESTÃO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ACORIZAL/MT**, cuja abertura se deu às 09:00 horas do dia 09/04/2019 às 09:00 hs, após julgamento sagrou-se vencedora à empresa:

a) TWI EMPREENDIMENTOS TECNÓLOGICOS LTDA, CNPJ n. 11.601. 924/0001-60, no valor total de R$ 102.300,00 (cento e dois mil e trezentos reais);

ACORIZAL/MT, 11 de abril de 2019

MATEUS CLARO DA SILVA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CONTABILIDADE
AUDIÊNCIA PÚBLICA 1º QUAD. E APRESENTAÇÃO LDO 2019

CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Água Boa-MT convida a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada, pelo Executivo Municipal onde de monstrará e avaliará o cumprimento das Metas Fiscais do 1° Quadrimestre do Exercício de 2019, previsto

no art. 9°,§ 4° da Lei Complementar n°101/2000–Lei de Responsabilidade Fiscal–LRF, logo em seguida discutir a proposta do Orçamento (LDO) Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020.

DATA: 08 de Maio de 2019

LOCAL: sala do auditório na Prefeitura Municipal.

HORÁRIO: 15:00 horas (horário local).

Água Boa –MT 10 de Abril de 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO MUNICIPAL N° 3308, DE 16 DE ABRIL DE 2019.

"DISPÕE SOBRE O REAJUSTE ANUAL DE VENCIMENTOS E SALARIOS."

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos Artigos 72, VI, da Lei Orgânica e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, que assegura aos servidores públicos revisão anual de remunerações;

CONSIDERANDO o art. 45, §1º, §2º da LC 100/2016 e art. 59 §1º e §2º da LC 101/2016;

CONSIDERANDO que as despesas decorrentes deste reajuste estão previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e estão consignadas em dotações prórias de cada Unidade Administrativa pela Lei Orçamentaria Anual (LOA).

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica estabelecido estabelecido em **4,58%** (quatro vírgula cinquenta e oito por cento) o reajuste anual utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, com efeitos financeiros em abril de 2019, conforme demonstra a tabela a seguir:

INDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR – INPC / IBGE	
Mês / Ano:	***Índice do mês (em %)***
Abril / 2018	0,21
Maio / 2018	0,43
Junho / 2018	1,43
Julho / 2018	0,25
Agosto / 2018	0,00
Setembro / 2018	0,30
Outubro / 2018	0,40
Novembro / 2018	-0,25
Desembro / 2018	0,14
Janeiro / 2019	0,36
Fevereiro / 2019	0,54
Março / 2019	0,77
TOTAL (*acumulado nos últimos 12 meses*)	**4,58**

Parágrafo Único: Ficam inclusos no presente Decreto de Reajuste os comissionados da LC 120/2017, Prefeito Municipal e Vice-Prefeita.

Art. 2° - Este Decreto entrará vigor com data retroativa de 01 de abril de 2019, revogando efeitos contrarios.

REGISTRAD0, PUBLICADO, CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 16 DE ABRIL DE 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, em 16 de abril de 2019.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO 011/2019.

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 3273/2019, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pelo Decreto nº. 1738/2005 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 011/2019.

OBJETO: Futura e Eventual Aquisição de materiais e insumos para o CEO – Centro de Especialidades Odontológicas da Secretaria de Saúde, Prefeitura de Água Boa-MT**.**

DATA: 06/05/2019.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08h30min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br, no www.comprasgovernamentais.gov.br e através do e-mail pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa-MT, 16 de abril de 2019.

Marcos da Silva Pregoeiro

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº. 002/2019 AO CONTRATO Nº. 052/2018

TERMO ADITIVO Nº. 002/2019 ao Contrato n°. 052/2018 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e a empresa WALDERLY GONÇALVES ROSA, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 – O Presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.2 – Prorrogação da Vigência do Contrato.

CLAUSULA SEGUNDA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

2.1 – Fica alterada à Cláusula Terceira – Do Preço e das Condições de Pagamento; ficando PRORROGADO o contrato originário com o valor de **R$ 89.970,00 (Oitenta e nove mil novecentos e setenta reais)**

2.2 – Este termo aditivo tem vigência até 16 de abril de 2020.

DATA: 16/04/2019

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO 068/2019

PROCESSO: 046/2019

LICITAÇÃO: DL 010/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

CONTRATADO: JOAO PAULO OLIVEIRA PINTO EIRELI

OBJETO: O objeto do presente Contrato é a elaboração de planilha orçamentaria para implantação de sistema de abastecimento de água nos assentamentos rurais e elaboração de planilhas orçamentarias da central de triagem de resíduos soldos. Atendendo o SINAPI e cotações comerciais, com emissão de ART.

VALOR : R$25.000,00

DATA 12/04/2019

PRAZO DO CONTRATO: 11/07/2019

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ERRATA.

ATA nº. 058/2019.

PROC. ADMINISTRATIVO Nº. 025/2019.

CELEBRADO: Município de Água Boa MT.

MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS E PESQUISA LTDA ME.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico 025/2019.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para a Futura e Eventual Aquisição de equipamentos e materiais permanentes e de consumo para a UCT - Unidade de Transfusão de Sangue e Laboratório Municipal de Análises Clinicas da Secretaria de Saúde, Prefeitura de Água Boa-MT, Emenda Parlamentar nº 11802.719000/1170-02, conforme especificações.

NA ATA ACIMA ONDE SE LÊ:

2. DOS PREÇOS:

EXCLUI-SE:

COD	NOME	UNID	MARCA	QTD	VALOR UNIT	TOTAL
34210	HOMOGENEIZADOR	UN	CELM	01	4.930,00	4.930,00

INCLUI-SE:

COD	NOME	UNID	MARCA	QTD	VALOR UNIT	TOTAL
34078	CENTRIFUGA MICROPROCESSADA COM TECNOLOGIA PWM ROTINA LABORATORIAL, COM CAPACIDADE PARA 28 TUBOS, MINIMO 28 TUBOS DE 10ML / 15ML. EQUIPAMENTO DE DESENHO COMPACTO, QUE PODE SER UTILIZADO EM ESPAÇOS REDUZIDOS, OPERAÇÃO COM BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, VELOCIDADE FIXA EM 3400 RPM OU AJUSTÁVEL ENTRE 400-5000 RPM, AS OPERAÇÕES PODEM SER PROGRAMADAS DE 15 SEGUNDOS A 30 MINUTOS (NO MÍNIMO), COM SINAL SONORO AO FINAL DA OPERAÇÃO, SISTEMA DE FREIO AUTOMÁTICO. BIVOLT OU 220V.	UN	CELM	02	4. 930,00	9. 860,00

Água Boa, 15 de Fevereiro 2.019.

Município de Água Boa

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

Fábio Tadeu Weiler

Secretário de Planejamento e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO DE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019 – REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista – MT, torna público, c/ base na Lei no 10.520/2002 e Decreto Municipal 019/2009 e 001/2010, subsidiariamente a Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, o aviso de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA-MT, ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 864232/2018**". Abertura no dia 02 de Maio de 2019, às 08:00 horas (horário local), conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos. O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista/MT, qualquer informação pelo fone: 66-3539-1113.

Alto Boa Vista/MT, 16 de Abril de 2019.

Cristiano Rubin Parizotto

Pregoeiro/Port: 001/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 017 DE 05 DE ABRIL DE 2019.

"Dispõe sobre ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 18 de Abril de 2019, em virtude da Semana Santa e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas no dia 18 de Abril de 2019, em virtude da Semana Santa e dá outras providências.

Páragrafo Único – O "caput" deste artigo, não se aplica aos órgãos que desenvolvam atividades/serviços essenciais e emergenciais, tais como: saúde, limpeza pública e serviços de manutenção de água que, por sua natureza ou em razão do interesse público, tornem indispensável à continuidade do serviço, cujos respectivos Secretários deverão designar servidores para permanecer de sobreaviso, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 05 de Abril de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

DECRETO Nº 160 /2019

DECRETO Nº 160 /2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO **Nº 160/2019**

Dispõe sobre a substituição de alguns Membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação/FUNDEB do município de Alto Paraguai-MT.

A Secretária Municipal de Educação de Alto Paraguai-MT, Patrícia Siqueira May, no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere:

R E S O L VE:

Art. 1º - Nomear em substituição alguns membros do **Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica/FUNDEB** do município de Alto Paraguai-MT, para o biênio 2019/2020, conforme representações a seguir:

I – Representantes de Poder Executivo Municipal:

Titular: Maria Aparecida de Almeida Oliveira

Suplente: Diego Rodrigues de Moraes

II- Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Raquel Camargo da Silva

Suplente: Adilaine Aparecida de Lima

III - Representantes de Professores da Educação Básica Pública:

Titular: Maria Aparecida Bonfim

Suplente: Carolina May Oliveira

IV - Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Márcia Araujo Gomes

Suplente: Luzia Moreira da Silva

V - Representantes Dos Servidores Técnico Administrativos das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Aldenira Leite de Brito

Suplente: Maria Michelle Ferreira de Almeida

VI - Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

Titular: Mireli Vitor Fernandes

Suplente: Geicilene de Oliveira Moraes

Titular: Neuzeli de Campos Moraes.

Suplente: Clarice May da Silva

VII - Representantes dos Estudantes Secundaristas:

Titular: Gilberto Marcelino da Silva

Suplente: Maria Fernanda da Silva

VIII - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Eunice Rodrigues Tanan

Suplente: Eli Regina da Costa

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;

Registra-se;

Cumpre-se.

Alto Paraguai-MT, 11 de Abril de 2019.

Patrícia Siqueira May

Secretária Municipal de Educação

LICITACAO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Pregão Presencial nº 003/2019: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS GENUINAS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, PARA VEICULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL

O Pregoeiro nomeado pela **portaria nº 322/2018**, em conformidade com artigo 3º inciso IV da Lei nº 10.520/2002 e suas posteriores alterações, Adjudica o Objeto do presente certame aos Licitantes vencedores, com a proposta final, assim distribuída:

ü **IDEAL COMERCIO DE AUTO PEÇA EIRELLI**, nos lotes nº12, 18.

ü **OLAPER COMERCIO E DESTRIBUIDORA DE LUBIFICANTES**, nos lotes nº 01,10,15.

ü **SÓ PESADO COMERCIO DE PEÇAS LTDA-ME**, nos lotes nº04,05,09,11.

ü **FORMAQ EMPILHADEIRAS E MAQUINAS PESADAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS**, nos lotes nº17,20.

ü **DIMAQ CAMPOTRAT CUIABA COMERCIAL LTDA**, nos lotes nº19.

ü **REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-ME**, nos lotes nº07.

ü **TROPICAL COMERCIO DE PEÇAS LTDA**, nos lotes nº13,14.

ü **O. MONTAGNA & CIA LTDA**, nos lotes nº,02,03,06.

ü **BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA-EPP**, nos lotes nº08,16.

Alto Paraguai - MT, 16 de Abril de 2019.

YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA

Pregoeiro Oficial

LICITACAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº002/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 002/2019

Validade: 12 (Doze) meses.

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI ESTADO DE MATO GROSSO,** por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03.648.532/0001-28, com sede na Rua Presidente Médici, 470, bairro Planalto, Alto Para-

guai - MT, neste ato, representada pela **PREFEITA MUNICIPAL,** a Excelentíssima Senhora **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** brasileira, Casada, Dentista, portadora da Cédula de Identidade RG n°. 08176490-4 e inscrita no CPF sob o n° 804.435.751-34, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **MARCOS S BIUDES MSB RECARGAS E INFORMATICA**, CNPJ sob n. 08.257.279/0001-03sede na **RUA DOM PEDRO I** , CUIABA -MT, vencedora do itens 01,02,11,12,14,20 e 24considerando o julgamento da licitação **MENOR PREÇO POR ITEM** na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 002/2019**, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por **ITENS**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Decreto Federal n. 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto n. 7.892 de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o SRP Decreto 146/2019 em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONERS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI-MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (Doze) meses,** contados a partir de sua publicação na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Parágrafo Único – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Planejamento e Gestão, através do setor competente no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1. Os preços registrados, a especificações dos produtos/equipamentos e/ou serviços, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados abaixo e no relatório da sessão, em ordem de classificação no processo licitatório do **Pregão presencial n. 002/2019.**

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QDTE	V. UNIT.	V. TOTAL
01	01	TONER HP 1102 HP 85-A	UND	50	59,00	2.950,00
02	02	HP 132 TONER HP 85-A	UND	50	59,00	2.950,00
03	11	BROTHER DVP 7065 TN 410 PRETO	UND	20	74,90	1.498,00
04	12	BROTHER DCP 1602 TONER TN 1060	UND	60	64,90	3.894,00
05	14	BROTHER DCP 2540 TONER TN660	UND	30	86,50	2.595,00
06	20	BROTHER DCP 1602 CILINDRO DR 1060 10K	UND	15	99,80	1.497,00
07	24	BROTHER DCP 2540 TN660	UND	15	84,50	1.267,50
08	25	BROTHER DCP 1602	UND	20	64,20	1.284,00
TOTAL:						**R$17.935,50**

4.2. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregues nas embalagens originais, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao produto/equipamento e umidade, sem inadequação de conteúdo.

4.3. Os produtos/equipamentos e/ou serviços estarão sujeitos à aceitação pela Administração Municipal, a qual caberá o direito de recusar, caso os produtos/equipamentos e/ou serviços não estejam de acordo com o especificado;

4.4. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso;

4.5. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade do produto/equipamento fornecido;

4.6. O prazo de garantia que esteja especificado nos produtos/equipamentos e/ou serviços deverá ser obedecido, desde que não fique comprovado o mau uso, nos termos do Art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto/equipamento ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

CLÁUSULA QUINTA - DO(S) LOCAL (IS) PARA ENTREGA E PRAZO

5.1. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregue no almoxarifado central da Prefeitura Municipal, ou conforme solicitado pela administração, em até **2 (Dois) dias corridos**, contados da emissão da Ordem de Fornecimento dos itens e quantidade especificada.

5.2. A entrega deverá ser feita com acompanhamento do fiscal do contrato acompanhado com assinatura do mesmo, em canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte.

5.3. Após o recebimento dos materiais/equipamentos deverá ser feita conferência da quantidade, avaliação da qualidade e verificação da adequação dos produtos/equipamento e/ou serviços através do servidor designado para esse fim.

5.4. O transporte dos produtos/equipamentos e/ou serviços será custeado pela CONTRATADA, em qualquer tempo do processo, caso o fornecimento realizado esteja em desacordo no todo ou em partes com a ordem de fornecimento e com as normas deste Termo de Referência.

5.5. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos/equipamentos e/ou serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

6.1. Os Produtos/equipamentos e/ou serviços deverão estar de acordo com a quantidade, qualidade e periodicidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada;

6.2. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregues no prazo máximo de **02 (Dois) dias corridos**, em local a ser indicado pela Administração pública, após o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal.

6.3. Substituir*, em até **24(Vinte Quatro) horas** após a notificação, os produtos/equipamentos e/ou serviços que apresentarem qualquer impropriedade, sem implicar custos adicionais aos preços contratados.*

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos neste Termo de Referência;

7.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos e/ou serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência;

7.3. Prestar os devidos esclarecimentos que lhe forem solicitados, bem como dar ciência a esta Administração imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento.

7.4. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização desta Administração, no tocante ao fornecimento do produto/equipamento, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo;

7.5. Comunicar imediatamente ao Setor de Compras desta prefeitura de qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.6. Os produtos/equipamentos e/ou serviços que por ventura forem entregues em desacordo com as descrições da TR deverão ser substituídos em até ***24(Vinte Quatro) horas***a contar da notificação à empresa contratada. Notificação esta que deverá ser feita pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, imediatamente a constatação do fato;

7.7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

7.8. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante o fornecimento dos produtos/equipamentos e/ou serviços ou em conexão com ele;

7.9. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e ao presente contrato, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

7.10. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Contratante.

7.11. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento à Contratada. **8.2.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **8.3.** Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, neste Termo de Referência. **8.4.** Acompanhar, fiscalizar, supervisionar, gerir e conferir a entrega dos produtos/equipamentos e/ou serviços, juntamente com a Gerência de Patrimônio.

CLÁUSULA NONA — DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pelo fiscal do contrato (nota fiscal), feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.

9.1.2. Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto/equipamento entregue deverá ser atestada pelo fiscal do contrato e encaminhadaao Setor de Aquisições da Prefeitura municipal, para providências cabíveis.

9.1.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

9.1.4. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade fiscal da fornecedora.

9.2. DO REAJUSTE

9.2.1. Os preços dos produtos/equipamentos e/ou serviços objeto desta licitação serão fixos pelo prazo de 01 (um) ano, contados a partir da data de assinatura e Publicação da Ata, salvo art. 40, XI, da Lei 8.666/93.

9.2.2. Caso decorra período superior a um ano contado a partir da data-base da proposta apresentada na data da licitação, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subseqüente de 12 meses.

9.3. DO REEQUILÍBRIO

9.3.1. O valor contratual poderá ser revisto mediante solicitação da contratada com vista à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do artigo 65, inciso II, alínea d, da lei 8666/93, e observados os itens subseqüentes deste termo de referência.

9.3.2. As eventuais solicitações, observadas o disposto no item anterior, deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de conseqüências incalculáveis bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

9.3.3. Na hipótese de revisão do equilíbrio econômico-financeiro prevista no item anterior, serão objeto da revisão apenas as parcelas do contrato correspondente ao impacto efetivo do reajuste salarial ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

10.1 Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

10.2 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassará aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

10.3 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

10.4 Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o lote, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de serviço, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

10.5 Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1 A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

I. Quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

II. Quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

III. Quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

IV. Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

V. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

VI. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades com o Fornecedor.

11.6. Caso a Superintendência de Compras não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1 Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução da entrega dos materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

13.1. ADVERTÊNCIA

13.1.1. A aplicação da sanção administrativa de advertência pode ser efetuada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE, independentemente da aplicação de multa;

b) Execução insatisfatória ou inexecução dos fornecimentos e/ ou serviços ora contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;

c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, a seu critério, desde que não sejam passíveis de sanção mais grave;

13.1.2. Atraso na entrega do bem ou na prestação do serviço contratado, pelo prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis. **13.2. MULTA**

13.2.1. Conforme disposto no **(Art. 86 da Lei 8.666/93),** na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de entrega dos materiais ou serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida; (O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subseqüente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias);

b) 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de entrega;

d) 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta, se decorrido o prazo estabelecido no item 15.2, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato.

13.2.2. A adjudicada/Contratada não incorrerá em multa quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizado pela CONTRATANTE, em decorrência de impedimentos efetivamente verificados sem que a ela seja imputável a culpa, ou em decorrência de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado, respeitado o limite legal;

13.2.3. A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial;

13.2.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução dos serviços ou fornecimento advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

13.3. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 02 (DOIS) ANOS.

13.3.1. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Contratante pode ser aplicada aos inadimplentes culposos que prejudicarem a execução do Contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento da respectiva intimação;

13.3.2. A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura poderá ser aplicada nos seguintes prazos e situações:

13.3.3. Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

a) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenham acarretado prejuízos para a CONTRATANTE;

b) Execução insatisfatória dos fornecimentos e/ ou serviços contratados;

13.3.4. Por 02 (dois) anos, nos seguintes casos:

a) Não concluir os fornecimentos e/ ou os serviços contratados;

b) Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente, no que diz respeito à sua fruição, qualidade e riscos de operacionalização;

c) Prestar o serviço em desacordo com as normas aplicáveis à execução do objeto deste ajuste;

d) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao órgão licitador, ensejando a rescisão do contrato.

13.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

13.4.1. Enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

13.4.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública será proposta pela Seção Administrativa e Financeira para aplicação à ADJUDICADA/CONTRATADA nos casos a seguir indicados:

a) condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) prática de atos ilícitos, visando frustrar a execução do contrato;

13.4.3. Demonstração de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão contratante, em virtude de atos ilícitos praticados, tais como:

a) praticar ação maliciosa e premeditada em prejuízo da Contratante ou ações que evidenciem interesses escusos ou má-fé;

b) apresentar qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte;

c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento da Contratante, por escrito.

Parágrafo Primeiro - Independentemente das sanções administrativas a que se refere a Cláusula Décima Quarta deste contrato, a ADJUDICADA/CONTRATADA está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, quando a inadimplência acarretar prejuízos ao órgão contratante;

Parágrafo Segundo - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL correrão à conta da NATUREZA DA DESPEZA consignadas na:**Secretarias Municipais:**

GABINETE (21/100) 02.001.04.122.0003.2003-339030

GABI. CONTROLADORIA GERAL (42/100) 02.003.04.122.0003.2006-339030

GAB. ASSESSORIA JURIDICA (34/100) 02.004.04.122.0003.2005-339030

REC. E CONTROLE (62/100) 03.001.04.123.0003.2008-339030

REC. E CONTROLE (76/100) 03.004.04.123.0003.2009-339030

REC. E CONTROLE (88/100) 03.005.04.129.0003.2021-339030

SEC.PLANEJAMENTO E GESTÃO (539/100) 04.005.04.122.0003.2010-339030

SEC. DE INFRAESTRUTURA (571/100/116/130) 05.002.04.122.0003.2014-339030

SEC. DE SINFRA AGUA E ESGOTO (613/100) 05.005.25.752.0015.2020-339030

SEC. DE EDUCAÇÃO (151/101) 06.001.12.122.0003.2024-339030

SEC. DE EDUCAÇÃO (197/101) 06.002.12.361.0010.2030-339030

SEC. DE EDUCAÇÃO (188/115)06.002.12.361.0010.2029-339030

SEC. DE EDUCAÇÃO (224/101) 06.002.12.365.0010.2038-339030

SEC. DE SAÚDE (643/102) 07.002.10.122.0003.2049-339030

SEC. DE SAÚDE (266/102/142/146) 07.002.10.301.0009.2051-339030

SEC. DE SAÚDE (297/102/142/146) 07.002.10.302.0009.2058-339030

SEC. DE SAÚDE (318/102/146/) 07.002.10.304.0009.2056-339030

SEC.DE ASSISTENCIA SOCIAL (336/100) 08.001.08.122.0003.2061-339030

SEC.DE ASSISTENCIA SOCIAL (361/100/129) 08.002.08.241.0006.2063-339030

SEC.DE ASSISTENCIA SOCIAL (405/100) 08.002.08.243.0006.2067-339030

SEC. DESENVOL. ECONOMICO (426/100) 09.001.20.122.0003.2069-339030

15.2. Para o exercício de 2019, será utilizada Dotações Orçamentárias da Lei Orçamentária Anual – LOA/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços.

II. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial n. 002/2019** e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para o lote.

III. É vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O acompanhamento da efetivação dessa Ata ficará a cargo da CONTRATANTE, mediante nomeação dos servidores especialmente designados para este fim, nos termos do Art. 67 da Lei n. 8.666/93.

17.1.1. A fiscalização será realizada pelo servidor abaixo relacionado: **GILVAN MATHEUS SALES DE SOUZA,** brasileiro, Servidor Público na função Técnico em manutenção de TI, inscrito no CPF sob o nº 046.801.781-08, residente e domiciliada a Rua 11 de Junho, s/n, Bairro Centro, Alto Paraguai – MT.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

18.1 As partes contratantes elegem o foro de Diamantino-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Alto Paraguai – MT 03 de Abril de 2019.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves Prefeita Municipal	**MARCOS S BIUDES MSB RECARGAS E INFORMATICA** 08.257.279/0001-03
	Contratado
Testemunhas:	
DIEGO RODRIGUES DE MORAES CPF: 033.311.981-96	**YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA** CPF: 037.765.051-09

HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, resolve **HOMOLOGAR** como HOMOLOGADO tem, o resultado da licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº 003/2019** que tem por Objeto:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS GENUINAS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, PARA VEICULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL.

E que teve como vencedor os licitantes:

ü **IDEAL COMERCIO DE AUTO PEÇA EIRELLI**, nos lotes nº12, 18.

ü **OLAPER COMERCIO E DESTRIBUIDORA DE LUBIFICANTES**, nos lotes nº 01,10,15.

ü **SÓ PESADO COMERCIO DE PEÇAS LTDA-ME**, nos lotes nº04,05,09,11.

ü **FORMAQ EMPILHADEIRAS E MAQUINAS PESADAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS**, nos lotes nº17,20.

ü **DIMAQ CAMPOTRAT CUIABA COMERCIAL LTDA**, nos lotes nº19.

ü **REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-ME**, nos lotes nº07.

ü **TROPICAL COMERCIO DE PEÇAS LTDA**, nos lotes nº13,14.

ü **O. MONTAGNA & CIA LTDA**, nos lotes nº,02,03,06.

ü **BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA-EPP**, nos lotes nº08,16.

Alto Paraguai – MT, 16 de Abril de 2019.

_____

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

LICITACAO

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PREGAO PRESENCIAL N. 006/2019

O Município de Alto Paraguai - MT, por meio do Pregoeiro Oficial nomeado pela **Portaria n. 322/2018**, torna público, para conhecimento dos interessados, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO** na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM,** cujo objeto é **Registro de preço para futura e eventual aQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS PARA ATENDer AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ALTO PARAGUAI - MT.**A abertura dos envelopes se deu em sessão pública do **dia 16 de Abril de 2019, às 09h00min** (fuso horário local) foi dada como **DESERTA**, ficando assim o prazo devolvido em Lei para o dia **01 de Maio de 2019 às 09h00min** (fuso horário local).

O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – Setor de Licitação, nos dias úteis das 07h00min às 13h00min, sito à Rua Presidente Médici, 470, Bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, e também no site: www.altoparaguai.mt.gov.br.

Alto Paraguai - MT,16 de Abril de 2019.

YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA

Pregoeiro Oficial

LICITACAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº001/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 002/2019

Validade: 12 (Doze) meses.

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI ESTADO DE MATO GROSSO,** por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03.648.532/0001-28, com sede na Rua Presidente Médici, 470, bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, neste ato, representada pela **PREFEITA MUNICIPAL,** a Excelentíssima Senhora **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** brasileira, Casada, Dentista, portadora da Cédula de Identidade RG n°. 08176490-4 e inscrita no CPF sob o n° 804.435.751-34, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **GREAR INFORMATICA LTDA** , CNPJ sob n. **36.887.180/0001-12** sede na **AV MATO GROSSO** , CUIABA -MT, vencedora do itens 13,15,16,17,19,21,22 e 23 considerando o julgamento da licitação **MENOR PREÇO POR ITEM** na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 002/2019**, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por **ITENS**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Decreto Federal n. 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto n. 7.892 de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o SRP Decreto 146/2019 em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONERS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI-MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (Doze) meses,** contados a partir de sua publicação na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Parágrafo Único – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Planejamento e Gestão, através do setor competente no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1. Os preços registrados, a especificações dos produtos/equipamentos e/ou serviços, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados abaixo e no relatório da sessão, em ordem de classificação no processo licitatório do **Pregão presencial n. 002/2018.**

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QDTE	V. UNIT.	V. TOTAL

01	13	**BROTHER DCP 8110 TN 750/720**	UND	60	114,50	6.870,00
02	15	**LEXMARK MX310DN 604H TONER PRETO**	UND	08	369,50	2.956,00
03	16	**RICOH 14510SP SP4500 TONER PRETO**	UND	05	133,00	665,00
04	17	**KYPCERA FS 820 TK112 TONER**	UND	08	93,00	744,00
05	19	**BROTHER DCP 7065 CILINDRO DR 420 10K**	UND	15	99,50	1.492,50
06	21	**BROTHER DCP 8110 CILINDRO DR 2340 12K**	UND	15	99,80	1.497,00
07	22	**BROTHER MFC 8512 DN**	UND	15	97,50	1.462,00
08	23	**BROTHER CARTUCHO CILINDRO DR 3302/TN720**	UND	15	99,00	1.485,00
TOTAL:						**R$17.172,00**

4.2. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregues nas embalagens originais, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao produto/equipamento e umidade, sem inadequação de conteúdo.

4.3. Os produtos/equipamentos e/ou serviços estarão sujeitos à aceitação pela Administração Municipal, a qual caberá o direito de recusar, caso os produtos/equipamentos e/ou serviços não estejam de acordo com o especificado;

4.4. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso;

4.5. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade do produto/equipamento fornecido;

4.6. O prazo de garantia que esteja especificado nos produtos/equipamentos e/ou serviços deverá ser obedecido, desde que não fique comprovado o mau uso, nos termos do Art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto/equipamento ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

CLÁUSULA QUINTA - DO(S) LOCAL (IS) PARA ENTREGA E PRAZO

5.1. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregue no almoxarifado central da Prefeitura Municipal, ou conforme solicitado pela administração, em até **2 (Dois) dias corridos**, contados da emissão da Ordem de Fornecimento dos itens e quantidade especificada.

5.2. A entrega deverá ser feita com acompanhamento do fiscal do contrato acompanhado com assinatura do mesmo, em canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte.

5.3. Após o recebimento dos materiais/equipamentos deverá ser feita conferência da quantidade, avaliação da qualidade e verificação da adequação dos produtos/equipamento e/ou serviços através do servidor designado para esse fim.

5.4. O transporte dos produtos/equipamentos e/ou serviços será custeado pela CONTRATADA, em qualquer tempo do processo, caso o fornecimento realizado esteja em desacordo no todo ou em partes com a ordem de fornecimento e com as normas deste Termo de Referência.

5.5. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos/equipamentos e/ou serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

6.1. Os Produtos/equipamentos e/ou serviços deverão estar de acordo com a quantidade, qualidade e periodicidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada;

6.2. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregues no prazo máximo de **02 (Dois) dias corridos**, em local a ser indicado pela Administração pública, após o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal.

6.3. Substituir*, em até **24(Vinte Quatro) horas** após a notificação, os produtos/equipamentos e/ou serviços que apresentarem qualquer impropriedade, sem implicar custos adicionais aos preços contratados.*

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos neste Termo de Referência;

7.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos e/ou serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência;

7.3. Prestar os devidos esclarecimentos que lhe forem solicitados, bem como dar ciência a esta Administração imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento.

7.4. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização desta Administração, no tocante ao fornecimento do produto/equipamento, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo;

7.5. Comunicar imediatamente ao Setor de Compras desta prefeitura de qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.6. Os produtos/equipamentos e/ou serviços que por ventura forem entregues em desacordo com as descrições da TR deverão ser substituídos em até ***24(Vinte Quatro) horas***a contar da notificação à empresa contratada. Notificação esta que deverá ser feita pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, imediatamente a constatação do fato;

7.7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

7.8. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante o fornecimento dos produtos/equipamentos e/ou serviços ou em conexão com ele;

7.9. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e ao presente contrato, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

7.10. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Contratante.

7.11. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento à Contratada. **8.2.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **8.3.** Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, neste Termo de Referência. **8.4.** Acompanhar, fiscalizar, supervisionar, gerir e conferir a entrega dos produtos/equipamentos e/ou serviços, juntamente com a Gerência de Patrimônio.

CLÁUSULA NONA — DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pelo fiscal do contrato (nota fiscal), feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.

9.1.2. Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto/equipamento entregue deverá ser atestada pelo fiscal do contrato e encaminhadaao Setor de Aquisições da Prefeitura municipal, para providências cabíveis.

9.1.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

9.1.4. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade fiscal da fornecedora.

9.2. DO REAJUSTE

9.2.1. Os preços dos produtos/equipamentos e/ou serviços objeto desta licitação serão fixos pelo prazo de 01 (um) ano, contados a partir da data de assinatura e Publicação da Ata, salvo art. 40, XI, da Lei 8.666/93.

9.2.2. Caso decorra período superior a um ano contado a partir da data-base da proposta apresentada na data da licitação, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subseqüente de 12 meses.

9.3. DO REEQUILÍBRIO

9.3.1. O valor contratual poderá ser revisto mediante solicitação da contratada com vista à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do artigo 65, inciso II, alínea d, da lei 8666/93, e observados os itens subseqüentes deste termo de referência.

9.3.2. As eventuais solicitações, observadas o disposto no item anterior, deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de conseqüências incalculáveis bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

9.3.3. Na hipótese de revisão do equilíbrio econômico-financeiro prevista no item anterior, serão objeto da revisão apenas as parcelas do contrato correspondente ao impacto efetivo do reajuste salarial ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

10.1 Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

10.2 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassará aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

10.3 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

10.4 Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o lote, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de serviço, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

10.5 Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1 A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

I. Quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

II. Quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

III. Quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

IV. Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

V. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

VI. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades com o Fornecedor.

11.6. Caso a Superintendência de Compras não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1 Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução da entrega dos materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

13.1. ADVERTÊNCIA

13.1.1. A aplicação da sanção administrativa de advertência pode ser efetuada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE, independentemente da aplicação de multa;

b) Execução insatisfatória ou inexecução dos fornecimentos e/ ou serviços ora contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;

c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, a seu critério, desde que não sejam passíveis de sanção mais grave;

13.1.2. Atraso na entrega do bem ou na prestação do serviço contratado, pelo prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis. **13.2. MULTA**

13.2.1. Conforme disposto no **(Art. 86 da Lei 8.666/93),** na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de entrega dos materiais ou serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida; (O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subseqüente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias);

b) 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de entrega;

d) 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta, se decorrido o prazo estabelecido no item 15.2, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato.

13.2.2. A adjudicada/Contratada não incorrerá em multa quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizado pela CONTRATANTE, em decorrência de impedimentos efetivamente verificados sem que a ela seja imputável a culpa, ou em decorrência de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado, respeitado o limite legal;

13.2.3. A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial;

13.2.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução dos serviços ou fornecimento advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

13.3. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 02 (DOIS) ANOS.

13.3.1. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Contratante pode ser aplicada aos inadimplentes culposos que prejudicarem a execução do Contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento da respectiva intimação;

13.3.2. A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura poderá ser aplicada nos seguintes prazos e situações:

13.3.3. Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

a) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenham acarretado prejuízos para a CONTRATANTE;

b) Execução insatisfatória dos fornecimentos e/ ou serviços contratados;

13.3.4. Por 02 (dois) anos, nos seguintes casos:

a) Não concluir os fornecimentos e/ ou os serviços contratados;

b) Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente, no que diz respeito à sua fruição, qualidade e riscos de operacionalização;

c) Prestar o serviço em desacordo com as normas aplicáveis à execução do objeto deste ajuste;

d) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao órgão licitador, ensejando a rescisão do contrato.

13.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

13.4.1. Enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

13.4.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública será proposta pela Seção Administrativa e Financeira para aplicação à ADJUDICADA/CONTRATADA nos casos a seguir indicados:

a) condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) prática de atos ilícitos, visando frustrar a execução do contrato;

13.4.3. Demonstração de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão contratante, em virtude de atos ilícitos praticados, tais como:

a) praticar ação maliciosa e premeditada em prejuízo da Contratante ou ações que evidenciem interesses escusos ou má-fé;

b) apresentar qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte;

c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento da Contratante, por escrito.

Parágrafo Primeiro - Independentemente das sanções administrativas a que se refere a Cláusula Décima Quarta deste contrato, a ADJUDICADA/ CONTRATADA está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, quando a inadimplência acarretar prejuízos ao órgão contratante;

Parágrafo Segundo - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL correrão à conta da NATUREZA DA DESPEZA consignadas na:**Secretarias Municipais:**

GABINETE (21/100) 02.001.04.122.0003.2003-339030

GABI. CONTROLADORIA GERAL (42/100) 02.003.04.122.0003.2006-339030

GAB. ASSESSORIA JURIDICA (34/100) 02.004.04.122.0003.2005-339030

REC. E CONTROLE (62/100) 03.001.04.123.0003.2008-339030

REC. E CONTROLE (76/100) 03.004.04.123.0003.2009-339030

REC. E CONTROLE (88/100) 03.005.04.129.0003.2021-339030

SEC.PLANEJAMENTO E GESTÃO (539/100) 04.005.04.122.0003.2010-339030

SEC. DE INFRAESTRUTURA (571/100/116/130) 05.002.04.122.0003.2014-339030

SEC. DE SINFRA AGUA E ESGOTO (613/100) 05.005.25.752.0015.2020-339030

SEC. DE EDUCAÇÃO (151/101) 06.001.12.122.0003.2024-339030

SEC. DE EDUCAÇÃO (197/101) 06.002.12.361.0010.2030-339030

SEC. DE EDUCAÇÃO (188/115)06.002.12.361.0010.2029-339030

SEC. DE EDUCAÇÃO (224/101) 06.002.12.365.0010.2038-339030

SEC. DE SAÚDE (643/102) 07.002.10.122.0003.2049-339030

SEC. DE SAÚDE (266/102/142/146) 07.002.10.301.0009.2051-339030

SEC. DE SAÚDE (297/102/142/146) 07.002.10.302.0009.2058-339030

SEC. DE SAÚDE (318/102/146/) 07.002.10.304.0009.2056-339030

SEC.DE ASSISTENCIA SOCIAL (336/100) 08.001.08.122.0003.2061-339030

SEC.DE ASSISTENCIA SOCIAL (361/100/129) 08.002.08.241.0006.2063-339030

SEC.DE ASSISTENCIA SOCIAL (405/100) 08.002.08.243.0006.2067-339030

SEC. DESENVOL. ECONOMICO (426/100) 09.001.20.122.0003.2069-339030

15.2. Para o exercício de 2019, será utilizada Dotações Orçamentárias da Lei Orçamentária Anual – LOA/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços.

II. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial n. 002/2018** e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para o lote.

III. É vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O acompanhamento da efetivação dessa Ata ficará a cargo da CONTRATANTE, mediante nomeação dos servidores especialmente designados para este fim, nos termos do Art. 67 da Lei n. 8.666/93.

17.1.1. A fiscalização será realizada pelo servidor abaixo relacionado: **GILVAN MATHEUS SALES DE SOUZA,** brasileiro, Servidor Público na função Técnico em manutenção de TI, inscrito no CPF sob o nº 046.801.781-08, residente e domiciliada a Rua 11 de Junho, s/n, Bairro Centro, Alto Paraguai – MT.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

18.1 As partes contratantes elegem o foro de Diamantino-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Alto Paraguai – MT 03 de Abril de 2019.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves Prefeita Municipal	**GREAR INFORMATICA LTDA** **36.887.180/0001-12**
	Contratado
Testemunhas:	
DIEGO RODRIGUES DE MORAES CPF: 033.311.981-96	**YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA** CPF: 037.765.051-09

LICITACAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº003/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 002/2019

Validade: 12 (Doze) meses.

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI ESTADO DE MATO GROSSO,** por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03.648.532/0001-28, com sede na Rua Presidente Médici, 470, bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, neste ato, representada pela **PREFEITA MUNICIPAL,** a Excelentíssima Senhora **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** brasileira, Casada, Dentista, portadora da Cédula de Identidade RG n°. 08176490-4 e inscrita no CPF sob o n° 804.435.751-34, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **F L AGUIAR-ME**, CNPJ sob n. **13.498.158/0001-85** sede na **RUA QUATRO** , CUIABA -MT, vencedora do itens 03,04,05,06,08,09,10,18,26 e 27 considerando o julgamento da licitação **MENOR PREÇO POR ITEM** na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 002/2019**, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por **ITENS**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Decreto Federal n. 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto n. 7.892 de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o SRP Decreto 146/2019 em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONERS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI-MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (Doze) meses,** contados a partir de sua publicação na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Parágrafo Único – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Planejamento e Gestão, através do setor competente no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1. Os preços registrados, a especificações dos produtos/equipamentos e/ou serviços, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados abaixo e no relatório da sessão, em ordem de classificação no processo licitatório do **Pregão presencial n. 002/2019.**

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QDTE	V. UNIT.	V. TOTAL
01	03	**HP P1005 35-A**	UND	10	59,00	590,00
02	04	**HP P1120 TONER 36-A**	UND	50	59,90	1,198,00
03	05	**TONER HP 176 CF 350A PRETO**	UND	30	114,90	3.447,00
04	06	**TONER HP 176 CF 351A CYANO**	UND	10	114,90	1.149,00
05	08	**TONER HP 176 CF 353A MAGENTA**	UND	10	114,90	1.149,00
06	10	**BROTHER DCP 8080 TN 650**	UND	20	109,00	2.180,00
07	18	**BROTHER DVP 8080 CILINDRO DR620 25K**	UND	15	90,00	1.470,00
08	26	**BROTHER TN 650**	UND	10	108,50	1.085,00
09	27	**TONER CF 218A**	UND	10	138,00	1.380,00
10	07	**TONER HP 176 CF 352A AMARELO**	UND	10	114,90	1.149,00
11	09	**SAMSUMG M2070+CHIP**	UND	30	114,90	1.149,00
TOTAL:						**18.244,00**

4.2. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregues nas embalagens originais, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao produto/equipamento e umidade, sem inadequação de conteúdo.

4.3. Os produtos/equipamentos e/ou serviços estarão sujeitos à aceitação pela Administração Municipal, a qual caberá o direito de recusar, caso os produtos/equipamentos e/ou serviços não estejam de acordo com o especificado;

4.4. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso;

4.5. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade do produto/equipamento fornecido;

4.6. O prazo de garantia que esteja especificado nos produtos/equipamentos e/ou serviços deverá ser obedecido, desde que não fique comprovado o mau uso, nos termos do Art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto/equipamento ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

CLÁUSULA QUINTA - DO(S) LOCAL (IS) PARA ENTREGA E PRAZO

5.1. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregue no almoxarifado central da Prefeitura Municipal, ou conforme solicitado pela administração, em até **2 (Dois) dias corridos**, contados da emissão da Ordem de Fornecimento dos itens e quantidade especificada.

5.2. A entrega deverá ser feita com acompanhamento do fiscal do contrato acompanhado com assinatura do mesmo, em canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte.

5.3. Após o recebimento dos materiais/equipamentos deverá ser feita conferência da quantidade, avaliação da qualidade e verificação da adequação dos produtos/equipamento e/ou serviços através do servidor designado para esse fim.

5.4. O transporte dos produtos/equipamentos e/ou serviços será custeado pela CONTRATADA, em qualquer tempo do processo, caso o fornecimento realizado esteja em desacordo no todo ou em partes com a ordem de fornecimento e com as normas deste Termo de Referência.

5.5. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos/equipamentos e/ou serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

6.1. Os Produtos/equipamentos e/ou serviços deverão estar de acordo com a quantidade, qualidade e periodicidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada;

6.2. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregues no prazo máximo de **02 (Dois) dias corridos**, em local a ser indicado pela Administração pública, após o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal.

6.3. Substituir*, em até **24(Vinte Quatro) horas** após a notificação, os produtos/equipamentos e/ou serviços que apresentarem qualquer impropriedade, sem implicar custos adicionais aos preços contratados.*

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos neste Termo de Referência;

7.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos e/ou serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência;

7.3. Prestar os devidos esclarecimentos que lhe forem solicitados, bem como dar ciência a esta Administração imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento.

7.4. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização desta Administração, no tocante ao fornecimento do produto/equipamento, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo;

7.5. Comunicar imediatamente ao Setor de Compras desta prefeitura de qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.6. Os produtos/equipamentos e/ou serviços que por ventura forem entregues em desacordo com as descrições da TR deverão ser substituídos em até ***24(Vinte Quatro) horas***a contar da notificação à empresa contratada. Notificação esta que deverá ser feita pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, imediatamente a constatação do fato;

7.7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

7.8. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante o fornecimento dos produtos/equipamentos e/ou serviços ou em conexão com ele;

7.9. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e ao presente contrato, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

7.10. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Contratante.

7.11. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento à Contratada. **8.2.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **8.3.** Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, neste Termo de Referência. **8.4.** Acompanhar, fiscalizar, supervisionar, gerir e conferir a entrega dos produtos/equipamentos e/ou serviços, juntamente com a Gerência de Patrimônio.

CLÁUSULA NONA — DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pelo fiscal do contrato (nota fiscal), feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.

9.1.2. Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto/equipamento entregue deverá ser atestada pelo fiscal do contrato e encaminhadaao Setor de Aquisições da Prefeitura municipal, para providências cabíveis.

9.1.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

9.1.4. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade fiscal da fornecedora.

9.2. DO REAJUSTE

9.2.1. Os preços dos produtos/equipamentos e/ou serviços objeto desta licitação serão fixos pelo prazo de 01 (um) ano, contados a partir da data de assinatura e Publicação da Ata, salvo art. 40, XI, da Lei 8.666/93.

9.2.2. Caso decorra período superior a um ano contado a partir da data-base da proposta apresentada na data da licitação, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subseqüente de 12 meses.

9.3. DO REEQUILÍBRIO

9.3.1. O valor contratual poderá ser revisto mediante solicitação da contratada com vista à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do artigo 65, inciso II, alínea d, da lei 8666/93, e observados os itens subseqüentes deste termo de referência.

9.3.2. As eventuais solicitações, observadas o disposto no item anterior, deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de conseqüências incalculáveis bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

9.3.3. Na hipótese de revisão do equilíbrio econômico-financeiro prevista no item anterior, serão objeto da revisão apenas as parcelas do contrato correspondente ao impacto efetivo do reajuste salarial ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

10.1 Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

10.2 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassará aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

10.3 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

10.4 Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o lote, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de serviço, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

10.5 Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1 A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

I. Quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

II. Quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

III. Quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

IV. Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

V. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

VI. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades com o Fornecedor.

11.6. Caso a Superintendência de Compras não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1 Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução da entrega dos materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

13.1. ADVERTÊNCIA

13.1.1. A aplicação da sanção administrativa de advertência pode ser efetuada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE, independentemente da aplicação de multa;

b) Execução insatisfatória ou inexecução dos fornecimentos e/ ou serviços ora contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;

c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, a seu critério, desde que não sejam passíveis de sanção mais grave;

13.1.2. Atraso na entrega do bem ou na prestação do serviço contratado, pelo prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis. **13.2. MULTA**

13.2.1. Conforme disposto no **(Art. 86 da Lei 8.666/93),** na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de entrega dos materiais ou serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida; (O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subseqüente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias);

b) 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de entrega;

d) 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta, se decorrido o prazo estabelecido no item 15.2, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato.

13.2.2. A adjudicada/Contratada não incorrerá em multa quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizado pela CONTRATANTE, em decorrência de impedimentos efetivamente verificados sem que a ela seja imputável a culpa, ou em decorrência de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado, respeitado o limite legal;

13.2.3. A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial;

13.2.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução dos serviços ou fornecimento advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

13.3. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 02 (DOIS) ANOS.

13.3.1. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Contratante pode ser aplicada aos inadimplentes culposos que prejudicarem a execução do Contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento da respectiva intimação;

13.3.2. A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura poderá ser aplicada nos seguintes prazos e situações:

13.3.3. Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

a) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenham acarretado prejuízos para a CONTRATANTE;

b) Execução insatisfatória dos fornecimentos e/ ou serviços contratados;

13.3.4. Por 02 (dois) anos, nos seguintes casos:

a) Não concluir os fornecimentos e/ ou os serviços contratados;

b) Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente, no que diz respeito à sua fruição, qualidade e riscos de operacionalização;

c) Prestar o serviço em desacordo com as normas aplicáveis à execução do objeto deste ajuste;

d) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao órgão licitador, ensejando a rescisão do contrato.

13.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

13.4.1. Enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

13.4.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública será proposta pela Seção Administrativa e Financeira para aplicação à ADJUDICADA/CONTRATADA nos casos a seguir indicados:

a) condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) prática de atos ilícitos, visando frustrar a execução do contrato;

13.4.3. Demonstração de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão contratante, em virtude de atos ilícitos praticados, tais como:

a) praticar ação maliciosa e premeditada em prejuízo da Contratante ou ações que evidenciem interesses escusos ou má-fé;

b) apresentar qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte;

c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento da Contratante, por escrito.

Parágrafo Primeiro - Independentemente das sanções administrativas a que se refere a Cláusula Décima Quarta deste contrato, a ADJUDICADA/CONTRATADA está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, quando a inadimplência acarretar prejuízos ao órgão contratante;

Parágrafo Segundo - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL correrão à conta da NATUREZA DA DESPEZA consignadas na:**Secretarias Municipais:**

GABINETE (21/100) 02.001.04.122.0003.2003-339030

GABI. CONTROLADORIA GERAL (42/100) 02.003.04.122.0003.2006-339030

GAB. ASSESSORIA JURIDICA (34/100) 02.004.04.122.0003.2005-339030

REC. E CONTROLE (62/100) 03.001.04.123.0003.2008-339030

REC. E CONTROLE (76/100) 03.004.04.123.0003.2009-339030

REC. E CONTROLE (88/100) 03.005.04.129.0003.2021-339030

SEC.PLANEJAMENTO E GESTÃO (539/100) 04.005.04.122.0003.2010-339030

SEC. DE INFRAESTRUTURA (571/100/116/130) 05.002.04.122.0003.2014-339030

SEC. DE SINFRA AGUA E ESGOTO (613/100) 05.005.25.752.0015.2020-339030

SEC. DE EDUCAÇÃO (151/101) 06.001.12.122.0003.2024-339030

SEC. DE EDUCAÇÃO (197/101) 06.002.12.361.0010.2030-339030

SEC. DE EDUCAÇÃO (188/115)06.002.12.361.0010.2029-339030

SEC. DE EDUCAÇÃO (224/101) 06.002.12.365.0010.2038-339030

SEC. DE SAÚDE (643/102) 07.002.10.122.0003.2049-339030

SEC. DE SAÚDE (266/102/142/146) 07.002.10.301.0009.2051-339030

SEC. DE SAÚDE (297/102/142/146) 07.002.10.302.0009.2058-339030

SEC. DE SAÚDE (318/102/146/) 07.002.10.304.0009.2056-339030

SEC.DE ASSISTENCIA SOCIAL (336/100) 08.001.08.122.0003.2061-339030

SEC.DE ASSISTENCIA SOCIAL (361/100/129) 08.002.08.241.0006.2063-339030

SEC.DE ASSISTENCIA SOCIAL (405/100) 08.002.08.243.0006.2067-339030

SEC. DESENVOL. ECONOMICO (426/100) 09.001.20.122.0003.2069-339030

15.2. Para o exercício de 2019, será utilizada Dotações Orçamentárias da Lei Orçamentária Anual – LOA/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços.

II. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial n. 002/2018** e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para o lote.

III. É vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O acompanhamento da efetivação dessa Ata ficará a cargo da CONTRATANTE, mediante nomeação dos servidores especialmente designados para este fim, nos termos do Art. 67 da Lei n. 8.666/93.

17.1.1. A fiscalização será realizada pelo servidor abaixo relacionado: **GILVAN MATHEUS SALES DE SOUZA,** brasileiro, Servidor Público na função Técnico em manutenção de TI, inscrito no CPF sob o nº 046.801.781-08, residente e domiciliada a Rua 11 de Junho, s/n, Bairro Centro, Alto Paraguai – MT.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

18.1 As partes contratantes elegem o foro de Diamantino-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Alto Paraguai – MT 03 de Abril de 2019.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves Prefeita Municipal	**F L AGUIAR-ME** **13.498.158/0001-85**
	Contratado
Testemunhas:	
DIEGO RODRIGUES DE MORAES CPF: 033.311.981-96	**YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA** CPF: 037.765.051-09

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: REGISTRO DE PREÇO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA ANÁLISE DO TIPO FÍSICA, QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS COMERCIALIZADOS PELOS PRODUTORES RURAIS, de acordo com anexo I. Abertura dia **02/05/2019** às **07h30min** (Horário de Mato Grosso). O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 16 de abril de 2019. Cacilda Ferreira dos Santos – Pregoeira.

DECRETO Nº 63 DE 15 DE ABRIL DE 2019

O Prefeito Municipal de Alto Taquari no Estado de Mato Grosso, Srº. Fabio Mauri Garbugio, no uso e gozo das suas atribuições legais, considerando o interesse Público e a necessidade da Administração;

DECRETA:

ART. 1º- Fica Homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Público concernente aos edital nº 01; 02; 03; 04; 05; 06; 07; 08; 09; 10/PMAT/2019, à vista do relatório apresentado pela Empresa Organizadora do Processo Seletivo Público para o preenchimento de cargos vagos ao quadro da Prefeitura Municipal de Alto Taquari, consagrando-se como exatos e definitivos os resultados das listagens do Relatório de Conclusão em anexo.

ART.2º- Publique-se a classificação definitiva.

ART. 3º- O processo Seletivo Público terá validade de um 01 (um) ano, para atender o interesse publico da administração, podendo ser prorrogável por igual período a contar da data de publicação.

ART. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de abril de 2019.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO 003/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, por intermédio da CPL, comunica aos interessados a abertura de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO sob nº. 003/2019, que tem por objeto: **contratação de empresa especializada para realização de concurso público para suprir cargos Município de Alto Taquari** e sua abertura ocorrerá dia **03/05/2019 às 07h30min (horário de MT),** na sala de licitações, localizada na **Av. Macário S. de Oliveira nº 848 – centro – Alto Taquari-MT.** Os interessados no Edital poderão acessar o site: altotaquari.mt.gov.br/licitacoes, ou pelo Telefone (66) 3496 – 1448. Alto Taquari – MT, 16 de Abril de 2019. **Cacilda Ferreira dos Santos -** Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00005, de 16 de Abril de 2019.

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Intimação Fiscal (ITR)

MANOEL CORDOVEZ MARTINEZ 147.734.738-00 9773/00020/2019

JOSE OSWALDO FELIX ALVES 060.020.558-43 9773/00091/2019

TERESA MORARI PERAZZOLI 298.779.381-20 9773/00135/2019

PAULO MARTINI JUNIOR 721.210.178-87 9773/00209/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: EDEMIR DELLA GIUSTINA Matrícula: 00001379

Cargo: SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS Assinatura:

Data de afixação:

Data de desafixação:

16/04/2019

01/05/2019

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 04/2019/CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Apiacás-MT, no uso de suas atribuições estabelecidas respectivamente, na Lei Federal nº. 8.742, de 12 de Outubro de 1991 e Lei Federal nº 8. 069, e a Lei Federal nº. 8069 de 13 de junho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Resolve:

Art. 1º - Aprova a Confecção de 200 camisetas para a campanha de 18 de Maio de 2019.

Art 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação ,revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT, 16 de Abril de 2019.

Derli Fernanda Botega

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Apiacás, estado de Mato Grosso, comunica que realizará Licitação Modalidade Tomada de Preço 006/2019, na data de 03/05/2019 as 08:00 horas (oito), horário de Mato Grosso, tendo como objeto: **Pavimentação Asfáltica com Micro drenagem Urbana** C**ontrato de Repasse nº 848090/2017/MCIDADES/CAIXA - Operação 1042923-35 - Programa Planejamento Urbano**, o edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações, Avenida Brasil nº 1059,Telefone 66-3593-1900, Ramal 227, Paço Municipal, Cidade de Apiacás - MT, ou no site www.apiacas.mt.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL
APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO 064/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 037/2018**

PREGÃO: Nº 004/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

Termo De Apostilamento N° 001/2019 Referente a Ata De Registro De Preços: N° 037/2018, ORIGINADO PELO PREGÃO ELETRONICO 004/2018, ASSINADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS E A EMPRESA Mascarello Carrocerias e Onibus LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.440.065/0001-71, com sede Av. Aracy Tanaka Biazetto 16450 – Bairro Santos Dumont, Distrito Industrial – cep: 85804-605, Cascavel – PR, neste ato representada pelo Sr. Renato Ianelli RG-44.172.482-6 CPF: 229.188.288-07, para **SUBSTITUIR O CHASSI 8-160 OD para o modelo 9-160 OD**, informando que o modelo 9-160 é superior ao ofertado, que terá 4.300mm de entre eixos original de fábrica, e o modelo 8-160 não vem com esse espaço entre eixos original de fábrica.

TENDO COMO OBJETO: AQUISIÇÃO VEICULO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NOVO TIPO MICRO ONIBUS.

Adalto José Zago, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no art. 65, § 8º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, determina o **apostilamento para mudança do chassi**:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA E MODELO DA PROPOSTA	MARCA E MODELO CONFORME SUBSTITUIÇÃO
01	VEICULOS AUTOMOTOR - MICROONIBUS - PARA TRANSPORTE DE PESSOAS,0 KM, MODELO DO ANO..COM AR CONDICIONADO DE FABRICA PARA MOTORISTA E PASSAGEIROS DUTADO, DO TIPO MICROONIBUS RODOVIARIO,CAPACIDADE DE CARGA NAO INFERIOR A 4.000KG, ADAPTADO E COM MOBILIARIO INCLUSO, CORTINAS EM TODAS AS JANELAS. ENTRE EIXOS: ORIGINAL DE FABRICA, COM DIMENSAO NAO INFERIOR A 4.200MM, CAPACIDADE DE TRANSPORTE: NO MINIMO 21 PASSAGEIROS SENTADOS, MAIS O MOTORISTA 21+1,PORTA PANTOGRAFICA COM ACIONAMENTO AUTOMATICO PELO MOTORISTA,COMBUSTIVEL A DIESEL, COM CAPACIDADE MINIMA DE 100 LITROS,TORQUE: NAO INFERIOR A 58 MKGF, NUMERO DE CILINDROS: NAO INFERIOR A 4 QUATRO. POTENCIA: NAO INFERIOR A 160 CV. ALIMENTACAO: CAMMON RAIL TURBO ALIMENTADO COM INTERCOOLER, ADEQUADO A NORMA PROCONVE P-7 EURO V,MINIMO DE 4 CILINDROS,	PRODUTO COMPOSTO POR CHASSI 0KM, ANO E MODELO 18/18 MARCA VW-MAN, **MODELO 8.160-OD**, COM CARROCERIA MARCA MASCARELLO, MODELO GRAN MICRO S2.	PRODUTO COMPOSTO POR CHASSI 0KM, ANO E MODELO 18/18 MARCA VW-MAN, **MODELO 9.160-OD**, COM CARROCERIA MARCA MASCARELLO, MODELO GRAN MICRO S2.

	ARREFECIMENTO A AGUA, CAPACIDADE CUBICA COM 4.500 CM3,CARROCERIA: CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERENCIA,RODAS EM ACO ESTAMPADO, PNEUS: RADIAIS, ESTEPE COMPLETO, COM RODA ORIGINAL DO CHASSI E PNEU SEMELHANTE AOS DEMAIS, OPERAR EM TENSAO NOMINAL DE 24 V, ALTERNADOR COM CAPACIDADE DE GERACAO COMPATIVEL COM A NECESSIDADE DE DEMANDA ELETRICA DO VEICULO, FIACAO DO TIPO NAO PROPAGADORA DE CHAMAS, SENDO A CARGA CONVENIENTEMENTE DISTRIBUIDA POR CIRCUITOS, DIMENSIONADO PARA SUPORTAR, SIMULTANEAMENTE, OS EQUIPAMENTOS ORIGINAIS E ACESSORIOS INSTALADOS, COM ACIONAMENTO PNEUMÁTICO; FREIO DE ESTACIONAMENTO COM VÁLVULA MODULADORA; EQUIPADO COM CÂMARA DE RÉ, COMPATIVEIS COM AS CARACTERISTICAS TECNICAS, CAIXA DE MUDANCAS: MECÂNICA, ACIONADA POR ALAVANCA MANUAL, NUMERO DE MARCHAS NO MINIMO CINCO A FRENTE E UMA A RE, DIRECAO HIDRAULICA, SUSPENSAO CONFORME ESPECIFICACAO DO FABRICANTE, DIRECAO HIDRAULICA DO VEÍCULO,GARANTIA MINIMA DE 12 MESES, *PLOTAGEM* COM FAIXAS NAS LATERAIS COM ALTURA DE 40 CM E BRASÃO DO MUNICIPIO. *COR* CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO.		

Para que surta seus efeitos jurídicos, lavra-se o presente termo de apostilamento, com base no § 8° do Artigo 65 da Lei Federal n° 8.666/93.

Apiacás – MT, 15 de abril de 2019.

Adalto José Zago

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019

Á vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado CONSIDERANDO que o PARECER JURIDICO prevê a DISPENSA em conformidade ao dispositivo no art. 24 Inciso IV e no art. 2º da Lei Municipal nº 735/2017 de 30/08/2017, CONSIDERANDO que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da lei de licitações, RATIFICO a **DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2019**.

Autorizo em conseqüência, a proceder-se à contratação nos termos a adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito**.**

OBJETO: Contratação de empresa para Prestação de **SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PERGOLATO COM BANCO EM EUCALIPTO NA AVENIDA PRESIDENTE VARGAS NA CIDADE DE ARAGUAIANA – MT**:

Favorecido: MACHADO & CARVALHO CONSTRUÇÃO LTDA – ME**,** com sede Rua Garimpeiros nº 15, Setor Luzia Maria de Moraes – Pontal do Araguaia**,** devidamente inscrita no CNPJ: 10.392.408/0001-00

Prazo de execução e vigência: 30 dias

Valor total R$ R$34.994,35 (trinta e quatro mil novecentos e noventa e quatro reais e trinta e cinco centavos

Fundamento Legal art. 24 Inciso IV e art. 2º da Lei Municipal nº 735/2017 de 30/08/2017, Justificativa Anexa nos outros do Processo de Dispensa nº 01/2019.

Dotação Orçamentária:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES

Unidade: 04 – FETHAB

Função: 26 – TRANSPORTE

Sub-Função: 782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Programa: 0104 – FETHAB

Projeto/Atividade: 2.082 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FETHAB

Elemento Despesa: 33.90.39.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

Determino, ainda que seja dada a devida publicidade legal, em especial á prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, e que após seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Araguaiana, 09 de janeiro de 2019.

Getulio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 01/2019 ARAGUAIANA, 15 DE JANEIRO DE 2019.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO MUNICIPAL PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA/MT, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 669/2015 de 13 de maio de 2015, por seu regimento interno, e

CONSIDERANDO que o Conselho Curador possui função de deliberação superior;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a contratação da empresa ***AGENDA ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E INFORMATICA LTDA***, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.059.307/0001-68, com sede na Rua Barão de Melgaço, 3998 – Centro Norte – na cidade de Cuiabá - MT – CEP 78.005-300 para prestação de serviços técnicos especializados, para execução de serviços técnicos, por empreitada global, necessários à operacionalização do passivo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social contratante, a partir do mês de janeiro de 2019.

Art. 2º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Araguaiana – MT, 15 de janeiro de 2019.

Ivani Duarte Moraes

Presidente

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 06/2019

CONTRATO Nº 06/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL PORTAL ARAGUIAIA.

OBJETO: CONSECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NA ATA DE CONSTITUIÇÃO, INSTALAÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DO CONSELHO DIRETOR E DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO – ECONÔMICO E AMBIENTAL “PORTAL DO ARAGUAIA”.

VALOR ESTIMADO: R$26.400,00 (Vinte Seis Mil e Quatrocentos reais)

DATA: 02/01/2019

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2019

Á vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado CONSIDERANDO que o PARECER JURIDICO prevê a DISPENSA em conformidade ao dispositivo no art. 24 inciso I da lei federal 8.666/93 e art. 2º da lei Municipal nº 735/2017 de 30 de agosto de 2017, CONSIDERANDO que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da lei de licitações, RATIFICO a **DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2019**.

Autorizo em conseqüência, a proceder-se à contratação nos termo a adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito**.**

OBJETO: Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Reforma em Ponte de Madeira no Córrego Grande na Região da Lambari: Favorecido: MACHADO & CARVALHO CONSTRUÇÃO LTDA – ME**,** com sede Rua Garimpeiros nº 15, Setor Luzia Maria de Moraes – Pontal do Araguaia**,** devidamente inscrita no CNPJ: 10.392.408/0001-00

Prazo de execução e vigência: 60 dias

Valor total R$32.647,54 (trinta e dois mil seiscentos e quarenta e sete reais e cinqüenta e quatro centavos

Fundamento Legal Artigo 24, inciso I lei Federal 8.666/93 e lei Municipal 2º lei nº 735/2017 de 30 de agosto de 2017, Justificativa Anexa nos outros do Processo de licitação nº 002/2019.

Dotação Orçamentária:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES

Unidade: 04 – FETHAB

Função: 26 – TRANSPORTE

Sub-Função: 782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Programa: 0104 – FETHAB

Projeto/Atividade: 1.029 – CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES

Elemento Despesa: 44.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

Determino, ainda que seja dada a devida publicidade legal,em especial á prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, e que após seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Araguaiana, 09 de janeiro de 2019.

Getulio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO 2020

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Presidente Vargas n° 643 – Jardim Urania II, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **Getúlio Dutra Vieira Neto**, **FAZ SABER** a todos quanto o presente Edital, em atendimento a Constituição Federal Art. 37 *caput*, e Artigo48 parágrafo único da Lei Complementar n° 101, que será realizada na data e horário e local abaixo especificado;

AUDIENCIA PUBLICA, com objeto de discutir e subsidiar a elaboração da, **LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2020,** no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar pleitos, sugestões e opiniões, ocasião que se realizara no dia 29 de Abril de 2019, as 14:30 horas, no plenário da Câmara Municipal de Araguaiana/MT, com a seguinte pauta:

- Apresentação e Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 3º quadrimestre do exercício de 2018.

- Ações e Prioridades que integrarão a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020 – LDO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

Getulio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

CONVITE

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA/MT**, EM CUMPRIMENTO AO ESTABELECIDO NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, **Lei Complementar n° 101/2000**, CONVIDAM A VOSSA SENHORIA PARA PARTICIPAR DA **AUDIENCIA PUBLICA**, A REALIZAR-SE NO PLENARIO DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARAGUAIANA, AS 14:30 DO DIA 29 DE ABRIL DE 2019, NA OCASIÃO SERÁ DISCUTIDA E APRESENTADA:

- CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMENTRE DE 2018.

- ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCICIO DE 2020.

COMPAREÇA E PARTICIPE

Araguaiana/MT, 15 de Abril de 2019.

Getulio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 02/2019 ARAGUAIANA, 15 DE JANEIRO DE 2019.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO MUNICIPAL PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA/MT, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 669/2015 de 13 de maio de 2015, por seu regimento interno, e

CONSIDERANDO que o Conselho Curador possui função de deliberação superior;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a contratação da empresa ***AGENDA ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E INFORMATICA LTDA***, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.059.307/0001-68, com sede na Rua Barão de Melgaço, 3998 – Centro Norte – na cidade de Cuiabá - MT – CEP 78.005-300 para prestação de serviços técnicos especializados, para execução de serviços técnicos, por empreitada global, necessários à operacionalização do passivo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social contratante, a partir do mês de janeiro de 2019.

Art. 2º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Araguaiana – MT, 15 de janeiro de 2019.

Ivani Duarte Moraes

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º0117/2019

PORTARIA N.º0117/2019

DESIGNA E NOMEIA SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2017.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear a servidora JUNIO CEZAR PEREIRA, servidora público da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do Contrato Administrativo nº 065/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2017

CONTRATADA: ÉTICA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA,CNPJ nº 04.176.501/0001-84.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos à assinatura do contrato, devendo o Fiscal nomeado averiguar os serviços prestados na forma da lei.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, em quinze (15) de abril (04) do ano de dois mil e dezenove (2019).

Joel Marins de Carvalho

prefeito municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.338/2019

LEI MUNICIPAL Nº 1.338/2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o perímetro urbano do Município de Araputanga/MT, totalizando área de 29.176.117,00m² (vinte e nove milhões, cento e setenta e seis mil e cento e dezessete metros quadrados), conforme Memorial Descritivo e mapa anexos que fazem parte da presente lei.

Art. 2º - As despesas necessárias a execução da presente lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente e, se necessário, serão promovidas suplementações.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado do Mato Grosso, aos quinze (15) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
ERRATA: PORTARIA N.º 118/2019

DESIGNAR SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 007, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA MANUTENÇÃO DE MOTOCICLETAS, VEÍCULOS OPERACIONAIS, AUTOMÓVEIS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMIONETE, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS LEVES E PESADOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICROÔNIBUS E VAN E SERVIÇOS DE SOLDA, AUTO ELÉTRICA E TORNO PARA A FROTA DO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS oriundas do Pregão nº. 006/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2018 – empresa A. VEIGA MEIRA, inscrita no CNPJ 09.378.429/0001-91.

Art. 2° - Fica nomeado a servidora abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pela Secretaria Municipal, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Srª. MARIA DE FÁTIMA NEVES - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 27 de março de 2019, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis (16) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PORTARIA MUNICIPAL Nº 71/2019

PORTARIA MUNICIPAL Nº 71/2019

EMENTA: NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE CADASTRO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO,

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO E NA FORMA DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA:

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Fica nomeada a **COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE CADASTRO** adquiridos pelo MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT, para o exercício financeiro de 2019, composta pelos seguintes membros:

Graciele Souza de Lima	Presidente
Luciana de Souza Barreto	Membro
Joelma Cristina Venâncio Lira	Membro

Art. 2º - A Comissão Permanente de Julgamento de Cadastro do Município de Arenápolis – MT terá a responsabilidade de **Analisar e Julgar** os documentos das empresas que irão participar de **Tomadas de Preços** no Município de Arenápolis-MT, na forma da lei.

Art. 3º - Os membros integrantes da Comissão de que trata esta Portaria não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 15º dia do mês de Abril de 2019.

JOSE MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

COORDENADORIA DE ADM
ATO DE RETIFICAÇÃO

A PUBLICAÇÃO NO JORNAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 16 DE ABRIL DE 2019, ANO XIV Nº 3208, PAGINA 26 REFERENTE À PUBLICAÇÃO DO ADITIVO Nº 172/2019, ONDE LÊ-SE "SEGUNDO TERMO ADITIVO", LEIA-SE "PRIMEIRO TERMO ADITIVO".

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO APÓS REVISÃO

DECRETO Nº. 3.549/ 2019

SÚMULA:

"NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE ITBI - IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

ARTIGO 1º. NOMEAR, os servidores **SUZANA DE MORAES, ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES e GECIVAN FRANCISCO DA CRUZ,** para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Permanente de Avaliação de ITBI da Prefeitura Municipal de Aripuanã.

ARTIGO 2º. Como suplente, no impedimento de algum membro, o servidor **ROBERTO DAMACENA DA SILVA.**

ARTIGO 3º. A Avaliação deverá ser assinada pelo menos por 02 (dois) membros da Comissão acima nomeada.

ARTIGO 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tornando sem efeito o Decreto n° 3.168/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 12 dias do mês de abril de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

CONVITE N. 001/2019.

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do município de Barão de Melgaço/MT, em cumprimento ao artigo 3º da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, torna público o resultado do procedimento licitatório Convite n. 001/2019, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA CONTÁBIL PARA FECHAMENTO MENSAL DE BALANCETES DE OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2018 E DE TODOS OS MESES DE 2019, FECHAMENTO DE BALANÇO MENSAL DE 2018 E 2019**, no município de Barão de Melgaço-MT, conforme Termo de Referência e anexos, cujo certame teve como vencedora a empresa **CONTABILIDADE SANTAREM,** com o valor de **R$ 153.730,00 (Cento e cinquenta e três mil, Setecentos e trinta reais)**, por ter atendido a todos os requisitos do Convite e anexos e apresentado a menor proposta de preços.

Barão de Melgaço - MT, 10 de abril de 2019.

WILSON PRADO DE BARROS

Presidente da CPL

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas por meio da Lei Orgânica do Município e em cumprimento aos dispositivos legais supracitados e informações constante nos autos do **processo n. 006/2019**, **HOMOLOGA/ADJUDICA** o procedimento licitatório **Convite n. 001/2019.**

Barão de Melgaço - MT, 10 de abril de 2019.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 021/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2019.

OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA CONTÁBIL PARA FECHAMENTO MENSAL DE BALANCETES DE OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2018 E DE TODOS OS MESES DE 2019, FECHAMENTO DE BALANÇO MENSAL DE 2018 E 2019), conforme Termos de referência.

VALOR: **R$ 153.730,00 (Cento e cinquenta e três mil, Setecentos e trinta reais)**

PRAZO: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: CONTABILIDADE SANTAREM, CNPJ nº 19.977.349/0001-06

Barão de Melgaço, 10 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO N.° 010/CMDCA/2019

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 004/CMDCA/2019 QUE DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES, ESTADO DE MATO GROSSO.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de Barra do Bugres – MT, reunidos no dia 16 de abril de 2019, em Reunião Extraordinária, registrada em **ATA 006/CMDCA/2019**, no uso de suas atribuições legais com base no seu Regimento Interno, Na Lei Municipal n° 841/90, reestruturada pela Lei Municipal n.° 2.019/2012 e na Lei Federal n.° 8.069/90.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1° - Alterar a Resolução nº 004/CMDCA/2019 que dispõe sobre as reuniões ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente durante o ano de 2019 ficando assim definido:

I – dia 21 de maio;

II – dia 18 de junho;

III – dia 23 de julho;

IV – dia 20 de agosto;

V – dia 17 de setembro;

VI – dia 22 de outubro;

VII – dia 19 de novembro e

VIII – dia 17 de dezembro.

Art. 2° - Essa Resolução entrará em vigor a partir da data de publicação.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE

_____

LUCAS ESTEVES DOS SANTOS COSTA

Presidente CMDCA

Barra do Bugres – MT

Biênio 2019/2021

Barra do Bugres-MT, 16 de abril de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO N.° 009/CMDCA/2019

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO "ARTE INFANTIL 2019" DA ASSOCIAÇÃO SOCIAL BARRALCOOL - PROJETO DOCE VIDA NO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES, ESTADO DE MATO GROSSO.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de Barra do Bugres – MT, reunidos no dia 16 de abril de 2019, em Reunião Extraordinária, registrada em **ATA 006/CMDCA/2019**, no uso de suas atribuições legais com base no seu Regimento Interno, Na Lei Municipal n° 841/90, reestruturada pela Lei Municipal n.° 2. 019/2012 e na Lei Federal n.° 8.069/90.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1° - Aprovar o Projeto **"Arte Infantil 2019"** da Associação Barralcool de Assistência Social Projeto Doce Vida no valor total de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

Art. 2° - O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente **AUTORIZA** a capitação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, destinados ao **Projeto da Associação Barralcool de Assistência Social "Projeto Doce Vida".**

Art. 3º - Essa Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE

_____

LUCAS ESTEVES DOS SANTOS COSTA

Presidente CMDCA

Barra do Bugres – MT

Biênio 2019/2021

Barra do Bugres-MT, 16 de abril de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/CMDCA/2019

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BARRA DO BUGRES - MT, no uso das atribuições que lhe é conferida pela Lei Federal nº 8.069/1990 e Lei Municipal nº 2.019/2012, torna público o presente **EDITAL COMPLEMENTAR** para **RETIFICAR** o Edital nº 001/CMDCA/2019 do Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2020/2024, aprovado pela **RESOLUÇÃO Nº 011/CMDCA/2019** de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso.

ONDE SE LÊ:

11.1 Será realizada uma avaliação técnica por meio de prova objetiva de conhecimento, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os conteúdos constantes do Anexo V deste edital, sendo as questões de múltipla escolhas (a, b, c, d) com somente uma alternativa correta, bem como uma questão discursiva, distribuídas entre as áreas dispostas no quadro abaixo:

Área de Conhecimento	Nº de Questões	Peso	Pontuação Máxima
Estatuto da Criança e do Adolescente	15	1,0	15,0
Conhecimentos das Leis: – Lei Federal n° 8.080/90 (Saúde), – Lei Federal n° 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), – Lei Federal n° 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social), – Lei Municipal n°2.019/12 e suas alterações.	10	1,0	10,0
Questão discursiva	01	5,0	5,0
Total	26	-	**30,00**

LEIA – SE:

11.1 Será realizada uma avaliação técnica por meio de prova objetiva de conhecimento, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os conteúdos constantes do Anexo V deste edital, sendo as questões de múltipla escolhas (a, b, c, d) com somente uma alternativa correta, bem como uma questão discursiva, distribuídas entre as áreas dispostas no quadro abaixo:

Área de Conhecimento	Nº de Questões	Peso	Pontuação Máxima
Estatuto da Criança e do Adolescente	15	1,0	15,0
Conhecimentos das Leis: – Lei Federal n° 8.080/90 (Saúde), – Lei Federal n° 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), – Lei Federal n° 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social), – **Lei Federal nº 12.435/11 (Lei do SUAS)** – Lei Municipal n°2.019/12 e suas alterações.	10	1,0	10,0
Questão discursiva	01	5,0	5,0
Total	26	-	**30,00**

ONDE SE LÊ:

ANEXO VI

Conteúdo Programático

QUESTÕES OBJETIVAS:

• **Lei Federal n°8.069/90** (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) **e suas alterações;**

• **Lei Federal n° 8.080/90** (SUS).

• **Lei Federal n° 9.394/96** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

• **Política Nacional de Assistência Social – PNAS;**

• **Lei Federal n°8.742/93** (Lei Orgânica de Assistência Social).

• **Lei Municipal n°2.019/12 e suas alterações**.

QUESTÃO DISCURSIVA:

O texto da questão discursiva será avaliado quanto:

- Apresentação textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos); Desenvolvimento de tema (objetividade e posicionamento frente ao tema; articulação dos argumentos; consistência e coerência de argumentação); Domínio da modalidade escrita de língua portuguesa (grafia/acentuação, pontuação, morfossintaxe, propriedade vocabular).

- Nos casos de fuga ao tema, não haver texto ou de identificação em local indevido, o candidato receberá nota na questão igual a 0,0.

LEIA-SE:

ANEXO VI

Conteúdo Programático

QUESTÕES OBJETIVAS:

• **Lei Federal n°8.069/90** (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e suas alterações;

• **Lei Federal n° 8.080/90** (SUS);

• **Lei Federal n° 9.394/96** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação);

• **Lei Federal nº 12.435/11** (Lei do SUAS);

• **Lei Federal n°8.742/93** (Lei Orgânica de Assistência Social) e

• **Lei Municipal n°2.019/12 e suas alterações**.

QUESTÃO DISCURSIVA:

O texto da questão discursiva será avaliado quanto:

- Apresentação textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos); Desenvolvimento de tema (objetividade e posicionamento frente ao tema; articulação dos argumentos; consistência e coerência de argumentação); Domínio da modalidade escrita de língua portuguesa (grafia/acentuação, pontuação, morfossintaxe, propriedade vocabular).

- Nos casos de fuga ao tema, não haver texto ou de identificação em local indevido, o candidato receberá nota na questão igual a 0,0.

Barra do Bugres, 16 de abril de 2019.

_____

LUCAS ESTEVES DOS SANTOS COSTA

Presidente do CMDCA

Biênio 2019/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO N.° 011/CMDCA/2019

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO EDITAL Nº 001/CMDCA/2019 DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES, ESTADO DE MATO GROSSO.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de Barra do Bugres – MT, reunidos no dia 16 de abril de 2019, em Reunião Extraordinária, registrada em **ATA 006/CMDCA/2019**, no uso de suas atribuições legais com base no seu Regimento Interno, Na Lei Municipal n° 841/90, reestruturada pela Lei Municipal n.° 2. 019/2012 e na Lei Federal n.° 8.069/90.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1° - Alterar o Edital nº 001/CMDCA/2019 que dispõe sobre o Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar da seguinte forma:

ONDE SE LÊ:

11.1 *Será realizada uma avaliação técnica por meio de prova objetiva de conhecimento, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os conteúdos constantes do Anexo V deste edital, sendo as questões de múltipla escolhas (a, b, c, d) com somente uma alternativa correta, bem como uma questão discursiva, distribuídas entre as áreas dispostas no quadro abaixo:*

Área de Conhecimento	*Nº de Questões*	*Peso*	*Pontuação Máxima*
Estatuto da Criança e do Adolescente	*15*	*1,0*	*15,0*
Conhecimentos das Leis: *– Lei Federal n° 8.080/90 (Saúde), – Lei Federal n° 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), – Lei Federal n° 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social), – Lei Municipal n°2.019/12 e suas alterações.*	*10*	*1,0*	*10,0*
Questão discursiva	*01*	*5,0*	*5,0*
Total	*26*	*-*	***30,00***

LEIA – SE:

11.1 *Será realizada uma avaliação técnica por meio de prova objetiva de conhecimento, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os conteúdos constantes do Anexo V deste edital, sendo as questões de múltipla escolhas (a, b, c, d) com somente uma alternativa correta, bem como uma questão discursiva, distribuídas entre as áreas dispostas no quadro abaixo:*

Área de Conhecimento	*Nº de Questões*	*Peso*	*Pontuação Máxima*
Estatuto da Criança e do Adolescente	*15*	*1,0*	*15,0*
Conhecimentos das Leis: *– Lei Federal n° 8.080/90 (Saúde), – Lei Federal n° 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), – Lei Federal n° 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social), – **Lei Federal nº 12.435/11 (Lei do SUAS)** – Lei Municipal n°2.019/12 e suas alterações.*	*10*	*1,0*	*10,0*
Questão discursiva	*01*	*5,0*	*5,0*
Total	*26*	*-*	***30,00***

ONDE SE LÊ:

ANEXO VI

Conteúdo Programático

QUESTÕES OBJETIVAS:

• ***Lei Federal n°8.069/90*** *(Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA)* ***e suas alterações;***

• ***Lei Federal n° 8.080/90*** *(SUS).*

• ***Lei Federal n° 9.394/96*** *(Lei de Diretrizes e Bases da Educação).*

• ***Política Nacional de Assistência Social – PNAS;***

• ***Lei Federal n°8.742/93*** *(Lei Orgânica de Assistência Social).*

• ***Lei Municipal n°2.019/12 e suas alterações****.*

QUESTÃO DISCURSIVA:

O texto da questão discursiva será avaliado quanto:

- Apresentação textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos); Desenvolvimento de tema (objetividade e posicionamento frente ao tema; articulação dos argumentos; consistência e coerência de argumentação); Domínio da modalidade escrita de língua portuguesa (grafia/acentuação, pontuação, morfossintaxe, propriedade vocabular).

- Nos casos de fuga ao tema, não haver texto ou de identificação em local indevido, o candidato receberá nota na questão igual a 0,0.

LEIA-SE:

ANEXO VI

Conteúdo Programático

QUESTÕES OBJETIVAS:

• ***Lei Federal n°8.069/90*** *(Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e suas alterações;*

• ***Lei Federal n° 8.080/90*** *(SUS);*

• ***Lei Federal n° 9.394/96*** *(Lei de Diretrizes e Bases da Educação);*

• ***Lei Federal nº 12.435/11*** *(Lei do SUAS);*

• ***Lei Federal n°8.742/93*** *(Lei Orgânica de Assistência Social) e*

• ***Lei Municipal n°2.019/12 e suas alterações****.*

QUESTÃO DISCURSIVA:

O texto da questão discursiva será avaliado quanto:

- Apresentação textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos); Desenvolvimento de tema (objetividade e posicionamento frente ao tema; articulação dos argumentos; consistência e coerência de argumentação); Domínio da modalidade escrita de língua portuguesa (grafia/acentuação, pontuação, morfossintaxe, propriedade vocabular).

- Nos casos de fuga ao tema, não haver texto ou de identificação em local indevido, o candidato receberá nota na questão igual a 0,0.

Art. 2° - Essa Resolução entrará em vigor a partir da data de publicação.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE

_____

LUCAS ESTEVES DOS SANTOS COSTA

Presidente CMDCA

Barra do Bugres – MT

Biênio 2019/2021

Barra do Bugres-MT, 16 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

RETIFICAÇÃO DO RGF REFERENTE AO 3° QUADRIMESTRE 2018

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.682.150,65	6.083.127,22	6.408.314,11	6.945.530,84	6.252.477,65	6.641.236,02	6.327.405,61	6.624.486,54	6.524.001,45	6.443.333,91	7.141.899,29	7.270.657,18	78.344.620,47	2.500,00
Pessoal Ativo	5.682.150,65	6.083.127,22	6.408.314,11	6.945.530,84	6.252.477,65	6.641.236,02	6.327.405,61	6.624.486,54	6.524.001,45	6.443.333,91	7.141.899,29	7.270.657,18	78.344.620,47	2.500,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.559.138,89	4.951.069,23	5.233.397,13	5.655.885,40	5.018.063,72	5.388.087,21	5.290.274,24	5.364.171,48	5.290.795,08	5.217.343,82	5.837.263,79	5.686.289,22	63.491.779,21	2.500,00
Obrigações Patronais	1.123.011,76	1.132.057,99	1.174.916,98	1.289.645,44	1.234.413,93	1.253.148,81	1.037.131,37	1.260.315,06	1.233.206,37	1.225.990,09	1.304.635,50	1.584.367,96	14.852.841,26	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.682.150,65	6.083.127,22	6.408.314,11	6.945.530,84	6.252.477,65	6.641.236,02	6.327.405,61	6.624.486,54	6.524.001,45	6.443.333,91	7.141.899,29	7.270.657,18	78.344.620,47	2.500,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	161.742.403,81	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	161.742.403,81	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	78.347.120,47	48,44
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	87.340.898,06	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	82.973.853,16	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	78.606.808,25	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	23.691.290,25	16.731.201,43	15.363.298,03	23.365.229,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	23.691.290,25	16.731.201,43	15.363.298,03	23.365.229,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	23.691.290,25	16.731.201,43	15.363.298,03	22.895.416,94
Internos	23.691.290,25	16.731.201,43	15.363.298,03	22.895.416,94
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	469.812,06
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	469.812,06
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	775.827,18	1.073.541,70	1.842.842,60
Disponibilidade de Caixa	0,00	775.827,18	1.073.541,70	1.842.842,60
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.742.954,15	1.816.818,51	1.356.023,68	2.084.248,28
(-) Restos a Pagar Processados	5.418.246,45	1.040.991,33	282.481,98	241.405,68
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	23.691.290,25	15.955.374,25	14.289.756,33	21.522.386,40
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	153.666.342,43	160.764.097,40	164.584.243,68	161.742.403,81
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	15,42	10,41	9,33	14,45
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	15,42	9,92	8,68	13,31
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	184.399.610,92	192.916.916,88	197.501.092,42	194.090.884,57
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	165.959.649,82	173.625.225,19	177.750.983,17	174.681.796,11
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	8.671.731,40
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	3.675.292,30	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Consignações Sem Contrapartida	0,00	0,00	0,00	0,00
RP Não-Processados	4.783.045,47	1.981.277,64	1.018.560,90	292.452,91
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Apropriação de Depósitos Judiciais - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º quadrimestre

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida											
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Estados, DF e Municípios



siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-	-
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	153.666.342,43	160.764.097,40	164.584.243,68	164.584.243,68
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (V/VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	33.806.595,33	35.368.101,43	36.208.533,61	36.208.533,61
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)	30.425.935,80	31.831.291,29	32.587.680,25	32.587.680,25
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	161.742.403,81	
Operações Vedadas (V)	0,00	0,00
Total Considerado para Fins da Apuração do Cumprimento do Limite (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas	25.878.784,61	16,00
Limite de Alerta(inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	23.290.906,15	14,40
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	11.321.968,27	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa								
		Disponibilidade de Caixa							
		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS							
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)=(a-(b+c+d+e)+f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Do Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.768.797,63	0,00	5.429.982,22	0,00	1.145.828,38	0,00	-3.807.012,97	1.402.163,87	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	939.690,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	939.690,56	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	114.754,56	0,00	19.523,22	0,00	0,00	0,00	95.231,34	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	1.331.222,28	0,00	0,00	0,00	-1.331.222,28	418.872,27	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	1.710.185,26	0,00	4.079.236,72	0,00	0,00	0,00	-2.369.051,46	983.291,60	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	4.167,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.167,25	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.145.828,38	0,00	-1.145.828,38	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.858.393,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.858.393,61	0,00	0,00
Recursos Ordinários	2.858.393,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.858.393,61	0,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	5.627.191,24	0,00	5.429.982,22	0,00	1.145.828,38	0,00	-948.619,36	1.402.163,87	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	161.742.403,81
Receita Corrente Líquida Ajustada	161.742.403,81

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	78.347.120,47	48,44
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	87.340.898,06	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	82.973.853,15	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	78.606.808,25	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida		
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	15.955.374,25	14.289.756,33	21.522.386,40
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	192.916.916,88	197.501.092,42	194.090.884,57

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia		
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias de Valores	-	-	-
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	35.368.101,43	36.208.533,61	35.583.328,84

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	25.878.784,61	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	11.321.968,27	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	1.402.163,87	-948.619,36

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

DECRETO Nº 4.124 DE 05 DE ABRIL DE 2019.

"***Dispõe sobre o reajuste de valor de tarifa de Transporte Coletivo Urbano e Alternativo de Passageiros e dá outras providências".***

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS**, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a justificativa apresentada pela concessionária que atua junto ao Transporte Coletivo Urbano e Alternativo de Passageiros no Mu-

nicípio de Barra do Garças/MT, PAULO AUGUSTO DE SOUZA - EPP (CNPJ 02.274.846/0001-45), em que alega a majoração dos custos operacionais de transporte em virtude do reajuste no valor dos insumos básicos para o setor de transportes (óleo diesel, peças, pneus e lubrificantes), bem como dos demais itens que compõem a base de custos da tarifa, tais como, o valor dos ônibus, serviços de mecânica e os reajustes salariais dos empregados;

Considerando que já decorreram 03 (três) anos desde o último reajuste de valor de tarifa concedido;

Considerando, finalmente, que a concessionária tem direito subjetivo ao reajuste de preço, visando à adequação econômico-financeira do objeto licitado, nos termos da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Com supedâneo nas justificativas apresentadas, fica majorada para R$ 3,90 (três reais e noventa centavos) o valor da tarifa de Transporte Coletivo Urbano e Alternativo de Passageiros no Município de Barra do Garças-MT;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor após prévio *referendum* da Câmara Municipal, nos termos do art. 124 da Lei Orgânica Municipal e da Lei Municipal nº 2.028, de 15 de janeiro de 1998, com sua publicação de praxe.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças-MT, 05 de abril de 2019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

Referendado com os votos contrários dos Vereadores Gabriel P. Lopes, Gustavo N. Guimarães, Júlio César G. Dos Santos e Valdei L. Guimarães, em Sessão Ordinária do dia 15/04/2019.
Cilma Balbino de Sousa
Auxiliar Administrativo
Portaria 13/1996

PORTARIA Nº 14.673 DE 10 DE ABRIL DE 2019.

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como fiscal e suplente no contrato que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso,

Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Art. 1º – Designar a servidora, **Luanna Maria dos Santos Martins**, portadora do RG nº 1456082-5 SSP/MT e CPF nº 724.400.311-00, para acompanhamento e fiscalização constante abaixo:

Processo	Objeto	Lote
CREDENCIAMENTO 002/2019	Contratação de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços médicos para de forma **complementar**, atender os usuários do Sistema Único de Saúde junto a Rede Municipal de Saúde do Município de Barra do Garças -MT	04 – PSF

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 10 de abril de 2019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.674 DE 10 DE ABRIL DE 2019.

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como fiscal e suplente no contrato que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso,

Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Art. 1º – Designar a servidora, **Laryssa Souza Silva**, portadora do RG nº 2466561-4 SEJSP/MT e CPF nº 056.846.811-23, para acompanhamento e fiscalização constante abaixo:

Processo	Objeto	Lotes
CREDENCIAMENTO 02/2019	Contratação de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços médicos para de forma **complementar**, atender os usuários do Sistema Único de Saúde junto a Rede Municipal de Saúde do Município de Barra do Garças -MT	01 – UPA 02, 03-Policlínicas

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 10 de abril de 2019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.676 DE 10 DE ABRIL DE 2.019.

"Dispõe sobre interrupção da licença concedida à servidora que menciona. "

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto no § 1º do Art. 99, da Lei Complementar nº 03, de 04 de dezembro de 1991,

R e s o l v e:

Art. 1º – Interromper, a pedido, **a partir de 02 de maio de 2019**, a licença sem remuneração concedida através da Portaria nº 13.496, de 08 de março de 2018, em favor da servidora **ANDRESA GONZALEZ**, lotada no cargo de Psicóloga, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 10 de abril de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.675 DE 10 DE ABRIL DE 2.019.

"Dispõe sobre composição da comissão que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, através do Memo. Nº 293/SMS/BG/2019,

R e s o l v e:

Art. 1º – Designar, sem ônus, para compor a Comissão Municipal de Qualificação, Monitoramento e Avaliação da Educação Permanente em Saúde, os seguintes profissionais que deverão representar de forma participativa e articulada baseada nas necessidades locais e territoriais das unidades de atenção saúde do Município de Barra do Garças, como segue:

Presidente: LINDINALVA MARIA SOUZA SILVA

Secretária: LETÍCIA PINHO GOMES

Membros:

PROFISSIONAIS	COMPONENTES DE SAÚDE
ELLA MARINA FORTE DALTRO DE SOUZA MAIA	Saúde Mental
KAMILA LAURA DE FREITAS SILVA	UCT/Hospital
NAYARA BEATRIZ ALMEIDA LARA SOUZA	Assistência Farmacêutica
MARIA GORETE DE AQUINO VASCO	Gestão SUS
LIDYANE SYNARA GOMES DE SOUSA	Vigilância em Saúde
LUANNA MARIA DOS SANTOS MARTINS	Atenção Básica
CARLA FERREIRA REMPEL	UPA

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 14.653, de 05 de abril de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 10 de abril de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1° ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/2018 – PP Nº 009/2018

O Município de Barra do Garças – MT, torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada: **BIO RESÍDUOS SOLUÇÕES AMBIENTAIS - LTDA**, em virtude de realinhar as metas previstas no contrato original, tem por objetivo acréscimo do valor na ordem de R$ 406.853,16 (quatrocentos e seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais e dezesseis centavos). Barra do Garças - MT, 16 de abril de 2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTO A FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS E DE SERVIDORES, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BARRA DO GARÇAS - FUNDEB E O BANCO DO BRASIL

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BARRA DO GARÇAS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o n.º 30.917.153/0001-69, neste ato representado pelo Exmo. Sr. ROBERTO ANGELO DE FARIAS, inscrito no CPF sob o n.º 460.924.041-68 e portador do RG n.º 480669 SSP/MT, Prefeito do Município de Barra do Garças e pelo Sr. ALBERICO ROCHA LIMA, Secretário de Educação, Esporte e Lazer do Município de Barra do Garças - MT, inscrito no CPF sob o n.º 003.267.631-04 e portador do RG n.º 56609 SSP/GO, abaixo assinados, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e o **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, com sede na Capital Federal, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o n.º 00.000.000/0001-91, neste ato representado pelo Gerente de Agência, Sr. WHELEN GONCALO DE ARRUDA LEITE, inscrito no CPF sob o n.º 622.432.921-49 e portador do RG n.º 945815 SSP/MT, abaixo assinado, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, firmam o presente instrumento, sendo dispensada a licitação, com fundamento no artigo 24, VIII, da Lei n.º 8.666/93, ficando as partes sujeitas às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objeto a prestação, pelo **CONTRATADO**, do serviço de pagamentos eletrônicos por meio de Ordens Bancárias – OBN.

PARÁGRAFO ÚNICO - São as seguintes as modalidades de Ordens Bancárias, a serem processadas pelo Sistema OBN:

Ordem Bancária de Crédito, cuja conta do favorecido é em outro banco, processada por meio de TED/DOC, ou Depósito Judicial em outro banco;

Ordem Bancária de Crédito, cuja conta do favorecido é no Banco do Brasil, podendo ser utilizada para pagamento de salários, recolhimento de GRU Depósito, Depósito Judicial ou Depósito em Garantia no BB;

Ordem Bancária para transferência entre contas de mesma titularidade com float zero;

Ordem Bancária de Crédito Lista, para pagamento a vários favorecidos em uma única ordem;

Ordem Bancária Fatura com código de barras, para liquidação de títulos, guias, carnês e assemelhados e GRU Simples referentes a convênios mantidos no BB; e

Ordem Bancária Fatura sem código de barras, para liquidação de GPS, DARF e DARF simples.

CLÁUSULA SEGUNDA - O pagamento a fornecedores de bens e serviços, nos termos do presente Contrato, poderá ocorrer em âmbito nacional, sendo que a Rede pagadora será composta de toda a rede de agências do **CONTRATADO**.

CLÁUSULA TERCEIRA - O **CONTRATANTE** fornecerá ao **CONTRATADO** os dados necessários à efetivação dos pagamentos, através do intercâmbio de informações em meio eletrônico, conforme leiaute dos arquivos compatíveis, a ser fornecido pelo **CONTRATADO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Após a recepção dos arquivos as ordens debitam as contas nelas informadas e ficam disponíveis para liberação, a qual pode ocorrer automaticamente ou por comando do **CONTRATANTE** no Autoatendimento Setor Público – AASP.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os débitos ocorrerão nas contas informadas nas ordens bancárias, condicionados à existência de saldo, e o pagamento aos favorecidos será efetuado nos exatos termos e valores constantes dos arquivos entregues pelo **CONTRATANTE**, não cabendo ao **CONTRATADO** quaisquer responsabilidades por eventuais erros, omissões ou imperfeições existentes nos mesmos. Qualquer pagamento indevido que decorra de erro no preenchimento formal das ordens é de responsabilidade exclusiva do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A disponibilização dos recursos das Ordens Bancárias de Crédito e Lista será efetuada aos favorecidos correntistas do **CONTRATADO** após o cumprimento de float de 02 (dois) dias úteisa partir do débito das mesmas. Para os favorecidos com domicílio bancário em outras instituições, há de se observar ainda o encaminhamento, pelo **CONTRATADO**, de DOC Eletrônico ao Serviço de Compensação de Cheques e outros Documentos - COMPE e/ou TED – Transferência Eletrônica Disponível, também após o cumprimento do float acima informado, sendo que a sua liquidação ou devolução será de responsabilidade do banco favorecido. Da mesma forma, o(s) pagamento(s) por meio de Ordem(s) Bancária(s) do tipo Fatura será(ão) realizado(s) após o cumprimento do float informado neste parágrafo, sendo de exclusiva responsabilidade do **CONTRATANTE** o controle sobre a data de vencimento dos títulos, guias, carnês e assemelhados.

PARÁGRAFO QUARTO – Em casos excepcionais, o **CONTRATANTE** poderá solicitar a liberação antecipada de ordem bancária para que a mes-

ma credite o favorecido antes do cumprimento do *float*. Ao efetuar tal solicitação, o **CONTRATADO** fica autorizado a debitar na conta informada na ordem bancária, valor compensatório da perda do *float*, calculado à 0,10% do valor da OB, multiplicado pela quantidade de dias úteis antecipados, além da tarifa prevista no inciso 'f' da cláusula quarta.

PARÁGRAFO QUINTO – O **CONTRATADO** encaminhará, diariamente, arquivo retorno contendo relação de ordens pagas e/ou canceladas ao **CONTRATANTE**, com vistas a possibilitar o controle sobre os pagamentos efetuados e a conciliação de sua(s) conta(s).

PARÁGRAFO SEXTO –A indisponibilidade dos recursos e os problemas técnicos com os arquivos causados pelo **CONTRATANTE** provocará o cancelamento desses arquivos. Nesse caso, o **CONTRATANTE** se compromete a comunicar aos seus fornecedores a impossibilidade do pagamento, bem como sobre a alteração da data de pagamento, isentando o **CONTRATADO** de qualquer responsabilidade pelo ocorrido.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Ordens Bancárias canceladas por inconsistências, comando ou prazo terão seus recursos devolvidos automaticamente pelo sistema para a(s) conta(s) indicada(s) pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA - A remuneração do **CONTRATADO** pela prestação dos serviços previstos neste Contrato se dará por OB emitida, conforme abaixo:

Tarifa de R$ 8,20 por Ordem Bancária de Crédito, OB 11 ou 31, 17 ou 37 (OB Lista), cuja conta do favorecido é em outro banco, processada por meio de TED/DOC, ou Depósito Judicial;

Tarifa de R$ 5,50 por Ordem Bancária de Crédito, OB 12 ou 32, 17 ou 37 (OB Lista), cuja conta do favorecido é no Banco do Brasil, podendo ser utilizada para pagamento de salários, recolhimento de GRU Depósito, Depósito Judicial ou Depósito em Garantia no BB;

Tarifa de R$ 5,50 por OB 14 ou 34 para transferência entre contas de mesma titularidade;

Tarifa de R$ 5,50 por Ordem Bancária Fatura com código de barras, OB 18 ou 38, para liquidação de títulos, guias, carnês e assemelhados referentes a convênios mantidos no BB e GRU Simples;

Tarifa de R$ 5,50 por OB 19 ou 39 para pagamento de GPS e DARF, sem código de barras; e

Tarifa de R$ 106,50 por relação – RE, liberada manualmente por agência do **CONTRATADO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **CONTRATADO** debitará, em conta indicada pelo **CONTRATANTE,** no quinto dia útil de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente, quando o vencimento cair em dia não útil, o valor das tarifas a serem pagas pela prestação dos serviços, relativos ao mês anterior. Caso o pagamento não seja efetuado no período, o valor será corrigido pelo ÍNDICE GERAL DE PRECOS DE MERCADO /IGP-M/ e o Banco se reserva o direito de suspender a prestação do serviço sem notificação prévia.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os valores convencionados no *caput* desta cláusula serão reajustados, automaticamente, no prazo de 1 /um/ ano ou quando da prorrogação deste contrato ou, ainda, em menor periodicidade que a legislação eventualmente venha a autorizar. Referido reajuste se dará pela variação positiva acumulada, no período, do índice Nacional de Preços ao Consumidor /INPC/, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística /IBGE/, ou outro índice que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA QUINTA – Não são previstas despesas com a execução do presente contrato, para o exercício de 2019, na(s) dotação(ões) orçamentária(s) à conta do(s) programa(s) Fundeb, rubrica 05.04, por tratar-se de repasse de recurso federal.

CLÁUSULA SEXTA - O **CONTRATADO** se obriga a divulgar e fazer cumprir o conteúdo do presente Contrato por todas as suas dependências localizadas no Território Nacional.

CLÁUSULA SÉTIMA - O **CONTRATANTE** se obriga a providenciar a publicação do presente contrato, exigida no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93, para fins de sua validade e eficácia e indicar servidores/funcionários para responder, perante o **CONTRATADO**, pela condução e cumprimento das condições estabelecidas no presente Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - O presente contrato terá vigência mínima de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme disposto no artigo 57, inciso II, da Lei n° 8.666/93, mediante Termo Aditivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Contrato poderá ser denunciado por quaisquer dos contratantes em razão do descumprimento de obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexequível ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia do contratante que dele desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os contratantes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Uma vez operada a rescisão, nenhuma das partes poderá postular da outra indenização ou vantagem de qualquer natureza, com exceção das disposições previstas e pactuadas no Termo de Denúncia Contratual ou as expressamente admitidas pela Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - Fica eleito o foro da cidade de Barra do Garças - MT, como sendo competente para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por se acharem justos e acordados, o **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**, declarando conhecer o inteiro teor deste Contrato, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

Barra do Garças – MT, 10 de Abril de 2019.

Pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BARRA DO GARÇAS

_____ _____

Prefeito Secretário de Educação

Pelo BANCO DO BRASIL S.A.

_____

Gerente de Agência

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Central de Atendimento BB – 4004 0001* ou 0800 729 0001
* Custos de ligações locais e impostos serão cobradas conforme o Estado de origem. No caso de ligação via celular, custos da ligação mais impostos conforme a operadora.
Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC – 0800 729 0722
Ouvidoria BB - Caso considere que a solução dada a ocorrência que você registrou anteriormente mereça revisão, fale com a Ouvidoria BB: 0800 729 5678
Central de Atendimento Deficientes Auditivos ou de Fala: 0800 729 0088
Ouvidoria para Deficientes Auditivos ou de Fala: 0800 962 7373
Suporte Técnico - Autoatendimento Internet e Celular*: 0800 729 0200
*Dúvidas em relação ao manuseio e configuração de aparelhos, devem ser tratadas com o fabricante do aparelho ou a operadora. Dúvidas em relação aos serviços das operadoras deverão ser tratadas junto as mesmas.

PORTARIA Nº 14.671 DE 10 DE ABRIL DE 2019.

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como Fiscal e suplente no contrato que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso,

Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Artigo 1º – Designar o servidor **Ezequiel Sanches Peres,** portador do RG nº 22421360 – SSP/MT e CPF nº 046.310.171-55, Matrícula Funcional nº 11765, para acompanhamento e fiscalização do contrato relativo à ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/18 DO MUNICÍPIO DE DOVERLÂNDIA-GO, referente a Aquisição de material farmacológico, para atender a Sec. Mun. de Saúde em Barra do Garças.

Artigo 2º - Designar o servidor, **Fernando Cardoso de Oliveira**, portador do RG nº 23256352002-5 – GEJSPG/MA e CPF nº 024.292.423-97, Matrícula Funcional nº 11763**,** para proceder como suplente do fiscal do contrato acima citado.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Barra do Garças, 10 de abril de 2019

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.678 DE 10 DE ABRIL DE 2019.

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como fiscais na Ata de Registro de Preço que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Artigo 1º – Designar o servidor **Nazareth Paulino Bueno**, para proceder **à fiscalização** dos itens solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde contidos na Ata de Registro de Preço nº 014 /2019 referente ao Pregão Presencial nº 014/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E HABILITADA PARA SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, CONTROLE DE PRAGAS, LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA E LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS.

Artigo 2º - Designar o servidor **Alverina Kosanke Souza**, para proceder como **suplente do fiscal de contrato** dos itens solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde contidos na Ata de Registro de Preços nº 014/2019 referente ao Pregão Presencial nº 014/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E HABILITADA PARA SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, CONTROLE DE PRAGAS, LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA E LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 10 de abril de 2019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.681 DE 10 DE ABRIL DE 2019.

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como Fiscal e suplente no contrato que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso,

Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Artigo 1º – Designar o servidor **Nazareth Paulino Bueno,** portador do RG nº 4380765 – SSP/GO e CPF nº 716.511.011-91, Matrícula Funcional nº 915, para acompanhamento e fiscalização do contrato relativo à ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2019, PERTENCENTE DO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 004/2019 DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA - MT, referente a Eventual Contratação de empresa especializada em serviços gráficos visando atender a Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Designar o servidor, **Alverina Kosanke Souza**, portador do RG nº 913650 – SSP/MT e CPF nº 535.998.531-34, Matrícula Funcional nº 5230**,** para proceder como suplente do fiscal do contrato acima citado.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Barra do Garças, 10 de abril de 2019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.680 DE 10 DE ABRIL DE 2019.

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como fiscais na Ata de Registro de Preço que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Artigo 1º – Designar o servidor **Nazareth Paulino Bueno**, para proceder **à fiscalização** da Ata de Registro de Preço nº 020 /2019 referente ao Pregão Presencial nº 020/2019. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS PARA CONFECÇÕES DE LENÇOIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL E PRONTO SOCORRO MILTON PESSOA MORBECK.

Artigo 2º - Designar o servidor **Alverina Kosanke Souza**, para proceder como **suplente do fiscal de contrato** da Ata de Registro de Preços nº 020/2019 referente ao Pregão Presencial nº 020/2019. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS PARA CONFECÇÕES DE LENÇOIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL E PRONTO SOCORRO MILTON PESSOA MORBECK.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 10 de abril de 2019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.679 DE 10 DE ABRIL DE 2019.

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como fiscais na Ata de Registro de Preço que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Artigo 1º – Designar o servidor **Nazareth Paulino Bueno**, para proceder **à fiscalização** da Ata de Registro de Preço nº 006/2019 referente ao Pregão Eletrônico nº 006/2019. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AO CENTRO DE REABILITAÇÃO E FISIOTERAPIA DESTA MUNICIPALIDADE ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR 11930.883000/1180-01.

Artigo 2º - Designar o servidor **Alverina Kosanke Souza**, para proceder como **suplente do fiscal de contrato** da Ata de Registro de Preços nº 006/2019 referente ao Pregão Eletrônico nº 006/2019. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AO CENTRO DE REABILITAÇÃO E FISIOTERAPIA DESTA MUNICIPALIDADE ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR 11930.883000/1180-01

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 10 de abril de 2019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.677 DE 10 DE ABRIL DE 2019.

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como fiscais na Ata de Registro de Preço que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Artigo 1º – Designar o servidor **Rayssa Cristina Tavares Borges**, para proceder **à fiscalização** da Ata de Registro de Preço nº 019 /2019 referente ao Pregão Presencial nº 019/2019. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER A FROTA MUNICIPAL.

Artigo 2º - Designar o servidor **Marcons Mendes de Abreu**, para proceder como **suplente do fiscal de contrato** da Ata de Registro de Preços nº 019/2019 referente ao Pregão Presencial nº 019/2019. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER A FROTA MUNICIPAL.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 10 de abril de 2019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.682 DE 10 DE ABRIL DE 2019.

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como fiscais na Ata de Registro de Preço que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Artigo 1º – Designar o servidor **Rayssa Cristina Tavares Borges**, para proceder **à fiscalização** da Ata de Registro de Preço nº 016 /2019 referente ao Pregão Presencial nº 016/2019. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA PEQUENAS REFORMAS E CONSTRUÇÃO DE CANALETAS.

Artigo 2º - Designar o servidor **Marcons Mendes de Abreu**, para proceder como **suplente do fiscal de contrato** da Ata de Registro de Preços nº 016/2019 referente ao Pregão Presencial nº 016/2019. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA PEQUENAS REFORMAS E CONSTRUÇÃO DE CANALETAS.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 10 de abril de 2019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.683 DE 10 DE ABRIL DE 2019.

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como fiscais na Ata de Registro de Preço que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Artigo 1º – Designar o servidor **Nazareth Paulino Bueno**, para proceder **à fiscalização** da Ata de Registro de Preço nº 017 /2019 referente ao Pregão Presencial nº 017/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES, MANUTENÇÃO DE SISTEMAS, SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO COM FINALIDADE DE ATENDER AS DEMANDAS DE SOFTWARES DE GESTÃO DE SAÚDE, PARA POTENCIALIZAR A CAPACIDADE MUNICIPAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

Artigo 2º - Designar o servidor **Alverina Kosanke Souza**, para proceder como **suplente do fiscal de contrato** da Ata de Registro de Preços nº 017/2019 referente ao Pregão Presencial nº 017/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES, MANUTENÇÃO DE SISTEMAS, SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO COM FINALIDADE DE ATENDER AS DEMANDAS DE SOFTWARES DE GESTÃO DE SAÚDE, PARA POTENCIALI-

ZAR A CAPACIDADE MUNICIPAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 10 de abril de 2019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

PORTARIA Nº 141 DE 12 DE ABRIL DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no memorando nº 3.220, de 12 de abril de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora **ERISLANE APARECIDA DE OLIVEIRA,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, como responsável para fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
52/19	JOSÉ AUGUSTO SALES.	Constituir objeto do presente contrato **DISPENSA DE LICITAÇÃO** a locação de imóvel para instalação da **Unidade de Saúde do Centro de Atenção Psicossocial I Infantil Juvenil – CPSi**, situado à Rua Quintino Bocaiuva, nº 143-Centro- nesta cidade de Cáceres-MT.	10/04/19	12 meses

§ 1º A servidora acima designada deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Saúde e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de abril de 2019.

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 12.04.19.

DECRETO Nº. 220 DE 11 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 11766 de 10 de abril de 2019,

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar a servidora **JOANIRDES DIAS DA SILVA**, do cargo de Gerência de Programas e Projetos, concebido através do Decreto nº 113 de 26 de fevereiro de 2018, da Secretaria de Turismo e Cultura, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 04 de abril de 2019.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de abril de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Secretária Municipal de Turismo e Cultura

Afixado em: 11.04.19.

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2018 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 017/2019

A Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT, visando atender aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e:

Resolve:

I – CONVOCAR o candidato Aprovado e Classificados no Processo Simplificado nº 005/2018, para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Getúlio Vargas – Nº 838, bairro Santa Isabel, ao lado da Secretaria Municipal de Saúde, no dia **15/04/2019 (SEGUNDA-FEIRA)**,às 09:00 horas para compor o quadro de vaga apresentada por esta secretaria, conforme **Anexo I** deste edital;

II – INFORMAR que para ser contratado, no dia da lotação o candidato deverá apresentar cópias de documentos pessoais e afins, conforme Anexo **II.**

Cáceres, 12 de abril de 2019.

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

CONVOCAÇÃO PARA LOTAÇÃO/ATRIBUIÇÃO

AREA URBANA

CARGO: guarda

CL.	NOME	PONTUACAO	DATA DE NASC.	SITUACAO
003	JUCELINO HURTADO DE ARRUDA	65,00	15/12/1982	CLASSIFICADO

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

Certidão de Casamento ou Nascimento;

Título de Eleitor;

Documentos que comprovem estar quites com as obrigações eleitorais;

Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de

Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho);

Cadastro do PIS/PASEP

Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

Número do CPF do Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou dependentes;

Certidão de Nascimento dos filhos;

Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

Comprovante de Residência à data da Contratação;

Declaração negativa de acúmulo de cargo e emprego público, assinado pelo servidor;

Atestado Médico Admissional;

Certidão Negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais.

Declaração de Bens;

Certidão Negativa de Débitos junto ao município;

Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

Telefone e e-mail.

PORTARIA Nº 142 DE 12 DE ABRIL DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no memorando nº 3.215 de 11 de abril de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Conceder ao servidor **ABRAÃO PASTICK GONÇALVES**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2011/2016, no período de 15 de abril de 2019 a 13 de julho de 2019.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de abril de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 12.04.19

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2018 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 018/2019

A Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT, visando atender aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência,

Resolve:

I – CONVOCAR os candidatos Aprovados e Classificados no Processo Simplificado nº 005/2018, para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Getúlio Vargas – Nº 838, bairro Santa Isabel, ao lado da Secretaria Municipal de Saúde, no dia **17/04/2019 (QUARTA-FEIRA)**, **às 09:00** horas para compor o quadro de vagas apresentadas por esta secretaria, conforme **Anexo I** deste edital;

II – INFORMAR que para ser contratado, no dia da lotação o candidato deverá apresentar cópias de documentos pessoais e afins, conforme Anexo **II.**

Cáceres, 16 de abril de 2019.

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

CONVOCAÇÃO PARA LOTAÇÃO/ATRIBUIÇÃO

AREA URBANA

CARGO: guarda

CL.	NOME	PONTUACAO	DATA DE NASC.	SITUACAO
005	WALAPHY DOUGLAS DOS SANTOS	65,00	28/09/1983	CLASSIFICADO

CARGO: Nutricionista

CL.	NOME	PONTUACAO	DATA DE NASC.	SITUACAO
002	CLARISSA SILVEIRA	61	01/12/1994	CLASSIFICADA
003	EDMILSON OLIVEIRA SILVA	59	03/05/1990	CLASSIFICADA
004	EDILEUZA SANTANA SOARES PENIDO	55,00	03/01/1983	CLASSIFICADA

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

Certidão de Casamento ou Nascimento;

Título de Eleitor;

Documentos que comprovem estar quites com as obrigações eleitorais;

Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de

Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho);

Cadastro do PIS/PASEP

Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

Número do CPF do Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou dependentes;

Certidão de Nascimento dos filhos;

Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

Comprovante de Residência à data da Contratação;

Declaração negativa de acúmulo de cargo e emprego público, assinado pelo servidor;

Atestado Médico Admissional;

Certidão Negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais.

Declaração de Bens;

Certidão Negativa de Débitos junto ao município;

Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

Telefone e e-mail.

AUTORIZAÇÃO 006 - COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS RETINÓIDES - FARMACIA GALENA MANIPULAÇÃO DE FORMULAS LTDA (LOJA 02)

AUTORIZAÇÃO

COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS RETINÓIDES

A Coordenadoria de Vigilância em Saúde do Município de Cáceres, através da sua Coordenadora, no uso de suas atribuições e atendendo ao disposto do Art. 124 da Portaria nº 06 de 12/05/1999 SVS/MS, que aprova a Instrução Normativa da Portaria SVS/MS nº 344 de 12/05/1998, faz publicar a aprovação do Cadastro do estabelecimento abaixo denominado, autorizando este comercializar medicamentos de uso sistêmico **RETINÓIDE – LISTA C2** da referida Portaria:

Razão Social: FARMACIA GALENA MANIPULAÇÃO DE FORMULAS LTDA	
Nome Fantasia: FARMACIA GALENA MANIPULAÇÃO DE FORMULAS	
Autorização Nº: 006	
Nº do CNPJ: 10.737.685/003-79	
Nº do Processo: 006	
Endereço: RUA PADRE CASSEMIRO	**Nº:** 976
Bairro: CENTRO	**Cidade**: CÁCERES-MT
Atividade: Adquirir/Armazenar/Dispensar medicamentos à base de substancias retinóicas de uso sistêmico. ***Portaria 529 de 31 de outubro de 2017***.	

O cadastro acima citado só perderá validade quando houver, alteração de responsável técnico, mudança de endereço e/ou razão social. Para acréscimo de medicamentos ao cadastro deverá ser requerida alteração no mesmo.

Cáceres-MT, 15 de abril de 2018.

Benice Benedita de Oliveira

Coordenadora da Vigilância em Saúde

DECRETO Nº.223, DE 15/04/2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.726/2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, mediante anulação parcial e/ou total da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária(s) no valor de R$145.950,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

42 04.122.1007.2006.0000 MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO 5.000,00

3.3.90.46.00 AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO F.R. Grupo: 1.00

02 08 01 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

597 15.452.1007.2079.0000 MANUT E ENC COM AS ATIVIDADES DOS SERVICOS URBANOS 135.950,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.00

02 16 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

981 04.129.1008.2182.0000 MANUT.E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SMFAZ 5.000,00

3.3.90.46.00 AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

121 04.122.1007.2018.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO -10.000,00

3.3.90.46.00 AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO F.R. Grupo: 1.00

02 08 01 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

596 15.452.1007.2079.0000MANUT E ENC COM AS ATIVIDADES DOS SERVICOS URBANOS -135.950,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 15 DE ABRIL DE 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 019/2017

QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 019/2017

O **PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, torna público o aditamento na contratação de prestação de serviços:

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVICÁCERES.

CONTRATADO: ABCPREV GESTÃO E FORMAÇÃO PREVIDENCIÁRIA LTDA - EPP, CNPJ: 16.778.036/0001-30.

OBJETO: Quarto Termo Aditivo de prazo ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 019/2017 - prestação de serviços de assessoria e consultoria na área previdenciária a fim de avaliar, revisar e orientar a sistemática aplicada na atualização da Lei Complementar Municipal nº 62/2005 e demais legislações pertinentes, aplicadas ao Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres – PREVICÁCERES.

PRAZO: 120 (cento e vinte) dias.

PRORROGAÇÃO A PARTIR: 15/04/2019.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.000999 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Cáceres/MT, 08 de abril de 2019.

Luana Aparecida Ortega Piovesan

Diretora Executiva

PREVICÁCERES

PORTARIA Nº 145 DE 15 DE ABRIL DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258 de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO os artigos 19, 20 e 21 da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003 e os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Memorando sob nº 3.439, de 15 de abril de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Elevados o Nível e Classe dos servidores de carreira do Município de Cáceres, relacionados no anexo único da presente Portaria, em razão de nova habilitação específica alcançada e por tempo de serviços prestados, obedecendo aos critérios de promoção para cada Nível e Classe, no mês de **Abril/2019**.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta do Elemento de Despesa das respectivas Secretarias.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 15 de abril de 2019.

ANAPAULA RODRIGUES VARGAS

Secretária Municipal de Administração

Em substituição

Afixado em: 15.04.19

ABRIL/2019

SERVIDORES COM DIREITO A ELEVAÇÃO DE NIVEL E CLASSE EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR Nº.47 DE 29/09//2003, ART.19 e SEGUINTES e LEI COMPLEMENTAR Nº.48 de 05/09/2003, ART.18 E SEGUINTES - "PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS - PCCS" VIGENTE.

NOME	CARGO	PROGRESSÃO FUNCIONAL	DATA ADMISSÃO	DE CLASSE/ NÍVEL	PARA CLASSE /NÍVEL
ELIANE BATISTA	Assistente Administrativo	Progressão de Classe	05/04/2010	C - III	D – III
LUIZ MARCIO PEREIRA DE SOUZA	Assistente Administrativo	Progressão de Classe	05/04/2010	C – II	D – II
ELIANE SILVA DE OLIVEIRA	Assistente Administrativo	Progressão de Classe	05/04/2010	C – II	D – II
DEMIS ROGERIO RODRIGUES COSTA	Assistente Administrativo	Progressão de Classe	22/03/2010	C – III	D – III
LILIA MONICA DE ANDRADE GONZAGA PINTO	Assistente Administrativo	Progressão de Classe	22/03/2010	C – III	D – III
RONILMA DA CUNHA MARTINS SANTULLO	Assistente Administrativo	Progressão de Classe	22/03/2010	C – III	D – III
IVANIR VIANA E SILVA	Contínuo	Progressão de Nível	22/07/2014	B – II	B – III
LUIZ FERNANDO SEBA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	05/04/2010	C – I	D – I
INAILZA PEDRAÇA SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	06/04/2010	C – IV	D – IV
MARGARIDA BASILIO LIANDRO	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	21/03/1995	H – I	I – I
VANILZA MENDES DA SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível	02/05/2012	C – II	C – III
ALEX ANTONIO DA CRUZ	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível	17/05/2010	C – III	C – IV
DONIZETE DA SILVA LEITE	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível	08/08/2011	C – III	C – IV
LUIZ GERALDO DE MORAES	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível	20/06/2012	C – II	C- III
ANDRÉ FELIPE CAMPOS ARTIAGA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível	21/10/2013	B – III	B – IV
VALDINÉIA DOS SANTOS GONÇALVES	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível	18/07/2011	C – III	C – IV
ANTONIA MIRANDA VIEIRA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível	12/09/2002	F – II	F – III
JUNIA PORTES BALDUINO BRANDÃO	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível	01/03/2006	E – III	E – IV
LUIZ ANGELO DA COSTA ANTUNES	Enfermeiro	Progressão de Nível	26/01/2015	B – I	B – II
MAURO SILVIO GALVÃO VASCONCELOS	Guarda	Progressão de Nível	05/08/2002	F – III	F – IV
MANOEL DO CARMO DE CARVALHO	Guarda	Progressão de Nível	06/12/2002	F – II	F – III
MARIO NILTON ROCHA DO NASCIMENTO	Guarda	Progressão de Nível	22/02/1999	G – II	G – III
NILSON MARCELINO LOPES	Guarda	Progressão de Nível	01/03/2006	E – II	E – III
JOÃO JOSE DE ALMEIDA	Guarda	Progressão de Nível	05/08/2002	F – II	F – III
DJONAS CAMILO DE GODÓI	Guarda	Progressão de Nível	11/07/2014	B – III	B – IV
ROSALINO DA SILVA	Guarda	Progressão de Classe	05/04/2010	C – III	D – III
RONEY LEANDRO FERREIRA	Guarda	Progressão de Classe	05/04/2010	C – II	D – II
ADEMILSON RAMOS DE FARIAS	Guarda	Progressão de Classe	05/04/2010	C – II	D – II
RICARDO DE SOUZA BENEVIDES	Guarda	Progressão de Classe	05/04/2010	C – IV	D – IV
ELIZEU PEREIRA DA SILVA	Guarda	Progressão de Classe	22/03/2010	C – IV	D – IV
MARCELO DELUQUI DA SILVA	Guarda	Progressão de Nível	17/10/2012	C – III	C – IV
JAIR RODRIGUES	Maqueiro	Progressão de Classe	05/04/2010	C – II	D – II
EDUARDO JOSE DA SILVA	Motorista	Progressão de Classe	22/03/2010	C – IV	D – IV
RONILDO GONÇALVES DOS SANTOS ALVES	Motorista	Progressão de Nível	04/04/1997	G – III	G - IV
UISON VANÇAN DOS SANTOS	Odontólogo	Progressão de Nível	01/10/1986	J – I	J – II
BENEDITO PAULO RIBEIRO	Pedreiro	Progressão de Classe	05/04/2010	C –II	D – II
DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS	Prof.Lic.em Geografia 20hs	Progressão de Classe	05/05/2009	B – IV	C – IV
ODENIS JARA GOMES	Prof.Lic.Pedag.c/Superv.Escolar 40hs	Progressão de Classe	05/04/2010	C – II	D – II
LUZINETE DUARTE LEITE	Técnico em Enfermagem (S/G.T)	Progressão de Nível	21/03/2016	A – I	A - II
ANA PAULA RODRIGUES DA SILVA	Técnico em Enfermagem (S/G.T)	Progressão de Nível	01/08/2012	C – I	C - II
JOELMA APARECIDA DA SILVA	Técnico em Enfermagem (S/G.T)	Progressão de Nível	12/11/2009	D – II	D - III
ANTONIA MARIA DA SILVA	Técnico em Enfermagem (S/G.T)	Progressão de Nível	01/08/2012	C – II	C - III
ANA ELIZETHE DA SILVA MONTEIRO	Técnico em Enfermagem (S/G.T)	Progressão de Classe	21/03/2016	A – I	B – I
FABIA ARRUDA DE SOUZA	Técnico em Enfermagem (S/G.T)	Progressão de Classe	21/03/2016	A – I	B – I
HELISON MARCONDES PEREIRA	Técnico em Enfermagem (S/G.T)	Progressão de Classe	21/03/2016	A – I	B – I
LEILIANE DOS SANTOS MUNIZ	Técnico em Enfermagem (S/G.T)	Progressão de Classe	21/03/2016	A – I	B – I
LUIZ JORGE PEREIRA LEITE	Técnico em Enfermagem (S/G.T)	Progressão de Classe	21/03/2016	A – I	B – I

LUZINETE APARECIDA DA SILVA LEME	Técnico em Enfermagem (S/G.T)	Progressão de Classe	21/03/2016	A – I	B – I
LUZINETE DUARTE LEITE	Técnico em Enfermagem (S/G.T)	Progressão de Classe/Nível	21/03/2016	A – I	B – II
MARIA APARECIDA GOMES	Técnico em Enfermagem (S/G.T)	Progressão de Classe/Nível	21/03/2016	A – I	B – II
ROSEMAR APARECIDA SAMPAIO	Técnico em Enfermagem (S/G.T)	Progressão de Classe	21/03/2016	A – I	B – I
WILLIAN BEZERRA CARDOSO	Técnico em Enfermagem (S/G.T)	Progressão de Classe	21/03/2016	A – I	B – I
PAULO RUFINO OCAMPOS	Técnico em Informática	Progressão de Classe	05/04/2010	C - I	D – I

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N°07 -2018 COM REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretária Municipal de Administração - SMAD

Objeto: Registro de preço para contratação de empresa apta à prestação de serviço de rastreamento e Monitoramento de Veículos via Satélite por GPS/GSM/GPRS, com **dispositivo eletrônico de identificação de motorista tipo cartão RFID, compreendendo a instalação de módulos rastreadores, com respectivo leitor de cartão RFID em regime de comodato conforme Artigos 579 A 585 do Código Civil, o fornecimento do dispositivo de identificação dos motoristas e a disponibilização de sistema de gerenciamento com acesso via WEB para gestão de frota da Prefeitura Municipal de Cáceres –MT, incluindo o fornecimento de equipamentos novos** a títulos de comodato, componentes e licenças de uso de software e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação e suporte técnico e garantia de funcionamento, conforme especificações do Anexo I (Termo de Referência), parte integrante e inseparável deste Termo de Referência.

CONSIDERANDO FINS DE INTERESSE PÚBLICO, FICA CANCELADO ESTE PROCESSO.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma http://bll.org.br/

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 16 de abril de 2019.

Cristiane Cebalho de Oliveira

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 025/2019

DECRETO Nº.221 DE 11 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 11770 de 10 de abril de 2019,

RESOLVEM:

Art.1º Nomear a servidora **DÉBHORA BELUSSI**-Assistente Administrativo, para exercer as funções de Gerência de Programas e Projetos da Secretaria de Turismo e Cultura, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 04 de abril de 2019.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de abril de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Secretária Municipal de Turismo e Cultura

Afixado em: 11.04.19.

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 37/2019

A Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT, visando atender aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e:

Considerando o que consta no processo nº 47428 de 19 de novembro de 2018;

Considerando as atribuições da Comissão Paritária, responsável pela condução do Processo Seletivo Simplificado, instituída pela Portaria nº 481 de 11 de outubro de 2018;

RESOLVE:

I - DIVULGAR o Resultado da Etapa II, do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, dos candidatos convocados no edital complementar Nº 34/2019 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, que realizaram Avaliação Psicológica, conforme Anexo I, deste edital;

II - CONVOCAR os candidatos Classificados no Processo Simplificado nº 001/2019, para comparecerem na **Secretaria Municipal de Educação**, situada na Avenida Getúlio Vargas – Nº 838, bairro Santa Isabel, ao lado da Secretaria Municipal de Saúde, no dia **15/04/2019 (segunda-feira)**, **às 09:00 horas**, para compor o quadro de vagas apresentadas por esta secretaria, conforme **Anexo II,** deste Edital;

III - **DISPONIBILIZAR** a vaga dispostas no **Anexo III,** para manifestação dos candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019, **no referido cargo**, quanto ao interesse e disponibilidade na vaga apresentada. A atribuição será realizada de acordo com a ordem de classificação dos candidatos e quantidade de vagas existentes

IV - INFORMAR que para ser contratado, no dia da lotação o candidato deverá apresentar cópias de documentos pessoais e afins, conforme **Anexo IV.**

Cáceres, 12 de março de 2019.

Arci Rezende Pereira da Rosa

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Simplificado

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

DIVULGAR

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

CLASS	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	AVALIAÇÃO	SITUAÇÃO
78	Danielle de Oliveira Arruda Roca	19612110	08/04/2019	Indicada	Classificada
79	Pedrosa Surubi da Silva	19407130	08/04/2019	Não Indicada	Desclassificada
80	Fabiola Queiza Neres Seonaca	191879148	08/04/2019	Não Indicada	Desclassificada
81	Josiane Surubi da Silva	191817144	08/04/2019	Indicada	Classificada
82	Cleidiane Cristina da Silva	1918117	08/04/2019	Ausente	Desclassificada
83	Aparecida Tertuliano de Oliveira	19819149	09/04/2019	Ausente	Desclassificada
84	Aline Eliane da Silva	192278146	09/04/2019	Indicada	Classificada
85	Karolina Martins de Miranda	191627123	09/04/2019	Indicada	Classificada
86	Gleisiane Fontes Alves	192145146	09/04/2019	Não Indicada	Desclassificada
87	Jéssica Boaventura de Matos	191792109	09/04/2019	Indicada	Classificada

NUCLEO UNIÃO

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

CLASS	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	AVALIAÇÃO	SITUAÇÃO
02	Patricia de Paula Souza	191289158	29/01/1988	INDICADA	CLASSIFICADA

ANEXO II

CONVOCAR

ESCOLAS URBANAS

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

CLASS	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	AVALIAÇÃO	SITUAÇÃO
78	Danielle de Oliveira Arruda Roca	19612110	08/04/2019	Indicada	Classificada
81	Josiane Surubi da Silva	191817144	08/04/2019	Indicada	Classificada
84	Aline Eliane da Silva	192278146	09/04/2019	Indicada	Classificada
85	Karolina Martins de Miranda	191627123	09/04/2019	Indicada	Classificada
87	Jéssica Boaventura de Matos	191792109	09/04/2019	Indicada	Classificada

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASS	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	INST	FORM	TOTAL	SITUAÇÃO
032	LUCIANA MERCULIS LEITE SANTOS DE JESUS	191266150	24/06/1994	15.00	0.00	15.00	CLASSIFICADA

ZONA RURAL

ESCOLA MUNICIPAL 16 DE MARÇO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASS	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	INST	FORM	TOTAL	SITUAÇÃO
003	LUZIA ALVES PEREIRA	191313119	10/04/1979	10.00	4.66	14.66	CLASSIFICADA

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

ESCOLA MUNICIPAL SOTECO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASS	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	INST	FORM	TOTAL	SITUAÇÃO
007	LETÍCIA FIRMINO ROCHA	191214118	26/03/1999	10.0	0.90	10.90	CLASSIFICADA
008	EVA LÚCIA SOUZA DE DEUS	19352132	8/10/1973	10.0	0.0	10.0	CLASSIFICADA

NÚCLEO LARANJEIRA

GUARDA

CLASS	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	INST	FORM	TOTAL	SITUAÇÃO
02	CLAYTON JOSÉ DE SOUZA	1940129	02/07/1977	10.0	5.0	15.0	CLASSIFICADO

ANEXO III

DISPONIBILIZAR

CARGO	LOCALIDADE	VAGAS
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	NÚCLEO UNIÃO (ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO)	**01**
AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	NÚCLEO PAIOL	**01**
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRAS	**01**

ANEXO IV

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

Certidão de Casamento ou Nascimento;

Título de Eleitor;

Documentos que comprovem estar quites com as obrigações eleitorais;

Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho);

Cadastro do PIS/PASEP

Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

Número do CPF do Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou dependentes;

Certidão de Nascimento dos filhos;

Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

Comprovante de Residência à data da Contratação;

Declaração negativa de acúmulo de cargo e emprego público, assinado pelo servidor;

Atestado Médico Admissional;

Certidão Negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais.

Declaração de Bens;

Certidão Negativa de Débitos junto ao município;

Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

Telefone e e-mail

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 36/2019

A Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT, visando atender aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e:

Considerando o que consta no processo nº 47428 de 19 de novembro de 2018;

Considerando as atribuições da Comissão Paritária, responsável pela condução do Processo Seletivo Simplificado, instituída pela Portaria nº 481 de 11 de outubro de 2018;

RESOLVE:

I - RETIFICAR a convocação divulgada no anexo I do Edital Complementar 34 do Processo Simplificado nº 001/2019, conforme anexo I deste edital**;**

II - RETIFICAR a convocação divulgada no anexo II do Edital Complementar 35 do Processo Simplificado nº 001/2019, conforme anexo II deste edital;

III - CONVOCAR o candidato Classificado no Processo Simplificado nº 001/2019, para comparecer na **Secretaria Municipal de Educação**, situada na Avenida Getúlio Vargas – Nº 838, bairro Santa Isabel, ao lado da Secretaria Municipal de Saúde, no dia **12/04/2019 (sexta-feira)**, **às 9:00 horas**, para compor o quadro de vagas apresentadas por esta secretaria, conforme **Anexo III,** deste Edital;

V - INFORMAR que para ser contratado, no dia da lotação o candidato deverá apresentar cópias de documentos pessoais e afins, conforme **Anexo IV**.

Cáceres, 11 de abril de 2019.

Arci Rezende Pereira da Rosa

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Simplificado

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

Onde se lê:

Núcleo União

CLASS	NOME	PROTOCOLO	DATA	HORÁRIO
02	JOSEANE PEREIRA FERREIRA	19850145	08/04/2019	14:00
03	PATRICIA DE PAULA SOUZA	191289158	09/04/2019	08:00

Núcleo Sapiquá

CLASS	NOME	PROTOCOLO	DATA	HORÁRIO
01	ALESSANDRA GONÇALVES DO NASCIMENTO DA SILVA	19901128	08/04/2019	14:00
02	ADELANGE ANGÉLICA BENACHO	191289158	09/04/2019	08:00

Leia-se:

Núcleo União

CLASS	NOME	PROTOCOLO	DATA	HORÁRIO
03	PATRICIA DE PAULA SOUZA	191289158	09/04/2019	08:00

ANEXO II

Onde se lê:

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

CLASS	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
2	FERNANDO ANDRADE WINCK	192627141	16/11/1989	CLASSIFICADO

Núcleo CLARINÓPOLIS – EM SOTECO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASS	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	INST	FORM	TOTAL	SITUAÇÃO
5	VANIRA CEBALHO DE SOUZA DA SILVA	19331154	01/10/1972	1000	3.90	13.90	CLASSIFICADO

Leia-se:

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

CLASS	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
1	QUÉZIA LUCAS DOS SANTOS	19327115	22/03/1996	CLASSIFICADO
2	FERNANDO ANDRADE WINCK	192627141	16/11/1989	CLASSIFICADO

Núcleo CLARINÓPOLIS – EM SOTECO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASS	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	INST	FORM	TOTAL	SITUAÇÃO
6	EUNICE RODRIGUES DOS SANTOS	192131106	12/09/1969	10.00	2.61	12.61	CLASSIFICADO

ANEXO III

NÚCLEO UNIÃO

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

CLASS	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	ETAP I	ETAPA II	TOTAL	SITUAÇÃO
1	JOSEANE PEREIRA FERREIRA	19850145	07/05/1999	5.50	INDICADA	5.50	CLASSIFICADO

ANEXO IV

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

Certidão de Casamento ou Nascimento;

Título de Eleitor;

Documentos que comprovem estar quites com as obrigações eleitorais;

Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho);

Cadastro do PIS/PASEP

Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

Número do CPF do Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou dependentes;

Certidão de Nascimento dos filhos;

Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

Comprovante de Residência à data da Contratação;

Declaração negativa de acúmulo de cargo e emprego público, assinado pelo servidor;

Atestado Médico Admissional;

Certidão Negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais.

Declaração de Bens;

Certidão Negativa de Débitos junto ao município;

Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

Telefone e e-mail

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
ATO DE RATIFICAÇÃO – INEXIGIBILIDADE Nº 01/2019.

Protocolo Nº 140, de 12 de março de 2019.

Interessado: Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, para contratação de patrocínio associado prata – 49º Congresso Nacional de Saneamento da ASSEMAE (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento)- Cuiabá/MT, visando a participação dos servidores do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, à trabalhos, cursos palestras, trocas de experiências, novas técnicas e tecnologia para aperfeiçoamento da prestação dos serviços ao munícipes voltadas ao saneamento básico, conforme Termo de Referência Nº 10/2019.

Vigência: 12 (doze) meses.

Despesas:

Órgão/ Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
04.18. 01	17.512.1007. 2211	3.3.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica	100– Rec. Ordinários

Fundamento: Artigo 25, inciso II, c/c Art. 13, inciso VI, da Lei Federal n.º 8.666/93 e também amparado nos princípios da finalidade pública e princípio da continuidade do serviço público.

COD.	CNPJ	EMPRESA	TOTAL R$
480	20.057.071/ 0001-38	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO	25. 000,00

Ratifico a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em consonância com o Parecer Jurídico, nos termos do Art. 25, inciso II, c/c Art. 13, inciso VI, da Lei Federal n.º 8.666/93***, e AUTORIZO A DESPESA ACIMA, com fulcro no Art. 26 da Lei 8.666/93.***

Cáceres, 16 de abril de 2019.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

DECRETO Nº. 222 DE 15 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA**, no uso das atribuições que lhe confere Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, alterado pelo Decreto nº 017 de 17 de janeiro de 2014 e:

CONSIDERANDO o que consta no memorando nº 3.157 de 10 de abril de 2019,

R E S O L V EM:

Art. 1º Nomear o senhor **RAFAEL OLIVEIRA LAIA**, para exercer o cargo em Comissão de Coordenadoria de Eventos, da Secretaria de Turismo e Cultura do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 10 de abril de 2019.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 15 de abril de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

JUNIOR CÉZAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal de Turismo e Cultura

Afixado em: 15.04.19

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº19 DE 15 DE ABRIL DE 2019

SÚMULA: Instaura Processo Administrativo Disciplinar - PAD, nomeia comissão processante e dá outras providências

PAULO DONIZETE DA COSTA, Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015;

CONSIDERANDO a determinação contida no ofício nº 081/2019/4ªPJC/CAC – SIMP 007092-012/2017, oriundo do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, contendo Notificação Recomendatória nº 001/2019/4ªPJC/CAC, para que seja instaurado Procedimento Administrativo Disciplinas “a fim de apurar a responsabilidade dos servidores envolvidos quanto ao descumprimento do número máximo de passageiros a serem transportados em veículo picape, assim como fazer cessar imediatamente o transporte irregular nos referidos veículo”;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n. º 2.476/2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei 2.520/2016;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei Complementar nº 136 de 21 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a organização administrativa do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com a estrutura e competência dos órgãos que a integram;

RESOLVE:

Art. 1.º - DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apuração de possíveis irregularidades praticadas pelos servidores Levi Marcolino da Silva, auxiliar de manutenção e José Antonio da Silva, auxiliar operacional, por, supostamente, conduzir veículo com lotação excedente, nos termos do artigo 231, VII, do Código de Trânsito Brasileiro;

Art. 2.º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores MARLUCE MIRANDA DE FARIA, Agente de Consumo, que a presidirá, HAMILTON CÉSAR DOS SANTOS, Agente de Consumo, Secretário, e SIDNEI RAIMUNDO DOMINGUES, Coordenador Oepracional de Água, Esgoto e Drenagem, Vogal, todos servidores e integrantes do Quadro desta instituição.

Art. 3.º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à Administração Superior desta entidade.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Cáceres - MT, 15 de abril de 2019.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 20/2019

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VIII e IX, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear** a Sr.ª **JOSEANE DE FATIMA DA COSTA DUARTE**, inscrita no CPF sob o nº 019.614.061-79 e no RG nº 1629247-2 SSP/MT, para a função de **GERÊNCIA ADMINISTRATIVA** do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data 16/04/2019.

Cáceres/MT, 16 de abril de 2019

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
ASSESSORIA TÉCNICA I

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES - MT

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Extrato do Requerimento de Licença Junto a SEMA

Objeto: A Prefeitura Municipal de Cáceres, CNPJ 03.214.145/0001-83,

torna público que requereu à Secretaria Estadual do Meio Ambiente-

SEMA-MT, Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI) da obra de

Sistema de Abastecimento de Água do Assentamento Jatobá – zona rural do município de Cáceres-MT.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 093/2019

PORTARIA N.º 093/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor do Srº.Ailton Rodrigues Mello".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos I, II e III da Emenda Constitucional n.º 47/2005, de 05 de Julho de 2005; Art. 117, inciso III, alínea "a" e Art. 165 da Lei complementar n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; Lei Complementar n.º 048/2003 de 05 de setembro de 2003; Art. 90, incisos I, II e III da Lei Complementar n.º 062/2005, de 12 de dezembro de 2005; Portaria de Admissão nº 178 de 06/07/1987; Decreto nº 446 de 24/10/1994; Decretos de atualização salarial nº 297/2005 de 22 de junho de 2005; n° 222/2006 de 28 de Abril de 2006; n° 225/2007 de 21 de maio de 2007; n° 313/2008 de 09 de maio de 2008; n° 187/2009 de 27 de maio de 2009; n° 376/2010 de 07 de junho de 2010; n° 236/2011 de 17 de maio de 2011; n° 011/2012 de 23 de janeiro de 2012; nº 072/2013 de 29 de Janeiro de 2013; Lei Complementar nº 100 de 04 de Fevereiro de 2014, Lei Complementar nº 104 de 20 de Janeiro de 2015; Lei nº 2.517 de 21 de janeiro de 2016; Lei nº 2.563 de 20 de janeiro de 2017; Lei nº 2.642 de 05 de março de 2018 e Lei nº 2.722 de 14 de fevereiro de 2019.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor do Srº. **Ailton Rodrigues Mello**, Brasileiro, União Estável, portador do RG nº 274.304 SSP/MT, CPF nº 207.869.211-53, Efetivo no cargo de Mecânico Automóvel, nível "III", classe "J", matriculado sob o n.º 1.070, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, com proventos integrais, conforme processo Previdenciário do PREVI-CÁCERES n.º 032/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 16 de Abril de 2019, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 16 de Abril de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN Diretora Executiva HOMOLOGO:

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

PORTARIA Nº 139 DE 10 DE ABRIL DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no memorando nº 3.003, de 10 de abril de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **LAURO SÉRGIO APARECIDO WEBER,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, como responsável para fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo, com efeitos desde 11 de março de 2019.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
042/19	VYTTRA DIAGNÓSTICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	Contratação de empresa especializada no fornecimento de Analisador Bioquímico para atender a demanda das unidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência.	11/03/19	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Saúde e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de abril de 2019.

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 10.04.19.

AGUAS DO PANTANAL
ERRATA DE PORTARIA Nº 09/2019

ONDE SE LÊ:

"Art. 1º - **Nomear** o Sr.ª. **ADRIANE OLIVARES RAMOS**, inscrito no CPF sob o nº 14200244 SSP/MT e CPF nº 000.229.701-93 para função de **GERÊNCIA ADMINISTRATIVA** do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal."

LEIA-SE:

"Art. 1º - **Nomear** a Sr.ª **ADRIANE OLIVARES RAMOS**, inscrita no RG sob o nº 14200244 SSP/MT e CPF nº 000.229.701-93, para função de **GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO** do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal."

Cáceres/MT, 16 de abril de 2019

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 092/2019

PORTARIA N.º 092/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor do Srº.Sebastião Gervasio Rodrigues".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos I, II e III da Emenda Constitucional n.º 47/2005, de 05 de Julho de 2005; Art. 117, inciso III, alínea "a" e Art. 165 da Lei complementar n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; Lei Complementar n.º 048/2003 de 05 de setembro de 2003; Art. 90, incisos I, II e III da Lei Complementar n.º 062/2005, de 12 de dezembro de 2005; Portaria de Admissão nº 025 de 21/01/1988; Decreto nº 017 de 19/01/1996; Decretos de atualização salarial nº 297/2005 de 22 de junho de 2005; n° 222/2006 de 28 de Abril de 2006; n° 225/2007 de 21 de maio de 2007; n° 313/2008 de 09 de maio de 2008; n° 187/2009 de 27 de maio de 2009; n° 376/2010 de 07 de junho de 2010; n° 236/2011 de 17 de maio de 2011; n° 011/2012 de 23 de janeiro de 2012; nº 072/2013 de 29 de Janeiro de 2013; Lei Complementar nº 100 de 04 de Fevereiro de 2014, Lei Complementar nº 104 de 20 de Janeiro de 2015; Lei nº 2.517 de 21 de janeiro de 2016; Lei nº 2.563 de 20 de janeiro de 2017; Lei nº 2.642 de 05 de março de 2018 e Lei nº 2.722 de 14 de fevereiro de 2019.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor do Srº. **Sebastião Gervasio Rodrigues**, Brasileiro, União Estável, portador do RG nº 0200380-5 SSP/MT, CPF nº 274.345. 751-15, Efetivo no cargo de Motorista, nível "I", classe "J", matriculado sob o n.º 5310-1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, conforme processo Previdenciário do PREVI-CÁCERES n.º 017/ 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 16 de Abril de 2019, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 16 de Abril de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN Diretora Executiva HOMOLOGO: _____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 81/2018 COM REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessa: Todas as Secretaria

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em confecção de material gráfico com garantia e qualidade, visando atender à Prefeitura de Cáceres, conforme descrição e quantitativos no Anexo I.

Realização: 03 de Maio de 2019 às 09:00 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma http://bll.org.br/

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT,16 de Abril de 2019

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 025/2019

AUTORIZAÇÃO 005 - COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS RETINÓIDES - FARMACIA GALENA MANIPULAÇÃO DE FORMULAS LTDA (LOJA 1)

AUTORIZAÇÃO

COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS RETINÓIDES

A Coordenadoria de Vigilância em Saúde do Município de Cáceres, através da sua Coordenadora, no uso de suas atribuições e atendendo ao disposto do Art. 124 da Portaria nº 06 de 12/05/1999 SVS/MS, que aprova a Instrução Normativa da Portaria SVS/MS nº 344 de 12/05/1998, faz publicar a aprovação do Cadastro do estabelecimento abaixo denominado, autorizando este comercializar medicamentos de uso sistêmico **RETINÓIDE – LISTA C2** da referida Portaria:

Razão Social: FARMACIA GALENA MANIPULAÇÃO DE FORMULAS LTDA	
Nome Fantasia: FARMACIA GALENA MANIPULAÇÃO DE FORMULAS	
Autorização Nº: 005	
Nº do CNPJ: 10.737.685/0001-07	
Nº do Processo: 005	
Endereço: RUA PADRE CASSEMIRO	**Nº:** 715
Bairro: CENTRO	**Cidade**: CÁCERES-MT
Atividade: Adquirir/Armazenar/Dispensar medicamentos à base de substancias retinóicas de uso sistêmico. ***Portaria 529 de 31 de outubro de 2017***.	

O cadastro acima citado só perderá validade quando houver, alteração de responsável técnico, mudança de endereço e/ou razão social. Para acréscimo de medicamentos ao cadastro deverá ser requerida alteração no mesmo.

Cáceres-MT, 15 de abril de 2018.

Benice Benedita de Oliveira

Coordenadora da Vigilância em Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 8282 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

***"SUSPENDE A VACÂNCIA** POR POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 001 de 13 de dezembro de 1993.

Considerando o teor do requerimento do servidor datado de 13/04/2019.

RESOLVE: I – Suspende a "VACÂNCIA POR POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL" do servidor: LUCIANO MARTINS DOS SANTOS, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Prefeitura Municipal, exercendo o cargo de AAE/VIGILANTE. II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 16 de abril de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE N.º 3127 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

DECRETO DE N.º 3127 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA POLIANA MARIA DA CUNHA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Nº 001 de 13 de Dezembro de 1993, Estatuto do Servidor Publico Municipal.

CONSIDERANDO o teor do requerimento protocolado de nº 1316 na data de 15 de Abril de 2019.

D E C R E T A

Art.1º - Fica exonerada a servidora POLIANA MARIA DA CUNHA **que exercia o cargo de** AAE LIMPEZA TEMPORÁRIA – ZONA URBANA junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Revoga em todos os seus termos o Decreto de nº 1443 de 30 de Janeiro de 2008.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 16 de Abril de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 8281 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

PORTARIA DE Nº. 8281 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

***"SUSPENDE A VACÂNCIA** POR POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 001 de 13 de dezembro de 1993.

Considerando o teor do requerimento de exoneração datado de 15 de Abril de 2019.

RESOLVE: I – Suspende a " VACÂNCIA POR POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL" a servidora: POLIANA MARIA DA CUNHA, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Prefeitura Municipal, exercendo o cargo de AAE/ LIMPEZA . II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 16 de Abril de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE N.º 3128 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR LUCIANO MARTINS DOS SANTOS DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Nº 001 de 13 de Dezembro de 1993, Estatuto do Servidor Publico Municipal.

CONSIDERANDO o teor do requerimento do servidor datado 13/04/19.

D E C R E T A

Art.1º - Fica exonerado o servidor LUCIANO MARTINS DOS SANTOS que exercia o cargo de AAE/ VIGILANTE DEFEINITIVO junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Revoga em todos os seus termos o Decreto de nº 1799 de 21 de outubro de 2010.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 16 de abril de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 8264 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo,

CONSIDERANDO o teor dos Editais de Convocações**.**

RESOLVE: I – Contratar os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Adelmo Tsowabze	Professor	Sede
Alice Ro odzaniwe Rune	Professor	Sede
Belisio Harazaze Serewiba	Professor Área indígena	Área indígena
Diogenes Tserebu Rahorota	Professor	Área indígena
Elidio Tsenhorodza Uri	Professor	Área indígena
Fabio Tseredzaditsi	Professor	Área indígena
Hellen Costa da Silva	AAE/Limpeza	Distrito
Joatão Tsi uwada	Professor	Área Indígena

Jorginho Serenomriwedi Wairuira	AAE/Limpeza	Área indígena
Maricelma Barros dos Santos da Costa	AAE/Nutrição	Distrito
Oderico Seresui re	AAE/Nutrição	Área indígena
Odilia Tsinhotse Tsipsrio	AAE/Nutrição	Área indígena
Paulina Pemadzatsio oriwe	AAE/Nutrição	Área indígena

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 01 de abril de 2019, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 01 de abril de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 8282 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

"DISPÕE SOBRE O RETORNO DO SERVIDOR **VANDERLEI BENTO DE ARAUJO**, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e,

CONSIDERANDO o teor do requerimento do servidor datado de 15/04/2019.

RESOLVE: I –Retornar o servidor VANDERLEI BENTO DE ARAÚJO da Licença Particular de 02 anos sem remuneração. II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 16 de abril de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 183, DE 16 DE ABRIL DE 2019.

RETIFICA A PORTARIA Nº 176, DE 09 DE ABRIL DE 2019, QUE CONCEDEU REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA À SERVIDORA KATIANA KISCHNER TOMAZ

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 012/2019

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X, **WM ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA-ME,** inscrita no CNPJ nº 27.950.696/0001-73.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para construção da Unidade Descentralizada do SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência no Município de Campo Novo do Parecis.

Dotação Orçamentária

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.302.0010.10048.4.4.90.51.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários Exercício

Fonte de Recurso: 0.3.02.000000 - Receita De Impostos E De Transferências De Impostos - Saúde-Exercício. Anterior

Valor: 311.152,27

Prazo: 300 dias

Data: 16/04/2019

Procedimento Licitatório: Tomada de Preços nº 01/2019

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 019/2019

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X, **NUTRICENTER DISTRIBUIDORA PRODUTOS NUTRICIONAIS HOSPITALARES LTDA ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita noCNPJ nº 06.372.763/0001-40.

Objeto: O presente termo tem como objeto a contratação de empresa especializadapara aquisição de alimentos enterais, leites e suplementos alimentares para atender as necessidsde da Secretaria Municipal de Saúde do município de Campo Novo do Parecis-MT.

Item	Quant.	DESCRIÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
42487	250	FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFANCIA DESDINADA A NECESSIDADES DIETOTERAPICAS ESPECÍFICAS, HIPERCALÓRICA (1KCAL/ML), PARA ALIMENTAÇÃO ORAL OU ENTERAL, POLIMERICA, OCM LACTOSE E MALTODEXTRINA, ISENTA DE SACAROSE E GLUTEN, OCM ADIÇÃO DE VITAMINAS, MINERAIS, PREBIOTICOS E LCPUFAS.	125,00	31.250,00

Dotação Orçamentária

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.303.0011.20097.3.3.90.91.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.02.000000 – Receita De Impostos E De Transferências De Impostos - Saúde – Exercício

Valor: 31.250,00

Prazo: até 31/12/2019

Data: 16/04/2019

Procedimento Licitatório: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2018, MIRASSOL D´OESTE/MT,

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 181, DE 16 DE ABRIL DE 2019.

DESIGNA A SERVIDORA **LETÍCIA ZAWASKI DEMENIGHI** PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 013/2019.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 182 DE 16 DE ABRIL 2019.

NOMEIA O SERVIDOR ALEXANDRO MARCELO MARCHI PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA INTERINO.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2019 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 152/2019

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Patricia Faustino da Silva

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de**Agente Educacional**, **especialidade Auxiliar de Creche,** como auxiliar de turmas de inclusão, que tem alunos matriculados com necessidades especiais, conforme prevê a legislação (RESOLUÇÃO Nº 01/2012/CEE/MT), lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.002.12.361.0007.20065 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 2.158,36 correspondente a 40 horas/semana.

Prazo: 18/02/2019 a 13/12/2019

Data: 18/02/2019

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, incisos I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 241/2019, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 005/2018; o Edital de Convocação nº 005, de 2019; e o Memorando 157, datado de 08 de Fevereiro 2019, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 013/2019, destinada à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades das Secretarias Municipais, teve como vencedoras as empresas: C.R. DOS SANTOS COMERCIO DE ALIMENTOS ME, com o valor total de R$ 4.857,75 (quatro mil, oitocentos e cinqüenta e sete reais e setenta e cinco centavos), N. ZABOLOSTKY, com o valor total de R$ 30.722,16 (trinta mil, setecentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos), MOREIRA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, com o valor total de R$ 118.496,90 (cento e dezoito mil, quatrocentos e noventa e seis reais e noventa centavos), M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS - EIRELI , com o valor total de R$ 117.204,35 (cento e dezessete mil, duzentos e quatro reais e trinta e cinco centavos), L. M. CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS - ME, com o valor total de R$ 88.601,65 (oitenta e oito mil, seiscentos e um reais e sessenta e cinco centavos).

Campo Novo do Parecis-MT, 16 de abril de 2019.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO EDITAL N.º 001/2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

EDITAL N.º 001/2019.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAMPO VERDE-MT, no uso de suas atribuições legais, solicita a presença em até 5 dias úteis dos (as) senhores (as):

Ana Paula Alves de Moraes CPF: 000.424.691-80 e Edemar Costa Neres CPF: 009.615.061-05

José Roberto Lopes Cavião CPF:

Maria Angela Magalhães CPF:

Para tratar de assuntos relacionados a documentação do imóvel.

Nada mais, torna-se público este Edital para conhecimento de todos.

Secretaria Municipal de Habitação, localizada na Rua do Saber, n.º 532, Bairro Recanto do Bosque. Telefone: (66) 3419-1025. Horário de Funcionamento das 07:00 as 11:00hs e das 13:00hs as 17:00hs, de segunda a sexta feira.

Campo Verde-MT, 12 de Abril de 2019.

Juscelino Neves de Souza

Secretário Municipal de Habitação

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 028/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que a empresa TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62, sagrou-se vencedora do PREGÃO Nº 028/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL, PELO SISTEMA DIGITAL PÓS-PAGO, COM OFERTA EM COMODATO DE DISPOSITIVO TIPO SMARTPHONE, com o valor total de R$ 57.350,40 (cinquenta e sete mil, trezentos e cinquenta reais e quarenta centavos). Campo Verde, 16 de abril de 2019. Leila Gubert – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ERRATA - PREGÃO 027/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna pública a RETIFICAÇÃO da quantidade do lote 116 - LAMOTRIGINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG, do Termo de Referencia, pag. 34, referente ao Pregão n° 027/2019, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**. No lote 116, na coluna da quantidade, **onde se lê**: " 3.000 " **leia-se**: " 1.000**"**. Campo Verde - MT, 16 de abril de 2019.

Leila Gubert

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ___/___

CONTRATO Nº 060/2016, 072/2016, 009/2017, 010/2017 e 071/2018

REF.: DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

NOTIFICANTE:MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos 03 poderes, n.º 03, nesta cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº 24. 950.495/0001-88.

NOTIFICADO(A): VENCEDORA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n°. 14. 571.427/0001-54, com sede na Av. Curitiba, nº 1013, bairro Jardim Cidade Verde, CEP 78840-000, cidade de Campo Verde – MT, neste ato representado pelo Sr. **Fernando Alves de Souza,** brasileiro, solteiro, portador

da cédula de identidade RG nº 16729110 SSP/MT e do CPF nº 038.278. 151-18, residente e domiciliado na cidade de Primavera do Leste-MT, CEP 78.850-000.

Prezado(a) Senhor(a),

Em cumprimento a decisão proferida nos autos, que determinou a instauração deste processo administrativo, considerando, o que consta do Ofício 085/2019 expedida pela Secretaria de Finanças, fica Vossa Senhoria **NOTIFICADA,** pelo descumprimento das cláusulas pactuadas no Contrato Administrativo, tendo a referida empresa a obrigação contratual de encaminhar mensalmente a documentação prevista no item 4.4, alínea "d" - *Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP)*, comprovante de pagamento do INSS e FGTS, referente ao mês de Fevereiro de 2019.

Conforme documentação que compõe os autos, juntamente com o entendimento exposto na Resolução de Consulta nº 06/2015 do TCE/MT, **NOTIFICO** Vossa Senhoria**,** para que, no prazo de até **15 (quinze) dias regularize as suas obrigações fiscais, sob pena de rescisão contratual.**

O não cumprimento dessa obrigação no prazo estipulado, acarretará ao notificado a imediata rescisão contratual unilateral, por culpa exclusiva do contratado.

Por fim, considerando que vossa empresa anda descumprindo suas obrigações reiteradamente, e após decorrido o prazo acima, cumprindo ou não sua obrigação, fica facultado a apresentação de Defesa Prévia, conforme previsto no artigo 87, § 2º da Lei nº 8.666/93, **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, findo o qual, a Administração decidirá pela aplicação da penalidade cabível.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Outrossim, ficam os autos com vistas franqueadas à empresa para fins de direito.

Campo Verde-MT, 15 de abril de 2019.

José Luiz Caetano Bernardi

OAB/MT 17.586

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):**WASCHINGTON DOS SANTOS , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 10 da QUADRA 15, LOCALIZADO NA RUA CAMPO GRANDE, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.**Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO 026/2019 - CONVOCAÇÃO

Campo Verde, 16 de abril de 2019.

REF. PREGÃO 026/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS OPERACIONAIS E DE TRATOR COM ROÇADEIRA HIDRÁULICA.

CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, através de sua Pregoeira Oficial, CONVOCA a empresa SAL ALUGUEL DE CARROS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 19.226.325/0001-15, para assumir o lote 04 do Pregão 026/2019, na condição de segunda classificada no lote, devido a inabilitação da primeira colocada.

A CONVOCADA deverá apresentar no prazo de 24 horas a recomposição de preço do referido lote, sob pena de inabilitação, abertura de processo administrativo e aplicação de sanções futuras devido ao seu descumprimento, conforme preconiza a Lei 8666/93.

LEILA GUBERT

Pregoeira

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 246, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

PORTARIA Nº 246, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JARI - JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES DE CAMPO VERDE-MT.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o que estabelece o artigo 5° do Regime Interno da Junta Administrativa de Recursos e Infrações de Campo Verde-MT e alterações através da lei Municipal n° 917/2004;

Considerando o vencimento do mandato dos membros nomeados através da Portaria N.º 340, de 03 de Abril de 2017,

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear os membros abaixo para compor a JARI – Junta Administrativa de Recursos e Infrações de Campo Verde-MT, para o mandato de 02 (dois) anos, a qual estará assim constituída:

I - INDICADO PELO PREFEITO MUNICIPAL:

a) Presidente: RONIVON PIRES COSTA, inscrito no CPF sob N.º 776. 635.781-04, Endereço: Rua Goiânia, N.º 1020, Bairro: Eckert;

b) Suplente: MIRIAN DE MORAES VARGAS, inscrito no CPF sob N.º 011.580.681-40, Endereço: Rua Rio Grande do Sul, N.º 100, Bairro: São Lourenço.

II - INDICADO PELA ACICAVE:

a) Membro: ALEX MOREIRA SILVA, inscrito no CPF sob N.º 001.803. 471-36, Endereço: Rua Recife, N.º 439, Bairro: Centro;

b) Suplente: SILVIO MESQUITA DE SOUZA, inscrito no CPF sob N.º 060.505.611-09, Endereço: Rua Rondônia, N.º 306, Bairro: São Salvador.

III - INDICADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA:

a) Membro: HILDENEY GONÇALVES SOUZA, inscrito no CPF sob N.º 902.767.281-49, Endereço: Rua Maceió, N.º 1097, Bairro: Campo Real;

b) Suplente: ALESSANDRO SILVA FURTADO, inscrito no CPF sob N.º 703.620.761-20, Endereço: Rua Jatobá, N.º 779, Bairro: Recanto do Bosque.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Abril de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 08 dias do mês de Abril de 2019.

FÁBIO SCHROETER

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

GILMAR ZITO PRATI

Secretário Municipal De Administração

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público a abertura dos Envelopes de Proposta de Preços da Tomada de Preços n° 001/2019, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICOS COM APROXIMADAMENTE 5. 000 INSCRITOS, DE ACORDO COM A LEI 2.416/2019, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019** a se realizar no dia **26/04/2019 às 14h00min**, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Convocamos os interessados no objeto licitado. Para esclarecimentos: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244.Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 16 de Abril de 2019.

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

Presidente Suplente da CPL

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 245, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

PORTARIA Nº 245, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA O SENHOR RONIVON PIRES COSTA PRESIDENTE DA JARI - JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES DE CAMPO VERDE - MT.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear, a partir do dia 01 de Abril do corrente ano, o Senhor **RONIVON PIRES COSTA**, inscrito no CPF sob N.º 776.635.781-04, Endereço: Rua Goiânia, N.º 1020, Bairro: Eckert, **Presidente da JARI - Junta Administrativa de Recursos e Infrações de Campo Verde - MT**.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Abril de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 08 dias do mês de Abril de 2019.

FÁBIO SCHROETER

Prefeito Municipal

RONIVON PIRES COSTA

Presidente da JARI

Cumpra-se, registra-se e publique.

GILMAR ZITO PRATI

Secretário Municipal De Administração

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 041/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS HIDRÁULICOS**, na modalidade pregão (presencial) **n° 041/2019** a se realizar no dia **03/05/2019, as 08hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 16 de abril de 2019.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 062/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: TELEFÔNICA BRASIL S.A, CNPJ Nº 02.558.157/0001-62

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL, PELO SISTEMA DIGITAL PÓS-PAGO, COM OFERTA EM COMODATO DE DISPOSITIVO TIPO SMARTPHONE- PREGÃO Nº 028/2019.

VIGÊNCIA: 16/04/2019 À 15/04/2020

LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	PERÍODO	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	ASSINATURA MENSAL EM REGIME DE COMODATO PARA 80 LINHAS. SMARTPHONE INCLUSO COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: *COMPATÍVEL COM SIM OFERTADO PELA OPERADORA; *TELA SENSÍVEL AO TOQUE COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 640 X 1136 PIXELS; *DISPLAY DE NO MÍNIMO 4" POLEGADAS; *MEMÓRIA INTERNA DE NO MÍNIMO 16GB; *MEMÓRIA RAM DE NO MÍNIMO 2 GB; *PROCESSADOR MÍNIMO DE 1.3GHZ; *ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO; *BATERIA RECARREGÁVEL: CARGA VIA USB DO COMPUTADOR OU CARREGADOR; *COMPATIBILIDADE COM USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE OU SUPERIOR; *CAPACIDADE DE OPERAR COM FREQUÊNCIAS QUAD-BAND (850/900/1800/1900), GSM (850/900/1800/1900), UMTS (850/900/1700/1900/2100) E LTE (4G); *REDE DE DADOS GPRS, EDGE, UMTS, HSDPA, HSUPA, HSPA, HSPA+ E LTE; *SENHA NUMÉRICA OU ALFANUMÉRICA DE PROTEÇÃO DO APARELHO; *SISTEMA DE GPS INTEGRADO PARA NAVEGAÇÃO; *FUNCIONALIDADES SMS, MMS, E-MAIL, PUSH MAIL, VIVA VOZ, VÍDEO CHAMADA, DISCAGEM DE VOZ, GRAVADOR DE VOZ, COMANDO DE VOZ; *SINCRONIZAÇÃO DO E-MAIL, CALENDÁRIO, CONTRATOS E TAREFAS VERSÕES POSTERIORES; *NAVEGADOR WEB HTML, XHTML E HTML 5; * MODO AVIÃO *CADA APARELHO DEVERÁ SER FORNECIDO COM CABO USB, CARREGADOR BIVOLT E FONE DE OUVIDO COMPATÍVEL COM O APARELHO.	80 LINHAS	12 MESES	R$ 6,39	R$ 511,20	R$ 6. 134,40
02	TARIFA ZERO INTRA-GRUPO (LIGAÇÕES ENTRE TELEFONES DESTE PLANO)	80 LINHAS	12 MESES	R$ 6,10	R$ 488,00	R$ 5. 856,00

03	VC1 INTRA-REDE (LIGAÇÕES ENTRE TELEFONES DESTE PLANO)	3.000 MIN	12 MESES	R$ 0,09	R$ 270,00	R$ 3.240,00
04	VC1 PARA OUTRAS	3.000 MIN	12 MESES	R$ 0,09	R$ 270,00	R$ 3.240,00
05	VC1 PARA FIXO	3.000 MIN	12 MESES	R$ 0,09	R$ 270,00	R$ 3.240,00
06	VC2 INTRA-REDE (LIGAÇÕES ENTRE TELEFONES DESTE PLANO)	3.000 MIN	12 MESES	R$ 0,09	R$ 270,00	R$ 3.240,00
07	VC2 PARA OUTRAS	3.000 MIN	12 MESES	R$ 0,16	R$ 480,00	R$ 5.760,00
08	VC2 PARA FIXO	3.000 MIN	12 MESES	R$ 0,16	R$ 480,00	R$ 5.760,00
09	VC3 INTRA-REDE (LIGAÇÕES ENTRE TELEFONES DESTE PLANO)	3.000 MIN	12 MESES	R$ 0,09	R$ 270,00	R$ 3.240,00
10	VC3 PARA OUTRAS	3.000 MIN	12 MESES	R$ 0,16	R$ 480,00	R$ 5.760,00
11	VC3 PARA FIXO	3.000 MIN	12 MESES	R$ 0,16	R$ 480,00	R$ 5.760,00
12	SMS	3.000 SMS	12 MESES	R$ 0,17	R$ 510,00	R$ 6.120,00

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 57.350,40 (CINQUENTA E SETE MIL TREZENTOS E CINQUENTA REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO

Campo Verde, MT, 16 de abril de 2019.

Referência: Proc. 616/2019 – Tomada de Preço - Análise de Recurso Administrativo interposto pela empresa "ATAME – ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO CURSOS E PÓS GRADUAÇÃO LTDA".

DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO

Cuida-se de Recursos Administrativo manejado pela empresa **"ATAME – ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO CURSOS E PÓS GRADUAÇÃO LTDA",** onde a mesma fora inabilitada/desclassificada no processo licitatório 616/2019, conforme decisão da Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Em análise aos documentos acostados nos autos, verifica-se que a empresa fora inabilitada por apresentar o balanço Patrimonial em desacordo com o exigido em edital, não atendendo assim os requisitos do item 7.2.3 do Edital, qual seja, a falta de apresentação do Termo de Abertura e encerramento do Balanço Patrimonial.

Constata-se também, que houveram mais duas empresas desabilitadas do certame, sendo a empresa **"TRAVESSIA DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL EIRELI"** e a empresa **"RBO SERVIÇOS PÚBLICOS E PROJETOS MUNICIPAIS",** onde ambas não apresentaram recurso.

Aberto prazo para as demais licitantes interporem Contrarrazões, ninguém se manifestou.

Consultada a Procuradoria Jurídica do Município, foi opinado pela inabilitação/desclassificação da recorrente.

Referente a inabilitação da empresa por apresentar o balanço patrimonial em desacordo com o edital e em lei, cabe ressaltar que se trata do princípio da vinculação ao edital, onde a Administração tem a obrigação de seguir estritamente a normativa imposta, uma vez que os "termos de abertura e encerramento" estavam expressos no Edital, não podendo a comissão de licitação habilitar a empresa sem a apresentação desses devidos documentos.

Desta forma, acolho o Parecer Jurídico, mantendo a empresa **"ATAME – ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO CURSOS E PÓS GRADUAÇÃO LTDA"** inabilitadas/desclassificadas no processo licitatório 616/2019.

Ficam os autos com vistas franqueadas as empresas para fins de direito, podendo ser consultado no Paço Municipal.

Publique-se e encaminhe-se à Comissão Permanente de Licitações, para seguimento do certame.

Às providências.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

PORTARIA Nº. 79, DE 16 DE ABRIL DE 2019.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

***CONSIDERANDO** o disposto no artigo 74 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

***CONSIDERANDO** a solicitação contida no requerimento protocolado sob n°. 19682019,*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora **ODEDE MASCARENHAS FARIAS** do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada através da Portaria nº. 30, de 23 de junho de 2008.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 30, de 23 de junho de 2008, declarando-se a vacância do cargo mencionado no artigo 1º, nos termos do inciso I do artigo 73 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 16 de abril de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº 007/2019

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 006/2018, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Presencial "SRP" nº 007/2019, com abertura no dia 16/04/2019, às 09h00, horário local,

com a finalidade de **registrar preços contratação de empresa especializada em prestação de serviço de monitoramento de alarmes,**, sendo declarada vencedora do certame a licitante SAPEWEST TELECOMUNICAÇÕES E SEGURANÇA LTDA-EPP, CNPJ/MF nº 07.124.123/0002-64, vencedora do item (01), com valor total de R$ 93.684,00 (noventa e três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais).

Campos de Júlio - MT, 16 de abril de 2019.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº. 80, DE 16 DE ABRIL DE 2019.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 74 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *a solicitação contida no requerimento protocolado sob n°. 1966/2019,*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora **ERINALDA FRAZÃO DA SILVA** do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada através da Portaria nº. 33, de 13 de fevereiro de 2006.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 11 de abril de 2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 33, de 13 de fevereiro de 2006, declarando-se a vacância do cargo mencionado no artigo 1º, nos termos do inciso I do artigo 73 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 16 de abril de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 065.2019, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de uma Professora Pedagoga, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.448,97 (três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e noventa e sete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 15/05/2019 à 24/12/2019.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e DIANALEIA SCHMITZ PEREIRA / CONTRATADA.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 43/2019.

ESPÉCIE: Compras.

OBJETO: Fornecimento ônibus escolar rural – ORE 2.

VALOR: R$ 453.100,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil e cem reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (531/2019) 08.01.1.035.4.4.90.52.48.00.00.00.

VIGÊNCIA: 20/03/2019 à 19/03/2020.

VINCULAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 04/2019. Adesão à ARP do FNDE.

ASSINAM: JOSÉ ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e MERCEDES - BENZ DO BRASIL LTDA, CNPJ/MF Nº 59.104.273/0001-29 / CONTRATADO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019

Processo Administrativo nº 078/2019

Pregão Presencial nº 006/2019

Comissão de Licitações do Município de Canabrava do Norte - MT, torna público que a licitação realizada no dia 16/04/2019, às 08hs30min, na modalidade de Pregão Presencial n. 006/2019, que objetiva o Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios (itens de padaria), para atender as necessidades das Secretarias do Poder Executivo Municipal de Canabrava do Norte, foi considerada **DESERTA**, tendo em vista o não comparecimento de licitantes interessados.

Canabrava do Norte, 16 de Abril de 2019.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 03/2019

Dispensa de Licitação n. 03/2019.

Processo Administrativo n. 103/2019.

Respaldado no inciso II, do artigo 24º, da Lei nº 8.666/93, e no Parecer de lavra da Procuradora Geral do Município, Dra. Julliane Alves da Silva, objeto do Processo Administrativo n. 103/2019, **AUTORIZO** a contratação direta, através de dispensa de licitação, visando a contratação de pessoa jurídica, para aquisição de prestação de serviço de facilitador de Aulas de Capoeira dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no valor total de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Prestação de serviço de facilitador de Aulas de Capoeira dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.	Mês	09	R$1.500,00	R$13.500,00

INTERESSADO: Ailson Carneiro de Sousa.

Endereço: Avenida Pedro Ferreira da Luz, s/n, Centro, Canabrava do Norte – MT.

CNPJ/MF: 27.771.611/0001-90

Valor: R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social.

Unidade Administrativa: 08.001 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Projeto/Atividade: 2.103 – Manutenção Proteção Básica.

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte de Recurso: 0129 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.

Em cumprimento ao disposto no artigo 26º da Lei nº 8.666/93 **DETERMINO** a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios, para que produza os efeitos legais, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se e cumpra-se.

Canabrava do Norte – MT, em 15 de abril de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 073/2018

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO*AO CONTRATO Nº 073/2018, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT. E A EMPRESA ALCIR R. D. COSTA – ME.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **E. J. M. HAAS SUPERMERCADO EIRELI-EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.455. 904/0001-11, estabelecida a Rua Ângelo nº 1.004, Bairro Nova Canarana, Cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **ENIO JUNIOR MARTINS HAAS,** RG nº 6373331 SSP/GO e CPF nº 028.871.781-30, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo decorrente de Licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº 019/2018**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, inciso 3.17, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 019/2018.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, **do contrato originário o total de 180 (cento e oitenta) dias, ficando sua vigência estendida até o dia 15/10/2019, podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.**

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2018, e ainda por vários fatores administrativos, onde justificamos que desta forma o município não ficará sem o fornecimento de materiais de higiene, limpeza e outros, para a manutenção da atividades da Secretaria Municipal de Educação, até a formalização do novo processo licitatório.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas nas mesmas dotações orçamentárias constantes no contrato original.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 073/2018,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 10 de Abril de 2019.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

E. J. M. HAAS SUPERMERCADO EIRELI-EPP

Enio Junior Martins Haas

RG nº 6373331 SSP/GO

CPF nº 028.871.781-30

CONTRATADA:

_____

CINTIA DE ALMEIDA RAIMUNDO

Portaria nº 159/2018 De 02 Abril de 2018

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, torna público que a sessão que se realizou no dia 16/ 04/2019 na modalidade Tomada de Preços nº 003/2019, tipo menor preço global, foi declarado vencedor a empresa; CONSTRURAPIDO CONSTRUCOES EIRELI, conforme ata da sessão.

Canarana-MT, 16 de Abril de 2019.

_____

EZEQUIAS MAGALHAES DE LIMA

Presidente (Substituto

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 022/2019

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO*AO CONTRATO N.º 022/2019,** que entre si fazem a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA - MT,** e a empresa**GEDEON BENEDITO DA SILVA-ME.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, representada neste ato **pelo**Prefeito Municipal Senhor Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **GEDEON BENEDITO DA SILVA-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.048.663/0001-08, estabelecida na Rua Santa Rosa nº 147 – Sala 01, Bairro Nova Canarana, Cidade de Canarana-MT, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Gedeon Benedito da Silva, Cedula de Identidade nº 0868387-5 SSP/MT, CPF nº 569.389.181-04, doravante denominada **CONTRATADA**firmam o presente **TERMO ADITIVO** conforme decidido no Processo Administrativo de **Pregão Presencial n.º 003/2019**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo o **Acréscimo na prestação de serviços diários de transporte de alunos da Rede Publica de Ensino do Município de Canarana,** que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira – Do Objeto, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 003/2019,** conforme quantidades mencionadas abaixo:

Item	Quant Lict.	Quant. Adit.	Dias letivos	Total KM	Especificação detalhada do objeto	R$ unit.	R$ tot
2	45.280	20 km/dia	167	**3.340**	**Linha Entroncamento -** Canarana, Fazenda Zangalete, Fazenda Sonho Meu, Arrendamento Paloma, Fazenda Guaporé, Fazenda Sonho de criança, Fazenda Matucho, Fazenda Palmitos, **entroncamento com retorno**.	3,80	12.692,00

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

2.1 - Fica acrescentada à clausula Quarta - Do Valor e Condições Pagamento, inciso 4.1 ao contrato originário o montante de R$ 12.692,00 (doze mil, seiscentos e noventa e dois reais).

CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

3.1 – A Secretaria Municipal de Educação justifica que existe a necessidade de acréscimo de quilometragem pelo fato de que houve a necessidade de adentrar ao inicio da Fazenda Estancia Oliveira para transportar os alunos Andressa Santos Lima e Anderson Santos Lima, o que justifica o acréscimo solicitado. **(justificativa em anexo).**

3.2 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e clausula segunda, inciso 2.1, alínea XIII do contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do Contrato nº. 022/2019, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - ***DO FORO***

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 01 de Abril de 2019.

.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

.....

GEDEON BENEDITO DA SILVA-ME

Gedeon Benedito da Silva

Contratado

.....

FISCAL DO CONTRATO

JOAQUIM VALDEVINO FABIO

Portaria nº 047/2019 de 16/01/2019

TESTEMUNHAS

NOME ..... NOME .....

CPF ..... CPF .....

ASSINATURA ..... ASSINATURA .....

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 069/2018

1º TERMO ADITIVOao Contrato Nº 069/2018, firmado com a empresa **SOLUTIONS CORP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA-EPP**, para a prestação de serviços em **elaboração de projetos de engenharia para implantação de Sistema de Abastecimento de Agua em Áreas Rurais** do Município de Canarana.

Pelo presente instrumento contratual, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO, CPF n° 888.448. 461-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **SOLUTIONS CORP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ n.º 07.461.414/0001-67, e Inscrição Estadual sob n.º 13338457-8, estabelecida a Rua 51, Nº 670, Quadra 110, Bairro Boa Esperança, Cuiabá-MT, representada neste ato pelo sr. **Abenel Francisco de Miranda Junior**, brasileiro, portador do RG n.º 856134 SSP/MT e do CPF nº. 689.311.741-87, doravante denominada de **CONTRATADA**, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **convite nº 001/2018**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8. 666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA ALTERAÇÃO

1.1 - O presente termo aditivo tem por objeto a **prorrogação da vigência do contrato** e do **prazo de execução do contrato nº 169/2018** que tem por objeto **elaboração de projetos de engenharia para implantação de Sistema de Abastecimento de Agua em Áreas Rurais do Município de Canarana**, Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra e Vigência do Contrato.

1.2 – Fica acrescido o total de **240 (duzentos e quarenta) dias para a execução dos serviços, estendendo-se o prazo até 08/12/2019 e 330 (trezentos e trinta) dias para a vigência do contrato, prorrogando a vigência até o dia 07/03/2020.**

CLAUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II, III e VI da Lei 8.6366 de 21 de junho de 1993.

2.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato por interesse da Administração e por acordo com a **CONTRATADA**, pela necessidade de diminuir o ritmo dos trabalhos e automaticamente os pagamentos por falta de recursos financeiros diante da crise em que passa todos os municípios não só do Estado de Mato Grosso, bem como, de todo o Brasil, justificando assim a prorrogação do prazo de execução, bem como da vigência do contrato para os futuros pagamentos de medições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

3.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUARTA - DOMICÍLIO E FORO

4.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana – MT, 03 de Abril de 2019.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

Município de Canarana

CONTRATANTE

SOLUTIONS CORP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA-EPP

Abenel Francisco de Miranda Junior

RG n.º 856134 SSP/MT

CPF nº. 689.311.741-87

CONTRATADA

ELAINE CRISTINA CERDAN RUFO RODRIGUES

PORTARIA Nº 135/2018 DE 15/03/2018

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 079/2018

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO*AO CONTRATO N.º 079/2018,** QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT.** E A EMPRESA **FAMA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº

228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **FAMA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº16.801.681/0001-27, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto **nº 732, Bairro Quilombo,** Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **MAURO AUGUSTO LAURINDO DA SILVA**, ocupando o cargo de Sócio Gerente, RG nº 410.508-7 SSP/MT e CPF nº 828.398.321-00, **detentora da Ata de Registro de Preços nº 017/2017, oriunda do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 013/2017, realizado pela Prefeitura Municipal de Porto Esperidião-MT**, e perante as testemunhas a final firmadas, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA ALTERAÇÃO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, inciso 3.20, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 013/2017, realizado pela Prefeitura Municipal de Porto Esperidião-MT.**

1.2 - Fica acrescentada à vigência do contrato originário o total de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** ficando estendida até o **dia 22/04/2020**.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

2.2 - A implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de créditos a serem recuperados, objeto do pagamento indevido de contribuições sociais, impostos, encargos sobre folha de pagamento e financiamentos que constituem receita, da qual este ente federativo não pode abrir mão, fato que não causará qualquer prejuízo aos cofres públicos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

3.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas nas mesmas dotações orçamentárias constantes no contrato original.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 079/2018,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 16 de Abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE:

FAMA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA

Mauro Augusto Laurindo da Silva

Cargo de Sócio Gerente

RG nº 410.508-7 SSP/MT

CPF nº 828.398.321-00

CONTRATADA:

EMERSON LUIS FASOLO

Portaria nº 202/2018 de 23/04/2018

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 025/2019

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO*AO CONTRATO N.º 025/2019,** que entre si fazem a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA - MT,** e a empresa **V.L. ZALAMENA TRANSPORTES-ME.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15. 023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, representada neste ato **pelo**Prefeito Municipal Senhor Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **V.L. ZALAMENA TRANSPORTES-ME**, inscrita no CNPJ/MF nº 21.602.456/0001-00, estabelecida na cidade de Canarana –MT à Rua Teneten Portela nº 1258, Bairro Arco Iris, CEP 78.640,00, neste ato representada por **VOLNEI LUIS ZALAMENA**, Carteira de Identidade nº. 1044724861 SSPPC/RS e CPF nº 550.516.500-15,, doravante denominada **CONTRATADA**firmam o presente **TERMO ADITIVO** conforme decidido no Processo Administrativo de **Pregão Presencial n.º 003/2019**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo o **Acréscimo na prestação de serviços diários de transporte de alunos da Rede Publica de Ensino do Município de Canarana,** que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira – Do Objeto, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 003/2019,** conforme quantidades mencionadas abaixo:

Item	Quant Lict.	Quant. Adit.	Dias letivos	Total KM	Especificação detalhada do objeto	R$ unit.	R$ tot

12	40.800	12 km/ dia	179	**2.148**	**Linha Stela -** Amália Vanzella Toniello, fazenda vale verde, fazenda florida, fazenda Itália, retiro dos porcos, retiro gogó da Ema, retiro Queixada, Fazenda PJ, Fazenda Mr **com retorno EMEB Amália Vanzella Toniello**.	3,80	8.162,40

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

2.1 - Fica acrescentada à clausula Quarta - Do Valor e Condições Pagamento, inciso 4.1 ao contrato originário o montante de R$ 8.162,40 (oito mil, cento e sessenta e dois reais e quarenta centavos).

CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

3.1 – A Secretaria Municipal de Educação justifica que existe a necessidade de acréscimo de quilometragem pelo fato de que houve ampliação da rota por mudança de localização e nova demarcação de Estrada/Rota feita pela Fazenda Stela, o que justifica o acréscimo solicitado. **(justificativa em anexo).**

3.2 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e clausula segunda, inciso 2.1, alínea XIII do contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do Contrato nº. 025/2019, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - ***DO FORO***

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 01 de Abril de 2019.

.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

.....

V.L. ZALAMENA TRANSPORTES-ME

VOLNEI LUIS ZALAMEN

Contratado

.....

FISCAL DO CONTRATO

JOAQUIM VALDEVINO FABIO

Portaria nº 047/2019 de 16/01/2019

TESTEMUNHAS

NOME ..... NOME .....

CPF ..... CPF .....

ASSINATURA ..... ASSINATURA .....

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 074/2018

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO*AO CONTRATO N.º 074/2018, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT. E A EMPRESA ALCIR R. D. COSTA – ME.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **SUPERMERCADO MANINI LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.167.235/0001-66, estabelecida na Rua planalto, nº 804, Bairro Nova Canarana, Cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **Dayana Manini Pereira**, ocupando o cargo de Diretora, RG nº 11965093 SESP-MT e CPF nº 731.651.741-72, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo decorrente de Licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº 019/2018**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, inciso 3.17, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 019/2018.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, **do contrato originário o total de 180 (cento e oitenta) dias, ficando sua vigência estendida até o dia 15/10/2019, podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.**

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2018, e ainda por vários fatores administrativos, onde justificamos que desta forma o município não ficará sem o fornecimento de materiais de higiene, limpeza e outros, para a manutenção da atividades da Secretaria Municipal de Educação, até a formalização do novo processo licitatório.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas nas mesmas dotações orçamentárias constantes no contrato original.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 074/2018,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 10 de Abril de 2019.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

SUPERMERCADO MANINI LTDA-EPP

Dayana Manini Pereira

RG nº 11965093 SESP-MT

CPF nº 731.651.741-72

CONTRATADA:

_____

CINTIA DE ALMEIDA RAIMUNDO

Portaria nº 159/2018 De 02 Abril de 2018

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019

REGISTRO DE PREÇOS

'' EXCLUSIVO E REGIONALIZADO PARA ME – EPP ''

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.796/2017

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para confecção de próteses dentárias totais maxilares e mandibulares e parciais removíveis maxilares e/ou mandibulares, para atendimento a população do Município de Canarana** de acordo com as especificações do edital e anexos**,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **02/05/2019 às 13h30min** (**Horário de Brasilia)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 12h00min às 18h00min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 16 de Abril de 2019.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA Pregoeiro Oficial

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 070/2018

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO*AO CONTRATO N.º 070/2018,** QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT.** E A EMPRESA**BENILDE INEZ LUCIO SCALABRIN-EPP.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **BENILDE INEZ LUCIO SCALABRIN-EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.255. 668/0001-78, estabelecida na Cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, a Av. Mato Grosso nº 87, Bairro Centro, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **Eduardo Lucio Scalabrin**, RG nº 1233579-7 SJ/MT e CPF nº 884.963.841-87, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no **Processo Administrativo nº 030/2017**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA ALTERAÇÃO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, inciso 3.21, referente ao processo de licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017.**

1.2 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, **do contrato originário o total de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, ficando sua vigência estendida até o dia 11/04/2020, po-**

dendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

2.2 - A implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2017, e ainda justifica-se em função da necessidade de manter aquisição de diversos marmitex e refeições, para atender as necessidades das Secretarias Municipais para a o fornecimento de refeições aos funcionários em serviços fora da cidade, principalmente para a equipe de trabalho de manutenção de estradas não pavimentadas na zona rural do município, servidores da saúde em campanhas no interior (zona rural) e ainda para a cobertura de campanhas e demais eventos da municipalidade, fato que não causará qualquer prejuízo aos cofres públicos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

3.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas nas mesmas dotações orçamentárias constantes no contrato original.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 070/2018,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 03 de Abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE:

BENILDE INEZ LUCIO SCALABRIN -EPP

Eduardo Lucio Scalabri

Representante

CONTRATADA:

ANDREIA CECATTO

Portaria nº 328 de 2017

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

LEI MUNICIPAL Nº 1.438 DE 16 DE ABRIL DE 2019

Lei Municipal nº 1.438 de 16 de abril de 2019

(Projeto de Lei nº030/2019 de autoria do Executivo).

Dispõe sobre alteração da Lei Municipal 1.391, de 07 de agosto de 2018, – Lei que Autoriza doação de área de terras urbanas, e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1o, da Lei Municipal 1.391, de 07 de agosto de 2018, Lei que Autoriza doação de área de terras urbanas, para corrigir o número da matrícula e, ainda, acrescentar o parágrafo único, no mesmo artigo, para autorizar a desafetação do imóvel, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a doar ao ROTARY CLUB DE CANARANA, CNPJ 03.547.789/0001-93, entidade sem fins lucrativos, área de terra registrada sob a matrícula de nº 16.913.

Parágrafo Único - Fica autorizada a desafetação do imóvel registrado sob a matricula no. 16.913, do Serviço Registral da Comarca de Canarana, que deixa de ser bem público de uso comum e passa a ser bem de uso dominical.

Art. 2º Fica alterado o artigo 2o, da mesma Lei Municipal 1.391, para atualizar a localização e descrição do imóvel, nos termos da matrícula de nº 16.913, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - O lote a ser doado é um lote de terras, com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), locado sob a Quadra no. 115-A, do Loteamento denominado Nova Canarana, denominado “CRAS-A”, localizado na Rua Palmeira das Missões, a 40,00 metros da esquina da Rua Palmeiras das Missões com a Rua Horizontina, limitando a frente com a Rua Palmeira das Missões, medindo 15,00m; Fundos com o Lote denominado CRAS, medindo 15,00 metros; lado direito com o lote denominado “CRAS”, medindo 24,00 metros; e lado esquerdo com a APAE, medindo 24,00m (vinte e quatro metros). Desmembrado da matrícula no. 13.327, conforme cópia anexa.

Parágrafo Único – (...)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana - MT, 16 de abril de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.439 DE 16 DE ABRIL DE 2019

Lei Municipal nº 1.439 de 16 de abril de 2019

(Projeto de Lei nº029/2019 de autoria do Executivo).

Dispõe sobre a desafetação de bens imóveis públicos, e dá outras providências

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Considerando que o Poder Executivo fez a doação de lotes para a Loja Maçônica Fraternidade do Sol, conforme autorização legislativa constante nas Leis 814/2007, de 05 de novembro de 2007, e 1085/2013, de 08 de outubro de 2013;

Considerando, ainda, a necessidade de regularizar a situação de tais imóveis;

Art. 1º - Fica autorizada a desafetação dos lotes 09, 11 e 13, da Quadra 2 P, registrados sob as matriculas 11.114; 11.116 e 11.118 do Serviço Registral da Comarca de Canarana, que deixam de ser bem de uso especial e passam a ser bem de uso dominical.

Art. 2 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana - MT em 16 de abril de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 076/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVOAO **CONTRATO Nº 076/2017**, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O **MUNICÍPIO DE CANARANA – MT**, E A EMPRESA **CASTRO E CASTRO SERVIÇOS LTDA**, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, neste ato devidamente representado, na forma de sua lei Orgânica, por seu prefeito **FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 888.448.461-87, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **ALVES DIAS SERVIÇOS EIRELI**, CNPJ nº 21.743.490/0001-96, localizada à Avenida 136, nº 761, Ed. Nasa, Setor Sul, na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, representada por seu sócio proprietário, **THIAGO EDSON ALVES DIAS**, CPF/MF nº 758. 002.841-72, brasileiro, casado, empresário, denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o **2º termo aditivo do contrato nº 076/2017**, que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente aditivo tem fundamento no Artigo 57, incisos I e II, § 1º e § 2º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLAUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 – Fazem parte do presente termo aditivo, independente de transição todos os elementos que compõem o processo de licitação na modalidade **Pregão Presencial n.º 019/2017**, devidamente homologada pelo Prefeito aos 12 dias do mês de Maio de 2017, nos termos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores; Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e do Decreto Municipal n.º 1775 de 16 de fevereiro de 2007 e o contrato originário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O presente termo aditivo ao contrato originário tem por objeto a **prorrogação da vigência** constante da cláusula terceira – da vigência, inciso 3.2 do contrato ora aditado, **por mais 12 (doze) meses, ficando sua vigência prorrogada até o dia 12/04/2020** podendo ocorrer a extinção do ajuste antes do decurso desse prazo, caso a administração efetue contratação resultante de novo procedimento licitatório.

Parágrafo Único: Na hipótese da extinção do contrato pela conclusão de novo procedimento licitatório, a **CONTRATADA** deverá ser notificada com o prazo mínimo de **30 (trinta) dias de antecedência** da data da cessação da prestação dos serviços, por ofício da autoridade competente.

CLAUSULA TERCEIRA – DA RETIFICAÇÃO DOS VALORES

3.1 – O valor global deste termo aditivo será de **R$ 2.224.520,76 (dois milhões, duzentos e vinte e quatro mil, quinhentos e vinte reais e setenta e seis centavos)**, que será pago em parcelas mensais no valor de **R$ 185.376,73 (cento e oitenta e cinco mil, trezentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos)**, conforme tabelas constantes na clausula terceira, inciso 3.1 do 1º termo aditivo que é parte integrante do contrato.

3.2 - Os valores totais estimados na cláusula anterior, não vinculam a Administração ao seu pagamento total à Contratada, que será realizado de conformidade com os serviços efetivamente executados, conforme as medições apresentadas.

3.3 - O pagamento será efetuado mensalmente, de conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro, mediante a apresentação de nota fiscal e laudo de medição da Secretaria responsável pelo acompanhamento.

CLÁUSULA QUARTA - DA JUSTIFICATIVA

4.1 – A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em virtude de que a geração de resíduos pelas diversas atividades humanas constitui-se atualmente em um grande desafio a ser enfrentado pelas administrações municipais. A coleta de lixo bem como os resíduos e outros materiais e/ou produtos infectantes é condição fundamental para a saúde pública. Eles estão diretamente associados aos problemas de poluição e/ou contaminação dos recursos hídricos e do solo, pois a deficiência de saneamento básico gera de forma inadequada o descarte destes insumos, contaminando, poluindo os rios, córregos e lençol freáticos, além de favorecer a proliferação de vetores e doenças e neste sentido vemos a indigência da aquisição da contratação por considerarmos imprescindível tal serviço. Da mesma forma os entulhos e galhadas se fazem necessários que sejam recolhidos e o município não dispõe de equipamentos e caminhões suficientes para manter, enquanto que as pinturas em meio fio mantem a cidade sempre com aspecto de limpeza e por nosso município considerado o portal do Xingu temos que manter devidamente aparente, justificando assim a prorrogação.

CLÁSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1 - Em conformidade com o previsto no artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/93, este instrumento será publicado no Mural de Publicações da Prefeitura, Portal da Transparência, Diário Oficial de Contas do TCE/MT e Diário Oficial dos Municípios - AMM.

CLAÚSULA SEXTA – CONDIÇÕES GERAIS

6.1 - Com a alteração constante deste Termo Aditivo, ficam inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do **contrato nº 076/2017 e 1º termo aditivo**.

CLAÚSULA SETIMA – DO FORO

7.1 - As partes elegem o foro da comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, ficando excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno e comum acordo com todas as cláusulas e condições contratuais acima consubstanciadas, assinam o presente instrumento, lavrado em quatro vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas instrumentárias, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Canarana-MT, 05 de abril de 2019.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL - CONTRATANTE

_____

ALVES DIAS SERVIÇOS EIRELI

THIAGO EDSON ALVES DIAS

CONTRATADO

_____

ELAINE CRISTINA CERDAN RUFO RODRIGUES

Portaria nº 385/2017 de 04/05/2017

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

ERRATA - EXTRATO CONTRATO Nº 076/2019

ONDE SE LÊ:

Data: 05/04/2019

Vigência: 05/04/2020

LEIA SE:

Data: 08/04/2019

Vigência: 08/04/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 072/2018

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO*AO CONTRATO N.º 072/2018,** QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT.** E A EMPRESA **SANFELICE & CIA LTDA.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **SANFELICE & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 04.855.336/0001-97, e Inscrição Estadual n.º 132952343, estabelecida a Rua Santa Rosa, Bairro Nova Canarana, Canarana-MT, representada neste ato por **EVANDRO SANFELICE**, brasileiro, portador do RG n.º 11926422 e do CPF nº. 846.075.211-91, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no **Processo Administrativo nº 034/2018**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA ALTERAÇÃO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira – Forma de Execução e Vigência, inciso 3.2, referente ao processo de licitatório na modalidade **CONVITE Nº 002/2015.**

1.2 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, **do contrato originário o total de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, ficando sua vigência estendida até o dia 11/04/2020, podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

2.2 - A implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2018, e ainda justifica-se em função da necessidade de assegurar de maneira satisfatória o abastecimento e a reposição do estoque de Cartuchos de Toners e Tintas para impressoras instaladas em diversos setores das respectivas secretarias pertencente ao município de Canarana-MT. Tal prorrogação visa ainda garantir de maneira fracionada o fornecimento de suprimentos de informática, viabilizando assim as manutenções e agilidades nos processos administrativos desenvolvidos nos ambientes internos das secretarias, fato que não causará qualquer prejuízo aos cofres públicos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

3.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas nas mesmas dotações orçamentárias constantes no contrato original.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 072/2018,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 03 de Abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE:

SANFELICE & CIA LTDA

Evandro Sanfelice

CONTRATADA

EDIVAN COLOMBO

PORTARIA Nº 158/2018 de 02/04/2018

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

11º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 060/2014

11º TERMO ADITIVO ao Contrato Nº 060/2014, firmado com a empresa **CONSTRUTORA AÇOLAMB LTDA** para a **Construção de Quadra Poliesportiva coberta com Vestiários Padrão FNDE.**

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888. 448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro,

Canarana-MT, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e, por outro lado a empresa, **CONSTRUTORA AÇOLAMB LTDA - EPP**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 06.077.372/0001-00, e Inscrição Estadual sob n.º 13245926-4, estabelecida a Rua 12 Nº 80, Sala 02, Setor Industrial, Cep 78.635-000, Água Boa – MT, representada neste ato por seu procurador **MARCOS ROBERTO LAMB**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 474. 466 SSP/MT e do CPF nº. 441.686.751-49, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO 060/2014**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **Tomada de Preços nº 001/2014**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação de prazo de vigência**, objeto do Contrato originário, a Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra Ee vigência referente ao processo de licitatório na modalidade **Tomada de Preços nº 001/2014.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra e Vigência, do contrato originário o total de **180 (cento e oitenta) dias.**

2.2 – O prazo de execução e vigência fica estendido até o **dia 26/09/2019**.

CLAUSULA TERCEIRA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II e VI da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 – A presente prorrogação se justifica apenas para a manter a vigência do contrato para o pagamento da parcela final, onde, a contratada já executou 100% da obra, aguardando apenas os repasses financeiros por parte do Governo Federal, justificando assim apenas a prorrogação da vigência, conforme documentos juntos a departamento de engenharia.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - As demais Cláusulas do Contrato original e seus respectivos termos aditivos, permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUINTA - DOMICÍLIO E FORO

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana – MT, 22 de março de 2019.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal de Canarana

CONTRATANTE

CONSTRUTORA AÇOLAMB LTDA - EPP

MARCOS ROBERTO LAMB

CPF nº. 441.686.751-49

CONTRATADA

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

01:_____
02:_____

CPF: CPF:

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 180/2018

1º TERMO ADITIVOao Contrato Nº 180/2018, firmado com a empresa **BRAGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME** para a execução **de *serviços de conservação de pavimento (lama asfáltica) no Município de Canarana-MT***.

Pelo presente instrumento contratual, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO, CPF n° 888.448. 461-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **BRAGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME**, devidamente inscrição no CNPJ nº 09.302.764/0001-06, com sede na Cidade de Cuiabá-MT, a Avenida General Mello, nº 1455, Sala 111, Bloco 02 – Conjunto General Center, Bairro: Campo Velho, CEP: 78065-290, representada na visita pelo seu sócio proprietário, e também engenheiro civil responsável técnico, o Sr. **SEBASTIÃO DIAS DA SILVA JUNIOR**, portador do RG nº 0839732-5 SSP/MT e CPF nº 812.087.311-49, doravante denominada de **CONTRATADA**, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **convite nº 010/2018**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA ALTERAÇÃO

1.1 - O presente termo aditivo tem por objeto a **prorrogação da vigência do contrato** e do **prazo de execução do contrato nº 180/2018** que tem por objeto **de serviços de conservação de pavimento (lama asfáltica) no Município de Canarana-MT**, Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra e Vigência do Contrato.

1.2 – Ficam acrescidos o total de **180 (cento e oitenta) dias para a execução da obra, estendendo-se o prazo até 10/10/2019 e 360 (trezentos e sessenta) dias para a vigência do contrato, prorrogando a vigência até o dia 07/04/2020.**

CLAUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II e III da Lei 8.6366 de 21 de junho de 1993.

2.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato por interesse da Administração e por acordo com a **CONTRATADA**, pelo período de chuvas, onde, a ordem de serviços foi emitida em outubro/2018 e de lá pra cá as chuvas foram constantes e sendo assim necessária a diminuição do ritmo de execução, justificando assim a prorrogação do prazo de execução, bem como da vigência do contrato para os futuros pagamentos de medições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

3.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUARTA - DOMICÍLIO E FORO

4.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana – MT, 11 de março de 2019.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

Município de Canarana

CONTRATANTE

BRAGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME

SEBASTIÃO DIAS DA SILVA JUNIOR

Sócio Diretor (proprietário)

CONTRATADA

GUSTAVO HENRIQUE MACHADO ALVES

PORTARIA Nº 455/2018 de 16 de Agosto de 2018

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 064/2017

***SEGUNDO TERMO ADITIVO*AO CONTRATO N.º 064/2017, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA - MT E A EMPRESA COPLAN CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI EPP.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, e de outro lado a empresa **COPLAN CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI EPP**, com sede a Avenida Isaac Povoas, 1331, Bairro Popular, Cuiabá, MT, inscrita no CNPJ/MF nº 07.281.368/0001-14, neste ato representado pelo **SR. ARLINDO LENZI**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 0795304-6 SESP/MT e inscrito no CPF nº 401.381.607-59**,** e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui o objeto do presente aditivo contratual **a prorrogação da vigência do contrato originário** pelo prazo de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, acrescentando àCláusula Terceira, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 011/2017.**

1.2 – Com o acréscimo constante no inciso anterior, o prazo de vigência fica estendido até o **dia 02/04/2020, ou até a realização de um novo processo licitatório**.

CLÁUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - Justifica-se o presente aditivo contratual em função da necessidade da administração em manter vigente o contrato para o acompanhamento e gerenciamento das informações necessárias para apuração do índice de participação – IPM, o qual tivemos resultado positivo nos últimos 12 (doze) meses.

2.2 - Fundamenta-se o presente instrumento de prorrogação de prazo contratual no disposto no Art. 57 da Lei 8.666/93, e ainda, inciso 3.13 do contrato originário.

CLÁUSULA TERCEIRA– DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

3.1 -As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas no exercício de 2019, conforme a Lei Municipal e correrão por conta da seguinte das dotações orçamentárias constantes no contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO E DA RATIFICAÇÃO

4.1 - A Contratante providenciará a publicação deste instrumento de aditivo contratual, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

4.2 - Permanecem inalteradas, como também ratificadas, todas as demais cláusulas e condições estipuladas no **contrato nº 064/2017 e 1º termo aditivo**.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana, 26 de Março de 2019.

CONTRATANTE ..... **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA** **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA** Prefeito Municipal	**CONTRATADA** ..... **COPLAN CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI EPP** **ARLINDO LENZI**
FISCAL DO CONTRATO ..... **EMERSON LUIS FASOLO** Portaria nº 333 de 12/04/2017	

Testemunhas:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2019

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº. , na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **GRÁFICA E EDITORA SÃO JOÃO LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º **CNPJ 24.679.854/0001-04**, estabelecida a Rua José Chianesi, n° 679, Setor A, cidade de Alta Floresta/MT CEP: 78.580-00, neste ato representada pelo Sr. Lazaro Joaquim das Graças, portador do CIRG n.º 9.069.685 SSP/SP e CPF n.º 279.569.978-87 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de

1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRODUÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo, e detalhado no quadro abaixo:

GABINETE DA PREFEITA

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VLR. UNIT	VALOR TOTAL
9	49682	CONFECÇÃO DE BANNER 4 CORES 2,00MX1,5M	UNID	5	R$ 199,80	R$ 999,00
27	44003	CONFECÇÃO DE CARTAZES 4 CORES FOTOLITO 120G 1,00X0,70	UNID	40	R$ 1,79	R$ 71,60
92	44049	CONFECÇÃO DE PASTA C/ ORELHA F-4 4 CORES SULF 180	UNID	200	R$ 0,32	R$ 64,00
VALOR TOTAL						**R$ 1.134,60**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS- SEMAD/SEFIN

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VLR. UNIT	VALOR TOTAL
2	51636	CONFECÇÃO DE ADESIVO DE VINIL, 4 CORES COM INSTALAÇÃO	M²	50	R$ 109,80	R$ 5. 490,00
14	51635	CONFECÇÃO DE BLOCO DE NOTA, 3 VIAS, CARBONADO MEDINDO 10CMX20CM	UND	80	R$ 8,85	R$ 708,00
27	44003	CONFECÇÃO DE CARTAZES 4 CORES FOTOLITO 120G 1,00X0,70	UNID	100	R$ 1,79	R$ 179,00
51	83896	CONFECÇÃO DE FAIXA EM LONA 10MX0,90CM, COM ACABAMENTO EM MADEIRA NAS LATERAIS E COM AS CORDAS	UND	2	R$ 499,00	R$ 998,00
52	83897	CONFECÇÃO DE FAIXA EM LONA 10MX1M, COM ACABAMENTO EM MADEIRA NAS LATERAIS E COM AS CORDAS	UND	2	R$ 549,00	R$ 1. 098,00
92	44049	CONFECÇÃO DE PASTA C/ ORELHA F-4 4 CORES SULF 180	UNID	2000	R$ 0,32	R$ 640,00
107	83895	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DO TIPO CARTELA DE BINGO PERSONALIZADA PARA EXPOSIÇÃO DE FEIRA AGROPECUÁRIA, 4 CORES MEDINDO F8 - 24X33 CM.	UND	1000	R$ 0,84	R$ 840,00
VALOR TOTAL						**R$ 9. 953,00**

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL – SEMAS

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VLR. UNIT	VALOR TOTAL
2	51636	CONFECÇÃO DE ADESIVO DE VINIL, 4 CORES COM INSTALAÇÃO	M²	40	R$ 109,80	R$ 4.392,00
11	49684	CONFECÇÃO DE BANNER DE LONA PLÁSTICA, EM TAMANHO 1MX0,70M, COLORIDOS	UNID	10	R$ 69,90	R$ 699,00
27	44003	CONFECÇÃO DE CARTAZES 4 CORES FOTOLITO 120G 1,00X0,70	UNID	100	R$ 1,79	R$ 179,00
82	49709	CONFECÇÃO DE FOLDERS, PAPEL BRANCO, EM A4, DUAS DOBRAS, COLORIDO, FRENTE E VERSO, 120G	UNID	15	R$ 1,20	R$ 18,00
92	44049	CONFECÇÃO DE PASTA C/ ORELHA F-4 4 CORES SULF 180	UNID	1000	R$ 0,32	R$ 320,00
VALOR TOTAL						**R$ 5.608,00**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER – SEMEC

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VLR. UNIT	VALOR TOTAL
78	51645	CONFECÇÃO DE FOLDERS DE ATIVIDADES, MEDINDO 30X20, 2 DOBRAS, 4 CORES	UNID	1000	R$ 0,43	R$ 430,00
92	44049	CONFECÇÃO DE PASTA C/ ORELHA F-4 4 CORES SULF 180	UNID	200	R$ 0,32	R$ 64,00
107	83895	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DO TIPO CARTELA DE BINGO PERSONALIZADA PARA EXPOSIÇÃO DE FEIRA AGROPECUÁRIA, 4 CORES MEDINDO F8 - 24X33 CM.	UND	1500	R$ 0,84	R$ 1. 260,00
VALOR TOTAL						**R$ 1. 754,00**

SECRETARIA DE SAUDE – SEMSA

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VLR. UNIT	VALOR TOTAL
2	51636	CONFECÇÃO DE ADESIVO DE VINIL, 4 CORES COM INSTALAÇÃO	M²	20	R$ 109,80	R$ 2. 196,00
5	43993	CONFECÇÃO DE ATESTADO MÉDICO FÍSICO E MENTAL 145 X 210 MM BLOCOS C/ 50 FLS	UNID	100	R$ 3,49	R$ 349,00
16	49688	CONFECÇÃO DE BOLETIM DE ENVIO DE LAVAS PARA REVISÃO A4	UNID	100	R$ 1,23	R$ 123,00
19	49689	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE ACOMPANHAMENTO DE HANSENÍASE 08X20CM	UNID	100	R$ 0,69	R$ 69,00
20	49690	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE ACOMPANHAMENTO DE TURBECULOSE 15X25CM	UNID	100	R$ 0,69	R$ 69,00
24	27938	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE VACINA ESPELHADO F-16 SULF 180G 01 COR FRENTE VERSO	UND	1500	R$ 0,21	R$ 315,00

25	51634	CONFECÇÃO DE CARTÃO PARA ACOMPANHAMENTO GESTANTE, MEDINDO 18X29,7CM, EM PAPEL OFF-SET, PESANDO 240G, EM 4X2 CORES, EM TINTA ESCALA	UND	500	R$ 0,37	R$ 185,00
71	44028	CONFECÇÃO DE FICHA DE VISITA DOMICILIAR A4	UNID	200	R$ 0,94	R$ 188,00
72	44029	CONFECÇÃO DE FICHA DE VISITA DOMICILIAR FA E DENGUE 110X160 MM	UNID	200	R$ 0,94	R$ 188,00
83	44045	CONFECÇÃO DE FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ELETRONEUROMIOGRAFIA A4 BLOCOS C/ 50 FLS	UND	50	R$ 6,49	R$ 324,50
90	44047	CONFECÇÃO DE PANFLETOS DA DENGUE 210X150MM	UND	6000	R$ 0,12	R$ 720,00
92	44049	CONFECÇÃO DE PASTA C/ ORELHA F-4 4 CORES SULF 180	UNID	2000	R$ 0,32	R$ 640,00
94	50062	CONFECÇÃO DE PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À MICROCEFALIA CONSOLIDAÇÃO DE VISITAS DOMICILIARES A4	UNID	100	R$ 3,19	R$ 319,00
95	50064	CONFECÇÃO DE PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À MICROCEFALIA FORMULÁRIO DE VISITAS AOS IMOVEIS A4	UNID	100	R$ 2,99	R$ 299,00
103	44054	CONFECÇÃO DE ROA – UDR A4 BLOCOS C/ 50 FLS	UNID	10	R$ 10,99	R$ 109,90
VALOR TOTAL						**R$ 6. 094,40**

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS – SEMOSP

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VLR. UNIT	VALOR TOTAL
2	51636	CONFECÇÃO DE ADESIVO DE VINIL, 4 CORES COM INSTALAÇÃO	M²	20	R$ 109,80	R$ 2.196,00
VALOR TOTAL						**R$ 2.196,00**

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA, INDUS. E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO – SEMAPICMAT

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VLR. UNIT	VALOR TOTAL
2	51636	CONFECÇÃO DE ADESIVO DE VINIL, 4 CORES COM INSTALAÇÃO	M²	40	R$ 109,80	R$ 4. 392,00
14	51635	CONFECÇÃO DE BLOCO DE NOTA, 3 VIAS, CARBONADO MEDINDO 10CMX20CM	UND	20	R$ 8,85	R$ 177,00
27	44003	CONFECÇÃO DE CARTAZES 4 CORES FOTOLITO 120G 1,00X0,70	UNID	20	R$ 1,79	R$ 35,80
39	49699	CONFECÇÃO DE COMUNICADOS 4 CORES TAMANHO A4	UNID	200	R$ 1,74	R$ 348,00
92	44049	CONFECÇÃO DE PASTA C/ ORELHA F-4 4 CORES SULF 180	UNID	100	R$ 0,32	R$ 32,00
107	83895	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DO TIPO CARTELA DE BINGO PERSONALIZADA PARA EXPOSIÇÃO DE FEIRA AGROPECUÁRIA, 4 CORES MEDINDO F8 - 24X33 CM.	UND	1500	R$ 0,84	R$ 1. 260,00
VALOR TOTAL						**R$ 6. 244,80**

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA, INDUS. E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO– SEMAPICMAT

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VLR. UNIT	VALOR TOTAL
2	51636	CONFECÇÃO DE ADESIVO DE VINIL, 4 CORES COM INSTALAÇÃO	M²	40	R$ 109,80	R$ 4.392,00
14	51635	CONFECÇÃO DE BLOCO DE NOTA, 3 VIAS, CARBONADO MEDINDO 10CMX20CM	UND	80	R$ 8,85	R$ 708,00
27	44003	CONFECÇÃO DE CARTAZES 4 CORES FOTOLITO 120G 1,00X0,70	UNID	100	R$ 1,79	R$ 179,00
92	44049	CONFECÇÃO DE PASTA C/ ORELHA F-4 4 CORES SULF 180	UNID	200	R$ 0,32	R$ 64,00
VALOR TOTAL						**R$ 5.343,00**

SECRETARIA DA CIDADE - SEMCID

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VLR. UNIT	VALOR TOTAL
2	51636	CONFECÇÃO DE ADESIVO DE VINIL, 4 CORES COM INSTALAÇÃO	M²	20	R$ 109,80	R$ 2.196,00
VALOR TOTAL						**R$ 2.196,00**

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **18/03/2019** até **18/03/2020**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos/serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2019**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos materiais solicitados e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os materiais produzidos deverão ser entregues em no máximo 10 (dez) dias úteis, contados a partir da aprovação da arte e da data da requisição emitida pelo departamento de compras;

4.1.1 Em caso de emergência os mesmos deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da aprovação da arte e da data da requisição emitida pelo departamento de compras;

4.2.Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.4 Os produtos/serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar as entregas dos produtos ou a prestação dos serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/serviços fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer do contrato, sem a solicitação prévia da contratada e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato/ARP por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) do valor do contrato/ARP a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega/prestação de serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dez por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2019** a proposta da empresa **GRÁFICA E EDITORA SÃO JOÃO LTDA – ME sob CNPJ 24.679.854/0001-04**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 18 de Março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GRÁFICA E EDITORA SÃO JOÃO LTDA – ME

CNPJ 24.679.854/0001-04

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2019

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº. , na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **G3 COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º CNPJ 09.176.226/0006-27, estabelecida a Rua Rodovia MT-208, KM 115.5, Bairro Zona Rural, município de Carlinda/MT CEP: 78.587-000, neste ato representada pelo Sr. Rafael Santos Silva, portador do CIRG n.º 08751 SRTE/MT e CPF n.º 005.553.051-63 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL GASOLINA COMUM, ETANOL, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S-10, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA FROTA MUNICIPAL DE CARLINDA – MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo, e detalhado no quadro abaixo:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEMEC

ITEM	CÓDIGO	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	VALOR PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO
1	17069	LITRO	OLEO DIESEL COMUM	R$ 65.000,00	
2	49103	LITRO	OLEO DIESEL S-10	R$ 130.000,00	5,05%
				R$ 195.000,00	

SECRETARIA DE SAÚDE – SEMSA

ITEM	CÓDIGO	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	VALOR PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO
1	17069	LITRO	OLEO DIESEL COMUM	R$ 7.000,00	
2	49103	LITRO	OLEO DIESEL S-10	R$ 20.000,00	5,05%
				R$ 27.000,00	

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS - SEMOSP

ITEM	CÓDIGO	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	VALOR PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO
1	17069	LITRO	OLEO DIESEL COMUM	R$ 260.000,00	5,05%
2	49103	LITRO	OLEO DIESEL S-10	R$ 30.000,00	
				R$ 290.000,00	

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA, INDUS. E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO – SEMAPICMAT

ITEM	CÓDIGO	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	VALOR PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO
1	17069	LITRO	OLEO DIESEL COMUM	R$ 10.000,00	5,05%
				R$ 10.000,00	

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA, INDUS. E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO– SEMAPICMAT

ITEM	CÓDIGO	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	VALOR PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO
1	17069	LITRO	OLEO DIESEL COMUM	R$ 6.000,00	5,05%
				R$ 6.000,00	

SECRETARIA DA CIDADE - SEMCID

ITEM	CÓDIGO	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	VALOR PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO
1	17069	LITRO	OLEO DIESEL COMUM	R$ 5.000,00	5,05%
				R$ 5.000,00	

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **13/03/2019** até **13/03/2020**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos/serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2019**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega do combustível solicitado e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 - O produto será fornecido de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.1.1 O abastecimento dos veículos/máquinas da administração municipal deverá ser realizado na sede da empresa que se sagrar vencedora do certame, devendo a empresa que se sagrar vencedora do certame possuir ponto de abastecimento no municipio de Carlinda/MT, mediante apresentação de Requisição de Fornecimento emitida pela Administração Municipal, podendo ser abastecidos diariamente, semanalmente ou mensalmente.

4.2 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.3 Os produtos/serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar as entregas dos produtos ou a prestação dos serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/serviços fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer do contrato, sem a solicitação prévia da contratada e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato/ARP por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) do valor do contrato/ARP a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega/prestação de serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dez por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado,** o **Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 **- Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.**

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "PROMITENTE FORNECEDORA", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2019** a proposta da empresa **G3 COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI sob CNPJ 09.176.226/0006-27**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 13 de Março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

G3 COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI

CNPJ 09.176.226/0006-27

EMPRESA

TESTEMUNHAS:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2019

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº. , na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA** inscrita no CNPJ sob o n.º 03.532.991/0001-41, estabelecida a Avenida Ulisses Pompeu de Campos, n.º 132, bairro Suburbano, cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, CEP 78.110-798, neste ato representada pelo Sr. MARCOS ROBERTO MARGREITER, portador do CIRG n.º 3159921 SSP/SC e CPF n.º 010.008.979-82 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, BICOS E PROTETORES DE CÂMARAS DE AR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo, e detalhado no quadro abaixo:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS- SEMAD/SEFIN

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	45614	BICO PNEU S/ CÂMARA ARO 13/14	5	UNID	SCHRADER	R$ 9,50	R$ 47,50
6	45607	CÂMARA DE AR 110/90-17 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	1	UNID	LEVORIN	R$ 36,00	R$ 36,00
15	45612	CÂMARA DE AR 275/18 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001.BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	1	UNID	LEVORIN	R$ 29,00	R$ 29,00
19	45613	CÂMARA DE AR 90/90-18 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	1	UNID	LEVORIN	R$ 33,00	R$ 33,00
20	45606	CÂMARA DE AR 90/90-19 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	1	UNID	LEVORIN	R$ 35,00	R$ 35,00
31	21628	PNEU 110/90-17 TRASEIRO PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	1	UNID	RINALDI	R$ 255,00	R$ 255,00
50	45834	PNEU 275-18 DIANTEIRO. PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.	1	UNID	RINALDI	R$ 118,00	R$ 118,00
57	40126	PNEU 90/90-18 TRASEIRO PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.	1	UNID	RINALDI	R$ 118,00	R$ 118,00
58	45584	PNEU 90/90-19 DIANTEIRO. PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	1	UNID	RINALDI	R$ 190,00	R$ 190,00
VALOR TOTAL							**R$ 861,50**

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - SEMAS

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	45614	BICO PNEU S/ CÂMARA ARO 13/14	10	UNID	SCHRADER	R$ 9,50	R$ 95,00
2	45615	BICO PNEU S/ CÂMARA ARO 15/16	5	UNID	SCHRADER	R$ 12,00	R$ 60,00
26	39971	CÂMARA DE AR KR16 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	2	UNID	XBRI	R$ 41,00	R$ 82,00
49	53596	PNEU 255/70-16 PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.	5	UNID	DURATURN	R$ 720,00	R$ 3. 600,00
VALOR TOTAL							**R$ 3. 837,00**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEMEC

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	45614	BICO PNEU S/ CÂMARA ARO 13/14	6	UNID	SCHRADER	R$ 9,50	R$ 57,00
3	45616	BICO PNEU S/ CÂMARA ARO 22.5	40	UNID	SCHRADER	R$ 14,00	R$ 560,00

14	45591	CÂMARA DE AR 215/75 17.5 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	50	UNID	XBRI	R$ 90,00	R$ 4.500,00
16	45590	CÂMARA DE AR 275/80-22,5 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	50	UNID	XBRI	R$ 104,00	R$ 5.200,00
17	45595	CÂMARA DE AR 750/16 B.CURTO O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	20	UNID	XBRI	R$ 50,00	R$ 1.000,00
18	40121	CÂMARA DE AR 750/16 B.LONGO O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	20	UNID	XBRI	R$ 54,50	R$ 1.090,00
38	45836	PNEU 175/70-14, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICA	8	UNID	FATE	R$ 251,00	R$ 2.008,00
44	45587	PNEU 215/75 R17.5 BORRACHUDO. PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.	50	UNID	DURATURN	R$ 765,00	R$ 38.250,00
53	45569	PNEU 275/80-22.5- BORRACH. INDICE DE PESO 149/146 PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	50	UNID	FATE	R$ 1.603,00	R$ 80.150,00
54	45567	PNEU 750/16 BORRACHUDO TRASEIRO. PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	15	UNID	GOODYEAR	R$ 608,00	R$ 9.120,00
61	45574	PNEU 900/20 BORRACHUDO. 14 LONAS, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	64	UNID	GOODYEAR	R$ 1.180,00	R$ 75.520,00
62	53598	PROTETOR DE CÂMARA DE AR ARO 16 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR 251:2001	50	UNID	RUZZI	R$ 24,70	R$ 1.235,00
63	53599	PROTETOR DE CÂMARA DE AR ARO 20 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR 251:2001	50	UNID	RUZZI	R$ 38,50	R$ 1.925,00
VALOR TOTAL							**R$ 220.615,00**

SECRETARIA DE SAUDE – SEMSA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	45614	BICO PNEU S/ CÂMARA ARO 13/14	15	UNID	SCHRADER	R$ 9,50	R$ 142,50
2	45615	BICO PNEU S/ CÂMARA ARO 15/16	15	UNID	SCHRADER	R$ 12,00	R$ 180,00
5	45609	CÂMARA DE AR 110/80-18 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	1	UNID	LEVORIN	R$ 34,00	R$ 34,00
15	45612	CÂMARA DE AR 275/18 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001.BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	1	UNID	LEVORIN	R$ 29,00	R$ 29,00
19	45613	CÂMARA DE AR 90/90-18 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	1	UNID	LEVORIN	R$ 33,00	R$ 33,00
21	45608	CÂMARA DE AR 90/90-21 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	1	UNID	LEVORIN	R$ 38,00	R$ 38,00
25	45597	CÂMARA DE AR KR15 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	5	UNID	XBRI	R$ 50,00	R$ 250,00
26	39971	CÂMARA DE AR KR16 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	5	UNID	XBRI	R$ 41,00	R$ 205,00
30	40068	PNEU 110/80-18 TRASEIRO PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	1	UNID	RINALDI	R$ 230,00	R$ 230,00
37	53591	PNEU 175/70-14, 82T, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICA	5	UNID	FATE	R$ 251,00	R$ 1.255,00
42	53593	PNEU 185/65 R15 92H PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.	20	UNID	FATE	R$ 290,50	R$ 5.810,00
48	53595	PNEU 235/75-15 HT, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.	15	UNID	FATE	R$ 575,00	R$ 8.625,00
49	53596	PNEU 255/70-16 PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.	15	UNID	DURATURN	R$ 720,00	R$ 10.800,00
50	45834	PNEU 275-18 DIANTEIRO. PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.	1	UNID	RINALDI	R$ 118,00	R$ 118,00
57	40126	PNEU 90/90-18 TRASEIRO PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA.	1	UNID	RINALDI	R$ 118,00	R$ 118,00

		LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.					
59	45561	PNEU 90/90-21 DIANTEIRO PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	1	UNID	RINALDI	R$ 225,00	R$ 225,00
VALOR TOTAL							**R$ 28. 092,50**

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS - SEMOSP

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	45614	BICO PNEU S/ CÂMARA ARO 13/14	10	UNID	SCHRADER	R$ 9,50	R$ 95,00
2	45615	BICO PNEU S/ CÂMARA ARO 15/16	5	UNID	SCHRADER	R$ 12,00	R$ 60,00
3	45616	BICO PNEU S/ CÂMARA ARO 22.5	20	UNID	SCHRADER	R$ 14,00	R$ 280,00
4	45592	CÂMARA DE AR 1000/20 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	20	UNID	XBRI	R$ 98,00	R$ 1. 960,00
7	45605	CÂMARA DE AR 12-16-5 SKS - 1. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	4	UNID	XBRI	R$ 91,75	R$ 367,00
8	45603	CÂMARA DE AR 14.00-24 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	8	UNID	XBRI	R$ 200,00	R$ 1. 600,00
10	50718	CÂMARA DE AR 17.5/25 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	15	UNID	XBRI	R$ 270,00	R$ 4. 050,00
13	45604	CÂMARA DE AR 19.5L-24 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	4	UNID	XBRI	R$ 242,50	R$ 970,00
16	45590	CÂMARA DE AR 275/80-22.5 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	10	UNID	XBRI	R$ 104,00	R$ 1. 040,00
25	45597	CÂMARA DE AR KR15 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	3	UNID	XBRI	R$ 50,00	R$ 150,00
29	40083	PNEU 1000/20 LISO, 16 LONAS, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	8	UNID	GOODYEAR	R$ 1. 195,00	R$ 9. 560,00
33	40087	PNEU 14 00 24 G2/L2 12 LONAS PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	15	UNID	TITAN	R$ 2. 430,00	R$ 36. 450,00
47	45583	PNEU 235/75 R15 PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.	6	UNID	FATE	R$ 575,00	R$ 3. 450,00
51	21594	PNEU 275/80-22.5 BORRACH., INDICE DE PESO 152/148, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	25	UNID	FATE	R$ 1. 603,00	R$ 40. 075,00
61	45574	PNEU 900/20 BORRACHUDO. 14 LONAS, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	16	UNID	GOODYEAR	R$ 1. 180,00	R$ 18. 880,00
63	53599	PROTETOR DE CÂMARA DE AR ARO 20 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR 251:2001	15	UNID	RUZZI	R$ 38,50	R$ 577,50
67	50714	PROTETOR DE PNEU ARO 22 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR 251:2001	15	UNID	RUZZI	R$ 44,00	R$ 660,00
VALOR TOTAL							**R$ 120. 224,50**

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA, INDUS. E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO – SEMAPICMAT

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	45614	BICO PNEU S/ CÂMARA ARO 13/14	5	UNID	SCHRADER	R$ 9,50	R$ 47,50
2	45615	BICO PNEU S/ CÂMARA ARO 15/16	5	UNID	SCHRADER	R$ 12,00	R$ 60,00
8	45603	CÂMARA DE AR 14.00-24 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	8	UNID	XBRI	R$ 200,00	R$ 1. 600,00
11	45601	CÂMARA DE AR 18.4-30 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	2	UNID	XBRI	R$ 248,00	R$ 496,00
17	45595	CÂMARA DE AR 750/16 B.CURTO O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	6	UNID	XBRI	R$ 50,00	R$ 300,00
33	40087	PNEU 14 00 24 G2/L2 12 LONAS PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	8	UNID	TITAN	R$ 2. 430,00	R$ 19. 440,00
34	49015	PNEU 14.9-24 DIANTEIRO 12 LONAS PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.	3	UNID	TITAN	R$ 2. 110,00	R$ 6. 330,00
37	53591	PNEU 175/70-14, 82T, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531,	5	UNID	FATE	R$ 251,00	R$ 1. 255,00

		NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICA					
41	53592	PNEU 18.4-34 TRASEIRO 12 LONAS PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	3	UNID	TITAN	R$ 3.270,00	R$ 9.810,00
62	53598	PROTETOR DE CÂMARA DE AR ARO 16 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR 251:2001	4	UNID	RUZZI	R$ 24,70	R$ 98,80
VALOR TOTAL							**R$ 39.437,30**

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA, INDUS. E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO– SEMAPICMAT

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	45615	BICO PNEU S/ CÂMARA ARO 15/16	5	UNID	SCHRADER	R$ 12,00	R$ 60,00
26	39971	CÂMARA DE AR KR16 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	2	UNID	XBRI	R$ 41,00	R$ 82,00
49	53596	PNEU 255/70-16 PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.	6	UNID	DURATURN	R$ 720,00	R$ 4.320,00
VALOR TOTAL							**R$ 4.462,00**

SECRETARIA DA CIDADE - SEMCID

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	45614	BICO PNEU S/ CÂMARA ARO 13/14	5	UNID	SCHRADER	R$ 9,50	R$ 47,50
2	45615	BICO PNEU S/ CÂMARA ARO 15/16	5	UNID	SCHRADER	R$ 12,00	R$ 60,00
11	45601	CÂMARA DE AR 18.4-30 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	2	UNID	XBRI	R$ 248,00	R$ 496,00
26	39971	CÂMARA DE AR KR16 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	5	UNID	XBRI	R$ 41,00	R$ 205,00
56	53597	PNEU 750/16 TRIRAIADO AGRÍCOLA, 10 LONAS, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	2	UNID	GOODYEAR	R$ 533,00	R$ 1.066,00
62	53598	PROTETOR DE CÂMARA DE AR ARO 16 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR 251:2001	4	UNID	RUZZI	R$ 24,70	R$ 98,80
VALOR TOTAL							**R$ 1.973,30**

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **22/02/2019** até **22/02/2020**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos/serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2019** , que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos produtos solicitados e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os produtos deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da requisição emitida pelo departamento de compras e independente da quantidade de produtos solicitados.

4.1.1 Em caso de emergência os produtos deverão ser entregues em até 48 (quarenta e oito) horas contados da data da requisição emitida pelo departamento de compras e independente da quantidade de produtos solicitados.

4.2. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.4 Os produtos/serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar as entregas dos produtos ou a prestação dos serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/serviços fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer do contrato, sem a solicitação prévia da contratada e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega/prestação de serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2019** a proposta da empresa **PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA sob CNPJ 03.532.991/0001-41**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 22 de Fevereiro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA

CNPJ 03.532.991/0001-41

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2019

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/ nº., na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **SILVEIRA F DA SILVA - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º **04.793.559/0001-77**, estabelecida a Avenida Mato Grosso, n.º 02, bairro Centro, cidade de Carlinda/MT, CEP 78.587-000, neste ato representada pelo Sr. SILVEIRA FERREIRA DA SILVA, portador do CIRG n.º 601.322 SSP/MT e CPF n.º 420.124.901-82 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2019** , para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO, COM FINALIDADE DE VEICULAR AVISOS, DIVULGAÇÕES, PROGRAMAÇÕES FESTIVAS, ESPORTIVAS, EDUCACIONAIS, DE LAZER, SAÚDE, OBRAS E COMUNICADOS DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo, e detalhado no quadro abaixo:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS- SEMAD/SEFIN

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	QTDA/ MINUTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	47623	SERVIÇO DE INSERÇÃO DE GRAVAÇÕES DE 60 SEGUNDOS CADA, DE AVISOS, DIVULGAÇÕES, PROGRAMAÇÕES FESTIVAS ESPORTIVAS, EDUCACIONAIS, DE LAZER, SAÚDE, OBRAS E COMUNICADOS DE TODAS AS SECRETARIAS.	1.300	R$ 24,90	R$32. 370,00

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - SEMAS

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	QTDA/ MINUTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	47623	SERVIÇO DE INSERÇÃO DE GRAVAÇÕES DE 60 SEGUNDOS CADA, DE AVISOS, DIVULGAÇÕES, PROGRAMAÇÕES FESTIVAS ESPORTIVAS, EDUCACIONAIS, DE LAZER, SAÚDE, OBRAS E COMUNICADOS DE TODAS AS SECRETARIAS.	900	R$ 24,90	R$ 22. 410,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEMEC

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	QTDA/ MINUTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	47623	SERVIÇO DE INSERÇÃO DE GRAVAÇÕES DE 60 SEGUNDOS CADA, DE AVISOS, DIVULGAÇÕES, PROGRAMAÇÕES FESTIVAS ESPORTIVAS, EDUCACIONAIS, DE LAZER, SAÚDE, OBRAS E COMUNICADOS DE TODAS AS SECRETARIAS.	400	R$ 24,90	R$ 9. 960,00

SECRETARIA DE SAUDE – SEMSA

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	QTDA/ MINUTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	47623	SERVIÇO DE INSERÇÃO DE GRAVAÇÕES DE 60 SEGUNDOS CADA, DE AVISOS, DIVULGAÇÕES, PROGRAMAÇÕES FESTIVAS ESPORTIVAS, EDUCACIONAIS, DE LAZER, SAÚDE, OBRAS E COMUNICADOS DE TODAS AS SECRETARIAS.	1.100	R$ 24,90	R$27. 390,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS - SEMOSP

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	QTDA/ MINUTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	47623	SERVIÇO DE INSERÇÃO DE GRAVAÇÕES DE 60 SEGUNDOS CADA, DE AVISOS, DIVULGAÇÕES, PROGRAMAÇÕES FESTIVAS ESPORTIVAS, EDUCACIONAIS, DE LAZER, SAÚDE, OBRAS E COMUNICADOS DE TODAS AS SECRETARIAS.	50	R$ 24,90	R$1. 245,00

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA, INDUS. E COMERCIO – SEMAPICMAT

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	QTDA/ MINUTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	47623	SERVIÇO DE INSERÇÃO DE GRAVAÇÕES DE 60 SEGUNDOS CADA, DE AVISOS, DIVULGAÇÕES, PROGRAMAÇÕES FESTIVAS ESPORTIVAS, EDUCACIONAIS, DE LAZER, SAÚDE, OBRAS E COMUNICADOS DE TODAS AS SECRETARIAS.	250	R$ 24,90	R$6. 225,00

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO – SEMAPICMAT

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	QTDA/ MINUTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	47623	SERVIÇO DE INSERÇÃO DE GRAVAÇÕES DE 60 SEGUNDOS CADA, DE AVISOS, DIVULGAÇÕES, PROGRAMAÇÕES FESTIVAS ESPORTIVAS, EDUCACIONAIS, DE LAZER, SAÚDE, OBRAS E COMUNICADOS DE TODAS AS SECRETARIAS.	250	R$ 24,90	R$ 6. 225,00

SECRETARIA DA CIDADE - SEMCID

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	QTDA/ MINUTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	47623	SERVIÇO DE INSERÇÃO DE GRAVAÇÕES DE 60 SEGUNDOS CADA, DE AVISOS, DIVULGAÇÕES, PROGRAMAÇÕES FESTIVAS ESPORTIVAS, EDUCACIONAIS, DE LAZER, SAÚDE, OBRAS E COMUNICADOS DE TODAS AS SECRETARIAS.	50	R$ 24,90	R$ 1. 245,00

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **06/02/2019 até 06/02/2020**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos/serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2019** , que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da prestação dos serviços solicitados e emissão do relatório de inserções e da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 AContratada deverá prestar os serviços licitados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data da requisição emitida pelo departamento de compras**.**

4.2 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.3 Os produtos/serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar as entregas dos produtos ou a prestação dos serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/serviços fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega/prestação de serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, aces-

sória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 **- Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.**

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019** , bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2019** a proposta da empresa SILVEIRA F DA SILVA - ME sob CNPJ 04.793.559/0001-77 classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 06 de Fevereiro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

SILVEIRA F DA SILVA - ME

CNPJ 04.793.559/0001-77

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2019

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº.

, na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **PANIFICADORA SÃO CLEMENTE LTDA - ME sob CNPJ 10.858.257/0001-32** situada na Av. Tancredo de Almeida Neves, Centro, s/n°, Carlinda/MT CEP: 78.587-000,sendorepresentada pela Sr.ª Daiane Priori de Souza portadora do CPF n° 024.328.421-70 e RG n° 1.883.545-7 SSP/MT doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2019** , para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS E PANIFICAÇÃO EM GERAL PARA A MERENDA ESCOLAR, EM ATENDIMENTO AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CARLINDA - MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo, e detalhado no quadro abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
60	53832	PÃO DE LEITE: Pão de leite, tipo bisnaguinha, com tamanho médio e peso médio de 50g. O pão deve ser fresco, fabricado com matérias primas de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitos e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado, mal cozido ou azedo. E com rótulo especificando a data de fabricação e validade do produto.	KG	500	R$ 9,40	R$ 4. 700,00
61	23005	PÃO DOCE COM CREME DE CONFEITEIRO E COCO: Pão Doce, tipo rosquinha, com tamanho médio e peso médio de 50g, recheado com creme de confeiteiro e coco por cima. O pão deve ser fresco, fabricado com matérias primas de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitos e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado, mal cozido ou azedo. E com rótulo especificando a data de fabricação e validade do produto.	KG	300	R$ 10,58	R$ 3. 174,00
62	22874	PÃO FRANCÊS: Pão Francês, com peso médio de 50g. O pão deve ser fabricado com matérias primas de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitos e em perfeito estado de conservação. Deve ter o miolo variando de branco a levemente creme, casca de cor dourada, homogênea e brilhante. O aspecto da casca deverá ser crocante, não dura, com aparência de bem assada. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido.	KG	1.400	R$ 10,50	R$ 14. 700,00
TOTAL						**R$22. 574,00**

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **06/02/2019 até 06/02/2020**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos/serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2019** , que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos produtos solicitados e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os produtos deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da autorização de compra.

4.1.1Em caso de emergência os mesmos deverão ser entregues em até 02 (dois) úteis, contados a partir do recebimento da autorização de compra.

4.1.2 A empresa vencedora deverá entregar os produtos na quantidade, especificação e local indicado na solicitação pela Secretaria competente. Todas as despesas relativa à entrega, correrão às custas exclusivamente da licitante vencedora.

4.2.Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.4 Os produtos/serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar as entregas dos produtos ou a prestação dos serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/serviços fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer do contrato, sem a solicitação prévia da contratada e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega/prestação de serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2019** a proposta da empresa **PANIFICADORA SÃO CLEMENTE LTDA - ME sob CNPJ 10.858.257/0001-32**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 06 de Fevereiro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PANIFICADORA SÃO CLEMENTE LTDA - ME

CNPJ 10.858.257/0001-32

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2019

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº. , na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **CORDEIRO E BATISTA COM. E SERVIÇOS LTDA sob CNPJ 13.344.554/0001-58**, estabelecida a Rua Piauí, n.° 229, Sala B, Bairro Dom Giocondo, cidade de Rio Branco/AC CEP 69.900-321, neste ato representada pelo Sr. Paulo Gerson Batista de Souza, portador do CIRG n.º 0314996 SSP/AC e CPF n.º 623.787.162-49 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRODUÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo, e detalhado no quadro abaixo:

GABINETE DA PREFEITA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
42	49700	CONFECÇÃO DE CRACHÁ - 10X15 - PAPEL COUCHÊ 115G	UNID	200	R$ 0,68	R$ 136,00
43	49701	CONFECÇÃO DE CRACHÁ - 13X18 - PAPEL COUCHÊ 115G	UNID	200	R$ 0,15	R$ 30,00
46	49702	CONFECÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO 26X36 01 COR	UNID	300	R$ 0,45	R$ 135,00
47	44008	CONFECÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO A4 01 COR	UNID	500	R$ 0,29	R$ 145,00
VALOR TOTAL R$						**R$ 446,00**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS- SEMAD/SEFIN

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
13	51637	CONFECÇÃO DE BLOCO DE NOTA A4, 3 VIAS, CARBONADO	UNID	40	R$ 17,90	R$ 716,00
15	51638	CONFECÇÃO DE BLOCO DE NOTA, 3 VIAS, CARBONADO, MEDINDO 13CMX18CM	UND	30	R$ 5,60	R$ 168,00
42	49700	CONFECÇÃO DE CRACHÁ - 10X15 - PAPEL COUCHÊ 115G	UNID	70	R$ 0,68	R$ 47,60
43	49701	CONFECÇÃO DE CRACHÁ - 13X18 - PAPEL COUCHÊ 115G	UNID	70	R$ 0,15	R$ 10,50
44	44006	CONFECÇÃO DE CRACHÁ EM PVC 6X9CM	UNID	30	R$ 9,00	R$ 270,00
46	49702	CONFECÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO 26X36 01 COR	UNID	5000	R$ 0,45	R$ 2.250,00
47	44008	CONFECÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO A4 01 COR	UNID	5000	R$ 0,29	R$ 1.450,00
48	51642	CONFECÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO A4, 4 CORES	UNID	600	R$ 0,29	R$ 174,00
76	51805	CONFECÇÃO DE FOLDERS 4X4, FORMATO 9X21X31CM EM PAPEL SULFITE 120 GRAMAS	UNID	200	R$ 0,40	R$ 80,00
77	49710	CONFECÇÃO DE FOLDERS DE ATIVIDADES 210X150 MM (PANFLETO)	UNID	1000	R$ 0,20	R$ 200,00
85	51646	CONFECÇÃO DE INFORMATIVO, MEDINDO 10CMX42CM ABERTO E 10CMX 21 FECHADO, EM 4 CORES	UNID	3000	R$ 1,20	R$ 3.600,00
VALOR TOTAL R$						**R$ 8.966,10**

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL – SEMAS

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
29	49692	CONFECÇÃO DE CARTAZES, PAPEL BRANCO, EM A3, COLORIDO, GRAMATURA 120G	UNID	50	R$ 5,87	R$ 293,50
42	49700	CONFECÇÃO DE CRACHÁ - 10X15 - PAPEL COUCHÊ 115G	UNID	200	R$ 0,68	R$ 136,00
43	49701	CONFECÇÃO DE CRACHÁ - 13X18 - PAPEL COUCHÊ 115G	UNID	200	R$ 0,15	R$ 30,00
44	44006	CONFECÇÃO DE CRACHÁ EM PVC 6X9CM	UNID	50	R$ 9,00	R$ 450,00
45	49705	CONFECÇÃO DE CRACHÁ, PAPEL BRANCO. 12CMX10CM, COLORIDO, GRAMATURA 180G, COM CORDÃO	UNID	60	R$ 3,80	R$ 228,00
47	44008	CONFECÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO A4 01 COR	UNID	1000	R$ 0,29	R$ 290,00
48	51642	CONFECÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO A4, 4 CORES	UNID	100	R$ 0,29	R$ 29,00
76	51805	CONFECÇÃO DE FOLDERS 4X4, FORMATO 9X21X31CM EM PAPEL SULFITE 120 GRAMAS	UNID	500	R$ 0,40	R$ 200,00

77	49710	CONFECÇÃO DE FOLDERS DE ATIVIDADES 210X150 MM (PANFLETO)	UNID	1000	R$ 0,20	R$ 200,00
VALOR TOTAL R$						**R$ 1.856,50**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER – SEMEC

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	51633	CONFECÇÃO DE ADESIVO COM RECORTE ESPECIAL, A SER DEFINIDO PELA SECRETARIA, MEDINDO 100CMX100CM	UNID	50	R$ 70,00	R$ 3.500,00
42	49700	CONFECÇÃO DE CRACHÁ - 10X15 - PAPEL COUCHÊ 115G	UNID	50	R$ 0,68	R$ 34,00
43	49701	CONFECÇÃO DE CRACHÁ - 13X18 - PAPEL COUCHÊ 115G	UNID	500	R$ 0,15	R$ 75,00
46	49702	CONFECÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO 26X36 01 COR	UNID	300	R$ 0,45	R$ 135,00
47	44008	CONFECÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO A4 01 COR	UNID	300	R$ 0,29	R$ 87,00
48	51642	CONFECÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO A4, 4 CORES	UNID	300	R$ 0,29	R$ 87,00
76	51805	CONFECÇÃO DE FOLDERS 4X4, FORMATO 9X21X31CM EM PAPEL SULFITE 120 GRAMAS	UNID	500	R$ 0,40	R$ 200,00
77	49710	CONFECÇÃO DE FOLDERS DE ATIVIDADES 210X150 MM (PANFLETO)	UNID	500	R$ 0,20	R$ 100,00
VALOR TOTAL R$						**R$ 4.218,00**

SECRETARIA DE SAUDE – SEMSA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
12	83893	CONFECÇÃO DE BLOCO DE 04 VIAS CARBONADAS VIG SANITARIA / AUTOTERMO 50FLS / NUMERADA	UNID	250	R$ 4,60	R$ 1.150,00
21	43997	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE APRAZAMENTO 105X210 MM FRENTE E VERSO GRAMATURA 180 (CARTOLINA)	UNID	500	R$ 0,35	R$ 175,00
22	51640	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE ATENDIMENTO 9X5 SULF 180G	UNID	5000	R$ 0,19	R$ 950,00
23	49691	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE VACINA ANTI-RÁBICA 140X110 MM GRAMATURA 180 (CARTOLINA)	UNID	5000	R$ 0,06	R$ 300,00
26	43998	CONFECÇÃO DE CARTAZES DE LTA, DENGUE, CHIK, ZIKA, TRIATOMINEO E VACINA ANTI-RÁBICA MEDINDO A2	UNID	1350	R$ 1,03	R$ 1.390,50
30	27936	CONFECÇÃO DE CARTEIRINHA DE DIABÉTICO F-32 SULF 180G 01 COR FRENTE E VERSO	UNID	1500	R$ 0,10	R$ 150,00
31	27927	CONFECÇÃO DE CARTEIRINHA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL F-32 01 COR SULF 180G FRENTE E VERSO	UNID	1500	R$ 0,05	R$ 75,00
32	27937	CONFECÇÃO DE CARTEIRINHA DE PLANEJAMENTO FAMILIAR F-32 SULF 180G 01 COR FRENTE E VERSO	UNID	1500	R$ 0,03	R$ 45,00
33	27953	CONFECÇÃO DE CARTEIRINHA DE PREVENTIVO F-32 SULF 180 01 COR	UNID	1500	R$ 0,05	R$ 75,00
34	27926	CONFECÇÃO DE CARTEIRINHA DE SAÚDE MENTAL F-32 01 COR SULF 180G	UNID	1500	R$ 0,05	R$ 75,00
35	51641	CONFECÇÃO DE CARTEIRINHA DE VACINA FRENTE E VERSO 8X20 SULF 180G	UNID	1500	R$ 0,04	R$ 60,00
36	49693	CONFECÇÃO DE CARTILHA DA DENGUE 08 PAG 150X210 MM FRENTE E VERSO (COLORIDO)	UNID	2000	R$ 0,60	R$ 1.200,00
41	44005	CONFECÇÃO DE CONTROLE E TRATAMENTO DO DIABETES 120X230 MM BLOCOS C/ 50 FLS FRENTE E VERSO	UNID	100	R$ 1,90	R$ 190,00
42	49700	CONFECÇÃO DE CRACHÁ - 10X15 - PAPEL COUCHÊ 115G	UNID	200	R$ 0,68	R$ 136,00
43	49701	CONFECÇÃO DE CRACHÁ - 13X18 - PAPEL COUCHÊ 115G	UNID	200	R$ 0,15	R$ 30,00
46	49702	CONFECÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO 26X36 01 COR	UNID	1000	R$ 0,45	R$ 450,00
47	44008	CONFECÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO A4 01 COR	UNID	1000	R$ 0,29	R$ 290,00
48	51642	CONFECÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO A4, 4 CORES	UNID	500	R$ 0,29	R$ 145,00
49	49706	CONFECÇÃO DE ETIQUETA DE LABORATÓRIO DENGUE ENTOMOLOGIA A4	UNID	1000	R$ 0,03	R$ 30,00
50	44009	CONFECÇÃO DE ETIQUETAS POSOLÓGICAS P/ MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA 80 X 50 MM	UNID	50000	R$ 0,03	R$ 1.500,00
56	44011	CONFECÇÃO DE FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL E-SUS A4 BLOCOS C/ 50 FLS FRENTE E VERSO	UNID	500	R$ 1,90	R$ 950,00
57	44012	CONFECÇÃO DE FICHA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO INDIVIDUAL E-SUS A4 BLOCOS C/ 50 FLS FRENTE E VERSO	UNID	300	R$ 3,00	R$ 900,00
58	44013	CONFECÇÃO DE FICHA DE ATIVIDADE COLETIVA E-SUS A4 BLOCOS C/ 50 FLS FRENTE E VERSO	UNID	300	R$ 3,00	R$ 900,00
59	44014	CONFECÇÃO DE FICHA DE AVALIAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA - UDR A4 BLOCOS C/ 50 FLS	UNID	50	R$ 2,95	R$ 147,50
60	49708	CONFECÇÃO DE FICHA DE CADASTRO DE PRÉ NATAL, PUERPÉRIO E DESFECHO, ACOMPANHAMENTO BLOCO COM 50 FLS	UNID	50	R$ 2,95	R$ 147,50
61	44015	CONFECÇÃO DE FICHA DE CADASTRO DOMICILIAR E-SUS A4 BLOCOS C/ 50 FLS	UNID	300	R$ 2,45	R$ 735,00
62	44016	CONFECÇÃO DE FICHA DE CADASTRO INDIVIDUAL E-SUS BLOCOS C/ 50 FLS	UNID	100	R$ 2,44	R$ 244,00
63	44017	CONFECÇÃO DE FICHA DE ENCAMINHAMENTO PARA CONSULTA ESPECIALIZADA A4 BLOCO COM 50 FLS	UNID	500	R$ 2,45	R$ 1.225,00
64	44020	CONFECÇÃO DE FICHA DE HISTÓRICO HOSPITALAR A4 BLOCOS C/ 50 FLS	UNID	1000	R$ 1,95	R$ 1.950,00
65	44021	CONFECÇÃO DE FICHA DE IDENTIFICAÇÃO - UDR A4 BLOCOS C/ 50 FLS	UNID	20	R$ 1,95	R$ 39,00
66	44023	CONFECÇÃO DE FICHA DE PROCEDIMENTOS (EXAMES ESPECIALIZADOS) E-SUS BLOCOS C/ 50 FLS FRENTE E VERSO.	UNID	1000	R$ 1,85	R$ 1.850,00
67	83898	CONFECÇÃO DE FICHA DE REQUISIÇÃO DE CITOPATOLÓGICO - COLO DO ÚTERO A4 BL C/100 FLS	UNID	200	R$ 5,00	R$ 1.000,00
68	44024	CONFECÇÃO DE FICHA DE REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA A4 BLOCOS C/ 50 FLS FRENTE E VERSO	UNID	200	R$ 1,95	R$ 390,00
69	44025	CONFECÇÃO DE FICHA DE RESUMO DIÁRIO A4 BL C/ 100 FLS	UNID	200	R$ 2,95	R$ 590,00

70	44027	CONFECÇÃO DE FICHA DE TDO – TRATAMENTO DIRETAMENTE OBSERVADO 170X240 MM	UNID	400	R$ 1,40	R$ 560,00
73	44030	CONFECÇÃO DE FICHAS DE GERENCIADOR DE AMBIENTE LABORATORIAL A4 BLOCOS C/ 50 FLS	UNID	200	R$ 1,45	R$ 290,00
74	44031	CONFECÇÃO DE FICHAS DE NOTIFICAÇÃO DE AGRAVOS DO SINAN A4 BLOCOS C/ 50 FLS CARBONADA	UNID	200	R$ 1,44	R$ 288,00
75	44032	CONFECÇÃO DE FICHAS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, SISTEMA DE TELERREGULAÇÃO A4 BLOCOS DE 50 FLS	UNID	500	R$ 1,43	R$ 715,00
76	51805	CONFECÇÃO DE FOLDERS 4X4, FORMATO 9X21X31CM EM PAPEL SULFITE 120 GRAMAS	UNID	800	R$ 0,40	R$ 320,00
77	49710	CONFECÇÃO DE FOLDERS DE ATIVIDADES 210X150 MM (PANFLETO)	UNID	1000	R$ 0,20	R$ 200,00
79	44035	44035 CONFECÇÃO DE FOLDERS MALARIA 9X21X30	UNID	1000	R$ 0,45	R$ 450,00
87	44059	CONFECÇÃO DE LAUDO PARA SOLICITAÇÃO E PROCEDIMENTO AMBULATORIAL A4 BLOCO C/ 50 FLS	UNID	3000	R$ 2,80	R$ 8.400,00
97	44050	CONFECÇÃO DE RECEITUÁRIO CONTROLADO – RECEITA AZUL 210 X 80 MM BLOCOS C/ 50 FLS NUMERADAS	UNID	800	R$ 1,95	R$ 1.560,00
98	44051	CONFECÇÃO DE RECEITUÁRIO ESPECIAL 140 X 200 MM BLOCOS C/ 50 FLS CARBONADAS E NUMERADAS (PAPEL COPIATIVO)	UNID	2500	R$ 0,90	R$ 2.250,00
99	44052	CONFECÇÃO DE RECEITUÁRIO MÉDICO 145 X 210 MM BLOCOS C/ 50 FLS	UNID	5000	R$ 0,45	R$ 2.250,00
100	44053	CONFECÇÃO DE RESUMO DIÁRIO DO SERVIÇO ANTIVETORIAL A4 BLOCOS COM 50 FLS FRENTE E VERSO	UNID	500	R$ 0,78	R$ 390,00
101	44055	CONFECÇÃO DE ROA – MÉDICO 210 X 150 MM BLOCOS C/ 30 FLS FRENTE E VERSO	UNID	1500	R$ 0,98	R$ 1.470,00
102	44056	CONFECÇÃO DE ROA – ODONTOLÓGICO 210 X 150 MM BLOCOS C/ 30 FLS FRENTE E VERSO	UNID	1000	R$ 1,10	R$ 1.100,00
104	44057	CONFECÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES 145 X 210 MM BLOCOS C/ 50 FLS	UNID	3500	R$ 0,98	R$ 3.430,00
105	44058	CONFECÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES ANATOMOPATOLÓGICO A4	UNID	6000	R$ 0,35	R$ 2.100,00
VALOR TOTAL R$						**R$ 45.257,50**

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA, INDUS. E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO – SEMAPICMAT

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
13	51637	CONFECÇÃO DE BLOCO DE NOTA A4, 3 VIAS, CARBONADO	UNID	10	R$ 17,90	R$ 179,00
15	51638	CONFECÇÃO DE BLOCO DE NOTA, 3 VIAS, CARBONADO, MEDINDO 13CMX18CM	UND	10	R$ 5,60	R$ 56,00
29	49692	CONFECÇÃO DE CARTAZES, PAPEL BRANCO, EM A3, COLORIDO, GRAMATURA 120G	UNID	200	R$ 5,87	R$ 1.174,00
46	49702	CONFECÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO 26X36 01 COR	UNID	200	R$ 0,45	R$ 90,00
47	44008	CONFECÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO A4 01 COR	UNID	200	R$ 0,29	R$ 58,00
48	51642	CONFECÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO A4, 4 CORES	UNID	250	R$ 0,29	R$ 72,50
77	49710	CONFECÇÃO DE FOLDERS DE ATIVIDADES 210X150 MM (PANFLETO)	UNID	200	R$ 0,20	R$ 40,00
VALOR TOTAL R$						**R$ 1.669,50**

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA, INDUS. E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO– SEMAPICMAT

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
13	51637	CONFECÇÃO DE BLOCO DE NOTA A4, 3 VIAS, CARBONADO	UNID	80	R$ 17,90	R$ 1.432,00
15	51638	CONFECÇÃO DE BLOCO DE NOTA, 3 VIAS, CARBONADO, MEDINDO 13CMX18CM	UND	80	R$ 5,60	R$ 448,00
37	50107	CONFECÇÃO DE CARTILHA INFORMATIVA 25 PAG 15X20CM, 4 CORES COUCHE 115 COM FOTOLITO	UNID	2000	R$ 0,69	R$ 1.380,00
42	49700	CONFECÇÃO DE CRACHÁ - 10X15 - PAPEL COUCHÊ 115G	UNID	50	R$ 0,68	R$ 34,00
43	49701	CONFECÇÃO DE CRACHÁ - 13X18 - PAPEL COUCHÊ 115G	UNID	50	R$ 0,15	R$ 7,50
46	49702	CONFECÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO 26X36 01 COR	UNID	200	R$ 0,45	R$ 90,00
47	44008	CONFECÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO A4 01 COR	UNID	200	R$ 0,29	R$ 58,00
48	51642	CONFECÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO A4, 4 CORES	UNID	250	R$ 0,29	R$ 72,50
77	49710	CONFECÇÃO DE FOLDERS DE ATIVIDADES 210X150 MM (PANFLETO)	UNID	500	R$ 0,20	R$ 100,00
VALOR TOTAL R$						**R$ 3.622,00**

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **18/03/2019** até **18/03/2020**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos/serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2019**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos materiais solicitados e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os materiais produzidos deverão ser entregues em no máximo 10 (dez) dias úteis, contados a partir da aprovação da arte e da data da requisição emitida pelo departamento de compras;

4.1.1 Em caso de emergência os mesmos deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da aprovação da arte e da data da requisição emitida pelo departamento de compras;

4.2.Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.4 Os produtos/serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar as entregas dos produtos ou a prestação dos serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/serviços fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer do contrato, sem a solicitação prévia da contratada e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato/ARP por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) do valor do contrato/ARP a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega/prestação de serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dez por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2019** a proposta da empresa **CORDEIRO E BATISTA COM. E SERVIÇOS LTDA sob CNPJ 13.344.554/0001-58**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 18 de Março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

CORDEIRO E BATISTA COM. E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 13.344.554/0001-58

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2019

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº. , na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **MASTER LED MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI – ME sob CNPJ 27.927.653/0001-77** com sede na Rua R-5, n° 105, Setor Oeste, no município de Goiânia/GO CEP 74.125-070, sendo representada pelo Sr. José Ivone de Melo portador do RG n° 1868449-1 SSP/MT e CPF n° 238.657.179-34 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo, e detalhado no quadro abaixo:

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	QNT.	UNID	MARCA	VL. UNIT	TOTAL
6	83952	CABO ELETRICO -CABO FLEX. 10MM2 750V TERMOPLASTICA ANTI- CHAMA,COM TENSAO DE ISOLAMENTO NA COR PRETO	500	METROS	TECNOFIOS	R$ 5,45	R$ 2. 725,00
12	83957	CABO TRIPLEX. 16 MM	500	METROS	LAMESA	R$ 6,10	R$ 3. 050,00
13	83958	"CINTO PARA ELETRECISTA T.PARAQUEDISTA C/TALABARTE 3P. CONFECCIONADO EM FITA DE POLIÉSTER RETARDANTE A CHAMA; - 02 MEIA-ARGOLAS, PARA POSICIONAMENTO, NA CINTURA; - 01 MEIA-ARGOLA COM PONTO DE CONEXÃO DORSAL; - 03 FIVELAS DE ENGATE RÁPIDO, NAS PERNAS E NA CINTURA; - 05 FIVELAS DUPLAS PARA AJUSTE NAS PERNAS, CINTURA E OMBRO; - 04 LAÇOS FRONTAIS PARA ANCORAGEM; - AJUSTE PEITORAL; - PORTA-FERRAMENTAS;" "- ALMOFADA DE 130MM PARA PROTEÇÃO LOMBAR; - ALMOFADA DE 50MM PARA PROTEÇÃO DAS PERNAS."	1	PEÇA	FACINTOS	R$ 513,00	R$ 513,00
16	83961	CONECTOR PERFUTANTE CDP- 70 PRINC. 10-120 DER. 1,5-6MM.	500	PEÇA	INTELLI	R$ 6,40	R$ 3. 200,00
17	83962	CONECTOR PERFURANTE CPD- 95 PRINCIN. 16-95MM DER.4-35MM.	50	PEÇA	INTELLI	R$ 12,40	R$ 620,00

18	83964	CONTACTORA TRIPOLAR 65A-220V	10	PEÇA	SOPRANO CSA	R$ 299,00	R$ 2. 990,00
21	83967	ESCADA DE FIBRA EXTENSIVA 6.60 MT FECHADA 12 MT ABERTA.	1	PEÇA	SINTESE	R$ 1. 599,00	R$ 1. 599,00
24	83969	LUMINARIA PUBLICA LED 100W, NA COR BRANCO FRIO, BIVOLT, 50.000 HORAS DE VIDA UTIL, COM REVESTIMENTO ELETROSTATICO, LENTE PROTETORA, IP65, DE PRIMEIRA LINHA, GARANTIA MINIMA DE 12 MESES	500	PEÇA	PERFECT LED	R$ 263,00	R$ 131. 500,00
25	83970	LAMPADA ESPIRAL ELETRONICA 127V X 46W LUZ BRANCA	200	PEÇA	EMPALUX	R$ 34,00	R$ 6. 800,00
33	84023	RELÉ FOTO CELULA BIVOLT 1000W.	700	PEÇA	QUALITRONIX	R$ 14,80	R$ 10. 360,00
35	83977	REFLETOR 400W- EM ALUMINIO,RETANGULAR, SOQUETE ROSCA E-40	50	PEÇA	SPOTLUX	R$ 73,00	R$ 3. 650,00
VALOR TOTAL							**R$167. 007,00**

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **27/03/2019 até 27/03/2020**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos/serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019** , que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos materiais solicitados e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os Materiais deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis, contados da data da Solicitação e independente da quantidade de produtos solicitados.

4.1.1 Em caso de emergência os materiais deverão ser entregues em até 48 (quarenta e oito) horas contados da data da requisição emitida pelo departamento de compras e independente da quantidade de produtos solicitados.

4.2.Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.4 Os produtos/serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar as entregas dos produtos ou a prestação dos serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/serviços fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer do contrato, sem a solicitação prévia da contratada e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato/ARP por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) do valor do contrato/ARP a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega/prestação de serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dez por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019** , bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019** a proposta da empresa **MASTER LED MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI – ME sob CNPJ 27.927.653/0001-77**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 27 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

MASTER LED MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI – ME

CNPJ 27.927.653/0001-77 PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2019

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº. , na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **COMERCIAL CARLINDA DE ALIMENTOS LTDA sob CNPJ 01.507.091/0001-19**,situada na Av. Tancredo de Almeida Neves, nº 100, Centro, Carlinda/

MT CEP: 78.587-000,sendo representada pelo Sr. Emerson De Matos Santana portador do CPF n° 032.107.251-01 e RG n° 2008940-6 SEJSP/MT doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10. 520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2019** , para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS E PANIFICAÇÃO EM GERAL PARA A MERENDA ESCOLAR, EM ATENDIMENTO AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CARLINDA - MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo, e detalhado no quadro abaixo:

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
1	8738	ABACAXI PÉROLA: Somente será aceito o fruto com a coroa. Fruto sadio, suficientemente desenvolvido, apresentar uniformidade quanto ao tamanho, cor, sabor e aroma, característicos da variedade, assim como manter sua forma e aparência. Apresentar o grau de desenvolvimento ideal para consumo humano. Estar isento de lesões provocadas mecanicamente e por insetos ou doenças fitopatológicas. Não conterem terra ou corpos estranhos aderentes à casca. Não apresentar umidade externa anormal, odor e sabor estranho. Deverá estar isento de sujidade, parasitas e larvas.	UNID	3.600		R$4,60	R$16. 560,00
3	23836	ABÓBORA CABOTIÃ: Fruto sadio, suficientemente desenvolvido, apresentar uniformidade quanto ao tamanho, cor, sabor e aroma, característicos da variedade, assim como manter sua forma e aparência. Apresentar o grau de desenvolvimento ideal para consumo humano. Estar isento de lesões provocadas mecanicamente e por insetos ou doenças fitopatológicas. Não conterem terra ou corpos estranhos aderentes à casca. Não apresentar umidade externa anormal, odor e sabor estranho. Deverá estar isento de sujidade, parasitas e larvas. O produto deverá apresentar o peso na embalagem.	KG	400		R$2,40	R$960,00
5	45115	ACHOCOLATADO EM PÓ : Achocolatado em pó, lata de 400g, rico em Vitaminas e Minerais Actigen-E, onde contenham em uma porção de 20g, 75 Kcal, 17g de Carboidratos, 0,7g de Proteínas e 0,6 g de Gordura Total, isento de Gordura Saturada e Gordura Trans. Em caso de produtos com embalagem (latas, potes, etc.) não serão aceitos aquelas que estiverem enferrujadas, estufadas, amassadas, trincadas, apresentarem vazamentos nas tampas, formação de espumas, ou qualquer outro sinal de alteração do produto. Deve conter o registro no MS, data de fabricação com prazo de validade e número de lote aparente, constando no rótulo declaração ou certificado do tipo do produto. Na entrega, somente será aceito o produto que tenha data de validade de, no mínimo, 6 meses.	UNID	250	NESCAU	R$5,40	R$1. 350,00
6	53321	AÇUCAR CRISTAL: Contendo sacarose, peneirado, originário do suco da cana, livre de fermentação, isento de matérias terrosas, parasitas e detritos animais e vegetais, contendo aproximadamente 99,2% de glicídios, rotulada de acordo com a legislação vigente. Embalagem primária transparente, incolor, termos soldado contendo 2kg. O produto e a embalagem devem obedecer à legislação vigente. Validade mínima de 6 meses, e fabricação de até 30 dias da entrega.	UNID	1.000	BARRALCOOL	R$3,70	R$3. 700,00
8	45121	ALHO: Peso médio: 40 g (por cabeça). Graúdo Nacional ou Importado. Classificação sem defeito suficientemente desenvolvido, com aspecto e sabor característico, uniformidade no tamanho e na cor. Não serão permitidas rachaduras, perfurações, cortes e dentes chochos ou brotados. Características gerais: deverá estar livre de enfermidades, insetos ou parasitas, umidade, terra e de resíduos de fertilizantes. Quanto às características microbiológicas, deverá obedecer LEGISLAÇÃO CABÍVEL. O produto deverá apresentar o peso na embalagem.	KG	400		R$11,90	R$4. 760,00
9	47138	ALMEIRÃO: Parte verde das hortaliças, de elevada qualidade, sem defeitos, com folhas verdes, sem traços de descoloração, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas. Devem apresentar uniformidade no tamanho, aroma e cor, típicos da variedade. Nada que altere a sua conformação e aparencia típica. As verduras próprias para o consumo devem ser procedentes de espécimes vegetais genuínos e sãos, serem frescas, abrigadas dos raios solares, estarem livres de insetos e enfermidades assim como de danos por eles provocados; estarem livres de folhas externas sujas e de terra aderente; estarem isentas de umiadde externa anormal, odor e sabor estranhos. Não apresentar parasitas e larvas. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: deverão obedecer aos padrões estabelecido pela ANVISA.	UNID	700		R$1,95	R$1. 365,00
12	45126	BANANA NANICA: Peso médio: 160 g. Climatizada, oriunda de plantas sadias, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentado grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte, conservando-se em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Não apresentarem lesões de origem mecânica ou provocadas por insetos afetando a sua aparência, não conter substância terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca, estarem isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos, estarem livres de resíduos de fertilizantes. Tamanho médio e uniforme. Quanto às características microbiológicas, deverão obedecer aos padrões impostos pela LEGISLAÇÃO VIGENTE. O produto deverá apresentar o peso na embalagem.	KG	2.800		R$2,10	R$5. 880,00
13	45127	BATATA DOCE: Tubérculo de elevada qualidade, selecionados e sem defeitos, suficientemente desenvolvidos, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade com uniformidade no tamanho e cor. Não são permitidas rachaduras, perfurações, cortes e lesões mecânicas ou provocadas por insetos ou doenças. Deve estar livre de sujidades, terra ou resíduo de fertilizante aderente à casca. Ausência de odor e sabor estranho, assim como parasitas e larvas. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: deverão obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA. O produto deverá apresentar o peso na embalagem.	KG	250		R$3,40	R$850,00
14	45128	BATATA INGLESA: Tubérculo de elevada qualidade, selecionados e sem defeitos, suficientemente desenvolvidos, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade com uniformidade no tamanho e cor. Não são permitidas rachaduras, perfurações, cortes e lesões mecânicas ou provocadas por insetos ou doenças. Deve estar livre de sujidades, terra ou resíduo de fertilizante aderente à casca. Ausência de odor e sabor estranho, assim como parasitas e larvas. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: deverão obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA. O produto deverá apresentar o peso na embalagem.	KG	1.800		R$2,70	R$4. 860,00
16	53325	BETERRABA: Tubérculo de elevada qualidade, selecionados e sem defeitos, suficientemente desenvolvidos, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade com uniformidade no tamanho e cor. Não são permitidas rachaduras, perfurações, cortes e lesões mecânicas ou provocadas por insetos ou doenças. Deve estar livre de sujidades,	KG	400		R$3,30	R$1. 320,00

		terra ou resíduo de fertilizante aderente à casca. Ausência de odor e sabor estranho, assim como parasitas e larvas. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: deverão obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA. O produto deverá apresentar o peso na embalagem.					
21	53827	CANJIQUINHA: canjiquinha de milho amarelo fina, embalagem contendo 500g.	UNID	350	PINDUCA	R$1,95	R$682,50
22	49501	CARNE DE 2ª PICADA SEM OSSO (ACEM): Carne de 2ª picada sem osso (Kg). Cortes com espessura de aproximadamente 6 cm, o que especifica “isca de carne”, sem pelancas, gorduras e osso. Não deverá haver cristais de gelo, água dentro da embalagem, e sinal de recongelamento, a consistência deve ser firme, não amolecida nem pegajosa, com odor e cor característica: vermelho vivo, sem escurecimento ou manchas esverdeadas. As carnes deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, devidamente fechados, higienizados e livres de qualquer sujidade, pesando no máximo 5 Kg porpacote para facilitar o recebimento, descongelamento e a conferência da mercadoria. Cada pacote de carne deverá conter o peso confirmando o pedido feito. O produto deverá apresentar registro do órgão fiscalizador competente	KG	3.000		R$11,10	R$33.300,00
25	45137	CEBOLA: Classificação média, sem defeito, suficientemente desenvolvida, com aspecto e sabor típicos da variedade e uniformidade no tamanho e na cor. Não serão permitidas rachaduras, perfurações e cortes. Características gerais: deverá estar livre de enfermidades, de umidade externa anormal, de resíduos de fertilizantes. Quanto às características microbiológicas, deverá obedecer à LEGISLAÇÃO VIGENTE. Quanto às características microscópicas, não deverá apresentar sujidades e parasitas. O produto deverá apresentar o peso na embalagem.	KG	1.200		R$3,15	R$3.780,00
27	45140	CHEIRO VERDE: Parte verde das hortaliças, de elevada qualidade, sem defeitos, com folhas verdes, sem traços de descoloração, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas. Devem apresentar coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade. Verduras próprias para o consumo devendo ser procedentes de plantas sadias, serem frescas, abrigadas dos raios solares, apresentarem grau de desenvolvimento ideal quanto ao tamanho, aroma, cor e sabor que são próprias da variedade; estarem livres de insetos e doenças, assim como de seus danos. Isentas de terra aderente, umidade anormal, odores e sabores estranhos. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: deverão obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA	MAÇO	600		R$2,80	R$1.680,00
28	45141	CHUCHU: Legumes de elevada qualidade, suficientemente desenvolvidos. Deve apresentar aroma, sabor, coloração e tamanhos uniformes e típicos da variedade. Não são permitidos nos legumes defeitos que alterem a sua conformação e aparência. Os legumes próprios para o consumo devem ser procedentes de vegetais genuínos, estarem livres de enfermidades; não danificados por qualquer lesão de origem mecânica ou por insetos; não estarem sujos de terra; não conterem corpos estranhos aderentes, isentos de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: Os legumes deverão obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA. Características microscópicas: Ausência de sujidades, parasitos e larvas. O produto deverá apresentar o peso na embalagem conforme solicitação.	KG	1.200		R$3,02	R$3.624,00
29	45142	COCO RALADO: Produto de boa qualidade, com adição de açúcar, isentos de substâncias estranhas em sua composição, embalagem de 100g. Com registro no ministério da saúde, data de empacotamento e prazo de validade aparente. O produto a ser entregue não poderá ter validade inferior a 6 meses.	UNID	150	MAIS COCO	R$3,10	R$465,00
31	53330	COUVE MANTEIGA: Parte verde das hortaliças, de elevada qualidade, sem defeitos, com folhas verdes, hidratadas, sem traços de descoloração, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas. Deve apresentar aroma, coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade. Não são permitidos defeitos nas verduras que lhe alterem a sua conformação e aparência. As verduras próprias para o consumo devem ser procedentes de vegetais genuínos e sãos, serem frescas, abrigadas dos raios solares, estarem livres de insetos e enfermidades assim como seus danos, estarem isentas de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos. Quanto às características microbiológicas, as verduras deverão obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA. Totalmente livres de sujidades e parasitas. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: deverão obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA.	MAÇO	500		R$2,90	R$1.450,00
34	45147	EXTRATO DE TOMATE: Duplo e concentrado, elaborado com frutos sadios, limpos e sem sementes. Isento de fermentações. Deve apresentar cor, sabor, odor característico, consistência pastosa, com peso líquido de 340 g. Validade mínima de 6 meses, e fabricação de até 30 dias da entrega. Em caso de produtos com embalagem (latas, potes, etc.) não serão aceitos aquelas que estiverem enferrujadas, estufadas, amassadas, trincadas, apresentarem vazamentos nas tampas, formação de espumas, ou qualquer outro sinal de alteração do produto.	UNID	500	FUGINI	R$1,65	R$825,00
36	45149	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL: Enriquecida com ferro e ácido fólico. Tipo Especial. Obtido de grãos de trigo sãos, limpos e isentos de matéria terrosa e parasita. Não podendo estar úmida, fermentada ou rançosa, devendo obedecer à legislação vigente, embalada em pacotes de 1 kg. Prazo mínimo de validade de 4meses.	UNID	550	GLOBO	R$2,80	R$1.540,00
38	40629	FERMENTO BIOLÓGICO: Fermento biológico produzido a partir de culturas de “Saccharomycescerevisias”. Deverá apresentar cor creme, cheiro e sabor característicos. O produto deverá ser fabricado com matérias primas em perfeito estado sanitário, isento de matéria terrosa e detritos de vegetais e/ou animais. Não deverá conter substâncias estranhas à sua composição. Embalagem: pacote contendo 125 g.	UNID	100	FLEISCHMAM	R$6,00	R$600,00
39	45152	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ: Embalagem, lata de 100g. Ingredientes básicos: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocálcico e bicarbonato, conforme legislação vigente. Prazo mínimo de validade de 6 meses e data de fabricação de até 30 dias.	UNID	300	ROYAL	R$2,59	R$777,00
40	45153	FÍGADO BOVINO: Fígado bovino (Kg) cortado em bifes com coloração e odor específicos	KG	900		R$7,88	R$7.092,00
43	45157	LARANJA: Peso médio 200 g. Procedente de planta sadia, destinado ao consumo “in natura”, devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade. Grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem mecânica ou por insetos que afetem suas características, não conter substância terrosa, sujidades, produtos químicos ou corpos estranhos aderentes, sem aroma e sabor estranhos. Tamanho médio e uniforme. Obedecer aos padrões CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE.	KG	2.500		R$1,95	R$4.875,00
44	45159	LEITE INTEGRAL EM PÓ: Leite em pó integral, embalagem de 400g. Pó uniforme, sem grumos. Cor branco amarelado, sabor agradável, não rançoso, semelhante ao leite fluído.	UNID	200	PIRACANJUBA	R$9,95	R$1.990,00
45	53332	LEITE INTEGRAL: Leite UHT integral, embalagem asséptica de 1 litro. Composto por 3,0% de gorduras totais, 2,0% de gorduras saturadas, 3,0% de proteínas e 4,5% de carboidratos. Cada 100ml do produto deverá conter em média 58 Kcal	UNID	1.200	VENCEDOR	R$2,99	R$3.588,00
46	45160	LINGUIÇA DE FRANGO: Lingüiça de carne de frango não apimentada (Kg). O produto deve apresentar aspecto homogêneo e íntegro da embalagem e do conteúdo, firmeza e consistência própria do produto, com odor agradável e próprio. Não serão aceitos produtos onde haja presença de manchas e bolores (internos e externos), amolecimento ou perda da consistência original, odor desagradável, ruptura ou danificação da em-	KG	600	MINEIRA	R$12,55	R$7.530,00

		balagem original, ou que haja presença de água dentro das embalagens. As carnes deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, devidamente fechados, higienizados e livres de qualquer sujidade,pesandono máximo 5 Kg por pacote para facilitar o recebimento, descongelamento e a conferência da mercadoria. Cada pacote de carne deverá conter o peso confirmando o pedido feito. O produto deverá apresentar registro do órgão fiscalizador competente.					
52	45166	MAMÃO PAPAYA: Procedente de planta sadia, destinado ao consumo “in natura”, devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal de tamanho, aroma, cor e sabor próprios das variedades, apresentar grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem mecânica, por insetos e doenças que afetem suas características, não conter substância terrosa, sujidades, produtos químicos ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Sem umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. Tamanho médio e uniforme. Quanto às características microbiológicas, as verduras deverão obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA. O produto deverá apresentar o peso na embalagem.	KG	800		R$4,64	R$3.712,00
54	53334	MARGARINA COM SAL: Sem gorduras trans. Oriunda de óleo vegetal comestível, contendo vitaminas, açúcar e cloreto de sódio dentro dos padrões legais (<50% de gordura). Produzido e embalado dentro das normas que determina a legislação. Cremosa, com adição de sal, embalada em potes plásticos com 500g. Na embalagem original, devidamente identificada, com rótulo contendo todas as informações do produto de acordo com a legislação vigente.	UNID	150	CLAYBOM	R$3,55	R$532,50
55	45168	MELÂNCIA: peso médio 8 kg redonda/comprida, fruto sadio, destinado ao consumo “in natura”, devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem mecânica ou provocadas por insetos ou doenças, não conter substância terrosa, sujidades, produtos químicos ou corpos estranhos aderentes à casca, estarem isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. Tamanho médio e uniforme. Quanto às características microbiológicas, as verduras deverão obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA. O produto deverá apresentar o peso na embalagem.	KG	5.000		R$1,40	R$7.000,00
57	45170	ÓLEO DE SOJA: Produto refinado e de acordo com os padrões legais. Deverá conter Vitamina E, e ser acondicionado em embalagens plásticas de 900 ml. Validade mínima de 4 meses.	UNID	1.000	SOYA	R$3,45	R$3.450,00
65	10454	QUEIJO MUSSARELA: Queijo tipo mussarela com registro no SIF,SISE/MT ou SIM, produto elaborado unicamente com leite de vaca, com aspecto de massa semidura, cor branco creme homogênea, cheiro próprio, sabor suave, levemente salgado e resfriado. O produto deverá ser entregue fatiado.	KG	200	LACTIVIT	R$22,10	R$4.420,00
66	45182	QUIABO: Serão aceitos os produtos tenros, bem cheios e firmes.Ponta que se quebra com facilidade e de cor verde-clara. Deverá apresentar o peso na embalagem, conforme solicitação	KG	150		R$4,10	R$615,00
67	45183	REPOLHO BRANCO: : Repolho branco (Kg). Não serão aceitos produtos estragados, murchos ou que não se enquadram no processo seletivo de padrão de qualidade. Os produtos devem apresentar o peso nas embalagens conforme solicitação.	KG	1.200		R$2,35	R$2.820,00
69	45185	TOMATE: Fruto procedente de planta sadia, destinado ao consumo “In Natura” ou como ingrediente na culinária, devendo estar fresco, ter atingido o grau ideal de tamanho, aroma, cor e sabor próprios de cada variedade,apresentar grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e conservar as condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Estar livre de quaisquer lesões de origem mecânica ou causadas por insetos e doenças. Não conter terra, sujidades, produtos químicos e corpos estranhos aderentes à superfície da casca, estarem isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos, estarem livres de resíduos de fertilizantes. Isento de parasitas e larvas. Tamanho médio e uniforme. Ponto de maturação conforme orientação do Departamento Gestor. Características sanitárias conforme legislação vigente. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: Quanto às características microbiológicas, as verduras deverão obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA. O produto deverá apresentar o peso na embalagem.	KG	2.000		R$4,55	R$9.100,00
TOTAL							**R$147.053,00**

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **06/02/2019 até 06/02/2020**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos/serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2019** , que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos produtos solicitados e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os produtos deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da autorização de compra.

4.1.1Em caso de emergência os mesmos deverão ser entregues em até 02 (dois) úteis, contados a partir do recebimento da autorização de compra.

4.1.2 A empresa vencedora deverá entregar os produtos na quantidade, especificação e local indicado na solicitação pela Secretaria competente. Todas as despesas relativa à entrega, correrão às custas exclusivamente da licitante vencedora.

4.2.Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.4 Os produtos/serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar as entregas dos produtos ou a prestação dos serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/serviços fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer do contrato, sem a solicitação prévia da contratada e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega/prestação de serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "PROMITENTE FORNECEDORA", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2019** a proposta da empresa **COMERCIAL CARLINDA DE ALIMENTOS LTDA sob CNPJ 01.507.091/0001-19**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 06 de Fevereiro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

COMERCIAL CARLINDA DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ 01.507.091/0001-19

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2019

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº. , na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **LUMINAR COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DE CONSTRUÇÃO LTDA – ME sob CNPJ 10.633.480/0001-81** com sede na Avenida Ariosto da Riva, n° 2535, Sala 03, Centro, no município de Alta Floresta/MT CEP 78.580-000, sendo representada pelo Sr. Eduardo Soares dos Santos portador do RG n° 1017708-6 e CPF n° 801.836.461-34 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo, e detalhado no quadro abaixo:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID	QNT	MARCA	VL. UNIT	VL. TOTAL
7	83950	CABO ELETRICO - CABO FLEX.4MM2 AZUL TERMOPLASTICA ANTI-CHAMA,COM TENSAO DE ISOLAMENTO NA COR AZUL	MTS	300	IBERICA	R$ 2,39	R$ 717,00
9	83954	CABO ELETRICO - CABO FLEX.6MM2 AZUL TERMOPLASTICA ANTI-CHAMA,COM TENSAO DE ISOLAMENTO NA COR AZUL	MTS	300	IBERICA	R$ 3,39	R$ 1. 017,00
10	83955	CABO ELETRICO - CABO FLEX.6MM2 VERMELHO TERMOPLASTICA ANTI-CHAMA,COM TENSAO DE ISOLAMENTO NA COR VERMELHO	MTS	300	IBERICA	R$ 3,39	R$ 1. 017,00
23	4662	FITA ISOLANTE 19MM X 20MT.	RL	300	FAME	R$ 5,80	R$ 1. 740,00
29	83973	POSTE DE CONCRETO , COM ALTURA TOTAL DE 7/150 METROS	PÇ	50	BORTOLUZZI	R$ 540,00	R$ 27. 000,00
38	83980	VARA DE MANOBRA 6 ELEMENTOS DE FIBRA DE VIDRO COM RESINAS EPÓXI DESTINADAS A OPERAÇÃO DE SISTEMAS ELETRICOS PARA MÉDIA TENSÃO. INTERNAMENTE SÃO PREENCHIDAS COM POLIURETANO EXPANDIDO, SEUS ENCAIXES SÃO TRAVADOS ATRAVÉS DE PINOS ELÁSTICOS, CABEÇOTE UNIVERSAL MÓVEIS FABRICADOS EM LIGAS DE COBRE, ADAPTADAS AS NORMAS INTERNACIONAIS E BRASILEIRAS. SENDO: 1 ELEMENTO PUNHO E 4 ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS COM 38MM E 1 ELEMENTO SUPERIOR COM 32MM, MAIS BOLSA.	PÇ	1	SERVEQ	R$ 689,00	R$ 689,00
TOTAL DA PROPOSTA							**R$ 32. 180,00**

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **27/03/2019 até 27/03/2020**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos/serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019** , que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos materiais solicitados e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os Materiais deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis, contados da data da Solicitação e independente da quantidade de produtos solicitados.

4.1.1 Em caso de emergência os materiais deverão ser entregues em até 48 (quarenta e oito) horas contados da data da requisição emitida pelo departamento de compras e independente da quantidade de produtos solicitados.

4.2.Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.4 Os produtos/serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar as entregas dos produtos ou a prestação dos serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/serviços fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer do contrato, sem a solicitação prévia da contratada e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato/ARP por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) do valor do contrato/ARP a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega/prestação de serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dez por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019** , bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019** a proposta da empresa **LUMINAR COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DE CONSTRUÇÃO LTDA – ME sob CNPJ 10.633.480/0001-81**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 27 de Março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

LUMINAR COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS CONSTRUÇÃO LTDA – ME

CNPJ 10.633.480/0001-81

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2019

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº. , na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **4D DESIGNER GRÁFICA EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º **13.278.238/0001-25**, estabelecida a Travessa Brasília, n.° 30, Bairro Areão, cidade de Cuiabá/MT CEP: 78.010-265, neste ato representada pelo Sr. Ecir Rolim Bacani, portador do CIRG n.º 1995900-1 SSP/MT e CPF n.º 035.679.181-50 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRODUÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo, e detalhado no quadro abaixo:

GABINETE DA PREFEITA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
3	49676	CONFECÇÃO DE ADESIVO MICROPERFURADO 4 CORES	M²	50	R$ 79,00	R$ 3.950,00
4	49677	CONFECÇÃO DE ADESIVO SIMPLES 4 CORES	M²	50	R$ 50,00	R$ 2.500,00
18	43996	CONFECÇÃO DE CAPA DE PROCESSO F-4 4 CORES COUCHE 230 COM ORELHA COM FOTOLITO	UNID	500	R$ 0,78	R$ 390,00
28	44000	CONFECÇÃO DE CARTAZES F-4 CORES COUCHE 115 COM FOTOLITO	UNID	40	R$ 4,94	R$ 197,60
40	44004	CONFECÇÃO DE COMUNICADOS F-4 4 CORES COUCHE 115 COM FOTOLITO	UNID	200	R$ 3,99	R$ 798,00
86	44046	CONFECÇÃO DE INFORMATIVOS 4 PAG COUCHE 115 COM FOTOLITO	UNID	500	R$ 0,99	R$ 495,00
91	44048	CONFECÇÃO DE PAPEL TIMBRADO F-8 4CORES SULF 70	UNID	1000	R$ 0,20	R$ 200,00
VALOR TOTAL						**R$ 8.530,60**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS- SEMAD/SEFIN

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
3	49676	CONFECÇÃO DE ADESIVO MICROPERFURADO 4 CORES	M²	100	R$ 79,00	R$ 7.900,00
4	49677	CONFECÇÃO DE ADESIVO SIMPLES 4 CORES	M²	100	R$ 50,00	R$ 5.000,00
8	49681	CONFECÇÃO DE BANNER 4 CORES 1,00MX1,5M	UNID	5	R$ 90,00	R$ 450,00
18	43996	CONFECÇÃO DE CAPA DE PROCESSO F-4 4 CORES COUCHE 230 COM ORELHA COM FOTOLITO	UNID	2000	R$ 0,78	R$ 1.560,00
28	44000	CONFECÇÃO DE CARTAZES F-4 CORES COUCHE 115 COM FOTOLITO	UNID	500	R$ 4,94	R$ 2.470,00
38	49698	CONFECÇÃO DE CARTILHAS DE FROTAS 12 PAG COM CAPA F-4 ABERTO E F-8 FECHADO CAPA RECICLADO-240 GRAMAS 4X0CORES. MIOLO SULF-120 1 COR-PRETO	UNID	400	R$ 13,85	R$ 5.540,00
40	44004	CONFECÇÃO DE COMUNICADOS F-4 4 CORES COUCHE 115 COM FOTOLITO	UNID	500	R$ 3,99	R$ 1.995,00
53	51643	CONFECÇÃO DE FAIXA EM LONA 1MX4M, COM ACABAMENTO EM MADEIRA NAS LATERAIS E COM AS CORDAS	UNID	4	R$ 250,00	R$ 1.000,00
86	44046	CONFECÇÃO DE INFORMATIVOS 4 PAG COUCHE 115 COM FOTOLITO	UNID	5000	R$ 0,99	R$ 4.950,00
88	44061	CONFECÇÃO DE OUTDOOR 04X2,5 MTS	UND	2	R$ 500,00	R$ 1.000,00
91	44048	CONFECÇÃO DE PAPEL TIMBRADO F-8 4CORES SULF 70	UNID	5000	R$ 0,20	R$ 1.000,00
93	51644	CONFECÇÃO DE PASTA F- 4 4CORES SULF 180, SEM FOTOLITO E SEM ORELHA	UNID	2000	R$ 0,75	R$ 1.500,00
106	83894	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DO TIPO CARTAZ PERSONALIZADO PARA EXPOSIÇÃO DE FEIRA AGROPECUÁRIA, 4 CORES MEDINDO F2- 96X33 CM.	UND	100	R$ 4,97	R$ 497,00
108	83899	SERVIÇO DE PLOTAGEM - PLOTAGEM EM MAPA -PAPEL SULFITE COLOR, MEDINDO 594 X 841CM, A1	UND	50	R$ 49,40	R$ 2.470,00
VALOR TOTAL						**R$ 37.332,00**

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL – SEMAS

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
3	49676	CONFECÇÃO DE ADESIVO MICROPERFURADO 4 CORES	M²	100	R$ 79,00	R$ 7.900,00
4	49677	CONFECÇÃO DE ADESIVO SIMPLES 4 CORES	M²	100	R$ 50,00	R$ 5.000,00
8	49681	CONFECÇÃO DE BANNER 4 CORES 1,00MX1,5M	UNID	10	R$ 90,00	R$ 900,00
18	43996	CONFECÇÃO DE CAPA DE PROCESSO F-4 4 CORES COUCHE 230 COM ORELHA COM FOTOLITO	UNID	200	R$ 0,78	R$ 156,00
28	44000	CONFECÇÃO DE CARTAZES F-4 CORES COUCHE 115 COM FOTOLITO	UNID	100	R$ 4,94	R$ 494,00
40	44004	CONFECÇÃO DE COMUNICADOS F-4 4 CORES COUCHE 115 COM FOTOLITO	UNID	100	R$ 3,99	R$ 399,00
53	51643	CONFECÇÃO DE FAIXA EM LONA 1MX4M, COM ACABAMENTO EM MADEIRA NAS LATERAIS E COM AS CORDAS	UNID	3	R$ 250,00	R$ 750,00
55	49707	CONFECÇÃO DE FAIXAS EM LONA, EM TAMANHO 8M X 0,70M, COLORIDAS	UNID	15	R$ 280,00	R$ 4.200,00
88	44061	CONFECÇÃO DE OUTDOOR 04X2,5 MTS	UND	3	R$ 500,00	R$ 1.500,00
91	44048	CONFECÇÃO DE PAPEL TIMBRADO F-8 4CORES SULF 70	UNID	1000	R$ 0,20	R$ 200,00
93	51644	CONFECÇÃO DE PASTA F- 4 4CORES SULF 180, SEM FOTOLITO E SEM ORELHA	UNID	200	R$ 0,75	R$ 150,00
96	49717	CONFECÇÃO DE PRONTUÁRIO F-4 60 PAGS/COM CAPA, CAPA PAPEL TRIPLEX - 250 GRAMAS 4X4 CORES ENVERNIZADA TOTAL-FRENTE MIOLO SULF-90 GRAMAS 4X4 CORES, MATERIAL FECHADO F-8 DOBRADO E GRAMPEADO	UNID	300	R$ 29,75	R$ 8.925,00
VALOR TOTAL						**R$ 30.574,00**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER – SEMEC

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
4	49677	CONFECÇÃO DE ADESIVO SIMPLES 4 CORES	M²	50	R$ 50,00	R$ 2.500,00

7	49678	CONFECÇÃO DE BANNER 4 CORES 0,90MX1,3M	UNID	20	R$ 60,00	R$ 1.200,00
8	49681	CONFECÇÃO DE BANNER 4 CORES 1,00MX1,5M	UNID	35	R$ 90,00	R$ 3.150,00
10	49683	CONFECÇÃO DE BANNER 4 CORES 30X70	UNID	15	R$ 34,90	R$ 523,50
18	43996	CONFECÇÃO DE CAPA DE PROCESSO F-4 4 CORES COUCHE 230 COM ORELHA COM FOTOLITO	UNID	500	R$ 0,78	R$ 390,00
28	44000	CONFECÇÃO DE CARTAZES F-4 CORES COUCHE 115 COM FOTOLITO	UNID	50	R$ 4,94	R$ 247,00
40	44004	CONFECÇÃO DE COMUNICADOS F-4 4 CORES COUCHE 115 COM FOTOLITO	UNID	400	R$ 3,99	R$ 1.596,00
53	51643	CONFECÇÃO DE FAIXA EM LONA 1MX4M, COM ACABAMENTO EM MADEIRA NAS LATERAIS E COM AS CORDAS	UNID	15	R$ 250,00	R$ 3.750,00
86	44046	CONFECÇÃO DE INFORMATIVOS 4 PAG COUCHE 115 COM FOTOLITO	UNID	200	R$ 0,99	R$ 198,00
88	44061	CONFECÇÃO DE OUTDOOR 04X2,5 MTS	UND	5	R$ 500,00	R$ 2.500,00
106	83894	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DO TIPO CARTAZ PERSONALIZADO PARA EXPOSIÇÃO DE FEIRA AGROPECUÁRIA, 4 CORES MEDINDO F2- 96X33 CM.	UND	100	R$ 4,97	R$ 497,00
VALOR TOTAL						**R$ 16.551,50**

SECRETARIA DE SAUDE – SEMSA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
3	49676	CONFECÇÃO DE ADESIVO MICROPERFURADO 4 CORES	M²	150	R$ 79,00	R$ 11.850,00
4	49677	CONFECÇÃO DE ADESIVO SIMPLES 4 CORES	M²	150	R$ 50,00	R$ 7.500,00
6	43994	CONFECÇÃO DE ATESTADO MÉDICO REPOUSO 145 X 210 MM BLOCOS C/ 50 FLS	UNID	1000	R$ 2,49	R$ 2.490,00
8	49681	CONFECÇÃO DE BANNER 4 CORES 1,00MX1,5M	UNID	15	R$ 90,00	R$ 1.350,00
17	51639	CONFECÇÃO DE CAIXA PARA LÂMINA PAPANICOLAU F-32 4X0 NO TRIPLEX 250G ACABAMENTO NA FACA (impressão colorida)	UND	2000	R$ 1,50	R$ 3.000,00
18	43996	CONFECÇÃO DE CAPA DE PROCESSO F-4 4 CORES COUCHE 230 COM ORELHA COM FOTOLITO	UNID	2000	R$ 0,78	R$ 1.560,00
53	51643	CONFECÇÃO DE FAIXA EM LONA 1MX4M, COM ACABAMENTO EM MADEIRA NAS LATERAIS E COM AS CORDAS	UNID	5	R$ 250,00	R$ 1.250,00
54	44010	CONFECÇÃO DE FAIXAS DENGUE, CHIK E ZIKA 06X0,80 MTS	UNID	20	R$ 280,00	R$ 5.600,00
80	49703	CONFECÇÃO DE FOLDERS P/ CAMPANHAS DA SEC. DE SAÚDE 780 X 315 MM FRENTE E VERSO 4 CORES	UNID	18500	R$ 0,29	R$ 5.365,00
81	44044	CONFECÇÃO DE FOLDERS TRACOMA 420 X 150 MM FRENTE E VERSO	UNID	2500	R$ 0,43	R$ 1.075,00
84	49711	CONFECÇÃO DE FORMULÁRIO DIÁRIO DE PESQUISA VETOR TRIATOMÍNEO A4	UNID	200	R$ 3,00	R$ 600,00
88	44061	CONFECÇÃO DE OUTDOOR 04X2,5 MTS	UND	2	R$ 500,00	R$ 1.000,00
91	44048	CONFECÇÃO DE PAPEL TIMBRADO F-8 4CORES SULF 70	UNID	2000	R$ 0,20	R$ 400,00
VALOR TOTAL						**R$ 43.040,00**

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS – SEMOSP

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
53	51643	CONFECÇÃO DE FAIXA EM LONA 1MX4M, COM ACABAMENTO EM MADEIRA NAS LATERAIS E COM AS CORDAS	UNID	6	R$ 250,00	R$ 1.500,00
VALOR TOTAL						**R$ 1.500,00**

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA, INDUS. E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO – SEMAPICMAT

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
8	49681	CONFECÇÃO DE BANNER 4 CORES 1,00MX1,5M	UNID	10	R$ 90,00	R$ 900,00
18	43996	CONFECÇÃO DE CAPA DE PROCESSO F-4 4 CORES COUCHE 230 COM ORELHA COM FOTOLITO	UNID	200	R$ 0,78	R$ 156,00
28	44000	CONFECÇÃO DE CARTAZES F-4 CORES COUCHE 115 COM FOTOLITO	UNID	200	R$ 4,94	R$ 988,00
40	44004	CONFECÇÃO DE COMUNICADOS F-4 4 CORES COUCHE 115 COM FOTOLITO	UNID	50	R$ 3,99	R$ 199,50
53	51643	CONFECÇÃO DE FAIXA EM LONA 1MX4M, COM ACABAMENTO EM MADEIRA NAS LATERAIS E COM AS CORDAS	UNID	3	R$ 250,00	R$ 750,00
86	44046	CONFECÇÃO DE INFORMATIVOS 4 PAG COUCHE 115 COM FOTOLITO	UNID	200	R$ 0,99	R$ 198,00
91	44048	CONFECÇÃO DE PAPEL TIMBRADO F-8 4CORES SULF 70	UNID	200	R$ 0,20	R$ 40,00
93	51644	CONFECÇÃO DE PASTA F- 4 4CORES SULF 180, SEM FOTOLITO E SEM ORELHA	UNID	150	R$ 0,75	R$ 112,50
106	83894	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DO TIPO CARTAZ PERSONALIZADO PARA EXPOSIÇÃO DE FEIRA AGROPECUÁRIA, 4 CORES MEDINDO F2- 96X33 CM.	UND	100	R$ 4,97	R$ 497,00

VALOR TOTAL	**R$ 3. 841,00**

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA, INDUS. E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO– SEMAPICMAT

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
8	49681	CONFECÇÃO DE BANNER 4 CORES 1,00MX1,5M	UNID	5	R$ 90,00	R$ 450,00
40	44004	CONFECÇÃO DE COMUNICADOS F-4 4 CORES COUCHE 115 COM FOTOLITO	UNID	100	R$ 3,99	R$ 399,00
53	51643	CONFECÇÃO DE FAIXA EM LONA 1MX4M, COM ACABAMENTO EM MADEIRA NAS LATERAIS E COM AS CORDAS	UNID	3	R$ 250,00	R$ 750,00
86	44046	CONFECÇÃO DE INFORMATIVOS 4 PAG COUCHE 115 COM FOTOLITO	UNID	500	R$ 0,99	R$ 495,00
91	44048	CONFECÇÃO DE PAPEL TIMBRADO F-8 4CORES SULF 70	UNID	500	R$ 0,20	R$ 100,00
93	51644	CONFECÇÃO DE PASTA F- 4 4CORES SULF 180, SEM FOTOLITO E SEM ORELHA	UNID	200	R$ 0,75	R$ 150,00
VALOR TOTAL						**R$ 2.344,00**

SECRETARIA DA CIDADE - SEMCID

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
53	51643	CONFECÇÃO DE FAIXA EM LONA 1MX4M, COM ACABAMENTO EM MADEIRA NAS LATERAIS E COM AS CORDAS	UNID	2	R$ 250,00	R$ 500,00
VALOR TOTAL						**R$ 500,00**

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **18/03/2019** até **18/03/2020**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos/serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2019**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos materiais solicitados e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os materiais produzidos deverão ser entregues em no máximo 10 (dez) dias úteis, contados a partir da aprovação da arte e da data da requisição emitida pelo departamento de compras;

4.1.1 Em caso de emergência os mesmos deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da aprovação da arte e da data da requisição emitida pelo departamento de compras;

4.2.Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.4 Os produtos/serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar as entregas dos produtos ou a prestação dos serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/serviços fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer do contrato, sem a solicitação prévia da contratada e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato/ARP por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) do valor do contrato/ARP a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega/prestação de serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dez por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "PROMITENTE FORNECEDORA", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2019** a proposta da empresa **4D DESIGNER GRÁFICA EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI sob CNPJ 13.278.238/0001-25**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 18 de Março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

4 D DESIGNER GRÁFICA EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI

CNPJ 13.278.238/0001-25

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2019

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/ nº., na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP sob CNPJ 26.579.029/0001-63**, com sede na Avenida Fernando Correa da Costa, n° 4646, Bairro Jardim Alencastro, no município de Cuiabá/MT CEP 78.085-000, sendo representada pelo Sr. Carlos Bassan Hurtado Neto portador do RG n° 1577292-6 SSP/MT e CPF n° 016.558.911-62 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo, e detalhado no quadro abaixo:

ITEM	COD	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	MARCA	VL. UNIT	VALOR TOTAL
2	83947	BRACO CURVO PARA SUPORTE DE LUMINARIA - PARA USO EM POSTE DE ILUMINACAO PUBLICA GALVANIZADO, 3.00MT X 48MM COM SAPATA	PEÇA	300	LUZ E CIA	R$ 104,00	R$31. 200,00
8	83953	CABO ELETRICO - CABO FLEX.4MM2 PRETO TERMOPLASTICA ANTI- CHAMA,COM TENSAO DE ISOLAMENTO NA COR PRETO	METROS	300	TECNOFIOS	R$ 2,40	R$ 720,00
15	83960	CONECTOR PERFURANTE CDP-120 PRINC.16-150MM DER.4-35MM.	PEÇA	500	INTELLI	R$ 19,30	R$ 9. 650,00
26	83971	LAMPADA LED GLOBAL 50W 650K E27 BIVOLT.	PEÇA	200	BLUMENAU	R$ 77,00	R$ 15. 400,00
31	83975	PARAFUSO GALVANIZADO MAQUINA CABEÇA QUADRADA 16X250MM	PEÇA	300	SANTA FÉ	R$ 6,70	R$ 2. 010,00
VALOR TOTAL							**R$ 58. 980,00**

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **27/03/2019 até 27/03/2020**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos/serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019** , que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos materiais solicitados e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os Materiais deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis, contados da data da Solicitação e independente da quantidade de produtos solicitados.

4.1.1 Em caso de emergência os materiais deverão ser entregues em até 48 (quarenta e oito) horas contados da data da requisição emitida pelo departamento de compras e independente da quantidade de produtos solicitados.

4.2.Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.4 Os produtos/serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar as entregas dos produtos ou a prestação dos serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/serviços fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer do contrato, sem a solicitação prévia da contratada e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato/ARP por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) do valor do contrato/ARP a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega/prestação de serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dez por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019** , bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019** a proposta da empresa **COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP sob CNPJ 26.579.029/0001-63**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 27 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP

CNPJ 26.579.029/0001-63

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2019

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº. , na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **PNEUS VIA NOBRE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.976.860/0048-91, estabelecida a Avenida da FEB, s/n°, bairro Ponte Nova, cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, CEP 78.115-005, neste ato representada pelo Sr. CRISTIANO RODRIGUES GONÇALVES, portador do CIRG n.º 3269865 SSP/GO e CPF n.º 633.801.701-78 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, BICOS E PROTETORES DE CÂMARAS DE AR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo, e detalhado no quadro abaixo:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS- SEMAD/SEFIN

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	QNT.	UNID	MARCA	VLR. UNIT	VLR TOTAL
23	50721	CÂMARA DE AR GR13 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	1	UNID	MAGNUM	R$ 39,50	R$ 39,50
36	45563	PNEU 175/70/ R13 PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COMGARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	5	UNID	PIRELLI FORMULA	R$ 194,90	R$ 974,50
VALOR TOTAL:							**R$ 1. 014,00**

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - SEMAS

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	QNT.	UNID	MARCA	VLR. UNIT	VLR TOTAL
23	50721	CÂMARA DE AR GR13 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 50:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	4	UNID	MAGNUM	R$ 39,50	R$ 158,00
36	45563	PNEU 175/70/ R13 PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	12	UNID	PIRELLI FORMULA	R$ 194,90	R$ 2. 338,80
VALOR TOTAL:							**R$ 2. 496,80**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEMEC

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	QNT.	UNID	MARCA	VLR. UNIT	VLR TOTAL
22	38119	CÂMARA DE AR 900/20 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	40	UNID	MAGNUM	R$ 96,00	R$ 3. 840,00
23	50721	CÂMARA DE AR GR13 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	8	UNID	MAGNUM	R$ 39,50	R$ 316,00
36	45563	PNEU 175/70/ R13 PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	8	UNID	PIRELLI FORMULA	R$ 194,90	R$ 1. 559,20
45	45586	PNEU 215/75 R17.5 LISO PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	32	UNID	PIRELLI FORMULA	R$ 771,00	R$ 24. 672,00
52	21555	PNEU 275/80-22.5 LISO, INDICE DE PESO 149/146, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRI-	32	UNID	PIRELLI ANTEO PRO S	R$ 1. 510,00	R$ 48. 320,00

		MEIRA LINHA FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.					
55	45588	PNEU 750/16 LISO, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.	15	UNID	PIRELLI	R$ 600,00	R$ 9.000,00
60	45573	PNEU 900/20 LISO, 14 LONAS, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.	32	UNID	PIRELLI	R$ 1.050,00	R$ 33.600,00
VALOR TOTAL:							**R$ 121.307,20**

SECRETARIA DE SAUDE – SEMSA

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	QNT.	UNID	MARCA	VLR. UNIT	VLR TOTAL
23	50721	CÂMARA DE AR GR13 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	5	UNID	MAGNUM	R$ 39,50	R$ 197,50
24	53589	CÂMARA DE AR GR14 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	5	UNID	MAGNUM	R$ 39,50	R$ 197,50
39	21630	PNEU 175/70-R13, 82T, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	5	UNID	PIRELLI FORMULA	R$ 194,90	R$ 974,50
46	53594	PNEU 225/75-16 118/116R PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	10	UNID	PIRELLI	R$ 710,00	R$ 7.100,00
VALOR TOTAL:							**R$ 8.469,50**

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS – SEMOSP

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	QNT.	UNID	MARCA	VLR. UNIT	VLR TOTAL
22	38119	CÂMARA DE AR 900/20 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	10	UNID	MAGNUM	R$ 96,00	R$ 960,00
23	50721	CÂMARA DE AR GR13 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	5	UNID	MAGNUM	R$ 39,50	R$ 197,50
28	21599	PNEU 1000/20 BORRACHUDO, 16 LONAS, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	20	UNID	PIRELLI	R$ 1.215,00	R$ 24.300,00
32	45581	PNEU 12-16,5 SKS DIANTEIRO. 12 LONAS, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO	3	UNID	PIRELLI	R$ 960,00	R$ 2.880,00
35	53590	PNEU 17.5/25, OTR, 16 LONAS, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.	15	UNID	PIRELLI	R$ 3.400,00	R$ 51.000,00
39	21630	PNEU 175/70-R13, 82T, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	8	UNID	PIRELLI FORMULA	R$ 194,90	R$ 1.559,20
43	45582	PNEU 19.5L-24 TRASEIRO. 12 LONAS, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.	3	UNID	PIRELLI	R$ 2.825,00	R$ 8.475,00
52	21555	PNEU 275/80-22.5 LISO, INDICE DE PESO 149/146, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.	10	UNID	PIRELLI ANTEO PRO S	R$ 1.510,00	R$ 15.100,00
60	45573	PNEU 900/20 LISO, 14 LONAS, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.	6	UNID	PIRELLI	R$ 1.050,00	R$ 6.300,00
64	50715	PROTETOR DE CÂMARA DE AR ARO 24 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR 251:2001	10	UNID	CARRETEIRO	R$ 128,00	R$ 1.280,00
68	50716	PROTETOR DE PNEU ARO 25 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR 251:2001	15	UNID	CARRETEIRO	R$ 184,00	R$ 2.760,00
VALOR TOTAL:							**R$ 114.811,70**

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA, INDUS. E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO – SEMAPICMAT

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	QNT.	UNID	MARCA	VLR. UNIT	VLR TOTAL
9	50717	CÂMARA DE AR 14.09.24 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	4	UNID	MAGNUM	R$ 198,00	R$ 792,00
12	50719	CÂMARA DE AR 18.4-34 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	4	UNID	MAGNUM	R$ 309,00	R$ 1.236,00

27	50720	CÂMARA DE AR PARA PNEU 185/65 -R14 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	3	UNID	MAGNUM	R$ 39,50	R$ 118,50
40	14321	PNEU 18.4-30 TRASEIRO 12 LONAS PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.	2	UNID	PIRELLI	R$ 2.889,00	R$ 5.778,00
64	50715	PROTETOR DE CÂMARA DE AR ARO 24 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR 251:2001	4	UNID	CARRETEIRO	R$ 128,00	R$ 512,00
VALOR TOTAL:							**R$ 8.436,50**

SECRETARIA DA CIDADE - SEMCID

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	QNT.	UNID	MARCA	VLR. UNIT	VLR TOTAL
23	50721	CÂMARA DE AR GR13 O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001. BORRACHA DE ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA	2	UNID	MAGNUM	R$ 39,50	R$ 79,00
39	21630	PNEU 175/70-R13, 82T, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	5	UNID	PIRELLI FORMULA	R$ 194,90	R$ 974,50
40	14321	PNEU 18.4-30 TRASEIRO 12 LONAS PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.	2	UNID	PIRELLI	R$ 2.889,00	R$ 5.778,00
55	45588	PNEU 750/16 LISO, PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.	4	UNID	PIRELLI	R$ 600,00	R$ 2.400,00
VALOR TOTAL:							**R$ 9.231,50**

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **22/02/2019** até **22/02/2020**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos/serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2019** , que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos produtos solicitados e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os produtos deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da requisição emitida pelo departamento de compras e independente da quantidade de produtos solicitados.

4.1.1 Em caso de emergência os produtos deverão ser entregues em até 48 (quarenta e oito) horas contados da data da requisição emitida pelo departamento de compras e independente da quantidade de produtos solicitados.

4.2.**Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.**

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.4 Os produtos/serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar as entregas dos produtos ou a prestação dos serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/serviços fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer do contrato, sem a solicitação prévia da contratada e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega/prestação de serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2019** a proposta da empresa **PNEUS VIA NOBRE LTDA** sob **CNPJ 01.976.860/0048-91**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 22 de Fevereiro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PNEUS VIA NOBRE LTDA

01.976.860/0048-91

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2019

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/ nº., na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI sob CNPJ 29.516.527/0001-55** com sede na Avenida Frei Coimbra, Loteamento Jardim Novo Horizonte, n° 500, Sala 04, Bairro Ikaray, no município de Várzea Grande/MT CEP 78.130-386, sendo representada pelo Sr. Gedy Pompeo de Albuquerque portador do RG n° 0928802-3 e CPF n° 708.709.931-00 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo, e detalhado no quadro abaixo:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QNT	VL. UNIT	VL. TOTAL
1	8476	BASE PARA RELE FOTOCELULA	PEÇA	EXATRON	700	R$ 6,80	R$ 4. 760,00
5	83951	CABO ELETRICO -CABO FLEX. 10MM2 750V TERMOPLASTICA ANTI- CHAMA,COM TENSAO DE ISOLAMENTONA COR AZUL	METROS	SULFLEX	500	R$ 5,50	R$ 2. 750,00
11	83956	CABO FLEXÍVEL PP 2X2,5MM COM COBRE EXTRA FLEXÍVEL, É INDICADO PARA INSTALAÇÕES RESIDENCIAIS,INDUSTRIAIS E COMERCIAIS.	METROS	SULFLEX	2. 000	R$ 3,50	R$ 7. 000,00
14	83959	CHAVE TIPO FACA RESERSORA 3X200AMPARES DE PORCELANA	PEÇA	SCHAK	1	R$ 519,00	R$ 519,00
19	83965	DISJUNTOR - TERMOMAGNETICO BIPOLAR DIN 63A,CLASSE DE INTERRUPCAO COM APRESENTACAODO SELO INMETRO	PEÇA	SOPRANO	10	R$ 35,00	R$ 350,00
20	83966	DISJUNTOR- TERMOMAGNETICO TRIPOLAR DIN 63A CLASSE DE INTERRUPCAO , COM APRESENTACAODO SELO IMETRO	PEÇA	SOPRANO	10	R$ 51,00	R$ 510,00
22	83968	ESCADA DE ALUMINIO EXTENSIVADUPLA COM 07 DEGRAUS.	PEÇA	BOTAFOGO	1	R$ 278,00	R$ 278,00
27	50839	LAMPADA V.MET 400W COM FLUXO LUMINOSO MINIMO DE 6.200LM TEMPERATURA DE COR DE NO MINIMO 5000K. VIDA UTIL MINIMA DE 10.000 HORAS. GARANTIA DE 12 MESES DEPRIMEIRA LINHA	UNID	FLC	100	R$ 39,00	R$ 3. 900,00
28	83972	LUVA ISOLANTE DE BORRACHA DE CLASSE 1, PARA ALTA TENSÃO. PARA SER UTILIZADA EM SITUAÇÕES DE RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO NA CLASSE (10KV). DESTINADO A PROTEGER A MÃO, O UNHO E A PARTE DO ANTEBRAÇO DO USUÁRIO, PERMITINDO COMPLETA INDEPENDÊNCIA DE MOVIMENTO DOSDEDOS.	PAR	FESP	2	R$ 959,00	R$ 1. 918,00
32	83976	PARAFUSO GALVANIZADO MAQUINACABEÇA QUADRADA. 16X300MM.	PEÇA	A.N.TENORIO	200	R$ 7,00	R$ 1. 400,00
34	50844	REATOR V MET/SOD 400W INTERNOAFT DE PRIMEIRA LINHA	UNID	SAMA	100	R$ 66,80	R$ 6. 680,00
36	83978	SOQUETE RECEPTACULO E-40 CONICO.	PEÇA	G-20	300	R$ 8,80	R$ 2. 640,00
37	83979	SOQUETE RECEPTACULO E-27 CONICO.	PEÇA	DECORLUX	100	R$ 4,70	R$ 470,00
39	83981	CONJUNTO ISOLADOR TIPO ARMAÇÃO PRESBOW REX PESADA 1X1, ROLDANA DE PORCELANA 72X72, COM PINO, VERTICAL POSTE	PEÇA	A.N.TENORIO	100	R$ 28,00	R$ 2. 800,00
40	83982	ALÇA PRE FORMADA CABO ALUMINIO16MM	PEÇA	PLP	100	R$ 3,79	R$ 379,00
VALOR TOTAL							**R$36. 354,00**

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **27/03/2019 até 27/03/2020**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos/serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019** , que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos materiais solicitados e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os Materiais deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis, contados da data da Solicitação e independente da quantidade de produtos solicitados.

4.1.1 Em caso de emergência os materiais deverão ser entregues em até 48 (quarenta e oito) horas contados da data da requisição emitida pelo departamento de compras e independente da quantidade de produtos solicitados.

4.2.Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.4 Os produtos/serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar as entregas dos produtos ou a prestação dos serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/serviços fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer do contrato, sem a solicitação prévia da contratada e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato/ARP por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) do valor do contrato/ARP a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega/prestação de serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dez por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019** , bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019** a proposta da empresa **3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI sob CNPJ 29.516.527/0001-55**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 27 de Março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI

CNPJ 29.516.527/0001-55

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2019

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº. , na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **RAMPAZIO E RAMPAZIO LTDA - ME CNPJ 06.993.678/0001-07** com sede na Rua Romanos, nº 140, Qd. 03, Lote 04, Bairro Bom Pastor, no município de Alta Floresta/MT CEP: 78.580-000, sendo representada pelo Sr.ª Roseli Gomes da Silva Rampazio portadora do RG n° 1441060-5 SSP/MT e CPF n° 523.252.371-68 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS E PANIFICAÇÃO EM GERAL PARA A MERENDA ESCOLAR, EM ATENDIMENTO AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CARLINDA - MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo, e detalhado no quadro abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
2	45113	ABOBRINHA VERDE: peso médio 470g. Fruto sadio, suficientemente desenvolvido, apresentar uniformidade quanto ao tamanho, cor, sabor e aroma, característicos da variedade, assim como manter sua forma e aparência. Apresentar o grau de desenvolvimento ideal para consumo humano. Estar isento de lesões provocadas mecanicamente e por insetos ou doenças fitopatológicas. Não conterem terra ou corpos estranhos aderentes à casca. Não apresentar umidade externa anormal, odor e sabor estranho. Deverá estar isento de sujidade, parasitas e larvas. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: Os legumes deverão obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA. O produto deverá apresentar o peso na embalagem.	KG	REGIÃO	450	R$ 3,29	R$ 1.480,50
4	45114	AÇAFRÃO: Açafrão em pó, embalagem de 20g, com dados do fabricante, data de fabricação e validade mínima de 06 meses, de acordo com legislação vigente.	UNID	REI DOS CONDIMENTOS	250	R$ 1,49	R$ 372,50
7	45120	ALFACE: Parte verde das hortaliças, de elevada qualidade, sem defeitos, com folhas verdes, sem traços de descoloração, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas. Devem apresentar uniformidade no tamanho, aroma e cor, típicos da variedade. Nada que altere a sua conformação e aparência típica. As verduras próprias para o consumo devem ser procedentes de espécimes vegetais genuínos e sãos, serem frescas, abrigadas dos raios solares, estarem livres de insetos e enfermidades assim como de danos por eles provocados; estarem livres de folhas externas sujas e de terra aderente; estarem isentas de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos. Não apresentar parasitas e larvas. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: deverão obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA.	PÉ	REGIÃO	1.800	R$ 2,84	R$ 5.112,00
10	45122	AMENDOIM: Amendoim descascado cru, em embalagem de 500g. Devem estar isentos de matéria terrosa, parasitas, fungos, vestígios de insetos e livres de umidade. Deverá apresentar validade mínima de 6 meses, a partir da data de entrega.	UNID	MIKA	100	R$ 5,50	R$ 550,00
11	53324	ARROZ AGULINHA: Arroz agulhinha, tipo 1, classe longo fino, subgrupo polido, em pacotes de 5 Kg. Devem estar isentos de matéria terrosa, parasitas, fungos, vestígios de insetos e livres de umidade.	UNID	NOVO HORIZONTE	1.200	R$ 9,70	R$ 11.640,00
15	53825	BEBIDA LÁCTEA: Embalagem plástica de 1 litro. Bebida láctea fermentada, sabores variados. Contém soro de leite. O produto não deverá apresentar sinais de sujidade, corpos estranhos ao produto, cor não característica do produto. O produto deve estar acondicionado em sacos de polietileno opaco, atóxico, hermeticamente selados. Envasado em condições assépticas, em embalagens estéreis, com necessidade de conservação sob refrigeração. Apresentar registro em órgão competente. Embalagem de 1 Litro.	UNID	OURO VIDA	2.500	R$ 3,67	R$ 9.175,00
17	53326	BISCOITO DOCE DE LEITE/NATA/COCO: Biscoito doce sabor Leite/Nata/Coco, em pacotes de 400g, onde em uma porção de 30g contenham 132 Kcal, 23g de Carboidratos, 2,7g de Proteínas e 3,5g de Gorduras totais, 1,2g de Gordura Trans, 0,7g de Gordura Saturada, 0,7g de Fibra alimentar e 116mg de Sódio. Cereais, farináceos e leguminosas devem estar isentos de matéria terrosa, parasitas, fungos, vestígios de insetos, livres de umidade e coloração específica	UNID	DALLAS	500	R$ 3,59	R$ 1.795,00
18	45131	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DE COCO: Biscoito doce tipo rosquinha de coco em pacotes de 400g, onde em uma porção de 30g contenham 129 Kcal, 22g de Carboidratos, 2,3g de Proteínas e 3,3g de Gorduras totais, 0,9g de Gordura Trans, 0,9g de Gordura Saturada, 0g de Fibra alimentar e 96mg de Sódio. Cereais, farináceos e leguminosas devem estar isentos de matéria terrosa, parasitas, fungos, vestígios de insetos, livres de umidade e coloração específica.	UNID	PRODASA	450	R$ 3,96	R$ 1.782,00
19	45132	BISCOITO SALGADO: Biscoito salgado tipo Cream Cracker em pacotes de 400g, onde em uma porção de 30g contenham 135 Kcal, 21g de carboidratos, 3g de Proteínas e 4,3g de Gorduras totais, 1,5g de Gordura Trans, 0,9g de Gordura Saturada e 0,8g de Fibra alimentar e 278mg de Sódio. Cereais, farináceos e leguminosas devem estar isentos de matéria terrosa, parasitas, fungos, vestígios de insetos, livres de umidade e coloração específica	UNID	DALLAS	500	R$ 3,39	R$ 1.695,00
20	53826	CAMOMILA: Embalada em pacote de 5g, com dados do fabricante, data de fabricação e validade mínima de 06 meses, de acordo com legislação vigente	UNID	REI DOS CONDIMENTOS	200	R$ 1,24	R$ 248,00
23	53327	CARNE MOÍDA DE 2ª (ACEM): Carne moída de 2ª (Kg). Não serão aceitos produtos onde se perceba a olho nu que existe mais gordura do que carne no processo. As carnes deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, devidamente fechados, higienizados e livres de qualquer sujidade, pesando no máximo 5 Kg por pacote para facilitar o recebimento, descongelamento e a conferência da mercadoria. Cada pacote de carne deverá conter o peso confirmando o pedido feito. O produto deverá apresentar registro do órgão fiscalizador competente	KG	TRADIÇÃO	2.200	R$ 8,95	R$ 19.690,00
24	40755	CARNE SUÍNA: Proveniente de animais abatidos sob inspeção veterinaria. Deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substancia contaminante que possa alterar os aspestos normais do produto.	KG	FRIGOWEBER	500	R$ 8,45	R$ 4.225,00
26	45138	CENOURA: Raiz de elevada qualidade e sem defeitos, suficientemente desenvolvidos, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade e uniformidade no tamanho e na cor. Não são permitidas rachaduras, perfurações e cortes. Os tubérculos próprios para o consumo devem proceder de espécimes vegetais genuínos e sãos, serem de colheita recente, não estarem danificados por quaisquer lesões de origem mecânica que afetem sua aparência, estarem livres de enfermidades, estarem livres de terra aderente à casca, estarem isentos de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos, de resíduos de fertilizantes. A polpa deverá estar intacta e limpa. Quanto às características microbiológicas, os tubérculos devem obedecer os padrões CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. Quanto às características microscópicas, não deverá apresentar sujidades, parasitos e larvas. O produto deverá apresentar o peso na embalagem.	KG	HJ SANTA FÉ	1.800	R$ 3,29	R$ 5.922,00
30	45143	COLORÍFICO: O colorífico deve ser constituído de matéria prima de boa qualidade e apresentar aspecto, cor, cheiro e sabor característico do produto, contendo no máximo 10% de sal, de acordo com as normas vigentes. Deverá conter a validade de06 meses a 01 ano, rotulagem, data de fabricação. Registro no MS. De acordo com a RDC nº 276/2005. Pacote com 500g.	UNID	SINHÁ	500	R$ 4,58	R$ 2.290,00
32	45145	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO: Coxa e sobrecoxa (Kg), cortes com espessura de aproximadamente 8 cm, refrigeradas à 4ºC por no máximo 48 horas. Os produtos devem mostrar o peso nas embalagens confirmando o pedido feito. As carnes deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, devidamente fechados, higienizados e livres de qualquer sujidade, pesando no máximo 5Kg por pacote para facilitar o recebimento, descongelamento e a conferência da mercadoria. Cada pacote de carne deverá conter o peso confirmando o pedido feito. O produto deverá apresentar registro do órgão fiscalizador competente.	KG	SEARA	2.500	R$ 6,64	R$ 16.600,00
33	45146	ERVA DOCE: : Embalada em pacote de 10g, com dados do fabricante, data de fabricação e validade mínima de 06 meses, de acordo com legislação vigente.	UNID	REI DOS CONDIMENTOS	250	R$ 1,49	R$ 372,50
35	45148	FARINHA DE MANDIOCA: farinha de mandioca fina, crua, fabricada de matérias-primas limpas e isentas de matéria terrosa e parasita; Não devem estar úmidas, fermentadas ou rançosas; embaladas em pacotes plásticos, transparentes, limpos, não violados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e informações	UNID	PANTANAL	300	R$ 5,75	R$ 1.725,00

		nutricionais, número do lote e quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 5 meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. Pacote com 1 kg.					
41	53331	FUBÁ: Tipo mimoso, 100% milho. Oriundo da moagem do grão de milho, sadio e limpo, não devendo conter materiais terrosos, parasitas e detritos de animais e vegetais. Deve conter cor e sabor característicos, embalado em saco plástico atóxico, transparente, impresso as informações exigidas por lei vigente, identificando o número de registro no órgão competente, contendo peso líquido de 500g, com prazo de validade de no mínimo 180 dias.	UNID	SINHÁ	1.000	R$ 1,95	R$ 1. 950,00
42	53828	GELATINA: Com açúcar, aromatizante, podendo ser adicionada de corantes naturais. Sabores variados, condicionada em sacos plásticos, íntegros e resistentes, acondicionados em caixas limpas, íntegras e resistentes. A embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência, informações nutricional, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Caixa com peso aproximado 30g.	UNID	LUAL	600	R$ 0,89	R$ 534,00
47	45161	MAÇÃ: Maçã Nacional Fuji/Gala, produto procedente de planta sadia, destinado ao consumo “in natura”, devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentar grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem física ou mecânica ou por insetos e doenças que afetem suas características. Não conter substância terrosa sujidades, produtos químicos ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca, estarem isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. Tamanho médio e uniforme. O produto deverá apresentar o peso na embalagem.	KG	HJ SANTA FÉ	2.300	R$ 5,29	R$ 12. 167,00
48	53829	MACARRÃO DE LETRINHAS: Macarrão de letrinhas/alfabeto com ovos. Composto de matéria-prima de primeira qualidade, sãs e limpos, isentas de material terroso, parasitas. Embalado em pacotes com 500g. Validade mínima de 6 meses.	UNID	RENATA	300	R$ 3,05	R$ 915,00
49	53333	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE: Espaguete nº 08, de sêmola, vitaminado, enriquecido com ferro e ácido fólico, composto de matéria-prima de primeira qualidade, sãs e limpos, isento de material terroso, parasitas. Embalado em pacotes com 500g, onde em uma porção de 56g contenham 200 Kcal, 43g de Carboidrato e 6 g de Proteína. Pacote de 500g. Validade mínima de 6 meses.	UNID	LIANE	1.500	R$ 2,19	R$ 3. 285,00
50	53830	MACARRÃO TIPO PARAFUSO: De sêmola, enriquecido com ferro e ácido fólico, composto de matéria-prima de primeira qualidade, sãs e limpos, isentas de material terroso, parasitas. Pacotes de 500g, onde em uma porção de 55g contenham 200 Kcal, 43g de Carboidrato e 6 g de Proteína. Validade mínima de 6 meses.	UNID	LIANE	1.800	R$ 2,79	R$ 5. 022,00
51	53831	MACARRÃO TIPO PADRE NOSSO: De sêmola, enriquecido com ferro e ácido fólico, composto de matéria-prima de primeira qualidade, sãs e limpos, isentas de material terroso, parasitas. Pacotes de 500g. Validade mínima de 6 meses.	UNID	HJ SANTA FÉ	500	R$ 2,79	R$ 1. 395,00
53	16871	MANDIOCA: Mandioca sem casca. Devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal de tamanho, aroma, cor e sabor próprios das variedades, apresentar grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem mecânica, por insetos e doenças que afetem suas características, não conter substância terrosa, sujidades, produtos químicos ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Sem umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. Tamanho médio e uniforme.	KG	REGIÃO	1.200	R$ 3,59	R$ 4. 308,00
56	23004	MILHO PARA CANJICA: grupo especial, subgrupo despeliculado, classe branca, tipo 1, obtido de grãos de milho, com aspecto cor, cheiro e sabor próprios, ausência de umidade; isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem plástica flexível, atóxica, resistente, deverá estar acondicionada em embalagens de 500g. A embalagem deve conter informações nutricionais, data de fabricação e validade mínima de 6 meses.	UNID	SINHÁ	100	R$ 2,19	R$ 219,00
58	53335	ORÉGANO: Produtos naturais constituídos de folhas genuínas da espécie, sãs, limpas, desidratado e específico para culinária. Características organolépticas: - Aspecto: pó. Cor: amarela ou amarelo-esverdeada. Cheiro: característico. Sabor: picante. Características físicas e químicas de acordo com a legislação vigente. Embalagens com 5g. Para uso na culinária.	UNID	REI DOS CONDIMENTOS	250	R$ 1,60	R$ 400,00
59	45172	OVOS DE GALINHA: vermelho, de galinha, tipo grande. Manipulado em condições higiênicas e provenientes de animais sadios. Isento de sujidades, trincos e quebraduras na casca. De produção recente e embalada em cartelas de 12 unidades com carimbo do SIF,data da embalagem e validade. Deve atender às exigências do Regulamento interno de inspeção de Produtos de Origem Animal – RISPOA/MA Resolução nº 05 de 05/7/91 – CIPOA/MA.	DUZIA	AVIAF	150	R$ 5,70	R$ 855,00
63	45173	PEITO DE FRANGO: Peito de frango com osso (Kg), refrigeradas à 4ºC por no máximo 48 horas. Os produtos devem mostrar o peso nas embalagens confirmando o pedido feito. As carnes deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, devidamente fechados, higienizados e livres de qualquer sujidade, pesando no máximo 5Kg por pacote para facilitar o recebimento, descongelamento e a conferência da mercadoria. Cada pacote de carne deverá conter o peso confirmando o pedido feito. O produto deverá apresentar registro do órgão fiscalizador competente.	KG	MAROMBI	1.500	R$ 8,40	R$ 12. 600,00
64	45177	POLPA DE FRUTA: Polpa de Frutas, sabores variados, embalagem de 1kg. O produto deve ser preparado com frutas sãs, limpas e isentas de parasitos e de detritos animais ou vegetais. Não deve conter fragmentos das partes não comestíveis da fruta, nem substâncias estranhas à sua composição normal. Polpa de fruta envasada, não devendo apresentar sinais de alterações das embalagens (estufamentos, alterações, vazamentos, corrosões internas) bem como quaisquer modificações de natureza física, química ou organoléptica do produto. O produto deverá ser devidamente registrado no Ministério da Agricultura.	KG	BRASFRUT	500	R$ 12,40	R$ 6. 200,00
68	45184	SAL REFINADO: Refinado, Iodado, beneficiado e isento de sais de cálcio e magnésio, impurezas orgânicas, areias e fragmentos de conchas. Produzido e embalado em conformidade com a legislação vigente. Embalagem primária: pacotes com 1 kg. Validade mínima de 6 meses.	UNID	MASTER	300	R$ 1,44	R$ 432,00
70	45186	VINAGRE: : Produzido da fermentação do vinho branco ou tinto. Produto translúcido e de cor, sabor e odor característico. Embalagem primária: Frascos plásticos de aproximadamente 750ml, devidamente rotulados, de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 meses.	UNID	VITALIA	200	R$ 1,64	R$ 328,00
TOTAL							**R$135. 284,50**

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **06/02/2019 até 06/02/2020**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos/serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2019** , que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos produtos solicitados e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os produtos deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da autorização de compra.

4.1.1Em caso de emergência os mesmos deverão ser entregues em até 02 (dois) úteis, contados a partir do recebimento da autorização de compra.

4.1.2 A empresa vencedora deverá entregar os produtos na quantidade, especificação e local indicado na solicitação pela Secretaria competente. Todas as despesas relativa à entrega, correrão às custas exclusivamente da licitante vencedora.

4.2.Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.4 Os produtos/serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar as entregas dos produtos ou a prestação dos serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/serviços fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer do contrato, sem a solicitação prévia da contratada e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega/prestação de serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019** , bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2019** a proposta da empresa **RAMPAZIO E RAMPAZIO LTDA - ME CNPJ 06.993. 678/0001-07**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 06 de Fevereiro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RAMPAZIO E RAMPAZIO LTDA – ME

CNPJ 06.993.678/0001-07PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2019

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº. , na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **PAULINO GOMES E PEREIRA LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.743.219/0001-02, estabelecida a Avenida Ariosto da Riva, n° 1589, Canteiro Central, cidade de Alta Floresta/MT CEP 78.580-000, neste ato representada pelo Sr. Osvaldo da Conceição Pereira, portador do CIRG n.º 4.448.951-1 SSP/PR e CPF n.º 631.806.699-34 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 011/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E AFINS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo, e detalhado no quadro abaixo:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER – SEMEC

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
1	45662	AGENTE REDUTOR LÍQUIDO DE ÓXIDOS DE NITROGÊNIO (NOX AUTOMOTIVO) ADITIVO PARA COMBUSTÍVEL ARLA 32 (67,5 ÁGUA - 32,5 UREIA) BALDE DE 20 LITROS	BALDE	15	SERQUIMICA	R$ 70,00	R$ 1.050,00
4	50113	GRAXA CHASSIS DE 1º LINHA BALDE DE 20KG	BALDE	50	EXTRON	R$ 281,00	R$ 14.050,00
5	50114	GRAXA ROLAMENTO DE 1º LINHA BALDE DE 20 KG	BALDE	40	EXTRON	R$ 376,00	R$ 15.040,00
TOTAL							**R$ 30.140,00**

SECRETARIA DE SAUDE – SEMSA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
7	83926	ÓLEO 2 TEMPOS DE 1ª LINHA FRASCO 500ML	UNID	100	PETROBRAS	R$ 11,16	R$ 1.116,00
TOTAL							**R$ 1.116,00**

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS – SEMOSP

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
1	45662	AGENTE REDUTOR LÍQUIDO DE ÓXIDOS DE NITROGÊNIO (NOX AUTOMOTIVO) ADITIVO PARA COMBUSTÍVEL ARLA 32 (67,5 ÁGUA - 32,5 UREIA) BALDE DE 20 LITROS	BALDE	20	SERQUIMICA	R$ 70,00	R$ 1.400,00
2	45661	ARREFECIMENTO ANTICONGELANTE LÍQUIDO BALDE DE 20 LITROS	BALDE	30	TEC BRILL	R$ 360,00	R$ 10.800,00
3	45654	GRAXA CHASSIS DE 1º LINHA COM BASE DE SABÃO CÁLCIO TAMBOR 170 KG	TAMBOR	5	EXTRON	R$ 2.048,00	R$ 10.240,00
5	50114	GRAXA ROLAMENTO DE 1º LINHA BALDE DE 20 KG	BALDE	5	EXTRON	R$ 376,00	R$ 1.880,00
7	83926	ÓLEO 2 TEMPOS DE 1ª LINHA FRASCO 500ML	UNID	100	PETROBRAS	R$ 11,16	R$ 1.116,00
8	45652	ÓLEO HIDRÁULICO DE 1ª LINHA AW 46 BALDE DE 20 LITROS	BALDE	70	INGRAX	R$ 320,00	R$ 22.400,00
10	53169	ÓLEO LUBRIFICANTE TRANSMISSÃO 10W30 BALDE DE 20 LITROS	BALDE	10	INGRAX	R$ 311,00	R$ 3.110,00
TOTAL							**R$ 50.946,00**

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA, INDUS. E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO – SEMAPICMAT

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
1	45662	AGENTE REDUTOR LÍQUIDO DE ÓXIDOS DE NITROGÊNIO (NOX AUTOMOTIVO) ADITIVO PARA COMBUSTÍVEL ARLA 32 (67,5 ÁGUA - 32,5 UREIA) BALDE DE 20 LITROS	BALDE	100	SERQUIMICA	R$ 70,00	R$ 7.000,00
2	45661	ARREFECIMENTO ANTICONGELANTE LÍQUIDO BALDE DE 20 LITROS	BALDE	15	TEC BRILL	R$ 360,00	R$ 5.400,00
5	50114	GRAXA ROLAMENTO DE 1º LINHA BALDE DE 20 KG	BALDE	3	EXTRON	R$ 376,00	R$ 1.128,00
7	83926	ÓLEO 2 TEMPOS DE 1ª LINHA FRASCO 500ML	UNID	60	PETROBRAS	R$ 11,16	R$ 669,60
9	83927	ÓLEO LUBRIFICANTE TRANSMISSÃO SAE 50 BALDE DE 20 LITROS	BALDE	4	PETROBRAS	R$ 313,00	R$ 1.252,00
10	53169	ÓLEO LUBRIFICANTE TRANSMISSÃO 10W30 BALDE DE 20 LITROS	BALDE	3	INGRAX	R$ 311,00	R$ 933,00
TOTAL							**R$ 16.382,60**

SECRETARIA DA CIDADE - SEMCID

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
7	83926	ÓLEO 2 TEMPOS DE 1ª LINHA FRASCO 500ML	UNID	320	PETROBRAS	R$ 11,16	R$ 3.571,20
10	53169	ÓLEO LUBRIFICANTE TRANSMISSÃO 10W30 BALDE DE 20 LITROS	BALDE	2	INGRAX	R$ 311,00	R$ 622,00
TOTAL							**R$ 4.193,20**

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **18/03/2019** até **18/03/2020**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos/serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 011/2019**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos produtos solicitados e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 O prazo para entrega será de 03 (três) dias uteis, contados da data da requisição emitida pelo departamento de compras e independente da quantidade de produtos solicitados.

4.1.1 Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.1.2 Os produtos fornecidos pelaempresa vencedora deverá estar de acordo com todas as normas constantes na **Resolução n° 669 de 27 de fevereiro de 2017,** da Agência nacional do petróleo, gás natural e biocombustível.

4.2 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.3 Os produtos/serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar as entregas dos produtos ou a prestação dos serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/serviços fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer do contrato, sem a solicitação prévia da contratada e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega/prestação de serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 011/2019** a proposta da empresa **PAULINO GOMES E PEREIRA LTDA – ME sob CNPJ 05.743.219/0001-02**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 18 de Março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PAULINO GOMES E PEREIRA LTDA – ME

CNPJ 05.743.219/0001-02

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 106/2019.

SÚMULA: "DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL NA FUNÇÃO DE DIRETOR DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica DESGINADA a servidora **JOSEANE DE OLIVEIRA DA SILVA DE LIMA**, a desempenhar a função de DIRETOR DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 122/2017.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 16 de abril de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2019

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº. , na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **O. S. DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º CNPJ 27.119.529/0001-85, estabelecida a Avenida Arapongas, s/n°, Centro, Carlinda/MT CEP: 78.587-000, neste ato representada pelo Sr. Victor Olavarria e Silva, portador do CIRG n.º 1048933-9 SSP/MT e CPF n.º 008.984.641-96 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10. 520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL GASOLINA COMUM, ETANOL, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S-10, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA FROTA MUNICIPAL DE CARLINDA – MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo, e detalhado no quadro abaixo:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS- SEMAD/SEFIN

ITEM	CÓDIGO	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	VALOR PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO
3	39864	LITRO	GASOLINA COMUM	R$ 10.000,00	4,10%
				R$ 10.000,00	

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - SEMAS

ITEM	CÓDIGO	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	VALOR PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO
3	39864	LITRO	GASOLINA COMUM	R$ 25.000,00	4,10%
4	39865	LITRO	ETANOL HIDRATADO	R$ 2.000,00	
				R$ 27.000,00	

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEMEC

ITEM	CÓDIGO	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	VALOR PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO
3	39864	LITRO	GASOLINA COMUM	R$ 15.000,00	4,10%
4	39865	LITRO	ETANOL HIDRATADO	R$ 2.000,00	
				R$ 17.000,00	

SECRETARIA DE SAUDE – SEMSA

ITEM	CÓDIGO	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	VALOR PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO
3	39864	LITRO	GASOLINA COMUM	R$ 90.000,00	4,10%
4	39865	LITRO	ETANOL HIDRATADO	R$ 2.000,00	
				R$ 92.000,00	

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS - SEMOSP

ITEM	CÓDIGO	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	VALOR PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO
3	39864	LITRO	GASOLINA COMUM	R$ 6.000,00	4,10%
				R$ 6.000,00	

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA, INDUS. E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO – SEMAPICMAT

ITEM	CÓDIGO	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	VALOR PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO
3	39864	LITRO	GASOLINA COMUM	R$ 8.000,00	4,10%
				R$ 8.000,00	

SECRETARIA DA CIDADE - SEMCID

ITEM	CÓDIGO	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	VALOR PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO
3	39864	LITRO	GASOLINA COMUM	R$ 6.000,00	4,10%
				R$ 6.000,00	

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **13/03/2019** até **13/03/2020**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos/serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2019**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega do combustível solicitado e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 - O produto será fornecido de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.1.1 O abastecimento dos veículos/máquinas da administração municipal deverá ser realizado na sede da empresa que se sagrar vencedora do certame, devendo a empresa que se sagrar vencedora do certame possuir ponto de abastecimento no municipio de Carlinda/MT, mediante apresentação de Requisição de Fornecimento emitida pela Administração Municipal, podendo ser abastecidos diariamente, semanalmente ou mensalmente.

4.2 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.3 Os produtos/serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar as entregas dos produtos ou a prestação dos serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/serviços fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer do contrato, sem a solicitação prévia da contratada e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato/ARP por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) do valor do contrato/ARP a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega/prestação de serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dez por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado,** o **Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 **- Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.**

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2019** a proposta da empresa **O. S. DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA sob CNPJ 27.119.529/0001-85**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 13 de Março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

O. S. DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

CNPJ 27.119.529/0001-85

EMPRESA

TESTEMUNHAS:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 294/GP/2019 EM, 16 DE ABRIL DE 2019.

Portaria nº 294/GP/2019

Em, 16 de abril de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Municipal efetiva **Sr.ª ADNAIR SOUZA DA SILVA,** portadora do RG nº 947582 e CPF nº 915.116.821-91, no cargo de PROFESSOR II 30 HORAS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**,** 20 (vinte) dias de afastamento do trabalho por motivo de saúde, de acordo com o artigo 210 da Lei Municipal 581/91.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 20/02/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 16 de abril de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PORTARIA 283/2019, DE 10 DE ABRIL DE 2019

PORTARIA 283/2019, DE 10 DE ABRIL DE 2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS NOVOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, CONFORME O DISPOSTO NA LEI Nº.: 1.703 DE 16 DE MARÇO DE 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e,

Considerando os dispositivos legais da Lei Municipal nº.: 1.703, de 16 de março de 2017, que dispõe sobre a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear os seguintes servidores para compor a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar:

I – EDUARDA REGINA DE MORAES;

II – MÁRCIA SCHMIDT GUERREIRO;

III – EDSON MIRANDA RODRIGUES;

IV – ROSA MARIA BLANCO MANZANO;

Artigo 2º. A composição da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar se dará da seguinte forma:

I – EDUARDA REGINA DE MORAES – Presidente da Comissão;

II – ANA AMORIM RODRIGUES – Membro titular da Comissão;

III – EDSON MIRANDA RODRIGUES – Membro titular da Comissão;

IV – ROSA MARIA BLANCO MANZANO – Membro Substituto.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Artigo. 4º - PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Paço Municipal Pedro Reindel Fonseca, em Chapada dos Guimarães/MT, 10 de abril de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 292/GP/2019 EM, 16 DE ABRIL DE 2019.

Portaria nº 292/GP/2019

Em, 16 de abril de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Municipal efetivo **Srº JOAO LEOPOLDO BACAN,** portador do RG nº 1388595 e CPF nº 003.683.881-07, na função de MEDICO, lotado na SECRETARIA SAÚDE, *prorrogação* do prazo de sua vacância.

A prorrogação de que se trata a presente portaria terá início em 02/04/2019 e término em 31/12/2019, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 01/01/2020.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 02/04/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 16 de abril de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 293/GP/2019 EM, 16 DE ABRIL DE 2019.

Portaria nº 293/GP/2019

Em, 16 de abril de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Municipal efetiva **Sr.ª ADNAIR SOUZA DA SILVA,** portadora do RG nº 947582 e CPF nº 915.116.821-91, no cargo de PROFESSOR II 30 HORAS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**,** 15 (quinze) dias de afastamento do trabalho por motivo de saúde, de acordo com o artigo 210 da Lei Municipal 581/91.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 25/01/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 16 de abril de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 048/2018

CONTRATADA: COMPAV ENGENHARIA E OBRAS LTDA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato n° 048/2018, em mais 120 (cento e vinte) dias, encerrando-se em 07 de Agosto de 2019. **. DATA: 09/04/2019.**

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 057/2018

CONTRATADA: M FERNANDES DA SILVA E CIA LTDA EPP

OBJETO: Ficam prorrogados o prazo de execução da obra, por mais 60 (sessenta) dias, encerrando-se, assim, em **06 de JUNHO de 2019**. **DATA: 05/04/2019.**

CONTRATO N° 018/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **JOSE LUIZ FERREIRA**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO, NIVELAÇÃO DO SOLO E PLANTIO DE GRAMA ESPAÇADAS EM MUDAS NOS CANTEIROS DAS AVENIDAS PROFESSOR JOSE DE CASTRO DÓRIA E MARECHAL ZENÓBIO DA COSTA NO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT. **VALOR:** R$ 16.724,00 (Dezesseis mil e setecentos e vinte e quatro reais). **CONTRATO Nº 018/2019. Data:** 01/04/2019.

CONTRATO N° 017/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **PELEGRINO E CIA LTDA EPP**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E SOFTWARES DE GESTÃO EDUCACIONAL,para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Cláudia – MT. **VALOR:** R$ 66.000,00 (Sessenta e seis mil reais). **CONTRATO Nº 017/2019. Data:** 01/04/2019.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 065/2018

CONTRATADA: M FERNANDES DA SILVA E CIA LTDA EPP

OBJETO: O prazo para execução das obras e serviços será de 60 (sessenta) dias corridos, encerrando-se em **04/06/2019.** O prazo de vigência do Contrato será de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do presente contrato, encerrando-se em **04/07/2019**. **DATA: 05/04/2019.**

DECRETO 239/2019

Dispõe sobre medidas de Contenção de gastos âmbito do Município de Cláudia, e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

CONSIDERANDO que os atos administrativos devem ser processados em total harmonia com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, CF/88);

CONSIDERANDO a continuidade da crise financeira que atinge a economia brasileira, inclusive o nosso Município e atinge todos os seguimentos da cadeia produtiva, acarretando a diminuição do poder de compra e investimento da população trazendo, por consequência, a queda de arrecadação por parte da União, Estados e Municípios;

CONSIDERANDO que a receita municipal, oriunda dos repasses do Estado (ICMS E OUTROS) e da União (FPM), não tem acompanhado o índice de aumento das despesas com pessoal e os recursos vinculados aos Programas Federais e Estaduais, em sua maioria, ainda não foram repassados aos Municípios neste exercício financeiro, ou estão sendo transferidos com imenso atraso;

CONSIDERANDO, adicionalmente, o término da construção da barragem da Usina Hidrelétrica Sinop, que automaticamente encerra a geração do Imposto Sobre Serviços incidente sobre a obra, cujo valor se tornara preponderante no cômputo das receitas próprias do Município;

CONSIDERANDO que, mesmo diante desta grave crise financeira, o Município de Cláudia/MT tem buscado manter todas suas obrigações com servidores em dia, lutando incessantemente pelo controle financeiro para manter a adimplência com fornecedores e prestadores de serviços, o que efetivamente não se poderá manter sem que medidas de contenção efetiva de gastos sejam efetivadas;

CONSIDERANDO o teor do que se encontra disposto no § 1°, do art. 23, c/c art. 66, da Lei Complementar nº 101/00, decorrente do percentual excedente ao limite máximo prescrito no art. 20, III, b, do normativo da despesa total com pessoal, cujo parâmetro legal corresponde a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida pertinente;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a permanência das obras que estão em processo de execução, envidando esforços para que o Estado e a União, por seus órgãos, efetuem os repasses dos recursos que seriam alocados para a continuação e término dessas obras e sua entrega à população;

CONSIDERANDO que o Município de Cláudia tem como objetivo suportar o período de crise que ainda permanece no ano atual, sem realizar qualquer tipo de demissão de pessoal do quadro efetivo como forma de redução de despesas;

CONSIDERANDOque o planejamento da gestão para o ano de 2019, é de permanecer a otimização dos recursos e das despesas, visando o equilíbrio financeiro entre receitas e despesas;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo busca promover medidas efetivas de contenção de gastos, pois estará de forma programada cumprindo com as obrigações legais referente a concessão de RGA e Piso Nacional do Magistério, necessitando assim, conter gastos de forma austera para promover as concessões aos servidores;

CONSIDERANDO a pretensão desta Gestão em permanecer honrando os compromissos assumidos e, concomitantemente, continuar a promoção, a evolução e o progresso que a população do Município de Cláudia espera e merece;

CONSIDERANDO, por fim, que a realização de despesas deverá ser feita mediante prévia concordância e controle da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, que juntamente com o Departamento de Contabilidade estará promovendo cálculos da evolução entre receita x despesa reiteradamente;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado que todas as Secretarias do Município de Cláudia/MT deverão cumprir com as determinações previstas neste instrumento, como forma de controle da despesa e do gasto de pessoal.

Art. 2º Fica toda a Administração ciente da necessidade de adequação dos gastos de pessoal ao limite Máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento), conforme determina o art. 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º Ficam suspensas novas nomeações de servidores efetivos e cargos em comissão, contratações temporárias de pessoal, e concessão de gratificações, ressalvadas as situações de excepcional interesse público devidamente justificado.

Art. 4º Fica suspensa a execução de Horas Extras a partir da vigência deste Decreto, exceto quando realizadas em situação de extrema necessidade (urgência e emergência) na área da Educação e Saúde, comprovadas as devidas justificativas.

§ 1º Os Secretários Municipais deverão comunicar seus subordinados de que qualquer serviço extraordinário está suspenso.

§ 2º As horas extras eventualmente prestadas por servidores que não estejam autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo serão de responsabilidade exclusiva do titular da pasta.

Art. 5º Ficam suspensas as concessões de férias normais, conversão em pecúnia do abono de férias, concessão de licença prêmio, bem como ficam suspensos, qualquer acréscimo de percentual de gratificação de função, salvos os decorrentes de obrigatoriedade legal.

§ 1º Somente serão concedidas férias em situações que não gerem a necessidade de substituição do servidor, mediante prévia concordância e controle das Secretarias Municipais de Administração e Finanças.

Art. 6º As licenças para tratar de interesse particular, por motivo de doença em pessoa da família, por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro e para capacitação, somente poderão ser autorizadas em situações que não gerem a necessidade de substituição do servidor, observados os demais requisitos exigidos para a concessão desses afastamentos.

Art. 7º Ficam suspensas, as elevações de classe por alteração do grau de formação, sejam por especialização, graduação, pós-graduação, mestrado ou doutorados, aos servidores ativos.

Art. 8º As medidas de que trata o presente Decreto, terão duração até a data de 31 de dezembro de 2019, podendo ser revogadas, alteradas ou prorrogadas até o atendimento da estabilidade da Receitas Correntes, em especial no que tange ao equilíbrio financeiro.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de abril de 2019.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO,

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 02 de Abril de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

DECRETO MUNICIPAL Nº 1686, DE 15 DE ABRIL DE 2019.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1686, DE 15 DE ABRIL DE 2019.

"Dispõe sobre exoneração de servidora Estável, em conformidade com o dispositivo da Lei Municipal nº 056/91".

A Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, especialmente pelo Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais e Lei Orgânica Municipal, tendo em vista ainda o Requerimento protocolizado em tempo hábil neste Executivo Municipal pela própria Funcionária.

Considerando que a servidora pública estável Srª. Mariana Fernanda Breder Garcia, solicitou sua exoneração voluntária do cargo de **Enfermeira.**

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada, a pedido de demissão por escrito, com fundamento no Artigo 36 da Lei Municipal nº 056, de 28 de fevereiro de 1991, A servidora **Mariana Fernanda Breder Garcia,** portador da **CI-RG n° 2793110 – SSP/MT** e **CPF n° 057.251.217-12,** do Cargo Efetivo de Enfermeira do Quadro de Pessoal do Município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

Marcio Roberto de Godoi Madureira

Secretário de Administração

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

TERMO ADITIVO DE CONTRATO 016/2018 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE LOCAÇÃO SOFTWARE

TERMO ADITIVO DE CONTRATO 016/2018

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE LOCAÇÃO SOFTWARE Nº. 016/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COCALINHO E A SRª E C ZOCANTE & CIA LTDA.

Pelo presente instrumento de **Contrato Administrativo de Prestação de Serviços**, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE** o **Município de Cocalinho**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 00.965.145/0001-27, com sede à Avenida Araguaia, nº. 676, Centro, nesta cidade, neste ato representada pela sua Prefeita Municipal, **Sr.ª. DALVA MARIA DE LIMA PERES**, brasileira, casada, professora, portadora da **CI nº.** 1.982.506 e inscrita no **CPF sob o nº. 556.892.561-53**, residente e domiciliada à Avenida Araguaia, nº. 1045 nesta cidade, doravante denominada. **CONTRATADA**, a empresa **E. C.ZOCANTE & CIA LTDA**, com CNPJ/MF nº 10.525.132/0001-90, com sede na Avenida das sipirunas nº 3020, Setor Residencial Sul cidade de Sinop, Estado do Mato Grosso, neste ato representada por sua representante ELISABETTE COLLI ZOCANTE, brasileira, casada sob regime parcial de bens, empresária, residente na cidade de Sinop, estado do Mato Grosso e CARLOS HENRIQUE COLLI ZOCANTE, brasileiro, solteiro, empresario, residente na cidade de Sinop, estado do Mato Grosso. celebram o presente Contrato Administrativo, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Presente Termo Aditivo referente ao contrato de Prestação de Serviços 016/2018 de locação de software para área de Gestão e controle de 12(doze) relógios de pontos do Município de Cocalinho – MT, sendo o

mesmo integrado com o dispositivo ERP ou hamster, podendo ter acesso ao BI (business inteligente) com acesso total a todos os relatórios de funcionários, sendo divididos por setores, unidades, gráficos inteligentes, perfil de usuários e acessos para a gestão, visualização sistêmica de toda rede.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – A prorrogação promovida por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

2.1.1 – A Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT se sentiu na obrigação de promover a renovação do Contrato por, mas seis meses por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os pontos eletrônicos são uma recomendação do tribunal de contas. E que a **CONTRATADA** e de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da **CONTRATANTE.**

2.2 – O presente aditivo encontra embasamento legal nos incisos II e IV do Art. 57 da Lei nº 8.666 e no **Contrato Administrativo nº 016/2018.**

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.1 – O valor global para a execução do presente termo é de **R$ 15. 900,00(quinze mil e novecentos reais)**.

3.2 – O valor mensal será pago em 06 (dez) parcelas iguais no valor de **R$ 2.650,00 (dois mil seiscentos e cinquenta reais).**

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas totalmente no exercício de 2018, conforme a **LEI MUNICIPAL Nº 852, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2.018** e correrão por conta da dotação orçamentária:

Órgão: 03-Secretária Municipal de Administração

Unidade: 001-Gabinete do Secretário

Função: 04-Administração

Subfunção: 122-Administração Geral

Programa: 0003- Administração Geral

Proj/Ativ.: 2.005-Manutenção e Encargos Com a Secretaria de Administração

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.2 – As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

5.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Água Boa – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Cocalinho – MT, 22 de dezembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPIO DE COCALINHO – MT.

CONTRATANTE

_____

TERESA VELLI FALONE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: **RG Nº:** **CPF Nº:** **ASSINATURA:**.....	**RG Nº:** **CPF Nº:** **ASSINATURA:**.....

RATIFICACAO DE LICITACAO

TERMO DE RATIFICAÇAO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2019

OBJETO: **Prestação de Serviços de Recuperacao de Motor do Caminhao Ford 12.000**

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 1º Decreto Federal 9412/2018, Artº 24 inciso II da Lei nº 8.666/93.

VALOR GLOBAL: R$ 14.500,00 (Quatorze Mil e Quinhentos Reais .)

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e por se tratar de aquisição de peças e serviços para as secretarias municipais, nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Cocalinho – MT, 16 de Abril de 2019.

DALVA MARIA DE LIMA PERES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREVILIDER
PORTARIA N.º 056/2019 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM FAVOR DA SRA. NOEMIA PRESTES".

*A Diretora Executiva do **PREVI-LIDER** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6-A, § único, da emenda Constitucional n.º 41, com redação determinada pela emenda constitucional de nº 70, de 29 de março de 2012, Art. 210 da Lei Municipal nº. 2. 408/2010, de 28 de dezembro de 2010, Art. 12, inciso "I", alínea "a", da Lei Municipal n. º 2.361/2010, de 08 de julho de 2010.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de A**posentadoria por Invalidez** em favor da **Sra. Noemia Prestes**, portadora da RG n.º 2217899-6 SSP/MT, e do CPF n.º 537.966.401-68 e da Cédula Eleitoral de n. º 13387881805*, Zona. "0023", Seção "0024", servidora efetiva no cargo de **Agente Administrativo, Classe "A", Nível "07"**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, matricula n.º 132 e matricula n.º 10331, do órgão, trabalhando***__**8.016 dias, ou seja, 21 (vinte e um) anos, 11 (onze) meses e 09 (nove) dias de contribuição**__, com **proventos proporcionais e sem direito a paridade**, conforme o processo do PREVI-LIDER n.º 022/2019, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder /MT, 11 de abril de 2019.

_____ MARIZA BERNARDES DA SILVA Diretora Executiva HOMOLOGO: _____ NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº 033/2019 "AUTORIZA PESCARIA NO LAGO DOS PIONEIROS NO MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Sr. NOBORU TOMIYOSHI, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Estadual, Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a Pesca no Lago dos Pioneiros do Município de Colider no evento de Lazer" **PESCA NO LAGO"** no dia 19 de abril de 2019 das 06 h 00 min às 11 h 00min.

Art. 2º - A pesca deverá ser realizada as margens do Lago dos Pioneiros, sob a orientação e fiscalização das secretarias municipais, podendo firmar parcerias com entidades civis organizadas, mediante as seguintes condições:

I – Cada interessado devera portar os equipamentos necessários para realização da pesca, tais como isca, vara, molinete, linha de mão, anzol e etc. Sendo vedada a utilização de espinhel, garatéia, rede, tarrafa, etc.

II – Crianças menores de 12 (doze) anos somente poderão pescar acompanhadas dos pais ou responsáveis.

III-Fica vedada a participação de pessoas visivelmente embreagadas no evento.

IV - A pesca não terá ônus para o pescador, tendo como limite o número máximo de 03 (Três) peixes por pessoa.

V - As espécies tambaqui e tabatinga de pequeno porte, com menos de 1 kg deverá ser devolvida ao lago.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 16 de abril de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2018

CONTRATO Nº. **234/2019**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **EDNA DE SOUZA MARTINS**

OBJETO: O contratado prestará serviços na função Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação.

VALOR: R$: 2.878,62 (dois mil e oitocentos e setenta e oito reais e sessenta e dois centavos) mensais.

VIGÊNCIA: **04/04/2019 a 20/12/2019**

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **231/2019**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **LUZIA SOBOLESKI**

MOTIVO: Fica alterado o prazo e o valor do contrato nº **231/2019**, celebrado entre as partes acima mencionadas, por motivo de **alteração na carga horaria semanal**, pelo período de **01 de abril de 2019 a 20 de dezembro de 2019,** permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

VALOR ESTIMADO DO TERMO ADITIVO R$: 7.281,33 (sete mil e duzentos e oitenta e um reais e trinta e três centavos)

DATA: 01 de abril de 2019.

SECRETARIA: Municipal de Educação.

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº. 034/2019 "DECLARA HÓSPEDE OFICIAL DO MUNICÍPIO".

O Excelentíssimo Sr. **NOBORU TOMIYOSHI,** Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1° - Fica Declarado Hóspede Oficial do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, o General de Brigada, **RAMON MARÇAL DA SILVA,** Comandante da 9ª Região Militar em Campo Grande/MS, no dia 16 de abril de 2019.

Artigo 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 16 de abril de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

PREVILIDER
PORTARIA N.º 057/2019 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM FAVOR DO SR. GETULIO ROSENDO DA SILVA".

*A Diretora Executiva do **PREVI-LIDER** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6-A, § único, da emenda Constitucional n.º 41, com redação determinada pela emenda constitucional de nº 70, de 29 de março de 2012, Art. 210 da Lei Municipal nº. 2. 408/2010, de 28 de dezembro de 2010, Art. 12, inciso "I", alínea "a", da Lei Municipal n. º 2.361/2010, de 08 de julho de 2010.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria por invalidez** em favor do **Sr. Getulio Rosendo da Silva**, portador do RG n.º 0410134-0 SSP/MT, inscrito no CPF. n. º 314.549.501-10 e da Cédula Eleitoral de n. º 007162491899, Zona. "023", Seção "0022", servidor efetivo no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais, Classe "A", Nível "10"**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, matricula n.º 69 e matricula n.º 10285, do órgão, trabalhando **10.053 dias, ou seja, 27 (vinte e sete) anos, 06 (seis) meses e 09 (nove) dias de contribuição***, com **proventos proporcionais e sem direito a paridade**, conforme o processo do PREVI-LIDER n.º 108/2018, até posterior deliberação.*

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder /MT, 11 de abril de 2019.

_____ MARIZA BERNARDES DA SILVA Diretora Executiva HOMOLOGO: _____ NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES
AVISO DE CANCELAMENTO SRP Nº 018/2019

Procedimento nº 27.183/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT, por meio de sua Equipe de Apoio nomeada através do Decreto nº 137/GP/2018 de 24/09/18, faz saber aos interessados que esta cancelando a licitação na modalidade de pregão presencial registro de preços que tem por objeto **o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES CITOPATOLOGI-**

COS. POR UM PERÍODO DE 12 MESES, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE COLNIZA - MT. Motivo: Valor apresentado pela EMPRESA MOACYR MANDADORI - ME acima do valor estimado, devido à ausência de representantes para a fase de lances a mesma fica cancelada.

Colniza - MT, 16 de Abril de 2019.

Vânia Orben

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 032/2019 INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO. ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019 OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGENS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS. EM FACE DO NÃO COMPARECIMENTO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO EM EPÍGRAFE, RESTOU A ESTA COMISSÃO DECLARAR DESERTA A LICITAÇÃO.

COMODORO – MT, 16 DE ABRIL DE 2019.

FERNANDO OLIVEIRA LEMOS DA ROSA

PREGOEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO – RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/2019 DE 01/04/2019

Autoria: Mesa Diretora do Poder Legislativo – Gestão 2019/2020

""Altera os artigos 205 e 206 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Comodoro, Resolução nº 004/2008, de 03/12/2008, que tratam do julgamento de contas anuais de governo, e dá outras providências."

A **Câmara Municipal de Comodoro**, Estado de Mato Grosso, aprova e promulga o Projeto de Resolução nº 001/2019, de autoria da Mesa Diretora Gestão 2019/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º O artigo 205 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Comodoro, Resolução nº 004/2008, de 03/12/2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 205. *As contas do Prefeito, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara Municipal dentro de sessenta dias após o recebimento do Parecer Prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, assegurados ao prestador o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.*

Parágrafo único *- Esgotado o prazo de sessenta dias, sem deliberação da Câmara Municipal, as contas com o parecer do Tribunal de Contas serão colocadas na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.*

Art. 2º O *caput* do art. 206 do Regimento Interno da Casa Legislativa Municipal passa a viger com a seguinte escrita:

Art. 206. *O Presidente da Câmara, recebendo o processo de prestação de contas do Prefeito, independentemente de sua leitura no Pequeno Expediente, providenciará a distribuição ao ordenador de despesas, em sendo o caso, e aos Vereadores dentro de dez dias, das respectivas cópias do parecer prévio do Tribunal de Contas, encaminhando o processo, em seguida, à Comissão de Constituição, Justiça, Orçamento, Finanças e Redação, que emitirá parecer, para elaboração do projeto de decreto legislativo.*

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01/01/2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário Comendador Luiz Grandi, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

João Fernandes da Silva	Antoninho Vardelei Camera
Presidente	Vice-Presidente

Wender Bier de Souza	José Lino Batista
1º Secretário	2º Secretário

Érika Negarotê Garcez	Zacarias Gonçalves da Silva
3ª Secretária	4º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO – EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 002/2019 DE 16/04/2019

"Altera o inciso XII e sua alínea "d" do Art. 17 da Lei Orgânica Municipal, Resolução n.º 006/2008 de 03/12/2008, e acrescenta o Parágrafo Único ao mesmo dispositivo, o qual dispõe sobre o julgamento de contas anuais de governo, e dá outras providências."

A **Câmara Municipal de Comodoro**, Estado de Mato Grosso, aprova e promulga o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/2019, de autoria da Mesa Diretora Gestão 2019/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º O inciso XII do artigo 17 e sua alínea "d", da Lei Orgânica Municipal, Resolução n.º 006/2008 de 03/12/2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 17. *(...)*

XII. julgar, anualmente as contas do Prefeito pela Mesa Diretora, em sessenta dias após a apresentação do parecer prévio pelo Corte de Contas Competente observando o seguinte:

(...)

d. publicação, no órgão oficial, do parecer e do decreto legislativo que concluírem pela rejeição das contas, que serão encaminhadas ao Ministério Público, sendo o caso;

Art. 2º Acrescenta-se o Parágrafo Único ao artigo 17 da LOM:

Parágrafo único *- Esgotado o prazo de sessenta dias que alude o inciso XII, sem deliberação da Câmara Municipal, as contas com o parecer do Tribunal de Contas serão colocadas na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.*

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01/01/2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

JOÃO FERNANDES DA SILVA - Presidente

Registra-se e Publica-se,

WENDER BIER DE SOUZA - 1º Secretário

EXTRATO DE AVISO DE RESULTADO PREGÃO Nº 024/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 16/04/2019 às 10:00 horas na modalidade de Pregão Presencial EDITAL n° 024/2019, tendo como objeto: **CONTRA-**

TAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SEGUROS, PARA A FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO, consagrou-se vencedoras as empresas licitantes: **GENTE SEGURADORA S.A. e PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS.**

Comodoro – MT, 16 de abril de 2019.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

PREGOEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - PORTARIA Nº 043/2019 DE 16/04/2019

PORTARIA Nº 043/2019 DE 16/04/2019

JOÃO FERNANDES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2019/2020, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

Considerando o Requerimento do Servidor interessado;

Considerando o cumprimento dos preceitos legais exigidos e documentação comprobatória;

Considerando o Parecer da Procuradoria Jurídica Legislativa em consonância com as Leis Municipais nº 1.257/2010 de 29/06/2010 – PCCV e 1. 328/2011 de 29/07/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder ***GRATIFICAÇÃO DE 3% (TRÊS POR CENTO)*** sobre a remuneração do servidor ***ELISSON SANCHES DE LIMA***, pela participação em cursos com carga horária acima de trinta horas, conforme estabelece o inciso III do artigo 7º da Lei Municipal 1.257/2010 de 29/06/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01/04/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

João Fernandes da Silva - **Presidente**

Registre-se e Publique-se:

Wender Bier de Souza - 1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - PORTARIA Nº 042/2019 DE 16/04/2019

PORTARIA Nº 042/2019 DE 16/04/2019

JOÃO FERNANDES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2019/2020, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

Considerando o Feriado Nacional no dia 19 de abril de 2019, Sexta-Feira Santa,

R E S O L V E

Art. 1º. Determinar PONTO FACULTATIVO nas atividades da Câmara Municipal *NO DIA 18 DE ABRIL DE 2019, QUINTA-FEIRA SANTA.*

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

João Fernandes da Silva - **Presidente**

Registre-se e Publique-se:

Wender Bier de Souza - 1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PLANO DE TRABALHO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO EXERCÍCIO 2019

PLANO DE TRABALHO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO EXERCÍCIO 2019

Objetivos:
a) Apresentar às unidades administrativas a planilha de atividades da unidade de controle interno;
b) Solicitar das unidades administrativas, especial atenção aos controles internos atinentes às suas áreas;
c) Ampliar a integração entre as unidades administrativas do município;
d) Esclarecer que a administração pública funciona de forma integrada, onde todos são responsáveis e guardiões do patrimônio público municipal.
e) Assegurar que todas as transações sejam válidas, registradas, autorizadas, valorizadas, classificadas, lançadas e totalizadas corretamente.

Justificativas
A unidade de controle interno tem a responsabilidade de orientar a administração em suas tomadas de decisões que venham salvaguardar os interesses econômicos, patrimoniais e sociais do município; visando prevenir e detectar erros ou situações de desperdícios, práticas administrativas abusivas, antieconômicas e outros atos de caráter ilícito, buscando sempre a eficácia, eficiência e efetividade em todos os atos administrativos para garantir a supremacia do interesse público.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA UNIDADE CONTROLE INTERNO

Nº	ATIVIDADES	DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO	PERIODICIDADE	Responsável
01	Acompanhar a Execução Orçamentária: Alcance das metas físicas e financeiras.	Contabilidade	Bimestral	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
02	Acompanhar os envios de informes ao TCE: APLIC, LRF, GEO-OBRAS .	Responsável pelo Aplic, Lrf e Geo Obras	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos.
03	Analisar os processos de despesas e demonstrativos contábeis.	Contabilidade	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
04	Analisar as Prestações de Contas de Convênios, Adiantamentos, Diárias e aos conselhos: Saúde, fundeb, ação social.	Contabilidade e Tesouraria	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
05	Acompanhar a Execução dos planos municipais (Saúde, educação e ação social).	Secretarias de Saúde, Educação e Ação Social	Bimestral	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
06	Analisar os processos Licitatórios	Departamento de Licitações e Contratos	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
07	Analise da Elaboração dos Contratos	Departamento de Licitações e Contratos	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
08	Analisar a execução e cumprimento dos objetos dos contratos administrativos	Fiscal de Contratos	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
09	Acompanhar a movimentação de bens permanentes e material de consumo em estoque e sua distribuição para as unidades administrativas	Departamento de patrimônio e compras / almoxarifado	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
10	Verificação das atividades do setor de tributos	Departamento de Tributos	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos

11	Analise da Folha de pagamento	Departamento de Recursos Humanos	Quadrimestral	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
12	Emissão de relatórios de alertas ao gestor	Controladoria Interna	Quadrimestral	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
13	Atualizações das instruções Normativas	Controladoria Interna	Anual	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
14	Analisar os controles de consumo de combustíveis e manutenção de veículos	Departamento de Obras	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
15	Acompanhar a evolução dos trabalhos das secretarias de Educação, Saúde e Ação Social referente ao alcance das metas pactuadas com os órgãos Estadual e Federal.	Secretarias de Saúde, Educação e Ação Social	Semestral	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
16	Apuração mensal das contribuições e quotas patronais de INSS	Departamento de Recursos Humanos	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
18	Apuração mensal das contribuições e quotas patronais do PREVICON	Departamento de Recursos Humanos / Departamento de Previdência	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
19	Analisar os processos de despesas do fundo municipal de previdência	Departamento de Previdência	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
20	Analisar as concessões de benefícios previdenciários	Departamento de Previdência	Mensal	Controlador Interno / Responsável pelos sistemas administrativos
21	Analisar os processos de pagamentos do consórcio intermunicipal de saúde do Araguaia e Xingu	Consórcio – Cisax	Mensal	Controlador Interno / Secretário executivo do Cisax
22	Auditoria Interna Contratações Públicas	Secretaria Municipal e Departamento de Licitações	01/08/2019 a 30/09/2019	Controlador Interno / Secretária Municipal de Administração / Departamento de Licitações e Contratos.
25	Auditoria Interna de Avaliação dos controles internos de Gestão de Frotas .	Secretaria Municipal de Infraestrutura / Departamento de Frotas .	01/08/2019 a 30/09/2019	Controlador Interno/ Secretário Municipal de Infraestrutura / Coordenador do departamento de Frotas.
23	Monitoramento do plano de ação de logística de distribuição de medicamentos	Secretaria Municipal de Saúde	Semestral	Controlador Interno / Secretária Municipal de Saúde / Responsável pela CAF/ Coordenador do Departamento de Licitações e Contratos.
24	Monitoramento do plano de ação das atividades Alimentação Escolar.	Secretaria Municipal de Educação	Semestral	Controlador Interno/ Secretária Municipal de Educação / Nutricionista / Responsáveis pelas Unidades Escolares.
25	Monitoramento do plano de ação de implementação dos controles internos da gestão de frotas	Secretário de Obras e coordenação de transportes	Semestral	Controlador Interno / coordenador de frotas/ responsável pelo sistema administrativo.
26	Monitoramento do plano de ação de contrações publicas .	Secretária municipal de administração e coordenação de licitações e contratos	Semestral	Controlador interno/ responsável pelo sistema administrativos de compras licitações e contrações.
27	Monitoramento do plano de ação de gestão financeira .	Secretaria Municipal de Finanças / Tesouraria/ Coordenação de Tributos	Semestral	Controlador Interno /Secretária Municipal de Finanças e coordenadora de tributos
28	Monitoramento do plano de ação referente aos controles internos em nível de Entidades	Gabinete do Prefeito	Semestral	Controlador Interno / Chefe de Gabinete do Prefeito

Confresa – MT, 02 de Janeiro de 2019.

Etevaldo Vasco Soares

Controlador Interno

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 136/2019 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

Portaria 136/2019 de 16 de Abril de 2019.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E/OU COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: Oficio 005/2019 PREVICON de 15/04/2019 – CONCLUSÃO DO PROCESSO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora pública municipal GERACINA MARTINS DA SILVA, matricula 000207, efetiva no cargo de PROFESSOR DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/ESCOLA MUNICIPAL CENTRAL.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 09/04/2019

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 16 de Abril de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 035/2019

AVISO DE LICITACÃO DESERTA E REABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2019 PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 035/2019

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA E REGIONALIZADO PARA ME E EPP

DECRETO MUNICIPAL Nº 101/2017

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2019, PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 035/2019 que foi aberto** no dia **12 de abril de 2019, às 09h00min** (horário local), foi declarado DESERTO e terá REABERTURA **em 02/05/2019 ás 08h00min.**

O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço situada na Av. Centro Oeste, nº286, Centro na cidade de Confresa-MT e no site Confresa.org no link do Portal

da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818/ 2014.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE **EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT**.

Confresa-MT, 16 de abril de 2019.

Jean Flávio dos Santos Milhomem

Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 136/2019 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

Portaria 136/2019 de 16 de Abril de 2019.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E/OU COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: Oficio 038/2019 PREVICON de 15/04/2019 – CONCLUSÃO DO PROCESSO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora pública municipal GERACINA MARTINS DA SILVA, matricula 000207, efetiva no cargo de PROFESSOR DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/ESCOLA MUNICIPAL CENTRAL

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 09/04/2019.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 16 de Abril de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2019
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 042/2019.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2019.

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 042/2019.

"EXCLUSIVO E REGIONALIZADO PARA ME-EPP"

DECRETO MUNICIPAL Nº 101/2017

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia **02 de Maio de 2019, às 15h00min** (horário local), na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Centro Oeste, nº286, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 042/2019, do tipo Menor Preço por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA **LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TOCO EQUIPADO COM CARROCERIA CARGA TIPO SECA, TIPO 3/4 DE FORMA NÃO CONTINUADA, COM CONDUTOR E COMBUSTIVEL**, PARA O USO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT**.**

Confresa-MT, 16 de Abril de 2019

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria nº001/2019.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 130/2019 DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Portaria 130/2019 de 02 de Abril de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. FELIPE BARBOSA CAVALCANTE, portador do CPF/MF 053.223.001-98, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR, Junto a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/03/2019.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 02 de Abril de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 134/2019 DE 08 DE ABRIL DE 2019.

Portaria 134/2019 de 08 de Abril de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei 208/2005.

CONSIDERANDO: o atestado médico de 10/04/2019 – Luiz Marques da Silva - CRM 4558/MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE por 120 (cento e vinte) dias no período de 08/04/2019 a 05/08/2019 a servidora pública municipal NARA CRISTINA SANTOS AZEVEDO, matricula 013262, efetiva no cargo de AGENTE DE SAUDE - ACS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/UBS VILA NOVA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 08 de Abril de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 131/2019 DE 03 DE ABRIL DE 2019.

Portaria 131/2019 de 03 de Abril de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO E/OU PRORROGAÇÃO DE CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO: O Convênio 06/2011 UNEMAT de Colaboração Educacional.

RESOLVE:

Art. 1º - CEDER com ônus para o município de CONFRESA-MT os servidores públicos municipal identificados e qualificados abaixo para UNEMAT - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO no período de 01/04/2019 a 31/12/2019.

MATRICULA	NOME	CARGO
013285	ANALUCIA RIBEIRO DE SOUSA	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA
000653	DEUSINA PEREIRA BRITO	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA
000179	MAURIVAN BARROS PEREIRA	PROF LIC PLENA EM BIOLOGIA
000134	NAILSON NUNES DA SILVA	AGENTE DE ARREC E FISCALIZAÇÃO

Art. 2º - A referida cessão poderá ser revogada a qualquer tempo por conveniência e/ou necessidade do Município.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 03 de Abril de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 088/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 088/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal LEIDIMAR APARECIDA DOS SANTOS RIBEIRO, matricula 012636, efetiva no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, para exercer as funções de EMISSORA DE EDITAIS E TERMOS DE REFERENCIAS, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE REABERTURA E RETIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2019 PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 028/2019

AVISO DE REABERTURA E RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2019

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 028/2019

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará reabertura da licitação **Pregão Presencial - SRP Nº028/2019 do tipo Menor Preço Por Item,** no **dia 03 de MAIO de 2019, às 14:00 hrs**, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, de acordo com as Leis em vigência. assim como retificar o Edital e Termo de Referência , O Edital Retificado e seus anexos estarão disponíveis na sala do Depto. de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818.

OBJETO:CONTARTAÇÃO DE EMPRESA DE SISTEMA QUE OFEREÇA A MUNICIPALIDADE SISTEMA ADMINISTRATIVO DE AUTO GESTÃO INTEGRADA DO FROTAS, COM GESTÃO DE COMBUSTIVEIS ON-LINE, FORNECIMENTO EM REDE DE POSTOS CREDENCIADOS E POSTOS LICITADOS, GESTÃO DO COMBUSTIVEL DO P.A, MELOSA E CONTAINERS DE COMBUSTIVEL, GESTÃO DOS EMPENHOS DO FROTAS POR CENTRO DE CUSTO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS, RASTREAMENTO INTEGRADO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO EM AREAS REMOTAS COM GERAÇÃO DE DIARIO DE BORDO E IDENTIFICADOR DE CONDUTOR, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E PEÇAS INTEGRADO AO CONTROLE DE QUILOMETRAGEM DOS VEICULOS, APLICATIVO ANDROID/IOS DO SISTEMA DE GESTÃO DO FROTAS, SISTEMA INTEGRADO PARA GERAR INFORMAÇÕES AO PORTAL DE TRASPARENCIA E ACOMPANHAMENTO E REGULAÇÃO DE CONTRATOS COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS BEM COMO GERAÇÃO DE TABELAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

Confresa-MT, 16 de ABRIL de 2019.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Pregoeiro

Portaria nº 0135/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

EXTRATO DO CONTRATO 028-2019

Contrato que entre si celebram prefeitura municipal de Cotriguaçu/MT e Empresa ALFONSO ROBERTO DALMAGRO CNPJ: 09.233.598/0001-33 ORIUNDO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 007/2019, PROCESSO 018/2019, PREGÃO 012/2019, DATADO EM 21 DE FEVEREIRO 2019 PARA

"REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO HORA/MAQUINA MOTONIVELADORA COM PESO OPERACIONAL MÍN. 11TON. E ESCAVADEIRA HIDRAULICA COM PESO OPERACIONAL MÍN. 14TON, PARA AUXILIAR NOS TRABALHOS QUE SERÃO DESENVOLVIDOS NAS ESTRADAS RURAIS NO MUNICÍPIO E DISTRITOS DE COTRIGUAÇU". O prazo de vigência do presente contrato é a partir de 16 de Abril de 2019 à 16 de Julho de 2019, podendo ser prorrogado. O regime de execução do presente contrato é global, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura. O valor da contratação é de **R$ 28.000,00 (VINTE E OITO MIL REAIS).** Incluindo todas as despesas, fiscais, trabalhistas e encargos sociais e profissionais.

Juliano Mateus de Almeida

Pregoeiro

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 089/2014

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT E A EMPRESA POLI ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, Estado do Mato Grosso, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ: sob o n.º 37.465.309/0001-67, com sede na Cidade de Cotriguaçu, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Srº. JAIR KLASNER, que doravante passa a ser identificado e chamado de "CONTRATANTE", e do outro lado **POLI ENGENHARIA E COMERCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.379.965/0001-08, sediada na Avenida nove de maio, nº 202, Centro, na cidade de Juina/MT, na qualidade de **CONTRATADA**, têm justo e firmado entre si este **Termo de Rescisão Contratual**, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

OBJETO:

"REVITALIZAÇÃO DO LAGO CENTRAL, NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU NO VALOR DE ATÉ R$ 1.292.397,09, CONVÊNIO Nº 063/2013, RECURSOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE CIDADES"

CLÁUSULA PRIMEIRA

Pelo presente instrumento, fica rescindido o CONTRATO ADMINSITRATIVO **Nº 089/2014 e seus aditivos.**

CLÁUSULA SEGUNDA

A rescisão tem por fundamento o art. 78, inciso XII e XVII da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

Verificada a conveniência para o município e a inexistência de prejuízo à empresa Contratada, a rescisão opera-se de forma amigável, com renuncia total de quaisquer outros direitos, deveres e obrigações decorrentes do contrato.

CLAUSULA QUARTA

As partes elegem o foro da comarca de Cotriguaçu/MT para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente instrumento de contrato.

E, por estarem plenamente ajustadas, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas e Procuradoria do Município.

Cotriguaçu/ MT, 16 de Abril de 2019.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal de Cotriguaçu/MT

LUIZ CARLOS IORIS

POLI ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 01.379.965/0001-08

Contratado

TOMADA DE PREÇO - Nº 003/2019 PROCESSO 050/2019

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO nº 003/2019 forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para: REGISTRO DE PREÇO PARA**"TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA CONSTRUÇÃO/EXECUÇÃO DE UM PÓRTICO NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT, COM RECURSOS DO CONVÊNIO - 852209/2017, CONFORME PROJETOS, PLANILHAS E MEMORIAIS ANEXOS NO PRESENTE EDITAL",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **07 (sete) de Maio de 2019, às 08:30 (oito horas e trinta minutos)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência). Cotriguaçu-MT, 16 de Abril de 2019.

VALERIA DE ALMEIDA Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 099/2019

DISPOE SOBRE A NOMEAÇÃO DA PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. NOMEAR a Sra. **MARILIA FRANÇA LOIOLA**, portadora do CPF: 007.833.509-45 para exercer a função de Presidente do Fundo do Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem ônus do exercício das funções para a municipalidade

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 01 de Abril de 2019.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL - Nº 029/2019 PROCESSO 048/2019 ERRATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU MT, torna público a ERRATA do PREGÃO PRESENCIAL 029/2019, PROCESSO Nº 048/2018, tendo em vista que a data não estava correto, a correção se dá na seguinte forma:

ONDE LÊ-SE:1.1. **A entrega dos envelopes proposta e documentação deverão ser feitas até o dia** 01/05/2019 às 08h30min**, no Setor de Licitação da Prefeitura do Município de Cotriguaçu-MT no endereço supracitado.**

1.2. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, a ser realizada no dia 01/05/2019 às 08h30min**, no endereço supracitado.**

LEIA - SÊ: 1.1. **A entrega dos envelopes proposta e documentação deverão ser feitas até o dia** 02/05/2019 às 08h30min**, no Setor de Licitação da Prefeitura do Município de Cotriguaçu-MT no endereço supracitado.**

1.2. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, a ser realizada no dia 02/05/2019 às 08h30min**, no endereço supracitado.**

OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAIS, MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA ATENÇÃO BÁSICA, ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA E MEDICAMENTOS DE ORDEM JUDICIAL, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/2019

JAIR KLASNER, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no artigo 24 da Lei Municipal nº 019/2005.

C O N V O C A:

Os abaixo relacionados, aprovados em Processo Seletivo Simplificado 002/2018, que deverão comparecer no prazo de 10 (Dez) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal, no horário de 7:00h às 11:00h e de 13:00h e 17:00h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando **fotocópia** da seguinte documentação:

• Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;

• Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos, se tiver;

• Fotocópia da Cédula de Identidade e CPF;

• Cópia da Carteira de Trabalho e do Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP;

• Fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;

• Fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);

• Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa; (prefeitura fornece modelo)

• Fotocópia do comprovante de Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores (quando exigido);

• Declaração de Bens e Direitos; (prefeitura fornece modelo da declaração);

• Declaração de não acumulo ilegal de cargo; (prefeitura tem o modelo)

• Conta bancária;

• Endereço atualizado;

• Fotocopia da CNH exigida para o exercício do cargo (quando necessário).

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Comprovante de qualificação cadastral expedido pelo sistema e-social.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 10 (Dez) dias, à partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi selecionado(a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cotriguaçu – MT, em 16 de Abril de 2019.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DOS CONVOCADOS

CARGO: PROFESSOR – PEDAGOGO/CENTRO

EDNA LIANE MACHADO

SOLANGE XAVIER MARTINS

RESULTADO DO PREGÃO 019/2019 PROCESSO 031/2019

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 019 /2019 obteve os seguintes resultados:

A empresa **D R OURIVES,** CNPJ 30.855.519/0001-12, foi vencedor do item **4**, com valor global de **R$ 5.652,00 (Cinco Mil e Seiscentos e cinquenta e dois reais).**

A empresa **D P DE SOUZA COMERCIO DE PNEUS E BORRACHAS,** CNPJ 21.711.134/0001-90, foi vencedor do itens **3, 5, 7**, com valor global de **R$ 80.805,00 (Oitenta Mil e Oitocentos e cinco reais).**

A empresa **EDUARDO CRISTIANO SANTIAGO,** CNPJ 10.441.313/0001-39, foi vencedor do item **1**, com valor global de **R$ 30.300,00 (Trinta Mil Trezentos reais).**

A empresa **KIKO AUTO PECAS EIRELI EPP,** CNPJ 02.490.833/0001-90, foi vencedor do item **2**, com valor global de **R$ 90.340,00 (Noventa Mil Trezentos e quarenta reais).**

A empresa **REQUENA COMERCIO E SERVICOS EIRELI,** CNPJ 30.855.519/0001-12, foi vencedor do itens **6, 8, 9**, com valor global de **R$ 24.900,00 (Vinte e quatro Mil e Novecentos reais).**

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 16 de Abril de 2019.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 031/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 019/2019

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 031/2019

b) Licitação Nr.: 019/2019-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 16/04/2019

e) Objeto da Licitação: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS MÁQUINAS PESADAS LOTADAS NAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA"

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

012850 – D R OURIVES (1 ITEM) totalizando (1) itens no valor global de **R$ 5.652,00** (Cinco Mil e Seiscentos e cinquenta e dois reais).

012381 – D P DE SOUZA COMERCIO DE PNEUS E BORRACHAS (3 ITENS) totalizando (3) itens no valor global de **R$ 80.805,00** (Oitenta Mil e Oitocentos e cinco reais).

010416 – EDUARDO CRISTIANO SANTIAGO (1 ITEM) totalizando (1) itens no valor global de **R$ 30.300,00** (Trinta Mil Trezentos reais).

000199 – KIKO AUTO PECAS EIRELI EPP (1 ITEM) totalizando (1) itens no valor global de **R$ 90.340,00** (Noventa Mil Trezentos e quarenta reais).

012499 – REQUENA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI (3 ITENS) totalizando (3) itens no valor global de **R$ 24.900,00** (Vinte e quatro Mil e Novecentos reais).

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 016/2018

Pelo presente TERMO ADITIVO, fica alterada a Cláusula Segunda (Do Prazo), referente ao Contrato nº 016/2018, datado de 17 de Abril de 2018, objetivando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS DE ENGENHARIA CIVIL COM EDIFICAÇÃO CIVIL IGUAL OU INFERIOR A 500 METROS QUADRADOS, PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGENS DE ÁGUA PLUVIAIS URBANA INFERIORES A 20.000 M², PASSEIOS PÚBLICOS, RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA (LAMA ASFÁLTICA), PROJETOS DE PRAÇAS E URBANIZAÇÃO CONSIDERADOS DE PEQUENO PORTE, PORTAIS, RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DE TERRA, OBRAS DE ARTE TAMBÉM CONSIDERADAS DE PEQUENO PORTE (PONTE E BUEIROS), BEM COMO ACOMPANHAR ANÁLISE DOS PROJETOS ATÉ SUA EFETIVA APROVAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS EM CUIABÁ DURANTE A VIGÊNCIA DO SERVIÇO, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO, SENDO ELABORADOS ATÉ 12 (DOZE) PROJETOS ANUAIS."CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO – DO PRAZO - As partes contratantes mediante transação, resolvem aditar à Cláusula Segunda, do Contrato prorrogando o prazo por mais 12(doze) meses a contar do dia 17/04/2019 a 17/04/2020.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS –135/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 146-2018

Primeiro Termo Aditivo de Valor, na ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 135/2018 parte integrante do Processo Nº 216/2018 – Pregão Presencial Nº. 146/2018, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU e a empresa R. K. ALMEIDA LINO - EPP, inscrita no CNPJ CNPJ 22.257.713/0001-78. Pelo presente TERMO ADITIVO, fica alterada a Cláusula Primeira'' (Do VALOR), referente a Ata de Registro de Preços nº 135/2018, objetivando a "FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE COMBUSTIVEIS NA BOMBA, COMO DIESEL COMUM, DIESEL S-10, GASOLINA ADITIVADA, ALCOOL E DISSOLUTIVO TIPO ARLA 32 DE ACORDO COM AS NORMAS A ANP, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODA FROTA MUNICIPAL, CENTRO E DISTRITOS". *CLÁUSULA Primeira – DO ADITIVO –DO VALOR* - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR: O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste de valor, conforme apresentação de Notas Fiscais anteriores e posteriores no aumento de valor unitário do item 01 (COMBUSTIVEL - DIESEL, COMUM), passando o valor de R$ 4,1100 (quatro reais e onze centavos) para R$ 4,25 (quatro reais e vinte e cinco centavos) , do item 02 (COMBUSTIVEL - DIESEL, S-10), passando o valor de R$ 4,23 (quatro reais e vinte e três centavos) para R$ 4,39 (quatro reais e trinta e nove centavos), do item 03 (COMBUSTIVEL - GASOLINA ADITIVADA, AUTOMOTIVA, DE ACORDO COM LEGISLACAO VIGENTE DA ANP), passando o valor de R$ 4,7900 (quatro reais e setenta e nove centavos) para R$ 5.08 (cinco reais e oito centavos), do item 04 (COMBUSTIVEL - ALCOOL ETILICO HIDRATADO COMBUSTIVEL - ADITIVADO), passando o valor de R$ 3,28 (três reais e vinte e oito centavos) para R$ 3.37 (três reais e trinta e sete centavos) para aquisição no centro de Cotriguaçu. Parágrafo único: O reajuste se aplica a partir da assinatura do presente Termo Aditivo, as aquisições a partir de 15/04/2019 a seguir.

Cotriguaçu 15 de Abril de 2019.

JULIANO MATEUS DE ALMEIDA

PREGOEIRO

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 099/2019

DISPOE SOBRE A NOMEAÇÃO DA PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. NOMEAR a Sra. **MARILIA FRANÇA LOIOLA**, portadora do CPF: 007.833.509-45 para exercer a função de Presidente do Fundo do Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem ônus do exercício das funções para a municipalidade

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 01 de Abril de 2019.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18.885/2019

MODALIDADE - CONCURSO Nº 001/2019

O Município de Cuiabá, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO – SMADES,** por meio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela PORTARIA n° 1.991/2018, divulgada no Diário Oficial de Contas no dia 1º de Outubro de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que, na data, horário e local abaixo indicado, realizará licitação na modalidade **CONCURSO**, do tipo **"Melhor Técnica".**

OBJETO	PERÍODO DE INSCRIÇÕES
Concurso para Seleção do melhor Anteprojeto, para Confecção dos Projetos Arquitetônicos do **Mercado Municipal Miguel Sutil e o Estádio Municipal Eurico Gaspar Dutra (Dutrinha)**, especificados nos itens do Termo de Referência para atender as demandas do Município de Cuiabá, através do FUMDUR/SMADES.	**06/06 a 11/06/2019**

INFORMAÇÕES: Diretoria Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6156/6252 e/ou no e-mail: cpl@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 h.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O edital está disponível por meio do endereço: http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao/. Clicar na data designada para ocorrer a licitação.

Cuiabá/MT, 16 de abril de 2019.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº21.566/2019)

CONCORRÊNCIA Nº. 004/2019

ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS – SMOP

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE DIVERSAS RUAS DO BAIRRO JARDIM PRESIDENTE I, NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.

DATA E HORA: Às 09h00min (nove horas) do dia 21 de maio de 2019 (fuso horário de Cuiabá).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Licitações/Auditório, localizada no subsolo da Prefeitura Municipal de Cuiabá - Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº 158 - Bairro: Centro - Município de Cuiabá/MT.

INFORMAÇÕES: Diretoria Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6156/6252 e/ou no e-mail: cpl@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 h.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O edital está disponível através do endereço: http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao/. Clicar na data designada para ocorrer a licitação.

Cuiabá/MT, 16 de abril de 2019.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 094/2019

*CONCEDE **LICENÇA-MATERNIDADE** A SERVIDORA E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 034/2009, Lei Complementar nº 08/2001 e Lei Federal 11.770,

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder a Servidora Sra. **LEANA DE OLIVEIRA LANA,** matrículafuncional 2786, contratada no cargo de Assessor de Apoio Institucional Classe II, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer licença para gozo de **AUXÍLIO MATERNIDADE**, por um período de 180 (Cento e oitenta dias) contados a partir de 12/04/2019, conforme Atestado Médico.

Art. 2º - Durante os primeiros 120 (cento e vinte) dias da Licença, a remuneração da servidora afastada será pago pelo RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), os 60 (sessenta) dias restantes serão pagos pela prefeitura.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de abril de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia-MT, 16 de abril de 2019.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

A Prefeitura Municipal de Curvelândia – MT, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados, que realizará no dia 07/05/2019 às 08h00min, licitação do tipo menor preço global por empreitada, cujo objeto visa a Contratação de Empresa Especializada em Construção Civil, para Construção de Muros, Cozinha e Depósito de Lixo em alvenaria na Escola Municipal Tia Iracema no Município de Curvelândia - MT.

O edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na Rua São Bernardo nº 523 Centro, Curvelândia - MT. Maiores informações, através do e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3273-1275. Curvelândia - MT, 16 de Abril de 2019. **Janes Barbosa de Melo -** Presidente da C.P.L.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2019

A Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT, através do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que a Licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 008/2019, do tipo “Menor Preço Global", exclusivo para micro e pequenas empresas, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para planejamento, organização, e execução de Processo Seletivo Público, para provimento efetivo dos cargos de Agente Comunitário de Saúde-ACS e Agente de Combate às Endemias-ACE, com fornecimento de todo material necessário, para a realização de provas até seu resultado final para atender o Município de Curvelândia/MT, cuja abertura ocorreu dia 16/04/2019 às 08h30min, ocasionou em licitação DESERTA. Maiores informações, através do e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3273-1275.

Curvelândia/MT, 16 de abril de 2019.

Gustavo Alves do Carmo

Pregoeiro Oficial

GABINETE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 01/2019 - EDITAL COMPLEMENTAR N. 11/2019

O Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso e a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado n. 01/2019, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, o julgamento dos recursos tempestivamente interpostos ao Edital Complementar n. 10/2019, que divulgou o Resultado Geral das Provas Objetivas e Práticas realizadas em 24/03/2019, do **Processo Seletivo Simplificado n. 01/2019**, item 4, “R”, da Prefeitura Municipal de Curvelândia – MT.

CONSIDERANDO, a conclusão de todas as fases do Processo Seletivo Simplificado n. 01/2019, da Prefeitura Municipal de Curvelândia – MT.

RESOLVEM:

1º - Divulgar o **RESULTADO FINAL** do **Processo Seletivo Simplificado n. 01/2019**, da Prefeitura Municipal de Curvelândia – MT, em atendimento ao **item 4, “S”,** do cronograma, conforme segue:

a) ANEXO I - RESULTADO FINAL;

b) ANEXO II – RESULTADO FINAL para os Candidatos Aprovados nas Vagas Disponibilizadas a PNE – Portadores de Necessidades Especiais;

c) ANEXO III – Julgamento dos recursos tempestivamente interpostos ao Edital Complementar n. 10/2019 – Resultado Geral.

2º - Este Edital Complementar e seus Anexos encontram-se na integra a disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal Curvelândia – MT e no endereço eletrônico: **http://www.curvelandia.mt.gov.br/**, a partir desta data.

Curvelândia – MT, 16 de Abril de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal

ROGERIO COIMBRA - Presidente da Comissão Organizadora

CRISTIANO DOS S. NASCIMENTO - Membro

MARIA SOCORRO DE S. PEREIRA - Membro

ROSANE A. DA S. PIRES - Membro

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 093/2019

REVOGA LICENÇA PARA INTERESSE PARTICULAR DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei;

RESOLVE,

Art. 1º - Revogar Licença para trato de assuntos de interesse particular, da servidora **ROSIANE ALEXANDRE ROSA DE MELO**, matrícula funcional n° 1737, efetiva no cargo de **AUXILIAR. DE MAN. INFRA. SERVIÇOS GERAIS - PROFISSIONALIZADO**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a pedido da mesma, a partir de 16/04/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o artigo 1° da Portaria municipal 030/2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 16 de abril de 2019.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

CONTABILIDADE
LRF 2019 - PRIMEIRO BIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.625.810,00	19.968.559,84	4.005.426,58	4.005.426,58	15.963.133,26	3.112.669,40	3.112.669,40	16.855.890,44	1.873.888,45	
DESPESAS CORRENTES	17.435.930,00	17.412.979,84	3.981.571,08	3.981.571,08	13.431.408,76	3.088.813,90	3.088.813,90	14.324.165,94	1.852.650,95	
Pessoal e Encargos Sociais	9.409.658,00	9.440.211,84	1.994.715,94	1.994.715,94	7.445.495,90	1.994.715,94	1.994.715,94	7.445.495,90	1.056.119,79	
Juros e Encargos da Dívida	500,00	500,00			500,00			500,00		
Outras Despesas Correntes	8.025.772,00	7.972.268,00	1.986.855,14	1.986.855,14	5.985.412,86	1.094.097,96	1.094.097,96	6.878.170,04	796.531,16	
DESPESAS DE CAPITAL	995.630,00	2.361.330,00	23.855,50	23.855,50	2.337.474,50	23.855,50	23.855,50	2.337.474,50	21.237,50	
Investimentos	986.730,00	2.352.430,00	23.855,50	23.855,50	2.328.574,50	23.855,50	23.855,50	2.328.574,50	21.237,50	
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida	8.900,00	8.900,00			8.900,00			8.900,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	194.250,00	194.250,00			194.250,00			194.250,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	18.625.810,00	19.968.559,84	4.005.426,58	4.005.426,58	15.963.133,26	3.112.669,40	3.112.669,40	16.855.890,44	1.873.888,45	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	18.625.810,00	19.968.559,84	4.005.426,58	4.005.426,58	15.963.133,26	3.112.669,40	3.112.669,40	16.855.890,44	1.873.888,45	
SUPERÁVIT (XIII)							121.027,74		1.359.808,69	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	18.625.810,00	19.968.559,84	4.005.426,58	4.005.426,58	15.963.133,26	3.112.669,40	3.233.697,14	16.734.862,70	3.233.697,14	
RESERVA DO RPPS										

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito(a)

PEDRO HEMING DOS SANTOS
TECNICO RESPONSAVEL

Emissão: 15/04/2019 08:03:23
Portaria Nº 389, de 14 de Junho de 2018.

Page 1 de 1
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.457.810,00	19.457.810,00	3.233.697,14	16,62	3.233.697,14	16,62	16.224.112,86
RECEITAS CORRENTES	18.748.810,00	18.748.810,00	3.233.697,14	17,25	3.233.697,14	17,25	15.515.112,86
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.410.000,00	1.410.000,00	246.812,60	17,50	246.812,60	17,50	1.163.187,40
Impostos	1.310.300,00	1.310.300,00	219.410,98	16,75	219.410,98	16,75	1.090.889,02
Taxas	99.700,00	99.700,00	27.401,62	27,48	27.401,62	27,48	72.298,38
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	52.000,00	52.000,00	82.350,50	158,37	82.350,50	158,37	-30.350,50
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Socia							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pú	52.000,00	52.000,00	82.350,50	158,37	82.350,50	158,37	-30.350,50
RECEITA PATRIMONIAL	110.150,00	110.150,00	16.911,23	15,35	16.911,23	15,35	93.238,77
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	110.150,00	110.150,00	16.911,23	15,35	16.911,23	15,35	93.238,77
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, P							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	293.500,00	293.500,00	42.316,55	14,42	42.316,55	14,42	251.183,45
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Tran							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	293.500,00	293.500,00	42.316,55	14,42	42.316,55	14,42	251.183,45
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.834.060,00	16.834.060,00	2.843.825,79	16,89	2.843.825,79	16,89	13.990.234,21
Transferências da União e de suas Entidades	8.552.800,00	8.552.800,00	1.442.118,82	16,86	1.442.118,82	16,86	7.110.681,18
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su	4.652.720,00	4.652.720,00	771.969,50	16,59	771.969,50	16,59	3.880.750,50
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.628.540,00	3.628.540,00	629.737,47	17,36	629.737,47	17,36	2.998.802,53
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identifica							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	49.100,00	49.100,00	1.480,47	3,02	1.480,47	3,02	47.619,53
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	500,00	500,00					500,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.500,00	1.500,00					1.500,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Púb							
Demais Receitas Correntes	47.100,00	47.100,00	1.480,47	3,14	1.480,47	3,14	45.619,53
RECEITAS DE CAPITAL	709.000,00	709.000,00					709.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	140.000,00	140.000,00					140.000,00
Alienação de Bens Móveis	140.000,00	140.000,00					140.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	569.000,00	569.000,00					569.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	509.000,00	509.000,00					509.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su	60.000,00	60.000,00					60.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identifica							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	19.457.810,00	19.457.810,00	3.233.697,14	16,62	3.233.697,14	16,62	16.224.112,86
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	19.457.810,00	19.457.810,00	3.233.697,14	16,62	3.233.697,14	16,62	16.224.112,86
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	19.457.810,00	19.457.810,00	3.233.697,14	16,62	3.233.697,14	16,62	16.224.112,86

Emissão: 15/04/2019 08:03:23
Portaria Nº 389, de 14 de Junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito(a)

PEDRO HEMING DOS SANTOS
TECNICO RESPONSAVEL

Emissão: 15/04/2019 08:03:23
Portaria Nº 389, de 14 de Junho de 2018

Page 2 de 2
Homolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	18.625.810,00	19.968.559,84	4.005.426,58	4.005.426,58	100,00	15.963.133,26	3.112.669,40	3.112.669,40	100,00	16.855.890,44	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	3.902.130,00	3.867.179,84	1.244.594,22	1.244.594,22	31,07	2.622.585,62	852.985,37	852.985,37	27,40	3.014.194,47	0,00
Administração Geral	2.737.330,00	2.690.879,84	777.290,92	777.290,92	19,41	1.913.588,92	640.695,31	640.695,31	20,58	2.050.184,53	0,00
Administração Financeira	1.005.900,00	1.015.900,00	440.802,81	440.802,81	11,01	575.097,19	185.789,57	185.789,57	5,97	830.110,43	0,00
Controle Interno	150.000,00	151.500,00	26.500,49	26.500,49	0,66	124.999,51	26.500,49	26.500,49	0,85	124.999,51	0,00
Formação de Recursos Humanos	8.900,00	8.900,00	0,00	0,00	0,00	8.900,00	0,00	0,00	0,00	8.900,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	848.700,00	848.700,00	106.600,48	106.600,48	2,66	742.099,52	96.659,27	96.659,27	3,11	752.040,73	0,00
Administração Geral	612.700,00	612.700,00	85.623,19	85.623,19	2,14	527.076,81	79.599,75	79.599,75	2,56	533.100,25	0,00
Assistência ao Idoso	27.000,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	24.000,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	105.000,00	105.000,00	20.977,29	20.977,29	0,52	84.022,71	17.059,52	17.059,52	0,55	87.940,48	0,00
Assistência Comunitária	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	5.231.800,00	5.294.600,00	1.091.484,57	1.091.484,57	27,25	4.203.115,43	887.796,74	887.796,74	28,52	4.406.803,26	0,00
Administração Geral	563.800,00	569.000,00	225.334,35	225.334,35	5,63	343.665,65	211.984,52	211.984,52	6,81	357.015,48	0,00
Atenção Básica	2.778.000,00	2.812.900,00	667.633,45	667.633,45	16,67	2.145.266,55	546.895,45	546.895,45	17,57	2.266.004,55	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.405.000,00	1.423.700,00	177.517,42	177.517,42	4,43	1.246.182,58	107.917,42	107.917,42	3,47	1.315.782,58	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	205.000,00	205.000,00	0,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00
Vigilância Sanitária	115.000,00	119.000,00	18.919,35	18.919,35	0,47	100.080,65	18.919,35	18.919,35	0,61	100.080,65	0,00
Vigilância Epidemiológica	165.000,00	165.000,00	2.080,00	2.080,00	0,05	162.920,00	2.080,00	2.080,00	0,07	162.920,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	5.641.480,00	5.545.080,00	1.023.741,12	1.023.741,12	25,56	4.521.338,88	982.534,39	982.534,39	31,57	4.562.545,61	0,00
Administração Geral	138.300,00	138.300,00	32.652,58	32.652,58	0,82	105.647,42	22.395,85	22.395,85	0,72	115.904,15	0,00
Ensino Fundamental	3.467.858,00	3.403.658,00	685.072,11	685.072,11	17,10	2.718.585,89	684.872,11	684.872,11	22,00	2.718.785,89	0,00
Educação Infantil	2.026.022,00	1.993.822,00	306.016,43	306.016,43	7,64	1.687.805,57	275.266,43	275.266,43	8,84	1.718.555,57	0,00
Educação de Jovens e Adultos	9.300,00	9.300,00	0,00	0,00	0,00	9.300,00	0,00	0,00	0,00	9.300,00	0,00
CULTURA	186.000,00	186.000,00	5.862,19	5.862,19	0,15	180.137,81	5.862,19	5.862,19	0,19	180.137,81	0,00
Administração Geral	66.000,00	66.000,00	5.862,19	5.862,19	0,15	60.137,81	5.862,19	5.862,19	0,19	60.137,81	0,00
Difusão Cultural	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	709.500,00	2.092.700,00	269.227,58	269.227,58	6,72	1.823.472,42	25.183,13	25.183,13	0,81	2.067.516,87	0,00
Infra-Estrutura Urbana	59.500,00	1.442.700,00	0,00	0,00	0,00	1.442.700,00	0,00	0,00	0,00	1.442.700,00	0,00
Serviços Urbanos	650.000,00	650.000,00	269.227,58	269.227,58	6,72	380.772,42	25.183,13	25.183,13	0,81	624.816,87	0,00
HABITAÇÃO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Habitação Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
SANEAMENTO	407.800,00	410.300,00	61.901,86	61.901,86	1,55	348.398,14	61.901,86	61.901,86	1,99	348.398,14	0,00

Emissão: 15/04/2019 08:04:46 Page 1

Portaria Nº 389, de 14 de Junho de 2018. Homolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Administração Geral	390.000,00	392.500,00	61.901,86	61.901,86	1,55	330.598,14	61.901,86	61.901,86	1,99	330.598,14	0,00
Saneamento Básico Urbano	17.800,00	17.800,00	0,00	0,00	0,00	17.800,00	0,00	0,00	0,00	17.800,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	15.750,00	15.750,00	0,00	0,00	0,00	15.750,00	0,00	0,00	0,00	15.750,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	15.750,00	15.750,00	0,00	0,00	0,00	15.750,00	0,00	0,00	0,00	15.750,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	447.200,00	447.200,00	46.854,56	46.854,56	1,17	400.345,44	45.654,56	45.654,56	1,47	401.545,44	0,00
Administração Geral	380.000,00	380.000,00	46.854,56	46.854,56	1,17	333.145,44	45.654,56	45.654,56	1,47	334.345,44	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	33.600,00	33.600,00	0,00	0,00	0,00	33.600,00	0,00	0,00	0,00	33.600,00	0,00
Demais Subfunções	33.600,00	33.600,00	0,00	0,00	0,00	33.600,00	0,00	0,00	0,00	33.600,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	12.600,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00	0,00
Promoção Comercial	12.600,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	50.400,00	76.000,00	40.259,95	40.259,95	1,01	35.740,05	40.070,13	40.070,13	1,29	35.929,87	0,00
Energia Elétrica	50.400,00	76.000,00	40.259,95	40.259,95	1,01	35.740,05	40.070,13	40.070,13	1,29	35.929,87	0,00
TRANSPORTES	869.200,00	869.200,00	114.900,05	114.900,05	2,87	754.299,95	114.021,76	114.021,76	3,66	755.178,24	0,00
Administração Geral	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00
Transporte Rodoviário	867.000,00	867.000,00	114.900,05	114.900,05	2,87	752.099,95	114.021,76	114.021,76	3,66	752.978,24	0,00
DESPORTO E LAZER	99.000,00	99.000,00	0,00	0,00	0,00	99.000,00	0,00	0,00	0,00	99.000,00	0,00
Desporto Comunitário	49.000,00	49.000,00	0,00	0,00	0,00	49.000,00	0,00	0,00	0,00	49.000,00	0,00
Lazer	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	194.250,00	194.250,00	0,00	0,00	0,00	194.250,00	0,00	0,00	0,00	194.250,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	18.625.810,00	19.968.559,84	4.005.426,58	4.005.426,58	100,00	15.963.133,26	3.112.669,40	3.112.669,40	100,00	16.855.890,44	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Emissão: 15/04/2019 08:04:46

Portaria Nº 389, de 14 de Junho de 2018.

Page 2

Homolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito(a)

PEDRO HEMING DOS SANTOS
TECNICO RESPONSAVEL

Emissão: 15/04/2019 08:04:46
Portaria Nº 389, de 14 de Junho de 2018.

Page 3
Homolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2018 A FEVEREIRO/2019

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

Em reais

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	SET/18	OUT/18	NOV/18	DEZ/18	JAN/19	FEV/19		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.592.112,78	1.634.243,21	1.812.142,00	1.789.524,04	1.888.482,46	1.692.192,06	1.429.810,65	1.929.287,37	1.918.248,14	2.134.006,56	1.740.828,80	1.931.808,54	21.492.686,61	20.961.010,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	63.605,08	131.192,96	118.252,82	148.793,65	181.061,86	168.823,20	139.476,60	78.116,89	36.717,46	138.226,57	59.676,46	187.136,14	1.451.079,69	1.410.000,00
IPTU	19.629,63	19.028,06	32.217,83	86.490,05	56.035,69	52.952,27	23.954,54	28.966,57	12.903,78	17.928,61	15.232,47	10.868,97	376.208,47	461.800,00
ISS	19.641,09	23.849,64	26.479,24	15.193,99	27.210,78	27.389,91	25.933,36	17.971,11	14.738,98	27.033,26	18.731,16	36.435,04	280.607,56	265.000,00
ITBI	800,00	2.750,00	2.300,00	2.623,88	440,00	35.658,27	3.603,80	23.907,48	1.922,66	7.850,00	16.150,20	3.794,00	101.800,29	80.000,00
IRRF	2.186,64	77.661,15	48.590,20	2.396,83	83.223,75	37.194,30	82.681,26	3.079,99	3.132,99	81.586,05		117.507,56	539.240,72	503.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	21.347,72	7.904,11	8.665,55	42.088,90	14.151,64	15.628,45	3.303,64	4.191,74	4.019,05	3.828,65	9.562,63	18.530,57	153.222,65	100.200,00
Contribuições							21.814,01		7.615,87		49.453,27	32.897,23	111.780,38	52.000,00
Receita Patrimonial	8.973,26	7.550,35	7.005,32	7.734,76	9.968,68	9.501,88	8.396,77	8.201,61	8.332,20	8.670,19	8.803,04	8.108,19	101.246,25	110.150,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	8.973,26	7.550,35	7.005,32	7.734,76	9.968,68	9.501,88	8.396,77	8.201,61	8.332,20	8.670,19	8.803,04	8.108,19	101.246,25	110.150,00
Outras Receitas Patrimoniais														
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços	43.345,60	30.475,68	25.241,70	29.864,19	30.511,82	28.008,64	26.453,95	24.129,60	20.109,54	21.805,21	25.233,28	17.083,27	322.262,48	293.500,00
Transferências Correntes	1.475.547,72	1.464.843,00	1.659.423,29	1.602.317,78	1.665.629,02	1.486.501,61	1.232.458,80	1.818.261,36	1.844.842,52	1.964.850,55	1.597.281,58	1.685.484,41	19.497.441,64	19.046.260,00
Cota Parte do FPM	494.114,29	518.062,73	635.788,83	595.386,01	685.859,11	510.137,85	384.746,36	437.069,37	549.011,11	960.773,17	673.947,19	739.709,34	7.184.605,36	7.205.460,00
Cota Parte do ICMS	276.402,81	244.261,47	355.813,14	243.938,68	387.658,53	330.556,63	282.672,56	466.673,58	324.813,82	319.090,65	370.107,97	316.575,04	3.918.564,88	3.675.000,00
Cota Parte do IPVA	63.114,52	60.104,64	62.307,09	42.094,35	43.247,30	27.084,92	27.892,79	30.121,69	8.597,06	11.851,23	38.297,85	53.175,63	467.889,07	462.000,00
Cota Parte do ITR		347,03	49,73	4.267,30	290,83	759,87	16.515,44	213.542,24	7.834,67	10.893,62	7.272,58	749,70	262.523,01	190.000,00
Transferência da LC 87/1966	1.163,74	1.163,74	1.163,74	1.163,74	1.163,74	1.163,74	1.163,74	1.163,74	1.163,74	1.163,74			11.637,40	14.000,00
Transferência LC 61/1989														2.500,00
Transferências FUNDEB	257.778,91	240.985,55	328.819,00	247.518,90	311.120,57	282.546,01	236.325,56	378.608,26	281.185,44	294.778,44	325.925,80	303.811,67	3.489.404,11	3.628.540,00
Outras Transferências Correntes	382.973,45	399.917,84	275.481,76	467.948,80	236.288,94	334.252,59	283.142,35	291.082,48	672.236,68	366.299,70	181.730,19	271.463,03	4.162.817,81	3.868.760,00
Outras Receitas Correntes	641,12	181,22	2.218,87	813,66	1.311,08	-643,27	1.210,52	577,91	630,55	454,04	381,17	1.099,30	8.876,17	49.100,00
DEDUÇÕES (II)	166.497,66	164.372,66	210.541,42	176.982,84	166.943,99	173.427,04	142.181,29	229.295,91	177.922,02	202.571,52	217.330,90	221.609,30	2.249.676,55	2.212.200,00
Contrib. Servidor para o Plano de Previdência														
Comp. Financeira entre Regimes de Previdência														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	166.497,66	164.372,66	210.541,42	176.982,84	166.943,99	173.427,04	142.181,29	229.295,91	177.922,02	202.571,52	217.330,90	221.609,30	2.249.676,55	2.212.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**1.425.615,12**	**1.469.870,55**	**1.601.600,58**	**1.612.541,20**	**1.721.538,47**	**1.518.765,02**	**1.287.629,36**	**1.699.991,46**	**1.740.326,12**	**1.931.435,04**	**1.523.497,90**	**1.710.199,24**	**19.243.010,06**	**18.748.810,00**

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito(a)

PEDRO HEMING DOS SANTOS
TECNICO RESPONSAVEL

Emissão: 15/04/2019 08:05:47
Portaria Nº 389, de 14 de Junho de 2018.

Page 1 de
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO À FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) — Em reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2018
RECEITAS CORRENTES (I)				
Receita de Contribuições dos Segurados				
Civil				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais				
Civil				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita Patrimonial				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + (III - II))	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2018	Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (V)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA (VI)								
Benefícios - Civil								
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar								

Emissão: 15/04/2019 08:06:37 — Page 1 de 2

Portaria Nº 389, de 14 de Junho de 2018. — Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) — Em reais

Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias								
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)								
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV VII)								

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDÊNCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Investimentos e Aplicações		
Outros Bens e Direitos		

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito(a)

PEDRO HEMING DOS SANTOS
TECNICO RESPONSAVEL

Emissão: 15/04/2019 08:06:37
Portaria Nº 389, de 14 de Junho de 2018.

Page 2 de 2
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até FEVEREIRO / 2019
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (I)	18.748.810,00	3.233.697,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.410.000,00	246.812,60
IPTU	461.800,00	26.101,44
ISS	265.000,00	55.166,20
ITBI	80.000,00	19.944,20
IRRF	503.000,00	117.507,56
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	100.200,00	28.093,20
Contribuições	52.000,00	82.350,50
Receita Patrimonial	110.150,00	16.911,23
Aplicações Financeiras (II)	110.150,00	16.911,23
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	16.834.060,00	2.843.825,79
Cota-parte do FPM	5.861.460,00	1.130.925,29
Cota-parte do ICMS	2.940.000,00	550.373,15
Cota-parte do IPVA	369.600,00	73.178,83
Cota Parte do ITR	152.000,00	6.417,83
Transferências da LC 87/1996	11.200,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	2.500,00	0,00
Transferências do FUNDEB	3.628.540,00	629.737,47
Outras Transferências Correntes	3.868.760,00	453.193,22
Demais Receitas Correntes	342.600,00	43.797,02
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	342.600,00	43.797,02
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = ((I) - (II + III))	18.638.660,00	3.216.785,91
RECEITAS DE CAPITAL (V)	709.000,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	140.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	140.000,00	0,00
Transferências de Capital	569.000,00	0,00
Convênios	370.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	199.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = ((V) - (VI + VII + VIII + IX + X))	709.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	**19.347.660,00**	**3.216.785,91**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até FEVEREIRO / 2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	18.219.979,84	3.981.571,08	3.088.813,90	1.852.650,95	272.458,56	42.408,35	42.408,35
Pessoal e Encargos Sociais	10.000.811,84	1.994.715,94	1.994.715,94	1.056.119,79	145.338,37	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	8.218.668,00	1.986.855,14	1.094.097,96	796.531,16	127.120,19	42.408,35	42.408,35
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	7.776.472,00	1.986.855,14	1.094.097,96	796.531,16	127.120,19	42.408,35	42.408,35
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	18.219.479,84	3.981.571,08	3.088.813,90	1.852.650,95	272.458,56	42.408,35	42.408,35
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	2.386.330,00	23.855,50	23.855,50	21.237,50	0,00	0,00	0,00
Investimentos	2.377.430,00	23.855,50	23.855,50	21.237,50	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	8.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. PRIM. DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	2.377.430,00	23.855,50	23.855,50	21.237,50	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	194.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	**20.791.159,84**	**4.005.426,58**	**3.112.669,40**	**1.873.888,45**	**272.458,56**	**42.408,35**	**42.408,35**

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]	**1.028.030,55**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada - Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**0,00**

Emissão: 15/04/2019 às 11:50
Portaria Nº 389, de 14 de Junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

JUROS NOMINAIS	Até FEVEREIRO / 2019
	VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (XXV)	16.911,23
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVO (XXVI)	0,00

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**1.044.941,78**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**0,00**

ABAIXO DA LINHA		
CALCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez / 2018 (a)	Até FEVEREIRO / 2019) (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	3.842.193,51	4.854.582,70
Disponibilidade de Caixa	3.839.141,58	4.854.582,70
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.301.318,61	5.044.301,17
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	462.177,03	189.718,47
Demais Haveres Financeiros	3.051,93	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-3.842.193,51	-4.854.582,70
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		**1.012.389,19**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até FEVEREIRO / 2019)
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	272.458,56
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC(XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI	**739.930,63**

RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	**723.019,40**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito(a)

PEDRO HEMING DOS SANTOS
TECNICO RESPONSAVEL

Emissão: 15/04/2019 às 11:50
Portaria Nº 389, de 14 de Junho de 2018.

Page 2 de 2
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) — em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i - j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2018				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2018					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	197.707,33	264.469,70	272.458,56		189.718,47	383.167,55	606.006,13	42.408,35	42.408,35		946.765,33	1.136.483,80
EXECUTIVO	197.707,33	264.469,70	272.458,56		189.718,47	383.167,55	606.006,13	42.408,35	42.408,35		946.765,33	1.136.483,80
GABINETE DO PREFEITO		9.078,50	9.078,50									
SEC MUNICIP DE ADMINISTRACAO		8.777,29	8.777,29				2.090,00	2.090,00	2.090,00			
SEC MUNIC DE EDUCACAO CULTURA E DESPORTO	16.642,00	69.310,35	69.160,35		16.792,00	301.336,97	26.000,00	26.000,00	26.000,00		301.336,97	318.128,97
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	102.381,19	85.038,48	82.368,08		105.051,59		164.090,00	5.590,00	5.590,00		158.500,00	263.551,59
SEC MUNIC DE OBRAS VIACAO E SERVICOS PUBLICOS	77.116,14	52.495,01	62.350,27		67.260,88	5.348,58	413.826,13	8.728,35	8.728,35		410.446,36	477.707,24
SEC MUNIC DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		2.213,66	2.213,66									
SEC MUNIC DE FINANCAS		21.636,64	21.636,64									
SEC MUNIC DE ACAO SOCIAL	1.568,00	15.919,77	16.873,77		614,00	76.482,00					76.482,00	77.096,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	**197.707,33**	**264.469,70**	**272.458,56**		**189.718,47**	**383.167,55**	**606.006,13**	**42.408,35**	**42.408,35**		**946.765,33**	**1.136.483,80**

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i - j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)												

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito(a)

PEDRO HEMING DOS SANTOS
TECNICO RESPONSAVEL

Emissão: 15/04/2019 às 11:50
Portaria Nº 389, de 14 de Junho de 2018.

Page 1 de
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72) **em Reais**

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1-RECEITA DE IMPOSTOS	806.800,00	806.800,00	101.211,84	12,54 %
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	461.800,00	461.800,00	26.101,44	5,65 %
1.1.1-IPTU	188.000,00	188.000,00	2.162,91	1,15 %
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	273.800,00	273.800,00	23.938,53	8,74 %
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	80.000,00	80.000,00	19.944,20	24,93 %
1.2.1-ITBI	80.000,00	80.000,00	19.944,20	24,93 %
1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI				
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	265.000,00	265.000,00	55.166,20	20,82 %
1.3.1-ISS	253.500,00	253.500,00	55.027,30	21,71 %
1.3.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	11.500,00	11.500,00	138,90	1,21 %
2-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.548.960,00	11.548.960,00	2.199.835,30	19,05 %
2.1-Cota-Parte FPM	7.205.460,00	7.205.460,00	1.413.656,53	19,62 %
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.720.000,00	6.720.000,00	1.413.656,53	21,04 %
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	242.730,00	242.730,00		
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	242.730,00	242.730,00		
2.2-Cota-Parte ICMS	3.675.000,00	3.675.000,00	686.683,01	18,69 %
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	14.000,00	14.000,00		
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	2.500,00	2.500,00		
2.5-Cota-Parte ITR	190.000,00	190.000,00	8.022,28	4,22 %
2.6-Cota-Parte IPVA	462.000,00	462.000,00	91.473,48	19,80 %
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro				
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	**12.355.760,00**	**12.355.760,00**	**2.301.047,14**	**18,62 %**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4-RECEITA DA APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO				
5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	297.760,00	297.760,00	73.544,01	24,70 %
5.1-Transferências do Salário-Educação	210.000,00	210.000,00	62.855,61	29,93 %
5.2-Transferências Diretas - PDDE				
5.3-Transferências Diretas - PNAE	46.900,00	46.900,00	8.963,60	19,11 %
5.4-Transferências Diretas - PNATE	39.860,00	39.860,00	1.724,80	4,33 %
5.5-Outras Transferências do FNDE	1.000,00	1.000,00		
5.6-Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE				
6-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	61.000,00	61.000,00		
6.1-Transferências de Convênios	61.000,00	61.000,00		
6.2-Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios				
7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	191.550,00	191.550,00	49.637,77	25,91 %
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	**550.310,00**	**550.310,00**	**123.181,78**	**22,38 %**

Emissão: 15/04/2019 08:51:25
Portaria 389 de 14 de Junho de 2018.
Page 1 de 4
Homologad

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72) — **em Reais**

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.212.700,00	2.212.700,00	439.967,04	19,88 %
10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.344.000,00	1.344.000,00	282.731,30	21,04 %
10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	735.000,00	735.000,00	137.336,60	18,69 %
10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	2.800,00	2.800,00		
10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	500,00	500,00		
10.5-Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de 2.5)	38.000,00	38.000,00	1.604,45	4,22 %
10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	92.400,00	92.400,00	18.294,69	19,80 %
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.628.540,00	3.628.540,00	629.737,47	17,36 %
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	3.628.540,00	3.628.540,00	629.737,47	17,36 %
11.2-Complementação da União ao FUNDEB				
11.3-Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB				
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	**1.415.840,00**	**1.415.840,00**	**189.770,43**	**13,40 %**

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO ENSINO

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) [7]
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.243.758,00	3.243.758,00	653.269,97	20,14 %	653.269,97	20,14 %	
13.1-Com Educação Infantil	1.292.000,00	1.292.000,00	229.374,12	17,75 %	229.374,12	17,75 %	
13.2-Com Ensino Fundamental	1.951.758,00	1.951.758,00	423.895,85	21,72 %	423.895,85	21,72 %	
14-OUTRAS DESPESAS	396.782,00	396.782,00	76.851,24	19,37 %	76.851,24	19,37 %	
14.1-Com Educação Infantil	39.480,00	39.480,00					
14.2-Com Ensino Fundamental	357.302,00	357.302,00	76.851,24	21,51 %	76.851,24	21,51 %	
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	**3.640.540,00**	**3.640.540,00**	**730.121,21**	**20,06 %**	**730.121,21**	**20,06 %**	

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
16.1-FUNDEB 60%	
16.2-FUNDEB 40%	
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
17.1-FUNDEB 60%	
17.2-FUNDEB 40%	
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	

Emissão: 15/04/2019 08:51:25
Portaria 389 de 14 de Junho de 2018.
Page 2 de 4
Homologad

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72) — **em Reais**

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	730.121,21
19.1-Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério [1] (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	103,74
19.2-Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	12,20
19.3-Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2))	-15,94

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	31.261,23
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019 [2]	31.261,23

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTES DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	1.902.703,20	1.870.503,20	297.552,57	15,91 %	266.802,57	14,26 %	30.750,00
22.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.331.480,00	1.331.480,00	229.374,12	17,23 %	229.374,12	17,23 %	
22.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos							
23-ENSINO FUNDAMENTAL	3.224.826,00	3.172.926,00	652.755,89	20,57 %	642.499,16	20,25 %	10.256,73
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.309.060,00	2.309.060,00	500.747,09	21,69 %	500.747,09	21,69 %	
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	915.766,00	863.866,00	152.008,80	17,60 %	141.752,07	16,41 %	10.256,73
24-ENSINO MÉDIO							
25-ENSINO SUPERIOR							
26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR							
27-OUTRAS							
28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	**5.127.529,20**	**5.043.429,20**	**950.308,46**	**18,84 %**	**909.301,73**	**18,03 %**	**41.006,73**

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	189.770,43
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	
31-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	31.261,23
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	14.251,13
33-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO {4}	
34-CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)	
35-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34) {6}	**235.282,79**
36-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35)) {6}	**674.018,94**
37-PERCENTUAL APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % {6} - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% {5}	**29,29**

Emissão: 15/04/2019 08:51:25
Portaria 389 de 14 de Junho de 2018.

Page 3 de 4
Homologad

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72) **em Reais**

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)**
			Até o Bimestre (e)	**% (f) = (e/d) x 100**	**Até o Bimestre (g)**	**% (h) = (g/d) x 100**	
38-DESPESAS CUSTEADAS C/ APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO							
39-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO							
40-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO							
42-TOTAL OUTRAS DESP. CUSTEADAS C/RECEITAS ADIC. P/FINANC. DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)							
43-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	5.127.529,20	5.043.429,20	950.308,46	18,84 %	909.301,73	18,03 %	41.006,73

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	**SALDO ATÉ O BIMESTRE**	**CANCELADO EM 2019 (j)**
44-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	445.562,00	
44.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	445.562,00	
44.2-Executadas com Recursos do FUNDEB		

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	**FUNDEB**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO**
45-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	31.261,23	
46-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	629.737,47	62.855,61
47-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		
47.1-Orçamento do Exercício		
47.2-Restos a Pagar		
48-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	558,97	
49-(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	661.557,67	62.855,61
50-(+) Ajustes	135.373,32	
50.1-(+)Retenções	135.373,32	
50.2-(-)Valores a recuperar		
50.3-(+)Outros valores extraorçamentários		
50.4-(+)Conciliação Bancária		
51-(=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	796.930,99	62.855,61

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

1-Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

2 - Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

3 - Caput do artigo 212 da CF/1988

4 - Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 - Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

6 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

7 - Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito(a)

PEDRO HEMING DOS SANTOS
TECNICO RESPONSAVEL

Emissão: 15/04/2019 08:51:25
Portaria 389 de 14 de Junho de 2018.

Page 4 de 4
Homologad

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO [1] (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.386.330,00	23.855,50	2.362.474,50
Investimentos	2.377.430,00	23.855,50	2.353.574,50
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida	8.900,00		8.900,00
(-) INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE			
(-) INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	2.386.330,00	23.855,50	2.362.474,50
RESULTADO PARA A APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	2.386.330,00	23.855,50	2.362.474,50

Fonte:

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito(a)

PEDRO HEMING DOS SANTOS
TECNICO RESPONSAVEL

Emissão: 15/04/2019 08:52:23
Portaria Nº 389, de 14 de Junho de 2018.

Page 1
Homolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) em Reais

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito(a)

PEDRO HEMING DOS SANTOS
TECNICO RESPONSAVEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) — em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	140.000,00		140.000,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	140.000,00		140.000,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis			
Receita de Alienação de Bens Intangíveis			
Receita de Rendimento de Aplicações Financeiras			

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas (e)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (f)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (g)	Saldo a Pagar (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2018 (i)	2019 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)			

Fonte:

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito(a)

PEDRO HEMING DOS SANTOS
TECNICO RESPONSAVEL

Emissão: 15/04/2019 08:53:48
Portaria Nº 389, de 14 de Junho de 2018.

Page 1 de 1
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) em Reais

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.309.800,00	1.309.800,00	218.719,40	16,70
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	188.000,00	188.000,00	2.162,91	1,15
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	80.000,00	80.000,00	19.944,20	24,93
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	253.500,00	253.500,00	55.027,30	21,71
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	503.000,00	503.000,00	117.507,56	23,36
Imposto Territorial Rural - ITR				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.800,00	3.800,00	650,64	17,12
Dívida Ativa dos Impostos	159.000,00	159.000,00	8.843,68	5,56
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	122.500,00	122.500,00	14.583,11	11,90
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.063.500,00	11.063.500,00	2.199.835,30	19,88
Cota-Parte FPM	6.720.000,00	6.720.000,00	1.413.656,53	21,04
Cota-Parte ITR	190.000,00	190.000,00	8.022,28	4,22
Cota-Parte IPVA	462.000,00	462.000,00	91.473,48	19,80
Cota-Parte ICMS	3.675.000,00	3.675.000,00	686.683,01	18,69
Cota-Parte IPI-Exportação	2.500,00	2.500,00		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	14.000,00	14.000,00		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	14.000,00	14.000,00		
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**12.373.300,00**	**12.373.300,00**	**2.418.554,70**	**19,55**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.514.930,00	1.514.930,00	133.467,32	8,81
Provenientes da União	1.187.180,00	1.187.180,00	115.267,32	9,71
Provenientes dos Estados	327.750,00	327.750,00	18.200,00	5,55
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	140.000,00	140.000,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	186.700,00	186.700,00	50.325,41	26,96
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**1.841.630,00**	**1.841.630,00**	**183.792,73**	**9,98**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES							
Pessoal e Encargos Sociais							
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes							
DESPESAS DE CAPITAL							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)							

Emissão: 15/04/2019 08:54:48 Page 1
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017. Homolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

em Reais

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.252.180,00	2.283.180,00	537.514,17	51.417,00	454.456,17	45.617,00	
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	2.206.930,00	2.237.930,00	537.514,17	51.417,00	454.456,17	45.617,00	
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos	45.250,00	45.250,00					
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	**2.252.180,00**	**2.283.180,00**	**537.514,17**	**51.417,00**	**454.456,17**	**45.617,00**	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**-2.252.180,00**	**-2.283.180,00**	**-537.514,17**	**-51.417,00**	**-454.456,17**	**-45.617,00**	

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%)= (VI(h ou i) / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00 %	**-18,79**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15,00 * IIIb)/100]	**-817.239,38**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2019					
Inscritos em 2018					
Inscritos em 2017					
Inscritos em 2016					
Inscritos em 2015					
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2015					
TOTAL					

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2019			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2015			
TOTAL			

Emissão: 15/04/2019 08:54:48
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) em Reais

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2018			
Diferença de limite não cumprido em 2017			
Diferença de limite não cumprido em 2016			
Diferença de limite não cumprido em 2015			
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2014			
TOTAL			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica							
Assistência Hospitalar e Ambulatorial							
Suporte Profilático e Terapêutico							
Vigilância Sanitária							
Vigilância Epidemiológica							
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções							
TOTAL				**100,00**		**100,00**	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito(a)

PEDRO HEMING DOS SANTOS
TECNICO RESPONSAVEL

Emissão: 15/04/2019 08:54:48 Page 3
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017. Homolo_

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICOS PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) — em Reais

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2019	
		No Bimestre	Até o Bimestre
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Do Ente Federado, exceto estatatais não dependentes (**I**)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (**II**)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (**III**)	18.895.823,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESP. CONSIDERADAS P/ LIMITE (**IV = I + II**)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V / **III**)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito(a)

PEDRO HEMING DOS SANTOS
TECNICO RESPONSAVEL

Emissão: 15/04/2019 08:56:36 — Page 1 de
Portaria Nº 389, de 14 de Junho de 2018. — Homologad

CONTABILIDADE
LRF 2019 - PRIMEIRO BIMESTRE - RETIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) — em Reais

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.309.800,00	1.309.800,00	218.719,40	16,70
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	188.000,00	188.000,00	2.162,91	1,15
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	80.000,00	80.000,00	19.944,20	24,93
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	253.500,00	253.500,00	55.027,30	21,71
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	503.000,00	503.000,00	117.507,56	23,36
Imposto Territorial Rural - ITR				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.800,00	3.800,00	650,64	17,12
Dívida Ativa dos Impostos	159.000,00	159.000,00	8.843,68	5,56
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	122.500,00	122.500,00	14.583,11	11,90
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.063.500,00	11.063.500,00	2.199.835,30	19,88
Cota-Parte FPM	6.720.000,00	6.720.000,00	1.413.656,53	21,04
Cota-Parte ITR	190.000,00	190.000,00	8.022,28	4,22
Cota-Parte IPVA	462.000,00	462.000,00	91.473,48	19,80
Cota-Parte ICMS	3.675.000,00	3.675.000,00	686.683,01	18,69
Cota-Parte IPI-Exportação	2.500,00	2.500,00		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	14.000,00	14.000,00		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	14.000,00	14.000,00		
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**12.373.300,00**	**12.373.300,00**	**2.418.554,70**	**19,55**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.514.930,00	1.514.930,00	133.467,32	8,81
Provenientes da União	1.187.180,00	1.187.180,00	115.267,32	9,71
Provenientes dos Estados	327.750,00	327.750,00	18.200,00	5,55
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	140.000,00	140.000,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	186.700,00	186.700,00	50.325,41	26,96
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**1.841.630,00**	**1.841.630,00**	**183.792,73**	**9,98**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	5.042.300,00	5.105.100,00	870.525,74	17,05	870.525,74	17,05	
Pessoal e Encargos Sociais	2.466.300,00	2.470.300,00	474.578,88	19,21	474.578,88	19,21	
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	2.576.000,00	2.634.800,00	395.946,86	15,03	395.946,86	15,03	
DESPESAS DE CAPITAL	189.500,00	189.500,00	17.271,00	9,11	17.271,00	9,11	
Investimentos	189.500,00	189.500,00	17.271,00	9,11	17.271,00	9,11	
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**5.231.800,00**	**5.294.600,00**	**887.796,74**	**16,77**	**887.796,74**	**16,77**	

Emissão: 16/04/2019 14:13:08 — Page 1
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017. — Homolo_

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) — em Reais

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.252.180,00	2.283.180,00	454.456,17	51,19	454.456,17	51,19	
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	2.206.930,00	2.237.930,00	454.456,17	51,19	454.456,17	51,19	
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos	45.250,00	45.250,00					
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	**2.252.180,00**	**2.283.180,00**	**454.456,17**	**51,19**	**454.456,17**	**51,19**	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**2.979.620,00**	**3.011.420,00**	**433.340,57**	**48,81**	**433.340,57**	**48,81**	

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%)= (VI(h ou i) / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00 %	**17,92**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15,00 * IIIb)/100]	**70.557,37**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2019					
Inscritos em 2018	5.590,00		5.590,00		5.590,00
Inscritos em 2017					
Inscritos em 2016					
Inscritos em 2015					
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2015					
TOTAL	**5.590,00**		**5.590,00**		**5.590,00**

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2019			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2015			
TOTAL			

Emissão: 16/04/2019 14:13:08 — Page 2
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017. — Homolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) em Reais

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2018			
Diferença de limite não cumprido em 2017			
Diferença de limite não cumprido em 2016			
Diferença de limite não cumprido em 2015			
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2014			
TOTAL			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	2.778.000,00	2.812.900,00	546.895,45	61,60	546.895,45	61,60	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.405.000,00	1.423.700,00	107.917,42	12,16	107.917,42	12,16	
Suporte Profilático e Terapêutico	205.000,00	205.000,00					
Vigilância Sanitária	115.000,00	119.000,00	18.919,35	2,13	18.919,35	2,13	
Vigilância Epidemiológica	165.000,00	165.000,00	2.080,00	0,23	2.080,00	0,23	
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções	563.800,00	569.000,00	211.984,52	23,88	211.984,52	23,88	
TOTAL	**5.231.800,00**	**5.294.600,00**	**887.796,74**	**100,00**	**887.796,74**	**100,00**	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

ELIANE LINS DA SILVA
Prefeito(a)

PEDRO HEMING DOS SANTOS
TECNICO RESPONSAVEL

Emissão: 16/04/2019 14:13:08 Page 3
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017. Homolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

GABINETE
DECRETO Nº 38/2019 DE QUINTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 38/2019
DE QUINTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

, Prefeito Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1268/2019, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, até o montante de R$ 275.600,00 (DUZENTOS E SETENTA E CINCO MIL E SEISCENTOS REAIS), nas dotações orçamentárias:

04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.26.534.0010.10353	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS PADRÃO ALIMENTADORA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.600,00
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	265.000,00
	SUBTOTAL	**275.600,00**
	TOTAL	**275.600,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.15.451.0010.10037	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS AVENIDAS E CALÇAMENTO EM PARALELEP	
0.1.24.000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	265.000,00
001.15.451.0010.10038	MANUTENÇAO E RECUPERAÇÃO, RECAPEAMENTO DE RUAS E AVENI	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.600,00
	SUBTOTAL	**275.600,00**
	TOTAL	**275.600,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.
AOS ONZE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

GABINETE
DECRETO Nº 37/2019 DE , 20 DE FEVEREIRO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 37/2019
De , 20 de Fevereiro de 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, na suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1259/2018, em consonância com a Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado na Lei Municipal nº 1193/2017.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais) nas dotações orçamentárias:

03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0002.20003	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15.000,00
	SUBTOTAL	**15.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.301.0042.20030	MANUTENÇAO E DESEVOLVIMENTOS COM AS ATIVIDADES DO AGEN	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	15.000,00
001.10.301.0042.20056	MANUTENÇAO DO NASF	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	5.000,00
	SUBTOTAL	**20.000,00**
	TOTAL	**35.000,00**

Art. 2º - Para Cobertura aos créditos adicionais abertos no Art. 1º, serão utilizados recursos de anulação total ou parcial de dotações, de acordo com o Art. 43º, inciso III da Lei 4.320/64, reduzindo recursos das seguintes dotações:

03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0002.20003	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	15.000,00
	SUBTOTAL	**15.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

001.10.301.0042.20030	MANUTENÇAO E DESEVOLVIMENTOS COM AS ATIVIDADES DO AGEN	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	15.000,00
001.10.301.0042.20056	MANUTENÇAO DO NASF	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	5.000,00
	SUBTOTAL	**20.000,00**
	TOTAL	**35.000,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

GABINETE
PORTARIA Nº 054/2019

O Prefeito Municipal de Diamantino/MT, Sr. **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora **MARINETE DE FÁTIMA IGNÁCIO VATTOS,** brasileira, casada, portadora do RG nº 1877959-0 SSP/MT e CPF nº 050. 267.918-24 para o Cargo de Assistente de Secretaria II, tendo como fun-

ção coordenar as ações pertinentes ao Programa Criança Feliz, onde desempenharásuas funções junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - A remuneração será a de DAS 06, conforme o anexo V da Lei Municipal n.º 1.042/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor no dia de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino - MT, 15 de abril de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 026-2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS (RELE FOTOELETRICO), PARA USO NA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT

VALOR TOTAL: R$ 135.000,00 (CENTO E TRINTA E CINCO MIL REAIS)

PRAZO DO CONTRATO: A PARTIR DA SUA ASSINATURA, ATÉ 31/12/2019.

CONTRATADO: LUZ & CIA EIRELI - ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 15 DE ABRIL DE 2019.

GABINETE
DECRETO Nº 20/2019 DE , 7 DE FEVEREIRO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 20/2019
De , 7 de Fevereiro de 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, na suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1259/2018, em consonância com a Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado na Lei Municipal nº 1193/2017.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 417.400,00 (Quatrocentos e dezessete mil e quatrocentos reais) nas dotações orçamentárias:

04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0010.10051	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS VEICULOS E CAMINH	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	54.000,00
001.15.451.0010.10037	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS AVENIDAS E CALÇAMENTO EM PARALELEP	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	210.000,00
	SUBTOTAL	**264.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.241.0045.10190	DESENVOLVER O PROJETO VIVER LEGAL	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
	SUBTOTAL	**3.000,00**
08	**SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO**	
001.04.122.0002.10259	AQUISIÇÃO DE VEICULO	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	66.000,00
	SUBTOTAL	**66.000,00**
09	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
001.04.122.0002.10212	DESPESAS DO EXERCICIO ANTERIOR	
3390920000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.000,00
	SUBTOTAL	**4.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0002.20045	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3290210000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	80.400,00
	SUBTOTAL	**80.400,00**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

	TOTAL	**417.400,00**

Art. 2º - Para Cobertura aos créditos adicionais abertos no Art. 1º, serão utilizados recursos de anulação total ou parcial de dotações, de acordo com o Art. 43º, inciso III da Lei 4.320/64, reduzindo recursos das seguintes dotações:

04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0010.10051	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS VEICULOS E CAMINH	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	54.000,00
001.15.451.0010.10037	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS AVENIDAS E CALÇAMENTO EM PARALELEP	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	210.000,00
	SUBTOTAL	**264.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.241.0045.10190	DESENVOLVER O PROJETO VIVER LEGAL	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00
	SUBTOTAL	**3.000,00**
08	**SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO**	
001.27.812.0055.10202	REF.E AMPL.DO ESTADIO MUNICIPAL	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	21.000,00
001.27.812.0055.10203	REF.E AMPL DO GINASIO MUNICIPAL DE ESPORTES	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	37.000,00
001.27.812.0055.10205	MANU., E REFORMA DAS QUADRAS COBERTAS DO MUNICIPIO	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
	SUBTOTAL	**66.000,00**
09	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
001.04.122.0002.10209	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
	SUBTOTAL	**4.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0002.20045	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	80.400,00
	SUBTOTAL	**80.400,00**
	TOTAL	**417.400,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

GABINETE
PORTARIA Nº 53/2019

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr.**LUIZ GONZAGA CASTRO SANTOS FILHO,** brasileiro, solteiro, portador do RG N. º 15787583 SEJUSP/MT e CPF N.º 016.633.111-29, como Fiscal de Contrato e de Obras do Contrato n.º 24/2019,

cujo OBJETO é: Tomada de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Obra de Deslocamento de Rede Elétrica com Reaproveitamento das Estruturas Existentes na Rua Lavador Paralela Rod. MT - 240, no Município de Diamantino/MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE

Diamantino/MT, 15 de abril de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº 21/2019 DE , 11 DE FEVEREIRO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 21/2019
De , 11 de Fevereiro de 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, na suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1259/2018, em consonância com a Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado na Lei Municipal nº 1193/2017.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 100.000,00 (Cem mil reais) nas dotações orçamentárias:

06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.301.0042.20032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO ESF	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	100.000,00
	SUBTOTAL	**100.000,00**
	TOTAL	**100.000,00**

Art. 2º - Para Cobertura aos créditos adicionais abertos no Art. 1º, serão utilizados recursos de anulação total ou parcial de dotações, de acordo com o Art. 43º, inciso III da Lei 4.320/64, reduzindo recursos das seguintes dotações:

06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.301.0042.20032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO ESF	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	100.000,00
	SUBTOTAL	**100.000,00**
	TOTAL	**100.000,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

GABINETE
DECRETO Nº 12/2019 DE , 30 DE JANEIRO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 12/2019
De , 30 de Janeiro de 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, na suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1259/2018, em consonância com a Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado na Lei Municipal nº 1193/2017.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 628.487,00 (Seiscentos e vinte e oito mil e quatrocentos e oitenta e sete reais) nas dotações orçamentárias:

03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.23.692.0003.10032	APOIO AS AÇOES DO COMERCIO E INDUSTRIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	26.000,00
	SUBTOTAL	**26.000,00**
04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.15.451.0010.10232	LIMPEZA URBANA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	320.000,00
	SUBTOTAL	**320.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.20007	MANUTENÇÃO E ENC.C/A SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	50.000,00
	SUBTOTAL	**50.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.301.0042.20030	MANUTENÇAO E DESEVOLVIMENTOS COM AS ATIVIDADES DO AGEN	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
	SUBTOTAL	**3.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0062.10228	PAGAMENTOS DE PRECATORIOS	
4690910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	229.487,00
	SUBTOTAL	**229.487,00**
	TOTAL	**628.487,00**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Art. 2º - Para Cobertura aos créditos adicionais abertos no Art. 1º, serão utilizados recursos de anulação total ou parcial de dotações, de acordo com o Art. 43º, inciso III da Lei 4.320/64, reduzindo recursos das seguintes dotações:

03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.23.692.0003.10032	APOIO AS AÇOES DO COMERCIO E INDUSTRIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	26.000,00
	SUBTOTAL	**26.000,00**
04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0002.10050	AQUISIÇÃO DE MOVEIS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	35.000,00
001.04.122.0010.10051	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS VEICULOS E CAMINH	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	35.000,00
001.15.451.0010.10035	CONSTRUÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS PARQU	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00
001.15.451.0010.10038	MANUTENÇAO E RECUPERAÇÃO, RECAPEAMENTO DE RUAS E AVENI	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	100.000,00
001.15.451.0010.10039	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DA PREFEITURA E	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	80.000,00
	SUBTOTAL	**320.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
002.12.365.0094.20015	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM 40% DA EDUCAÇAO INFANTIL - FU	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	50.000,00
	SUBTOTAL	**50.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.301.0042.20030	MANUTENÇAO E DESEVOLVIMENTOS COM AS ATIVIDADES DO AGEN	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00
	SUBTOTAL	**3.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0002.20045	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	229.487,00
	SUBTOTAL	**229.487,00**
	TOTAL	**628.487,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 027-2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE MESA E CADEIRA ESCOLARES TAMANHO ADULTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT

VALOR TOTAL: R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: A PARTIR DA SUA ASSINATURA, ATÉ 31/12/2019.

CONTRATADO: PLAXMETAL S/A INDÚSTRIA DE CADEIRAS CORPORATIVAS

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 15 DE ABRIL DE 2019.

GABINETE
DECRETO Nº 13/2019 DE , 1 DE FEVEREIRO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 13/2019
De , 1 de Fevereiro de 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, na suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1259/2018, em consonância com a Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado na Lei Municipal nº 1193/2017.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 114.922,00 (Cento e quatorze mil e novecentos e vinte e dois reais) nas dotações orçamentárias:

05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.10096	MANUTENÇAO COM O TRANSPORTE ESCOLAR 15 ONIBUS E 3 VANS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	67.422,00
	SUBTOTAL	**67.422,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.301.0042.10165	AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA SA	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	21.000,00
001.10.302.0040.10253	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE REABILITAÇÃO	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.500,00
001.10.302.0040.10255	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O LABORATORIO MUNICIPAL	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00
	SUBTOTAL	**27.500,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.244.0045.10295	BENEFÍCIOS EVENTUAIS LEI Nº 9071/2014	
3390320000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
	SUBTOTAL	**20.000,00**
	TOTAL	**114.922,00**

Art. 2º - Para Cobertura aos créditos adicionais abertos no Art. 1º, serão utilizados recursos de anulação total ou parcial de dotações, de acordo com o Art. 43º, inciso III da Lei 4.320/64, reduzindo recursos das seguintes dotações:

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.10096	MANUTENÇAO COM O TRANSPORTE ESCOLAR 15 ONIBUS E 3 VANS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	67.422,00
	SUBTOTAL	**67.422,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.301.0042.10165	AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA SA	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	21.000,00
001.10.302.0040.10253	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE REABILITAÇÃO	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.500,00
001.10.302.0040.10255	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O LABORATORIO MUNICIPAL	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00
	SUBTOTAL	**27.500,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.244.0045.10295	BENEFÍCIOS EVENTUAIS LEI Nº 9071/2014	
3390320000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
	SUBTOTAL	**20.000,00**
	TOTAL	**114.922,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

GABINETE
PORTARIA Nº 52/2019

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr.**LUIZ GONZAGA CASTRO SANTOS FILHO,** brasileiro, solteiro, portador do RG N. º 15787583 SEJUSP/MT e CPF N.º 016.633.111-29, como Fiscal de Contrato e de Obras do Contrato n.º 23/2019,

cujo OBJETO é: Tomada de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Obra de Deslocamento de Rede Elétrica com Reaproveitamento das Estruturas Existentes na Rua Padre Aloysio Petry no Bairro Novo Diamantino, no Município de Diamantino/MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 15 de abril de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº 39/2019 DE QUINTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 39/2019
DE QUINTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

, Prefeito Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1269/2019, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, até o montante de R$ 444.500,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS), nas dotações orçamentárias:

04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.15.451.0010.10046	CONSTRUÇÃO, REFORMA E CONSERVAÇÃO DO TERMINAL RODOVIA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	444.500,00
	SUBTOTAL	**444.500,00**
	TOTAL	**444.500,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0010.10329	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA POLITEC	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	12.000,00
4491510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	92.000,00
001.15.451.0010.10046	CONSTRUÇÃO, REFORMA E CONSERVAÇÃO DO TERMINAL RODOVIA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	13.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	13.500,00
001.16.482.0012.10287	CONSTRUÇÕES DE CASAS POPULARES	
0.1.24.000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	206.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	4.000,00
001.26.782.0010.10289	DUPLICAÇÃO DA SERRA ENTRE DIAMANTINO E NOVO DIAMANTINO	
0.1.24.000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	93.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	11.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

SUBTOTAL	**444.500,00**
TOTAL	**444.500,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.
AOS ONZE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 025-2019

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE UNIDADE HOSPITALAR PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS-HOSPITALARES, MEDIANTE A PRESTAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS HOSPITALARES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, DE FORMA COMPLEMENTAR AO OFERECIDO,

CONFORME DISPOSTO NA PORTARIA MS NO. 2.567 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

VALOR TOTAL: R$ 6.036.484,08 (SEIS MILHÕES, TRINTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E OITO CENTAVOS)

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO SANTA MADRE PAULINA

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 12 DE ABRIL DE 2019.

GABINETE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019 - L

Art. 1º - O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** o resultado do julgamento dos recursos contra o Resultado Preliminar (Edital de Processo Seletivo Simplificado – J), referente ao Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital nº 001/2019, conforme abaixo discriminado:

CARGO/ MOTIVO	RESULTADO
Andréia de Souza Leite/ Nota da Prova Escrita	**INDEFERIDO** – Manter a nota da Prova Escrita objetiva anteriormente divulgada, ou seja, 44,0 pontos.
Iná Kharyn Manrique/ Nota da Prova Escrita	**INDEFERIDO** – Manter a nota da Prova Escrita objetiva anteriormente divulgada, ou seja, 58,0 pontos.
Leonora Nicacia Moreira Teixeira / Nota da Prova Escrita	**INDEFERIDO** – Manter a nota da Prova Escrita objetiva anteriormente divulgada, ou seja, 49,0 pontos.
Lucélia Santos de Almeida / Nota da Prova Escrita	**INDEFERIDO** – Manter a nota da Prova Escrita objetiva anteriormente divulgada, ou seja, 66,0 pontos.
Cristiana Rodrigues Coimbra Palmieri/ Nota da Prova Escrita	**INDEFERIDO** – Manter a nota da Prova Escrita objetiva anteriormente divulgada, ou seja, 59,0 pontos.
Lourença Ferreira da Silva Azevedo / Nota da Prova Escrita	**INDEFERIDO** – Manter a nota da Prova Escrita objetiva anteriormente divulgada, ou seja, 45,0 pontos.
Cacilda Januária Padilha / Nota da Prova Escrita	**INDEFERIDO** – Manter a nota da Prova Escrita objetiva anteriormente divulgada, ou seja, 57,5 pontos.
Júlia Mufardini de Almeida / Nota da Prova Escrita	**INDEFERIDO** – Manter a nota da Prova Escrita objetiva anteriormente divulgada, ou seja, 56,0 pontos.
Luciana da Silva Amorim / Nota da Prova Escrita	**INDEFERIDO** – Manter a nota da Prova Escrita objetiva anteriormente divulgada, ou seja, 69,0 pontos.
Ghislaine da Glória Magalhães / Prova de Títulos	**DEFERIDO -** Retificar a nota da Prova de Títulos anteriormente divulgada para 5,0 pontos.
Katia Cristina Almeida Lyra / Prova de Títulos	**INDEFERIDO** – O documentos que foram entregue no dia de aplicação da Prova Escrita não caracterizam pós-graduação conforme solicitado no item 8.13 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019. (Houve a entrega apenas do comprovante de Graduação em Pedagogia)
Renata Rodrigues da Cruz / Prova de Títulos	**INDEFERIDO** – O documentos que foram entregue no dia de aplicação da Prova Escrita não caracterizam pós-graduação conforme solicitado no item 8.13 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019. (Houve a entrega apenas do comprovante de Graduação em Pedagogia)
Jucileia Martins de Souza / Prova de Títulos	**INDEFERIDO** – Ver item 8.3 – "Os documentos comprobatórios dos Títulos deverão ser acondicionados em ENVELOPE LACRADO, contendo na sua parte externa, o nome do candidato, número de inscrição e cargo para o qual está concorrendo, bem como, o número do documento de identidade, devendo os referidos documentos serem apresentados em **CÓPIA REPROGRÁFICA AUTENTICADA EM CARTÓRIO".**
Jovelina Francisca de Sá Meireles dos Santos / Prova de Títulos	**INDEFERIDO** – Ver item 8.3 – "Os documentos comprobatórios dos Títulos deverão ser acondicionados em **ENVELOPE LACRADO**, contendo na sua parte externa, o nome do candidato, número de inscrição e cargo para o qual está concorrendo, bem como, o número do documento de identidade .....)
Lenice de Souza Barboza / Prova de Títulos	**DEFERIDO -** Retificar a nota da Prova de Títulos anteriormente divulgada para 0,0 pontos

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Diamantino - MT, 15 de abril de 2019.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº 44/2019 DE , 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 44/2019
De , 28 de Fevereiro de 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, na suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1259/2018, em consonância com a Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado na Lei Municipal nº 1193/2017.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 711.847,00 (Setecentos e onze mil e oitocentos e quarenta e sete reais) nas dotações orçamentárias:

05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.10096	MANUTENÇAO COM O TRANSPORTE ESCOLAR 15 ONIBUS E 3 VANS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	150.000,00
001.12.361.0016.20007	MANUTENÇÃO E ENC.C/A SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	200.000,00
	SUBTOTAL	**350.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.122.0037.20019	GESTAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	50.000,00
001.10.301.0042.20032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO ESF	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00
	SUBTOTAL	**70.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.241.0045.10190	DESENVOLVER O PROJETO VIVER LEGAL	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	22.000,00
001.08.244.0045.20035	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	40.000,00
	SUBTOTAL	**62.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0062.10228	PAGAMENTOS DE PRECATORIOS	
4690910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	229.847,00
	SUBTOTAL	**229.847,00**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

	TOTAL	**711.847,00**

Art. 2º - Para Cobertura aos créditos adicionais abertos no Art. 1º, serão utilizados recursos de anulação total ou parcial de dotações, de acordo com o Art. 43º, inciso III da Lei 4.320/64, reduzindo recursos das seguintes dotações:

03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0002.20003	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3390400000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	800,00
	SUBTOTAL	**800,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.20046	MANUT E ENCARGOS ENSINO FUNDAMENTAL	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	350.000,00
	SUBTOTAL	**350.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.301.0042.20032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO ESF	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	70.000,00
	SUBTOTAL	**70.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.241.0045.10190	DESENVOLVER O PROJETO VIVER LEGAL	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	22.000,00
001.08.244.0045.20035	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	40.000,00
	SUBTOTAL	**62.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0002.10223	AQUISIÇÃO DE VEICULOS E MOTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
001.04.123.0002.10224	AQ.DE EQUIP MOVEIS E UTENSILIOS BEM COMO EQUIP INFORMATI	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.000,00
001.04.123.0002.20045	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390370000	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.500,00
001.04.123.0061.10216	APOIO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROG CONSCIETIZAÇÃO FISCAL	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	2.313,80
001.04.123.0061.10217	POLITICA DE COBRANÇA ITR-CONVENIO FIRMADO COM A UNIÃO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	31.800,00
001.04.123.0061.10218	CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO DE IMÓVEIS URBANOS E R	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	1.200,00
001.04.123.0061.10219	REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	8.160,00
001.04.123.0061.10279	POLITICA DE PREMIAÇÃO PARA OS CONTRIBUINTES VISANDO ELEV	

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	11.440,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00
001.04.123.0061.10281	AMORTIZAÇÃO DA SANEMAT - DAÇÃO EM PAGAMENTO	
4690710000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	9.740,00
001.04.123.0079.10283	CRIAR E IMPLANTAR A PROCURADORIA FAZENDARIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	293,20
001.04.123.0080.10282	PREMIAÇÃO AO SERVIDOR POR MÉRITO EM RESULTADO DA PRODU	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	11.400,00
	SUBTOTAL	**106.847,00**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE**	
001.04.122.0002.10273	AQUISIÇÃO DE VEICULOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	120.000,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.200,00
	SUBTOTAL	**122.200,00**
	TOTAL	**711.847,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

GABINETE
DECRETO Nº 31/2019 DE , 15 DE FEVEREIRO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 31/2019
De , 15 de Fevereiro de 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, na suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1259/2018, em consonância com a Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado na Lei Municipal nº 1193/2017.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais) nas dotações orçamentárias:

03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0003.10026	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS/MAQUINAS E PATRULHA MECANIZADA	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	600.000,00
	SUBTOTAL	**600.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
005.13.392.0033.20016	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O DEPARTAMENTO DE CULTURA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	5.000,00
	SUBTOTAL	**5.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.302.0040.10254	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PRONTO ATENDIMENTO	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	190.000,00
	SUBTOTAL	**190.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.244.0045.20035	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.000,00
	SUBTOTAL	**5.000,00**
	TOTAL	**800.000,00**

Art. 2º - Para Cobertura aos créditos adicionais abertos no Art. 1º, serão utilizados recursos de anulação total ou parcial de dotações, de acordo com o Art. 43º, inciso III da Lei 4.320/64, reduzindo recursos das seguintes dotações:

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.20.605.0003.10019	CORREÇAO DE SOLO COM CALCARIO E TERRAPLANAGEM PARA AVIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
001.20.605.0003.10021	REESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO FEIRA MUNICIPAL E CENTRAL D	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	20.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	20.000,00
	SUBTOTAL	**115.000,00**
04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0002.20004	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390370000	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	250.000,00
001.26.782.0010.10288	AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	235.000,00
	SUBTOTAL	**485.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
005.13.391.0033.10122	REVITALIAÇÃO DO CENTRO HISTORICO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	5.000,00
	SUBTOTAL	**5.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.302.0040.10343	AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA PARA O PRONTO ATENDIMENTO	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	190.000,00
	SUBTOTAL	**190.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.244.0045.20039	MANUT.C/FUNDO DE ASSIST.SOCIAL	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
	SUBTOTAL	**5.000,00**
	TOTAL	**800.000,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

GABINETE
DECRETO Nº 7/2019 DE , 15 DE JANEIRO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 7/2019
De , 15 de Janeiro de 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, na suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1259/2018, em consonância com a Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado na Lei Municipal nº 1193/2017.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 1.531.646,20 (Um milhao e quinhentos e trinta e um mil e seiscentos e quarenta e seis reais e vinte centavos) nas dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.20002	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	62.000,00
	SUBTOTAL	**62.000,00**
03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0003.10026	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS/MAQUINAS E PATRULHA MECANIZADA	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	290.500,00
	SUBTOTAL	**290.500,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.20007	MANUTENÇÃO E ENC.C/A SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	50.000,00
002.12.365.0094.20015	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM 40% DA EDUCAÇAO INFANTIL - FU	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	360.000,00
	SUBTOTAL	**410.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
002.08.241.0087.10241	MANUTENÇÃO DO CONVENIO PARA A PROTEÇÃO SOCIAL DE IDOSO	
3350430000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	18.240,00
	SUBTOTAL	**18.240,00**
08	**SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO**	
001.04.122.0002.10259	AQUISIÇÃO DE VEICULO	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	328.660,00
	SUBTOTAL	**328.660,00**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0002.20045	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3290210000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	63.000,00
3390350000	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	34.060,00
001.04.123.0061.10227	AMORTIZAÇÃO DA CEMAT	
4690710000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	59.040,00
001.04.123.0062.10228	PAGAMENTOS DE PRECATORIOS	
4690910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	262.146,20
	SUBTOTAL	**418.246,20**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE**	
001.04.122.0002.10274	PUBLICAÇÕES, DIVULGAÇÕES, MÍDIA E PROPAGANDA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	4.000,00
	SUBTOTAL	**4.000,00**
	TOTAL	**1.531.646,20**

Art. 2º - Para Cobertura aos créditos adicionais abertos no Art. 1º, serão utilizados recursos de anulação total ou parcial de dotações, de acordo com o Art. 43º, inciso III da Lei 4.320/64, reduzindo recursos das seguintes dotações:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.10010	DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBL	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	50.000,00
001.04.122.0002.20002	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE	
3390400000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	12.000,00
	SUBTOTAL	**62.000,00**
03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0003.10026	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS/MAQUINAS E PATRULHA MECANIZADA	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	75.000,00
001.18.541.0003.10030	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE E JARDIM DO MUNICÍPIO	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	25.000,00
001.18.541.0003.10031	FORNECIMENTO DE MUDAS DE ESPECIE NATIVA E DE VALOR ECONO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
001.18.542.0003.10027	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	10.000,00
001.18.542.0003.10029	DESENVOLVER CAMPANHA DE CONTROLE DE QUEIMADA	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00
001.20.602.0003.10261	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE PISICULTARA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	45.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

001.22.661.0003.10286	AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA O DISTRITO INDUSTRIAL	
4490610000	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	45.500,00
	SUBTOTAL	**290.500,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.20046	MANUT E ENCARGOS ENSINO FUNDAMENTAL	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	50.000,00
002.12.365.0094.20015	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM 40% DA EDUCAÇAO INFANTIL - FU	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	360.000,00
	SUBTOTAL	**410.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
002.08.242.0087.10194	MANUTENÇÃO DO CONVENIO COM ENTIDADES DE APOIO AO PORTA	
3350430000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	18.240,00
	SUBTOTAL	**18.240,00**
08	**SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO**	
001.04.122.0002.10260	AQUISIÇAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
001.27.812.0055.10292	CONSTRUÇÃO DE PARQUE COM MÚLTIPLAS MODALIDADES: ESPAÇO	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	190.000,00
001.27.812.0055.10293	COBERTURA DE QUADRAS DAS PRAÇAS MUNICIPAIS	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
001.27.812.0055.20052	MANUTENÇÃO DO MINI CENTRO OLIMPICO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
001.27.813.0002.20041	MANUT.E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	40.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	13.660,00
	SUBTOTAL	**328.660,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0002.10223	AQUISIÇÃO DE VEICULOS E MOTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00
001.04.123.0002.20045	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390340000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	45.560,00
001.04.123.0061.10216	APOIO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROG CONSCIETIZAÇÃO FISCAL	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	29.486,20
001.04.123.0061.10218	CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO DE IMÓVEIS URBANOS E R	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	20.000,00
001.04.123.0061.10219	REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	119.040,00
001.04.123.0061.10279	POLITICA DE PREMIAÇÃO PARA OS CONTRIBUINTES VISANDO ELEV	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
001.04.123.0061.10281	AMORTIZAÇÃO DA SANEMAT - DAÇÃO EM PAGAMENTO	
4690710000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	32.660,00

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

001.04.123.0079.10283	CRIAR E IMPLANTAR A PROCURADORIA FAZENDARIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	32.500,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	9.500,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	9.500,00
001.04.123.0080.10282	PREMIAÇÃO AO SERVIDOR POR MÉRITO EM RESULTADO DA PRODU	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
	SUBTOTAL	**418.246,20**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE**	
001.04.122.0002.10273	AQUISIÇÃO DE VEICULOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00
	SUBTOTAL	**4.000,00**
	TOTAL	**1.531.646,20**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2019

CONTRATADA: CIRURGICA GONÇALVES LTDA ME – CNPJ: 15.371. 628/0001-70

OBJETO: A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE , CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES, CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Valor: R$ 53.525,00 (cinqüenta e três mil, quinhentos e vinte e cinco reais)

Vigência: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA

DATA DA ASSINATURA:16/04/2019

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 132/2019 DE 16 DE ABRIL DE 2019

PORTARIA Nº 132/2019 DE 16 DE ABRIL DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A DAIANE PEREIRA DUTRA MIRANDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Educação, no cargo de Secretária, no período aquisitivo de **03/02/2018 a 03/02/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **DAIANE PEREIRA DUTRA MIRANDA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **16/04/2019 a 15/05/2019.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 16 de abril de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 133/2019 DE 16 DE ABRIL DE 2019

PORTARIA Nº 133/2019 DE 16 DE ABRIL DE 2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e nos termos do Artigo 1º da Lei nº 1575/2018 de 26/11/2018;

R E S O L V E

ART. 1º - Nomear os membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC:

- **Luiz Castro de Souza – Chefe de Gabinete,**

- Márcio Almeida Rodrigues – Secretário Municipal de Assistência Social.

ART. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 16 de abril de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DE CONTRATO 005/2019

CONTRATADO: MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ n° 06.020.318/0001-10

OBJETO: - O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A AQUISIÇÃO DE **VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ESTUDANTES, DENOMINADO DE ÔNIBUS RURAL ESCOLAR (ORE),** EM ATENDIMENTO ÀS ENTIDADES EDUCACIONAIS DAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO NOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO EDITAL DO PREGÃO IDENTIFICADO NO PREÂMBULO E NA PROPOSTA VENCEDORA, OS QUAIS INTEGRAM ESTE INSTRUMENTO, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO.

VALOR: R$189.900,00 (cento e oitenta e nove mil e novecentos reais)

DATA DE ASSINATURA:27/02/2019

VIGÊNCIA: 12MESES DA DATA DA ASSINATURA, PRORROGÁVEL NA FORMA DO ART. 57, §1º, DA LEI Nº 8.666, DE 1993

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 131/2019 DE 15 DE ABRIL DE 2019

PORTARIA Nº 131/2019 DE 15 DE ABRIL DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 90 (NOVENTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A ZENIMAR ALVES DE OLIVEIRA FERREIRA BARBOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Educação, no cargo de Professora, no período aquisitivo de **14/10/2013 a 14/10/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio a **ZENIMAR ALVES DE OLIVEIRA FERREIRA BARBOSA.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **16/04/2019 a 14/07/2019.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 15 de abril de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 019/2019

DATA ASSINATURA: 09 DE ABRIL DE 2019

CREDOR: AMAURI ROBERTO DE ARAUJO 72564539149

VIGÊNCIA: 08 DE ABRIL 2020

VALOR REGISTRADO: 9.000,00(NOVE MIL REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2019, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 014/2019

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOSVISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 178/2019

DATA: 01 DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar, a pedido a Sr.ª **GILZA JOSE DE SOUZA,** do seu cargo Efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS NÍVEL I**, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 179/2019

DATA: 01 DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **JOÃO BATISTA DOS SANTOS,** ocupante do cargo efetivo de **OPERADOR DE MÁQUINAS III**, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, pelo período de 01/04/2019 a 30/04/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2018/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA JURIDICO
PUBLICAÇÃO TERMO CONVÊNIO Nº 004/2019

CONVENENTE: MUNICIPIO DE FELIZ NATAL-MT

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO FREI MIGUEL BOTTACIN DE APOIO AO IDOSO

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE TERMO DE CONVÊNIO A PROMOÇÃO DE AÇÕES PARA O ABRIGAMENTO DE PESSOAS IDOSAS QUE ESTEJAM EM SITUAÇÃO DE RISCO, SOB CONDIÇÃO DE DESASSISTIDAS, ABANDONADAS, SEM FAMÍLIA OU QUE SEJAM VITIMAS DE VIOLÊNCIA DOMESTICA.

VALOR: R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS).

VIGÊNCIA: A VIGÊNCIA DESTE CONVÊNIO COMPREENDE A DATA DE 10 DE ABRIL DE 2019, COM EFEITOS RETROATIVOS À 02 DE MARÇO DE 2019 ATÉ 30 DE DEZEMBRO DE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 181/2019

DATA: 03 DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sr.ª **MARLI TACK,** ocupante do cargo Comissionado de **TESOUREIRA**, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, pelo período de 03/04/2019 a 22/04/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2014/2015.

§ 1º- Á requerimento da Servidora, ficam convertidos os 10 dias finais das férias (1/3) em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida, em conformidade com o Art. 74 da Lei Complementar nº 003/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 182/2019

DATA: 08 DE ABRIL DE 2019.

SÚMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e **tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2012 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,**

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº 013/2019 **e;**

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** O Sr. **JOAO PAULO ARRUDA GUARDIANO** para exercer o cargo de **TECNICO AGRICOLA – ZONA URBANA**, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS OITO DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 183/2019.

DATA: 08 de Abril de 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre a designação da Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal e dá outras providências.

Rafael Pavei, Prefeito Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas em Lei, e no âmbito do que preconiza a Lei Municipal nº 518/2015 de 10 de junho de 2015,

RESOLVE:

Artigo 1º. Designar a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME as servidoras:

I. Enisandra Aparecida Garcia

II. Liliane Kovaleski

III. Sirlene dos Santos Bernardino Antonio

Artigo 2º. Cabe à Equipe Técnica atuar no levantamento e na sistematização de todos os dados e informações relevantes ao monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação, as quais serão repassadas ao Fórum Permanente de Educação do município de Feliz Natal/MT, segundo as orientações disponibilizadas no *Portal PNE em Movimento* do Ministério da Educação - MEC.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS OITO DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 184/2019

DATA: 09 DE ABRIL DE 2019.

SÚMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e **tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2012 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,**

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº 012/2019 **e;**

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** A Sr.ª **LAIZA DARKILENE ZILLES** para exercer o cargo de **AUXILIAR DE LABORATÁRIO E ANALISES CLINICAS**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº185/2019

DATA: 09 DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder FG – 01 (Função Gratificada) ao Sr. **MARIO SANTANA REGO,** ocupante do cargo de Motorista Nível I – Transporte Escolar**,** lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes,**pela atividade complementar de acompanhante dos alunos no trajeto: ônibus - salas de aula - ônibus", nas Escolas DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL.**

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida no Anexo VI da Lei Complementar nº 042/2016.

Artigo 3º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº186/2019

DATA: 09 DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder FG – 01 (Função Gratificada) ao Sr. **JOCIMAR DE SANTANA SILVA,** ocupante do cargo de Motorista Nível I – Transporte Escolar**,** lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes,**pela atividade complementar de acompanhante dos alunos no trajeto: ônibus - salas de aula - ônibus", nas Escolas DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL.**

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida no Anexo VI da Lei Complementar nº 042/2016.

Artigo 3º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2019.

Artigo 4º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº187/2019

DATA: 09 DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder FG – 01 (Função Gratificada) ao Sr. **ADINAEL DE ANDRADE MOTA,** ocupante do cargo de Motorista Nível I – Transporte Escolar**,** lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes,**pela atividade complementar de acompanhante dos alunos no trajeto: ônibus - salas de aula - ônibus", nas Escolas DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL.**

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida no Anexo VI da Lei Complementar nº 042/2016.

Artigo 3º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2019.

Artigo 4º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 188/2019

DATA: 09 DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o Sr. **RODRIGO MEGIOLARO,** para responder, interinamente, pelo cargo em Comissão de **TESOUREIRO** pelo período de 03 à 22 de Abril de 2019, em substituição à Sra. Marli Tack**,** que encontra-se em gozo de férias.

Parágrafo único: O Servidor nomeado fará jus a receber a diferença salarial do cargo pelo período da substituição.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de Abril de 2019.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 189/2019

DATA: 11 DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **TALES VICTOR RIBEIRO GOMES,** ocupante do cargo Efetivo de **AGENTE DE TRIBUTOS NÍVEL I**, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, pelo período de 11/04/2019 a 30/04/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2017/2018.

§ 1º- Á requerimento do Servidor, ficam convertidos os 10 dias iniciais das férias (1/3) em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida, em conformidade com o Art. 74 da Lei Complementar nº 003/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 190/2019

DATA: 15 DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº 003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sra. **HOSANA GOMES DA COSTA FONSECA,** ocupante do cargo Efetivo de **TÉCNICO EM HIGIENE DENTÁRIA - THD**, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 15/04/2019 a 15/05/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2017/2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
DECRETO MUNICIPAL Nº028/2019

DATA: 15 DE ABRIL DE 2019.

SUMULA: DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA "AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO" DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, Prefeito Municipal de Feliz Natal, Estado De Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em lei, atendendo em especial o art. 41,§ 4º da Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, os Arts. 28 e ss da Lei Complementar 003/2007 e o Anexo VIII da Lei Complementar nº 055/2019:

CONSIDERANDO os princípios que regem a administração pública: legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência e publicidade;

CONSIDERANDO o ingresso de servidores ao Serviço Público Municipal através de Concurso Público e a responsabilidade do Departamento de Pessoal pelo acompanhamento e gestão do ESTÁGIO PROBATÓRIO dos servidores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica regulamentada a AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO a ser cumprido pelos servidores municipais conforme disposto no Anexo único deste Decreto, parte integrante do mesmo.

Art. 2º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

ANEXO UNICO DO DECRETO Nº 028/2019

1. OBJETIVO

1.1. Este procedimento estabelece o **PROGRAMA DE GESTÃO DE DESEMPENHO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO** para a Prefeitura Municipal de Feliz Natal-MT.

1.1.1. Fica instituído, na forma deste Procedimento, o Programa de Gestão de Desempenho no Estágio Probatório, a ser aplicado aos servidores municipais efetivos, em estágio probatório.

2. DAS DEFINIÇÕES

2.1. **ESTÁGIO PROBATÓRIO**: período de 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício, à começar do dia de posse do cargo público, pelo servidor municipal.

2.2. **AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO**: é o ato ou efeito de analisar a idoneidade moral, aptidão, disciplina, assiduidade, pontualidade, eficiência, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade e dedicação ao serviço.

2.3. **COMPETÊNCIA:** é a qualidade e a capacidade do servidor municipal efetivo apreciar e resolver os assuntos de sua atribuição/responsabilidade, na realização das tarefas inerentes ao seu cargo.

2.4. **SAÚDE OCUPACIONAL**: independentemente dos critérios de Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório, a saúde, capacidade física e mental do servidor efetivo para exercer o cargo público, serão analisados pela Junta Médica Municipal da Prefeitura e será fator preponderante para aprovação ou não do servidor no Estágio Probatório.

2.5. **ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO**: é a forma em que o chefe imediato e o servidor municipal efetivo devem acompanhar os respectivos apontamentos sobre as tarefas executadas e que serão declinados nos fatores e pontuação da Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório.

2.6. **AVALIAÇÃO DO CHEFE IMEDIATO**: é a forma em que o superior avalia e atribui pontos sobre a performance do servidor municipal efetivo, no trabalho.

2.7. **ESTABILIDADE**: é a condição do Servidor adquirida após a conclusão do período do Estágio Probatório e laudo de aptidão do servidor municipal efetivo, para o Serviço Público Municipal.

2.8. **EXTINÇÃO DO VÍNCULO** Empregatício: decisão da Administração Municipal, através de seus órgãos instituídos, convalidada pela autoridade superior do executivo, frente à insuficiência de pontuação obtida pelo servidor municipal efetivo na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório.

2.9. **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO**: a Comissão de Avaliação de Desempenho é o órgão constituído para apreciar as Avaliações de Desempenho de Estágio Probatório, periódica e final, bem como dos recursos interpostos pelo servidor municipal efetivo.

3. CAMPO DE APLICAÇÃO:

3.1. Para o Departamento de Pessoal, o **PROGRAMA DE GESTÃO DE DESEMPENHO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO** é um importante instrumento de:

a) Avaliação sistêmica do exercício profissional do servidor municipal efetivo em estágio probatório.

b) Manutenção do vínculo empregatício do servidor municipal efetivo considerado apto para o Serviço Público Municipal, com a Prefeitura Municipal de Feliz Natal-MT;

c) Extinção do vínculo empregatício do servidor municipal efetivo considerado inapto para o Serviço Público Municipal.

3.2. Sua aplicação está implícita:

a) Ao servidor municipal nomeado para cargo efetivo do Município de Feliz Natal-MT;

b) Às secretarias municipais e respectivos superiores imediatos/mediatos, enquanto avaliadores;

c) Ao Departamento de Pessoal na manutenção do Programa de Gestão de Desempenho no Estágio Probatório;

d) Às respectivas Comissões de Avaliação de Desempenho - CAD, na aprovação ou não do servidor municipal efetivo durante o período de Estágio Probatório.

4. DO PROGRAMA DE GESTÃO DE DESEMPENHO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO

4.1. O Programa de Gestão de Desempenho no Estágio Probatório - tem por finalidade planejar, acompanhar, avaliar, orientar e aprimorar o desempenho do servidor municipal efetivo em estágio probatório nas atribuições inerentes ao cargo efetivo.

4.2. São objetivos específicos do Programa de Gestão de Desempenho no Estágio Probatório:

I - acompanhar e avaliar sistematicamente o desempenho do servidor municipal efetivo em estágio probatório;

II - propiciar informações para o planejamento das atividades sob a responsabilidade da área de recursos humanos e das demais unidades da Prefeitura Municipal de Feliz Natal;

III - promover ações para o desempenho satisfatório dos servidores municipais efetivos e para o alcance dos objetivos organizacionais;

IV - maximizar o aproveitamento do potencial dos servidores municipais efetivos;

V - fornecer subsídios ao processo de confirmação do servidor municipal efetivo no cargo ou, quando for o caso, de sua demissão;

4.3. A operacionalização do Programa compreende as seguintes fases: Análise da Capacitação Profissional, Acompanhamento do Desempenho e Avaliação do Desempenho.

4.4. O PROGRAMA será implantado e coordenado pela Secretaria Municipal Administração, Planejamento e Finanças através do Departamento de Pessoal;

4.4.1. A s Comissões de avaliação receberão treinamento específico obrigatório, com a finalidade de orientar os avaliadores sobre a

operacionalização do programa, assegurando uniformidade de critérios e procedimentos.

5. DO PROCESSAMENTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

5.1. A avaliação de desempenho do servidor municipal efetivo, em estágio probatório, terá por base o acompanhamento diário, com avaliações periódicas e avaliação final que consistirá na consolidação de pontuação das avaliações periódicas.

5.1.1. Serão realizadas 06 (seis) avaliações de desempenho do servidor municipal efetivo, em estágio probatório, sendo uma a cada 06(seis) meses de efetivo exercício no cargo de origem.

5.1.2. Na avaliação a que se refere este item serão aferidas as habilidades de execução, bem como as comportamentais e profissionais do servidor municipal efetivo, mediante a observância dos seguintes critérios: **capacidade técnica, eficiência; disciplina; pontualidade e assiduidade; capacidade de iniciativa; produtividade, responsabilidade e companheirismo,** conforme abaixo descritos:

a)CAPACIDADE TÉCNICA : Conhecimento na área de atuação, capacidade intelectual para desempenhar as tarefas relacionadas ao cargo que ocupa. Refere-se ao conhecimento do trabalho executado, possuir domínio, conhecimento técnico-profissional e administrativo para realização das atividades sob sua responsabilidade, é capaz de prestar informações e de executar as ações referentes às suas atribuições, é conhecedor dos sistemas operacionais.

b)EFICIÊNCIA: Executa as tarefas de forma eficiente, tem domínio sobre as atividades e processos, faz uso adequado dos equipamentos, do material de expediente e do tempo, mantém organizado o local de trabalho, tem cuidado na conservação de materiais e bens patrimoniais, observa as normas de segurança, e preocupa-se com a preservação do bem público no âmbito do órgão de lotação.

c)DISCIPLINA: Respeita a hierarquia e subordina-se a regras, observa as normas e esforça para realizar o trabalho em conformidade com os resultados esperados, é interessado em apresentar idéias e sugestões para otimizar procedimentos internos; repassa seus conhecimentos e informações, preocupa-se na melhoria dos processos. **d)PONTUALIDADE E ASSIDUIDADE**: Refere-se a presença constante no trabalho e ao respeito aos horários de inicio e fim do expediente, bem como a boa administração do tempo durante o expediente.

e)CAPACIDADE DE INICIATIVA: Tem iniciativa, atende com presteza e criatividade, dá prioridade ao atendimento do usuário, tende a reduzir o tempo de espera, soluciona com rapidez os problemas apresentados, assume, perante o usuário (interno ou externo), a responsabilidade por falhas ou erros derivados do processo de prestação de serviço, busca constante melhorias no seu trabalho e preocupa-se em resolver os problemas e em manter-se atualizado no seu campo profissional, acompanha alterações da legislação que afetam o seu campo de atuação ou a implementação de atribuições da sua unidade, estuda, aprofunda-se em normativos, leituras, cursos, treinamentos e troca de experiências.

f)PRODUTIVIDADE: tem boa produtividade, realiza as tarefas em conformidade com o tempo necessário para execução das mesmas, com as rotinas, padrões e metas estabelecidas, dentro dos prazos previstos e sem erros ou necessidade de refazimento.

g)RESPONSABILIDADE: cumpre prazos e compromissos**,** dedica-se em resolver os problemas da instituição, tem comunicação adequada, cria situações que contribuem para a solução de problemas organizacionais, busca destacar-se, expressa suas idéias com clareza, contribui para um clima organizacional mais favorável.

h)COMPANHEIRISMO: trabalha bem em grupo, sabe dividir tarefas, coloca-se a disposição para auxiliar colegas, trabalha alegre, tem equilíbrio emocional, cultiva emoções positivas, trabalha de forma harmônica com o grupo.

5.2. Todos os critérios de avaliação serão pontuados de **0 à 10 pontos e** será considerado aprovado no estágio probatório o servidor que obter média igual ou acima de 7,00 pontos, calculada pela soma das 06 avaliações de empenho realizadas no período de 03(três) anos, reproduzindo-se tal nota na avaliação final do Servidor.

5.2. Para pontuação da assiduidade, será considerado pontual o servidor que tiver no máximo 01 (uma) falta dentro de cada período de avaliação

semestral, excluídas as faltas legais e aquelas consideradas por este Procedimento, bem como o servidor que, mensalmente, não tenha além de 120 (cento e vinte) minutos de atrasos mensais.

6. DAS ETAPAS DE AVALIAÇÃO

6.1. O registro da avaliação de desempenho do servidor ao longo do estágio probatório far-se-á em seis etapas, a serem realizadas a cada 6 (seis) meses, à exceção do último semestre que será realizada no trigésimo terceiro mês após o início do efetivo exercício no cargo.

6.2. O resultado das etapas de avaliação será registrado em formulários próprios, nos semestres conforme mencionados neste Procedimento, considerado o tempo de efetivo exercício.

6.3. O FORMULÁRIO **FICHA DE AVALIAÇÃO SINTÉTICA DE SERVIDOR MUNICIPAL** é o documento utilizado para avaliação individual, acompanhado de outras ferramentas que possibilitem uma melhor análise do aproveitamento e aptidão do servidor, no campo de trabalho.

6.4. Ao tomar posse do cargo, o servidor municipal efetivo se submeterá ao período do estágio probatório, pelo período de trinta e seis meses, durante o qual sua aptidão e sua capacidade para o desempenho das atribuições do cargo serão objeto de avaliação.

6.5. A avaliação de desempenho no estágio probatório de servidor municipal efetivo, no âmbito da Prefeitura Municipal de Feliz Natal reger-se-á pelas disposições constantes deste Decreto, em conformidade com o Art. 67 da Lei Complementar 37/2015.

6.6. Durante o período de estágio probatório poderá o servidor exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de confiança no órgão ou entidade de lotação e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial.

6.7**-** O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos nos artigos 103, 104, 105 e 123, §4º Lei Complementar nº 003/2007,bem assim na hipótese de participação em curso de formação, e será retomado a partir do término do impedimento.

7 - DOS FATORES E PONTUAÇÃO

7.1 Nas etapas de avaliação semestral e final serão adotados os seguintes fatores e escala de pontuação:

a) Fatores:

I - não atendeu as expectativas;

II - atendeu minimamente as expectativas;

III - atendeu as expectativas;

IV - atendeu e superou as expectativas.

b) Pontuação:

- 0,0 até 5,00 = I - Insatisfatório;

- 5,1 até 6,0 = II -Regular;

- 6,1 até 8,0 = III Bom;

- 8,1 até 10,0 = IV – Excelente

7.2. O resultado de cada etapa de avaliação será a média dos pontos obtidos pelo servidor municipal efetivo nos fatores e pontuação, referidos no item 7.1., em cada uma das avaliações.

7.3. Na apuração da média ponderada da pontuação serão consideradas duas casas decimais.

8. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

8.1. Será instituída uma Comissão Especial de Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório em cada Secretaria, composta pelo chefe imediato do servidor em avaliação e no mínimo 2 (dois) servidores estáveis, nomeados pelo Prefeito Municipal, através de Portaria para a finalidade de avaliar os critérios enumerados no item anterior.

8.2. Compete à Comissão zelar pela observância dos procedimentos e dos critérios de avaliação previstos neste Procedimento, incumbindo-lhe especificamente:

I - apreciar os resultados semestrais e final da avaliação de desempenho do servidor em estágio probatório;

II - apreciar os recursos interpostos sobre o resultado final da avaliação;

III - notificar o servidor avaliado do julgamento do recurso de que trata o item 13;

IV - submeter ao Chefe de Departamento de Pessoal, no prazo de dez dias a contar do recebimento da Portaria de nomeação, o resultado final de cada avaliação e na avaliação final o pronunciamento conclusivo sobre a aprovação ou reprovação do servidor no estágio probatório;

V - justificar os pontos atribuídos ao servidor em cada fator de avaliação, quando a média for inferior a 70% dos pontos possíveis;

VI - dar ciência ao servidor avaliado de todas as etapas do processo de avaliação;

VII - juntamente com o avaliado, identificar as causas e propor as ações necessárias à solução dos problemas detectados no decorrer do processo de avaliação;

VIII – sugerir ao planejamento da unidade pela qual é responsável as necessidades de capacitação e de treinamento do servidor cujo desempenho não tenha atendido as expectativas;

8.3. O registro da avaliação de servidor que no período de cada etapa de avaliação tenha sido lotado em mais de uma unidade será feito pelo chefe ao qual esteve subordinado por maior tempo;

8.4. As Avaliações de Desempenho no Estágio Probatório serão confidenciais e deverão ser arquivados na pasta funcional de cada Servidor, após a sua ciência;

8.5. O relatório final da comissão será submetido à homologação do Prefeito Municipal;

8.6. Os servidores designados para compor a Comissão de Avaliação exercerão tal função sem prejuízo das atribuições normais do cargo que ocupam.

9. DOS CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO SEMESTRAL

9.1. O servidor será considerado:

a) APROVADO no Estágio Probatório quando a média dos pontos obtidos nas avaliações semestrais for igual ou superior a 7,0 (sete) dos pontos possíveis;

b) REPROVADO no Estágio Probatório quando a média dos pontos obtidos nas avaliações semestrais for inferior a 7,0 (sete) dos pontos possíveis;

c) REPROVADO no Estágio Probatório quando a média de pontos for inferior a 50% (cinquenta por cento) dos pontos possíveis, em qualquer semestre do Estágio Probatório, à exceção da primeira avaliação;

9.2.1. O servidor será exonerado se obtiver REPROVAÇÃO em mais de dois semestres consecutivos ou não, durante o período de Estágio Probatório.

10. DA INTERRUPÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

10.1 - O estágio probatório ficará suspenso durante as seguintes licenças e os afastamentos:

I - por motivo de doença em pessoa da família;

II - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;

III - para o serviço militar;

IV - para atividade política;

V - para capacitação;

VI - para tratar de interesses particulares;

VII - para tratamento da saúde;

VIII - para gestante, puérpera, adotante e paternidade;

IX - participação em curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Municipais;

X - Afastamento Para Exercício de Mandato Eletivo

XI - Afastamento para estudo ou missão em outro Município não limítrofe ou no exterior.

11. DO CRONOGRAMA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

11.1. A primeira Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório será remetida às Comissões de Avaliação da Secretaria respectiva à

lotação do servidor, após os primeiros 06 (seis) meses de efetivo exercício do mesmo, cujo retorno, deve acorrer em até 10 (dez) dias após o recebimento.

11.2. A cada 06 (seis) meses deverá ser realizada uma avaliação de desempenho, até completar os 36 (trinta e seis) meses de Estágio Probatório, sendo que a ultima avaliação deverá ser realizada no 34 (trigésimo quarto) mês de ingresso do Servidor na Prefeitura Municipal de Feliz Natal –MT., pra fins de processamento da documentação relativa a aprovação ou reprovação do Servidor no Estágio Probatório e a sua respectiva exoneração, no caso de não aprovação.

11.3. As Comissões de Avaliação, ao receberem a Ficha de Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório, deverão reunir-se para proceder as avaliações e os assentamentos e relatórios efetuados de cada Servidor avaliado, bem como a pontuação e, em seguida, deverão encaminhá-la para o Departamento de Pessoal.

12. DA APURAÇÃO DO RESULTADO FINAL

12.1. O Departamento de Pessoal consolidará as avaliações semestrais e procederá à apuração do resultado final, observando o seguinte:

I - será realizada a média das avaliações consolidadas (soma) das pontuações obtidas em cada semestre;

II - será considerado aprovado no estágio probatório o servidor que na apuração do resultado final obtiver média igual ou superior a 7% (sete por cento) da pontuação;

III - será dada ciência por escrito ao servidor do resultado final da avaliação.

12.2. No caso do servidor recusar sua assinatura no formulário próprio, registrar-se-á o fato em documento assinado por duas testemunhas.

13. DOS RECURSOS

13.1. O servidor que discordar dos resultados semestrais e final da avaliação poderá interpor recurso, dirigido à Comissão de Avaliação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis à contar da ciência do resultado final da avaliação.

13.2. Na elaboração das razões do recurso, o servidor deverá ater-se aos fatores e pontuação constantes na ficha de avaliação, indicando aqueles que forem objeto de contestação e eventuais irregularidades constatadas na apuração do resultado, sempre por escrito, preferencialmente digitado.

13.3. Será indeferido liminarmente o recurso que for interposto fora do prazo ou que não observar o disposto no item anterior.

13.4. A Comissão de Avaliação deverá analisar e julgar as razões apresentadas no recurso do Servidor no prazo de 10 (dez) dias úteis à contar do seu recebimento.

13.5. Da decisão da Comissão de Avaliação cabe recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis à contar da notificação ao Prefeito Municipal, o qual, no mesmo prazo, proferirá a decisão final.

13.6. Não cabe recurso da decisão do Prefeito Municipal.

14. DOS DEMAIS CRITÉRIOS A SEREM OBSERVADOS PELAS COMISSÕES DE AVALIAÇÃO

14.1. Na avaliação do Desempenho do Servidor, deverão considerados também os seguintes requisitos:

a) COMUNICAÇÃO: Habilidade do Servidor em expressar-se, verbal ou por escrito, de forma clara, adequada e objetiva, assim como de entender a mensagem.

b**) ORGANIZAÇÃO e PLANEJAMENTO**: Capacidade do Servidor de planejar suas tarefas e executá-las, estabelecendo a prioridade do dia, semana ou mês.

c) ATENDIMENTO AO PÚBLI CO: Presteza do Servidor em receber e dar atenção aos usuários (munícipes ou servidores) que venham pedir informação, auxílio ou resolução de problemas.

d) SENSO CRÍTICO: Capacidade do Servidor de observar, analisar e criticar construtivamente os processos, serviços, métodos e posturas da organização e de si mesmo.

e) CAPACIDADE DE INICIATIVA: Aptidão para suscitar, definir, explicar, propagar e pôr em prática uma ideia.

f) ATENÇÃO: Aplicar-se na execução da tarefa, concentrando-se e refletindo sobre o que está fazendo, tendo em vista não precisar executá-la novamente por falhas.

g) COOPERAÇÃO: Disposição para colaborar com os colegas, munícipes e outros no interesse do Serviço Público (trabalho em grupo). Partilhar informações e transmitir suas habilidades e conhecimentos pertinentes a uma ou mais tarefas.

h) ANÁLISE/SOLUÇÃO DE PROBLEMAS: Habilidade do Servidor para analisar e solucionar problemas, identificando e eliminando suas causas, decidindo pela melhor alternativa, dentro dos prazos e com a qualidade necessária à sua área de atuação.

i) CRIATIVIDADE: Capacidade para inovar, criar, desenvolver novas ideias e projetos, a partir dos recursos disponíveis que resultam em contribuições efetivas.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Incumbe ao Departamento de Pessoal e aos Secretários Municipais da Prefeitura de Feliz Natal–MT zelar pelo fiel cumprimento do disposto neste Procedimento Operacional Padrão.

16. FORMULÁRIOS UTILIZADOS

16.1. Ficha de Avaliação Sintética de Servidor Municipal – Semestral

16.2. Ficha de Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório – Final

Feliz Natal – MT, 15 de Abril de 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

NEUZA MARIA DA ROSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA MUNICIPAL Nº 313/2018

FICHA DE AVALIAÇÃO SINTÉTICA DE SERVIDOR MUNICIPAL - SEMESTRAL

Servidor Avaliado:_____

Data da Nomeação:_____Cargo:_____

Secretaria:_____

___

AVALIAÇÃO Nº ....

NOTAS ATRIBUÍDAS:

I- CAPACIDADE TÉCNICA Fator: _____

Pontuação: _____

II – EFICIÊNCIA

Fator: _____

Pontuação: _____

III – DISCIPLINA Fator: _____

Pontuação: _____

IV – PONTUALIDADE E ASSIDUIDADE Fator: _____

Pontuação: _____

V - CAPACIDADE DE INICIATIVA

Fator: _____

Pontuação: _____

VI - **PRODUTIVIDADE**: Fator: _____

Pontuação: _____

VII – RESPONSABILIDADE

Fator: _____

Pontuação: _____

VIII – COMPANHEIRISMO

Fator: _____

Pontuação: _____

TOTAL PONTUAÇÃO:_____/8 : _____ (NOTA DA AVALIACAO)

CONCEITO: _____

Comentários da Comissão de Avaliação: _____

_____

_____

_____

_____

_____

Feliz Natal – MT, ___de _____ de _____.

Comissão de Avaliação Nomeada pela Portaria Nº_____/_____

_____ _____

....

_____

.....

Ciente em _____/_____/_____

_____

(Servidor Avaliado)

FICHA DE AVALIAÇÃO SINTÉTICA DE SERVIDOR MUNICIPAL – FINAL

Servidor Avaliado:_____

Data da Nomeação:_____Cargo:_____

Secretaria:_____

___

AVALIAÇÃO FINAL

(soma e divisão das avaliações anteriores)

NOTAS ATRIBUÍDAS:

I- CAPACIDADE TÉCNICA Fator: _____

Pontuação: _____

II – EFICIÊNCIA

Fator: _____

Pontuação: _____

III – DISCIPLINA Fator: _____

Pontuação: _____

IV – PONTUALIDADE E ASSIDUIDADE Fator: _____

Pontuação: _____

V - CAPACIDADE DE INICIATIVA

Fator: _____

Pontuação: _____

VI - **PRODUTIVIDADE**: Fator: _____

Pontuação: _____

VII – RESPONSABILIDADE

Fator: _____

Pontuação: _____

VIII – COMPANHEIRISMO

Fator: _____

Pontuação: _____

TOTAL PONTUAÇÃO:_____/8 : _____ (NOTA DA AVALIACAO)

CONCEITO: _____

Comentários da Comissão de Avaliação: _____

_____

_____

_____

_____

Feliz Natal – MT, ___de _____ de _____.

Comissão de Avaliação Nomeada pela Portaria Nº_____/_____

_____ _____

....

_____

.....

Ciente em _____/_____/_____

_____

(Servidor Avaliado)

PREFEITURA JURIDICO
TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº024/2019

Por meio do presente documento a **Prefeitura Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso,** vem retificar O **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº024/2019,** do dia 16 de Abril de

2019, Edição Nº 3.208**,** para o fim de constar que onde se lê Aquisição de Moveis, Equipamentos Eletrônicos, **leia-se** Ata de Registro de Preço Nº 024/2019

Feliz Natal – MT, 16 de Abril de 2019.

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 029/2019.

DECRETO MUNICIPAL N.º 029/2019.

DATA: 15 DE ABRIL DE 2019.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 80. 000,00(OITENTA MIL REAIS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de R$ 80.000,00(oitenta mil reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

01.000.0.1.01.031.0001.1002.4.4.90.51.00.00 0100000000 R$ 80.000,00

Total da Suplementação: R$ 80.000,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02.000.0.1.04.122.0002.2002.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 30.000,00

02.000.0.1.04.122.0002.2002.3.3.90.92.00.00 0100000000 R$ 7.000,00

02.000.0.1.04.122.0002.2002.4.4.90.52.00.00 0100000000 R$ 15.000,00

03.000.0.1.04.122.0002.2004.3.3.90.35.00.00 0100000000 R$ 28.000,00

Total da Redução: R$ 80.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 15º DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

Rafael Pavei

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 001 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

Que dispõe sobre a criação da Comissão de Investigação Processante, na Câmara Municipal de Gaúcha do Norte e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Gaúcha do Norte, MT., no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 31, Inciso IV, alínea “b”, combinado com o Art. 65 e seus parágrafos, ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Gaúcha do Norte faz saber, que o Soberano Plenário aprovou e Ele Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica criada a Comissão de Investigação Processante a fim de investigar os fatos imputados a JANDIRA DO PRADO WEGNER, através do Requerimento de autoria do cidadão Sr. Vilmar Antônio Paese, sobre as condutas expostas a seguir:

- Prática de infração politico e administrativa, descrita no Artigo 64, Inciso VI da Lei orgânica Municipal.

Art. 64 – O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, desde a posse, sob pena de perda de mando:

I - firmar ou manter contrato com o Município ou com suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível "adnutum", na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público, aplicando-se nesta hipótese, o disposto no artigo 38 da Constituição Federal.

III - ser titular de mais de um mandato eletivo;

IV - patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades mencionadas no inciso I deste artigo;

V - ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município ou nela exercer função remunerada;

VI – FIXAR RESIDÊNCIA FORA DO MUNICÍPIO.

Art. 2º - Ficam designados como membros efetivos da Comissão de Investigação Processante prevista no Art. 1º da presente Resolução, os três vereadores sorteados em sessão, entre os desimpedidos, conforme a seguir descrito e seus respectivos suplentes.

Membros Titulares

AGENOR DA ROCHA CORREA

FLAVIO KUNRATH

FÁBIO DA SILVA SOUZA

Membros Suplentes

MUTUA MEHINAKO

ANTONIO RUBENS CONELIAN

Art. 3º - A Comissão de Investigação Processante terá o prazo de 90 dias, para a conclusão dos trabalhos, a Juízo do Plenário.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigência na data de sua Publicação, Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, Gaúcha do Norte, MT,. 16 de Abril de 2019.

ELÇO DOMINGOS ALVES

Presidente da Câmara Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Aos 16 dias do mês de Abril de 2019, de um lado o(a) **MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE**, com sede na rua para, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) **Prefeito(a) , Sr(a). VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro(a), portador do R.G. n.º 2477543SSP/GO e inscrito no CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na RUA BRASILIA, bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando

publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DEMAE, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor 2R COMERCIO DE MAQUINAS E FERRAMENTES LTDA (TARUMÃ)		CNPJ 15.701.603/0001-98
Endereço AVENIDA BRASIL		Nº SN
Bairro CENTRO	Cidade GAUCHA DO NORTE	CEP 78875000
Representante Legal		CPF
Email 2RTARUMA@GMAIL.COM		Telefone 6635821169

1	26381	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 50MMX 3/4 Detalhamento: COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 50MMX 3/4	UN - UNIDADE	TIGRE	70,00	11,4800	803,60
2	26382	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 60MMX 3/4	UN - UNIDADE	TIGRE	50,00	11,9800	599,00
3	26383	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 75MM X 3/4	UN - UNIDADE	TIGRE	20,00	15,9800	319,60
4	26384	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 85MM X 3/4	UN - UNIDADE	TIGRE	10,00	25,9800	259,80
5	26385	COLAR TOMADA PVC C/TRAVAS DN 110MM X 3/4	UN - UNIDADE	TIGRE	10,00	26,3100	263,10
6	26390	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 90°	UN - UNIDADE	PLASTILIT	60,00	0,9800	58,80
7	26391	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 90°	UN - UNIDADE	PLASTILIT	500,00	1,3100	655,00
8	26392	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 90°	UN - UNIDADE	PLASTILIT	40,00	2,2300	89,20
9	26393	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 90°	UN - UNIDADE	PLASTILIT	70,00	3,7800	264,60
10	26394	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 90°	UN - UNIDADE	PLASTILIT	70,00	3,9100	273,70
11	26395	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 90°	UN - UNIDADE	PLASTILIT	80,00	17,4800	1.398,40
12	26396	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 75MM X 90°	UN - UNIDADE	KRONA	20,00	81,1700	1.623,40
13	26399	TE PVC SOLDÁVEL DE 20MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	20,00	0,9400	18,80
14	26400	TE PVC SOLDÁVEL DE 25MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	500,00	1,1000	550,00
15	26401	TE PVC SOLDÁVEL DE 32MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	70,00	3,3300	233,10
16	26402	TE SOLDÁVEL DE 40MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	20,00	7,9000	158,00
17	26403	TE SOLDÁVEL DE 50MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	80,00	7,1000	568,00
18	26404	TE SOLDÁVEL DE 60MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	60,00	26,1000	1.566,00
19	26405	TE SOLDÁVEL DE 75MM	UN - UNIDADE	KRONA	20,00	60,3100	1.206,20
20	26408	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 90°	UN - UNIDADE	PLASTILIT	40,00	2,6900	107,60
21	26409	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 90°	UN - UNIDADE	PLASTILIT	150,00	3,1500	472,50
22	26410	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 90°	UN - UNIDADE	PLASTILIT	30,00	6,3100	189,30
23	26411	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 90°	UN - UNIDADE	PLASTILIT	60,00	10,0400	602,40
24	26412	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 90°	UN - UNIDADE	PLASTILIT	60,00	12,2500	735,00
25	26413	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 90°	UN - UNIDADE	KRONA	50,00	25,6400	1.282,00
26	26417	BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 25MM X 20MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	150,00	0,7700	115,50
27	26418	BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 32MM X 25MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	50,00	1,0600	53,00
28	26419	BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 40MM X 32MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	50,00	2,5200	126,00
29	26420	BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 50MM X 40MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	50,00	3,3300	166,50
30	26421	BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 60MM X 50MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	60,00	4,6600	279,60
31	26422	BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 75MM X 60MM	UN - UNIDADE	KRONA	20,00	24,6500	493,00
32	26425	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 20MM X 1/2"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	30,00	0,9100	27,30
33	26426	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 25MM X 3/4"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	500,00	1,0300	515,00
34	26427	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 32MM X 1"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	20,00	2,0900	41,80
35	26428	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 40MM X 1. 1/4"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	20,00	3,5100	70,20
36	26429	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 50MM X 1. 1/2"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	3,6900	36,90
37	26430	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 60MM X 2"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	6,9400	69,40
38	26431	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 75MM X 2. 1/2"	UN - UNIDADE	KRONA	10,00	17,3500	173,50
39	26434	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 32MM X 20MM	UN - UNIDADE	KRONA	20,00	2,3100	46,20
40	26435	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 40MM X 20MM	UN - UNIDADE	KRONA	20,00	2,3100	46,20
41	26436	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 40MM X 25MM	UN - UNIDADE	KRONA	20,00	2,9800	59,60
42	26437	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 50MM X 25MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	40,00	2,3100	92,40
43	26438	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 50MM X 32MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	5,00	2,6900	13,45
44	26439	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 25MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	30,00	7,2100	216,30
45	26440	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 40MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	20,00	9,6500	193,00
46	26441	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 50MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	30,00	8,3100	249,30
47	26446	JOELHO PVC SOLDA ROSCA 90° 20MM X 1/2"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	20,00	1,8000	36,00
48	26447	JOELHO PVC SOLDA ROSCA 90° 25MM X 3/4"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	100,00	2,8300	283,00
49	26448	JOELHO PVC SOLDA ROSCA 90° 25MM X 1/2"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	80,00	2,5700	205,60
50	26449	JOELHO PVC SOLDA ROSCA 90° 32MM X 3/4"	UN - UNIDADE	KRONA	10,00	4,2000	42,00
51	26450	LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 20MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	30,00	10,7900	323,70
52	26451	LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 25MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	100,00	10,1200	1.012,00
53	26452	LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 32MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	19,5400	195,40
54	26453	LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 40MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	20,00	24,1200	482,40
55	26454	LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 50MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	60,00	28,5900	1.715,40
56	26455	LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 60MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	50,00	38,3100	1.915,50

57	26456	CAP PVC SOLDÁVEL DE 20MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	20,00	0,7600	15,20
58	26457	CAP PVC SOLDÁVEL DE 25MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	400,00	1,2700	508,00
59	26458	CAP PVC SOLDÁVEL DE 40MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	40,00	2,8800	115,20
60	26459	CAP PVC SOLDÁVEL DE 50MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	40,00	5,0700	202,80
61	26460	CAP PVC SOLDÁVEL DE 60MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	40,00	6,4600	258,40
62	26461	CAP PVC SOLDÁVEL DE 75MM	UN - UNIDADE	KRONA	20,00	12,6500	253,00
63	26463	CAP PVC SOLDÁVEL DE 32MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	1,8100	18,10
64	26465	LUVA PVC SOLDA ROSCA DE 25MM X 1/2"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	20,00	2,1200	42,40
65	26466	LUVA PVC SOLDA ROSCA DE 25MM X 3/4"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	70,00	1,8900	132,30
66	26467	LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 20MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	20,00	0,6100	12,20
67	26468	LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 25MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	400,00	0,8900	356,00
68	26469	LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 32MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	20,00	2,1200	42,40
69	26470	LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 40MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	40,00	3,1700	126,80
70	26471	LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 50MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	50,00	3,4600	173,00
71	26472	LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 60MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	50,00	10,1000	505,00
72	26473	LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 75MM	UN - UNIDADE	KRONA	15,00	14,6500	219,75
73	26476	JOELHO PVC DE 20MM X 45°	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	0,8900	8,90
74	26477	JOELHO PVC DE 25MM X 45°	UN - UNIDADE	PLASTILIT	40,00	0,9800	39,20
75	26478	JOELHO PVC DE 32MM X 45°	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	3,5100	35,10
76	26479	JOELHO DE PVC DE 40MM X 45°	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	5,2600	52,60
77	26480	JOELHO PVC DE 50 MM X 45°	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	5,3500	53,50
78	26481	JOELHO PVC DE 60MM X 45°	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	16,2100	162,10
79	26482	JOELHO PVC DE 70MM X 45°	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	30,6500	306,50
80	26485	TE PVC SOLDA ROSCA DE 25MM X 1/2"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	20,00	3,2100	64,20
81	26486	TE PVC SOLDA ROSCA DE 25MM X 3/4"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	20,00	3,1900	63,80
82	26487	UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 20MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	6,5400	65,40
83	26488	UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 25MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	7,4400	74,40
84	26489	UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 32MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	20,00	12,5500	251,00
85	26490	UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 40MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	22,5800	225,80
86	26491	UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 50MM	UN - UNIDADE	KRONA	10,00	27,8800	278,80
87	26492	UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 60MM	UN - UNIDADE	KRONA	10,00	72,3100	723,10
88	26493	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 6M	UN - UNIDADE	PLASTILIT	20,00	13,3400	266,80
89	26494	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 6M	UN - UNIDADE	PLASTILIT	350,00	17,4300	6.100,50
90	26495	276151-3 TUBO PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 6M	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	32,1700	321,70
91	26496	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 6M	UN - UNIDADE	PLASTILIT	40,00	44,5000	1.780,00
92	26499	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 75MM X 6M	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	287,3600	2.873,60
93	26500	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 85MM X 6M	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	372,3800	3.723,80
94	26502	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 45°	UN - UNIDADE	KRONA	10,00	11,2000	112,00
95	26503	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 45°	UN - UNIDADE	KRONA	40,00	2,7200	108,80
96	26504	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 45°	UN - UNIDADE	KRONA	5,00	1,2700	6,35
97	26505	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 45°	UN - UNIDADE	KRONA	10,00	10,3800	103,80
98	26506	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 45°	UN - UNIDADE	KRONA	10,00	18,9800	189,80
99	26507	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 45°	UN - UNIDADE	KRONA	10,00	26,6500	266,50
100	26510	CAP PVC ROSCÁVEL DE 1/2"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	1,3400	13,40
101	26511	CAP PVC ROSCÁVEL DE 3/4"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	1,8600	18,60
102	26512	TE PVC ROSCÁVEL DE 1/2"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	2,0900	20,90
103	26513	TE PVC ROSCÁVEL DE 3/4"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	100,00	3,4100	341,00
104	26514	BUCHA DE REDUÇÃO DE 3/4" X 1/2"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	60,00	0,8200	49,20
105	26516	PLUG PVC ROSCÁVEL DE 1/2"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	20,00	0,8600	17,20
106	26517	PLUG PVC ROSCÁVEL DE 3/4"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	40,00	0,9800	39,20
107	26518	JOELHO PVC ROSCÁVEL 3/4" X 90°	UN - UNIDADE	PLASTILIT	90,00	3,2500	292,50
108	26523	REGISTRO ESFERA PVC ROSCA EXTERNA COM BORBOLETA	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	11,8500	118,50

1/2"

109

26524

110	26525	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 20MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	10,00	8,2400	82,40
111	26526	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 25MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	80,00	10,2800	822,40
112	26527	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 32MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	4,00	17,5900	70,36
113	26528	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 40MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	20,00	26,7200	534,40
114	26529	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 50MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	40,00	27,7500	1.110,00
115	26530	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 60MM	UN - UNIDADE	PLASTILIT	20,00	54,8300	1.096,60
116	26531	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 75MM	UN - UNIDADE	KRONA	3,00	129,4800	388,44
117	26538	REGISTRO ESFERA PVC ROSCA INTERNA C/ BORBOLETA	UN - UNIDADE	PLASTILIT	20,00	11,9600	239,20
		3/4"					
118	26539	REGISTRO DE PRESSÃO BRONZE ROSCA MACHO FEMEA 3/4'	UN - UNIDADE	KELLY METAIS	100,00	26,4800	2.648,00
119	26540	ADESIVOS PARA TUBOS E CONEXÕES EM PVC DE 850 GRAMA	UN - UNIDADE	PLASTILIT	70,00	50,6900	3.548,30
120	26541	ADESIVOS PARA TUBOS E CONEXÕES EM PVC DE 175 GRAMA	UN - UNIDADE	PLASTILIT	30,00	19,5500	586,50
121	26542	FITA VEDA ROSCA 18MM X 25M	UN - UNIDADE	PLASTILIT	100,00	7,9300	793,00
122	26543	FITA VEDA ROSCA 18MM X 50M	UN - UNIDADE	PLASTILIT	100,00	18,7000	1.870,00

123	26544	TORNEIRA PVC P/ JARDIM PRETA 1/2" UN - UNIDADE	PLASTILIT	70,00	4,5100	315,70
124	26547	LAMINA DE SERRA BIMETAL AÇO RÁPIDO 12" X 24 DENTES UN - UNIDADE	IRWIN	40,00	7,4700	298,80
125	26548	CHAVE GRIFO 24" UN - UNIDADE	ROBUST	3,00	187,3700	562,11
126	26549	CHAVE GRIFO 14" UN - UNIDADE	ROBUST	3,00	83,8300	251,49
127	26551	ALICATE BOMBA D'ÁGUA 12" UN - UNIDADE	ROBUST	6,00	41,0500	246,30
128	26552	ALICATE PRESSÃO 10" UN - UNIDADE	CARBOGRAFITE	3,00	35,9200	107,76
129	26553	ARCO DE SERRA 12" UN - UNIDADE	CARBOGRAFITE	5,00	28,9300	144,65
130	26554	MINI ARCO DE SERRA UN - UNIDADE	CARBOGRAFITE	5,00	10,2300	51,15
131	26555	CAVADEIRA RETA UN - UNIDADE	TRAMONTINA	3,00	94,1300	282,39
132	26556	CAVADEIRA ARTICULADA UN - UNIDADE	PARABONI	4,00	91,8800	367,52
133	26557	ENXADA LARGA COM CABO UN - UNIDADE	PARABONI	4,00	63,5800	254,32
134	26558	ENXADÃO LARGO COM CABO UN - UNIDADE	PARABONI	4,00	52,9100	211,64

REGISTRO ESFERA PVC ROSCA EXTERNA COM BORBOLETA UN - UNIDADE 3/4"

PLASTILIT

80,00 17,2000

1.376,00

135	26559	ENXADÃO ESTREITO COM CABO	UN - UNIDADE	PARABONI	4,00	52,1100	208,44
136	26561	PICARETA ALVIÃO COM CABO	UN - UNIDADE	PARABONI	4,00	81,7600	327,04
137	26562	ARCO PARA BROCA	UN - UNIDADE	IRWIN	2,00	154,9800	309,96
138	26566	FITA ZEBRADA 70MM X 200M	UN - UNIDADE	CARBOGRAFITE	4,00	17,5500	70,20
139	26567	MARRETA	UN - UNIDADE	VONDER	2,00	55,8300	111,66
140	26568	ABRAÇADEIRAS DE AÇO 1/2"	UN - UNIDADE	METALMATRIX	200,00	1,5600	312,00
141	26569	ABRAÇADEIRAS DE AÇO 3/4"	UN - UNIDADE	METALMATRIX	50,00	1,7000	85,00
142	26570	UNIÃO INTERNA PARA MANGUEIRA 1/2"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	50,00	1,1600	58,00
143	26571	UNIÃO INTERNA PARA MANGUEIRA 3/4"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	40,00	1,5200	60,80
144	26572	JOELHO INTERNO DUPLO PARA MANGUEIRA 1/2"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	40,00	2,2100	88,40
145	26573	JOELHO INTERNO DUPLO PARA MANGUEIRA 3/4"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	60,00	2,2600	135,60
146	26574	ADAPTADOR INTERNO PARA MANGUEIRA 3/4" X 1/2"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	60,00	1,8600	111,60
147	26575	TE INTERNO TRIPLO P/ MANGUEIRA 1/2"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	60,00	3,0400	182,40
148	26576	TE INTERNO TRIPLO P/ MANGUEIRA 3/4"	UN - UNIDADE	PLASTILIT	60,00	3,1700	190,20
149	26577	UNIÃO DE REDUÇÃO PARA MANGUEIRA 3/4" X 1/2"	UN - UNIDADE		40,00	1,2300	49,20
150	30344	GROSA CABINET REGULAR 10'	UN - UNIDADE	AMATOOLS	3,00	51,2800	153,84
151	30345	PÁ DE BICO C/CABO 120 CM N4	UN - UNIDADE	PARABONI	3,00	50,7300	152,19
152	30346	CARRINHO DE MÃO DE GALVANIZADO	UN - UNIDADE	WORKER	2,00	140,2800	280,56
TOTAL							66.887,87

2 – DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO: O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE mediante assinatura de Contrato e/ou retirada da Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Presencial nº 15/2019. **2.1** – O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato e/ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do Pregão Presencial nº 15/2019. **2.2** – O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços. **2.3** – A entrega do(s) item(s) deverá ser efetuada conforme Captulo **XVI** do Edital do Pregão Presencial nº 15/2019. **2.4** – Todas as penalidades e as sanções contidas no Edital do Pregão 15/2019 aplicam-se sob a Ata de Registro de Preço.

3 – DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS: A Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata. **3.1** – Nos termos do art. 15, § 4º da Lei 8.666/93 a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto, uma licitação especifica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições. **3.2** – A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada pelo Órgão Gerenciador ou qualquer outro órgão e entidade da Administração que não tenha participado do certame mediante prévia consulta ao órgão gerenciador da Ata, desde que devidamente comprovada a vantagem. **4 – DOS PREÇOS:** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93. **4.1** – O preço registrado para cada item poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados. **4.1.1** – Quando o preço inicialmente registrado para cada item, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE convocará o licitante registrado visando à negociação para redução de preços e sua adequação àquele praticado pelo mercado. **4.1.2** – Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido. **4.1.2.1** – Na hipótese do subitem anterior, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE convocará os demais fornecedores, na ordem de classificação do processo licitatório para o item em questão, visando igual oportunidade de negociação. **4.2** – Quando o preço de mercado para determinado item tornar-se superior aos preços registrados e, o fornecedor registrado, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura Municipal poderá: **4.2.1** – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento ocorra antes do pedido de fornecimento. **4.2.2** – Convocar os demais fornecedores classificados para o item, visando igual oportunidade de negociação. **4.3** – Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE procederá à revogação do item em questão, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. **4.4** – Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis a espécie. **4.5** – O

diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pela Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos, serão sempre mantidos. **5 – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PAGAMENTO:** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura. O pagamento será efetuado conforme edital na seguinte dotação orçamentária: **6 – DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Diário Oficial de Contas TCE/MT que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura. **7 – DO FORO:** O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro da Comarca de GAUCHA DO NORTE, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito(a)

2R COMERCIO DE MAQUINAS E FERRAMENTES LTDA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 015/2019

O(a) Prefeito, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000022/2019 Modalidade Nr.: 00000015/2019

Modalidade: Pregão

Data da Adjudicação: 16/04/2019 Data da Homologação: 16/04/2019

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DEMAE

Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)

Detalhamento

Unid. Qtd. Vlr. Unitário

Total

26381	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 50MMX 3/4 DETALHAMENTO: COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 50MMX 3/4	UN - UNIDADE	70,0000	11,4800	803,60
26382	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 60MMX 3/4 DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	50,0000	11,9800	599,00
26383	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 75MM X 3/4 DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	20,0000	15,9800	319,60
26384	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 85MM X 3/4 DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	10,0000	25,9800	259,80
26385	COLAR TOMADA PVC C/TRAVAS DN 110MM X 3/4 DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	10,0000	26,3100	263,10
26390	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 90° DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	60,0000	0,9800	58,80
26391	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 90° DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	500,0000	1,3100	655,00
26392	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 90° DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	40,0000	2,2300	89,20
26393	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 90° DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	70,0000	3,7800	264,60
26394	JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 90°	UN - UNIDADE	70,0000	3,9100	273,70

4871 - 2R COMERCIO DE MAQUINAS E FERRAMENTES LTDA (TARUMÃ) CNPJ: 15.701.603/0001-98

26395

26396

26399

26400

26401

26402

26403

DETALHAMENTO:

JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 90° UN - UNIDADE 80,0000 17,4800 1.398,40 DETALHAMENTO:

JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 75MM X 90° UN - UNIDADE 20,0000 81,1700 1.623,40 DETALHAMENTO:

TE PVC SOLDÁVEL DE 20MM UN - UNIDADE 20,0000 0,9400 18,80 DETALHAMENTO:

TE PVC SOLDÁVEL DE 25MM UN - UNIDADE 500,0000 1,1000 550,00 DETALHAMENTO:

TE PVC SOLDÁVEL DE 32MM UN - UNIDADE 70,0000 3,3300 233,10 DETALHAMENTO:

TE SOLDÁVEL DE 40MM UN - UNIDADE 20,0000 7,9000 158,00 DETALHAMENTO:

TE SOLDÁVEL DE 50MM UN - UNIDADE 80,0000 7,1000 568,00

26404

26405

26408

26409

26410

26411

26412

DETALHAMENTO:

TE SOLDÁVEL DE 60MM UN - UNIDADE 60,0000 26,1000 1.566,00 DETALHAMENTO:

TE SOLDÁVEL DE 75MM UN - UNIDADE 20,0000 60,3100 1.206,20 DETALHAMENTO:

CURVA PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 90° UN - UNIDADE 40,0000 2,6900 107,60 DETALHAMENTO:

CURVA PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 90° UN - UNIDADE 150,0000 3,1500 472,50 DETALHAMENTO:

CURVA PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 90° UN - UNIDADE 30,0000 6,3100 189,30 DETALHAMENTO:

CURVA PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 90° UN - UNIDADE 60,0000 10,0400 602,40 DETALHAMENTO:

CURVA PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 90° UN - UNIDADE 60,0000 12,2500 735,00 DETALHAMENTO:

26413	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 90° DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	50,0000	25,6400	1.282,00
26417	BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 25MM X 20MM DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	150,0000	0,7700	115,50
26418	BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 32MM X 25MM	UN - UNIDADE	50,0000	1,0600	53,00

26419

26420

26421

26422

26425

26426

26427

26428

26429

26430

26431

26434

26435

26436

26437

DETALHAMENTO:

BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 40MM X 32MM UN - UNIDADE 50,0000 2,5200 126,00 DETALHAMENTO:

BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 50MM X 40MM UN - UNIDADE 50,0000 3,3300 166,50 DETALHAMENTO:

BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 60MM X 50MM UN - UNIDADE 60,0000 4,6600 279,60 DETALHAMENTO:

BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 75MM X 60MM UN - UNIDADE 20,0000 24,6500 493,00 DETALHAMENTO:

ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 20MM X 1/2" UN - UNIDADE 30,0000 0,9100 27,30 DETALHAMENTO:

ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 25MM X 3/4" UN - UNIDADE 500,0000 1,0300 515,00 DETALHAMENTO:

ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 32MM X 1" UN - UNIDADE 20,0000 2,0900 41,80 DETALHAMENTO:
ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 40MM X 1. 1/4" UN - UNIDADE 20,0000 3,5100 70,20 DETALHAMENTO:
ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 50MM X 1. 1/2" UN - UNIDADE 10,0000 3,6900 36,90 DETALHAMENTO:
ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 60MM X 2" UN - UNIDADE 10,0000 6,9400 69,40 DETALHAMENTO:
ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 75MM X 2. 1/2" UN - UNIDADE 10,0000 17,3500 173,50 DETALHAMENTO:
BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 32MM X 20MM UN - UNIDADE 20,0000 2,3100 46,20 DETALHAMENTO:
BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 40MM X 20MM UN - UNIDADE 20,0000 2,3100 46,20 DETALHAMENTO:
BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 40MM X 25MM UN - UNIDADE 20,0000 2,9800 59,60 DETALHAMENTO:
BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 50MM X 25MM UN - UNIDADE 40,0000 2,3100 92,40 DETALHAMENTO:
26438
26439
26440
26441
26446
26447
26448
26449
26450
26451
26452
26453
26454
26455
26456
26457
26458
26459
26460
26461
26463
26465
26466
26467
26468
26469
BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 50MM X 32MM UN - UNIDADE 5,0000 2,6900 13,45 DETALHAMENTO:
BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 25MM UN - UNIDADE 30,0000 7,2100 216,30 DETALHAMENTO:
BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 40MM UN - UNIDADE 20,0000 9,6500 193,00 DETALHAMENTO:
BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 50MM UN - UNIDADE 30,0000 8,3100 249,30 DETALHAMENTO:
JOELHO PVC SOLDA ROSCA 90° 20MM X 1/2" UN - UNIDADE 20,0000 1,8000 36,00 DETALHAMENTO:
JOELHO PVC SOLDA ROSCA 90° 25MM X 3/4" UN - UNIDADE 100,0000 2,8300 283,00 DETALHAMENTO:
JOELHO PVC SOLDA ROSCA 90° 25MM X 1/2" UN - UNIDADE 80,0000 2,5700 205,60 DETALHAMENTO:
JOELHO PVC SOLDA ROSCA 90° 32MM X 3/4" UN - UNIDADE 10,0000 4,2000 42,00 DETALHAMENTO:
LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 20MM UN - UNIDADE 30,0000 10,7900 323,70 DETALHAMENTO:
LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 25MM UN - UNIDADE 100,0000 10,1200 1.012,00 DETALHAMENTO:
LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 32MM UN - UNIDADE 10,0000 19,5400 195,40 DETALHAMENTO:
LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 40MM UN - UNIDADE 20,0000 24,1200 482,40 DETALHAMENTO:
LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 50MM UN - UNIDADE 60,0000 28,5900 1.715,40 DETALHAMENTO:

LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 60MM UN - UNIDADE 50,0000 38,3100 1.915,50 DETALHAMENTO:
CAP PVC SOLDÁVEL DE 20MM UN - UNIDADE 20,0000 0,7600 15,20 DETALHAMENTO:
CAP PVC SOLDÁVEL DE 25MM UN - UNIDADE 400,0000 1,2700 508,00 DETALHAMENTO:
CAP PVC SOLDÁVEL DE 40MM UN - UNIDADE 40,0000 2,8800 115,20 DETALHAMENTO:
CAP PVC SOLDÁVEL DE 50MM UN - UNIDADE 40,0000 5,0700 202,80 DETALHAMENTO:
CAP PVC SOLDÁVEL DE 60MM UN - UNIDADE 40,0000 6,4600 258,40 DETALHAMENTO:
CAP PVC SOLDÁVEL DE 75MM UN - UNIDADE 20,0000 12,6500 253,00 DETALHAMENTO:
CAP PVC SOLDÁVEL DE 32MM UN - UNIDADE 10,0000 1,8100 18,10 DETALHAMENTO:
LUVA PVC SOLDA ROSCA DE 25MM X 1/2" UN - UNIDADE 20,0000 2,1200 42,40 DETALHAMENTO:
LUVA PVC SOLDA ROSCA DE 25MM X 3/4" UN - UNIDADE 70,0000 1,8900 132,30 DETALHAMENTO:
LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 20MM UN - UNIDADE 20,0000 0,6100 12,20 DETALHAMENTO:
LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 25MM UN - UNIDADE 400,0000 0,8900 356,00 DETALHAMENTO:
LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 32MM UN - UNIDADE 20,0000 2,1200 42,40
26470
26471
26472
26473
26476
26477
26478
26479
26480
26481
26482
26485
26486
26487
26488
26489
26490
26491
26492
26493
DETALHAMENTO:
LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 40MM UN - UNIDADE 40,0000 3,1700 126,80 DETALHAMENTO:
LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 50MM UN - UNIDADE 50,0000 3,4600 173,00 DETALHAMENTO:
LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 60MM UN - UNIDADE 50,0000 10,1000 505,00 DETALHAMENTO:
LUVA DE PVC SOLDÁVEL DE 75MM UN - UNIDADE 15,0000 14,6500 219,75 DETALHAMENTO:
JOELHO PVC DE 20MM X 45° UN - UNIDADE 10,0000 0,8900 8,90 DETALHAMENTO:
JOELHO PVC DE 25MM X 45° UN - UNIDADE 40,0000 0,9800 39,20 DETALHAMENTO:
JOELHO PVC DE 32MM X 45° UN - UNIDADE 10,0000 3,5100 35,10 DETALHAMENTO:
JOELHO DE PVC DE 40MM X 45° UN - UNIDADE 10,0000 5,2600 52,60 DETALHAMENTO:
JOELHO PVC DE 50 MM X 45° UN - UNIDADE 10,0000 5,3500 53,50 DETALHAMENTO:
JOELHO PVC DE 60MM X 45° UN - UNIDADE 10,0000 16,2100 162,10 DETALHAMENTO:
JOELHO PVC DE 70MM X 45° UN - UNIDADE 10,0000 30,6500 306,50 DETALHAMENTO:
TE PVC SOLDA ROSCA DE 25MM X 1/2" UN - UNIDADE 20,0000 3,2100 64,20 DETALHAMENTO:
TE PVC SOLDA ROSCA DE 25MM X 3/4" UN - UNIDADE 20,0000 3,1900 63,80 DETALHAMENTO:
UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 20MM UN - UNIDADE 10,0000 6,5400 65,40 DETALHAMENTO:

UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 25MM UN - UNIDADE 10,0000 7,4400 74,40 DETALHAMENTO:

UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 32MM UN - UNIDADE 20,0000 12,5500 251,00 DETALHAMENTO:

UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 40MM UN - UNIDADE 10,0000 22,5800 225,80 DETALHAMENTO:

UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 50MM UN - UNIDADE 10,0000 27,8800 278,80 DETALHAMENTO:

UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 60MM UN - UNIDADE 10,0000 72,3100 723,10 DETALHAMENTO:

TUBO PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 6M UN - UNIDADE 20,0000 13,3400 266,80 DETALHAMENTO:

26494	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 6M DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	350,0000	17,4300	6.100,50
26495	276151-3 TUBO PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 6M DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	10,0000	32,1700	321,70
26496	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 6M	UN - UNIDADE	40,0000	44,5000	1.780,00

26499

26500

DETALHAMENTO:

TUBO PVC SOLDÁVEL DE 75MM X 6M UN - UNIDADE 10,0000 287,3600 2.873,60 DETALHAMENTO:

TUBO PVC SOLDÁVEL DE 85MM X 6M UN - UNIDADE 10,0000 372,3800 3.723,80 DETALHAMENTO:

26502

26503

26504

26505

26506

26507

26510

26511

26512

26513

26514

26516

26517

26518

26523

26524

26525

26526

26527

26528

26529

CURVA PVC SOLDÁVEL DE 2OMM X 45° UN - UNIDADE 10,0000 11,2000 112,00 DETALHAMENTO:

CURVA PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 45° UN - UNIDADE 40,0000 2,7200 108,80 DETALHAMENTO:

CURVA PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 45° UN - UNIDADE 5,0000 1,2700 6,35 DETALHAMENTO:

CURVA PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 45° UN - UNIDADE 10,0000 10,3800 103,80 DETALHAMENTO:

CURVA PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 45° UN - UNIDADE 10,0000 18,9800 189,80 DETALHAMENTO:

CURVA PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 45° UN - UNIDADE 10,0000 26,6500 266,50 DETALHAMENTO:

CAP PVC ROSCÁVEL DE 1/2" UN - UNIDADE 10,0000 1,3400 13,40 DETALHAMENTO:

CAP PVC ROSCÁVEL DE 3/4" UN - UNIDADE 10,0000 1,8600 18,60 DETALHAMENTO:

TE PVC ROSCÁVEL DE 1/2" UN - UNIDADE 10,0000 2,0900 20,90 DETALHAMENTO:

TE PVC ROSCÁVEL DE 3/4" UN - UNIDADE 100,0000 3,4100 341,00 DETALHAMENTO:

BUCHA DE REDUÇÃO DE 3/4" X 1/2" UN - UNIDADE 60,0000 0,8200 49,20 DETALHAMENTO:

PLUG PVC ROSCÁVEL DE 1/2" UN - UNIDADE 20,0000 0,8600 17,20 DETALHAMENTO:

PLUG PVC ROSCÁVEL DE 3/4" UN - UNIDADE 40,0000 0,9800 39,20 DETALHAMENTO:

JOELHO PVC ROSCÁVEL 3/4" X 90° UN - UNIDADE 90,0000 3,2500 292,50 DETALHAMENTO:

REGISTRO ESFERA PVC ROSCA EXTERNA COM BORBOLETA 1/2" UN - UNIDADE 10,0000 11,8500 118,50 DETALHAMENTO:

REGISTRO ESFERA PVC ROSCA EXTERNA COM BORBOLETA 3/4" UN - UNIDADE 80,0000 17,2000 1.376,00 DETALHAMENTO:

REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 20MM UN - UNIDADE 10,0000 8,2400 82,40 DETALHAMENTO:

REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 25MM UN - UNIDADE 80,0000 10,2800 822,40 DETALHAMENTO:

REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 32MM UN - UNIDADE 4,0000 17,5900 70,36 DETALHAMENTO:

REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 40MM UN - UNIDADE 20,0000 26,7200 534,40 DETALHAMENTO:

REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 50MM UN - UNIDADE 40,0000 27,7500 1.110,00 DETALHAMENTO:

26530	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 60MM DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	20,0000	54,8300	1.096,60
26531	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 75MM DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	3,0000	129,4800	388,44
26538	REGISTRO ESFERA PVC ROSCA INTERNA C/ BORBOLETA 3/4"	UN - UNIDADE	20,0000	11,9600	239,20

26539

26540

DETALHAMENTO:

REGISTRO DE PRESSÃO BRONZE ROSCA MACHO FEMEA 3/4" UN - UNIDADE 100,0000 26,4800 2.648,00 DETALHAMENTO:

ADESIVOS PARA TUBOS E CONEXÕES EM PVC DE 850 GRAMAS UN - UNIDADE 70,0000 50,6900 3.548,30

26541

26542

26543

26544

26547

26548

26549

26551

26552

26553

DETALHAMENTO:

ADESIVOS PARA TUBOS E CONEXÕES EM PVC DE 175 GRAMAS UN - UNIDADE 30,0000 19,5500 586,50 DETALHAMENTO:

FITA VEDA ROSCA 18MM X 25M UN - UNIDADE 100,0000 7,9300 793,00 DETALHAMENTO:

FITA VEDA ROSCA 18MM X 50M UN - UNIDADE 100,0000 18,7000 1.870,00 DETALHAMENTO:

TORNEIRA PVC P/ JARDIM PRETA 1/2" UN - UNIDADE 70,0000 4,5100 315,70 DETALHAMENTO:

LAMINA DE SERRA BIMETAL AÇO RÁPIDO 12" X 24 DENTES UN - UNIDADE 40,0000 7,4700 298,80 DETALHAMENTO:

CHAVE GRIFO 24" UN - UNIDADE 3,0000 187,3700 562,11 DETALHAMENTO:

CHAVE GRIFO 14" UN - UNIDADE 3,0000 83,8300 251,49 DETALHAMENTO:

ALICATE BOMBA D'ÁGUA 12" UN - UNIDADE 6,0000 41,0500 246,30 DETALHAMENTO:

ALICATE PRESSÃO 10" UN - UNIDADE 3,0000 35,9200 107,76 DETALHAMENTO:

ARCO DE SERRA 12" UN - UNIDADE 5,0000 28,9300 144,65 DETALHAMENTO:

26554	MINI ARCO DE SERRA DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	5,0000	10,2300	51,15
26555	CAVADEIRA RETA DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	3,0000	94,1300	282,39
26556	CAVADEIRA ARTICULADA DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	4,0000	91,8800	367,52
26557	ENXADA LARGA COM CABO DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	4,0000	63,5800	254,32
26558	ENXADÃO LARGO COM CABO	UN - UNIDADE	4,0000	52,9100	211,64

26559

26561

26562

26566

26567

DETALHAMENTO:

ENXADÃO ESTREITO COM CABO UN - UNIDADE 4,0000 52,1100 208,44 DETALHAMENTO:

PICARETA ALVIÃO COM CABO UN - UNIDADE 4,0000 81,7600 327,04 DETALHAMENTO:

ARCO PARA BROCA UN - UNIDADE 2,0000 154,9800 309,96 DETALHAMENTO:

FITA ZEBRADA 70MM X 200M UN - UNIDADE 4,0000 17,5500 70,20 DETALHAMENTO:

MARRETA UN - UNIDADE 2,0000 55,8300 111,66

DETALHAMENTO:

26568	ABRAÇADEIRAS DE AÇO 1/2" DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	200,0000	1,5600	312,00
26569	ABRAÇADEIRAS DE AÇO 3/4" DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	50,0000	1,7000	85,00
26570	UNIÃO INTERNA PARA MANGUEIRA 1/2"	UN - UNIDADE	50,0000	1,1600	58,00

26571

26572

DETALHAMENTO:

UNIÃO INTERNA PARA MANGUEIRA 3/4" UN - UNIDADE 40,0000 1,5200 60,80 DETALHAMENTO:

JOELHO INTERNO DUPLO PARA MANGUEIRA 1/2" UN - UNIDADE 40,0000 2,2100 88,40 DETALHAMENTO:

26573

26574

26575

26576

JOELHO INTERNO DUPLO PARA MANGUEIRA 3/4" UN - UNIDADE 60,0000 2,2600 135,60 DETALHAMENTO:

ADAPTADOR INTERNO PARA MANGUEIRA 3/4" X 1/2" UN - UNIDADE 60,0000 1,8600 111,60 DETALHAMENTO:

TE INTERNO TRIPLO P/ MANGUEIRA 1/2" UN - UNIDADE 60,0000 3,0400 182,40 DETALHAMENTO:

TE INTERNO TRIPLO P/ MANGUEIRA 3/4" UN - UNIDADE 60,0000 3,1700 190,20 DETALHAMENTO:

26577	UNIÃO DE REDUÇÃO PARA MANGUEIRA 3/4" X 1/2"	UN - UNIDADE	40,0000	1,2300	49,20
	DETALHAMENTO:				
30344	GROSA CABINET REGULAR 10' DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	3,0000	51,2800	153,84
30345	PÁ DE BICO C/CABO 120 CM N4 DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	3,0000	50,7300	152,19
30346	CARRINHO DE MÃO DE GALVANIZADO DETALHAMENTO:	UN - UNIDADE	2,0000	140,2800	280,56

Total Fornecedor: 66.887,8700

Total Geral: 66.887,8700

GAUCHA DO NORTE, Terça-feira, 16 de Abril de 2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº028/2019

PREGÃO PRESENCIAL /SRP - Nº 018/2018

O município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna público o Sistema de Registro de Preços para futura e eventualcontratação de empresa para prestação de serviços **MÉDICOS, CLINICO GERAL E CIRURGIÃO** para o município de Gaúcha do Norte-MT, que será realizada no dia **02/05/2019 às 70h30min** (**Horário de Cuiabá/MT)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. O edital será disponibilizado no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 16 de março de 2019.

Neilla F. de Souza

Pregoeira Oficial

DECRETO N° 880 - PONTO FACULTATIVO - 18/04

DECRETO Nº. 880/2019

"Dispõe sobre ponto facultativo aos Órgãos Públicos da esfera Municipal no dia 18 (dezoito) de abril de 2019 (dois mil e dezenove) e dá outras providências ."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando o feriado de Sexta-feira Santa que dar-se-á no dia 19 (dezenove) de abril;

Considerando que diversos seguimentos religiosos computam como dia Santo a quinta-feira que antecede a Sexta-feira da Paixão;

Considerando a distância entre o Município de Gaúcha do Norte e as demais localidades;

Considerando que muitos servidores aproveitam o feriado para viajar;

DECRETA

Art. 1º. Fica decretado ponto facultativo no dia 18 (dezoito) de Abril de 2019 (dois mil e dezenove) aos órgãos públicos do Município de Gaúcha do Norte-MT, estando suspenso expediente.

Art. 2º. Os serviços de relevante interesse social como saúde e limpeza pública irão desempenhar suas atividades obedecendo a escala de plantão, não devendo prejudicar em nada o atendimento a população.

Art. 3º. A Secretaria de Obras desenvolverá as atividades normalmente.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 16 de Abril de 2019.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

LEI 960/2019 PREVIGEN

LEI Nº 960/2019 DE, 16 DE ABRIL DE 2019.

"Altera a redação do inciso IV do artigo 44 da Lei Municipal n. 539, de 28 de setembro de 2005, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de General Carneiro/MT e, dá outras providências"

MARCELO DE AQUINO, Prefeito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A redação do inciso IV do artigo 44 da Lei Municipal n.º 539, de 28 de setembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 44. .....

IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 25,30% (vinte e cinco inteiros e trinta centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo: 13,56% (treze inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento) relativo ao custo normal e 11,74% (onze inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) referentes à alíquota de custo especial, escalonado nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 2º. Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em MARÇO/2019.

Art. 3º. A contribuição previdenciária prevista no inciso IV do art. 44 na redação dada por esta lei será exigida a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 4º. Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, respeitado o disposto artigo anterior.

Gabinete do Prefeito, em 16 de abril de 2019.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Marcelo de Aquino

Prefeito

ANEXO I

ANO DE AMORTIZAÇÃO	ALÍQUOTA
2019	11,74%
2020	13,09%
2021	14,44%
2022	15,80%
2023	17,15%
2024	18,50%
2025	19,85%
2026	21,21%
2027	22,56%
2028	23,91%
2029	25,26%
2030	26,62%
2031	27,97%
2032	29,32%
2033	30,67%
2034	32,03%
2035	33,38%
2036	34,73%
2037	36,08%
2038	37,44%
2039	38,79%
2040	40,14%
2041	41,49%
2042	42,85%
2043	44,20%

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2019 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

De Acordo com o julgamento do referido Pregão, da Adjudicação do Pregoeiro, do Art. N.º 43, Inciso VI da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, o Prefeito do Município de Glória D´Oeste - MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, abaixo assinado, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos, **HOMOLOGA** o Pregão Presencial n.º 03/2019, cujo objeto é *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE* MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTE DE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO para atender as necessidades das Secretarias do Município de Glória D´Oeste - MT.

BORGES ALEXANDRE E CIA LTDA EPP

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	Antena 24.5 DB - 5,8 GHZ	MIKROTIK	Unidade	3	650,00	1.950,00
4	Armário em aço - Duas Portas, medidas mínima de 1,80 x 1,27, com chave	PANDIN	Unidade	4	524,07	2.096,28
6	Bateria para Nobreak 600 VA 127 V	UNIPOWER	Unidade	15	83,00	1.245,00
7	Cabo coaxial RG59 75 OHMS	MACRO CABOS	Metros	80	1,99	159,20
8	Cabo de energia para Impressora	MULTILASER	Unidade	5	9,82	49,10
10	Cabo USB para Impressora	ELGIN	Unidade	5	7,35	36,75
11	Cadeira - base fixa 4 pés, assento e encosto em polipropileno, estrutura em aço, cor preta	VANDA FLEX	Unidade	8	90,00	720,00

18	Câmera fotográfica - Digital, Sensor de imagem de alta resolução, lente de zoom mínima de 50x, wi-fi integrado para transferência de fotos, mínimo de 16 MP e visor mínimo de 3"	CANON	Unidade	2	2.415,00	4.830,00
19	Central PABX Telefônica - capacidade mínima de 02 linhas + 12 ramais	INTELBRAS	Unidade	1	1.199,00	1.199,00
22	Conector P4 - Parafusável do tipo macho	CHIPSCE	Unidade	100	2,01	201,00
23	Conector RG 59 - conexão tipo macho, com mola	CHIPSCE	Unidade	100	2,20	220,00
24	Conector RJ 45	SOHOPLUS	Unidade	600	1,13	678,00
25	Cooler Gabinete ventoinha	DEX	Unidade	10	15,12	151,20
27	DVR - Stand Alone, 04 canais, HDMI	INLTELBRAS	Unidade	3	425,00	1.275,00
29	Fonte chaveada 12v, 5A, Bivolt	GREEN	Unidade	20	45,00	900,00
30	Fonte de alimentação para microcomputador - Bivolt, Potencia 200 W reais, cooler 8cm, freqüência 50/60HZ	VINIK	Unidade	20	60,00	1.200,00
34	HD externo - portátil com capacidade máxima de armazenamento 1 TB	SEAGATE	Unidade	4	419,00	1.676,00
38	Leitor de Código De Barras - Interface USB, indicador de leitura BEEP e LED, velocidade de leitura mínima de 300/s	BEMATECH	Unidade	2	545,74	1.091,48
40	Longarina - 04 lugares, base em aço, assento e encosto em polipropileno	VANDA FLEX	Unidade	2	399,00	798,00
41	Memória DDR2 4GB	MULTILASER	Unidade	10	189,00	1.890,00
44	Mesa - 1,20 x 60 cm, mínimo de 74 cm de altura, em material de primeira, com 03 gavetas	VANDA FLEX	Unidade	3	240,00	960,00
45	Mesa - 1,50 x 60 cm, mínimo de 74 cm de Altura, em material de primeira, com 03 gavetas	VANDA FLEX	Unidade	4	285,00	855,00
46	Monitor led 18,5 polegada	AOC	Unidade	5	405,00	2.025,00
47	Mouse - padrão abnt2 USB primeira linha	MULTILASER	Unidade	40	8,50	340,00
48	Nobreak - 1200 VA 127v	TS SHARA	Unidade	1	820,00	820,00
49	Nobreak - 600 VA 127v	TS SHARA	Unidade	15	335,00	5.025,00
51	Painel Wom 5A	INTELBRAS	Unidade	6	400,00	2.400,00
52	Pen Drive - Com capacidade de armazenamento de até 08 GB	SANDISK	Unidade	20	29,00	580,00
53	Pen Drive - Com capacidade de armazenamento de até 16 GB	SANDISK	Unidade	20	35,00	700,00
54	Placa de Rede - CAT 5, RJ 45 10/100 Mbps	TP-LINK	Unidade	10	85,00	850,00
55	Placa Mãe - memória DDR3/DDR4 - soquete 1151	GIGABYTE	Unidade	15	570,00	8.550,00
57	Roteador - Velocidade Wireless mínima de 300 Mbps, com duas antenas fixas de no mínimo 5 dbi, 04 portas LAN de 10/100 mbps e 1 porta WAN de 10/100 mbps	TP-LINK	Unidade	7	145,00	1.015,00
58	Scanner - de mesa, base plana, escaneamento colorido.	EPSON	Unidade	2	880,00	1.760,00
59	Switch - gerenciável, 24 portas RJ 45, com uma entrada SFP, uma porta USB, Memória RAM mínimo de 2 GB, portas 10/100/100 7	MIKROTIK	Unidade	2	1.890,00	3.780,00
60	Switch de mesa - com 08 portas 10/100/1000 Mbps, entrada RJ 45 com auto negociação	TP-LINK	Unidade	3	80,00	240,00
61	Switch de mesa - com 16 portas 10/100 Mbps, entrada RJ 45 com auto negociação	TP-LINK	Unidade	3	140,00	420,00
62	Teclado - padrão abnt2 USB primeira linha	MULTILASER	Unidade	40	29,00	1.160,00
63	Tela de Projeção - com tripé, tamanho mínimo de 2,40 x 1,80, com mecanismo de enrolamento automático e tripé telescópio acoplado a tela	SUMAI	Unidade	1	1.375,00	1.375,00
68	Toner compativel com impressora brother HL534OD	HTCOMPANY	Unidade	10	27,00	270,00
69	Toner universal 12 a	HTCOMPANY	Unidade	150	20,00	3.000,00
70	Toner universal 283 a	HTCOMPANY	Unidade	150	19,90	2.985,00
71	Toner universal 435/436/285 a	HTCOMPANY	Unidade	200	19,90	3.980,00
72	Toner universal 505 a / 280 a	HTCOMPANY	Unidade	30	29,00	870,00
73	Toner universal CF217a (17A)	HTCOMPANY	Unidade	80	69,00	5.520,00
74	Toner universal D111S	HTCOMPANY	Unidade	20	55,00	1.100,00
75	Unidade gravadora de CD/DVD - SATA	HTCOMPANY	Unidade	8	127,00	254,00
VALOR TOTAL						**73.200,01**

K. O. A. DREHMER ME

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	Arquivo em aço - quatro gavetas, com chave	JOTA	Unidade	4	550,00	2.200,00
12	Cadeira - base fixa 4 pés, assento e encosto preenchido em espuma injetável de qualidade, revestimento em tecido suede preto	VANDA FLEX	Unidade	8	89,00	712,00
13	Cadeira Executiva - Com base giratória, regulagem de altura a gás, assento e encosto preenchido em espuma injetável de qualidade, revestimento em couro ecológico preto, braços com altura ajustável, sistema de regulagem de inclinação.	VANDA FLEX	Unidade	3	319,00	957,00
14	Cadeira Executiva - Com base giratória, regulagem de altura, assento e encosto preenchido em espuma injetável de qualidade, revestimento em tecido suede preto, braços com altura ajustável, com sistema de regulagem de inclinação.	VANDA FLEX	Unidade	3	325,00	975,00
15	Cadeira Presidente - Com base giratória, regulagem de altura a gás, assento e encosto preenchido em espuma injetável de qualidade, revestimento em courino preto, base cromada, encosto reclinável	VANDA FLEX	Unidade	3	518,00	1.554,00
16	Cadeira Secretária - Com base giratória, regulagem de altura a gás, assento e encosto preenchido em espuma injetável de qualidade, revestimento em tecido preto, braços com altura ajustável, com sistema de regulagem de inclinação.	VANDA FLEX	Unidade	5	255,00	1.275,00

20	Computador Completo - com processador core i3, 8g de memória RAM, HD 500 gb, monitor LCD led de 18 polegadas, gabinete, teclado, mouse, sistema operacional Microsoft Windows, gravador de cd/dvd.	IMPÉRIO PC - I3M	Unidade	5	1.760,00	8.800,00
21	Computador Completo - com processador core i5, 8g de memória RAM, HD 1 tb, monitor LCD led de 18 polegadas, gabinete, teclado, mouse, sistema operacional Microsoft Windows, gravador de cd/dvd.	IMPERIO PC - I5M	Unidade	3	2.079,00	6.237,00
26	CPU - com processador core i3, 8gb de memória RAM, HD 500 gb, gravador de cd/dvd, sistema operacional Microsoft Windows	IMPERIO PC - I3	Unidade	4	1.349,00	5.396,00
28	Estante em aço - 40 cm, com 06 prateleiras	JOTA	Unidade	10	175,00	1.750,00
31	Gravador e Leitor Externo de CD/DVD - USB	BLUECASE EXTERNO - FGDE02	Unidade	3	180,00	540,00
32	HD - (disco rígido) com capacidade máxima de 1 TB	HITACHI - PN A7K2000	Unidade	15	259,00	3.885,00
33	HD - (disco rígido) com capacidade máxima de 500 MB	SEAGATE - ST3500414CS	Unidade	20	160,00	3.360,00
39	Longarina - 03 lugares, base em aço, assento e encosto em polipropileno	VANDA FLEX	Unidade	2	300,00	600,00
42	Memória DDR3 4GB	BLUECASE PN BMGL3D13M15VS9/4G	Unidade	10	160,00	1.600,00
43	Memória DDR4 4GB	GEIL EVO POTENZA BLACK BOX PN	Unidade	10	180,00	1.800,00
50	Notebook - 8gb memória RAM, HD 500 GB, processador core i3, sistema operacional Microsoft Windows, tela 14"	LENOVO	Unidade	3	2.885,00	7.755,00
56	Retroprojetor - conexões VGA e HDMI, luminosidade mínima de 3600 lumens, projeção mínima 347 polegadas, com bolsa para transporte	TOMATE 2003	Unidade	1	2.000,00	2.000,00
VALOR TOTAL						**51.396,00**

MARCOS. S. BIUDES - ME

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Adaptador Wireless - mínimo de 300 mbps, USB	Tp link tl-WN821N	Unidade	5	76,00	380,00
3	Aparelho de telefone - sem fio, com display alfanumérico, não luminoso, com identificador de chamadas, capacidade para até 07 ramais, fonte de alimentação 7,5 V	INTELBRAS TS40ID	Unidade	5	209,00	1.045,00
9	Cabo par transado para conexão de rede CAT 5 - Caixa com 305 Metros	MEGACAMPOS	Caixa	4	369,00	1.476,00
17	Camera - Bullet full HD, Infravermelho	INTELBRAS	Unidade	10	312,00	3.120,00
35	Impressora Monocramática, impressão mínima de 18 páginas por minuto, resolução de impressão mínima de 600x600 dbi	BROTHER HL1202BR	Unidade	4	600,00	2.400,00
36	Impressora Multifuncional - Laser, monocromática, velocidade mínima 30 cópias/minuto, suprimentos: tonner	BROTHER DCP-L2540DW	Unidade	5	1.455,00	7.275,00
37	Impressora Multifuncional - tanque de tinta colorida, monocromática, velocidade de impressão mínima de 15 por minuto, suprimentos: tinta	HP GT5822	Unidade	2	1.162,00	2.324,00
64	Tinta cartucho compativel com a impressora epson mobile l 375 (preto)	X-FULL T664120	Unidade	15	48,00	720,00
65	Tinta cartucho compativel com a impressora epson mobile l 375 (amarelo)	X-FULL T664420	Unidade	15	48,00	720,00
66	Tinta cartucho compativel com a impressora epson mobile l 375 (ciano)	X-FULL T664220	Unidade	15	47,00	705,00
67	Tinta cartucho compativel com a impressora epson mobile l 375 (magenta)	X-FULL T664320	Unidade	15	47,00	705,00
VALOR TOTAL						**20.870,00**

Glória D´Oeste - MT, 16 De Abril De 2019

PAULO REMÉDIO

Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2019 - EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019

Aos Dezesseis dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE GLÓRIA D' OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida dos Imigrantes, 2000, Bairro Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF 367.464.955/0001-00, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **PAULO REMÉDIO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado á Avenida dos Imigrantes nº 2083, Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT , portador da Cédula de Identidade nº. 428.609 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 361.992.571-20, neste ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019, nas cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DA EMPRESA BORGES ALEXANDRE E CIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 08.021.785/0001-90, estabelecia na Avenida Januário Santana Do Carmo, 227, Centro, na cidade de Porto Esperidião - MT, neste ato representado por seu proprietário pelo Sr Saulo Borges Alexandre, portador do RG n.º 673049 SSDC RO e CPF nº 510.736.922-72, residente e domiciliado na Cidade de Porto Esperidião - MT, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal N.º 810/2019 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual *AQUISIÇÃO DE* MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTE DE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº 03/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2 .CLÁUSULA SEGUNDA - **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, para eventual aquisição em face da apresentação da proposta da empresa abaixo qualificada:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	Antena 24.5 DB - 5,8 GHZ	MIKROTIK	Unidade	3	650,00	1.950,00
4	Armário em aço - Duas Portas, medidas mínima de 1,80 x 1,27, com chave	PANDIN	Unidade	4	524,07	2.096,28
6	Bateria para Nobreak 600 VA 127 V	UNIPOWER	Unidade	15	83,00	1.245,00
7	Cabo coaxial RG59 75 OHMS	MACRO CABOS	Metros	80	1,99	159,20
8	Cabo de energia para Impressora	MULTILASER	Unidade	5	9,82	49,10
10	Cabo USB para Impressora	ELGIN	Unidade	5	7,35	36,75
11	Cadeira - base fixa 4 pés, assento e encosto em polipropileno, estrutura em aço, cor preta	VANDA FLEX	Unidade	8	90,00	720,00
18	Câmera fotográfica - Digital, Sensor de imagem de alta resolução, lente de zoom mínima de 50x, wi-fi integrado para transferência de fotos, mínimo de 16 MP e visor mínimo de 3"	CANON	Unidade	2	2.415,00	4.830,00
19	Central PABX Telefônica - capacidade mínima de 02 linhas + 12 ramais	INTELBRAS	Unidade	1	1.199,00	1.199,00
22	Conector P4 - Parafusável do tipo macho	CHIPSCE	Unidade	100	2,01	201,00
23	Conector RG 59 - conexão tipo macho, com mola	CHIPSCE	Unidade	100	2,20	220,00
24	Conector RJ 45	SOHOPLUS	Unidade	600	1,13	678,00
25	Cooler Gabinete ventoinha	DEX	Unidade	10	15,12	151,20
27	DVR - Stand Alone, 04 canais, HDMI	INLTELBRAS	Unidade	3	425,00	1.275,00
29	Fonte chaveada 12v, 5A, Bivolt	GREEN	Unidade	20	45,00	900,00
30	Fonte de alimentação para microcomputador - Bivolt, Potencia 200 W reais, cooler 8cm, freqüência 50/60HZ	VINIK	Unidade	20	60,00	1.200,00
34	HD externo - portátil com capacidade máxima de armazenamento 1 TB	SEAGATE	Unidade	4	419,00	1.676,00
38	Leitor de Código De Barras - Interface USB, indicador de leitura BEEP e LED, velocidade de leitura mínima de 300/s	BEMATECH	Unidade	2	545,74	1.091,48
40	Longarina - 04 lugares, base em aço, assento e encosto em polipropileno	VANDA FLEX	Unidade	2	399,00	798,00
41	Memória DDR2 4GB	MULTILASER	Unidade	10	189,00	1.890,00
44	Mesa - 1,20 x 60 cm, mínimo de 74 cm de altura, em material de primeira, com 03 gavetas	VANDA FLEX	Unidade	3	240,00	960,00
45	Mesa - 1,50 x 60 cm, mínimo de 74 cm de Altura, em material de primeira, com 03 gavetas	VANDA FLEX	Unidade	4	285,00	855,00
46	Monitor led 18,5 polegada	AOC	Unidade	5	405,00	2.025,00
47	Mouse - padrão abnt2 USB primeira linha	MULTILASER	Unidade	40	8,50	340,00
48	Nobreak - 1200 VA 127v	TS SHARA	Unidade	1	820,00	820,00
49	Nobreak - 600 VA 127v	TS SHARA	Unidade	15	335,00	5.025,00
51	Painel Wom 5A	INTELBRAS	Unidade	6	400,00	2.400,00
52	Pen Drive - Com capacidade de armazenamento de até 08 GB	SANDISK	Unidade	20	29,00	580,00
53	Pen Drive - Com capacidade de armazenamento de até 16 GB	SANDISK	Unidade	20	35,00	700,00
54	Placa de Rede - CAT 5, RJ 45 10/100 Mbps	TP-LINK	Unidade	10	85,00	850,00
55	Placa Mãe - memória DDR3/DDR4 - soquete 1151	GIGABYTE	Unidade	15	570,00	8.550,00
57	Roteador - Velocidade Wireless mínima de 300 Mbps, com duas antenas fixas de no mínimo 5 dbi, 04 portas LAN de 10/100 mbps e 1 porta WAN de 10/100 mbps	TP-LINK	Unidade	7	145,00	1.015,00
58	Scanner - de mesa, base plana, escaneamento colorido.	EPSON	Unidade	2	880,00	1.760,00
59	Switch - gerenciável, 24 portas RJ 45, com uma entrada SFP, uma porta USB, Memória RAM mínimo de 2 GB, portas 10/100/100 7	MIKROTIK	Unidade	2	1.890,00	3.780,00
60	Switch de mesa - com 08 portas 10/100/1000 Mbps, entrada RJ 45 com auto negociação	TP-LINK	Unidade	3	80,00	240,00
61	Switch de mesa - com 16 portas 10/100 Mbps, entrada RJ 45 com auto negociação	TP-LINK	Unidade	3	140,00	420,00
62	Teclado - padrão abnt2 USB primeira linha	MULTILASER	Unidade	40	29,00	1.160,00
63	Tela de Projeção - com tripé, tamanho mínimo de 2,40 x 1,80, com mecanismo de enrolamento automático e tripé telescópio acoplado a tela	SUMAI	Unidade	1	1.375,00	1.375,00
68	Toner compativel com impressora brother HL534OD	HTCOMPANY	Unidade	10	27,00	270,00
69	Toner universal 12 a	HTCOMPANY	Unidade	150	20,00	3.000,00
70	Toner universal 283 a	HTCOMPANY	Unidade	150	19,90	2.985,00
71	Toner universal 435/436/285 a	HTCOMPANY	Unidade	200	19,90	3.980,00
72	Toner universal 505 a / 280 a	HTCOMPANY	Unidade	30	29,00	870,00
73	Toner universal CF217a (17A)	HTCOMPANY	Unidade	80	69,00	5.520,00
74	Toner universal D111S	HTCOMPANY	Unidade	20	55,00	1.100,00
75	Unidade gravadora de CD/DVD - SATA	HTCOMPANY	Unidade	8	127,00	254,00
VALOR TOTAL						**73.200,01**

3.CLÁUSULA TERCEIRA - **DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência a partir da data de 16/04/2019 , por um período de 12 (doze) meses.

3.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Glória D' Oeste não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

3.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2019**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

4. CLÁUSULA QUARTA - **DO PAGAMENTO**

4.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da emissão da nota fiscal e entrega dos itens.

4.2 - A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

4.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.4 - As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

4.5 - O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5. CLÁUSULA QUINTA - **DA ENTREGA E DO PRAZO**

5.1. Os itens registrados neste edital deverão ser fornecidos de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria das Secretarias Solicitantes.

5.2. Os itens deverão ser entregues no prazo máximo de 01 (um) dia após o repasse da requisição conforme solicitação da Secretaria competente.

5.3. A vigência da ata de registro de preços será a partir da data de assinatura da ata de registro de preços, por um período de 12 (doze) meses;

5.4. A Empresa vencedora terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura da Ata de Registro de Preços;

5.5. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição da Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste;

6. CLÁUSULA SEXTA - **DAS OBRIGAÇÕES**

6.1 - Do Município:

6.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou fatura a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

6.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

6.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

6.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

6.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

6.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

6.2 - Da Detentora da Ata:

6.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

6.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

6.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

6.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

6.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - **DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

7.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

7.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

7.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

8. CLÁUSULA OITAVA - **DAS PENALIDADES**

8.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2- Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3- Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4- O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

9. CLÁUSULA NONA - **DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

9.1- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1- Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2- Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

9.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

9.3- O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.4- No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.5- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.6- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.7- Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.8- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

9.8.1- A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

9.9- A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10- Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11- Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12- Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - **DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “**PROMITENTE FORNECEDORA”**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1- a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2- a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3- a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5- os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6- por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3- A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4- Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - **DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO**

11.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ORÇAMENTO

12.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste.

CÓDIGO REDUZIDO: 021

ORGÃO:02 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 - Gabinete do Prefeito

FUNÇÃO: 04 - Administração

SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral

PROGRAMA: 0003 - Administração Geral

PROJETO/ATIVIDADE: 2004 - Manutenção e Encargos Do Gabinete Do Prefeito

RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

R$ 0,00

CÓDIGO REDUZIDO: 017

ORGÃO:02 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 - Gabinete do Prefeito

FUNÇÃO: 04 - Administração

SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral

PROGRAMA: 0003 - Administração Geral

PROJETO/ATIVIDADE: 2004 - Manutenção e Encargos Do Gabinete Do Prefeito

RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários

ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

R$ 10.000,00

CÓDIGO REDUZIDO: 031

ORGÃO:03 - SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 - Departamento de Administração e Finanças

FUNÇÃO: 04 - Administração

SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral
PROGRAMA: 0003 - Administração Geral
PROJETO/ATIVIDADE: 2007 - Manutenção e Encargos Da Sec. Municipal de Administração
RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo
R$ 60.892,48
CÓDIGO REDUZIDO: 035
ORGÃO:03 - SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 01 - Departamento de Administração e Finanças
FUNÇÃO: 04 - Administração
SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral
PROGRAMA: 0003 - Administração Geral
PROJETO/ATIVIDADE: 2007 - Manutenção e Encargos Da Sec. Municipal de Administração
RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 9.328,70
CÓDIGO REDUZIDO: 457
ORGÃO:03 - SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 04 - Fundo Mun. Prev. Serv. Gloria - GLORIAPREV
FUNÇÃO: 04 - Administração
SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral
PROGRAMA: 0040 - Gestão Do RPPS
PROJETO/ATIVIDADE: 2090 - Manutenção e Encargos Administrativos com o GLORIAPREV
RECURSO: 0.1.50 – Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo
R$ 1.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 452
ORGÃO:03 - SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 04 - Fundo Mun. Prev. Serv. Gloria - GLORIAPREV
FUNÇÃO: 04 - Administração
SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral
PROGRAMA: 0040 - Gestão Do RPPS
PROJETO/ATIVIDADE: 2090 - Manutenção e Encargos Administrativos com o GLORIAPREV
RECURSO: 0.1.50 – Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 4.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 079
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 361 - Ensino Fundamental
PROGRAMA: 0042 - Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental
PROJETO/ATIVIDADE: 2090 - Manutenção e Encargos Administrativos com o GLORIAPREV
RECURSO: 0.1.15 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 4.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 078
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 361 - Ensino Fundamental
PROGRAMA: 0042 - Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental
PROJETO/ATIVIDADE: 2090 - Manutenção e Encargos Administrativos com o GLORIAPREV
RECURSO: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 142,00
CÓDIGO REDUZIDO: 088
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 361 - Ensino Fundamental
PROGRAMA: 0042 - Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental
PROJETO/ATIVIDADE: 2013 - Manutenção Do Ensino Fundamental
RECURSO: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 51.278,10
CÓDIGO REDUZIDO: 082
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 365 - Educação Infantil
PROGRAMA: 0041 - Expansão e Melhoria da Educação Infantil
PROJETO/ATIVIDADE: 1022 - Informatização de Centros de Educação Infantil
RECURSO: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 0,00
CÓDIGO REDUZIDO: 083
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 365 - Educação Infantil
PROGRAMA: 0041 - Expansão e Melhoria da Educação Infantil
PROJETO/ATIVIDADE: 1022 - Informatização de Centros de Educação Infantil
RECURSO: 0.1.15 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 7.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 074
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 365 - Educação Infantil
PROGRAMA: 0041 - Expansão e Melhoria da Educação Infantil
PROJETO/ATIVIDADE: 2014 - Manutenção Da Educação Infantil
RECURSO: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo
R$ 93.136,09

CÓDIGO REDUZIDO: 070
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 365 - Educação Infantil
PROGRAMA: 0041 - Expansão e Melhoria da Educação Infantil
PROJETO/ATIVIDADE: 2014 - Manutenção Da Educação Infantil
RECURSO: 0.1.15 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo
R$ 5.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 153
ORGÃO:05 - SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE: 02 - Departamento De Água e Esgoto
FUNÇÃO: 17 - Saneamento
SUBFUNÇÃO: 512 - Saneamento Básico Urbano
PROGRAMA: 0076 - Saneamento Básico
PROJETO/ATIVIDADE: 2026 - Manutenção Do Depto De Água e Esgoto
RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo
R$ 5.375,00
CÓDIGO REDUZIDO: 149
ORGÃO:05 - SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE: 02 - Departamento De Água e Esgoto
FUNÇÃO: 17 - Saneamento
SUBFUNÇÃO: 512 - Saneamento Básico Urbano
PROGRAMA: 0076 - Saneamento Básico
PROJETO/ATIVIDADE: 2026 - Manutenção Do Depto De Água e Esgoto
RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 5.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 311
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral
PROGRAMA: 0010 - GESTÃO DA SAÚDE COM QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 1074 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE P/ SECRETARIA DE SAÚDE
RECURSO: 0.1.02 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 800,00
CÓDIGO REDUZIDO: 317
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral
PROGRAMA: 0010 - GESTÃO DA SAÚDE COM QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2079 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE SAÚDE
RECURSO: 0.1.02 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de consumo
R$ 8.857,89
CÓDIGO REDUZIDO: 326
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral
PROGRAMA: 0010 - GESTÃO DA SAÚDE COM QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2096 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRAL DE REGULAÇÃO
RECURSO: 0.1.02 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de consumo
R$ 3.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 328
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 301 - Atenção Básica
PROGRAMA: 0020 - GERIR COM QUALIDADE A ATENÇÃO BÁSICA
PROJETO/ATIVIDADE: 1054 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE PARA ATENÇÃO BÁSICA
RECURSO: 0.1.02 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
R$ 2.757,00
CÓDIGO REDUZIDO: 330
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 301 - Atenção Básica
PROGRAMA: 0020 - GERIR COM QUALIDADE A ATENÇÃO BÁSICA
PROJETO/ATIVIDADE: 1054 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE PARA ATENÇÃO BÁSICA
RECURSO: 0.1.46 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
R$ 8.400,00
CÓDIGO REDUZIDO: 371
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 301 - Atenção Básica
PROGRAMA: 0020 - GERIR COM QUALIDADE A ATENÇÃO BÁSICA
PROJETO/ATIVIDADE: 2028 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ESF - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
RECURSO: 0.1.02 – Recursos Ordinários
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
R$ 59.067,66
CÓDIGO REDUZIDO: 373
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 301 - Atenção Básica
PROGRAMA: 0020 - GERIR COM QUALIDADE A ATENÇÃO BÁSICA

PROJETO/ATIVIDADE: 2028 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ESF - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
RECURSO: 0.1.42 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
R$ 14.600,00
CÓDIGO REDUZIDO: 496
ORGÃO:07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Assistência Social
FUNÇÃO: 08 - Assistência Social
SUBFUNÇÃO: 244 - Assistência Comunitária
PROGRAMA: 0487 - Descentralização das ações de assistência Social
PROJETO/ATIVIDADE: 1078 - MANUTENÇÃO COM O COFINANCIAMENTO - FEAS
RECURSO: 0.1.43 – Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
R$ 4.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 494
ORGÃO:07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Assistência Social
FUNÇÃO: 08 - Assistência Social
SUBFUNÇÃO: 244 - Assistência Comunitária
PROGRAMA: 0487 - Descentralização das ações de assistência Social
PROJETO/ATIVIDADE: 1078 - MANUTENÇÃO COM O COFINANCIAMENTO - FEAS
RECURSO: 0.1.43 – Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
R$ 5.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 207
ORGÃO:07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Assistência Social
FUNÇÃO: 08 - Assistência Social
SUBFUNÇÃO: 244 - Assistência Comunitária
PROGRAMA: 0487 - Descentralização das ações de assistência Social
PROJETO/ATIVIDADE: 2037 - MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM CONSELHO TUTELAR
RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
R$ 5.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 203
ORGÃO:07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Assistência Social
FUNÇÃO: 08 - Assistência Social
SUBFUNÇÃO: 244 - Assistência Comunitária
PROGRAMA: 0487 - Descentralização das ações de assistência Social
PROJETO/ATIVIDADE: 2037 - MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM CONSELHO TUTELAR
RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
R$ 5.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 216
ORGÃO:07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Assistência Social
FUNÇÃO: 08 - Assistência Social

SUBFUNÇÃO: 244 - Assistência Comunitária

PROGRAMA: 0487 - Descentralização das ações de assistência Social

PROJETO/ATIVIDADE: 2043 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

R$ 1.593,40

CÓDIGO REDUZIDO: 211

ORGÃO:07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Assistência Social

FUNÇÃO: 08 - Assistência Social

SUBFUNÇÃO: 244 - Assistência Comunitária

PROGRAMA: 0487 - Descentralização das ações de assistência Social

PROJETO/ATIVIDADE: 2043 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários

ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

R$ 10.000,00

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - **VINCULAÇÃO AO EDITAL**

13.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - **DAS COMUNICAÇÕES**

14.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - **DA FISCALIZAÇÃO**

15.1 A fiscalização da execução da referida ata de registro de preços será exercida por servidores nomeados através de Portaria.

15.1.1. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

15.2 A contratada obriga-se a realizar os serviços conforme especificação estabelecida no edital

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1- Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2019** a proposta da empresa BORGES ALEXANDRE E CIA LTDA EPP vencedora no certame supranumerado.

16.2- Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal n.º 10.520/02 e outras legislações afins, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - **DO FORO**

17.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Glória D' Oeste – MT, 16 de Abril de 2019.

_____

MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT

Paulo Remédio

ÓRGÃO GERENCIADOR

_____

BORGES ALEXANDRE E CIA LTDA EPP

Saulo Borges Alexandre

DETENTOR DA ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2019 - EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019

Aos Dezesseis dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE GLÓRIA D' OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida dos Imigrantes, 2000, Bairro Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF 367.464.955/0001-00, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **PAULO REMÉDIO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado á Avenida dos Imigrantes nº 2083, Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT , portador da Cédula de Identidade nº. 428.609 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 361.992.571-20, neste

ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019, nas cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DA EMPRESA **MARCOS S. BIUDES - ME**, inscrita no CNPJ: 08.257.279/0001-03, estabelecia na Rua Dom Pedro I, n.º 224, Jardim Independência, CEP 78.031-020, Cuiabá - MT, neste ato representado por seu procurador o Sr.ª Priscila Consani Das Mercês Oliveira, portadora do RG n. º 10.616.831-8 SSP/PR e CPF nº 075.082.869-28, residente e domiciliado na Cidade de Cuiabá - MT, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal N.º 810/2019 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual *AQUISIÇÃO DE* MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTE DE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº 03/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2 .CLÁUSULA SEGUNDA - **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, para eventual aquisição em face da apresentação da proposta da empresa abaixo qualificada:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Adaptador Wireless - mínimo de 300 mbps, USB	Tp link tl-WN821N	Unidade	5	76,00	380,00
3	Aparelho de telefone - sem fio, com display alfanumérico, não luminoso, com identificador de chamadas, capacidade para até 07 ramais, fonte de alimentação 7,5 V	INTELBRAS TS40ID	Unidade	5	209,00	1.045,00
9	Cabo par transado para conexão de rede CAT 5 - Caixa com 305 Metros	MEGACAMPOS	Caixa	4	369,00	1.476,00
17	Camera - Bullet full HD, Infravermelho	INTELBRAS	Unidade	10	312,00	3.120,00
35	Impressora Monocramática, impressão mínima de 18 páginas por minuto, resolução de impressão mínima de 600x600 dbi	BROTHER HL1202BR	Unidade	4	600,00	2.400,00
36	Impressora Multifuncional - Laser, monocromática, velocidade mínima 30 cópias/minuto, suprimentos: tonner	BROTHER DCP-L2540DW	Unidade	5	1.455,00	7.275,00
37	Impressora Multifuncional - tanque de tinta colorida, monocromática, velocidade de impressão mínima de 15 por minuto, suprimentos: tinta	HP GT5822	Unidade	2	1.162,00	2.324,00
64	Tinta cartucho compativel com a impressora epson mobile l 375 (preto)	X-FULL T664120	Unidade	15	48,00	720,00
65	Tinta cartucho compativel com a impressora epson mobile l 375 (amarelo)	X-FULL T664420	Unidade	15	48,00	720,00
66	Tinta cartucho compativel com a impressora epson mobile l 375 (ciano)	X-FULL T664220	Unidade	15	47,00	705,00
67	Tinta cartucho compativel com a impressora epson mobile l 375 (magenta)	X-FULL T664320	Unidade	15	47,00	705,00
VALOR TOTAL						**20.870,00**

3.CLÁUSULA TERCEIRA - **DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência a partir da data de 16/04/2019 , por um período de 12 (doze) meses.

3.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Glória D' Oeste não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

3.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2019**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

4. CLÁUSULA QUARTA - **DO PAGAMENTO**

4.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da emissão da nota fiscal e entrega dos itens.

4.2 - A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

4.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.4 - As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

4.5 - O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5. CLÁUSULA QUINTA - **DA ENTREGA E DO PRAZO**

5.1. Os itens registrados neste edital deverão ser fornecidos de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria das Secretarias Solicitantes.

5.2. Os itens deverão ser entregues no prazo máximo de 01 (um) dia após o repasse da requisição conforme solicitação da Secretaria competente.

5.3. A vigência da ata de registro de preços será a partir da data de assinatura da ata de registro de preços, por um período de 12 (doze) meses;

5.4. A Empresa vencedora terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura da Ata de Registro de Preços;

5.5. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição da Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste;

6. CLÁUSULA SEXTA - **DAS OBRIGAÇÕES**

6.1 - Do Município:

6.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou fatura a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

6.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

6.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

6.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

6.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

6.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

6.2 - Da Detentora da Ata:

6.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

6.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

6.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

6.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

6.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - **DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

7.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

7.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

7.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

8. CLÁUSULA OITAVA - **DAS PENALIDADES**

8.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2- Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3- Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4- O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

9. CLÁUSULA NONA - **DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

9.1- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1- Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2- Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

9.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

9.3- O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.4- No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.5- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.6- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.7- Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.8- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

9.8.1- A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

9.9- A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10- Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11- Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12- Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1- a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2- a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3- a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5- os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6- por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3- A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4- Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

11.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ORÇAMENTO

12.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste.

CÓDIGO REDUZIDO: 021

ORGÃO:02 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 - Gabinete do Prefeito

FUNÇÃO: 04 - Administração

SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral

PROGRAMA: 0003 - Administração Geral

PROJETO/ATIVIDADE: 2004 - Manutenção e Encargos Do Gabinete Do Prefeito

RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

R$ 0,00

CÓDIGO REDUZIDO: 017

ORGÃO:02 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 - Gabinete do Prefeito

FUNÇÃO: 04 - Administração

SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral

PROGRAMA: 0003 - Administração Geral

PROJETO/ATIVIDADE: 2004 - Manutenção e Encargos Do Gabinete Do Prefeito

RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários

ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

R$ 10.000,00

CÓDIGO REDUZIDO: 031

ORGÃO:03 - SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 - Departamento de Administração e Finanças

FUNÇÃO: 04 - Administração

SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral

PROGRAMA: 0003 - Administração Geral

PROJETO/ATIVIDADE: 2007 - Manutenção e Encargos Da Sec. Municipal de Administração

RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

R$ 60.892,48

CÓDIGO REDUZIDO: 035

ORGÃO:03 - SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 - Departamento de Administração e Finanças

FUNÇÃO: 04 - Administração

SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral

PROGRAMA: 0003 - Administração Geral

PROJETO/ATIVIDADE: 2007 - Manutenção e Encargos Da Sec. Municipal de Administração

RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários

ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

R$ 9.328,70

CÓDIGO REDUZIDO: 457

ORGÃO:03 - SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 04 - Fundo Mun. Prev. Serv. Gloria - GLORIAPREV

FUNÇÃO: 04 - Administração

SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral

PROGRAMA: 0040 - Gestão Do RPPS

PROJETO/ATIVIDADE: 2090 - Manutenção e Encargos Administrativos com o GLORIAPREV
RECURSO: 0.1.50 – Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo
R$ 1.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 452
ORGÃO:03 - SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 04 - Fundo Mun. Prev. Serv. Gloria - GLORIAPREV
FUNÇÃO: 04 - Administração
SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral
PROGRAMA: 0040 - Gestão Do RPPS
PROJETO/ATIVIDADE: 2090 - Manutenção e Encargos Administrativos com o GLORIAPREV
RECURSO: 0.1.50 – Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 4.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 079
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 361 - Ensino Fundamental
PROGRAMA: 0042 - Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental
PROJETO/ATIVIDADE: 2090 - Manutenção e Encargos Administrativos com o GLORIAPREV
RECURSO: 0.1.15 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 4.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 078
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 361 - Ensino Fundamental
PROGRAMA: 0042 - Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental
PROJETO/ATIVIDADE: 2090 - Manutenção e Encargos Administrativos com o GLORIAPREV
RECURSO: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 142,00
CÓDIGO REDUZIDO: 088
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 361 - Ensino Fundamental
PROGRAMA: 0042 - Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental
PROJETO/ATIVIDADE: 2013 - Manutenção Do Ensino Fundamental
RECURSO: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 51.278,10
CÓDIGO REDUZIDO: 082
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação

SUBFUNÇÃO: 365 - Educação Infantil
PROGRAMA: 0041 - Expansão e Melhoria da Educação Infantil
PROJETO/ATIVIDADE: 1022 - Informatização de Centros de Educação Infantil
RECURSO: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 0,00
CÓDIGO REDUZIDO: 083
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 365 - Educação Infantil
PROGRAMA: 0041 - Expansão e Melhoria da Educação Infantil
PROJETO/ATIVIDADE: 1022 - Informatização de Centros de Educação Infantil
RECURSO: 0.1.15 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 7.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 074
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 365 - Educação Infantil
PROGRAMA: 0041 - Expansão e Melhoria da Educação Infantil
PROJETO/ATIVIDADE: 2014 - Manutenção Da Educação Infantil
RECURSO: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo
R$ 93.136,09
CÓDIGO REDUZIDO: 070
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 365 - Educação Infantil
PROGRAMA: 0041 - Expansão e Melhoria da Educação Infantil
PROJETO/ATIVIDADE: 2014 - Manutenção Da Educação Infantil
RECURSO: 0.1.15 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo
R$ 5.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 153
ORGÃO:05 - SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE: 02 - Departamento De Água e Esgoto
FUNÇÃO: 17 - Saneamento
SUBFUNÇÃO: 512 - Saneamento Básico Urbano
PROGRAMA: 0076 - Saneamento Básico
PROJETO/ATIVIDADE: 2026 - Manutenção Do Depto De Água e Esgoto
RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo
R$ 5.375,00
CÓDIGO REDUZIDO: 149
ORGÃO:05 - SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE: 02 - Departamento De Água e Esgoto
FUNÇÃO: 17 - Saneamento
SUBFUNÇÃO: 512 - Saneamento Básico Urbano
PROGRAMA: 0076 - Saneamento Básico
PROJETO/ATIVIDADE: 2026 - Manutenção Do Depto De Água e Esgoto
RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 5.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 311
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral
PROGRAMA: 0010 - GESTÃO DA SAÚDE COM QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 1074 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE P/ SECRETARIA DE SAÚDE
RECURSO: 0.1.02 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 800,00
CÓDIGO REDUZIDO: 317
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral
PROGRAMA: 0010 - GESTÃO DA SAÚDE COM QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2079 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE SAÚDE
RECURSO: 0.1.02 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de consumo
R$ 8.857,89
CÓDIGO REDUZIDO: 326
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral
PROGRAMA: 0010 - GESTÃO DA SAÚDE COM QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2096 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRAL DE REGULAÇÃO
RECURSO: 0.1.02 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de consumo
R$ 3.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 328
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 301 - Atenção Básica
PROGRAMA: 0020 - GERIR COM QUALIDADE A ATENÇÃO BÁSICA
PROJETO/ATIVIDADE: 1054 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE PARA ATENÇÃO BÁSICA
RECURSO: 0.1.02 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
R$ 2.757,00

CÓDIGO REDUZIDO: 330
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 301 - Atenção Básica
PROGRAMA: 0020 - GERIR COM QUALIDADE A ATENÇÃO BÁSICA
PROJETO/ATIVIDADE: 1054 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE PARA ATENÇÃO BÁSICA
RECURSO: 0.1.46 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
R$ 8.400,00
CÓDIGO REDUZIDO: 371
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 301 - Atenção Básica
PROGRAMA: 0020 - GERIR COM QUALIDADE A ATENÇÃO BÁSICA
PROJETO/ATIVIDADE: 2028 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ESF - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
RECURSO: 0.1.02 – Recursos Ordinários
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
R$ 59.067,66
CÓDIGO REDUZIDO: 373
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 301 - Atenção Básica
PROGRAMA: 0020 - GERIR COM QUALIDADE A ATENÇÃO BÁSICA
PROJETO/ATIVIDADE: 2028 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ESF - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
RECURSO: 0.1.42 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
R$ 14.600,00
CÓDIGO REDUZIDO: 496
ORGÃO:07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Assistência Social
FUNÇÃO: 08 - Assistência Social
SUBFUNÇÃO: 244 - Assistência Comunitária
PROGRAMA: 0487 - Descentralização das ações de assistência Social
PROJETO/ATIVIDADE: 1078 - MANUTENÇÃO COM O COFINANCIAMENTO - FEAS
RECURSO: 0.1.43 – Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
R$ 4.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 494
ORGÃO:07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Assistência Social
FUNÇÃO: 08 - Assistência Social
SUBFUNÇÃO: 244 - Assistência Comunitária
PROGRAMA: 0487 - Descentralização das ações de assistência Social
PROJETO/ATIVIDADE: 1078 - MANUTENÇÃO COM O COFINANCIAMENTO - FEAS
RECURSO: 0.1.43 – Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social

ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

R$ 5.000,00

CÓDIGO REDUZIDO: 207

ORGÃO:07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Assistência Social

FUNÇÃO: 08 - Assistência Social

SUBFUNÇÃO: 244 - Assistência Comunitária

PROGRAMA: 0487 - Descentralização das ações de assistência Social

PROJETO/ATIVIDADE: 2037 - MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM CONSELHO TUTELAR

RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

R$ 5.000,00

CÓDIGO REDUZIDO: 203

ORGÃO:07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Assistência Social

FUNÇÃO: 08 - Assistência Social

SUBFUNÇÃO: 244 - Assistência Comunitária

PROGRAMA: 0487 - Descentralização das ações de assistência Social

PROJETO/ATIVIDADE: 2037 - MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM CONSELHO TUTELAR

RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários

ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

R$ 5.000,00

CÓDIGO REDUZIDO: 216

ORGÃO:07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Assistência Social

FUNÇÃO: 08 - Assistência Social

SUBFUNÇÃO: 244 - Assistência Comunitária

PROGRAMA: 0487 - Descentralização das ações de assistência Social

PROJETO/ATIVIDADE: 2043 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

R$ 1.593,40

CÓDIGO REDUZIDO: 211

ORGÃO:07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Assistência Social

FUNÇÃO: 08 - Assistência Social

SUBFUNÇÃO: 244 - Assistência Comunitária

PROGRAMA: 0487 - Descentralização das ações de assistência Social

PROJETO/ATIVIDADE: 2043 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários

ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

R$ 10.000,00

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - **VINCULAÇÃO AO EDITAL**

13.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - **DAS COMUNICAÇÕES**

14.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - **DA FISCALIZAÇÃO**

15.1 A fiscalização da execução da referida ata de registro de preços será exercida por servidores nomeados através de Portaria.

15.1.1. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

15.2 A contratada obriga-se a realizar os serviços conforme especificação estabelecida no edital

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1- Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2019** a proposta da empresa BORGES ALEXANDRE E CIA LTDA EPP vencedora no certame supranumerado.

16.2- Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal n.º 10.520/02 e outras legislações afins, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - **DO FORO**

17.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Glória D' Oeste – MT, 16 de Abril de 2019.

_____

MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT

Paulo Remédio

ÓRGÃO GERENCIADOR

_____

MARCOS S. BIUDES - ME

Marcelo Matos pinheiro Nunes

DETENTOR DA ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2019 - EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019

Aos Dezesseis dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE GLÓRIA D' OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida dos Imigrantes, 2000, Bairro Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF 367.464.955/0001-00, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **PAULO REMÉDIO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado á Avenida dos Imigrantes nº 2083, Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT , portador da Cédula de Identidade nº. 428.609 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 361.992.571-20, neste ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019, nas cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DA EMPRESA **K. O. A. DREHMER**, inscrita no CNPJ: 26.897.644/0001-18, estabelecia na Rua M-5, n.º 26, Quadra 20 Lote 26, Parque Cuiabá, CEP: 78.095-398, Cuiabá - MT, neste ato representado por seu procurador o Sr Marcelo Matos Pinheiro Nunes, portador do RG n.º 14106620 SSP/MT e CPF nº 024.933.441-03, residente e domiciliado na Cidade de Cuiabá - MT, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal N.º 810/2019 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual *AQUISIÇÃO DE* MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTE DE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº 03/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2 .CLÁUSULA SEGUNDA - **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, para eventual aquisição em face da apresentação da proposta da empresa abaixo qualificada:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	Arquivo em aço - quatro gavetas, com chave	JOTA	Unidade	4	550,00	2.200,00
12	Cadeira - base fixa 4 pés, assento e encosto preenchido em espuma injetável de qualidade, revestimento em tecido suede preto	VANDA FLEX	Unidade	8	89,00	712,00
13	Cadeira Executiva - Com base giratória, regulagem de altura a gás, assento e encosto preenchido em espuma injetável de qualidade, revestimento em couro ecológico preto, braços com altura ajustável, sistema de regulagem de inclinação.	VANDA FLEX	Unidade	3	319,00	957,00
14	Cadeira Executiva - Com base giratória, regulagem de altura, assento e encosto preenchido em espuma injetável de qualidade, revestimento em tecido suede preto, braços com altura ajustável, com sistema de regulagem de inclinação.	VANDA FLEX	Unidade	3	325,00	975,00
15	Cadeira Presidente - Com base giratória, regulagem de altura a gás, assento e encosto preenchido em espuma injetável de qualidade, revestimento em courino preto, base cromada, encosto reclinável	VANDA FLEX	Unidade	3	518,00	1.554,00
16	Cadeira Secretária - Com base giratória, regulagem de altura a gás, assento e encosto preenchido em espuma injetável de qualidade, revestimento em tecido preto, braços com altura ajustável, com sistema de regulagem de inclinação.	VANDA FLEX	Unidade	5	255,00	1.275,00

20	Computador Completo - com processador core i3, 8g de memória RAM, HD 500 gb, monitor LCD led de 18 polegadas, gabinete, teclado, mouse, sistema operacional Microsoft Windows, gravador de cd/dvd.	IMPÉRIO PC - I3M	Unidade	5	1.760,00	8.800,00
21	Computador Completo - com processador core i5, 8g de memória RAM, HD 1 tb, monitor LCD led de 18 polegadas, gabinete, teclado, mouse, sistema operacional Microsoft Windows, gravador de cd/dvd.	IMPERIO PC - I5M	Unidade	3	2.079,00	6.237,00
26	CPU - com processador core i3, 8gb de memória RAM, HD 500 gb, gravador de cd/dvd, sistema operacional Microsoft Windows	IMPERIO PC - I3	Unidade	4	1.349,00	5.396,00
28	Estante em aço - 40 cm, com 06 prateleiras	JOTA	Unidade	10	175,00	1.750,00
31	Gravador e Leitor Externo de CD/DVD - USB	BLUECASE EXTERNO - FGDE02	Unidade	3	180,00	540,00
32	HD - (disco rígido) com capacidade máxima de 1 TB	HITACHI - PN A7K2000	Unidade	15	259,00	3.885,00
33	HD - (disco rígido) com capacidade máxima de 500 MB	SEAGATE - ST3500414CS	Unidade	20	160,00	3.360,00
39	Longarina - 03 lugares, base em aço, assento e encosto em polipropileno	VANDA FLEX	Unidade	2	300,00	600,00
42	Memória DDR3 4GB	BLUECASE PN BMGL3D13M15VS9/4G	Unidade	10	160,00	1.600,00
43	Memória DDR4 4GB	GEIL EVO POTENZA BLACK BOX PN	Unidade	10	180,00	1.800,00
50	Notebook - 8gb memória RAM, HD 500 GB, processador core i3, sistema operacional Microsoft Windows, tela 14"	LENOVO	Unidade	3	2.885,00	7.755,00
56	Retroprojetor - conexões VGA e HDMI, luminosidade mínima de 3600 lumens, projeção mínima 347 polegadas, com bolsa para transporte	TOMATE 2003	Unidade	1	2.000,00	2.000,00
VALOR TOTAL						**51.396,00**

3.CLÁUSULA TERCEIRA - **DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência a partir da data de 16/04/2019 , por um período de 12 (doze) meses.

3.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Glória D' Oeste não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

3.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2019**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

4. CLÁUSULA QUARTA - **DO PAGAMENTO**

4.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da emissão da nota fiscal e entrega dos itens.

4.2 - A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

4.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.4 - As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

4.5 - O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5. CLÁUSULA QUINTA - **DA ENTREGA E DO PRAZO**

5.1. Os itens registrados neste edital deverão ser fornecidos de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria das Secretarias Solicitantes.

5.2. Os itens deverão ser entregues no prazo máximo de 01 (um) dia após o repasse da requisição conforme solicitação da Secretaria competente.

5.3. A vigência da ata de registro de preços será a partir da data de assinatura da ata de registro de preços, por um período de 12 (doze) meses;

5.4. A Empresa vencedora terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura da Ata de Registro de Preços;

5.5. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição da Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste;

6. CLÁUSULA SEXTA - **DAS OBRIGAÇÕES**

6.1 - Do Município:

6.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou fatura a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

6.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

6.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

6.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

6.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

6.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

6.2 - Da Detentora da Ata:

6.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

6.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

6.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

6.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

6.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - **DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

7.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

7.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

7.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

8. CLÁUSULA OITAVA - **DAS PENALIDADES**

8.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2- Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3- Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4- O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

9. CLÁUSULA NONA - **DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

9.1- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1- Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2- Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

9.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

9.3- O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.4- No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.5- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.6- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.7- Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.8- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

9.8.1- A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

9.9- A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10- Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11- Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12- Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - **DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1- a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2- a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3- a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5- os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6- por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3- A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4- Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - **DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO**

11.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ORÇAMENTO

12.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste.

CÓDIGO REDUZIDO: 021

ORGÃO:02 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 - Gabinete do Prefeito

FUNÇÃO: 04 - Administração

SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral

PROGRAMA: 0003 - Administração Geral

PROJETO/ATIVIDADE: 2004 - Manutenção e Encargos Do Gabinete Do Prefeito

RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo
R$ 0,00
CÓDIGO REDUZIDO: 017
ORGÃO:02 - GABINETE DO PREFEITO
UNIDADE: 01 - Gabinete do Prefeito
FUNÇÃO: 04 - Administração
SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral
PROGRAMA: 0003 - Administração Geral
PROJETO/ATIVIDADE: 2004 - Manutenção e Encargos Do Gabinete Do Prefeito
RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 10.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 031
ORGÃO:03 - SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 01 - Departamento de Administração e Finanças
FUNÇÃO: 04 - Administração
SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral
PROGRAMA: 0003 - Administração Geral
PROJETO/ATIVIDADE: 2007 - Manutenção e Encargos Da Sec. Municipal de Administração
RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo
R$ 60.892,48
CÓDIGO REDUZIDO: 035
ORGÃO:03 - SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 01 - Departamento de Administração e Finanças
FUNÇÃO: 04 - Administração
SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral
PROGRAMA: 0003 - Administração Geral
PROJETO/ATIVIDADE: 2007 - Manutenção e Encargos Da Sec. Municipal de Administração
RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 9.328,70
CÓDIGO REDUZIDO: 457
ORGÃO:03 - SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 04 - Fundo Mun. Prev. Serv. Gloria - GLORIAPREV
FUNÇÃO: 04 - Administração
SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral
PROGRAMA: 0040 - Gestão Do RPPS
PROJETO/ATIVIDADE: 2090 - Manutenção e Encargos Administrativos com o GLORIAPREV
RECURSO: 0.1.50 – Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo
R$ 1.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 452
ORGÃO:03 - SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 04 - Fundo Mun. Prev. Serv. Gloria - GLORIAPREV
FUNÇÃO: 04 - Administração
SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral
PROGRAMA: 0040 - Gestão Do RPPS

PROJETO/ATIVIDADE: 2090 - Manutenção e Encargos Administrativos com o GLORIAPREV
RECURSO: 0.1.50 – Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 4.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 079
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 361 - Ensino Fundamental
PROGRAMA: 0042 - Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental
PROJETO/ATIVIDADE: 2090 - Manutenção e Encargos Administrativos com o GLORIAPREV
RECURSO: 0.1.15 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 4.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 078
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 361 - Ensino Fundamental
PROGRAMA: 0042 - Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental
PROJETO/ATIVIDADE: 2090 - Manutenção e Encargos Administrativos com o GLORIAPREV
RECURSO: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 142,00
CÓDIGO REDUZIDO: 088
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 361 - Ensino Fundamental
PROGRAMA: 0042 - Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental
PROJETO/ATIVIDADE: 2013 - Manutenção Do Ensino Fundamental
RECURSO: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 51.278,10
CÓDIGO REDUZIDO: 082
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 365 - Educação Infantil
PROGRAMA: 0041 - Expansão e Melhoria da Educação Infantil
PROJETO/ATIVIDADE: 1022 - Informatização de Centros de Educação Infantil
RECURSO: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 0,00
CÓDIGO REDUZIDO: 083
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação

SUBFUNÇÃO: 365 - Educação Infantil
PROGRAMA: 0041 - Expansão e Melhoria da Educação Infantil
PROJETO/ATIVIDADE: 1022 - Informatização de Centros de Educação Infantil
RECURSO: 0.1.15 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 7.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 074
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 365 - Educação Infantil
PROGRAMA: 0041 - Expansão e Melhoria da Educação Infantil
PROJETO/ATIVIDADE: 2014 - Manutenção Da Educação Infantil
RECURSO: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo
R$ 93.136,09
CÓDIGO REDUZIDO: 070
ORGÃO:04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 01 - Departamento De Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 365 - Educação Infantil
PROGRAMA: 0041 - Expansão e Melhoria da Educação Infantil
PROJETO/ATIVIDADE: 2014 - Manutenção Da Educação Infantil
RECURSO: 0.1.15 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo
R$ 5.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 153
ORGÃO:05 - SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE: 02 - Departamento De Água e Esgoto
FUNÇÃO: 17 - Saneamento
SUBFUNÇÃO: 512 - Saneamento Básico Urbano
PROGRAMA: 0076 - Saneamento Básico
PROJETO/ATIVIDADE: 2026 - Manutenção Do Depto De Água e Esgoto
RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo
R$ 5.375,00
CÓDIGO REDUZIDO: 149
ORGÃO:05 - SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE: 02 - Departamento De Água e Esgoto
FUNÇÃO: 17 - Saneamento
SUBFUNÇÃO: 512 - Saneamento Básico Urbano
PROGRAMA: 0076 - Saneamento Básico
PROJETO/ATIVIDADE: 2026 - Manutenção Do Depto De Água e Esgoto
RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 5.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 311
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral
PROGRAMA: 0010 - GESTÃO DA SAÚDE COM QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 1074 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE P/ SECRETARIA DE SAÚDE
RECURSO: 0.1.02 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 800,00
CÓDIGO REDUZIDO: 317
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral
PROGRAMA: 0010 - GESTÃO DA SAÚDE COM QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2079 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE SAÚDE
RECURSO: 0.1.02 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de consumo
R$ 8.857,89
CÓDIGO REDUZIDO: 326
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral
PROGRAMA: 0010 - GESTÃO DA SAÚDE COM QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2096 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRAL DE REGULAÇÃO
RECURSO: 0.1.02 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de consumo
R$ 3.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 328
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 301 - Atenção Básica
PROGRAMA: 0020 - GERIR COM QUALIDADE A ATENÇÃO BÁSICA
PROJETO/ATIVIDADE: 1054 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE PARA ATENÇÃO BÁSICA
RECURSO: 0.1.02 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
R$ 2.757,00
CÓDIGO REDUZIDO: 330
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 301 - Atenção Básica
PROGRAMA: 0020 - GERIR COM QUALIDADE A ATENÇÃO BÁSICA
PROJETO/ATIVIDADE: 1054 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE PARA ATENÇÃO BÁSICA
RECURSO: 0.1.46 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
R$ 8.400,00

CÓDIGO REDUZIDO: 371
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 301 - Atenção Básica
PROGRAMA: 0020 - GERIR COM QUALIDADE A ATENÇÃO BÁSICA
PROJETO/ATIVIDADE: 2028 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ESF - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
RECURSO: 0.1.02 – Recursos Ordinários
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
R$ 59.067,66
CÓDIGO REDUZIDO: 373
ORGÃO:06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Saúde
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUBFUNÇÃO: 301 - Atenção Básica
PROGRAMA: 0020 - GERIR COM QUALIDADE A ATENÇÃO BÁSICA
PROJETO/ATIVIDADE: 2028 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ESF - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
RECURSO: 0.1.42 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
R$ 14.600,00
CÓDIGO REDUZIDO: 496
ORGÃO:07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Assistência Social
FUNÇÃO: 08 - Assistência Social
SUBFUNÇÃO: 244 - Assistência Comunitária
PROGRAMA: 0487 - Descentralização das ações de assistência Social
PROJETO/ATIVIDADE: 1078 - MANUTENÇÃO COM O COFINANCIAMENTO - FEAS
RECURSO: 0.1.43 – Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
R$ 4.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 494
ORGÃO:07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Assistência Social
FUNÇÃO: 08 - Assistência Social
SUBFUNÇÃO: 244 - Assistência Comunitária
PROGRAMA: 0487 - Descentralização das ações de assistência Social
PROJETO/ATIVIDADE: 1078 - MANUTENÇÃO COM O COFINANCIAMENTO - FEAS
RECURSO: 0.1.43 – Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social
ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
R$ 5.000,00
CÓDIGO REDUZIDO: 207
ORGÃO:07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Assistência Social
FUNÇÃO: 08 - Assistência Social
SUBFUNÇÃO: 244 - Assistência Comunitária
PROGRAMA: 0487 - Descentralização das ações de assistência Social
PROJETO/ATIVIDADE: 2037 - MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM CONSELHO TUTELAR
RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

R$ 5.000,00

CÓDIGO REDUZIDO: 203

ORGÃO:07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Assistência Social

FUNÇÃO: 08 - Assistência Social

SUBFUNÇÃO: 244 - Assistência Comunitária

PROGRAMA: 0487 - Descentralização das ações de assistência Social

PROJETO/ATIVIDADE: 2037 - MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM CONSELHO TUTELAR

RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários

ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

R$ 5.000,00

CÓDIGO REDUZIDO: 216

ORGÃO:07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Assistência Social

FUNÇÃO: 08 - Assistência Social

SUBFUNÇÃO: 244 - Assistência Comunitária

PROGRAMA: 0487 - Descentralização das ações de assistência Social

PROJETO/ATIVIDADE: 2043 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

R$ 1.593,40

CÓDIGO REDUZIDO: 211

ORGÃO:07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 02 - Fundo Municipal De Assistência Social

FUNÇÃO: 08 - Assistência Social

SUBFUNÇÃO: 244 - Assistência Comunitária

PROGRAMA: 0487 - Descentralização das ações de assistência Social

PROJETO/ATIVIDADE: 2043 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RECURSO: 0.1.00 – Recursos Ordinários

ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

R$ 10.000,00

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - **VINCULAÇÃO AO EDITAL**

13.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - **DAS COMUNICAÇÕES**

14.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - **DA FISCALIZAÇÃO**

15.1 A fiscalização da execução da referida ata de registro de preços será exercida por servidores nomeados através de Portaria.

15.1.1. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

15.2 A contratada obriga-se a realizar os serviços conforme especificação estabelecida no edital

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1- Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2019** a proposta da empresa BORGES ALEXANDRE E CIA LTDA EPP vencedora no certame supranumerado.

16.2- Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal n.º 10.520/02 e outras legislações afins, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - **DO FORO**

17.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Glória D' Oeste – MT, 16 de Abril de 2019.

_____

MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT

Paulo Remédio

ÓRGÃO GERENCIADOR

_____

K. O. A. DREHMER ME

Marcelo Matos pinheiro Nunes

DETENTOR DA ATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 066/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa **CONSTRUTORA MORIÁ EIRELI - ME,** Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE MEIOS-FIOS, SARJETAS E CALÇADAS** visando atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**). **Fundamento Legal:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº **023/2019**, Processo de Compra n° **559/2019**, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa **CONSTRUTORA MORIÁ EIRELI - ME** sagrou-se vencedoracom o valor global de **R$ 500.550,00 (quinhentos mil e quinhentos e cinquenta reais). Data de Assinatura**: 16/04/2019. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA **Nº 559/2019** PREGÃO PRESENCIAL Nº **023/2019-SRP**. **Assina pelo Município de Guarantã do Norte**: ÉRICO STEVAN GONÇALVES – Prefeito Municipal; **Contratada**: **CONSTRUTORA MORIÁ EIRELI - ME** representada pelo senhor **CARLOS LIVINO DE MELO -** Guarantã do Norte/MT, 16 de abril de 2019.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019-SRP

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT, torna público que realizará a Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019 cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de **LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS**, tudo em conformidade com as disposições no Edital e seus Anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais. A abertura do certame está prevista para ***02/05/2019 às 08h00 (horário de Mato Grosso)***, na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital, encontra se disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 16 de abril de 2019. ***Sebastião Adilson C. da Silva/Pregoeiro***.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 060/2019

DECRETO Nº 060/2019

SÚMULA: "Dispõe sobre o Plano de Ação para implantação da Matriz de Riscos e Controles relacionadas à Gestão Financeira no âmbito do Município de Itanhangá-MT, e das outras providências"

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e;

CONSIDERANDO que os atos administrativos devem ser processados em total harmonia com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, CF/88);

CONSIDERANDO a Resolução Normativa nº. 17/2017-TP a qual dispõe sobre a instituição definitiva do Programa de Aprimoramento do Sistema de Controle Interno dos Fiscalizados, denominado Programa Aprimora, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade da implantação e do funcionamento do Sistema de Controle Interno na Administração Pública, decorrente dos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, artigos 75 a 80 da Lei nº 4.320/1964 e dos artigos 7 a 10 da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Mato Grosso);

CONSIDERANDO que o modelo de estrutura integrada de Controle Interno publicado pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) foi adotado como referência aos fiscalizados pelo TCE-MT, nos termos da Resolução Normativa nº 26/2014, que alterou a Resolução Normativa nº 33/2012;

CONSIDERANDO a Resolução Normativa nº. 16/2018-TP a qual aprova a Matriz de Riscos e Controles (MRC) aplicável às atividades relacionadas à gestão financeira dos entes fiscalizados pelo TCE-MT, define a responsabilidade pela implementação, efetivação e avaliação dos controles internos, bem como os critérios para a elaboração e o monitoramento de Plano de Ação visando garantir a existência, a adequação e a efetividade dos controles internos desta atividade.

DECRETA:

Art. 1º. Instituir no Município de Itanhangá – MT, Plano de Ação para implantação da Matriz de Riscos e Controles Interno Administrativos (MRC), relacionados a Gestão Financeira Municipal como instrumento de aprimoramento dos sistemas administrativos.

Art. 2º. Compete ao gestor da Secretaria de Finanças Municipal de Itanhangá – MT, implementar e garantir a efetividade de forma contínua e permanente, dos controles internos definidos na MRC, visando a prevenção e mitigação dos riscos associados a cada atividade, e aos atos que contrariem os princípios da administração pública.

Art. 3º. Faz parte deste decreto o anexo I, Plano de Ação para implantação da Matriz de Riscos e Controles (MRC), aplicável às atividades relacionadas à gestão financeira.

Art. 4°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 10 de abril de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Afixe

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2019
Ana Claudia Germano Alves
Agente Administrativo
Matricula 1242

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

PLANO DE AÇÃO – GESTÃO FINANCEIRA / RESOLUÇÃO 16/2018 TCE-MT						
Risco / Item Avaliado	Controle Interno Sugerido	Classificação	Providencias- Ações a serem tomadas	Responsável	Prazo para implantação Inicial / Final	Situação (I,F)
1 - Atividade: Programação Financeira Anual. Objetivo: Ajustar o ritmo da execução do orçamento público ao fluxo provável de ingressos de recursos financeiros no caixa municipal para evitar eventuais insuficiências de tesouraria.						
R1 - Inexistência de normativa disciplinando as regras e procedimentos para elaboração, execução e avaliação periódica da programação financeira anual, levando a elaboração de uma programação financeira anual sem critérios técnicos, resultando em erros e inconsistências na programação financeira anual, tornando-a um instrumento inútil no planejamento financeiro da entidade.	CT 1.0 - Normativa estabelecendo as normas e procedimentos para a elaboração da programação financeira anual, visando compatibilizar o fluxo de ingressos e desembolsos financeiros e promover o equilíbrio das finanças municipais.	0	Elaborar normativa estabelecendo a programação financeira anual, compatibilizando com o fluxo de ingresso e desembolso.	Secretário de Finanças / Dep. Contabilidade e Tesouraria	30/09/2019	
R2 - Não elaboração, execução e/ou avaliação periódica da programação financeira anual, levando a um desajuste entre a execução orçamentária e o fluxo de ingressos financeiros no caixa, resultando em insuficiência de caixa para honrar os compromissos da entidade.	CT 2.1 – Decreto, publicado anualmente após 30 (trinta) dias da aprovação da LOA, estabelecendo a programação financeira anual e o cronograma mensal de desembolso (art. 8º, caput, da LRF) e o desdobramento das receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação (art. 13 da LRF).	1	Elaborar decreto (minuta) estabelecendo a programação financeira anual para LOA de 2020, de acordo com ingressos financeiros, desmembramento das receitas em metas bimestrais. Elaborar reunião entre os departamentos da receita e contabilidade para verificar por meio de estudo o comportamento das receitas e gastos com intuito de produzir o decreto de desembolso.	Secretário de Finanças / Contabilidade e Tesouraria	30/09/2019	
	CT 2.2 - Avaliação ao final de cada bimestre da expectativa de arrecadação, devendo ser adotadas nos 30 (trinta) dias subsequentes medidas para limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos pela LDO, caso seja verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais (art. 9º, caput, da LRF).	0	Realizar avaliação bimestral para constatar o comportamento da receita e despesa. Elaborar relatório de analise realizada. Elaborar uma minuta com itens que deverão compor na análise para emissão do relatório (análise da movimentação financeira bimestral), podendo ser ajustável.	Secretário de Finanças / Contabilidade e Tesouraria	30/09/2019	

	CT 2.3 – Demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Câmara Municipal, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro (art. 9º, § 4º, da LRF).	2	Elaborar relatório de avaliação de cumprimento de metas fiscais. Elaborar uma minuta com itens que deverão compor na análise para emissão do relatório (análise das metas fiscais), podendo ser ajustável.	Secretário de Finanças / Contabilidade e Tesouraria	30/09/2019	
	CT 2.4 – Funcionalidade no sistema de administração financeira e orçamentária para gerenciar a programação financeira anual, que permita a realização de procedimentos de solicitação, aprovação, liberação e recebimento de cotas orçamentárias e financeiras entre as Unidades Orçamentárias (UO).		O Controle das unidades orçamentárias e centralizado na Secretária de Finanças.			
2 - Atividade: Disponibilidades de caixa. Objetivo: Assegurar que todo numerário à disposição da entidade seja depositado em contas bancárias de instituição financeira oficial, exceto se não houver agência no município, e que as movimentações financeiras sejam registradas no sistema de administração financeira e orçamentária.						
R3 - Inexistência de normativa regulamentando a movimentação dos recursos financeiros da entidade na "conta única" em instituição financeira oficial, levando a manutenção de disponibilidades de caixa em instituições financeiras privadas, quando no município há agência de banco oficial, resultando em depósito das disponibilidades de caixa em instituições financeiras privadas.	CT 3.1 - Normativa regulamentando a movimentação dos recursos financeiros alocados na "Conta Única" do Tesouro Municipal.		Elaborar normativa regulamentando a movimentação dos recursos financeiros (conta única).	Secretário de Finanças / Tesouraria	30/09/2019	
	CT 3.2 - Manutenção de contas bancárias municipais somente em instituições financeiras oficiais, exceto para os municípios onde não existam agências bancárias das referidas instituições, conforme disposto no Acórdão nº 900/03 do TCE-MT.	3				
R4 - Inexistência de registro de contas bancárias no sistema de administração financeira e orçamentária da entidade, levando a movimentação de contas bancárias paralelas, não registradas no sistema de administração financeira e orçamentária, resultando em pratica ilegal de "caixa 2", assim entendido o dinheiro paralelo que entra ou sai do caixa sem ser registrado pela contabilidade.	CT 4.0 - Registro de todas as contas bancárias no sistema de administração financeira e orçamentária, visando o fiel controle das movimentações financeiras.	2	Providenciar e responder o questionário do QACI de acordo com solicitado pelo TCE. OBS; verificar a solicitação do auditor externo do TCE/MT. Solicitar ao tesoureiro que responda o questionário especifico e assina-lo.	Secretário de Finanças / Tesouraria	30/09/2019	
R5 - não realização de acompanhamento diário da movimentação financeira das contas bancárias pela Tesouraria Municipal, levando a entradas e saídas de recursos financeiros nas contas bancárias não identificadas, resultando em descontrole do fluxo de entradas e saídas do caixa da entidade e de identificação dos credores beneficiados por pagamentos.	CT 5.0 - Rotina de acompanhamento diário da movimentação financeira de todas as contas bancárias da entidade pela Tesouraria Municipal, em especial aquelas com maior movimentação financeira.	2	Elaborar o extrato de entrevista com o tesoureiro e enviar como evidencia do quesito de controle no QACI.	Tesouraria	30/09/2019	
R6 - Ausência de planejamento do fluxo de caixa das contas bancárias da entidade, levando a insuficiência de recursos financeiros nas contas bancárias para realizar o pagamento das obrigações, resultando em prejuízos por pagamentos de juros de mora e necessidade de recorrer a empréstimos bancários para equilibrar o caixa.	CT 6.0 - Planejamento do fluxo de caixa das contas bancárias da entidade, de forma a obter uma visão gerencial das disponibilidades de recursos e dos compromissos futuros assumidos, baseada nas projeções diárias de entrada/saída de recursos financeiros e na sua efetiva realização (previsto x realizado).	3				
3 - Atividade: Ingressos financeiros. Objetivo: Controlar a entrada de recursos financeiros no caixa da entidade.						
R7 - Inexistência de normativa estabelecendo regras e procedimentos para o registro dos ingressos financeiros no caixa, levando a execução de procedimentos errados para registrar os ingressos de recursos financeiros no caixa, resultando em erros e inconsistências nos registros contábeis e no acompanhamento e controle da execução orçamentária e financeira.	CT 7.0 - Normativa estabelecendo regras e procedimentos para o registro dos ingressos de recursos financeiros no caixa da entidade.	0	Elaborar normativa regulamentando os ingressos dos recursos financeiros na conta única da entidade.	Secretário de Finanças / Tesouraria	30/09/2019	
R8 - Inexistência de guia própria de arrecadação de receitas, que deve ser paga exclusivamente através da rede bancária, levando a arrecadação de receitas em espécie, cheque, depósito ou transferência bancária sem registrá-las no sistema de administração financeira, resultando em desvio de receitas arrecadadas.	CT 8.0 - Guia própria para a arrecadação das receitas municipais exclusivamente através da rede bancária, devendo ser vedado pela legislação municipal o recebimento de recursos por transferências, cheques, depósitos ou em espécie.	1	Elaborar lei regulamentando a GUIA própria de arrecadação das receitas via bancaria. Vedar a arrecadação por meio de cheques, em espécie, deposito ou transferência bancaria.	Secretário de Finanças / Tesouraria/ Dep. de Tributos	30/10/2019	
R9 - Inexistência de integração entre o sistema de arrecadação e o sistema de administração financeira, levando a ingressos de receitas no sistema de arrecadação não registradas no sistema de administração financeira,	CT 9.0 - Integração entre o sistema de arrecadação das receitas e o sistema de administração financeira e orçamentária utilizados pelo município,	3				

resultando em descontrole na execução orçamentária e financeira.	de modo que as receitas arrecadadas sejam eletronicamente registradas pela contabilidade.					
R10 - Inexistência de rotina de registro dos ingressos financeiros, levando a ingressos de recursos não registrados ou registrados incorretamente no sistema de administração financeira e orçamentária, resultando em descontrole da gestão financeira e orçamentária e desvios de receitas não contabilizadas.	CT 10.0 - Rotina de registro diário no sistema de administração financeira e orçamentária dos recursos financeiros creditados nas contas bancárias do município.	3				
R11 - Inexistência de rotina de processamento diário dos arquivos de retorno dos bancos no sistema de arrecadação para confirmar a baixa dos créditos, levando a não realização da baixa dos créditos recebidos, resultando em erros e inconsistências nos registros da arrecadação.	CT 11.0 - Rotina de processamento diário dos arquivos de retorno dos bancos para confirmar a baixa dos créditos efetivamente recebidos por pagamento no sistema de arrecadação.	3				
R12 - Não realização de estudo ou acompanhamento do comportamento das receitas, levando a falta de informações sobre o comportamento das receitas para subsidiar a etapa da previsão da receita orçamentária, resultando em desequilíbrio na execução financeira e orçamentária.	CT 12.0 - Estudo do comportamento das receitas, visando subsidiar a previsão realista das receitas orçamentárias na LOA.	0	Elaborar reunião para estudo do comportamento das receitas, subsidiar a previsão na LOA. Elaborar minuta do relatório sobre o estudo realizado do comportamento da receita para elaboração da LOA. OBS; observar a data da LDO e LOA para reunir-se.	Secretário de Finanças / Dep. Contabilidade/ tesouraria e demais secretarias.	30/07/2019	
4 - Atividade: Desembolsos financeiros. Objetivo: Controlar a saída de recursos financeiros do caixa da entidade.						
R13 - Inexistência de normativa estabelecendo regras e procedimentos para o registro dos desembolsos financeiros do caixa, levando a execução de procedimentos errados para registrar os desembolsos financeiros do caixa, resultando em erros e inconsistências nos registros contábeis e no acompanhamento e controle da execução orçamentária e financeira.	CT 13.0 - Normativa disciplinando as regras e os procedimentos para o pagamento de despesas referentes às contratações de prestação de serviços, ao fornecimento de bens permanentes e de consumo e às obras e serviços de engenharia.	0	Elaborar normativa disciplinando os procedimentos dos pagamentos (registro de desembolso financeiro) das despesas (compras, serviços, obras e serviços de engenharia) em observância a procedimentos e ordem cronológica, observar as regras da 8. 666/93 e 4320/64.	Secretário de Finanças / Dep. de Contabilidade e Tesouraria	30/09/2019	
R14 - Não realizar a verificação da conformidade dos processos de pagamentos, levando a pagamento de despesas irregulares ou ilegítimas, resultando em prejuízo aos cofres públicos.	CT 14.0 - Lista de verificação (checkslist) da relação de documentos que devem compor os processos de despesas de serviços, de aquisição de bens permanentes, de aquisição de material de consumo e de obras e serviços de engenharia.	1	Atualizar a instrução normativa, elaborar anexo dos *check-list* completo de cada setor seguindo o fluxo do processo. Fazer constar nos processos de pagamento todos os documentos com devidas assinaturas, do responsável pela verificação/checagem.	Secretário de Finanças / Tesouraria/ Dep. de Contabilidade/ Dep. Compras	30/09/2019	
R15 - Inexistência de rotina de pagamento de fornecedores e prestadores de serviços exclusivamente por meio eletrônico integrado aos estágios da despesa orçamentária, levando a pagamento para credor fictício, ou em duplicidade, ou sem processo de despesa préexistente (sem empenho ou liquidação), ou em montante superior ao valor devido, resultando em prejuízo aos cofres públicos.	CT 15.0 - Rotina de pagamento a fornecedores e prestadores de serviços exclusivamente por meio eletrônico, integrado aos estágios da despesa orçamentária (empenho, liquidação e pagamento).	3				
R16 - Inexistência de rotina de registro dos desembolsos financeiros, levando a desembolsos financeiros não registrados ou registrados incorretamente no sistema de administração financeira e orçamentária da entidade, resultando em descontrole da gestão financeira e orçamentária da entidade.	CT 16.0 - Rotina de registro diário no sistema de administração financeira e orçamentária dos valores debitados nas contas bancárias da entidade.	3				
R17 - Inexistência de rotina de processamento dos arquivos de retornos dos bancos referentes aos pagamentos eletrônicos realizados, levando a não realização da baixa dos pagamentos realizados pela entidade no sistema de administração financeira e orçamentária, resultando em erros e inconsistências nos registros contábeis e orçamentários da entidade.	CT 17.1 - Rotina de processamento dos arquivos de retorno das instituições bancárias no sistema de administração financeira e orçamentária referente aos pagamentos realizados aos fornecedores e prestadores de serviços.	2	Implantar o sistema borderô. Realizar reunião com o gerente do Banco do brasil sobre a funcionalidade do sistema / Visitar algum município que tenha o sistema implantado para verificar a funcionabilidade.	Secretário de Finanças / Tesouraria	30/10/2019	
	CT 17.2 - Rotina de processamento dos arquivos de retorno das instituições bancárias no sistema de gestão de pessoas referente aos pagamentos realizados aos servidores.	3				
5 - Atividade: Consignações.						

Objetivo: Assegurar a realização de consignação nos casos cabíveis e o seu respectivo pagamento.						
R18 - Inexistência de um manual de retenção de tributos, levando a não retenção de tributos nas situações exigidas pela legislação ou a retenção de tributos em desacordo com as exigências legais, resultando em demandas administrativas ou judiciais decorrentes de cobrança de tributos devidos, podendo resultar em prejuízos oriundos de multas e juros de mora.	CT 18.0 - Manual de procedimentos de retenção de tributos, visando orientar os servidores públicos responsáveis pela liquidação e pelo pagamento da despesa.	0	Elaborar manual de retenção de tributos	Secretário de Finanças / Dep. Contabilidade e Tesouraria	30/09/2019	
R19 - Inexistência de rotina de pagamento de tributos retidos, levando a inadimplência no pagamento de tributos retidos, resultando em prejuízos oriundos de multas e juros de mora no pagamento de tributos retidos.	CT 19.0 - Rotina de pagamento das retenções de tributos e demais consignações, devidamente registradas no sistema de administração financeira e orçamentária, observados os prazos legais, de modo a evitar multas e juros de mora.	3				
R20 - Inexistência de normativa disciplinando as regras para a realização de descontos autorizados na folha de pagamento, levando a permissão de descontos em folha em estabelecimento não credenciado, ou acima da margem consignável do servidor, ou para objeto que não pode ser descontado em folha, resultando em erros na consignação de descontos autorizados pelo servidor e demandas administrativas e judiciais para reparação destes erros.	CT 20.0 - Normativa disciplinando as consignações em folha de pagamento, estabelecendo a forma de credenciamento, a margem consignável permitida e o que pode ou não ser consignado em folha.	0	Elaborar normativa disciplinando as consignações e demais desconto em folha. OBS; consignação, diárias, multas, penalidades por PAD.	Secretário de Adm/ Finanças / Dep. RH / Tesouraria/ Dep. Contabilidade	30/09/2019	
R21 - Inexistência de controle administrativo individualizado por servidor das consignações autorizadas em folha, levando a consignação em folha realizadas sem a devida autorização do servidor, resultando em demandas administrativas ou judiciais para reparação de consignação não autorizadas na folha de pagamento do servidor.	CT 21.0 - Controle individualizado, em nível sintético e analítico, das consignações autorizadas em folha de pagamento pelos servidores ativos, inativos e pensionistas.	3				
6 - Atividade: Ordem cronológica de exigibilidade. Objetivo: Garantir que os pagamentos realizados a fornecedores e a prestadores de serviços sejam realizados em estrita ordem cronológica de suas exigibilidades.						
R22 - Não edição de lei local e/ou decreto regulamentando o art. 5º da Lei n.º 8.666/93, que dispõe sobre a obrigatoriedade de obediência da ordem cronológica de exigibilidade, por fonte de recursos, para o pagamento de despesas a fornecedores e prestadores de serviços, levando a falta de critérios para controlar a ordem cronológica de exigibilidade de pagamentos a fornecedores e prestadores de serviço, resultando em descumprimento da legislação e aumento do clima de desconfiança nos fornecedores e prestadores de serviços, se refletindo no aumento de preços praticados para a entidade.	CT 22.0 - Lei local e/ou decreto regulamentando o artigo 5º da Lei n.º 8.666/93, que dispõe sobre a obrigatoriedade de obediência, para cada fonte de recursos, da estrita ordem cronológica das datas de exigibilidade nos pagamentos das obrigações decorrentes de contratações públicas, observadas as recomendações do Acórdão n.º 282/17 – TP do TCE-MT.	0	Elaborar regulamentação da ordem cronológica para pagamentos de acordo com artigo 5º da 8. 666/93. obrigatoriedade de obediência, para cada fonte de recursos, Acórdão n.º 282/17 – TP do TCE-MT. Criar critério da disponibilização da ordem cronológica no portal da transparência. OBS; observar as vantagens para realização de pagamentos antecipados a ordem cronológica (critérios de prioridades para colocação na ordem, exceções)	Secretário de Finanças/ Dep. Contabilidade/ Tesouraria.	30/09/2019	
R23 - Inexistência de funcionalidade no sistema de administração financeira da entidade para controlar a ordem cronológica de exigibilidade para pagamento, levando a preterição no pagamento de fornecedores e prestadores de serviço e descontrole da ordem cronológica de exigibilidade de pagamento, resultando em descumprimento da legislação e aumento do clima de desconfiança nos fornecedores e prestadores de serviços, se refletindo no aumento de preços praticados para a entidade.	CT 23.0 - Funcionalidade específica no sistema de administração financeira e orçamentária para controlar, por fonte de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de exigibilidade dos pagamentos decorrentes de obrigações contratuais.	2	Utilização do sistema (controle por fonte de recursos e ordem cronológica) para realização de pagamentos pela ordem cronológica.	Secretário de Finanças/ Dep. Contabilidade / Tesouraria	30/09/2019	
R24 - Não divulgação da ordem cronológica de pagamento (fila de pagamento) na página eletrônica Portal da Transparência, levando a incertezas geradas nos fornecedores e prestadores de serviços quanto ao cumprimento pela entidade da fila de pagamento, resultando em clima de desconfiança junto a fornecedores e prestadores de serviços quanto ao cumprimento da ordem cronológica de pagamentos.	CT 24.0 - Divulgação em tempo real na internet da fila de pagamento dos credores da entidade, observada a estrita ordem cronológica de pagamento, para cada fonte de recursos, em obediência ao art. 8º da Lei n.º 12.527/11 (Lei da Transparência).	0	Disponibilizar em tempo real a ordem cronológica dos pagamentos no portal da Transparência.	Secretária de Finanças / Tesouraria / Empresa contratadas de sistemas	30/12/2019	
7 - Atividade: Conciliação bancária. Objetivo: Assegurar que todas as operações financeiras realizadas pela entidade estejam devidamente reconhecidas nos seus extratos bancários e nos seus registros contábeis.						
R25 - Não realização de conciliação bancária dos fluxos de ingressos e desembolsos financeiros nas contas bancárias, levando a não identificação de ingressos ou desembolsos financeiros nas contas bancárias, resultando em desvios de recursos não identificados e inconsistência dos registros contábeis.	CT 25.0 - Conciliação bancária diária nas contas de maior movimentação financeira e mensal nas contas de pouca movimentação financeira, com as justificativas das divergências eventualmente verificadas entre os registros bancários (ex-	3				

	trato) e os registros contábeis (razão contábil).			

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIAS DE FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA DLC N° 059/2019

DATA: 16 de abril de 2019.

SÚMULA: "*Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Cristyane Solange Azambuja Cavalcante,** inscrita no CPF n° 829.994.061.34, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 037/2019**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **KLC CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **11.761.650/0001-76**, que tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DOS CARGOS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS.".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor. **Art. 2°** - Designar a servidora Veronica de Souza Cavasin, portadora do CPF n° 050.711.701.83, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular. **Art. 3°** - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 16 de abril de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SANDRA KLASSEN GRZECHOTA

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 060/2019

DATA: 16 de abril de 2019.

SÚMULA: "*Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **Adriano dos Santos Barbosa,** inscrito no CPF n° 013.167.271.14, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 038/2019**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **UM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – ME,** inscrita no CNPJ sob o nº **26.237.379/0001-41**, que tem por objeto a **"Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para construção de Quadra Coberta com Arquibancada no Município de Itanhangá-MT."** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor. **Art. 2°** - Designar o servidor Walter Luiz Martin, portador do CPF n° 580.811.949.91, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular. **Art. 3°** - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 16 de abril de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SUZANA BÊSS

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO N° 037/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: KLC CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DOS CARGOS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS.".

VALOR GLOBAL: R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 16/04/2019

VIGÊNCIA: 31/12/2019

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 038/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: UM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – ME

OBJETO: "Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para construção de Quadra Coberta com Arquibancada no Município de Itanhangá-MT."

VALOR GLOBAL: R$ 352.769,29 (trezentos e cinquenta e dois mil setecentos e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos)

DATA DE ASSINATURA: 16/04/2019

VIGÊNCIA: 16/11/2019

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO N° 037/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: KLC CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DOS CARGOS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS.".

VALOR GLOBAL: R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 16/04/2019

VIGÊNCIA: 31/12/2019

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 038/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: UM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – ME

OBJETO: "Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para construção de Quadra Coberta com Arquibancada no Município de Itanhangá-MT."

VALOR GLOBAL: R$ 352.769,29 (trezentos e cinquenta e dois mil setecentos e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos)

DATA DE ASSINATURA: 16/04/2019

VIGÊNCIA: 16/11/2019

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 019/2019

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Av. Santa Catarina n° 314, centro, Itanhangá-MT, através de sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio, torna público que encontra-se aberta na Modalidade **Pregão Presencial n° 019/2019**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços com caminhão pipa para realizar aspersão de água em ruas e avenidas não pavimentadas do Município de Itanhangá-MT".** Regem a presente licitação a lei Federal n° 10.520/02, subsidiariamente, a Lei n° 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **30 de abril de 2019, às 08:00hs (oito horas)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá-MT, 16 de abril de 2019.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 092, DE 15 DE ABRIL DE 2019.

Concede Licença Maternidade à servidora que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo e o atestado médico, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a servidora abaixo relacionada:

1. MAYARA FERNANDA DE JESUS VIEIRA, servidora pública do quadro de servidores permanente do Poder Executivo, no Cargo de ALMOXARIFE, admitida por meio de concurso público, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, sendo o período de gozo de 25/03/2019 à 20/09/2019, devendo retornar ao trabalho no dia 21/09/2019.

Art. 2º -Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo às providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentário e financeiro, se devidas.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25/03/2019.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 15 de abril de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 093, DE 15 DE ABRIL DE 2019.

Concede Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, ao servidor abaixo relacionado:

1. ROSEVANI FREIRA GOES, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de ENFERMEIRO, empossado em 14/04/2014, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 14/04/2019 à 14/07/2019, referente ao período aquisitivo 14/04/2014 à 14/04/2019,** com o retorno aos trabalho no dia **15/07/2019.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 14/04/2019.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 15 de abril de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO - REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 013/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MAIOR OFERTA**, Resolve: **RETIFICAR** a data de abertura, no seguinte aspecto: **ONDE SE LÊ:** a realizar-se no dia **26 DE ABRIL DE 2019 - 09h00 - MT**; **LEIA-SE:** a realizar-se no dia **30 DE ABRIL DE 2019 - 09h00 – MT.** Devido feriado de semana santa e contagem de prazo de realização, tendo por objeto a **"Contratação de instituição financeira oficial (artigo 164, § 3º CF) especializada na prestação de serviços financeiros, quais sejam: folha de pagamento, arrecadação de tributos municipais, empréstimos consignados em folha de pagamento, aplicações das disponibilidades financeiras de caixa, bem como centralização e processamento da movimentação financeira de contas correntes do município de Jaciara-MT"**,nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **30 DE ABRIL DE 2019 - 09:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 16 de abril de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

PREV-JACI
PORTARIA N.º 046/2019, DE 10 DE ABRIL DE 2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez à servidora ***Sra. Rithiely Alves da Silva Rodrigues".***

O Diretor Executivo do PREV-JACI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Jaciara, Estado de Mato Groso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, § 1º, inciso I, e § 8º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 12, inciso I, alínea *"a"*, e Art. 13 da Lei Municipal n.º 1.417, de 13 de março de 2012, que rege a previdência municipal; Lei Municipal nº 1.211/2009, que dispõe sobre a reformulação da Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Sistema Público Educacional do Município; da Lei n.º 1.864 de 14 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a reposição salarial dos vencimentos dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal de Jaciara/MT;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **aposentadoria por invalidez**, a Sra. **Rithiely Alves da Silva Rodrigues,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º **2583479-7 SSP/MT**, inscrita no CPF sob o n.º **038. 877.681-16**, servidora efetiva no cargo de **Auxiliar de Desenvolvimento Infantil**, Classe "A", Padrão "01", lotada na Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, sob matricula nº **7469**; com jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, contando com 03 (três) anos, 01 (um) Mês e 06 (seis) dias de tempo de contribuição, com proventos calculados **pela integralidade da média aritmética**, conforme processo administrativo do **PREV-JACI, n.º 2019.03.01977P**,a partir de **01/04/2019** até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de Abril de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Jaciara/MT, 10 de Abril de 2019.

MENAH REMBERG G. DA SILVA Diretor Executivo do PREV-JACI

Homologo:

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO - REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 014/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** nº 014/2019, do tipo **MAIOR OFERTA**, Resolve: **RETIFICAR** a data de abertura, no seguinte aspecto: **ONDE SE LÊ:** a realizar-se no dia **26 DE ABRIL DE 2019 - 14h00 - MT**; **LEIA-SE:** a realizar-se no dia **30 DE ABRIL DE 2019 - 14h00 – MT. Devido feriado de semana santa e contagem de prazo de realização**, tendo por objeto a **"Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de alunos da zona rural e urbana do Município de Jaciara/MT".** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 16 de abril de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

TERMO DE ANULAÇÃO E CANCELAMENTO DE DECLARAÇÃO

O Município de Jangada – MT, pessoa jurídica de direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 24.772.147/0001-68, com sede no Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, s/nº, Centro Jangada – MT – CEP: 78. 490-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EDERZIO DE JESUS MENDES, brasileiro, casado, portador do RG nº 489799/SSP-MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 567.307.131-00, residente e domiciliado na Rua Antonio Bernardino s/nº, Centro, Jangada – MT, por meio deste Termo, torna nula e sem efeito a Declaração referente ao IMF PARTICIPAÇÕES EMPREENDIMENTOS LTDA, do Loteamento Residencial Altos do Passa Três, expedida em data de 30 de julho de 2018.

Jangada – MT, 16 de abril de 2019.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito municipal de Jangada - MT

TERMO DE ANULAÇÃO E CANCELAMENTO DE DECLARAÇÃO

O Município de Jangada – MT, pessoa jurídica de direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 24.772.147/0001-68, com sede no Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, s/nº, Centro Jangada – MT – CEP: 78.490-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **EDERZIO DE JESUS MENDES**, brasileiro, casado, portador do RG nº 489799/SSP-MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 567.307.131-00, residente e domiciliado na Rua Antonio Bernardino s/nº, Centro, Jangada – MT, por meio deste Termo, torna nula e sem efeito a Declaração de Enquadramento no Projeto Minha Casa, Minha Vida - MCMV, referente ao empreendimento RESIDENCIAL SOLIMÕES, expedida em data de 30 de julho de 2018.

Jangada – MT, 16 de abril de 2019.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito municipal de Jangada - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EDITAL

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N° 007/2019

O SENHOR PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNCIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES EM CUMPRIMENTO AO ARTIGO 31, § 3° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 209 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, COMUNICA

QUE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU - MT, REFERENTE AO **EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018**, ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO PARA APRECIAÇÃO DOS CIDADÃOS E INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE, OS QUAIS PODERÃO QUESTIONAR-LHES A LEGITIMIDADE.

JAURU — MT, 12 DE ABRIL DE 2019.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 021/2019 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 021/2019, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 15/04/2019, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Prestação de Serviços de Dedetização, Limpeza de Caixa D'água, Desratização e Limpeza de Forro em Atendimento às Diversas Secretarias Municipais,**conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos**,** sagrou-se **vencedora** a empresa**: ANALICE MARANGONI EIRELI - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 28.955.196/0001-97, com sede na Avenida Ademar Raiter, nº 240, Sala 01 - Bairro: Centro Sul - CEP: 78.890-000, na cidade de Sorriso, Estado de Mato Grosso, sendo vencedora com o valor global de R$ 100.249,70 (cem mil duzentos e quarenta e nove reais e setenta centavos).

Juara –MT, 16 de abril de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 217-2019

PORTARIA Nº 217/2019.

Dispõe sobre nomeação do membros para compor Processo Administrativo Disciplinar.

CARLOS AMADEU SIRENA, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, O Processo SAD nº 1.560 de 29/01/2019.

Considerando, O Processo de SAD nº 24.325 de 27/12/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: **Sandra Aparecida Cavallari**, brasileira, maior, efetiva no cargo Professor, matricula nº 1428, **Vanize Inêz Dalla Costa Pedro**, brasileira, maior, efetiva no cargo de Técnico Administrativo Educacional Profissionalizado, Matricula nº7028**, Marinha Francisca da Silva**, brasileira, maior, efetiva no cargo de Técnico Administrativo Educacional Profissionalizado, matrícula nº 540 **e**, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de **Processo Administrativo Disciplinar,** com sede na Rua Niterói, número 81 N, no Município de Juara, Estado de Mato Grosso, incumbido de apurar atos e fatos de irregularidade na conduta da servidora **Angélica Alves da Silva.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 08 de abril de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretaria Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 026/2019 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 024/2019, cuja abertura ocorreu as 09h00 - Local, do dia 11/04/2019, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Prestação de Serviços de Exames de Endoscopia Digestiva Alta (com ou seu biópsia) e Retira de Corpo Estranho de Forma Invasiva no Sistema Digestivo em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde / Hospital Municipal de Juara "Elídia Maschietto Santillo",** conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos**,** sagrou-se **vencedora** a empresa**: TAKAAKI HOUSOME SERVIÇOS MÉDICOS EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.535.780/0001-77, com sede na Rua Barbacena nº 74-S, Bairro Centro, Cep: 78.575-000, na cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, sendo vencedora com o valor global de R$ 19. 500,00 (dezenove mil e quinhentos reais).

Juara –MT, 16 de abril de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N°019/2019 DE 16/04/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 019/2019 DE 16 DE ABRIL DE 2019 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DO EDITAL DE ANALISE DE CURRICULO/CONTAGEM DE PONTOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°004/2019-PSS, CONFORME PUBLICAÇÃO DO DIARIO OFICIAL N° 3.206 DO DIA 12/04/2019.

O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Processo de Análise de Currículo/Contagem de Pontos do Processo Seletivo n°004/2019-PSS, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Educação de Juara-MT, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 004/2019, a fim de ser contratado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:

PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LICENCIATURA PEDAGOGIA-

ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES P.A VALE DO ARINOS

ZONA RURAL

ÁREA DE ABRANGENCIA: JUARA-MT

Item	Nome	Classificação
01	VERA LUCIA	1°
02	ROSANA DE BITTENCOURT MARTINS	2º

Art. 2º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juara-MT, 16 de Abril de 2019.

Márcia Regina Fernandes de Araújo

Secretária Municipal de Administração

Portaria n°322/2018 de 15/06/2018

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Processo: Inexigibilidade de Licitação n.º 004/2019.

Assunto: Firmar Termo de Fomento com a Pestalozzi de Juara/Escola Raio de Sol, com vistas em atender a demanda Juarense de vagas para atendimento educacional especial, em Atendimento ao Gabinete do Prefeito.

Interessada: Gabinete do Prefeito.

Termo de Fomento: ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JUARA, inscrita com o CNPJ sob o n. 36.926.020/0001-35, estabelecida na Avenida Rio Arinos, n.º 3370W, Gleba Taquaral, CEP: 78.575-000, no Município de Juara/MT.

Valor Global: R$ 130.500,00 (cento e trinta mil, quinhentos reais)

Vigência: Fornecimento Imediato.

RECONHEÇO E RATIFICO com vistas ao Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município e demais documentos anexos ao processo, a INEXIGIBILIDAE DE LICITAÇÃO n.º 004/2019, com fundamento no Art. 25, Inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93, para o termo do objeto supracitado.

Juara/MT, em 16 de abril de 2019.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE.

O Prefeito Municipal Carlos Amadeu Sirena, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei n. 13. 019/2014 e alterações, a vista da Justificativa exarada pela Comissão de Seleção e Julgamento, nomeada pela Portaria n. 063, de 01 de fevereiro de 2019, resolve:

01 – HOMOLOGAR O PRESENTE PROCESSO NESTES TERMOS:

a) Processo Administrativo n. 04/2019; b) Modalidade: Inexigibilidade de Chamamento Público; c) Data da homologação: 16/04/2019; d) Objeto da inexigibilidade: celebração de Termo de Fomento entre o município de Juara-MT e a ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JUARA – Escola Raio de Sol, para o estabelecimento de ações de interesse público e reciproco em regime de mutua cooperação entre o Município de Juara e a entidade, mediante transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de toda a demanda Juarense de vagas para atendimento em educação especial de alunos com deficiência intelectual e múltipla, compreendendo o fornecimento de material humano especializado, espaço físico apropriado, serviços de transporte, alimentação, lazer, educação, saúde, serviço pedagógico especifico e oficinas, objetivando desde já a garantia da cidadania e dos direitos fundamentais dos munícipes Juarenses portadores de necessidade especiais. e) Entidade: ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JUARA – Escola Raio de Sol. f) Total de recursos financeiros: R$ 130.500,00 (cento e trinta mil, quinhentos reais) g) Período: abril a dezembro de 2019

02 – Autorizar a elaboração do Termo de Fomento para a celebração da parceria.

03 – Autorizar a emissão das notas de empenhos correspondentes, conforme previsão no orçamento anual, a seguinte dotação orçamentaria:

08.005 - Div. De Assuntos Políticos Educacionais

12.367.0007.2052 - Manut. Enc. Serv. Com Educação Especial

33.90.41.00 - Contribuições

Cód. Reduzido: 0361

Fonte de Recursos: Próprio.

Juara/MT, em 16 de abril de 2019.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 04/ 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 04/ 2019

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito do Município, Sr. **Carlos Amadeu Sirena** reconheceu ser Inexigibilidade de Licitação cujo objeto é a **Firmar Termo de Fomento com a Pestalozzi de Juara/Escola Raio de Sol, com vistas em atender a demanda Juarense de vagas para atendimento educacional especial, em Atendimento ao Gabinete do Prefeito**, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos, a associação: **ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JUARA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 36.926.020/0001-35, estabelecida na Avenida Rio Arinos, n.º 3370W, Gleba Taquaral, CEP: 78.575-000, no Município de Juara/MT.

Valor Global: R$ 130.500,00 (cento e trinta mil, quinhentos reais)

Juara - MT 16 de abril de 2019.

Luiz Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coordenador de Licitações Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

PORTARIA Nº. 44, DE 15 DE ABRIL DE 2019.

INSTITUI A ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURUENA

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município no seu artigo 85, inciso III e,

Considerando a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Juruena realizada no dia 10 de abril de 2019

Resolve:

Artigo 1º. Instituir a estrutura e composição da COMISSÃO ORGANIZADORA da 6ª Conferência Municipal de Saúde de Juruena, conforme especificação na estrutura abaixo:

1. Comitê Executivo:

Coordenadoria Geral: **Mara Lúcia Duarte**

Secretaria Geral: **Claudia Regina Stein**

Secretaria Adjunta: **Tatiany Silva Henrique**

Relatoria: **Maria Luiza Rudnik de Oliveira**

Relatoria adjunta: **Cintia Lima Centurião**

Tatiana Rocha

2. Comissão Eleitoral:

Presidente: **Roseneide Souza Soares** Segmento: Governo

Secretaria: **Rayane Kelen Dornelas** Segmento: Trabalhador da Saúde

Membros: **Edison da Silva de Goes** Segmento: Governo

Membros**: Célia Aparecida Neto Ramos** Segmento: Usuário

3. Assessoria e Consultoria Permanente:

Clainor José Latreille

Helvio de Lima

Sidnei Caro Lopes

4. Apoio:

Alcione Valério Dias

Eder Moreira Fraitag

Edilson Cardoso da Silva

Janete de Fátima dos Santos Fonseca Gonçalves

Lauani Bárbara Luzia

Maria Janinha Müller

Marcelo Philippsen

Pricila Borges Jaskowiak

Patricia de Oliveira Moreira

Patricia Medeiros

Sandra Márcia Schuh Pires

Artigo 2º - Cabe a comissão Organizadora, definir as atribuições, plano de trabalho e convocar colaboradores, caso necessário.

Artigo 3º - A Comissão Organizadora será destituída após a entrega do relatório final da 6ª Conferência Municipal de Saúde, ao Conselho Municipal de Saúde de Juruena.

REGISTRA, PUBLICA, CUMPRA-SE.

Juruena/MT, 15 de Abril de 2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 484, de 04 de março de 2002.

RODOLFO PEREIRA DIAS

Secretário Municipal de Administração

e Finanças

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeita Municipal, SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da C.P.L. e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação: 005/2019

Modalidade: Pregão Presencial SRP

Data da Homologação: 16/04/2019

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUALCONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO COMERCIAL DE ÁGUA E ESGOTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DAEJUR – DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE JURUENA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**.**

Fornecedor:

Razão Social: INOVATUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA - ME CNPJ: 11.247.425/0001-16 Valor: R$ 45.000,00 Juruena – MT, 16 de abril de 2019 SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA Prefeita Municipal de Juruena

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

LEI Nº 1.174/2019 DE 15 DE ABRIL DE 2019

"RETIFICA AS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - A atribuição do cargo de Fiscal de Tributos descrita no anexo VI, da Lei Municipal nº 1.031/2016 passará a ter a seguinte redação:

"Compreende o cargo a que se destina a instruir o contribuinte sobre o cumprimento da legislação tributária; coligir, examinar, selecionar e preparar elementos necessários à execução da fiscalização; ***apuração, cobrança e lançamento de créditos tributários****; fazer o cadastramento de contribuintes, bem como o lançamento, a cobrança e o controle do recebimento de tributos; verificar balanços e declarações de imposto de renda, objetivando comparar as receitas lançadas com as receitas constantes nas notas fiscais; verificar, em estabelecimentos comerciais, a existência e a autenticidade de livros e registros fiscais instituídos pela legislação especifica; verificar os registros de pagamento dos tributos nos documentos em poder dos contribuintes; fazer plantões fiscais e relatórios sobre as fiscalizações efetuadas; lavrar autos de infração e apreensão, bem como termos de exame de escrita; propor a realização de inquéritos e sindicâncias que visem salvaguardar os interesses da Fazenda Municipal; propor medidas relativas à legislação tributária, fiscalização fazendária e administração fiscal; verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade e pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; participar de programa de treinamento, quando convocado; executar outras tarefas correlatas compatíveis com a natureza do cargo e de interesse da municipalidade.*

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juscimeira - MT, 15 de Abril de 2019.

MOISES DOS SANTOS

- Prefeito Municipal –

DECRETO LEGISLATIVO Nº 031 DE 2019

DECRETO LEGISLATIVO Nº 031/2019

DE: 15 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre **APROVAÇÃO** das Contas Anuais de Governo do **Exercício de 2017** da Prefeitura Municipal de Juscimeira, Gestão do Senhor **MOISÉS DOS SANTOS,** e dá outras providências.

O Senhor **JOSÉ QUIRINO DA SILVA,** Presidente da Câmara Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, faz saber que o Plenário **APROVOU** e Ele **PROMULGA** o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1º - Ficam **APROVADAS** as Contas de Governo do Poder Executivo Municipal, referentes aos Balancetes e Balanço Geral do exercício financeiro de 2017, Gestão do Senhor **MOISÉS DOS SANTOS, FAVORÁVEL** ao Parecer Prévio nº 034/2018 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º - Este Decreto Legislativo, entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EM: 15 DE ABRIL DE 2019.

JOSÉ QUIRINO DA SILVA

PRESIDENTE

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO UNIFICADO DE ESCOLHA DE CONSELHEIRO TUTELAR Nº 001/2.019

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Juscimeira/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei nº. 8.069/90 – ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações (Lei 12.696/2012, resolução 170/2014 CONANDA e nas Leis Municipais Nº. 795/2009 e suas alterações 845/2011, 871/2012 e 989/2015, as inscrições para os Cargos de Conselheiros Tutelares, estarão abertas por trinta dias úteis, a contar da data do dia 15 DE ABRIL DE 2019 A 29 DE MAIO 2019, para a escolha dos 5 (cinco) membros do Conselho Tutelar e seus cinco (05) suplentes.

1. DO OBJETO

O presente Edital tem como objeto o Processo de Escolha em Data Unificada, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, pela Lei Municipal nº 795 de 2009 e alterações 989/2015 do CMDCA, o qual será realizado sob a responsabilidade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob a fiscalização do Ministério Público que atua perante o Juízo da Infância e Juventude da Comarca.

2. DO CONSELHO TUTELAR

2.1 O Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, é encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

2.2 Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública

local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos.

2.3 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar as seguintes diretrizes:

a) O processo será realizado para o preenchimento de 5 (cinco) vagas para membros titulares e 05 (cinco) vagas para seus conseqüentes suplentes;

b) A candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas, em conformidade como disposto editada pelo CONANDA;

c) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverá criar uma Comissão Especial, instituída por meio de publicação nos sites: Diário Oficial da União, AMM e site oficial da Prefeitura Municipal de Juscimeira-MT. Esta comissão é de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e conselheiros da sociedade civil, para a realização do primeiro Processo de Escolha em Data Unificada dos membros do Conselho Tutelar. A comissão então é composta pelos seguintes Conselheiros:

Governamentais: *Marlu Machado do Couto

Silvani Gomes da Silva Santos

Maria Elenir de Queiroz Alves

Vanina Macedo Moura Fernandes de Assunção

Não governamentais: *Beny Ribamar Florentino

Maria Dalva Carvalho Reis

Iraci Aparecida Rodrigues

Eliane dos Santos

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I – Reconhecida idoneidade moral;

II – Idade superior a 21 anos;

III – Residência no Município;

IV – Possuir Diploma de Ensino Médio;

V – Atuação doméstica adequada com criança e adolescentes, comprovada mediante carta de indicação de três testemunhas;

VI – Possuir CNH

3.1. - Considera-se idoneidade moral não apresentar o candidato envolvimento em atos que desabonem sua conduta perante a sociedade, tais como: uso ou envolvimento com drogas, exploração do trabalho infanto-juvenil, prostituição, maus tratos e outras situações de risco envolvendo crianças e adolescentes.

3.2- O Conselho Tutelar será composto de cinco membros titulares e contarão com cinco suplentes, para mandato de quatro anos, escolhidos pela comunidade local.

3.3 - O servidor público municipal que vier a exercer mandato de Conselheiro Tutelar ficará licenciado do seu cargo efetivo, podendo, entretanto, optar por sua remuneração;

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

O **Conselho Tutelar** funcionará em sua sede, nos dias úteis (de segunda a sexta feira), das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs e nos demais dias e horários (finais de semana e feriados), em regime de plantão ou sobreaviso para os casos emergenciais.

A jornada de trabalho do conselheiro tutelar é de 40(quarenta) horas semanais, devendo ter disponibilidade para os plantões, em escala, divididos em noturnos, feriados e finais de semana. E quando necessária disponibilidade para viagens fora do Município de Juscimeira.

Os desenvolvimentos de carga horária, plantões noturnos e finais de semana, constituem atividades inerentes à função, não se admitindo o pagamento de horas extra.

Os Conselheiros Tutelares devem exercer suas atribuições em regime de dedicação exclusiva, em tempo integral, com atuação de forma itinerante e preventiva, dando assim o mais completo e necessário atendimento à população infanto-juvenil.

Os conselheiros tutelares eleitos, de acordo com a Lei Municipal Nº 989/2015, receberão a título de remuneração a quantia de **R$ 1.996,00 (Um mil novecentos noventa e seis reais)**, bem como gozarão dos Direitos previstos no Art. 134 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei 12.696 de 25 de Julho de 2012 da Presidência da República.

5. DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

5.1. As atribuições dos membros do Conselho Tutelar estão previstas no Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL

6.1. A Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos.

6.2. É facultado a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação citada acima, as candidaturas que não atendam aos requisitos exigidos, indicando no instrumento impugnatório os elementos probatórios.

6.3. A Comissão Especial deverá notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa.

6.4. A Comissão Especial realizará reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos, assim como realização de outras diligências.

6.5. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

6.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com envio de cópia ao Ministério Público.

6.7. A Comissão Especial deverá realizar reunião destinada a dar conhecimento formal quanto às regras de campanha dos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitálas, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local e nas Resoluções do Conanda.

6.8. A Comissão Especial estimulará e facilitará o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem.

6.9. A Comissão Especial deverá analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

6.10. O CMDCA deverá organizar e prestar apoio administrativo ao Processo de Escolha Unificada que ocorrerá no **DIA 06 DE OUTUBRO DE 2019.**

6.11. O CMDCA deverá escolher e divulgar os locais de votação.

6.12. A Comissão Especial deverá divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação.

7. DOS IMPEDIMENTOS

7.1 São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou

madrasta e enteado, conforme previsto no Art.140 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

7.2 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto na Resolução 170/2014, publicada pelo CONANDA.

7.3 Estendem-se o impedimento da disposição acima ao conselheiro tutelar que tenha as relações dispostas com autoridade judiciária e com o representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

7.4 De Acordo com a Resolução 170/2014, o Conselheiro Tutelar que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do Processo de Escolha Subseqüente.

8. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

8.1 As Etapas do Processo de Escolha Unificada deverão ser organizadas da seguinte forma:

I - Primeira Etapa: Inscrições e entrega de documentos;

II - Segunda Etapa: Análise da documentação exigida;

III - Terceira Etapa: Exame de conhecimento específico de acordo com a Lei Municipal e Avaliação Psicológica para homologação e aprovação das candidaturas;

IV - Quarta Etapa: Dia do Processo de Escolha em Data Unificada;

V - Quinta Etapa: Convocação inicial;

VI - Sexta Etapa: Diplomação e Posse

9. DA PRIMEIRA ETAPA - DA INSCRIÇÃO/ ENTREGA DOS DOCUMENTOS

9.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento e pessoalmente (modelo de requerimento em um anexo a este Edital), e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

9.2. A inscrição será efetuada pessoalmente no CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, situado na Rua Dois Irmãos, 419, Centro, Juscimeira - MT. (ao lado da Câmara Municipal).

9.3 As inscrições serão realizadas no período de **15 DE ABRIL À 29 DE MAIO 2019**, no horário das 7:00 as 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de acordo com o prazo estabelecido no Edital publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Juscimeira - MT.

9.4 A veracidade das informações prestadas na Inscrição são de total responsabilidade do candidato.

9.5 Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar original e cópia dos documentos em duas vias para fé e contrafé. Os seguintes documentos:

I - Cédula de Identidade e CPF;

II - Titulo de eleitor;

III - Comprovação de Residência no Município;

IV - Prova com três cartas de referencias de atuação doméstica no atendimento a crianças e adolescentes;

V - Certificado de conclusão do Ensino Médio;

VI - Certidão negativa expedida pelas justiças comum, federal (WWW. trf1.jus.br) e eleitoral (www.tse.jus.br);

VII – CNH

VIII - Publicação do Ato de Desligamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

IX - Declaração expressa atestando que o candidato não foi condenado em processo administrativo disciplinar em órgãos públicos de trabalhos anteriores.

Parágrafo Único – Não será admitido à entrega de qualquer documento após o encerramento do prazo acima previsto de (**29 DE MAIO 2019)**.

10**. DA SEGUNDA ETAPA – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA**

10.1. A Comissão Especial procederá à análise da documentação exigida prevista na Resolução e no Edital publicados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

10.2. A análise dos documentos será realizada no prazo Máximo de 10 (dez) dias após o encerramento do prazo para recebimento da documentação – **(08 DE JUNHO 2019)**

11. DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

11.1. A partir da publicação da lista definitiva dos candidatos habilitados a participar do processo de escolha, no prazo de 15 (quinze) dias, qualquer cidadão maior de 21 anos e legalmente capaz poderá requerer a impugnação do postulante, em petição devidamente fundamentada.

11.2. Ocorrendo falsidade em qualquer documentação apresentada, o postulante será excluído sumariamente do Processo de Escolha em Data Unificada, sem prejuízo do

encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

11.3. O candidato impugnado terá 05 (cinco) dias após a data de publicação da lista dos habilitados e não habilitados para apresentar sua defesa.

11.4. Após análise da documentação pela Comissão Especial será publicada a lista dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada, que ocorrerá no dia **06 de outubro de 2019**.

11.5. No dia **23 DE JUNHO 2019**, será publicada a lista de candidatos habilitados e não habilitados.

11.6. O candidato não habilitado terá o prazo de 05 (cinco) dias após a data da publicação para apresentar recurso a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada – (**28 DE JUNHO 2019)**

12. DA TERCEIRA ETAPA - EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO - DO CURSO DE FORMACÃO

O curso de formação acontecerá com uma carga horária de 20 horas que será dividida em três dias, os candidatos com suas inscrições deferidas irão participar da formação que irá esclarecer as **formas de funcionamento e organização do Conselho Tutelar** e as **atribuições legais de um conselheiro** bem como a **rede de acesso para desenvolvimento das atribuições do conselheiro**. Será de caráter eliminatório se o candidato não apresentar 100% de presença no curso. Os dias do curso serão nos dias **01, 02 E 03 DE JULHO 2019.**

12.1.DA PROVA DE AFERIÇÃO DA AVALIACÃO PSICOLÓGICA

A Prova de Aferição é de caráter eliminatório e desclassificatório caso não tenha uma pontuação de no mínimo 60% de acertos e a Avaliação Psicológica não é de caráter eliminatório. O candidato será eliminado caso não alcançar 60% de acertos na prova,

que será composta por 20 (vinte) questões objetivas e versará sobre os artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente(Lei 8.069/90, incluindo as alterações da Lei nº 12.696/12).

12.2. A Avaliação Psicológica e a prova realizar-se-á no dia **04 DE JULHO 2019**, LOCAL: CREAS – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - no horário das 08:00hs as 11:00hs – Avaliação Psicológica e das 13: 00hs às 17:00hs - Prova de aferição.

12.3.O gabarito da prova será divulgado**,** no mesmo dia da realização desta e no mesmo local, logo após o encerramento da avaliação, cabendo recurso contra as questões no próximo dia útil, dia **04 DE JULHO 2019;**

12.4 O resultado da prova será publicado no dia **06 DE JULHO 2019**, **nos** www.**amm**.org.br e www.**juscimeira**.mt.gov.br **e afixado no Fórum local, Ministério Público, Prefeitura Municipal, sede do CRAS, CREAS e Assistência Social.** Após publicação do resultado do exame de conhecimento específico o candidato poderá interpor recurso no prazo de 05 dias para a Comissão Especial.

13. DA QUARTA ETAPA - PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

13.1. Esta etapa definirá os conselheiros tutelares titulares e suplentes.

13.2. O Processo de Escolha em Data Unificada realizar-se-á no dia **06 de outubro de 2019**, das 08:00hs às 17:00hs, horário local, conforme previsto no Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

13.3. P**ara votar é obrigatório levar Título de eleitor e documento com foto, pois não teremos cadastros dos Títulos Eleitorais anteriores a eleição.**

13.4. É vedado o direito de voto aos menores de 18 anos, mesmo com a apresentação do título de eleitor.

13.5.É vedado o direito de voto para aqueles que não estiverem em dias com as obrigatoriedades eleitorais.

13.6. O local de votação será exclusivamente na sede, por motivos de recursos humanos e o alto custo do processo eleitoral, tornando inviável a votação em outras localidades, entre elas, distritos e assentamentos do Município.

13.6 Concluída a apuração dos votos o Presidente do CMDCA proclamará o resultado da escolha, determinando a publicação do respectivo edital.

13.7. Os 5 (cinco) primeiros serão considerados **membros titular** do Conselho Tutelar e os 05(cinco) seguintes serão considerados **suplentes.**

13.8. O mandato do Conselho Tutelar será de 04(quatro) anos, **nesta eleição não será permitida a recondução**, de acordo com a Resolução N° 152 de 09 de Agosto de 2012, que relata que no dia **06 DE OUTUBRO DE 2019**, com posse no dia **10 DE JANEIRO DE 2020** acontecerá o segundo processo de escolha unificado de conselheiros tutelares em todo o território Nacional.

13.9. Os Conselheiros Tutelares Eleitos tomarão posse no dia 10 de Janeiro de 2020.

14. DAS VEDAÇÕES AO CANDIDATO DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

14.1. Conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

15. DO EMPATE

15.1. Em caso de empate, terá preferência na classificação, sucessivamente, o candidato que obtiver maior nota no Exame de Conhecimento Especifico; com maior tempo de

experiência na promoção, defesa ou atendimento na área dos direitos da criança e do adolescente; e, persistindo o empate, o candidato com idade mais elevada, ressalvado outro critério previsto em Lei Municipal.

16. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

16.1. Ao final de todo o Processo de Escolha em Data Unificada, a Comissão Especial divulgará **nos sites** www.**amm**.org.br e www.**juscimeira**.mt.gov.br ou em meio

equivalente, o nome dos cinco conselheiros tutelares titulares e seus respectivos suplentes escolhidos em ordem decrescente de votação.

17. DOS RECURSOS

17.1. Realizado o Processo de Escolha em Data Unificada, os recursos deverão ser dirigidos à Presidência da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada e protocolados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitando os prazos estabelecidos neste Edital.

17.2. Julgados os recursos, o resultado final será homologado pelo (a) Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada.

17.3. O Candidato poderá ter acesso às decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital, mediante solicitação formalizada.

17.4. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

17.5. A decisão proferida nos recursos, pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é irrecorrível na esfera administrativa.

17.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada fará publicar a relação dos candidatos habilitados a concorrer, com cópia ao Ministério Público.

18. DA QUINTA ETAPA – CONVOCAÇÃO.

18.1. Esta etapa consiste na convocação dos conselheiros, sendo obrigatória a presença de todos os candidatos eleitos. Para que possam ser empossados. As Condições para nomeação e posse, previamente serão exigidos dos candidatos eleitos os seguintes documentos:

a) atestado médico de sanidade física e mental para admissão;

b) comprovante de quitação com a obrigação militar (em caso de candidato do sexo masculino);

c) comprovante de residência;

d) 02 (duas) fotos 3x4;

e) fotocópia cartão do PIS;

f) carteira Profissional;

g) fotocópia da Identidade;

h) fotocópia Cadastro Pessoa Física;

i) fotocópia certidão dos filhos menores de 14 anos com cartão de vacinação;

j) fotocópia certidão de nascimento ou casamento;

k) declaração de bens;

l) declaração de não acumulação de cargo público ou de condições de acumulação amparada pela Constituição;

m) Cópia da CNH.

19. DA SEXTA ETAPA – DIPLOMAÇÃO E POSSE

19.1 A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo Senhor Prefeito Municipal ou pessoa por ele designada no dia 10 de janeiro de 2020, conforme previsto no parágrafo 2º do Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº. 795/2009 e suas alterações 845/2011, 871/2012 e 989/2015 e Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

20.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes ao Processo de Escolha em Data Unificada dos conselheiros tutelares.

20.3 O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste Edital implicará na exclusão do candidato ao Processo de Escolha em Data Unificada.

11. CRONOGRAMA

O processo de escolha seguirá o seguinte cronograma:

1. Publicação do Edital no dia 15 DE ABRIL 2019; nos WWW.diariooficialoficialmt.com.br, www.**amm**.org.br e WWW.juscimeira.mt.gov.br **e afixado nos seguintes locais: Prefeitura Municipal; Gabinete da Promotoria de Justiça e Cartório do Juízo de**

2. Direito da Comarca de Juscimeira/MT; Sede do CRAS e do CREAS; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de

3. Educação; Escolas Municipais e Estaduais; Assessoria Pedagógica; Secretaria Municipal de Saúde; Câmara Municipal; EMPAER; INDEA.

4. Inscrição dos candidatos dos dias 15 DE ABRIL A 29 DE MAIO de 2019, na sede do CREAS, situado na Rua Dois Irmãos, 419, centro;

Publicação dos candidatos Inscritos aptos no dia 08 DE JUNHO DE 2019, nos www.**amm**.org.br e www.**juscimeira**.mt.gov.br**, e afixado nos seguintes locais: Prefeitura Municipal; Gabinete da Promotoria de Justiça e Cartório do Juízo de Direito da Comarca de Juscimeira /MT; Sede do CRAS e do CREAS; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Educação; Escolas Municipais e Estaduais; Assessoria Pedagógica; Secretaria Municipal de Saúde; Câmara Municipal; EMPAER; INDEA.**

5. Publicação dos Candidatos Impuguinados e Candidatos Deferidos no dia 23 DE JUNHO 2019; nos www.**amm**.org.br e www.**juscimeira**.mt.gov.br**, e afixado nos seguintes locais: Prefeitura Municipal; Gabinete da Promotoria de Justiça e Cartório do Juízo de Direito da Comarca de Juscimeira /MT; Sede do CRAS e do CREAS; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Educação; Escolas Municipais e Estaduais; Assessoria Pedagógica; Secretaria Municipal de Saúde; Câmara Municipal; EMPAER; INDEA.**

6. Curso de formação nos dias 01, 02 E 03 DE JULHO de 2019, no CREAS.

7. Realização da Avaliação Psicológica e Prova de Aferição sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente no dia 04 DE JULHO de 2019; *no CREAS:*

8. Recurso para Avaliação Psicológica e prova de Aferição no dia 05 DE JULHO DE 2019.

9. Publicação dos Recursos e Resultado da Prova dia 06 DE JULHO de 2019; nos www.**amm**.org.br e www.**juscimeira**.mt.gov.br**, e afixado nos seguintes locais: Prefeitura Municipal; Gabinete da Promotoria de Justiça e Cartório do Juízo de Direito da Comarca de Juscimeira /MT; Sede do CRAS e do**

10. CREAS; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Educação; Escolas Municipais e Estaduais; Assessoria Pedagógica; Secretaria Municipal de Saúde; Câmara Municipal; EMPAER; INDEA.

11. Eleição no dia 06 de Outubro de 2019;

12. Publicação dos Resultados no dia 07 DE OUTUBRO de 2019; nos www.**amm**.org.br e www.**juscimeira**.mt.gov.br**, e afixado nos seguintes locais: Prefeitura Municipal; Gabinete da Promotoria de Justiça e Cartório do Juízo de Direito da Comarca de Juscimeira /MT; Sede do CRAS e do CREAS; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Educação; Escolas Municipais e Estaduais; Assessoria Pedagógica; Secretaria Municipal de Saúde; Câmara Municipal; EMPAER; INDEA.**

13. **Posse dos Conselheiros Tutelares no dia 10 DE JANEIRO DE 2020, na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Juscimeira – MT, as 08:00 horas.**

Juscimeira, 15 de abril de 2019.

Marlu Machado do Couto

Presidente

DECRETO MUNICIPAL Nº 494/2019 DE 16 DE ABRIL DE 2019

.

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO DIA 18 DE ABRIL DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, Estado de Mato Grosso, Sr. MOISES DOS SANTOS, no desempenho de suas atribuições legais, contidas na Lei Orgânica do Município".

Considerando: O Feriado nacional do dia 19 de Abril de 2019(Sexta-Feira) e as tradicionais comemorações religiosas da Semana Santa no Município de Juscimeira.

Considerando: Não haver prejuízos para a Administração Publica Municipal.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais no dia 18 de Abril de 2019 (Quinta-Feira).

Artigo 2º - Os órgãos/ unidades administrativas do Poder Executivo/ Prefeitura que prestam serviços de relevantes interesses público, considerados essenciais tais como: Saúde, Saneamento Básico, Sepultamento, Vigilância, etc., terão autonomia mediante seus respectivos Secretários, para estabelecerem horários alternativos no cumprimento de suas atribuições

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juscimeira/MT, em 16 de Abril de 2019.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO N° 006/2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Man Latin America Industria e Comércio De Veiculos Ltda.

OBJETO: "Aquisição De Veículos De Transporte Escolar Diário De Estudantes, Denominado De Ônibus Rural Escolar (ORE)"

PRAZO: 12 (doze) Meses

VALOR: R$ 379.800,00 (Trezentos Setenta Nove Mil, Oitocentos Reais)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito MunicipalMoisés Dos Santos e Man Latin America Industria e Comercio De Veículos Ltda - CNPJ: 06. 020.318/0001-10

PORTARIA Nº 073/2019, 15 DE ABRIL DE 2019.

"Dispõe sobre Nomeação de Comissão de Elaboração do Processo Seletivo dos Conselheiros Tutelares de 2019 e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os membros abaixo para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Elaboração do Processo Seletivo dos Conselheiros Tutelares do Município de Juscimeira-MT no ano de 2019.

Artigo 2º - A Comissão de Elaboração do Processo Seletivo dos Conselheiros Tutelares de Juscimeira-Mt. será composta pelos Membro Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, conforme abaixo descrito:

Representantes Governamentais: Marlu Machado do Couto

Silvani Gomes da Silva Santos

Maria Elenir de queiros Alves

Vanina Macedo Moura Fernandes de Assunção

Representantes não Governamentais:

Beny Ribamar Folerentino

Maria Dalva de Carvalho Reis

Iraci Aparecida Rodrgues

Eliane dos Santos.

Artigo 3º - A Comissão Organizadora fica encarregada de tomar todas as providências necessárias para realização do Processo Seletivo, obedecendo fielmente os ordenamentos legais pertinentes.

Artigo 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 15 de Abril de 2019.

SILVANI GOMES DA SILVA SANTOS

Secretária de Desenvolvimento Social

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 077/2019, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Concede promoção de classe a servidora pública que menciona, e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D' OESTE, Estado de Mato Grosso, **EDVALDO ALVES DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais e conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 025/2006 de 28/04/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 027/2006 de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº. 028/2006 de 28/04/2006 e Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Requerimento da servidora pública, com os documentos comprobatórios para a promoção de classe;

R E S O L V E:

ART. 1º -Conceder, promoção de **classe (A)** para **classe (B)**, por ter concluído a pós-graduação (especialização), conforme preceitua o Artigo 1º**,** § 2º e inciso IV da Lei Complementar nº. 027/2006 de 28/04/2006, a Servidora abaixo descrita:

MARCILEIA PEREIRA LOPES

Professora

ART. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

PUBLIQUE-SE, RIGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 078/2019, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Concede promoção de classe ao servidor público que menciona, e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D' OESTE, Estado de Mato Grosso, **EDVALDO ALVES DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais e conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 025/2006 de 28/04/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 027/2006 de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº. 028/2006 de 28/04/2006 e Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Requerimento do servidor público, com os documentos comprobatórios para a promoção de classe;

R E S O L V E:

ART. 1º -Conceder, promoção de **classe (B)** para **classe (C)**, por ter concluído a Curso de 2º Grau, conforme preceitua o Artigo 1º**,** § 2º e inciso IV da Lei Complementar nº. 027/2006 de 28/04/2006, a Servidora abaixo descrita:

CLEUDSON FERNANDES MONTEIRO

Operador de Máquinas

ART. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

PUBLIQUE-SE, RIGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 075/2019, DE 16 DE ABRIL DE 2019.

"Concede Licença-Prêmio aos Servidores Públicos Municipais, segundo o que menciona na forma que especifica e dá providências".

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, alínea "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 2° da Lei Complementar n° 30 de 03 de junho de 2008.

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder Licença-prêmio aos Servidores Públicos Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

- *CELMA DA SILVA GOMES, Artífice em copa e cozinha,*Nível "05", Classe "C", lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 90 (noventa) dias de 01/05/2019 a 29/07/2019, conforme período aquisitivo de 09/03/2012 a 09/03/2017.

- *CREUSA RODRIGUES GOMES JOVANO, Artífice em copa e cozinha,* Nível "09", Classe "A", lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 90 (noventa) dias de 01/05/2019 a 29/07/2019, conforme período aquisitivo de 01/09/2008 a 31/08/2013.

- *IONICE CANDIDA DE SOUZA,* *Artífice em copa e cozinha,* Nível "06", Classe "C", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 90 (noventa) dias de 01/05/2019 a 29/07/2019, conforme período aquisitivo de 17/07/2013 a 17/07/2018.

- *JOSIANE CUSTODIA DE ASSUNÇÃO SILVA, Técnica em Enfermagem,* Nível "05", Classe "A", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 90 (noventa) dias de 01/05/2019 a 29/07/2019, conforme período aquisitivo de 04/07/2011 a 04/07/2016.

- *LUIZA MARTINS DA CRUZ,* *Professora,* Nível "09", Classe "C", lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 90 (noventa) dias de 01/05/2019 a 29/07/2019, conforme período aquisitivo de 01/09/2003 a 31/08/2008.

- *NEUZA MARIA DA JESUS ANDRADE, Artífice em copa e cozinha,* Nível "05", Classe "A", lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 90 (noventa) dias de 20/05/2019 a 18/08/2019, conforme período aquisitivo de 19/05/2014 a 19/05/2019.

- *MARTA ALAIDES RAMOS RODRIGUES, Artífice em copa e cozinha,* Nível "06", Classe "C", lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, pelo período de 90 (noventa) dias de 01/05/2019 a 29/07/2019, conforme período aquisitivo de 17/03/2013 a 16/03/2018.

ART. 2º -Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

ART. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica 31.90.11.00 – Vencimentos e vantagens fixas do órgão/unidade aos quais os servidores estão subordinados, constante na Lei Orçamentária Anual do corrente exercício, suplementada, se necessário, na forma da Lei.

ART. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezesseis dias do mês de abril de 2019.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 076/2019, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Concede Licença-Saúde a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 72, inciso I, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder Licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

DARLENE RODRIGUES PERES DE OLIVEIRA, - Professora Magistério, Lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 11/04/2019 a 10/05/2019 conforme consta em atestado Médico;

ART. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia onze de abril de dois mil e dezenove, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 074/2019, 16 DE ABRIL DE 2019

Concede férias aos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias correspondentes ao período aquisitivo e de gozo, a Servidores Públicos Municipais, que especifica segundo o que menciona:

Servidor: ANACARLA AMARAL COSTA

Órgão/Unidade: SMPAS

Período aquisitivo: 24/02/2018 A 24/02/2019

Período de gozo: 01/05/2019 a 30/05/2019

Dias: 30 (trinta)

Servidor: FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

Órgão/Unidade: SMIE

Período aquisitivo: 17/01/2016 A 17/01/2017

Período de gozo: 01/05/2019 A 30/05/2019

Dias: 30 (trinta)

Servidor: GERALDO DE ARAÚJO BARBOSA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 30/07/2017 A 30/07/2018

Período de gozo: 01/05/2019 A 30/05/2019

Dias: 30 (trinta)

Servidor: LEONARDO ROCHA LOPES DA SILVA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 17/04/2018 A 17/04/2019

Período de gozo: 01/05/2019 A 30/05/2019

Dias: 30 (trinta)

Servidor: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 04/07/2015 A 04/07/2016

Período de gozo: 01/05/2019 A 30/05/2019

Dias: 30 (trinta)

Servidor: MARIA ROSÁRIA SOARES

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 11/04/2015 A 11/04/2016

Período de gozo: 01/05/2019 A 30/05/2019

Dias: 30 (trinta)

Servidor: NAIR VITOR MODESTO

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 19/03/2017 A 19/03/2018

Período de gozo: 01/05/2019 A 30/05/2019

Dias: 30 (trinta)

Art. 2º - Caberão aos órgãos/unidades administrativas competentes do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive para o pagamento e registro nos mecanismos e controle.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL 009/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2019

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL 009/2019

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo de Licitação realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 009/2019 e demais resultados apresentados pelo Pregoeiro e equipe de apoio, homologo e adjudico o presente certame a Empresa Luciara Daniela Freitas-ME, inscrita no CNPJ N° 31.501.845/0001-94, para todos os efeitos previstos em lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, 12 de Abril de 2019.

_____

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 002/2019

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 002/2019

PROCESSO: 010/2019

PREGÃO PRESENCIAL: 009/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

FORNECEDORA REGISTRADA:

Luciara Daniela Freitas -ME

CNPJ: 31.501.845/0001-94**.**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de Gêneros alimentícios para atender o Programa de Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Luciara – PNAE, PNAI, PNAC, PNAPE.

VALOR DA ARP: R$ 97.889,10 (noventa e sete mil e oitocentos e oitenta e nove reais e dez centavos).

VIGÊNCIA: ATÉ 12 DE ABRIL DE 2020.

Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Luciara-MT, em 12 de abril de 2019.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

Prefeito Municipal de Luciara

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 011/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA/MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, a RETIFICAÇÃO do extrato do contrato administrativo 011/2019 oriundo da Tomada de Preços 002/2019, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para execução das obras de construção de passeio público em concreto simples e bloco intretravado, com ladrilho tátil, direcional e alerta e canteiros com cobertura em grama na cidade de Marcelândia/MT, conforme projeto básico, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro em atendimento ao Convênio firmado junto ao Ministério das Cidades. Contrato de Repasse de nº 866056/2018/MCIDADES/CAIXA**.**

Onde lê-se:

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/02/2019

Leia-se:

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/02/2020

Marcelândia/MT, 16 de abril de 2019

GEISI GLAUCIA DA SILVEIRA TIRAPELLE

Presidente da CPL

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2019 - SRP

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Ar condicionado 22.000 BTUS para atender as necessidades da secretaria de edu-

cação do município de Marcelândia-MT, conforme TERMO DE COMPROMISSO - PAR nº 201303107- FNDE"

Ata de Registro de Preços: **010/2019**

Empresa vencedora: **POTENCIA COMERCIO PRODUTOS INFORMATICA EIRELI**

Valor: **R$ 15.127,00**

Data da assinatura: **16/04/2019**

Vigência: **16/04/2020**

A ARP completa está à disposição dos interessados no site www.marcelandia.mt.gov.br (Ícone: Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE RETIFICAÇÃO

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA CLÁUSULA CONTRATUAL

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o Contrato 002/2019, celebrado entre a Câmara Municipal de Matupá e a empresa J N CABRAL LTDAME, para contratação de Link Dedicado 10MB Simétrico/LINK FULL DUPLEX com IP FIXO, EQUIPAMENTO PARA RECEPÇÃO DE SINAL ATRAVÉS DE FIBRA ÓPTICA EM REGIME DE COMODATO, EM ATENDIMENTO A CÂMARA MUNICIPAL, no que tange ao reajuste da Cláusula Terceira do Contrato:

Onde se lê: A utilização do pessoal necessária à execução deste contrato em nenhuma hipótese constituirá vínculo empregatício com a Contratante, sendo de inteira responsabilidade do Contratado todas as despesas desta natureza, realizadas direta ou indiretamente para com as pessoas por ele contratados, ficando o contratante responsável pelo transporte, locomoção.

Leia-se: A utilização do pessoal necessária à execução deste contrato em nenhuma hipótese constituirá vínculo empregatício com a Contratante, sendo de inteira responsabilidade do Contratado todas as despesas desta natureza, realizadas direta ou indiretamente para com as pessoas por ele contratados, ficando o CONTRATADO responsável pelo transporte, locomoção.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no contrato administrativo.

Matupá, 29 de Março de 2019.

Wânia Gonçalves de Oliveira

Presidente da Câmara Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
PORTARIA Nº 193/2019 AVERBA TEMPO DE SERVIÇO - JOANA D'ARC DE MENEZES

PORTARIA Nº. 193/2019.

*"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor da **Sra. Joana D'Arc de Menezes**, servidora público efetiva deste município."*

A Secretária Municipal de Administração de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante ao período trabalhado no Município de Mirassol D'Oeste pela servidora efetiva **Sra. Joana D'Arc de Menezes**, portadora do RG nº M2 857.829 SSP/MG e CPF nº 495.266.696-49, matrícula nº 3443, equivalente a 1.670 (mil seiscentos e setenta) dias líquidos, ou seja, 04 (quatro) anos e 07 (sete) meses de tempo de contribuição, conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição nº 10001180.1.00118/18-8, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Mirassol D'Oeste/MT, 15 de Abril de 2019.

ANA PAULA DE ALMEIDA

Secretária de Administração e Planejamento

Homologo:

FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
PORTARIA Nº 013/2019 - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - LEONICE LINHARES

PORTARIA Nº 013/2019.

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora **Sra.LEONICE LINHARES."***

O Diretor Executivo do MIRASSOL-PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos estatuídos no art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 91, I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 160 de 21/12/2016 que rege a Previdência Municipal; e Lei Complementar n.º 158/2016 que Dispõe sobre a política de gestão de pessoas e do plano de carreiras dos servidores públicos do poder executivo do município de Mirassol D'Oeste; e Portaria n.º 046 de 16/01/2017 que dispõe sobre a Atualização das Remunerações e Subsídios dos Servidores Públicos Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** à Senhora **Leonice Linhares**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade nº 643151 SSP/MT e CPF nº 419.803.791-49, servidora efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Classe "A", Nível "07", lotada na Secretaria de Saúde; com carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 2976, **contando com 30(trinta) anos, 10 (dez) meses e 05 (cinco) dias de tempo de contribuição**; com proventos integrais com base na última remuneração do cargo efetivo, conforme o processo administrativo do **MIRASSOL-PREVI**, nº **2019.04.00025P,** a partir da data de **01/04/2019** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de **01 de Abril de 2019**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Mirassol D´Oeste/MT, 15 de Abril de 2019.

RODRIGO DONIZETE TERRADAS

Diretor Executivo do MIRASSOL-PREVI

Homologo:

FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS

PREFEITO EM EXERCÍCIO

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
PORTARIA Nº 192/2019 AVERBA TEMPO DE SERVIÇO - LEONICE LINHARES

PORTARIA Nº. 192/2019.

*"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor da **Sra. Leonice Linhares**, servidora público efetiva deste município."*

A Secretária Municipal de Administração de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante ao período trabalhado no Município de Mirassol D'Oeste pela servidora efetiva **Sra. Leonice Linhares**, portadora do RG nº 643.151 SSP/MT e CPF nº 419. 803.791-49, matrícula nº 2976, equivalente a 3.935 (três mil novecentos e trinta e cinco) dias líquidos, ou seja, 10 (dez) anos, 09 (nove) meses e 15 (quinze) dias de tempo de contribuição, conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição nº 10001180.1.00026/19-4, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Mirassol D'Oeste/MT, 15 de Abril de 2019.

ANA PAULA DE ALMEIDA

Secretária de Administração e Planejamento

Homologo:

FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N. 10/2019.OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS NOVOS DE TINTA, CARTUCHOS NOVOS DE TONNER, SERVIÇOS DE FOTOCÓPIAS (COMUM E COLORIDA) E ENCADERNAÇÕES**.** Considerando Representação Interna n. 12.362-5/2019 encaminhado pelo TCE-MT, fica SUSPENSO o processo acima para averiguação das supostas irregularidades apontadas. MARA APARECIDA AMARANTE - Pregoeira. Mirassol D' Oeste, 16 de abril de 2019.

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 001/2019

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 001/2019

A Comissão Permanente de Credenciamento do Serviço Aut. De AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n°003/2019 torna público para conhecimento de todos os interessados, que com amparo no art. 25, da Lei 8.666/93, realiza a Inexigibilidade de licitação n°001/2019, para a Contratação serviços de recebimento das contas de água e esgoto e outros serviços devidos ao SAEMI, para atender as necessidades do SAEMI e dos contribuintes. No dia 30/04/2019 as 8h00(horário de Mato Grosso), acontece o credenciamento. LOCAL: NA SALA DE LICITAÇÕES NA SEDE DO SAEMI. **EDITAL DISPONIVEL**: **http://www.saemi.net.br, ou solicitado pelo e-mail saemi_mirassol@hotmail.com INFORMAÇÕES:** DEPART. ADM DO SAEMI, sito á Rua Ricardo Druzian Galo, n° 161, Bairro: Mirassol II, FONE: (65) 3241-2178. **PRESIDENTE**: **VANESSA GONÇALVES RIBEIRO**. **VALTER CESAR COUTINHO– DIRETOR DO SAEMI – Mirassol D' Oeste - MT, 16 DE ABRIL DE 2019.**

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 175 DE 12 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DAS PORTARIAS Nºs 157/2019 E 158/2019 QUE NOMEIA SERVIDORES PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS Nºs 14 E 15/2019.

FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS, Prefeito em exercício do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando que a prestação dos serviços objeto do Pregão Presencial nº 05/2019 não requer a firmatura de contrato, sendo este oficializado somente através de pedido de empenho emitido pelas secretarias;

Considerando que as secretarias de Administração, bem como, a Secretaria de Educação, fizeram a indicação dos fiscais, no entanto, os contratos não foram oficializados;

R E S O L V E

Art. 1º - Revogar as Portarias nºs 157/2019 e 158/2019 que designou servidores para exercer a fiscalização dos Contratos nº 14/2019 e 15/2019, que seriam firmados com a empresa Paulo Vitor Monteiro Guimarães, CNPJ nº 11.834.039/0001-20.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede do Paço Municipal, em 02 de abril de 2019.

FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS

Prefeito em exercício

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA Nº 019 DE 15 DE ABRIL DE 2019.

PORTARIA Nº 019 DE 15 DE ABRIL DE 2019.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A VEREADORA CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições:

R E S O L V E:

ARTIGO 1º. – Fica estabelecido Ponto Facultativo na Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, no dia:

18 de Abril de 2019 (Quinta-feira Santa).

ARTIGO 2º. Na data mencionada no Artigo 1º desta Portaria, serão mantidos os serviços considerados essenciais desde que convocado pela Presidente da Câmara o Servidor responsável pelo serviço.

ARTIGO 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Edifício Leocídio Pereira Benevides, em 15 (quinze) de abril de 2019 (dois mil e dezenove).

CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA

PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 195/2019

PORTARIA Nº. 195/2019

"Dispõe sobre a revogação da concessão de FG ao Sr. ***Eurides Mendes de Almeida,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Revoga a concessão do FG de 30% ao Sr. ***Eurides Mendes de Almeida,*** portador do RG nº. 676.006 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 482. 271.291-53.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de abril de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 190/2019

PORTARIA Nº. 190/2019

"Dispõesobre a nomeação do Sr. ***Rogério William Martins da Costa,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. ***Rogério William Martins da Costa,*** portador do RG nº 1140321-7 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 928.798. 371-20, para exercer o cargo em comissão de Agente Executivo na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/04/2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de abril de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 189/2019

PORTARIA Nº. 189/2019

"Dispõesobre a nomeação do Sr. ***Mateus Rodrigues da Silva Pereira,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. ***Mateus Rodrigues da Silva Pereira,*** portador do RG nº 2683571-1 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 850.046. 501-87, para exercer o cargo em comissão de Monitor Técnico na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/04/2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de abril de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 188/2019

PORTARIA Nº. 188/2019

"Dispõesobre a nomeação do Sr. ***Wesley Lourenço de Souza,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. ***Wesley Lourenço de Souza,*** portador do RG nº 1616107-6 SSP/GO, devidamente cadastrado no CPF nº. 011.544.291-05, para exercer o cargo em comissão de Monitor Técnico na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/04/2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de abril de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 191/2019

PORTARIA Nº. 191/2019

"Dispõe sobre a revogação daConcessão de FG ao Sr. ***Luiz Claudio Godoy,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Revoga a concessão de FG de 30% ao Sr. ***Luiz Claudio Godoy*** portador do RG nº. 704.623 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 777.020.501-87

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de abril de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 192/2019

PORTARIA Nº. 192/2019

"Dispõe sobre a revogação da concessão de FG ao Sr. ***Valmir Felix de Andrade,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Revoga a concessão de FG de 30% ao Sr. ***Valmir Felix de Andrade*** portador do RG nº. 4761459-7 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 644. 904.759-34

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de abril de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 193/2019

PORTARIA Nº. 193/2019

"Dispõe sobre a revogação da concessão de FG ao Sr. ***Marco Joilson de Brites,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Revoga a concessão do FG de 30% ao Sr. ***Marco Joilson de Brites*** portador do RG nº. 04843568 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 345.931. 441-91

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de abril de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 194/2019

PORTARIA Nº. 194/2019

"Dispõe sobre a revogação da concessão de FG ao Sr. ***Adeilson Silva Freire,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Revoga a concessão do FG de 30% ao Sr. ***Adeilson Silva Freire*** portador do RG nº. 63743160-1 SSP/PR, e inscrito no CPF nº. 927.957. 739-53.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de abril de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019

AVISO PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019

O Pregoeiro Oficial e a Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, vem, através deste, comunicar aos interessados que será realizada Licitação na modalidade Pregão Presencial, com o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, UTENSÍLIOS E MATERIAIS DESCARTÁVEIS DESTINADO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS, conforme descrito no Anexo I do Edital. Tipo: MENOR PREÇO POR item. Data de Abertura PRORROGADA PARA 02 de maio de 2019. Horário: 08:30 horas. Local: Avenida Prefeito João Macauba, 82, Centro, Nortelândia-MT - CEP: 78430-000. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no site www.nortelandia.mt.gov.br acesse o caminho portal transparência e após licitações, ou na sede da Prefeitura Municipal, telefone (65) 3346-1411, e-mail: pregoeiro@nortelandia.mt.gov.br.

Nortelândia-MT, 16 de abril de 2019.

BRUNA BEATO DE MICHELI

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TRABALHO Nº 046/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 046/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT

Contratado: Linealdo de Aguiar Sobral, inscrito no **CPF nº** 113.153. 004-78

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo de vigência, por se tratar de serviços continuados.

Dotação orçamentária: 04.002.10.301.0067.20222.3190040000. 0146000000

Valor: 13.000,00 (treze mil reais) mensal.

Vigência: 26/04/2020.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 469/2019, DE 15 DE ABRIL DE 2019.

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar oSenhor **Thiago José dos Santos,** Portador da Cédula de Identidade **RG nº 16891783 SSP/MT** e do **CPF nº 730.773.721-34,** do **Cargo em Comissão Nível DAS-3 "Coordenador de Obras, Arquit. e Urbanismo"** do Departamento de Obras, Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças – Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 15 dias do mês de abril de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 15.04.2019.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DECRETO Nº 313, DE 16 DE ABRIL DE 2019.

DECRETO Nº 313, DE 16 DE ABRIL DE 2019.

Divulga os dias de feriado municipal e ponto facultativo nas repartições públicas no Município de Nortelândia, do ano de 2019.

O Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES,** no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no dia 18 de Abril de 2019 e feriado nacional no dia 19 de Abril de 2019, em razão da Paixão de Cristo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Sede do Município de Nortelândia-MT, aos 16º dia do mês de Abril de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 16/04/2019.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JÚLIA OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

JURÍDICO
PORTARIA Nº 470/2019, DE 16 DE ABRIL DE 2019

PORTARIA Nº 470/2019, DE 16 DE ABRIL DE 2019

INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL E NOMEIA MEMBROS PARA SUA COMPOSIÇÃO COM A FINALIDADE DE PROMOVER AVALIAÇÃO DO BEM PÚBLICO QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jossimar José Fernandes, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

Considerando o que estabelece o artigo 17, inciso I, da Lei Federal nº 8. 666/93 e alterações posteriores;

Considerando o previsto nos artigos 114, 115 e 118 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271, de 18 de janeiro de 2013;

Considerando ainda que, com base nos dispositivos supracitados, faz-se necessária a avaliação prévia de bens imóveis para Permissão de Uso de bem público, de caráter precário, mediante decreto,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica instituída Comissão Especial com a finalidade de promover a elaboração de Laudo de Avaliação de 01 (um) Quiosque pertencente ao patrimônio público municipal, localizados na Praia "Praia Rota do Sol", que será integrada pelos seguintes Servidores Públicos Municipais nomeados neste ato:

- Ewerton Luiz Souza Campos– Presidente;

- Emanuele Cardoso da Silva – Membro;

- Hellen Carla Vieira Felix – Membro.

Art. 2º Para execução do disposto nesta portaria, poderão ser utilizadas as planilhas orçamentárias referente à obra de construção do quiosque, bem como os valores venais inscritos nos cadastros imobiliários deste Município.

Art. 3º Fica estabelecido o prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação desta portaria, para que a Comissão apresente o Laudo de Avaliação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond - Gabinete do Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, em 16 de abril de 2019 (16.04.2019).

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

Marlene Julia de Oliveira Scarpat

Secretária de Administração

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TRABALHO Nº 048/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT

Contratado: Donizeti Aparecido da Silva, inscrito no **CPF nº** 923.604.168-04

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo de vigência, por se tratar de serviços continuados.

Dotação orçamentária: 04.002.10.301.0067.20226.3190040000.0146000000

Valor: 6.000,00 (seis mil reais) mensal.

Vigência: 26/04/2020.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TRABALHO Nº 047/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 047/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT

Contratado: Luiz Henrique Parolin Silva, inscrito no **CPF nº** 021.229.851-86

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo de vigência, por se tratar de serviços continuados.

Dotação orçamentária: 04.002.10.301.0067.20239.3190040000.0146000000

Valor: 13.000,00 (treze mil reais) mensal.

Vigência: 26/04/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA Nº 617/2018

Portaria nº 617/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Saúde a Srª. **Edenilze Maciel**, brasileira, RG: 882135 SSP/MT, CPF: 594.683.511-49,rua Conego Peixoto em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do **Contrato nº 120/2018**– Contratação de empresa para aquisição de produtos de padaria (pães, bolos, salgados tipo coquetel e lanches, para atender da demanda da Prefeitura Municipal - Sec. Mun. de Saúde– Empresa ROBSON JOSÉ DE OLIVEIRA, a partir de 21/12/2018.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 21 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 173/2019

PORTARIA N° 173/2019

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia a Senhora **Janahina Rodrigues da Silva,** para o Cargo em Comissão de Supervisora – DAS - 2, na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, a partir de 02/04/2019.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 05 de Abril de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 181/2019

Portaria nº 181/2019

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social Srº. **André Luís de Morais e Silva**, brasileiro, RG: 17755522 SSP/MT, CPF: 022.559.401-32, residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 103/2018**- Contratação de aquisição de Materiais de Armarinhos – Aviamentos em geral, para atender aos Programas Sociais da Sec. Mun. de Assistência Social– Empresa Papelaria & Informática Centrus LTDA EPP, a partir de 04/04/2019.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 12 de Abril de 2019.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 175/2019

Portaria nº 175/2019

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social Srº. **André Luís de Morais e Silva**, brasileiro, RG: 17755522 SSP/MT, CPF: 022.559.401-32, residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 061/2018**- Contratação de empresa especializada em manutenção de Recarga de Extintores de Incêndio PQS AGP CO2 ABC 4KG e ABC 6KG da Secretaria Municipal de Assistência Social – EXTINCENTER COMERCIO E RECARGA DE EXTINTORES EIRELI **a partir de 04/04/2019**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 12 de Abril de 2019.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 176/2019

Portaria nº 176/2019

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social Srº. **André Luís de Morais e Silva**, brasileiro, RG: 17755522 SSP/MT, CPF: 022.559.401-32, residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 066/2018**- Contratação de empresa especializada em confecção de camisetas para uniformes para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social– Empresa S M GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA EPP, a partir de 04/04/2019.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 12 de Abril de 2019.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 180/2019

Portaria nº 180/2019

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social Srº. **André Luís de Morais e Silva**, brasileiro, RG: 17755522 SSP/MT, CPF: 022.559.401-32, residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 102/2018**- Contratação de aquisição de Materiais de Armarinhos – Aviamentos em geral, para atender aos Programas Sociais da Sec. Mun. de Assistência Social– Empresa Maria José dos Reis Neto ME, a partir de 04/04/2019.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 12 de Abril de 2019.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 178/2019

Portaria nº 178/2019

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social Srº. **André Luís de Morais e Silva**, brasileiro, RG: 17755522 SSP/MT, CPF: 022.559.401-32, residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 072/2018**- Contratação de empresa especializada visando serviços de fornecimento de urnas funerárias com higienização de corpo e translado com carro especializado, aos munícipes em vulnerabilidade social que reside no município para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social– Empresa MARQUES E MENDONÇA LTDA, a partir de 04/04/2019.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 12 de Abril de 2019.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 179/2019

Portaria nº 179/2019

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social Srº. **André Luís de Morais e Silva**, brasileiro, RG: 17755522 SSP/MT, CPF: 022.559.401-32, residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 085/2018**- Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamento de climatização – ar condicionados, com fornecimento de peças quando for o caso componentes e acessórios novos e originais, para atender a Prefeitura Municipal - Sec. Mun. de Assistência Social– Empresa A M DE ABREU EIRELI, a partir de 04/04/2019.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 12 de Abril de 2019.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 618/2018

Portaria nº 618/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social a Srª. **ALESSANDRA MARCIA DA SILVA**, brasileira, RG: 25108921 SSP/MT, CPF: 695.245.641-49,residente na Avenida Governador Julio Campos, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **120/2018–** Contratação de empresa para aquisição de produtos de padaria (pães, bolos, salgados tipo coquetel e lanches, para atender da demanda da Prefeitura Municipal - Sec. Mun. de Assistência Social– Empresa ROBSON JOSÉ DE OLIVEIRA, a partir de 21/12/2018.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 21 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 169/2019

PORTARIA Nº 169/2019

“Dispõe sobre o desligamento e designação de novos membros para compor a Comissão Permanente de Avaliação Institucional – CPAI e dá outras providências.”

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, no uso de suas atribuições legais decreta:

Art. 1º Fica desligado da Comissão Permanente de Avaliação Institucional – CPAI, órgão colegiado de coordenação e supervisão vinculado ao Gabinete do Prefeito instituído pela Lei n. 818/2017 o servidor:

CLAUDINETE MARIA DE CAMPOS

Art. 2º A Comissão Permanente de Avaliação Institucional – CPAI, órgão colegiado de coordenação e supervisão vinculado ao Gabinete do Prefeito instituído pela Lei n. 818/2017 passa a ser integrada juntamente com os demais membros já designados pelo servidor:

KATIA JESUELA DE OLIVEIRA

Art. 3º A Comissão Permanente de Avaliação Institucional – CPAI passa a ser integrada juntamente com o servidor de apoio já designado, pelos seguintes servidores:

MARCO ANTÔNIO DE FIGUEIREDO SILVA

Art. 4º Os membros da Comissão Permanente de Avaliação Institucional e os servidores de suporte administrativos farão jus a jeton previsto no Art. 13 da Lei 819/2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 03 de Abril de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 001/2019/CMAE

Nossa Senhora do Livramento

Conselho Municipal de Educação

Secretaria Executiva – Conselhos Municipais

Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CMAE

Resolução Nº 001/2019/CMAE

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CMAE de Nª Srª do Livramento, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Nº 621/2009:

Considerando o Disposto no seu Regimento Interno;Capítulo III, Artigo VIIº e & IIº;

Considerando a Deliberação em Reunião Ordinária, realizada no dia de 12 de Abril de 2019, sob o Registro de Ata Nº 001/2019/CMAE;

Resolve:

Art. Iº - Aprovar a Instrução Normativa Nº 002/2019 da Secretaria Municipal de Educação que *¨ Dispõe sobre o atendimento da Alimentação Escolar aos alunos da Rede Municipal da Educação Básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar ¨*

Art. IIº - A referida Instrução Normativa será executada pela Unidade Gestora Maior a Secretaria Municipal de Educação sob a responsabilidade de uma Técnica Nutricionista, da Coordenação de Alimentação Escolar e acompanhada e fiscalizada pelo Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Art. IIIº - Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Registra-se e Publique-se!

Nª Srª do Livramento, 16 de Abril de 2019.

Fábio Ferreira Santana

Presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar

PORTARIA N° 195/2019

PORTARIA N° 195/2019

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera **Paulo Leite de Araujo,** do Cargo em Comissão de Coordenador de Transporte na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte – DAS- 3, a partir de 10/04/2019.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 12 de Abril de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 174/2019

PORTARIA Nº. 174/2019

Rose Mary Miranda de Carvalho, Coordenadora de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve**:**

Art. 1o Conceder Progressão de Nível aos servidores municipal de carreira que se enquadrar na data base de abril de 2019, conforme relação anexa, a ser inserida na ficha funcional do servidor com as respectivas alterações das remunerações conforme tabela salarial da categoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 12 de abril de 2019.

Rose Mary Miranda de Carvalho

Coordenadora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 184/2019

PORTARIA N° 184/2019

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Pedido **Amanda Carolina Rizental Pinto,** do Cargo de Profissional de Nível Superior de Saúde / Medica Clinica Geral, matricula 1617, do quadro da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15/04/2019, conforme processo n° 1480/2019.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 15 de Abril de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 620/2018

Portaria nº 620/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **JOSE CARMO DA SILVA**, brasileiro, RG: 580116 SSP/MT, CPF: 419.712. 301-97,residente na Rua Coronel Serra, Frei Hugolino, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal do Contrato n° 120/2018–** Contratação de empresa para aquisição de produtos de padaria (pães, bolos, salgados tipo coquetel e lanches, para atender da demanda da Prefeitura Municipal - Sec. Mun. de Educação– Empresa ROBSON JOSÉ DE OLIVEIRA, a partir de 21/12/2018.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 21 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 619/2018

Portaria nº 619/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador Municipal, **MARCO ANTONIO F. SILVA**, brasileiro, RG:04598652, CPF: 345.831.141-68,residente na Av. Gov. Julio Campos, Bairro: Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 120/2018**– Contratação de empresa para aquisição de produtos de padaria (pães, bolos, salgados tipo coquetel e lanches, para atender da demanda da Prefeitura Municipal - Sec. Mun. de Obras– Empresa ROBSON JOSÉ DE OLIVEIRA, a partir de 21/12/2018.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 21 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 168/2019

PORTARIA N°. 168/2019

"Substitui membro da Comissão Permanente de Licitação para compras, Obras, Serviços e Alimentação."

O Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, Silmar de Souza Gonçalves, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Substitui membro da Comissão Permanente de Licitação a Suplente Claudinete Maria de Campos, pela servidora **KATIA JESUELA DE OLIVEIRA,** com suas respectivas atribuições para compor a **Comissão Permanente de Licitação para Compras, Obras, Serviços e Alimentações,** neste exercício financeiro de 2019.

Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Registre-se, Publique-se Cumpra-se.

Nossa Senhora do Livramento, 03 de Abril de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 183/2019

Portaria nº 183/2019

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social Srº. **André Luís de Morais e Silva**, brasileiro, RG: 17755522 SSP/MT, CPF: 022.559.401-32, residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 106/2018**– Contratação de empresa especializada em confecção de Materiais Gráficos em geral, para atender a demanda da Prefeitura Municipal - Sec. Mun. de Assistência Social– Empresa MARCELO VICTOR MACIEL DE BARROS, a partir de 04/04/2019.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 12 de Abril de 2019.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 196/2019

PORTARIA N° 196/2019

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia **João Bosco de Miranda,** para o Cargo em Comissão de Coordenador de Transporte – DAS- 3, na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, a partir de 10/04/2019.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 12 de Abril de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 171/2019

PORTARIA Nº 171/2019

"Designa servidora Municipal para enviar APLIC do Setor de Licitação e Contratos no Sistema SIGESP e dá outras providências."

MANOEL GONÇALO DE CAMPOS, S**ecretário Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT**, no uso de suas atribuições legais resolve:

Art. 1º Fica designado a servidora abaixo descrito para enviar APLIC do Setor de Licitação e Contratos no Sistema SIGESP e dá outras providências.

KATIA JESUELA DE OLIVEIRA

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 05 de Abril de 2019.

MANOEL GONÇALO DE CAMPOS

Sec. Municipal de Administração e Planejamento

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2019 PROCESSO: 001071/2019-1.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2019

Processo: 001071/2019-1.

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS EM ACESSORIA E CONSULTORIA JURIDICA NA AREA TRIBUTARIA VISANDO ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/ MT. CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERENCIA.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS EM ACESSORIA E CONSULTORIA JURIDICA NA AREA TRIBUTARIA VISANDO ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MTCONFORME ESPECIFICADO NESTE TERMO DE REFERENCIA.** TR **nº.034/2019. EMPRESA: PSENDZIUK SILVA E MORENO ADVOGADOS CNPJ: 23.518.402/0001-88.** No valor total contratado de **R$ 28.440,00(Vinte e oito mil e quatrocentos e quarenta reais).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/Unidad	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
FINAÇAS	PROPRIO	02004 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças	040008	3.3.90.39	100	**R$ 28.440,00**
TOTAL						**R$ 28.440,00**

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 28.440,00(Vinte e oito mil e quatrocentos e quarenta reais).** Em favor **EMPRESA: PSENDZIUK SILVA E MORENO ADVOGADOSCNPJ: 23.518.402/0001-88**cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 034/2019.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 16 de Abril de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2019 PROCESSO: 001084/2019-1.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2019

Processo: 001084/2019-1.

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE EMPRESA AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS E SERVIÇOS MECANICOS NO SISTEMA DE FREIOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA NO VEICULO ONIBUS QUE ATENDE O TRANSPORTE ESCOLAR, CONFORME DESCRIÇÕES E ESPECIALIZAÇÕES APRESENTADAS NESTE TERMO DE REFERENCIA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES.

1.VEICULO – ONIBUS MB MODELO LO – 812 PLACA: NUF:8417. CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERENCIA.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE EMPRESA AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS E SERVIÇOS MECANICOS NO SISTEMA DE FREIOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA NO VEICULO ONIBUS QUE ATENDE O TRANSPORTE ESCOLAR, CONFORME DESCRIÇÕES E ESPECIALIZAÇÕES APRESENTADAS NESTE TERMO DE REFERENCIA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES.**

1.VEICULO – ONIBUS MB MODELO LO – 812 PLACA: NUF:8417.CONFORME ESPECIFICADO NESTE TERMO DE REFERENCIA. TR **nº.023/2019. EMPRESA: RPM COM DE PEÇAS AUTOMOTIVAS E SERVIÇOS EIRELI ME.**

CNPJ: 17.324.663/0001-64. No valor total contratado de **R$ 12.000,00(doze mil reais).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/Unidad	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**

Secretaria Educação/ 005 Unidade/002	PROPRIO	2216– Manutenção do transporte Escolar	050027	3.3.90.30.00 Material de Consumo	100	**R$ 5.902,45**
Secretaria Educação/ 005 Unidade/002	PROPRIO	2216– Manutenção do transporte Escolar	050028	33.90.39.00 Serv.de Terceiros Pessoa Juridica	100	**6.097,55**
TOTAL						**R$ 12. 000,00**

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 12.000,00 (doze reais).** Em favor **EMPRESA: RPM COM DE PEÇAS AUTOMOTIVAS E SERVIÇOS EIRELI ME.CNPJ: 17.324.663/0001-64** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 023/2019.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 16 de Abril de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 197/2019

PORTARIA N° 197/2019

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia **Paulo Leite de Araujo,** para o Cargo em Comissão de Coordenador Administrativo – DAS- 3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural a partir de 10/04/2019.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 12 de Abril de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 177/2019

Portaria nº 177/2019

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social Srº. **André Luís de Morais e Silva**, brasileiro, RG: 17755522 SSP/MT, CPF: 022.559.401-32, residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 067/2018**- Contratação de empresa especializada em confecção de camisetas para uniformes para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social– Empresa FIBRATEX COMERCIAL LTDA ME, a partir de 04/04/2019.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 12 de Abril de 2019.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 182/2019

Portaria nº 182/2019

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social Srº. **André Luís de Morais e Silva**, brasileiro, RG: 17755522 SSP/MT, CPF: 022.559.401-32, residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 104/2018**- Contratação de aquisição de Materiais de Armarinhos – Aviamentos em geral, para atender aos Programas Sociais da Sec. Mun. de Assistência Social– Empresa Mottiva Comercio e Serviços Ltda ME, a partir de 04/04/2019.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 12 de Abril de 2019.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

Ofício 232/2019 – G.P

Ao Setor de Administração e Engenharia da Empresa Nova Guia, inscrita no CNPJ 08.428.937/0001-74.

Assunto: Notificação para a apresentação de Documentos para atender o Laudo Técnico sobre a Estabilidade Estrutural das pontes dos Contratos de nº 037/2015 e 038/2015.

Senhores responsáveis,

Vimos através desta **Notificar** a empresa Nova Guia, inscrita no CNPJ nº 08.428.937/0001-74, responsável pela execução da construção das pontes de 20m (**Contrato Nº 037/2015**, sobre o córrego na estrada integração, próximo ao Zé dentista) e 30m (**Contrato Nº 038/2015**, sobre o córrego da divisa), a **apresentar** os documentação necessária para **Atender o Laudo Técnico de Estabilidade das Pontes,** emitido pela empresa C.S Engenharia e Construções, especializada em estruturas de pontes de concreto, contratada pela prefeitura verificar a instabilidade das pontes In-Loco e analisar o projeto de “As Built” apresentado pela empresa Nova Guia, conforme solicitado feita pelo Ministério da Integração nacional – Secretaria de Defesa Civil (Convenente do Recurso).

Segue em anexo o **Parecer Técnico de Análise das Pontes** e **Solicitações feitas pelo Engenheiro Especialista**.

Fica estabelecido um **prazo de 20 dias** para a apresentação da documentação solicitada no Laudo Técnico.

Informamos que se a Notificação não for atendida, este Departamento irá encaminhar os dois contratos para o Departamento jurídico desta administração tomar as devidas providencias.

Nova Bandeirantes, 16 de Abril de 2019

_____ _____

HELIANDRO DELLA ROSA VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Arquiteto e Urbanista PREFEITO MUNICIPAL

Cau 109702-4

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

Ofício GP Nº 237/2019 – G.P

PARA: Empresa **M FERNANDES DA SILVA & CIA LTDA - EPP**

CNPJ sob nº. 19.006.021/0001-14

Endereço: Rua dos Igarapés nº 14, Jardim das Palmeiras - Cuiabá – MT

Assunto: Notificação 001/2019 do Contrato Nº 018/2019.

Senhores responsáveis,

O setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, vem por meio deste, **Notificar** a Empresa **M FERNANDES DA SILVA & CIA LTDA - EPP**, com sede na Rua dos Igarapés nº 14, Jardim das Palmeiras no Município de Cuiabá – MT, inscrita no CNPJ n.º 19. 006.021/0001-14, Inscrição Estadual nº 13569496-5, e-mail: construtoramfs@gmail.com, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, representada por **MARCOS FERNANDES DA SILVA,** portador do RG nº 11142596 SSP/MT, e titular do CPF nº 488.728.731-34, conforme documento que fica arquivado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, tendo como Responsável Técnico **PEDRO PAULO DA SILVA ARAUJO,** portador da carteira profissional N.º **MT037285** expedida pelo CREA **MT**, referente ao contrato Nº 018/2019 que tem como Objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UM BARRACÃO EM ESTRUTURA METÁLICA, MEDINDO 721,69M², JUNTO AO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES.**

A EMPRESA fica **NOTIFICADA** a se **apresentar** no município, **até o dia 29 de abril de 2019,** para iniciar as obras.

Informamos que se a **solicitação não for atendida**, este Departamento **não irá aceitar justificativa para a renovação do contrato que vence no dia 17 de AGOSTO 2019**, e encaminhará o referido contrato para o Departamento jurídico para que tomem as devidas providencias judiciais cabíveis.

Nova Bandeirantes, 16 de abril de 2019

_____

Renato Michael Zanella

Eng. Civil – Crea MT/022474

Departamento de Engenharia

De acordo:

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO ESPECIAL N° 51/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 51/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1126/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um credido adicional especial ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para reforco das seguintes dotacoes orcamentarias:

08.001-GABINETE DA SECRETARIA

08.001.26.782.0013.1131.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalacoes	R$ 18.000,00

Sub-Total:R$ 18.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 18.000,00

Art 2 - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serao utilizados os recursos provenientes de anulacao parcial da seguinte dotacao orcamentaria:

08.001-GABINETE DA SECRETARIA

08.001.15.451.0013.1016.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 18.000,00

Sub-Total:R$ 18.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 18.000,00

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes-MT, 27 de Fevereiro de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO SUPLEMENTAR N° 58/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 58/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1104/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um credido adicional suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 5.000,00(cinco mil reais) para reforco da seguinte dotacao orcamentaria:

01.001-CAMARA MUNICIPAL

01.001.01.031.0001.2001.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 5.000,00

Art 2 - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serao utilizados os recursos provenientes de anulacao parcial da seguinte dotacao orcamentaria:

01.001-CAMARA MUNICIPAL

01.001.01.031.0001.2001.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 5.000,00

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, 07 de Marco de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO ESPECIAL N° 65/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 03.368.382/2000-17
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 65/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1131/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um credido adicional Suplementar Especial ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 5.000,00(cinco mil reais) para reforco da seguinte dotacao orcamentaria:

01.001-CAMARA MUNICIPAL

01.001.01.031.0001.2001.3.3.5.0.43.00.00.00|100000000 SUBVENCOES SOCIAIS	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 5.000,00

Art 2 - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serao utilizados os recursos provenientes de anulacao parcial das seguintes dotacoes orcamentarias:

01.001-CAMARA MUNICIPAL

01.001.01.031.0001.2001.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 5.000,00

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes-MT, 15 de Marco de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA Nº 022/2019

CONTRATANTE:**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT**

AAGUA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI

CNPJ: **09.237.525/0001-10**

Rua dos Curios Nº 150, Parque Ohara.

Cuiabá - MT

OBJETO: **Aquisição de canos com medidas e espessuras especifica, e conexões para ampliação da rede de água tratada da Sede do Município de Nova Bandeirantes/MT.**

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 25, II, da Lei nº 8.666/93.

Valor Global R$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais).

Nova Bandeirantes - MT, 16 de abril de 2019.

_____

BRUNA NEIVERTH

Presidente CPL

Portaria 054/2019

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 11/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS,** torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n. º 0**11/2019, cujo OBJETO é a: "AQUISIÇÃO DE (01) ESCAVADEIRA MAQUINA NOVA ZERO HORAS DO NO CORRENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA, CONFORME CONVENIO Nº 848261/2017, ASSINADO COM O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL ATRAVES DO ORGÃO SUBORDINADO SENDO A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMÂZONIA-SUDAM COMPOSTA).**

observado as especificações contidas no Termo de Referência deste edital e em seus anexos."

SAGROU-SE vencedoraa empresa:

Sociedade/Empresária	CNPJ:	VALOR GLOBAL
DYMAK MAQUINAS RODOVIARIAS LTDA	01.840.707/0001-79	R$ 389.000,00

Nova Bandeirantes/MT 16 de abril de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 011/2019

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º **011/2019, cujo OBJETO é a AQUISIÇÃO DE (01) ESCAVADEIRA MAQUINA NOVA ZERO HORAS DO NO CORRENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA, CONFORME CONVENIO Nº 848261/2017, ASSINADO COM O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL ATRAVES DO ORGÃO SUBORDINADO SENDO A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMÂZONIA-SUDAM COMPOSTA).**observado as especificações contidas no Termo de Referência deste edital e em seus anexos."

SAGROU-SE vencedoraa empresa**: DYMAK MAQUINAS RODOVIARIAS LTDA Cnpj: 01.840.707/0001-79ficando um valor global de 389.000,00 trezentos e oitenta e nove mil reis**

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

_____

Bruna Neiverth

PREGOEIRA

Decreto 250/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO SUPLEMENTAR N° 71/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 03.368.382/2000-17
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 71/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1133/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um credido adicional suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 282.000,00 (duzentos e oitenta e dois mil reais) para reforco das seguintes dotacoes orcamentarias:

01.001-CAMARA MUNICIPAL

01.001.01.031.0001.1002.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalacoes	R$ 142.000,00
01.001.01.031.0001.1001.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 140.000,00

Sub-Total:R$ 282.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 282.000,00

Art 2 - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serao utilizados os recursos provenientes de anulacao parcial das seguintes dotacoes orcamentarias:

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.10.301.0020.2122.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 282.000,00

Sub-Total:R$ 282.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 282.000,00

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, 29 de Marco de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO ESPECIAL N° 50/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 50/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1125/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um credido adicional especial ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) para reforco das seguintes dotacoes orcamentarias:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.131.0002.2183.3.3.5.0.43.00.00.00|100000000 SUBVENCOES SOCIAIS	R$ 10.800,00

Sub-Total:R$ 10.800,00

Total Parcial Suplementado: R$ 10.800,00

Art 2 - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serao utilizados os recursos proveniente de anulacao parcial da seguinte dotacao orcamentaria:

02.003-ASSESSORIA JURIDICA

02.003.03.062.0016.2003.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 10.800,00

Sub-Total:R$ 10.800,00

Total Parcial Reduzido: R$ 10.800,00

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes-MT, 27 de Fevereiro de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO ESPECIAL N° 49/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 49/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1124/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um credido adicional especial ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) para reforco das seguintes dotacoes orcamentarias:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.06.181.0019.2182.3.3.5.0.41.00.00.00|100000000 Contribuicoes	R$ 36.000,00

Sub-Total:R$ 36.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 36.000,00

Art 2 - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serao utilizados os recursos provenientes de anulacao parcial da seguinte dotacao orcamentaria:

02.002-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

02.002.04.124.0031.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 36.000,00

Sub-Total:R$ 36.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 36.000,00

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes-MT, 27 de Fevereiro de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1121/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um credido adicional suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 201.769,78 (duzentos e um mil, setecentos e sessenta e nove reais e setenta e oito centavos) para reforcos das seguintes dotacoes orcamentarias:

05.001-GABINETE DA SECRETARIA

05.001.10.301.0005.1053.4.4.9.0.52.00.00.00|346000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 189.920,00
Sub-Total:	**R$ 189.920,00**

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.10.301.0020.1046.4.4.9.0.52.00.00.00|342000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 5.240,00
05.002.10.302.0021.2082.3.3.7.1.70.00.00.00|342000000 Rateio Pela Participacao em consorcio publico	R$ 6.371,00
Sub-Total:	**R$ 11.611,00**

09.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.002.08.244.0011.2140.3.3.9.0.30.00.00.00|343000000 Material de Consumo	R$ 238,78
Sub-Total:	**R$ 238,78**
Total Parcial Suplementado:	**R$ 201.769,78**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2019

Art. 2º Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de superavit financeiro vinculado e apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do inciso I, do artigo 43 da lei 4.320/64.

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, 19 de Fevereiro de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO ESPECIAL N° 36/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 36/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Valdir Pereira dos Santos, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1122/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um credido adicional especial suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 2.174.556,98 (dois milhoes cento e setenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa e oito centavos) para reforco da seguinte dotacao orcamentaria:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0013.1170.4.4.9.0.51.00.00.00|300000000 Obras e Instalacoes	R$ 2.174.556,98

Sub-Total:R$ 2.174.556,98

Total Parcial Suplementado: R$ 2.174.556,98

Art. 2. Para dar Cobertura ao Credito Aberto, conforme descrito no artigo anterior serao utilizados os recursos ja aprovados na Lei Municipal 1121/2019 provenientes de Superavit Financeiro apurado em Balanco Patrimonial do exercicio anterior, nos termos do Inciso I, paragafo 1, do Artigo 43 da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, 14 de Fevereiro de 2019.

Valdir Pereira dos Santos
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO SUPLEMENTAR N° 35/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 35/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1121/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um credido adicional suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 42.717,92 (quarenta e dois mil setecentos e dezessete reais e noventa e dois centavos) para reforco das seguintes dotacoes orcamentarias:

08.001-GABINETE DA SECRETARIA

08.001.15.452.0013.2008.4.4.9.0.51.00.00.00|324000000 Obras e Instalacoes	R$ 30.733,64

Sub-Total:R$ 30.733,64

09.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.002.08.244.0011.2140.4.4.9.0.52.00.00.00|329000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 570,00
09.002.08.244.0011.2141.3.3.9.0.30.00.00.00|329000000 Material de Consumo	R$ 3.665,00
09.002.08.244.0011.2140.3.3.9.0.30.00.00.00|329000000 Material de Consumo	R$ 1.651,28
09.002.08.244.0011.2141.4.4.9.0.52.00.00.00|329000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 6.098,00

Sub-Total:R$ 11.984,28

Total Parcial Suplementado: R$ 42.717,92

Art. 2º Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de superavit financeiro vinculado e apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do inciso I, do artigo 43 da lei 4.320/64.

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, 13 de Fevereiro de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO SUPLEMENTAR N° 33/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 33/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1121/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um credido adicional suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 474.037,79 (quatrocentos e setenta e quatro mil, trinta e sete reais e setenta e nove centavo) para reforco das seguintes dotacoes orcamentarias:

04.001-GABINETE DA SECRETARIA

04.001.12.361.0006.2191.4.4.9.0.52.00.00.00|315000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 115.840,73
04.001.12.361.0006.1079.4.4.9.0.51.00.00.00|301000000 Obras e Instalacoes	R$ 51.740,47
04.001.12.306.0024.2090.3.3.9.0.30.00.00.00|315000000 Material de Consumo	R$ 8.001,55
	Sub-Total:R$ 175.582,75

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.20.605.0007.1063.4.4.9.0.51.00.00.00|300000000 Obras e Instalacoes	R$ 298.455,04
	Sub-Total:R$ 298.455,04
	Total Parcial Suplementado: R$ 474.037,79

Art. 2º Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de superavit financeiro vinculado e apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do inciso I, do artigo 43 da lei 4.320/64.

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, 06 de Fevereiro de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO SUPLEMENTAR N° 32/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 33/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1121/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um credido adicional suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 474.037,79 (quatrocentos e setenta e quatro mil, trinta e sete reais e setenta e nove centavo) para reforco das seguintes dotacoes orcamentarias:

04.001-GABINETE DA SECRETARIA

04.001.12.361.0006.2191.4.4.9.0.52.00.00.00|315000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 115.840,73
04.001.12.361.0006.1079.4.4.9.0.51.00.00.00|301000000 Obras e Instalacoes	R$ 51.740,47
04.001.12.306.0024.2090.3.3.9.0.30.00.00.00|315000000 Material de Consumo	R$ 8.001,55
Sub-Total:	**R$ 175.582,75**

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.20.605.0007.1063.4.4.9.0.51.00.00.00|300000000 Obras e Instalacoes	R$ 298.455,04
Sub-Total:	**R$ 298.455,04**
Total Parcial Suplementado:	**R$ 474.037,79**

Art. 2º Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de superavit financeiro vinculado e apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do inciso I, do artigo 43 da lei 4.320/64.

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, 06 de Fevereiro de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO SUPLEMENTAR N° 27/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 27/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1104/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um credido adicional suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 379.000,00(trezentos e setenta e nove mil reais) para reforco das seguintes dotacoes orcamentarias:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0033.1005.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 120.990,00
Sub-Total:	**R$ 120.990,00**

05.001-GABINETE DA SECRETARIA

05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.48.00.00.00|102000000 Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas	R$ 6.900,00
Sub-Total:	**R$ 6.900,00**

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.10.302.0021.2123.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 65.375,00
05.002.10.301.0020.1046.4.4.9.0.52.00.00.00|142000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 785,00
05.002.10.301.0020.2122.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 30.000,00
05.002.10.301.0020.2134.3.3.9.0.30.00.00.00|146000000 Material de Consumo	R$ 12.000,00
05.002.10.302.0021.2082.3.3.7.1.70.00.00.00|142000000 Rateio Pela Participacao em consorcio publico	R$ 6.400,00
Sub-Total:	**R$ 114.560,00**

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.04.123.0004.2032.3.1.9.0.91.00.00.00|102000000 Sentencas Judiciais	R$ 6.000,00
07.001.04.123.0004.2032.3.3.9.0.40.00.00.00|100000000 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	R$ 250,00
~~07.001.04.123.0004.2032.3.1.9.0.91.00.00.00|100000000 Sentencas Judiciais~~	R$ 9.000,00
Sub-Total:	**R$ 15.250,00**

09.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.002.08.244.0011.2140.3.3.9.0.30.00.00.00|143000000 Material de Consumo	R$ 1.000,00
Sub-Total:	**R$ 1.000,00**

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 27/2019

11.001.04.122.0003.2100.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 115.000,00

Sub-Total:R$ 115.000,00

12.001-GABINETE DA SECRETARIA

12.001.27.812.0009.2086.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 Obrigacoes Patronais	R$ 5.300,00

Sub-Total:R$ 5.300,00

Total Parcial Suplementado: R$ 379.000,00

Art 2 - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serao utilizados os recursos provenientes de anulacao parcial das seguintes dotacoes orcamentarias:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0034.2002.3.3.9.0.40.00.00.00|100000000 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	R$ 7.000,00

Sub-Total:R$ 7.000,00

02.002-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

02.002.04.124.0031.2107.3.3.9.0.40.00.00.00|100000000 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	R$ 3.000,00

Sub-Total:R$ 3.000,00

03.001-GABINETE DA SECRETARIA

03.001.04.122.0003.2005.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 Indenizacoes e Restituicoes	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

04.001-GABINETE DA SECRETARIA

04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.93.00.00.00|101000000 Indenizacoes e Restituicoes	R$ 1.000,00
04.001.12.306.0024.2091.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 Material de Consumo	R$ 20.000,00
04.001.12.361.0006.2191.3.3.9.0.40.00.00.00|115000000 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	R$ 4.000,00
04.001.12.361.0006.2012.3.1.9.0.04.00.00.00|101000000 Contratacoes por Tempo Determinado	R$ 20.000,00
04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.40.00.00.00|101000000 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	R$ 40.000,00

Sub-Total:R$ 85.000,00

05.001-GABINETE DA SECRETARIA

05.001.10.302.0005.1088.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 5.000,00
05.001.10.302.0005.1088.4.4.9.0.51.00.00.00|123000000 Obras e Instalacoes	R$ 40.000,00
05.001.10.301.0020.1033.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 10.000,00
05.001.10.302.0005.1088.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 Obras e Instalacoes	R$ 10.000,00
05.001.10.301.0020.1033.3.3.9.0.39.00.00.00|123000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 5.000,00
05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.40.00.00.00|102000000 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	R$ 50.000,00
05.001.10.125.0019.2111.3.3.9.0.40.00.00.00|102000000 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	R$ 1.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 27/2019

05.001.10.302.0005.2127.3.3.5.0.41.00.00.00|102000000 Contribuicoes	R$ 20.000,00
Sub-Total:	**R$ 141.000,00**

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.10.302.0021.2123.3.3.9.0.40.00.00.00|102000000 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	R$ 30.000,00
~~05.002.10.301.0020.2134.3.3.9.0.40.00.00.00|102000000 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ~~	R$ 5.000,00
Sub-Total:	**R$ 35.000,00**

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.20.605.0007.1063.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 3.000,00
06.001.20.608.0007.2025.3.3.9.0.40.00.00.00|100000000 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	R$ 15.000,00
~~06.001.20.605.0007.1063.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica~~	R$ 3.000,00
Sub-Total:	**R$ 21.000,00**

06.003-DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO

06.003.17.512.0012.2024.3.3.9.0.40.00.00.00|100000000 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	R$ 5.000,00
Sub-Total:	**R$ 5.000,00**

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.04.123.0004.2032.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 21.000,00
Sub-Total:	**R$ 21.000,00**

08.001-GABINETE DA SECRETARIA

08.001.15.451.0032.2146.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 19.000,00
08.001.26.782.0013.2073.3.3.9.0.40.00.00.00|100000000 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	R$ 10.000,00
Sub-Total:	**R$ 29.000,00**

09.001-GABINETE DA SECRETARIA

09.001.08.244.0011.2009.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 15.000,00
Sub-Total:	**R$ 15.000,00**

10.001-GABINETE DA SECRETARIA

10.001.23.691.0028.2104.3.3.5.0.41.00.00.00|100000000 Contribuicoes	R$ 3.000,00
10.001.22.661.0028.1085.4.4.9.0.61.00.00.00|100000000 Aquisicao de Imoveis	R$ 4.000,00
Sub-Total:	**R$ 7.000,00**

12.001-GABINETE DA SECRETARIA

12.001.13.392.0010.2020.3.3.9.0.40.00.00.00|100000000 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	R$ 5.000,00
Sub-Total:	**R$ 5.000,00**
Total Parcial Reduzido:	**R$ 379.000,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 27/2019

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, 01 de Fevereiro de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO SUPLEMENTAR N° 4/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 4/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1104/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um credido adicional suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 205.000,00(duzentos e cinco mil reais) para reforco das seguintes dotacoes orcamentarias:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0034.2002.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 74.336,00
	Sub-Total:R$ 74.336,00

02.003-ASSESSORIA JURIDICA

02.003.03.062.0016.2003.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 Indenizacoes e Restituicoes	R$ 11.000,00
	Sub-Total:R$ 11.000,00

04.001-GABINETE DA SECRETARIA

04.001.12.361.0006.1146.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalacoes	R$ 25.000,00
	Sub-Total:R$ 25.000,00

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.10.302.0021.2082.3.3.7.1.70.00.00.00|142000000 Rateio Pela Participacao em consorcio publico	R$ 58.500,00
	Sub-Total:R$ 58.500,00

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.04.123.0004.2032.3.3.9.0.40.00.00.00|100000000 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	R$ 10.354,60
	Sub-Total:R$ 10.354,60

09.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.002.08.244.0011.2140.3.3.9.0.30.00.00.00|143000000 Material de Consumo	R$ 13.845,40
09.002.08.244.0011.2140.3.3.9.0.39.00.00.00|143000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 100,00
09.002.08.244.0011.2140.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 10.200,00
	Sub-Total:R$ 24.145,40

12.001-GABINETE DA SECRETARIA

12.001.27.812.0033.1043.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 1.664,00
	Sub-Total:R$ 1.664,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 4/2019

Total Parcial Suplementado: R$ 205.000,00

Art 2 - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serao utilizados os recursos provenientes de anulacao parcial das seguintes dotacoes orcamentarias:

02.002-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

02.002.04.124.0031.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 10.000,00

04.001-GABINETE DA SECRETARIA

04.001.12.365.0006.1080.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00
04.001.12.365.0006.1080.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 5.000,00
04.001.12.365.0006.1080.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalacoes	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 30.000,00

05.001-GABINETE DA SECRETARIA

05.001.10.301.0005.2022.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 50.000,00

Sub-Total:R$ 50.000,00

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.10.301.0020.2134.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 25.000,00
05.002.10.302.0021.2082.3.1.7.1.70.00.00.00|102000000 Rateio Pela Participacao em Consorcio Publico	R$ 25.000,00
05.002.10.302.0021.2082.3.1.7.1.70.00.00.00|142000000 Rateio Pela Participacao em Consorcio Publico	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 55.000,00

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.20.608.0007.1065.4.4.9.0.52.00.00.00|124000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 25.000,00

Sub-Total:R$ 25.000,00

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.04.123.0004.2032.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 35.000,00

Sub-Total:R$ 35.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 205.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 4/2019

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, 02 de Janeiro de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO SUPLEMENTAR N° 3/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 3/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1104/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um credido adicional suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 269.000,00 (duzentos e sessenta e nove mil reais) para reforco das seguintes dotacoes orcamentarias:

05.001-GABINETE DA SECRETARIA

05.001.10.301.0005.1053.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 3.838,00

Sub-Total:R$ 3.838,00

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.10.302.0021.2123.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 167.500,00
05.002.10.302.0021.2123.3.3.9.0.30.00.00.00|142000000 Material de Consumo	R$ 14.140,93
05.002.10.301.0020.1046.4.4.9.0.52.00.00.00|146000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 4.849,00
05.002.10.301.0020.2122.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 19.700,00
05.002.10.302.0021.2082.3.3.7.1.70.00.00.00|142000000 Rateio Pela Participacao em consorcio publico	R$ 7.923,00
05.002.10.301.0020.1046.4.4.9.0.52.00.00.00|142000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 4.549,00

Sub-Total:R$ 218.661,93

08.001-GABINETE DA SECRETARIA

08.001.15.451.0013.1016.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalacoes	R$ 45.160,07

Sub-Total:R$ 45.160,07

12.001-GABINETE DA SECRETARIA

12.001.27.812.0033.1043.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 1.340,00

Sub-Total:R$ 1.340,00

Total Parcial Suplementado: R$ 269.000,00

Art 2 - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serao utilizados os recursos provenientes de anulacao parcial das seguintes dotacoes orcamentarias:

05.001-GABINETE DA SECRETARIA

05.001.10.301.0005.2022.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 50.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
AV LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 1245, CENTRO, 78.565-000
Telefone: (066) 3572.1950, Fax: (066) 3572.1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73
e-mail: contabilidade@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 3/2019

	Sub-Total:R$ 50.000,00
07.001-GABINETE DA SECRETARIA	
07.001.04.123.0004.2032.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 Indenizacoes e Restituicoes	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 5.000,00
08.001-GABINETE DA SECRETARIA	
08.001.15.451.0032.2146.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 Obras e Instalacoes	R$ 27.151,00
08.001.15.451.0032.2146.4.4.9.0.52.00.00.00|130000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 27.000,00
08.001.26.782.0013.2073.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 Indenizacoes e Restituicoes	R$ 5.000,00
08.001.15.451.0032.2146.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 Material de Consumo	R$ 100.000,00
08.001.15.451.0032.2146.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	R$ 50.000,00
	Sub-Total:R$ 209.151,00
10.001-GABINETE DA SECRETARIA	
10.001.23.695.0028.2103.4.4.9.0.52.00.00.00|124000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 1.849,00
10.001.23.695.0028.2103.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamento e Material Permanente	R$ 3.000,00
	Sub-Total:R$ 4.849,00
	Total Parcial Reduzido: R$ 269.000,00

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, 02 de Janeiro de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2019

MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º **012/2019, cujo OBJETO é** o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS SENDO: DE 01 (UM) CAMINHÃO PARA PERÍODO INTEGRAL, TIPO CARROCERIA PRAN-**

CHA OU TOUREIRA, TURBINADO, REDUZIDO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 120CV, TRAÇÃO 6X2, COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 15 TONELADAS, APROPRIADO PARA TRANSPORTE DE MAQUINAS PESADAS, COM MOTORISTA CEDIDO PELA CONTRATANTE; CONTRATAÇÃO DE 03 (TRÊS) CAMINHÕES TIPO CAÇAMBA, TRUCADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12M³, COM TRAÇÃO MÍNIMA 6X2, PARA PRESTAR SERVIÇOS EM PERÍODO INTEGRAL, COM MOTORISTA CEDIDO PELA CONTRATADA; LOCAÇÃO DE 01 (UM) TRATOR DE PNEU, TIPO TRAÇÃO 4X4, COM GRADE ROMA DE ARRASTO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 100CV, COM OPERADOR CEDIDO PELA CONTRATANTE. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

SAGRARAM – SE *vencedorasas empresas:*

Lote 01 *– CAMINHAO TIPO CARROCERIA PRANCHA OU TOUREIRA*

MJ ALBRING - ME

MV TRANSPORTES

CNPJ: ***32.974.344/0001-98***

R$ 134.400,00 (cento e trinta e quatro mil e quatrocentos reais), sendo em 12 parcelas mensais no valor de R$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais).

Lote 02 *– CAMINHAO TIPO CAÇAMBA*

NILSON DE OLIVEIRA - ME

EXPLANAÇÃO DE MADEIRAS BANDEIRANTES

CNPJ: ***09.632.960/0001-49***

R$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), sendo em 12 parcelas mensais no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais).

Lote 03 *– TRATOR PNEU*

NILSON DE OLIVEIRA - ME

EXPLANAÇÃO DE MADEIRAS BANDEIRANTES

CNPJ: ***09.632.960/0001-49***

R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), sendo em 12 parcelas mensais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

VALOR GLOBAL: R$ 386.400,00 (trezentos e oitenta e seis mil e quatrocentos reais), sendo pagos em 12 parcelas mensais no valor de R$ 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais).

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

DEPTO LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2019

Contratante:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES - MT

Contratada:

AAGUA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI

CNPJ: **09.237.525/0001-10**

Rua dos Curios Nº 150, Parque Ohara.

Cuiabá - MT

Objeto: **Aquisição de canos com medidas e espessuras especifica, e conexões para ampliação da rede de água tratada da Sede do Município de Nova Bandeirantes/MT.**

Valor de contratação **R$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais),** com recurso próprio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Considerando a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e a emissão de Parecer Jurídico, onde este expressa ser favorável à contratação direta, com Dispensa de licitação;

Considerando ainda, que concordamos e entendemos necessário e legal a contratação da empresa indicada para aquisição do material de laboratório, **HOMOLOGO** os termos da presente **Dispensa de Licitação nº 022/2019**, para que produza todos os efeitos legais, inclusive possibilite a celebração do contrato administrativo com a empresa **AAGUA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI,** fornecedor escolhido e justificado.

Por fim, determino a publicação desse ato de Homologação e autorizo a celebração do pertinente contrato administrativo, com a consequente publicação do seu extrato na imprensa oficial para que produza todos os efeitos previstos em lei.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Nova Bandeirantes - MT, 16 de abril de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2019

Nos termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Dispensa de Licitação Nº 022/2019 que tem como objeto **Aquisição de canos com medidas e espessuras especifica, e conexões para ampliação da rede de água tratada da Sede do Município de Nova Bandeirantes/MT.**

AAGUA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI

CNPJ: **09.237.525/0001-10**

Rua dos Curios Nº 150, Parque Ohara.

Cuiabá - MT

Valor Global **R$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais),** com recurso próprio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes - MT, 16 de abril de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 022/2019

O Prefeito de Nova Bandeirantes/MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais, considerando ser dispensável a licitação, na forma do art. 24, II da Lei 8.666/93 e artigo 2 inciso II da Lei Municipal 1004/2017, aprova a abertura de Processo de Dispensa de Licitação a ser autuado sob Nº 022/2019, que trata da **Aquisição de canos com medidas e espessuras especificas, e conexões para ampliação da rede de água tratada da Sede do Município de Nova Bandeirantes/MT.**

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unt.	Valor total
1	BARRA DE CANO DN 50X60MM C/ BOLSA PBA	UN	233	R$ 49,99	R$ 11.647,67
2	REDUÇÃO 110X60MM PBA	UN	01	R$ 21,33	R$ 21,33
3	COTOVELOS 50X60MM PBA	UN	02	R$ 65,50	R$ 131,00
		TOTAL GERAL			**R$ 11.800,00**

Nova Bandeirantes – MT, 16 de abril de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 012/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**, torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n. º **012/2019**, cujo OBJETO **é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS SENDO: DE 01 (UM) CAMINHÃO PARA PERÍODO INTEGRAL, TIPO CARROCERIA PRANCHA OU TOUREIRA, TURBINADO, REDUZIDO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 120CV, TRAÇÃO 6X2, COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 15 TONELADAS, APROPRIADO PARA TRANSPORTE DE MAQUINAS PESADAS, COM MOTORISTA CEDIDO PELA CONTRATANTE; CONTRATAÇÃO DE 03 (TRÊS) CAMINHÕES TIPO CAÇAMBA, TRUCADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12M³, COM TRAÇÃO MÍNIMA 6X2, PARA PRESTAR SERVIÇOS EM PERÍODO INTEGRAL, COM MOTORISTA CEDIDO PELA CONTRATADA; LOCAÇÃO DE 01 (UM) TRATOR DE PNEU, TIPO TRAÇÃO 4X4, COM GRADE ROMA DE ARRASTO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 100CV, COM OPERADOR CEDIDO PELA CONTRATANTE. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT.BANDEIRANTES/MT.**

SAGRARAM – SE *vencedorasas empresas:*

Sociedade/Empresária	CNPJ:	VALOR GLOBAL
MJ ALBRING - ME	***32.974.344/0001-98***	**R$ 134.400,00**
NILSON DE OLIVEIRA - ME	***09.632.960/0001-49***	**R$ 252.000,00**

Nova Bandeirantes/MT, 16 de abril de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

Ofício GP Nº 236/2019 – G.P

PARA: Empresa **M FERNANDES DA SILVA & CIA LTDA - EPP**

CNPJ sob nº. 19.006.021/0001-14

Endereço: Rua dos Igarapés nº 14, Jardim das Palmeiras - Cuiabá – MT

Assunto: Notificação 001/2019 do Contrato Nº 019/2019.

Senhores responsáveis,

O setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, vem por meio deste, **Notificar** a Empresa **M FERNANDES DA SILVA & CIA LTDA - EPP**, com sede na Rua dos Igarapés nº 14, Jardim das Palmeiras no Município de Cuiabá – MT, inscrita no CNPJ n.º 19. 006.021/0001-14, Inscrição Estadual nº 13569496-5, e-mail: construtoramfs@gmail.com, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, representada por **MARCOS FERNANDES DA SILVA,** portador do RG nº 11142596 SSP/MT, e titular do CPF nº 488.728.731-34, conforme documento que fica arquivado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, tendo como Responsável Técnico **PEDRO PAULO DA SILVA ARAUJO,** portador da carteira profissional N.º **MT037285** expedida pelo CREA **MT**, referente ao contrato Nº 019/2019 que tem como Objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UM MURO EM TELA DE ARAME, SENDO A CONSTRUIR O PERÍMETRO DE 228 METROS, PERTENCENTE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO JUNTO AO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES.**

A EMPRESA fica **NOTIFICADA** a se **apresentar** no município, **até o dia 29 de abril de 2019,** para iniciar as obras.

Informamos que se a **solicitação não for atendida**, este Departamento **não irá aceitar justificativa para a renovação do contrato que vence no dia 17 de AGOSTO 2019**, e encaminhará o referido contrato para o Departamento jurídico para que tomem as devidas providencias judiciais cabíveis.

Nova Bandeirantes, 16 de abril de 2019

_____

Renato Michael Zanella

Eng. Civil – Crea MT/022474

Departamento de Engenharia

De acordo:

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 006/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA- MT, no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA os candidatos constantes no quadro em anexo, que foram aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2018 da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, conforme Homologação pelo Decreto Municipal nº 038/2018 e resultado final, a comparecerem à Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, na Coordenadoria de Recursos Humanos, situada na Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, nº 993 - Centro, do dia **16/04/2019 ao dia 15/05/2019, no horário das 13h00min às 17h00min, portando os documentos originais e fotocópia abaixo relacionados**:

1. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Carteira de Identidade;

2. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

3. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do CPF;

4. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

5. Comprovante de endereço atualizado;

6. Certidão de nascimento Cópia autenticada;

7. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Certidão de nascimento;

8. Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

9. Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

10. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

11. 02 (Duas) fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

12. Fotocópia autenticada por Tabelião em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo-função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe, se for o caso;

13. Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

14. Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

15. Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maior se for dependente;

16. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

17. Certidão da Justiça Comum, Federal e Eleitoral (criminal, de 1º e 2º grau), da Comarca do domicílio do candidato, bem como da Comarca de Chapada dos Guimarães/MT (caso resida fora desta), bem como das Polícias Civil e Federal;

18. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

19. Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

20. Declaração que não foi demitido por justa causa e a bem do serviço público, no período de 10 (dez) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

21. Declaração de não acumulação remunerada de cargos ou cargo e cargos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

22. Conta Corrente (Banco do Brasil ou Bradesco) Cópia do cartão;

23. Laudo médico favorável, fornecido por profissional ou junta médica devidamente designada pelo Município de Nova Brasilândia/MT.

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados até a data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo concurso público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Nova Brasilândia/MT, 16 de Abril de 2019.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

ANEXO CONVOCADO

Cargo: **AGENTE DE VIGILANCIA**		
Candidato	Inscrição	Colocação
Jaqueline Gasparini de Oliveira	138	3ª

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2019 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA/MT**, no uso de suas atribuições e competências legais que lhe são conferidas pela Legislação Municipal, Lei nº 671/2017, Lei 694/2018 e Lei 748/2018, através da Comissão Especial de Processo Seletivo, instituída através da Portaria nº 101/2018 resolve:

TORNAR PÚBLICO, para conhecimento de todos os interessados a **RETIFICAÇÃO** da Relação das inscrições para o processo seletivo simplificado conforme relação de candidatos (Anexo I)*:*

3.5.2. Caso o candidato, ao consultar a Confirmação de Inscrição, constate que sua inscrição não foi deferida, deverá entrar em contato com a Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado ou pelo telefone **(66) 3385-1277,** no prazo de até **01 (um) dia**, após a divulgação da relação de candidatos inscritos.

A relação completa das inscrições estará disponível na pagina da Prefeitura Municipal em, www.novabrasilandia.mt.gov.br, no dia de publicação deste Edital.

Nova Brasilândia/MT, 16 de abril de 2019.

Comissão Processo Seletivo:

Julio Cesar Bonfim Lopes – Presidente	**Vandeilson Batista da Silva - Secretário**
Cleuma Francisca de Jesus – Membro	**Venicios de Araujo Ventura – Suplente**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 007/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA- MT, no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA os candidatos constantes no quadro em anexo, que foram aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2018 da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, conforme Homologação pelo Decreto Municipal nº 038/2018 e resultado final, a comparecerem à Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, na Coordenadoria de Recursos Humanos, situada na Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, nº 993 - Centro, do dia **16/04/2019 ao dia 15/05/2019, no horário das 13h00min às 17h00min, portando os documentos originais e fotocópia abaixo relacionados**:

1. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Carteira de Identidade;

2. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

3. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do CPF;

4. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

5. Comprovante de endereço atualizado;

6. Certidão de nascimento Cópia autenticada;

7. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Certidão de nascimento;

8. Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

9. Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

10. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

11. 02 (Duas) fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

12. Fotocópia autenticada por Tabelião em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo-função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe, se for o caso;

13. Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

14. Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

15. Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maior se for dependente;

16. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

17. Certidão da Justiça Comum, Federal e Eleitoral (criminal, de 1º e 2º grau), da Comarca do domicílio do candidato, bem como da Comarca de Chapada dos Guimarães/MT (caso resida fora desta), bem como das Polícias Civil e Federal;

18. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

19. Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

20. Declaração que não foi demitido por justa causa e a bem do serviço público, no período de 10 (dez) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

21. Declaração de não acumulação remunerada de cargos ou cargo e cargos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

22. Conta Corrente (Banco do Brasil ou Bradesco) Cópia do cartão;

23. Laudo médico favorável, fornecido por profissional ou junta médica devidamente designada pelo Município de Nova Brasilândia/MT.

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados até a data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo concurso público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Nova Brasilândia/MT, 16 de Abril de 2019.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

ANEXO CONVOCADO

Cargo: **AGENTE DE VIGILANCIA**		
Candidato	Inscrição	Colocação
Yusuf Suleiman Carneiro Khalaf	134	4º

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 180/2019, DE 15 DE ABRIL DE 2019.

Conceder Ponto Facultativo nas Repartições Públicas do Poder Executivo e suas Autarquias.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere em Lei;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **"Ponto Facultativo"** nos órgãos públicos municipais no dia 18 **(quinta-feira), em virtude do Feriado do dia 19 (sexta-feira) - Paixão de Cristo.**

Parágrafo único: O disposto neste artigoabrange todos os servidores públicos municipais, inclusive suas autarquias.

Art. 2º - Caberá aos Secretários e os encarregados de setores a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 15 de Abril de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

ANEXO - I RETIFICAÇÃO DA RELAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

ANEXO - I

RETIFICAÇÃO DA RELAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

A **COMISSÃO ORGANIZADORA** de Designação Temporária para o Processo Seletivo Simplificado de Provas, para cadastro de reserva que visa a contratação para os cargos/funções, e dos que vagarem e forem necessários ao Quadro Pessoal, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 101/2018 de 07 de março de 2018, torna público a **RETIFICAÇÃO** da Relação de Candidatos ao Edital Complementar nº 003/2019, para nele fazer constar o que segue:

MOTORISTA ESCOLAR CAT D		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
003	SILVIO JOSÉ MIGUEL DA SILVA	959.672.221-20
006	GYSMAR CHRISTIAN SOUZA CARDOSO	902.581.041-87
029	CLEBSON SOUZA LUCAS	945.564.581-53
040	ATEMILSON MANOEL DA SILVA	936.590.751-91
052	GERISNAL PEREIRA DE SOUZA	326.383.451-72
068	MARCIO JOSE MARTINS GRANADO	943.178.361-49

MOTORISTA CAT D		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
001	JOEL BERNARDES DE CARVALHO	846.981.281-53
011	ALISSON RODRIGO OLIVEIRA DOS SANTOS	040.378.541-39
017	SILVONEY DE SOUZA PEREIRA	832.676.381-00

024	EDSON RIBEIRO DE OLIVEIRA JUNIOR	038.373.681-14
025	CRISTIANO BADER	076.314.179-89
026	ALEXSANDRO DE ARAUJO VENTURA	053.842.801-58
049	VALDECI DE OLIVEIRA	948.459.561-87
050	MILTON DA COSTA OLIVEIRA	026.554.261-85
051	WALYSTEN PAIXÃO PEREIRA ALVES	037.152.811-97
054	DENNYS KENDY ARAUJO NAKANO	037.247.661-90
062	SILVIO JUVENAL DA SILVA	376.344.371-15

OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
020	RONALDO SILVA DE ARAÚJO	031.198.341-30

TÉCNICO EM ENFERMAGEM		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
021	DINAIR SANTANA DOS SANTOS	015.187.111-62
042	LUZANIRA SILVEIRA DA SILVA	785.849.811-87
047	EDNALVA GONÇALVES MATOS	014.935.241-78
048	KALITA PEREIRA RODRIGUES	045.972.251-45

TÉCNICO HIGIENE DENTARIO		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
016	URSULA MARA BERNARDES MALDONADO	349.612.288-93

AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
032	ALESSANDRA JOSÉ ROCHA	045.418.061-69
035	REGIANE CRUZ DA SILVA LIMA	041.767.971-85
067	LIDIANE CRISTINA DE OLIVEIRA	863.176.361-68

TECNICO DE NIVEL MÉDIO – CRAS		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
004	THAISA MORGANA VIEIRA LOPES	049.184.971-01
005	NICOMEDES RODRIGUES DA COSTA	432.771.951-04
007	KAMILA ALMEIDA DA COSTA	056.819.151-07
009	DANILLA LUANA COSTA FRERES	009.458.871-67
010	GISLAINE SE SOUZA CARDOSO	936.691.781-04
012	SAMIR PEREIRA KHALAF	009.070.481-96
014	MILANGELA RODRIGUES KHALAF	024.020.291-02
018	JOSE LUIZ DE SOUZA	459.755.901-91
019	ALESSANDRA CAROLLYNE VENTURIN	023.257.401-45
027	KESYA FERREIRA BRAGA	050.992.431-00
028	ELIENE COSTA DOS SANTOS	051.334.881-65
031	MARIA SANTISSIMA MARTINS DE SOUZA	032.182.201-30
033	IVY LORENNY PINHEIRO DOS SANTOS	046.751.761-43
034	SANDRA NUNES DOS SANTOS	001.124.681-28
036	JOSIANE DIAS DE OLIVEIRA	059.457.151-07
038	JEANNE CAROLINE DE CAMPOS	022.362.001-70
041	REGINA PEREIRA BEZERRA	029.062.661-75
043	NAYRA APARECIDA COSTA KHALAF SILVA	031.459.321-79
044	LONISE RAPHAELA NUNES DE SIQUEIRA LYRA	014.315.661-60
056	EDUARDO RAFAEL BOAVENTURA DE OLIVEIRA	044.542.091-03
061	VILMA SANTOS OLIVEIRA	738.047.271-72
063	RAFAEL ALVES VILELLA	019.718.381-60
064	SANDRA MARIA CARDOSO	020.734.191-51
065	MILENA GOMES LEANDRO	059.839.991-76
066	ANDREIA MENDES DE CARVALHO	016.274.231-25

ODONTOLOGO		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
002	JAMARA FRANCIELLY GONÇALVES SILVA LIMA	051.133.621-74
058	ELIZANGELA SANTUCHES IAHN	898.849.811-91

FARMACEUTICO		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
045	MAROELE DA SILVA SOUZA	036.012.031-89
060	PATRICIA SOEHN DA COSTA	035.901.951-00

PSICOLOGO NASF		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
022	CHRISTIAN BRAGA DE QUEIROZ	044.119.971-26
053	OSANEA DA SILVA ARAUJO MARQUES	761.819.281-20

NUTRICIONISTA		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
008	ANA KAROLINE LOPES DA SILVA	703.301.361-27
037	RACKELLY NAIANA SANTOS DE PAIVA	050.193.571-11
046	LINDALVA NUNES DE FREITAS	045.449.911-61
057	INGRID PAMELA DE FIGUEIREDO PAELO	049.306.281-56

FISIOTERAPEUTA		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
013	RAQUEL CRUZ DA SILVA	019.641.851-81
015	NIVEA VALERIA CASTILHO DA SILVA	698.906.921-04
055	JESSICA GABRIELLE DE OLIVEIRA ALEXANDRE	056.995.151-86
039	SILVANA DE SOUZA RODRIGUES	047.090.151-98

TÉCNICO DE NIVEL SUPERIOR – ASSISTENTE SOCIAL (CRAS)		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
023	KEILA CRISTINA BONFIM LOPES	823.962.131-72
030	CLAUDIANA NIEDACK DE MOURA	905.163.541-91
059	LUCIA NUNES DE FREITAS	019.600.171-44

Nova Brasilândia/MT, 16 de abril de 2019.

Comissão Processo Seletivo:

Julio Cesar Bonfim Lopes – Presidente	**Vandeilson Batista da Silva - Secretário**
Cleuma Francisca de Jesus – Membro	**Venicios de Araujo Ventura – Suplente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO E CONVOCAÇÃO

RELATÓRIO

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de 2019, reuniram-se na sala de Licitação a Pregoeira e sua equipe para análise e decisão de recurso administrativo, apresentados pelas empresas: **ADALTO CARDOSO ME e LABORATÓRIO DE PRÓTESES ADELAR LTDA – ME,** com base no Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município de Nova Guarita, esta comissão DECIDE em manter a Inabilitação da empresa **ADALTO CARDOSO ME**.

CONVOCAÇÃO

Considerando a inabilitação da empresa classificada em 1º lugar, e com base no item 9.1.12 do edital a administração resolve CONVOCAR as empresas **ALMIR DUARTE - ME e LABORATÓRIO DE PRÓTESES ADELAR LTDA – ME,** para comparecerem no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT, através de seu representante credenciado, para em sessão pública, agendada para o dia 18/04/2019 as 9:00 horas, visando a abertura do envelope de documentação da empresa remanescente sendo ela: **ALMIR DUARTE – ME.**

Nova Guarita 16 de Abril de 2019.

Yana Maria Marcon

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
REQUERIMENTO LP E LI JUNTO A SEMA

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, CNPJ nº**01.614.519/0001-22,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente a Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Aguas Pluviais na Avenida Antonio Carlos do Amaral localizada no perímetro urbano do município de Nova Lacerda/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 100/2019 DATA: 16 DE ABRIL DE 2019
EMENTA: REVOGA A PORTARIA Nº 096/2019, E DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONCURSADO PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER

PORTARIA MUNICIPAL Nº 100/2019

DATA: 16 de abril de 2019

EMENTA: REVOGA A PORTARIA Nº 096/2019, E DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONCURSADO PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA,

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Revogar a portaria nº 096/2019 , nomear e empossar a partir do dia 07 de março de 2019, os candidatos aprovados em **Concurso Público Edição 001/2018**, realizado para esta municipalidade, constante dos respectivos Termos de Posse individuais e da relações abaixo discriminadas, para ocupar o respectivo cargo de provimento efetivo, do quadro de pessoal do Poder Executivo deste município de Nova Marilândia-MT, para o qual foi aprovado e convocado, apresentado a documentação exigida em lei, regulamento ou edital, e que esteja físico e mentalmente apto para imediato exercício do cargo.

NOME	CARGO	CPF/MF
AMANDA DA COSTA XAVIER MIGNONI	TECNICO EM ENFERMAGEM	040.086.431-25
PAULO JOSÉ DOS REIS	MOTORISTA" D " SAÚDE	005.732.101-95
RAFAEL FERNANDES DEMARCHI	ENFERMEIRO-40H	038.275.821-80

Art. 2º - O nomeado de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhes confere o cargo, em razão de lei, vinculado e subordinado à Secretaria Municipal para o qual for designado.

Parágrafo único – O nomeado para o exercício de cargo público, de provimento efetivo, será rigorosa e permanentemente avaliado por uma Comissão constituída e nomeada com atribuições e responsabilidades próprias, conferidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º - As atribuições do cargo são previstas em lei e restritas a ela, e, o nomeado por esta Portaria será remunerado na forma e no âmbito da respectiva função exercida.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 07 de março de 2019, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE - 16-04-2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA – MT

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 015/2019

EMENTA: Fica decretado ponto facultativo no município de Nova Marilândia o dia 18 de abril (quinta feira) do ano de 2019 (dois mil e dezenove) data que antecede o feriado nacional 19 (dezenove) de abril "Sexta Feira da Paixão" e dá outras providências.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito público, a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a Semana Santa é uma tradição religiosa católica que celebra a Paixão, a Morte e a Ressurreição de Jesus Cristo.

CONSIDERANDO que a Sexta-Feira Santa é Feriado Nacional Religioso, quando se celebra a Paixão e Morte de Jesus Cristo

D E C R E T A:

Art. 1°. Fica decretado ponto facultativo no Município de Nova Marilândia, o dia 18 de abril (quinta feira) do ano de 2019 (dois mil e dezenove), exceto aos serviços essenciais, que estarão atendendo na forma de plantões, com escala a ser estabelecido por ato dos Secretários das respectivas Secretarias;

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, AOS 16 (DEZESSEIS) DIAS DE ABRIL DE 2019 (DOIS MIL E DEZENOVE).

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Registrado e publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 019/2019 RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 019/2019 RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Nova Marilândia-MT, Sr. Manoel Fernandes da Silva Neto, tendo em vista a justificativa apresentada pela Procuradoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, fulcrada no inciso II, art. 24 da Lei 8.666/93, c/c Lei Municipal nº 703/2014, com a empresa: R. DA SILVA CHAVE-ME, com o valor de R$ 3.364,38 (três mil, trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e oito centavos), para aquisição de Materiais de Limpeza e Gêneros Alimentícios para a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Nova Marilândia-MT, para os meses de Abril, Maio e Junho de 2019, resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Nova Marilândia - MT, 16 de Abril de 2019.

Manoel Fernandes da Silva Neto

Presidente da Câmara Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO Nº 005/2019 SRP 006/2019

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS EM VEÍCULOS LEVES E PESADOS, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

Data da realização: 16/04/2019

Licitante Vencedor: **GENALDO ALVES MACENA**, inscrita no **CNPJ: 29.515.131/0001-93,** no **item 01 com valor total de R$ 42.000,00 (QUARENTA E DOIS MIL REAIS).**

NOVA MARILANDIA / MT, 16 DE ABRIL DE 2019.

SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS

PREGOEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 099/2019 DATA: 16 DE ABRIL DE 2019
EMENTA: REVOGA A PORTARIA 093/2019, E DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONCURSADO PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXE

EMENTA: REVOGA A PORTARIA 093/2019, E DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONCURSADO PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA,

R E S O L V E N D O

Art. 1º -Revogar a portaria nº 093/2019, e nomear e empossar a partir do dia 07 de fevereiro de 2019, os candidatos aprovados em **Concurso Público Edição 001/2018**, realizado para esta municipalidade, constante dos respectivos Termos de Posse individuais e da relações abaixo discriminadas, para ocupar o respectivo cargo de provimento efetivo, do quadro de pessoal do Poder Executivo deste município de Nova Marilândia-MT, para o qual foi aprovado e convocado, apresentado a documentação exigida em lei, regulamento ou edital, e que esteja físico e mentalmente apto para imediato exercício do cargo.

NOME	CARGO	CPF/MF
AILTON PEREIRA BATISTA	MOTORISTA CAT-“ D”	631.203.801-72
ALLAN APARECIDO SOUZA SANTANA	OPERADOR DE RETROES-CAVADEIRA	050.388.351-47
ANA CÁSSIA DA SILVA SOUZA	PROF-LETRAS PORTUGUES	045.630.911-03
CAROLINE MENDES DE SOUZA	NUTRICIONISTA- 30H	037.502.881-19
CELSO POSSOBOM MAFFA	ODONTOLOGO	818.990.689.53
CINTIA TOMAZINE BASILIO	PSICOLOGO	797.648.351-04
ELAINE MARIA SOUZA SANTOS VIANA BARBOSA	PROFESSOR PEDAGOGIA 30H	503.590.961-15
HUCLEMYKA GOMES TOSCANO	PROFESSOR MATEMATICA-30H	035.257.744-43
IDELZANE RODRIGUES SANTOS	TECNICO EM ENFERMAGEM-40H	014.147.101-86
ITALA GABRIELLE ALENCAR	FISIOTERAPEUTA-30H	050.850.671-93
JOEMERSON GONÇALVES DE MOURA	OPERADOR DE MAQUINA-II TRATOR PNEU	981.762.001-82
KATIUSCIA DE SOUZA OLIVEIRA	TECNICO EM ENFERMAGEM-40H	024.117.161-09
LUCIMAR FORTUNATO DA FONSECA SOUZA	PROFESSOR PEDAGOGIA-30H	801.950.321-87
MAYARA NOGUEIRA SILVA	BIOMÉDICO-40H	015.153.151-00
RAFAELLA ARCELINA CAMPOS DA SILVA	TECNICO EM ENFERMAGEM-40H	850.902.551-72
ROSIMEIRE DIAS DA SILVA	PROFESSOR PEDAGOGIA-30H	997.887.991-91
SILVANIA MENDES DOS SANTOS	TECNICO EM ENFERMAGEM-40H	017.806.811-00
VOLMAR SANTIN	MOTORISTA “ D”	740.779.619-04

Art. 2º - O nomeado de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhes confere o cargo, em razão de lei, vinculado e subordinado à Secretaria Municipal para o qual for designado.

Parágrafo único – O nomeado para o exercício de cargo público, de provimento efetivo, será rigorosa e permanentemente avaliado por uma Comissão constituída e nomeada com atribuições e responsabilidades próprias, conferidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º - As atribuições do cargo são previstas em lei e restritas a ela, e, o nomeado por esta Portaria será remunerado na forma e no âmbito da respectiva função exercida.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 07 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE - 16-04-2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA – MT

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto Nº 007/2019, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 14/2019, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **06/05/2019 às 08:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, Nº. 51, Centro, Nova Monte Verde/MT, cujo objeto é o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOVA MONTE VERDE/MT, EM UM PERÍODO DE 12 MESES.***

Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal Nº. 14/2010, Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Publicações - Editais - 2019 - Geral**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 16 de Abril de 2019.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro Oficial do Município

Decreto 007/2019

Publique-se.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 082/2019

PORTARIA N.º 082/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 025/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 025/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 970/2018, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e SILVANA APARECIDA DA CRUZ ARAUJO** para a prestação de serviço como Professor de Pedagogia com vigência prevista de 10 (dez) meses e 7 (sete) dias, a partir da data de 12 de fevereiro 2019.

Art. 2º - Nomear a servidora **VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ**, Matrícula nº 136, CPF nº023. 283.979-48 RG nº16196694 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ANDREIA ALVES DA SILVA COELHO**, matrícula nº 2204, CPF nº 990.562.081-87, RG nº 1442220-4 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 081/2019

PORTARIA N.º 081/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o

Contrato nº 024/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 024/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 936/2017, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e KLEBER GONÇALVES CRUZ** para a prestação de serviço como Operador de Motoniveladora com vigência prevista de 12 (doze) meses, a partir da data de 12 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Nomear o servidor **ADRIANO MANOEL FERREIRA**, Matrícula nº 1377, CPF nº 834.597.741.34, RG nº 1178626-4 SSP/PR, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear o servidor **LIZANDRO LEHRBACH DLUGOKENSKI,** matrícula nº 3125, CPF nº 023.128.491-86, RG nº 1889860-2 SSP/MT, Operador de Motoniveladora, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 080/2019

PORTARIA N.º 080/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 023/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 023/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 970/2018, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e MARTA CAMARGO** para a prestação de serviço como Auxiliar de Sala com vigência prevista de 02 (dois) meses, a partir da data de 12 de fevereiro 2019.

Art. 2º - Nomear a servidora **VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ**, Matrícula nº 136, CPF nº023. 283.979-48 RG nº16196694 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ANDREIA ALVES DA SILVA COELHO**, matrícula nº 2204, CPF nº 990.562.081-87, RG nº 1442220-4 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 079/2019

PORTARIA N.º 079/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 022/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 022/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 970/2018, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e JOSE LUIZ SOUZA FILHO** para a prestação de serviço como Motorista com vigência prevista de 02 (dois) meses, a partir da data de 12 de fevereiro 2019.

Art. 2º - Nomear a servidora **VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ**, Matrícula nº 136, CPF nº023. 283.979-48 RG nº16196694 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ANDREIA ALVES DA SILVA COELHO**, matrícula nº 2204, CPF nº 990.562.081-87, RG nº 1442220-4 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 078/2019

PORTARIA N.º 078/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o

Contrato nº 021/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidora para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 021/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 936/2017, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e SIRLEI DE OLIVEIRA DE AFRIAS SPLETOZER** para a prestação de Fiscal de vigilância Sanitária prevista de 12 (doze) meses, a partir da data de 12 de fevereiro de 2019

Art. 2º - Nomear a servidora **CLAUDETE CATARINA POLACHINI**, Matrícula nº 3151, CPF nº 366.119.481-04, RG nº 318192 SSP/MS, Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ELEXANDRA SZCZERBA**, matrícula nº 3101, CPF nº 039.315.781- 43, RG nº 2111527-3 SSP/MT, Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 077/2018

PORTARIA N.º 077/2018

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o

Contrato nº 020/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidora para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 020/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 936/2017, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e LUIZ CARLOS SANTOS** para a prestação de serviço como Motorista de Ambulância com vigência prevista de 12 (doze) meses, a partir da data de 11 de fevereiro de 2019

Art. 2º - Nomear a servidora **CLAUDETE CATARINA POLACHINI**, Matrícula nº 3151, CPF nº 366.119.481-04, RG nº 318192 SSP/MS, Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ELEXANDRA SZCZERBA**, matrícula nº 3101, CPF nº 039.315.781- 43, RG nº 2111527-3 SSP/MT, Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 076/2019

PORTARIA N.º 076/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 019/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 019/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 970/2018, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e JULIA DE OLIVEIRA LASANA** para a prestação de serviço como Auxiliar de Sala com vigência prevista de 02 (dois) meses, a partir da data de 11 de fevereiro 2019.

Art. 2º - Nomear a servidora **VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ**, Matrícula nº 136, CPF nº023. 283.979-48 RG nº16196694 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ANDREIA ALVES DA SILVA COELHO**, matrícula nº 2204, CPF nº 990.562.081-87, RG nº 1442220-4 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 075/2019

PORTARIA N.º 075/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 018/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 018/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 970/2018, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e VALDOMIRO DA SILVA** para a prestação de serviço como Motoista com vigência prevista de 02 (dois) meses, a partir da data de 11 de fevereiro 2019.

Art. 2º - Nomear a servidora **VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ**, Matrícula nº 136, CPF nº023. 283.979-48 RG nº16196694 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ANDREIA ALVES DA SILVA COELHO**, matrícula nº 2204, CPF nº 990.562.081-87, RG nº 1442220-4 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 074/2019

PORTARIA N.º 074/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 017/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 017/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 970/2018, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e APARECIDO MARQUES DA COSTA JUNIOR** para a prestação de serviço como Professor de Pedagogia com vigência prevista de 10 (dez) meses e 8 (oito) dias, a partir da data de 11 de fevereiro 2019.

Art. 2º - Nomear a servidora **VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ**, Matrícula nº 136, CPF nº023. 283.979-48 RG nº16196694 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ANDREIA ALVES DA SILVA COELHO**, matrícula nº 2204, CPF nº 990.562.081-87, RG nº 1442220-4 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 073/2019

PORTARIA N.º 073/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 016/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 016/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 970/2018, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e ANGELICA MARIA DA COSTA MIRANDA FERREIRA** para a prestação de serviço como Auxiliar de Sala com vigência prevista de 02 (dois) meses, a partir da data de 11 de fevereiro 2019.

Art. 2º - Nomear a servidora **VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ**, Matrícula nº 136, CPF nº023. 283.979-48 RG nº16196694 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ANDREIA ALVES DA SILVA COELHO**, matrícula nº 2204, CPF nº 990.562.081-87, RG nº 1442220-4 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 072/2019

PORTARIA N.º 072/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 015/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 015/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 970/2018, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e CAMILA BORGES ARAGÃO** para a prestação de serviço como Auxiliar de Sala com vigência prevista de 02 (dois) meses, a partir da data de 11 de fevereiro 2019.

Art. 2º - Nomear a servidora **VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ**, Matrícula nº 136, CPF nº023. 283.979-48 RG nº16196694 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ANDREIA ALVES DA SILVA COELHO**, matrícula nº 2204, CPF nº 990.562.081-87, RG nº 1442220-4 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 071/2019

PORTARIA N.º 071/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 014/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 014/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 970/2018, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e GRIDIELLE FACCO PAULINO** para a prestação de serviço como Auxiliar de Banho/Corredor com vigência prevista de 02 (dois) meses, a partir da data de 11 de fevereiro 2019.

Art. 2º - Nomear a servidora **VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ**, Matrícula nº 136, CPF nº023. 283.979-48 RG nº16196694 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ANDREIA ALVES DA SILVA COELHO**, matrícula nº 2204, CPF nº 990.562.081-87, RG nº 1442220-4 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 070/2019

PORTARIA N.º 070/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 013/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 013/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 970/2018, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e NILMARA MORAES RIBEIRO** para a prestação de serviço como Auxiliar de Banho/Corredor com vigência prevista de 02 (dois) meses, a partir da data de 11 de fevereiro 2019.

Art. 2º - Nomear a servidora **VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ**, Matrícula nº 136, CPF nº023. 283.979-48 RG nº16196694 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ANDREIA ALVES DA SILVA COELHO**, matrícula nº 2204, CPF nº 990.562.081-87, RG nº 1442220-4

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 069/2019

PORTARIA N.º 069/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 012/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 012/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 970/2018, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e MARIA CASSIANA DOS SANTOS** para a prestação de serviço como Instrutor de Fanfarra com vigência prevista de 02 (dois) meses, a partir da data de 11 de fevereiro 2019.

Art. 2º - Nomear a servidora **VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ**, Matrícula nº 136, CPF nº023. 283.979-48 RG nº16196694 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ANDREIA ALVES DA SILVA COELHO**, matrícula nº 2204, CPF nº 990.562.081-87, RG nº 1442220-4 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 068/2019

PORTARIA N.º 068/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 011/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 011/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 970/2018, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e CONCEIÇÃO APARECIDA DOS SANTOS SANTANA** para a prestação de serviço de Professor de Letras com vigência prevista de 10 (dez) meses e 08 (oito) dias, a partir da data de 11 de fevereiro 2019.

Art. 2º - Nomear a servidora **VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ**, Matrícula nº 136, CPF nº023. 283.979-48 RG nº16196694 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ANDREIA ALVES DA SILVA COELHO**, matrícula nº 2204, CPF nº 990.562.081-87, RG nº 1442220-4 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 067/2019

PORTARIA N.º 067/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 010/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 010/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 970/2018, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e EDNA SZCZERBA** para a prestação de serviço de Professor de Pedagogia com vigência prevista de 10 (dez) meses e 08 (oito) dias, a partir da data de 11 de fevereiro 2019.

Art. 2º - Nomear a servidora **VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ**, Matrícula nº 136, CPF nº023. 283.979-48 RG nº16196694 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ANDREIA ALVES DA SILVA COELHO**, matrícula nº 2204, CPF nº 990.562.081-87, RG nº 1442220-4 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 065/2019

PORTARIA N.º 065/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 008/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 008/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 970/2018, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e MARIA DE FATIMA PATO** para a prestação de serviço de Professor de Pedagogia com vigência prevista de 10 (dez) meses e 08 (oito) dias, a partir da data de 11 de fevereiro 2019.

Art. 2º - Nomear a servidora **VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ**, Matrícula nº 136, CPF nº023. 283.979-48 RG nº16196694 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ANDREIA ALVES DA SILVA COELHO**, matrícula nº 2204, CPF nº 990.562.081-87, RG nº 1442220-4 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 064/2019

PORTARIA N.º 064/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 007/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 007/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 970/2018, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e LOURDES KLOSINSKI DE OLIVEIRA** para a prestação de serviço de Professor de Pedagogia com vigência prevista de 10 (dez) meses e 08 (oito) dias, a partir da data de 11 de fevereiro 2019.

Art. 2º - Nomear a servidora **VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ**, Matrícula nº 136, CPF nº023. 283.979-48 RG nº16196694 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ANDREIA ALVES DA SILVA COELHO**, matrícula nº 2204, CPF nº 990.562.081-87, RG nº 1442220-4 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 063/2019

PORTARIA N.º 063/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 006/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 001/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 970/2018, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e KELLY TIEME HASHIMOTO DE SOUZA** para a prestação de serviço de Professor de Pedagogia com vigência prevista de 10 (dez) meses e 08 (oito) dias, a partir da data de 11 de fevereiro 2019.

Art. 2º - Nomear a servidora **VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ**, Matrícula nº 136, CPF nº023. 283.979-48 RG nº16196694 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ANDREIA ALVES DA SILVA COELHO**, matrícula nº 2204, CPF nº 990.562.081-87, RG nº 1442220-4 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 062/2019

PORTARIA N.º 062/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 005/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 005/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 970/2018, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e PATRICIA BLEY** para a prestação de serviço de Professor de Pedagogia com vigência prevista de 10 (dez) meses e 08 (oito) dias, a partir da data de 11 de fevereiro 2019.

Art. 2º - Nomear a servidora **VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ**, Matrícula nº 136, CPF nº023. 283.979-48 RG nº16196694 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ANDREIA ALVES DA SILVA COELHO**, matrícula nº 2204, CPF nº 990.562.081-87, RG nº 1442220-4 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 061/2019

PORTARIA N.º 061/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 004/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 004/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 970/2018, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e MARIA JOSE MARTINS** para a prestação de serviço de Professor de Matemática com vigência prevista de 10 (dez) meses e 08 (oito) dias, a partir da data de 11 de fevereiro 2019.

Art. 2º - Nomear a servidora **VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ**, Matrícula nº 136, CPF nº023. 283.979-48 RG nº16196694 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ANDREIA ALVES DA SILVA COELHO**, matrícula nº 2204, CPF nº 990.562.081-87, RG nº 1442220-4 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 060/2019

PORTARIA N.º 060/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o

Contrato nº 003/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 003/2018 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 936/2017, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e MANOEL LOPES** para a prestação de serviço como Operador de Pá Carregadeira com vigência prevista de 12 (doze) meses, a partir da data de 08 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Nomear o servidor **ADRIANO MANOEL FERREIRA**, Matrícula nº 1377, CPF nº 834.597.741.34, RG nº 1178626-4 SSP/PR, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear o servidor **LIZANDRO LEHRBACH DLUGOKENSKI,** matrícula nº 3125, CPF nº 023.128.491-86, RG nº 1889860-2 SSP/MT, Operador de Motoniveladora, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 059/2019

PORTARIA N.º 059/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o

Contrato nº 002/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 002/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 936/2017, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e ALEXANDRE SOUSA DA SILVA** para a prestação de serviço como Motorista com vigência prevista de 12 (doze) meses, a partir da data de 08 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Nomear o servidor **ADRIANO MANOEL FERREIRA**, Matrícula nº 1377, CPF nº 834.597.741.34, RG nº 1178626-4 SSP/PR, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear o servidor **LIZANDRO LEHRBACH DLUGOKENSKI,** matrícula nº 3125, CPF nº 023.128.491-86, RG nº 1889860-2 SSP/MT, Operador de Motoniveladora, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 058/2019

PORTARIA N.º 058/2019

09 de Abril de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 001/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 001/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 970/2018, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e GILVANE CAMPOS DOS SANTOS** para a prestação de serviço de Professor de Pedagogia com vigência prevista de 10 (dez) meses e 08 (oito) dias, a partir da data de 11 de fevereiro 2019.

Art. 2º - Nomear a servidora **VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ**, Matrícula nº 136, CPF nº023. 283.979-48 RG nº16196694 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ANDREIA ALVES DA SILVA COELHO**, matrícula nº 2204, CPF nº 990.562.081-87, RG nº 1442220-4 SSP/MT, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Abril de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 112/2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para a Ata de Registro de Preço nº 08/2019 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos da ata de registro de preço nº08/2019/DPTO/ADM/COMPRAS, referente a secretaria em que foi indicado, celebrado entre o MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE e a Empresa STAR PRIME LTDA.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2019/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1125/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS PARA OFICINA, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E DE EDUCAÇÃO, CONFORME SOLICITAÇÕES EM ANEXO, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES, conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 06/2019.

VIGENCIA: 15 DE ABRIL DE 2019 Á 15 DE ABRIL 2020

VALOR: R$ 54.363,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL TREZENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS)

FISCAL TITULAR E SUBSTITUTO RESPONSAVEL PELA SECRETARIA DE OBRAS.

FISCAL TITULAR: LIZANDRO LEHRBACH DLUGOKENSKI

RG Nº: 1889860-2 SSP/MT

CPF Nº: 023.128.491-86

CARGO: OPERADOR DE MOTONIVELADORA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS

MATRICULA: 3125

FISCAL SUBSTITUTO: MARCOS FERREIRA DA SILVA

RG Nº: 781549 SSP/MT

CPF Nº: 814.534.501-49

CARGO: MOTORISTA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS

MATRICULA: 3161

FISCAL TITULAR E SUBSTITUTO RESPONSAVEL PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

FISCAL TITULAR: JUVENAL DA SILVA

RG Nº: 894446 SSP/MT

CPF Nº: 823.367.841-49

CARGO: MOTORISTA DA EDUCAÇÃO

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 3187

FISCAL SUBSTITUTO: ALCIDES LEITE DE OLIVEIRA

RG Nº: 4439754-4 SSP/PR

CPF Nº: 565.538.979-72

CARGO: MOTORISTA DA EDUCAÇÃO

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 1380

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 16 de Abril de 2019.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 020/2019.

Data: 16/04/2019.

SÚMULA: Ponto Facultativo no dia 18 de Abril de 2019.

ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Nova Monte Verde – MT., no uso de suas atribuições legais, conforme o que prescreve o Artigo 238º do Regimento Interno deste Poder Legislativo:

Artigo 1º - Que a Câmara Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, estará com Ponto Facultativo dia 18 de Abril de 2019, considerando as comemorações da Semana Santa e Páscoa.

Artigo 2º - Em caso de eventual necessidade de serviços, os Servidores convocados não farão jus ao pagamento de horas extraordinárias, pois o período não significa férias ou feriado.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação e revoga às disposições em contrário

NOVA MONTE VERDE-MT., 16 DE ABRIL DE 2019.

ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS

Vereador Presidente

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2019

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2019

PROCESSO Nº. 1669/2019

OBJETO: *REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO, CONFORME SOLICITAÇÃO, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.*

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 007/2019 de 21 de Janeiro de 2019, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 11/2019, Processo Administrativo 1669/2019, o mesmo foi declarado **DESERTO**, já que não houve participantes interessados ao certame no dia 16 de Abril de 2019, ás 08:00 horas, conforme registro na ata da sessão do mesmo dia.

Nova Monte Verde-MT, 16 de Abril de 2019.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro

Decreto 007/2019

Publique-se.

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 019/2019

Ementa: Designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Celebrado com a Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1 º - Designar a servidora Aparecida Picon Fornazieri, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante no Contrato Nº 001/2019 e seus respectivos Termos Aditivos, Firmado com a Empresa Supernet Comercio e Serviços de Informática Ltda - ME CNPJ 19.175.586/0001-53, no qual a Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT é a Contratante, e que, será substituída em suas ausências e em seus impedimentos, pela Servidora Agna Urdiale dos Santos.

Art. 2 º - Determinar que a fiscal ora designada, ou na ausência desta, o fiscal substituto, deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submetendo aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos produtos entregues pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento para pagamento.

Art. 3 º - Dê-se ciência aos servidores designados e publique-se.

Nova Monte Verde-MT, 15 de abril de 2.019

ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 111/2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 22/2019 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do contrato nº 22/2019/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE e JOSE IVAN LIRA.

CONTRATO Nº 22/2019/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2055/2019

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MINISTRAR AULAS NA OFICINA DE VIOLÃO JUNTO AO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, PROGRAMA BRINCANDO SE APRENDE, QUE ATENDE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA.

DATA DA ASSINATURA: 15 DE ABRIL DE 2019

VIGENCIA: 15 DE ABRIL DE 2019 Á 15 DE JULHO DE 2019

VALOR: R$ 4.536,00 (Quatro mil quinhentos e trinta e seis reais)

FISCAL TITULAR: MIRIAN BARBOSA DE CAMARGO MACIEL

RG Nº: 1467010-0 SSP/MT

CPF Nº: 004.612.151-01

CARGO: DIRETORA DE DEPARTAMENTO

LOTAÇÃO: SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA

MATRICULA: 1663

FISCAL SUBSTITUTO: MARTA BATISTA DE JESUS

RG Nº: 18989624 SSP/MT

CPF Nº: 021.298.481-09

CARGO: SECRETÁRIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS LIGADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL

LOTAÇÃO: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA.

MATRICULA: 3160

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 15 de Abril de 2019.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

CAMARA
PORTARIA Nº 018.2019

PORTARIA Nº 18/2019

"Designar servidor para atuar como fiscal de contratos da Câmara Municipal de Nova Nazaré – MT".

***MARCIO TULIO RIBEIRO GONÇALVES*, Presidente da Câmara Municipal de Nova Nazaré/MT Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara.**

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **ROSEMAR DE OLIVEIRA SIQUEIRA**, brasileiro, casado, portador do RG **nº. 1449328 – 4 SSP – MT** e CPF **nº. 693.013.011 – 72, como Fiscal dos Contratos**da Câmara Municipal de Nova Nazaré/MT.

Art. 2º - Compete o servidor designado no art. 1º cumprir as determinações regidas pela Lei nº 8.666/93 Art. 67 e § 1º e § 2º.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 1º de janeiro de 2019.

Art. 4º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Sala da Presidência, ao 16 dia do mês de abril de 2019.

Marcio Tulio Ribeiro Gonçalves

Presidente

CAMARA
DECRETO Nº 26.2019 - PONTO FACULTATIVO

DECRETO Nº 26 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

SÚMULA: "Dispõe sobre ponto facultativo".

MARCIO TULIO RIBEIRO GONÇALVES, Presidente da Câmara Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais e,

Considerando o feriado do dia 19 de Abril, onde é comemorado Sexta – Feira Santa.

DECRETA:

Art 1º - Ponto Facultativo nas repartições do Poder Legislativo no dia 18 de Abril de 2019.

Art 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Nova Nazaré, em 16 de Abril de 2019.

MARCIO TULIO RIBEIRO GONÇALVES

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

CAMARA
PORTARIA Nº 019.2019

PORTARIA Nº 19/2019

"Nomear Servidor responsável pelo Aplic na Câmara Municipal de Nova Nazaré – MT".

***MARCIO TULIO RIBEIRO GONÇALVES*, Presidente da Câmara Municipal de Nova Nazaré/MT Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara.**

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **ROSEMAR DE OLIVEIRA SIQUEIRA**, brasileiro, casado, portador do RG **nº. 1449328 – 4 SSP – MT** e CPF **nº. 693.013.011 – 72, como Responsável pelo Aplic**da Câmara Municipal de Nova Nazaré/MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 1º de janeiro de 2019.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Sala da Presidência, ao 16 dia do mês de abril de 2019.

Marcio Tulio Ribeiro Gonçalves

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADESÃO 002/2019/PMNO PROCESSO DE ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2019/PMNO

PROCESSO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2019/PMNO, REFERENTE AO Pregão nº 33/2018 Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT

.

OBJETO: SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E AUDITORIA TRIBUTÁRIA, COM VISTAS A TORNAR MAIS EFICIENTE A ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E, CONSEQUENTEMENTE, AUMENTAR A ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS, COM ÊNFASE EM IMPOSTOS SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL – ITR,

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 03.238.920/0001-30 localizado Av. Mato Grosso nº 175- Centro, neste ato representado pelo atual Prefeito Sr. JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364 – 87.

CONTRATADA: A Empresa ERÊNDIRAH MÁXIMA DE BALBINO E TRINDADE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, pessoa jurídica de direito privado inscrita sob o CNPJ: 30.936.635/0001-66, localizada na rua professor Pedro gardes n 274 bairro jardim aclimação CEP 78.050-269 cidade de Cuiabá/MT representada pela Sra. Erêndirah Máxima De Balbino E Trindade, brasileira, solteira, advogada regularmente inscrita na OAB/MT nº 22046-O Portadora do RG: 15158399- SSP/MG e CPF: 099.709.996-80 residente domiciliada rua professor Pedro Gardes n 274 bairro jardim aclimação CEP 78.050-269 cidade de Cuiabá/MT

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04.040.0.2.04.123.0006.2034.3.3.90.39.00.00.0100000000

NOVA OLÍMPIA-MT, 16 de abril de 2019

Karem Maria Barbosa Soares

Presidente da CPL

Port.057/2019

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº15/2019/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 58/2019/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 15/2019/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto **REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA DO MUNICIPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT** .A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **03 de junho de 2019**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 08h00min as 11h00min e das 14:00 as 17:00 hrs, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT,16 de ABRIL de 2019.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 058/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº. 020 DE 15 DE ABRIL DE 2019. "DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA PAGAMENTO DO I.P.T.U (IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO) REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PRO

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, NA FORMA DA LEI E PRESCRITAS NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica prorrogado para o dia **30 de abril de 2019**, o prazo de vencimento para pagamento do IPTU **– Imposto Predial e Territorial Urbano.**

Art. 2º - O pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano efetuado até 30 de abril de 2019, em cota única, gozará de 25% (vinte e cinco) por cento de desconto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, aos 15 dias do mês abril de 2. 019.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria, na data supra.

WEBER VIEIRA MARTINS

Secretário Mun. de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE SUPRESSÃO ARP 001/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT

CONTRATADA: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS SÃO JOSE EIRELI-ME

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo suprimir os valores unitários dos itens registrados inicialmente

DATA: 22/02/2019

PORTARIA 119/2019

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a Srª **MARIA DE FÁTIMA BATISTA DE LIMA FOGAÇA,** portadora do RG nº 2.919.008-8 SSP/MT e do CPF 021.074.699-89, para exercer o cargo de Chefe Departamento de Planejamento e Gestão, com efeitos retroativos a 01/04/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, 11 de abril de 2019.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 11/04/2019 a 11/05/2019.

PORTARIA 120/2019

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a Srª **KARIN DAYANE VERONA DA SILVA,** portadora do RG nº 2.215.069-2 SSP/MT e CPF 036.512.751-59, para exercer o cargo de Chefe Divisão de Contabilidade e Controle, com efeitos retroativos a 01/04/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, 11 de abril de 2019.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 11/04/2019 a 11/05/2019.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO RESULTADO PP 010/2019

PROCESSO LICITATÓRIO

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL Nº. 010/2019

PROCESSO Nº. **022/2019/CPL/PP**

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de NOVA SANTA HELENA - MT COMUNICA através deste, conforme Edital Pregão Presencial acima citada, cuja abertura deu-se em 11 de Abril de 2019, onde se consagrou vencedor nos itens a Empresa***ALEXANDRE VENSO BONFIM ME*** **OLMI INFORMÁTICA LTDA EPP, DOUGLAS E. C. MONTEIRO EIRELI ME**, **C E CARVALHO COMERCIAL ME**, **OLMI INFORMÁTICA LTDA EPP COMERCIAL LTDA**

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA-MT**.

NOVA SANTA HELENA/MT, 15 de Abril de 2019.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO RESULTADO PP 011/2019

PROCESSO LICITATÓRIO

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL Nº. 011/2019

PROCESSO Nº. **026/2019/CPL/PP**

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de NOVA SANTA HELENA - MT COMUNICA através deste, conforme Edital Pregão Presencial acima citada, cuja abertura deu-se em 12 de Abril de 2019, onde se consagrou vencedor nos itens a Empresa***FABIO JUNIOR BATISTA DE OLIVEIRA 03282827156***

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RELÓGIO PONTO BIOMETRICO PARA O MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA-MT**.

NOVA SANTA HELENA/MT, 15 de Abril de 2019.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro

PORTARIA 115/2019

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a pedido a Sr.ª **MARIA DE FÁTIMA BATISTA DE LIMA FOGAÇA,** portadora do RG nº 2.919.008-8 SSP/MT e do CPF 021.074. 699-89, do cargo de Chefe de Divisão de Contabilidade e Controle, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, 01 de abril de 2019.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 01/04/2019 a 01/05/2019.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO RESULTADO PP 012/2019

PROCESSO LICITATÓRIO

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL Nº. 012/2019

PROCESSO Nº. **027/2019/CPL/PP**

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de NOVA SANTA HELENA - MT COMUNICA através deste, conforme Edital Pregão Presencial acima citada, cuja abertura deu-se em 12 de Abril de 2019, onde se consagrou vencedor nos itens a Empresa***VALDEMAR CAON ME***

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT.

NOVA SANTA HELENA/MT, 15 de Abril de 2019.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro

PORTARIA 117/2019

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO

Considerando que Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;.

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **ELDER APARECIDO VIEIRA DE MIRANDA**, portador da Cedula de Identidade de nº 1.359.189-0 SSP/MT e do CPF de nº 005.552.541.51, e o Servidor **VAGNER BARBOSA DE ARAÚJO**, portador da Cedula de Identidade de nº **116.536.199-7 SSP/MA** e do CPF de nº **003.481.791-38**, como **Suplente,** para exercer a função de fiscais de Ata de Registro de Preço, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, conforme abaixo relacionado:

ATA	**009/2019**
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA ATENDER DIVERSAS

	SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA-MT
EMPRESA:	**DE MORAES & CALVI INOCENCIO LTDA - EPP**
CNPJ Nº:	**23.412.335/0001-12**

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 11 de abril de 2019.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 11/04/2019 a 11/05/2019.

PORTARIA 118/2019

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO

Considerando que Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;.

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **ELDER APARECIDO VIEIRA DE MIRANDA**, portador da Cedula de Identidade de nº 1.359.189-0 SSP/MT e do CPF de nº 005.552.541.51 e o Servidor **VAGNER BARBOSA DE ARAÚJO**, portador da Cedula de Identidade de nº **116.536.199-7 SSP/MA** e do CPF de nº **003.481.791-38**, como **Suplente,** para exercer a função de fiscais de Ata de Registro de Preço, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, conforme abaixo relacionado:

ATA	**010/2019**
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA-MT
EMPRESA:	T.D DA SILVA – MERCADO E AUTO MECANICA
CNPJ Nº:	07.590.043/0001-20

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 11 de abril de 2019.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 11/04/2019 a 11/05/2019.

PORTARIA 116/2019

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO

Considerando que Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;.

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **ELDER APARECIDO VIEIRA DE MIRANDA**, portador da Cedula de Identidade de nº 1.359.189-0 SSP/MT e do CPF de nº 005.552.541.51, e o Servidor **WESLEY JUNIOR FERNANDES**, portador da Cedula de Identidade de nº 2.046.618-8 SSP/MT e do CPF de nº 039.318.121-97, como **Suplente,** para exercer a função de fiscais de Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, conforme abaixo relacionado:

CONTRATO	**017/2019**
OBJETO:	Contratação de Empresa para Aquisição de Veículos, conforme descrito no Termo de Referência do Edital nas Unidades da Prefeitura Municipal.
EMPRESA:	BRESSAN LAMONATO & CIA LTDA
CNPJ Nº:	03.512.021/0001-84

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 04 de abril de 2019.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 04/04/2019 a 04/05/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

3º EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF)

3º EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF)

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 05/2018

CONSIDERANDO a interposição de recurso pelos candidatos **Vilson Candido da Silva,** inscrição de nº 12, cargo detécnico de inspeção, **Leandro Faria da Silva**, inscrição de nº 59, cargo detécnico de inspeção e **Kellen Cristina Martins de Almeida**, inscrição de nº 21, cargo detécnico de inspeção, os quais em sua integralidade apresentaram questionamentos quanto ao não cumprimento da metragem estabelecida para o Teste de Aptidão Física – TAF, definida no item 8.5 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado 05/2018;

CONSIDERANDO que os recursos se revestem do requisito de tempestividade e foram providos pela Comissão Interna para realização do Processo Seletivo Simplificado 05/2018, conforme Parecer n° 02/2019, a qual confirmou que os candidatos percorreram **trajeto inferior ao descrito no edital**, por erro de medição dos profissionais de educação física responsáveis por toda a condução do referido teste físico, sob a fiscalização da Comissão Interna;

CONSIDERANDO o princípio administrativo da Autotutela, em que a Administração Pública pode rever seus atos e declarar a nulidade dos atos, quando eivados de ilegalidade, conforme Súmulas n° 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal – STF;

CONSIDERANDO o princípio da Legalidade, em que a Administração Pública está adstrita, devendo primar pela observância da legalidade estrita nos atos administrativos;

CONSIDERANDO a confirmação pela Comissão Interna do erro de percurso, através de vistoria *in locu* realizada no dia 12 de abril de 2019, com equipamento “Trena Analógica – medidor com roda” – marca Vonder, certificando que os homens somente percorreram 1800 metros e as mulheres 1200 metros;

CONSIDERANDO que diante do erro de medição, torna-se impossível o aproveitamento dos atos e das medições realizadas no Teste de Aptidão Física – TAF, realizado no dia 07 de abril de 2019 no SISPUMNOX, devendo todo o percurso ser realizado em sua integralidade por todos os candidatos habilitados, em nova data descrita abaixo;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o Anexo V - Cronograma dos Trabalhos, com a definição de novas datas do Processo Seletivo Simplificado 05/2018;

CONSIDERANDO que os candidatos dos cargos de auxiliar de inspeção e técnico de inspeção convocados no Edital de Homologação das Provas Objetivas e Convocação Para TAFterão direito a realizar novamente o Teste de Aptidão Física – TAF;

CONSIDERANDO que os candidatos que já realizaram o teste físico no dia 07 de abril de 2019 e entregaram o Atestado Médico de capacidade física para realização da prova, ficam dispensados de nova apresentação, vez que se encontram dentro do prazo de validade;

CONSIDERANDO que os candidatos que não compareceram no teste físico realizado no dia 07 de abril de 2019, poderão participar do certame, desde que seja apresentado no dia da prova o Atestado Médico, conforme Anexo VI – MODELO DE ATESTADO MÉDICO;

Desse modo, a Comissão Interna para realização do Certame**,** nomeada através da Portaria nº. 10.253, de 07 de dezembro de 2018, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO A NULIDADE DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA – TAF, realizado no dia 07 de abril de 2019, bem como a RETIFICAÇÃO DO ANEXO V - CRONOGRAMA DOS TRABALHOS**, conforme fundamentos acima delineados.

ONDE SE LÊ:

Aplicação da prova prática – Excel e Teste de Aptidão Física - TAF: **07 de abril de 2019. (Local e horário a ser divulgado no site http://novaxavantina.mt.gov.br/).**

Resultado Preliminar da prova prática – Excel e Teste de Aptidão Física - TAF: **10 de abril de 2019.**

Prazo para Recurso da prova prática – Excel e Teste de Aptidão Física - TAF: **11 e 12 de abril de 2019.**

Resultado Final Geral da prova Objetiva, prova prática – Excel e Teste de Aptidão Física – TAF: **16 de abril de 2019.**

Prazo para Recurso do Resultado Final Geral prova Objetiva, prova prática – Excel e Teste de Aptidão Física – TAF: **17 e 22 de abril de 2019.**

Homologação do certame até dia **26 de abril de 2019.**

LEIA-SE;

Aplicação do Teste de Aptidão Física - TAF: **28 de abril de 2019.**

Resultado Preliminar do Teste de Aptidão Física - TAF: **29 de abril de 2019.**

Prazo para Recurso do teste de Aptidão Física - TAF: **30 de abril e 02 de maio de 2019.**

Resultado Final (Geral prova Objetiva, prova prática – Excel e Teste de Aptidão Física – TAF): **06 de maio de 2019.**

Prazo para Recurso do Resultado Final Geral (prova Objetiva, prova prática – Excel e Teste de Aptidão Física – TAF): **07 e 08 de maio de 2019.**

Homologação do certame até dia 13 de maio de 2019.

Portanto o TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF), para os concorrentes aos cargos de auxiliar de inspeção e técnico de inspeção **acontecerá no dia 28 de abril de 2019 a partir das 07h30min (horário local)**, na Sede Social do Sindicado dos Servidores Públicos Municipais de Nova Xavantina - SISPUMNOX, sito na Estrada do Córrego Antártico, km 01, margem direita do Córrego Antártico, nesta. De acordo com o item 2.3.2. Somente realizarão o Teste de Aptidão Física – TAF, os candidatos que tiverem sido aprovados no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de acerto na prova objetiva e não zerar

em nenhuma disciplina das áreas de conhecimento. As pessoas com deficiência - PcD, concorrerão em igualdade de direitos com os demais candidatos inscritos, desde que, possuam condições de exercer as atividades inerentes ao cargo.

O **Resultado Preliminar da Prova Prática do Excel será mantido**, e a classificação final geral será publicada no Edital de Resultado Final Geral na data de 06 de maio de 2019, juntamente com os demais cargos, cabendo recurso, caso haja, nas datas de 07 e 08 de maio de 2019.

Nova Xavantina – MT, 16 de abril de 2019.

Daniella Sehnem

Presidente da Comissão

		CARGO: AUXILIAR DE INSPEÇÃO					
Inscrição	Ord	Nome do Candidato	Português	Noções de Adm. Pública	Conh. Específicos	Total	CLASSIFICAÇÃO
81	1	ANA PAULA MARTINS SILVA	0,25	0,75	6,5	7,50	CLASSIFICADO
14	2	JUCIMEIRE SILVERIO BARROS	1	0,5	6	7,50	CLASSIFICADO
27	3	FABIANA SOUZA GALVAO	1,25	0,5	5,5	7,25	CLASSIFICADO
111	4	GELVAN DOS SANTOS	0,5	0,5	5,5	6,50	CLASSIFICADO
15	5	MICHELLY CRISTINY MARTINS	0,75	0,75	5	6,50	CLASSIFICADO
16	6	TAMARA CASTRO MIRANDA	1	0,5	5	6,50	CLASSIFICADO
101	7	DALMI BORGES PEREIRA	0,25	1	5	6,25	CLASSIFICADO
46	8	JEANE CORREA DA SILVA	0,75	0,5	5	6,25	CLASSIFICADO
11	9	ELTON FERREIRA DA SILVA	0,25	0,75	5	6,00	CLASSIFICADO
9	10	SANDRA DA SILVA CAMPOS FERREIRA	0,5	0,75	4,5	5,75	CLASSIFICADO
51	11	LEIDIANE MOREIRA MAIA SCHEIN	0,75	0,5	4,5	5,75	CLASSIFICADO
34	12	NEIZA JUNIA DE OLIVEIRA MORAIS	1	0,75	4	5,75	CLASSIFICADO
18	13	LENI ALVES DE AQUINO MORAIS	0,25	0,25	5	5,50	CLASSIFICADO
77	14	EDNA ROSA ALVES DE OLIVEIRA	0,5	1	4	5,50	CLASSIFICADO
71	15	JOÃO NETO RODRIGUES MARQUES	1	0,5	4	5,50	CLASSIFICADO
35	16	FERNANDA GONÇALVES DOS SANTOS	1,25	0,25	4	5,50	CLASSIFICADO
86	17	MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES SANTOS	0,25	0,75	4	5,00	CLASSIFICADO
84	18	SUELI ALVES CAMPOS	0,75	0,25	4	5,00	CLASSIFICADO

		CARGO: TÉCNICO DE INSPEÇÃO					
INSCRIÇÃO	ord	Nome do Candidato	Português	Noções de Adm. Pública	Conh. Específicos	Total	CLASSIFICAÇÃO
22	1	WELVIS DA SILVA MIRANDA	1	1,25	7,5	9,75	CLASSIFICADO
66	2	GABRIEL HENRIQUE PIRES DE MELO RIBEIRO	1	1	7	9,00	CLASSIFICADO
31	3	DEBORA KATIUCE FERREIRA DE ARAUJO	0,75	1	6,5	8,25	CLASSIFICADO
1	4	VERONYCA MAYKELE SIQUEIRA BRANDÃO	1	1,25	6	8,25	CLASSIFICADO
94	5	LURIAN FERNANDA DA SILVA	0,75	1,25	6	8,00	CLASSIFICADO
37	6	WANDERLEI SILVA DANTAS	1	1	6	8,00	CLASSIFICADO
53	7	BRYAN HISLLAS ROCHA RAMOS	1,25	1,25	5,5	8,00	CLASSIFICADO
39	8	LUCAS MOREIRA ALVES	0,75	1	6	7,75	CLASSIFICADO
42	9	GABRIEL NORONHA DE CARVALHO MONTEIRO	01	0,75	6	7,75	CLASSIFICADO
59	10	LEANDRO FARIA DA SILVA	1,25	0,5	6	7,75	CLASSIFICADO
21	11	KELLEN CRISTINA MARTINS DE ALMEIDA	0,75	1,25	5,5	7,50	CLASSIFICADO
12	12	VILSON CANDIDO DA SILVA	0,75	1	5,5	7,25	CLASSIFICADO
55	13	SIMONE NOLETO DE SOUSA	0,75	1	5,5	7,25	CLASSIFICADO
7	14	WILLIAM RODRIGUES NETO	0,75	1	5	6,75	CLASSIFICADO
28	15	SIRLENE DIAS SOARES	0,75	1	5	6,75	CLASSIFICADO
25	16	DHIOGO CESAR JACINTO DE MORAES	0,75	1	5	6,75	CLASSIFICADO
115	17	GABRIELA MEDRADO MESQUITA	1,25	1	4,5	6,75	CLASSIFICADO
80	18	RONDELI BUENO DE SOUSA	0,75	0,75	5	6,50	CLASSIFICADO
85	19	WELLINGTON MIRANDA DA SILVA	1	0,5	5	6,50	CLASSIFICADO
41	20	JOSE ANTONIO PEREIRA LEITE	0,75	0,5	5	6,25	CLASSIFICADO
88	21	ADEANE DALLEGRAVE BARBOSA	0,25	0,5	5,5	6,25	CLASSIFICADO
96	22	VALDINEI DA SILVA PASSOS	0,75	0,5	5	6,25	CLASSIFICADO
98	23	CLEIBER SOUZA SILVA	0,75	1	4,5	6,25	CLASSIFICADO
100	24	FRANCINALDO ALVES CARVALHO	0,5	0,5	5	6,00	CLASSIFICADO
43	25	JONATAN LUIZ DA SILVA	0,75	0,25	5	6,00	CLASSIFICADO
3	26	JULIO CEZAR LEMES DA SILVA	0,75	0,75	4,5	6,00	CLASSIFICADO
48	27	NICOLLE MESQUITA CORREIRA	1	0,5	4,5	6,00	CLASSIFICADO
91	28	JULIANA CAVALCANTE DA SILVA	1	0,25	4,5	5,75	CLASSIFICADO
20	29	SUELTON ALMEIDA MARTINS	1	0,75	4	5,75	CLASSIFICADO
79	30	LEIDIMAR VIEIRA DOS SANTOS	1	0,75	4	5,75	CLASSIFICADO
8	31	ERICA CRISTINA GONÇALVES DE ALMEIDA	1	0,75	4	5,75	CLASSIFICADO
69	32	DANIEL AUGUSTINHO DA SILVA	0,75	0,75	4	5,50	CLASSIFICADO
89	33	VANESSA FRANCISCO DA SILVA	1	0,25	4	5,25	CLASSIFICADO
33	34	HELDYS QUEIROZ GOMES	1	0,25	4	5,25	CLASSIFICADO
112	35	ADOLFO LEITE RAMOS	0,5	0,5	4	5,00	CLASSIFICADO

		CARGO: TECNICO DE INSPEÇÃO – PCD					
INSCRIÇÃO	ORD	Nome do Candidato	Português	Noções de Adm. Pública	Conh. Específicos	Total	CLASSIFICAÇÃO
23	1	RUDGERO ANTUNES MACIEL	0,75	0,5	6,5	7,75	CLASSIFICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 028/2019

DISTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, ENTRE O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE E JOAQUIM CARLOS CASTILHO 38358387172.

Contratante: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de direito Público Municipal, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º 03.238.888/0001-03, devidamente representado pelo Sr. SILVANO PEREIRA NEVES, brasileiro, casado, RG N.º 0625916-2 SSP-MT, e CPF N.º 503.521.641-15, residente e domiciliado à Av° Mestre Falcão, 142, Centro, Novo Horizonte do Norte Estado de Mato Grosso;

Contratado:

JOAQUIM CARLOS CASTILHO 38358387172, inscrita no CNPJ sob N. º 33.143.547/0001-03, estabelecido no município de Novo Horizonte do Norte- MT, neste ato na forma de seu Estatuto Social representado por sendo que o CPF do responsável consta do Contrato Social - Joaquim Carlos Castilho , portador da carteira de identidade RG n.°145.168 /SSP-SP, e do CPF n.° 383.583.871-72, estabelecido à Av. no Município de Novo Horizonte do Norte, no Estado de Mato Grosso, celebraram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS LIGADOS A MANUTENÇÃO E PREPARAÇÃO DE ATERROS NAS ESTRADAS VICINAIS COM MAQUINAS MOTONIVELADORA,PÁ CARREGADEIRA,RETROESCAVADEIRA, amparados pela CONSTITUIÇÃO FEDERAL em especial no seu art. 196 e seguintes, na forma da lei 8.666/93republicada em 06-07-94, no que coube na Lei n ° 8.142, de 28-12-90 em anexo a este documento de distrato, certo do objeto abaixo, nas condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente distrato se refere ao contrato que tem como finalidade para a execução de serviços ligados a manutenção e preparação de aterros nas estradas vicinais com maquinas motoniveladora, pá carregadeira, retroescavadeira, estando a disposição da secretaria de infraestrutura sob a prestação de serviços,tudo de acordo com os elementos discriminados no contrato 028/2019 e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO DISTRATO

O presente distrato firmado amigável e em comum acordo entre as partes tem por finalidade encerrar as obrigações contidas no contrato original, firmado entre as partes que entenderam por bem, doravante encerrá-lo.

CLÁUSULA TERCEIRA: - DA QUITAÇÃO DO CONTRATO

A Empresa Contratada, declara neste ato que o Município de Novo Horizonte do Norte, aqui denominado CONTRATANTE, cumpriu com todas as obrigações contratuais oriundas do contrato ora encerrado nada devendo à JOAQUIM CARLOS CASTILHO 38358387172.

E, por estarem firmados; assinam o presente DISTRATO EM DUAS CÓPIAS DE IGUAL TEOR E FORMA QUE SERÁ PUBLICADO.

Novo Horizonte do Norte- MT, 16 de Abril de 2019.

_____

SILVANO PEREIRA NEVES CONTRATANTE

CONTRATANTE

_____

JOAQUIM CARLOS CASTILHO 38358387172

Joaquim Carlos Castilho

Contratado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO QUANTO AOS RECURSOS INTERPOSTOS

DECISÃO QUANTO AOS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA A DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005/2019

“Diante do decurso do prazo recursal, o qual não houve interposição de recursos quanto a Divulgação do Gabarito Preliminar do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, que está publicado na íntegra no mural da Prefeitura, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso na data de 8 de março de 2019 apresentado pelo Presidente da Comissão Examinadora nomeada pela Portaria nº 050 de 14 de fevereiro de 2019, para que produza efeitos legais.

Novo Horizonte do Norte - MT, 17 de abril de 2019.

REINALDO APARECIDO R. DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão

Processo Seletivo Simplificado 001/2019

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 029/2019

Espécie: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

Contratado: Jocemar Barbosa Soares

Objetivo: Prestação de serviços na função de motorista Lotado na Secretaria Municipal de Educação**.**

Vínculo Legal: 1158/2017

Regime Previdenciário: INSS

Cargo/Função: Motorista

Valor Global R$: **R$ 12.899,79 (Doze mil oitocentos e noventa e nove reais e setenta e nove centavos**).

Data assinatura: 08/04/2019

Vigência: DE 08/04/2019 A 20/12/2019.

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e **Jocemar Barbosa Soares.**

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISTRATO Nº. 003/2019 DO CONTRATO Nº 021/2017

Pelo presente instrumento particular de Distrato, a Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo **Sr. SILVANO PEREIRA NEVES**, Exmo. Prefeito Municipal, e do outro lado a Srª. **CLAUDINEIA ALVES DA GAMA,** brasileira, maior, portadora do RG. 2439953-1 SSP/MT, e do CPF n º: 057.496.711-78 ,Contratada na função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM,** residente e domiciliada no Município de Novo Horizonte do Norte/MT.

Resolve: de acordo com a Cláusula Sétima do Contrato de prestação de Serviço nº. 001/2019, datado de 02/01/2019, com termino previsto para 31/12/2019, torna-se rescindido a pedido da servidora a partir desta data**: 22/04/2019.**

Assim, dão as partes recíprocas e geral quitação, não restando motivo algum para que se exijam quaisquer vantagens decorrentes do contrato que se rescinde.

E, para firmeza do presente instrumento de Distrato, foi este redigido em duas vias, de igual teor e forma, as quais vão devidamente assinadas.

Novo Horizonte do Norte/MT, 08 de abril de 2019.

Silvano Pereira Neve*Prefeito MunicipalClaudineia Alves da GamaContratada*

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITIÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que realizou Licitação na Modalidade **"Pregão Presencial"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 08:00 horas do dia 16 de abril de 2019, objetivando o **Registro de Preços para futura e eventual Aquisição e Confecção de artigos de vestuários e enxovais (uniforme, lençol, campos entre outros), em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagraram se vencedoras do citado certame as seguintes empresas: **REZER FUTUOSO & CIA LTDA** com valor de **R$ 28.282,80** (Vinte e Oito Mil e Duzentos e Oitenta e Dois Reais e Oitenta Centavos) e **S.M. GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA** com o valor de **R$ 1.134,00** (Um Mil e Cento e Trinta e Quatro reais)Assim por ter apresentado propostas com preço praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foram declaradas vencedoras.

Ainda em tempo ressalvo, que foi concedido para a empresa **S.M. GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA** o prazo de cinco dias uteis para a apresentação da Certidão Municipal e Certidão Federal Validas, com base nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, sito na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 16 de abril de 2019.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019

AVISO DE PRORROGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019

PROCESSO Nº 024/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE - DE SOLUÇÃO EDUCACIONAL PARA PADRONIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMBIENTE ESCOLAR INCLUINDO SOFTWARE, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO COM MANUTENÇÃO CORRETIVA E SUPORTE TÉCNICO.

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, através de sua Pregoeira, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 8.666/93 e Lei 10.520/02, torna público para conhecimento dos interessados que fica prorrogado a data de abertura da licitação acima supracitada para o dia 03 de Maio de 2019, ás 09:00 horas (Horário de Brasília), no mesmo local. O mesmo encontra-se disponível no site: www.novosantoantonio.mt.gov.br.

Novo Santo Antônio – MT, em 16 de Abril de 2019.

Eva Rodrigues Brito

Pregoeira Oficial

RETIFICAÇÃO AO PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 026/2019 TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2019

ERRATA – PLANILHA DE ORÇAMENTO

RETIFICAÇÃO AO PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 026/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2019

A Comissão Permanente de licitação da Prefeitura Municipal de Novo santo Antônio, torna Público a errata do processo de licitação nº **026/2019** Tomada de Preços **04/2019**, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA PRAÇA CENTRAL NA CIDADE DE NOVO SANTO ANTÔNIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO DO PLANO DE TRABALHO.

CORRIGI-SE A PLANILHA DE ORÇAMENTO:

Item: 3.1 total C/BDI: R$ 98.997,75

Valor total do Item 3: R$ 141.801,72

Valor Total do Orçamento: R$ 151.010,97

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Tendo em vista a alteração supracitada está dentro de prazo para formulação das propostas, fica mantida a data da sessão pública para o dia 24 de Abril de 2019 às 14:00 horas (horário Brasília). Permanecem inalteradas todas as demais condições do edital.

Novo Santo Antônio - MT, 16 de Abril de 2019.

DANIELE LORRANI CARDOSO DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 002 DE 16 DE ABRIL DE 2019

RESOLUÇÃO Nº 002 DE 16 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da Casa Lar Lafaiete Eustáquio de Souza de Paranatinga/MT.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 831 de 4 de novembro de 2011 e de acordo com a plenária realizada no dia 16.04.2019.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar o Regimento Interno da Casa Lar Lafaiete Eustáquio de Souza

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Paranatinga/MT, 16 de abril de 2019.

Quesia Machado Freitas Marques

Presidente do CMDCA

LICITAÇÃO
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 23/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 010 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do processo de licitação pela modalidade de **Dispensa Nº. 23/2019**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de mão de obra sem fornecimento de materiais para serviços de pintura preventiva e corretiva na manutenção predial da Prefeitura Municipal do Município de Paranatinga – MT, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração com fulcro no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93alterada

pelo DECRETO Nº 9.412/2018. Homologado em 16/04/2019. Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 16 de abril de 2019.

NOME DA EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL
GUILHERME MARINS - 03987955171	14.358.417/0001-35	R$ 11.670,360

LICITAÇÃO
ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 23/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 010 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou o processo de licitação pela modalidade de **Dispensa Nº. 23/2019**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de mão de obra sem fornecimento de materiais para serviços de pintura preventiva e corretiva na manutenção predial da Prefeitura Municipal do Município de Paranatinga – MT, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração com fulcro no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018. Data da Abertura dia 16/04/2019. Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 16 de abril de 2019.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 021/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria nº 009 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2019**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Tapetes de Grama Esmeralda (Placas Medindo 0,65 x 0,42 cm),** para atender as necessidades das Secretarias Solicitantes de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Data de abertura **02/05/2019**, quinta-feira **às 08:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 16 de abril de 2019. Pregoeiro Devenilson da Silva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

EDITAL Nº 031/2019 - CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2018

EDITAL Nº 031/2019, 16 DE ABRIL 2.019.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2018 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Súmula: Edital de Convocação do Seletivo Simplificado nº 003/2018 – Áreas Afins, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o recebimento do Memorando n° 166/2019/SME;

CONSIDERANDO o Termo de Desistência de Cargo em Processo Seletivo Simplificado nº 01/2018, protocolado junto a Secretaria de Educação;

CONSIDERANDO Ofício nº 087/2019/PJ/Pedra Preta, da promotora de Justiça solicitando a convocação de monitora;

O Sr. JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018, CONVOCA **os candidatos abaixo relacionados a comparecer na sede da Secretaria Municipal de Educação, localizado à Rua Oscar Saores, Centro – Pedra Preta – MT, com fundamento no Artigo 16, parágrafo 3º da Lei Complementar nº 017/2014, no prazo de 03 (três) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respecitiva vaga.**

CANDIDATO CONVOCADO NO PROCESSO SELETIVO

PROFESSOR DE EDI INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL/SEDE

CLASSIF.	Nº DE INSC.	CANDIDATO	JUSTIFICATIVA	PERIODO	LOCAL
52	00216	RENATA APARECIDA DA SILVA	Em substituição a professora **MARIA JOSE GONÇALVES**, que encontra-se de afastamento por interesse particular.	6 meses	ADRIANA SUSI

AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal.

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

EDITAL Nº 032/2019 - CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2018

EDITAL Nº 032/2019, 16 DE ABRIL 2.019

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2018 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Súmula: Edital de Convocação do Seletivo Simplificado nº 003/2018 – Áreas Afins, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o recebimento do Memorando n° 0089/2019/SME.

O Sr. JUVENAL PEREIRA BRITO, **Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018,** CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecer na sede da Secretaria Municipal de Educação, localizado à Rua Oscar Saores, Centro – Pedra Preta – MT, com fundamento no Artigo 16, parágrafo 3º da Lei Complementar nº 017/2014, no prazo de 03 (três) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respecitiva vaga.

CANDIDATO CONVOCADO NO PROCESSO SELETIVO

MONITORA-SEDE.

CLASSIF.	Nº INSC.	CANDIDATO	JUSTIFICATIVA	PRAZO DE CONTRATO	LOTAÇÃO
14	00292	MARIA JULIA MOREIRA BORGES	A monitora atuará como cuidadora. É importante destacar, que a monitora convocada anteriormente desistiu da vaga através de termo de desistência.	6 MESES	ANTÔNIA APARECIDA GARCIA

AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal .

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

DECRETO 056/2019 - AUTORIZAÇÃO DE PREMIAÇÃO DA SEMANA EXPORTIVA DO ANIVERSÁRIO DE PEDRA PRETA

DECRETO 056/2019

DE 15 DE ABRIL DE 2019.

"Dispõe sobre autorização de premiação da SEMANA EXPORTIVA DO ANIVERSÁRIO DE PEDRA PRETA, e dá outras providências"

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERADO a Lei nº 1006/2017 de 29 de agosto de 2017, que autoriza premiação de Eventos Desportivos e Culturais no Município de Pedra Preta-MT;

CONSIDERANDO o aniversário do Município de Pedra Preta 2019;

CONSIDERANDO os eventos que se realizaram na semana de aniversário do Município **"**SEMANA EXPORTIVA DO ANIVERSÁRIO DE PEDRA PRETA**";**

DECRETA:

Art. 1° - Fica definidos as premiações para os ganhadores:

§1- 1ª - MINI-MARATONA PEDRA-PRETENSE

- 1º COLOCADO- R$ 500,00 (quinhentos reais), por categoria;

- 2º COLOCADO – R$ 300,00 (trezentos reais), por categoria;

- 3ºCOLOCADO – R$ 200,00 (duzentos reais), por categoria.

§ 2- 1º DESAFIO MTB – MOUTAIN BIKE- PEDRA-PRETENSE

- 1º COLOCADO- R$ 600,00 (seiscentos reais), por categoria;

- 2º COLOCADO – R$ 400,00 (quatrocentos reais), por categoria;

- 3ºCOLOCADO – R$ 200,00 (duzentos reais), por categoria.

§ 3- 1º TORNEIO DE FUTEVÔLEI DE PEDRA-PRETENSE

- 1º COLOCADO- R$ 300,00 (trezentos reais);

- 2º COLOCADO – R$ 200,00 (duzentos reais);

- 3ºCOLOCADO – R$ 100,00 (cem reais).

§4- TORNEIO DE FUTEBOL SOCIETY DE ANIVERSÁRIO DE PEDRA PRETA.

- 1º COLOCADO- R$ 500,00 (quinhentos reais);

- 2º COLOCADO – R$ 300,00 (trezentos reais);

- 3ºCOLOCADO – R$ 100,00 (cem reais).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PORTARIA Nº 147/2019 - LICENÇA MATERNIDADE A SENHORA GABRIELA DA SILVA MARQUES MENEGUSSI

PORTARIA Nº 147/2019. DE 15 DE ABRIL DE 2019.

Concede Licença Maternidade a senhora **GABRIELA DA SILVA MARQUES MENEGUSSI** e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO**,** PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando ainda: a Lei Municipal nº. 075/98, de 23/03/98, no Título IV, Capitulo I, Seção III, Sub-Seção IV, Artigo 90 e seus respectivos parágrafos;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Maternidade a Senhora GABRIELA DA SILVA MARQUES MENEGUSSI,ocupante do Cargo de professora, lotada junto à Secretaria de Educação, a serem usufruídas pelo período de 120 dias a partir do período de 02/04/2019 conforme atestado à gestante.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/04/2019.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada Nesta Secretaria

Publicada no Diario Oficial Da AMM

DECRETO Nº 057/2019 - PONTO FACULTATIVO - QUINTA FEIRA DIA 18/04/2019

DECRETO Nº 057/2019

DE 15 DE ABRIL DE 2019.

Decreta**Ponto Facultativo**e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA JUVENAL PEREIRA BRITO, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO; Feriado Nacional no dia 19 de Abril de 2019, da Paixão de Cristo (Sexta feira Santa);

CONSIDERANDO as celebrações religiosas alusivas a semana santa, sendo que a quinta feira da paixão de Cristo representa um ponto forte desta celebração;

CONSIDERANDO a inatividade de órgãos públicos de outras Esferas do Governo;

DECRETA:

ARTIGO *1º* - Determina, PONTO FACULTATIVO nasRepartições Públicas Municipais no dia 18/04/2019,exceto os serviços essenciais a população em geral. PARAGRAFO ÚNICO – Em caso de necessidade ou emergências, poderão ser convocados servidores de qualquer setor das Repartições Públicas Municipal.

ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2019.

_____

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

ORDEM DE FORNECIMENTO CONTRATO Nº 022/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT.

CONTRATADA: REAVEL VEICULOS EIRELLI, inscrita no CNPJ sob nº. 30.260.538/0001-04**.**

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2019 – CONTRATO Nº 022/2019.

OBJETO: ***Aquisição de 01 (um) Veículos Adaptados Tipo "A" Ambulância de Simples Remoção para Transporte de Paciente, sendo uma referente ao Termo de Compromisso 510637171219173058****, conforme discriminado no Anexo IX – Termo de Referência, deste Instrumento Convocatório* ***Pregão Presencial SRP nº 008/2019.***

O MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº 940, Centro, Pedra Preta/MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.773.942/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. **JUVENAL PEREIRA BRITO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Porto Murtinho, nº 451, Centro – Pedra Preta – MT, CEP 78795-000, portador do RG nº 561.514 SSP/MT e CPF nº 406.594.881-91, autoriza através da presente **ORDEM DE FORNECIMENTO (OF),** a **REAVEL VEICULOS EIRELLI, inscrita no CNPJ sob nº. 30.260.538/0001-04,** com endereço na R-3, Nº 1022, QD. C-8, LT 93/99 – SALA 802 – SETOR OESTE – COND. WEST OFFICE – CEP: 74.115-050 - GOIÂNIA – GO – E-MAIL: reavelveiculos@gmail.com - FONE: (62) 3434.0877/3434.0879, neste ato representado pelo S.r. Sinomar Vaz de Oliveira Junior, Brasileiro, casado em comunhão parcial, empresário, RG nº 039.457.331-54 SSP/GO, inscrito no CPF nº 039.457.331-54, residente e domiciliado na cidade de Goiânia – GO, na Rua C187, nº S/N, Quadra 464, Lote nº 6, Jardim América, CEP: 74.265-30**, a fornecer 01 (UM) VEÍCULOS ADAPTADOS TIPO "A" AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO PARA TRANSPORTE DE PACIENTE, SENDO UMA REFERENTE AO TERMO DE COMPROMISSO 510637171219173058**.

LOCAL DE ENTREGA: **PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – Estado de Mato Grosso,** na Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº 940, Centro, Pedra Preta/MT.

VALOR DA ORDEM

O valor total da Ordem de Fornecimento é R$ **89.000,00 (oitenta e nove mil reais).**

PRAZO DE ENTREGA

Conforme subitem 3.1 do Contrato nº 022/2019.

Tendo como prazo máximo para entrega, a contar da emissão da ordem de fornecimento 30 (trinta) dias.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a partir do recebimento definitivo do bem, obedecendo à ordem cronológica de sua exigibilidade.

O pagamento estará condicionado a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, relatório do fiscal de contrato, em nome da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, encaminhada em duas vias, e obrigatoriamente deverá constar:

Nº do Contrato; Nº da nota de empenho; Nº da Ordem de Fornecimento; Descrição detalhada do objeto licitado conforme edital **Pregão Presencial SRP nº 008/2019.**

CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

As condições de entrega deverão obedecer às exigências do Termo de Referencia do **Pregão Presencial SRP nº 008/2019**, na ocasião da entrega a CONTRATADA deverá colher na Nota Fiscal e Comprovante de Recebimento a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número RG e CPF), o Comprovante de Recebimento deverá ser emitido pela Secretaria Demandante, do servidor do CONTRATANTE responsável pelo recebimento.

DOTAÇÃO UTILIZADA SERÁ:

Programático: 11.001.10.302.0020.1154

Proj./Ativ: 44.90.52.00.00

Reduzido: 589

Fonte: 3

Reduzido: 590

Fonte: 34

Pedra Preta – MT, 12 de Abril de 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO **PREFEITO MUNICIPAL** **CONTRATANTE**	**REAVEL VEICULOS EIRELLI CONTRATADO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2019.	**DATA: 10/04/2019**
CONTRATADO: REAVEL VEICULOS EIRELLI	
OBJETO: ***Aquisição 01 (um) Veículos Adaptados Tipo "A" Ambulância de Simples Remoção para Transporte de Paciente, sendo uma referente ao Termo de Compromisso 510637171219173058.***	
VALOR TOTAL: R$ 89.500,00 (oitenta e nove mil e quinhentos reais),	**VIGÊNCIA: 10/04/2020**
DOTAÇÃO: 11.001.10.302.0020.1154.44.90.52.0000	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº 004/2019

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e conforme o que consta no Edital Tomada de Preço **004/2019-TP.**

RESOLVE:

HOMOLOGAR: o procedimento licitatório na modalidade **Tomada de Preço n.º 004/2019,** a escolha das propostas mais vantajosas para Reforma e Ampliação do Centro de Convivência do Idoso (Melhor Idade) do Município de Pedra Preta - MT, mediante o regime empreitada por menor preço global conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e Composição do BDI para Serviços - ANEXOS, os mesmos são parte integrante deste Edital**.** Conforme especificações determinadas no Edital **Tomada de Preço nº 004/2019**.

ADJUDICAR o objeto licitado da Empresa abaixo relacionada, vencedora do certame acima mencionado.

Razão social: **MARCIONE ALVES PERROT – ME, inscrita no CNPJ 17.891.635/0001-29.**

Valor da Proposta:

R$ 115.466,20 (cento e quinze mil quatrocentos e sessenta e seis reais e vinte centavos).

Proceda - se a contratação da empresa**: MARCIONE ALVES PERROT – ME.**

Pedra Preta - MT, 15 de Abril de 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através de seu pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal nº 505/2019, faz saber que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico nº 014/2019, regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 040/2008, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Global** objetivando: **"AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIO (RETROESCAVADEIRA) CONFORME CONVÊNIO Nº 867646/2018 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM/PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO E TERMO DE REFERÊNCIA"** Início da Sessão 02/05/2019 - Horário: 14h30m (horário de Brasília). Acolhimento das propostas eletrônicas: das 08h do dia 17/04/2019 às 18h do dia 01/05/2019, através do site www.bll.org.br. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço abaixo ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br e no site www.bll.org.br, informações pelo telefone: (66) 3575-5100, Local: Sala de Licitações no Paço Municipal Milton José Santana, situado a Rua Ministro César Cals, nº 226, Centro, Peixoto de Azevedo/MT, CEP: 78.530-000 e também pelo suporte da BLL (41) 3042-9909.

Peixoto de Azevedo/MT, 16 de Abril de 2019.

Emerson Nunes Freitas

Pregoeiro

EXTRATO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2014

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **AGILI SOFTWARES PARA AREA PUBLICA LTDA**

O presente Contrato é para: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DA ÁREA DE TI (TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) COM ESPECIALIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO, CONVERSÃO/MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, CAPACITAÇÃO E LICENCIAMENTO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS PARA A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM OBJETIVO DE INFORMATIZAR E MODERNIZAR AS ÁREAS DE: COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS, PATRIMÔNIO PÚBLICO, ALMOXARIFADO, GESTÃO DE FROTAS, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, TESOURARIA E CONTABILIDADE, PROTOCOLO, RECURSOS HUMANOS, FOLHA DE PAGAMENTO, PONTO BIOMÉTRICO, TRIBUTAÇÃO, PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - LC 131\2009, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONTROLE INTERNO, GESTÃO ESCOLAR, GESTÃO DA SAÚDE, ISSQN COM NFS-E (NOTA FISCAL ELETRÔNICA), GESTÃO DE COMBUSTÍVEL, PROTOCOLO/PROCESSOS WEB. TUDO ISSO COM PLENO ATENDIMENTO A NBCASP, A LEI DE RESPONSABILIDADE E AO APLIC DO TCE-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2013 E SEUS ANEXOS".**

1 – Fica alterada a Cláusula SEGUNDA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

• Fica autorizado o reequilíbrio econômico-financeiro, reajustando o valor pago mensal em 7,61% (sete vírgula sessenta e um por cento), passando o valor de R$ 17.855,00 (dezessete mil oitocentos e cinquenta e cinco re-

ais) para o valor mensal de R$ 19.213,76 (dezenove mil duzentos e treze reais e setenta e seis centavos).

1º - O reequilíbrio econômico-financeiro se justifica pelos índices oficiais do IGPM;

2º - A razoabilidade do valor decorrente do reequilíbrio abaixo exposto foi devidamente demostrada através de justificativa da Empresa;

3º - O reequilíbrio fundamenta-se no artigo 65, II "d", 5º da Lei Federal nº 8.666/93.

• Fica acrescentado o valor de R$ 57.641,28 (cinquenta e sete mil seiscentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos) a serem pagos em 03 (três) parcelas no valor de R$ 19.213,76 (dezenove mil duzentos e treze reais e setenta e seis centavos), devendo ser pago até 10 (décimo) dia de cada mês subsequente.

2 – Fica alterada a Cláusula QUINTA – DO PRAZO: Fica aditivado o prazo de vigência, expirando em 31/06/2019, fundamentado pelo artigo Art. 57, inciso II, §1°, inciso IV e §2°e §4° da Lei Federal nº 8.666/93.

3 - Fica atualizada a Cláusula SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste instrumento, correrão por conta da classificação e dotação orçamentária abaixo especificada, e consignadas no Orçamento Programa previsto para o corrente exercício, na seguinte Rubrica: reduzido 96.

Peixoto de Azevedo-MT, 29 de Março de 2019.

TERMO DE FOMENTO Nº 005/2019

TERMO DE FOMENTO Nº005/2019 TERMO DE FOMENTO Nº005/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SEMEC através da PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, e APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS.

Pelo presente Instrumento Particular de um lado a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEMEC** através **da PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO,** inscrita no CNPJpessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Ministro César Cals nº226, Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.238.631/0001-31, doravante simplesmente denominado **CONCEDENTE,** representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG nº 3462335-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 408.557.409-49 e do outro lado a **APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS ,** doravante denominado simplesmente **CONVENENTE,** estabelecida a Rua Novo Hamburgo S/Nº, Bairro Bela Vista, neste município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº 37.466. 240/0001-96, neste ato representada pelo Presidente o **Sr. WILSON JOSÉ VONSOVSKI**, **,** brasileiro, residente e domiciliada neste Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG nº 8401030-8-8SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 621.621. 281-87, considerando a necessidade de descentralização das aquisições e despesas para manutenção da **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE**, resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitando-se os partícipes às normas da Instrução Normativa nº 03 de 19/ 04/1993, Lei nº9.604 de 05 de fevereiro de 1998 do Tesouro Nacional, Lei Municipal nº 949, de 20 de Abril de 2017, e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto, o repasse mensal de recursos do FNDE-Fundeb, Manutenção e Encargos com a Educação Especial – Fundeb 60 e Fundeb 40 – para repasse a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE** através do Plano aprovado que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

I – A CONCEDENTE COMPETE:

a) Repassar ao Convenente a importância total de **R$131.300,00**(cento e trinta e um mil e trezentos reais) oriundos do **FUNDEB 60** no valor de **R$45.600,00**(quarenta e cinco mil e seiscentos reais) e **FUNDEB 40** no valor de **R$85.700,00**(oitenta e cinco mil e setecentos reais), divididos em **10(dez) parcelas** conforme plano de trabalho.

b) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente convênio.

c) Receber, examinar e emitir parecer as prestações de contas, conforme plano de trabalho;

d) Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexões, podendo contar para isso, com os técnicos do CONVENENTE;

e) Analisar previamente as propostas de reformulação do Plano de trabalho, por escrito, acompanhadas de justificativas e desde que não impliquem mudanças do objeto.

II – AO CONVENENTE COMPETE

a) Aplicar os recursos recebidos do **FNDE - FUNDEB**, executando as atividades pactuadas, em consonância e conformidade com o plano de trabalho;

b) Apresentar prestação de conta conforme Cláusula 07;

c) Movimentar os recursos financeiros liberados pela **CONCEDENTE**, em conta especifica ao convênio;

d) Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da execução do objeto pactuado, inclusive trabalhista previdenciárias, sociais, fiscais e comerciais, não gerando ao **CONCEDENTE**, obrigações ou outros encargos de quaisquer naturezas.

e) Restituir ao **CONCEDENTE**, eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, conforme o caso, na data de sua conclusão ou extinção.

f) Receber e movimentar os recursos recebidos por conta deste Convênio em conta bancária exclusivamente aberta para este fim, identificando em sua denominação o número deste Convênio e a participação do Município.

g) Fornecer ao **CONCEDENTE** todas as informações solicitadas com relação ao objeto do presente Convênio.

h) As Notas Fiscais e outros documentos comprobatórios das despesas serão emitidos em nome do **CONVENENTE,** com a identificação do numero do convênio, mantendo em arquivo pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da aprovação das contas pelo **TCE/MT.**

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O Termo de Convênio terá vigência a partir da assinatura até 31 de Dezembro de 2019.

CLAUSULA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

É A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT/SEMEC, responsável por conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução do convênio.

CLAUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

Para a execução do referido convênio serão destinados pelo CONCEDENTE recursos do FUNDEB 60 e FUNDEB 40, consignados as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 06 – **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**

UNIDADE 005 - FUNDEB – Fundo Manut. Desenv. Da Educ. Básica - 60%

FUNÇÃO 12 – Educação

SUB-FUNÇÃO 367 - Educação especial

PROGRAMA 0009 – Revitalização e Estrut. A Educ. Basica Municipal

PROJ/ATIVIDADE 2.028 – Manut. E Encargos com FUNDEB 60% EDUCAÇÃO ESPECIAL

DOTAÇÃO 205 ELEMENTO DE DESPESA 333.43 – Subvenções Sociais

FONTE DO RECURSO 118 – TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB(APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFICIONAIS) 60% **Valor R$50.000,00(CINQUENTA MIL REAIS).**

ÓRGÃO 06 – **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**

UNIDADE 006 - FUNDEB – Fundo Manut. Desenv. Da Educ. Básica – 40%

FUNÇÃO 12 - Educação

SUB-FUNÇÃO 367 - Educação especial

PROGRAMA 0009 – Revitalização e Estrut. A Educ. Básica Municipal

PROJ/ATIVIDADE 2.032 – Manut. E Encargos com Educação Especial FUNDEB 40%

DOTAÇÃO 228 - ELEMENTO DE DESPESA 333.043 – Subvenções Sociais

FONTE DO RECURSO 119 – TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB(APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO) 40% **Valor R$95.000,00(NOVENTA E CINCO MIL REAIS).**

CLAUSULA SEXTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho(anexo) em conta específica, vinculada a esse convênio, condicionada a apresentação de relatório de atendimento e a efetivação da receita de transferência do FUNDEB 60 e FUNDEB 40.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O **CONVENENTE,** apresentará Prestação de Contas Parcial à cada repasse para que possa ser liberado o repasse seguinte e na data do vencimento deste Convênio a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, protocolará prestação de contas final dos recursos repassado por força deste Convênio que deverá ser encaminhada para a Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, e esta posteriormente encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. A Prestação de Contas será constituída de ***Relatório de Cumprimento de Objeto***, apresentada conforme Manual de Remessa de Documentos ao Tribunal de Contas de Mato Grosso e acompanhada de:

I	-	Cópia do Termo de Convênio, com indicação da data de sua publicação;
II	-	Cópia do Termo de Trabalho;
III	-	Cópia das Notas Fiscais e/ou Recibos, indicando o número do Convênio, recebido pelo credor e atestadas pelo **CONVENENTE;**
IV	-	Relatório da Execução Física-Financeira;
V	-	Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência e, se houver, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro e os saldos;
VI	-	Relação de Pagamentos;
VII	-	Extrato da Conta Bancária específica do recebimento da primeira parcela até o último pagamento;
VIII	-	Conciliação bancária se houver;
IX	-	Copias dos cheques;
X	-	Demonstrativo de Aplicação Financeira.

PARÁGRAFO ÚNICO - As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do

CONVENENTE devidamente identificado com nº do documento e mantidos em arquivos, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo no prazo de cinco anos contado da aprovação da prestação ou tomada de conta da CONCEDENTE, relativos ao exercício da concessão.

CLÁUSULA OITAVA - DA DEVOLUÇÃO

A CONVENENTE compromete-se a restituir os valores transferidos pela CONCEDENTE através deste convênio atualizado monetariamente e acrescidos de juros legais a partir da data do seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

a) Inexecução do objeto da avenca;

b) Falta de apresentação da prestação de conta no prazo exigido;

c) Utilização de recurso em finalidade diversa da estabelecida, no presente convênio;

d) Quando constatada irregularidade em que resulte prejuízo ao erário publico no montante deste.

CLAUSULA NONA - DA DENUNCIA E DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por quaisquer das partes ou ainda, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma ou fato que torne material ou formalidade inexequível.

PARAGRAFO PRIMEIRO Constitui, particularmente, motivo de rescisão deste convênio a constatação do não comprimento de quaisquer das exigências fixadas entre as partes.

PARAGRAFO SEGUNDO Quando ocorrer a denúncia ou a rescisão, fica os partícipes responsável pelas obrigações contraídas, sem prejuízo das sanções legais pertinentes ao caso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

O **CONCEDETNE** providenciará, como condição de eficácia, a publicação deste convênio, em Extrato, no Diário Oficial de Contas do Estado do Estado de Mato Grosso e Jornal Oficial dos Municípios, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, a contar daquela data, conforme disposto no parágrafo primeiro, artigo 6l, da Lei nº 8.666-93, e artigo 17 da IN 01/97.

PARÁGRAFO PRIMEIRO Constitui, particularmente, motivo de rescisão deste convênio a constatação do não comprimento de quaisquer das exigências fixadas entre as partes.

PARÁGRAFO SEGUNDO Quando ocorrer a denúncia ou a rescisão, ficam os partícipes responsável pelas obrigações contraídas, sem prejuízo das sansões legais pertinentes ao caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em toda e qualquer ação promocional relacionada com objetivo descrito na Cláusula Primeira deste instrumento, será obrigatoriamente destacada a participação do **CONCEDENTE**, ficando vetada aos partícipes utilizar nos empreendimento resultantes deste convênio, nomes, símbolos ou imagens quando caracteriza promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Pactuam-se ainda, seguintes condições:

a) Todas as comunicações relativas a este convênio serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues mediante protocolo ou “fac-símile”. Admite-se o envio de correspondência via “fac-símile”, desde que a CONVENENTE, em ate 05 (cinco) dias úteis apresente o documento original devidamente protocolado.

b) As reuniões entre representantes credenciados pelos partícipes, bem com quaisquer ocorrências que possam ter implicações, serão registradas em ata ou relatório circunstanciado.

c) O plano de trabalho integra este instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Convênio, que não possam ser resolvidas pelas vias administrativas, as partes elegem o foro da Comarca de Peixoto de Azevedo - MT.

E, por estarem de comum acordo e compromissados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma com as testemunhas infra indicadas para que produza os efeitos jurídicos e legais.

Peixoto de Azevedo/MT, 01 de Abril de 2019

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo

CONCEDENTE

WILSON JOSÉ VONSOVSKI

Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

CONVENENTE

Testemunhas:

1ª Assinatura: 2ª Assinatura:

Nome: VANDERLEI FERRARI	Nome: SÓSTENES ÁQUILA SILVA PINHEIRO
CPF.: 507.680.349-49	CPF.: 008.829.951-11

TERMO DE FOMENTO Nº 004/2019

TERMO DE FOMENTO Nº 004/2019

TERMO DE FOMENTO Nº004/2019 que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL **- FMAS** através da PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, e **APAE** - **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS.**

Pelo presente Instrumento Particular de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊCIA SOCIAL - FMAS,** instituído pela Lei nº 231/95 de 20 de dezembro de 1.995, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO,** inscrita no CNPJ sob o nº 03.238.631/0001-31 com sede na Rua Ministro César Cals, 226 Centro neste município, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA,** brasileiro, casado, portador do RG nº 3462335-0, SSP/PR e CPF nº 408.557.409-49, residente nesta cidade de Peixoto de Azevedo – MT, doravante denominado de **CONCEDENTE** e do outro lado a **APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS,** inscrita no CNPJ sob nº 37.466.240/0001-96, neste ato representada pelo Presidente o **Sr. WILSON JOSÉ VONSOVSKI**, **,** brasileiro, residente e domiciliada neste Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG nº 8401030-8-8SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 621.621.281-8, doravante denominado **CONVENENTE,** no uso dos poderes conferidos, objetivando execução das ações prevista na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, de acordo com as normas contidas na Constituição Federal e no Decreto - Lei nº 200 de 25 de Fevereiro de 1967, Instrução Normativa nº 01 de 15 de janeiro de 1997 e Instrução Normativa nº 03 de 19/04/93, na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, no Decreto nº 93. 872 a 23 de Dezembro de 1998 Lei nº 9.604 de 05 de fevereiro de 1998 e Decreto Federal nº 2.529 de 25 de março de 1998, a Lei Federal 10.741 de 01 de outubro de 2003, a Lei Municipal nº 457 de 22 de Agosto de 2003, têm justo e acertado o presente **TERMO DE FOMENTO** mediante Cláusula e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objetivo a execução descentralizada do Programa de Pessoa Portadora de Deficiência PPD, com repasse dos recursos advindos do **MDS/SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL,** através do Plano aprovado que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente da sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

I - A CONCEDENTE COMPETE:

a) Repassar ao Convenente a importância total de R$ **14.400,00** (quatorze mil e quatrocentos reais), sendo R$ **13.297,56** (Treze mil duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e seis centavos) oriundos do **FNAS** e R$ **1.102,44** (Hum mil, cento e dois reais e quarenta e quatro centavos), de recursos do próprio Município, divididos em **10 (dez) parcelas,** conforme plano de trabalho**:**

b) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Termo de Fomento.

c) Receber, examinar e emitir parecer às prestações de conta, conforme plano de trabalho;

d) Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexão, podendo contar para isso, com os técnicos do **CONVENENTE**;

e) Analisar previamente as propostas de reformulação do plano de trabalho, por escrito, acompanhadas de justificativas e desde que não impliquem mudanças do objeto.

II - AO CONVENENTE COMPETE:

a) Aplicar os recursos recebidos do **FNAS**, executando as atividades pactuadas, em consonância e conformidade com o plano de trabalho;

b) Apresentar prestação de conta conforme Cláusula 07;

c) Movimentar os recursos financeiros liberados pela **CONCEDENTE**, em conta especifica ao Termo de Fomento;

d) Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da execução do objeto pactuado, inclusive trabalhista previdenciárias, sociais, fiscais e comerciais, não gerando ao **CONCEDENTE**, obrigações ou outros encargos de quaisquer naturezas.

e) Restituir ao **CONCEDENTE**, eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, conforme o caso, na data de sua conclusão ou extinção.

f) Receber e movimentar os recursos recebidos por conta deste Termo de Cooperação em conta bancária exclusivamente aberta para este fim, identificando em sua denominação o número deste Termo de Fomento e a participação do Município.

g) Fornecer ao **CONCEDENTE** todas as informações solicitadas com relação ao objeto do presente Termo de Cooperação.

h) As Notas Fiscais e outros documentos comprobatórios das despesas serão emitidos em nome do **CONVENENTE,** com a identificação do numero do convênio, mantendo em arquivo pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da aprovação das contas pelo **TCE/MT.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Termo de Fomento terá vigência a partir da assinatura até 31 de dezembro de 2019

CLÁUSULA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO É a PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/FMAS, responsável por conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução do termo de Fomento. CLÁUSULA QUINTA - DO RECURSO

Para execução do referido convênio serão destinados pelo **CONCEDENTE** recursos próprios do Município e consignados à seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 08 Sec.Munic Assist. Social Trab Cidadania

UNIDADE 002 Fundo Municipal de Assistência Social

FUNÇÃO 08 Assistência Social

SUBFUNÇÃO 242 Assistência ao Portador de Deficiência

PROGRAMA 0036 APAE

PROJ/ATIVIDADE 2077 Apoio as Pessoas Portadoras de Deficiência – APAE

DOTAÇÃO 400 - 333.043 - Subvenções Sociais

RED. FONTE DE RECURSOS – Recursos Ordinários

Saldo Dotação Orçamentária disponível – R$14.500,00QUATORZE MIL E QUINHENTOS REAIS)

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho (anexo) em conta específica, vinculada a este Termo de Fomento, condicionada a apresentação do relatório de atendimento e à efetivação da receita de transferência do FNAS do Programa de Pessoa Portadora de Deficiência no município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O **CONVENENTE,** apresentará Prestação de Contas Parcial à cada repasse para que possa ser liberado o repasse seguinte e na data do vencimento deste Termo de Fomento a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, protocolará prestação de contas final dos recursos repassado por força deste Termo de Fomento que deverá ser encaminhada para a Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, e esta posteriormente encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. A Prestação de Contas será constituída de ***Relatório de Cumprimento de Objeto***, apresentada conforme Manual de Remessa de Documentos ao Tribunal de Contas de Mato Grosso e acompanhada de:

I	-	Cópia do Termo de Fomento, com indicação da data de sua publicação;
II	-	Cópia do Termo de Trabalho;
III	-	Cópia das Notas Fiscais e/ou Recibos, indicando o número do Termo de Fomento, recebido pelo credor e atestadas pelo **CONVENENTE;**
IV	-	Relatório da Execução Física-Financeira;
V	-	Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência e, se houver, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro e os saldos;
VI	-	Relação de Pagamentos;
VII	-	Extrato da Conta Bancária específica do recebimento da primeira parcela até o último pagamento;
VIII	-	Conciliação bancária se houver;
IX	-	Copias dos cheques;
X	-	Demonstrativo de Aplicação Financeira.

PARÁGRAFO ÚNICO - As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do **CONVENENTE** devidamente identificado com nº do documento e mantidos em arquivos, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo no prazo de cinco anos contado da aprovação da prestação ou tomada de conta da CONCEDENTE, relativos ao exercício da concessão.

CLÁUSULA OITAVA - DA DEVOLUÇÃO

A CONVENENTE compromete-se a restituir os valores transferidos pela CONCEDENTE através deste Termo de Fomento atualizado monetariamente e acrescidos de juros legais a partir da data do seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

a) Inexecução do objeto da avenca; b) Falta de apresentação da prestação de conta no prazo exigido; c) Utilização de recurso em finalidade diversa da estabelecida, no presente Termo de Cooperação; d) Quando constatada irregularidade em que resulte prejuízo ao erário publico no montante deste. CLAUSULA NONA - DA DENUNCIA E DA RESCISÃO O presente Termo poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por quaisquer das partes ou ainda, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma ou fato que torne material ou formalidade inexequível. PARAGRAFO PRIMEIRO Constitui, particularmente, motivo de rescisão deste convênio a constatação do não comprimento de quaisquer das exigências fixadas entre as partes. PARAGRAFO SEGUNDO Quando ocorrer a denúncia ou a rescisão, fica os partícipes responsável pelas obrigações contraídas, sem prejuízo das sanções legais pertinentes ao caso. CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

A **CONCEDENTE** providenciará a partir da data de assinatura deste convênio sua publicação em extrato, no Diário Oficial do Estado e Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO Constitui, particularmente, motivo de rescisão deste convênio a constatação do não comprimento de quaisquer das exigências fixadas entre as partes. PARÁGRAFO SEGUNDO Quando ocorrer a denúncia ou a rescisão, ficam os partícipes responsável pelas obrigações contraídas, sem prejuízo das sansões legais pertinentes ao caso. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AÇÃO PROMOCIONAL Em toda e qualquer ação promocional relacionada com objetivo descrito na Cláusula Primeira deste instrumento, será obrigatoriamente destacada a participação do CONCEDENTE, ficando vetada aos partícipes utilizar nos empreendimento resultantes deste Termo de Cooperação, nomes, símbolos ou imagens quando caracteriza promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Pactuam-se ainda, seguintes condições:

a) Todas as comunicações relativas a este convênio serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues mediante protocolo ou “fac-símile”. Admite-se o envio de correspondência via “fac-símile”, desde que a CONVENENTE, em ate 05 (cinco) dias úteis apresente o documento original devidamente protocolado.

b) As reuniões entre representantes credenciados pelos partícipes, bem com quaisquer ocorrências que possam ter implicações, serão registradas em ata ou relatório circunstanciado.

c) O plano de trabalho integra este instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pelas vias administrativas, as partes elegem o foro da Comarca de Peixoto de Azevedo - MT.

E, por estarem de comum acordo e compromissados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma com as testemunhas infra-indicadas para que produza os efeitos jurídicos e legais. Peixoto de Azevedo/MT, 01 de Abril de 2019. MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo

CONCEDENTE

WILSON JOSÉ VONSOVSKI

Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

CONVENENTE

Testemunhas:

1ª Assinatura: 2ª Assinatura:

Nome: VANDERLEI FERRARI	Nome: SÓSTENES ÁQUILA SILVA PINHEIRO
CPF: 507.680.349-49	CPF: 008.829.951-11

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 035/2019

DISPÕE SOBRE A REAVALIAÇÃO DE VALORES DOS IMÓVEIS RURAIS DO MUNICIPIO DE POCONÉ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 45, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

Considerando a localização do Município de Poconé-MT, em pleno Pantanal Mato-grossense;

Considerando as possibilidades e legalidade de uso das propriedades rurais, em função do bioma pantanal;

Considerando que os fatores apontados determinam os valores reais comerciais das terras localizadas no Município;

Considerando que os valores reais de comercialização das propriedades rurais devem estar em consonância com os valores registrados em cartório;

Considerando que as transações comerciais de imóveis rurais no Município não tem sido legalizadas por completo;

Considerando o volume de transações comerciais de imóveis rurais que não são concretizadas oficialmente, transformando-se em contratos de gaveta, não sendo registrados em cartórios e nem no setor de tributos municipal;

Considerando que esses fatores comprometem a arrecadação de impostos municipais referente;

Considerando a necessidade de fazer com que todas as transações sejam oficialmente legalizadas e os impostos cobrados;

Considerando o objetivo de adequar-se à realidade de comercialização dos imóveis rurais no Município, principalmente no que diz à pauta de valores comerciais das propriedades,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Definir os preços mínimos para Base de Cálculo do ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis e Laudêmios, para os imóveis rurais, aplicando-se o valor médio de comercialização registrado em cartório.

ARTIGO 2º - Os preços a que se refere o Artigo anterior são fixados pela Prefeitura Municipal, conforme Tabela abaixo:

LOCALIDADE	TOTAL
SANTA RITA	R$ 4.500,00/ha
GUANANDI	R$ 3.850,00/ha
SALOBA	R$ 4.137,86/ha
MATO DENTRO	R$ 4.137,86/ha
JAPÃO	R$ 4.137,86/ha
TRAIRA	R$ 6.000,00/ha
MARAVILHA	R$ 6.000,00/ha
PEDRA BRANCA	R$ 4.500,00/ha
SETE PORCOS	R$ 4.137,86/ha
CUPIM VELHO	R$ 4.137,86/ha
FAZENDA NOVA	R$ 4.137,86/ha
PIRAPUTANGA	R$ 4.137,86/ha
DISTRITO DE CANGAS	R$ 6.000,00/ha
DISTRITO N. SENHORA APARECIDA DO CHUMBO	R$ 6.000,00/ha
JABURU	R$ 3.500,00/ha
BURITI	R$ 4.000,00/ha
ALEGRE	R$ 4.000,00/ha
CAPÃO DE ANGICO	R$ 6.000,00/ha
PANTANAL ALTO	R$ 1.379,28/ha
PANTANAL BAIXO	R$ 800,00/ha

ARTIGO 3º - Caso venha ocorrer transações (vendas), em Sesmarias/localidades que não estiverem relacionadas nesta tabela, caberá a comissão de avaliação deste Poder Executivo Municipal, avaliar o referido imóvel.

ARTIGO 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam – se as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Poconé, 16 de abril de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO CARONA DE PREGÃO N° 03/2019

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria N° 043/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA APLICADA AO SETOR PÚBLICO, ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO NAS ÁREAS FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL, PATRIMONIAL, PLANEJAMENTO E ADMINISTRATIVA AOS SERVIDORES E RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA ENTIDADE, FOI A EMPRESA***:***

L. R. DA SILVA BERNARDI – CNPJ 12.015.532/0001-81

Poconé/MT, 16 de Abril de 2018.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 038/2019

Regulamenta o lançamento, a cobrança e a forma de pagamento do IPTU relativo ao exercício de 2019 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 35, § 2º do Código Tributário Municipal: “O valor venal da construção será calculado através da Tabela de Preços de Construções, levando-se em conta os seguintes fatores: I - padrão ou tipo de construção; II - a área construída; III - o valor unitário de m2 da construção”;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 35, § 3º do Código Tributário Municipal: “A planta de Valores Unitários de Terrenos, bem como qualquer outra tabela que concorra para a fixação da base de cálculo do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, serão atualizadas anualmente por Decreto do Executivo”;

CONSIDERANDO enfim, a necessidade de estabelecer valores aos Imóveis do município, bem como promover a adequada arrecadação do IPTU, com vistas a melhorar a qualidade e a efetividade da prestação dos serviços Públicos;

DECRETA:

Art. 1º - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU será lançado a partir do mês de abril de 2019, em cota única ou em até 07 (sete) parcelas mensais e consecutivas.

Art. 2º - Será emitido Documento de Arrecadação Municipal - DAM, na forma de carnê, com a cota única e as respectivas parcelas, para os imóveis prediais, que serão enviados para o endereço do contribuinte que constar do Cadastro Imobiliário do Município.

§ 1º - As guias para pagamento do IPTU de imóveis territoriais deverão ser retiradas no Departamento de Tributos do Município ou via internet no site da Prefeitura Municipal de Poconé através do endereço eletrônico "http://iptu.pocone.mt.gov.br/emissao-de-guia-do-iptu".

§ 2º - Os contribuintes que não receberem o carnê referente ao IPTU do seu imóvel predial até 30 (trinta) de abril de 2019 deverão retirar o Documento de Arrecadação - DAM na Prefeitura Municipal de Poconé, através do Departamento de Tributos Municipais, ou ainda através do site da

Prefeitura de Poconé através do endereço eletrônico "http://iptu.pocone.mt.gov.br/emissao-de-guia-do-iptu", para fazer jus ao desconto concedido.

§ 3º - O não recebimento do carnê de IPTU não exclui a responsabilidade do contribuinte quanto ao pagamento tempestivo da obrigação tributária relativa ao IPTU.

Art. 3º - A data de vencimento da cota única com desconto e da primeira parcela do IPTU 2019 será o dia 31.05.2019 e as demais parcelas vencerão conforme especificado no quadro abaixo:

PARCELA	VENCIMENTO
00 e 01	31.05.2019
02	28.06.2019
03	31.07.2019
04	30.08.2019
05	30.09.2019
06	31.10.2019
07	29.11.2019

Parágrafo único - O valor mínimo da parcela será de R$ 30,00 (trinta reais).

Art. 4º - Será concedido aos contribuintes que realizarem o pagamento em cota única até o dia 31.05.2019 o desconto de 10% (dez por cento).

§ 1º - Após o dia 31 (trinta e um) de maio de 2019, não será concedido o desconto para o pagamento da cota única do IPTU 2019, exceto no caso previsto no § 2º do art. 5º deste Decreto.

Art. 5º - O contribuinte que não concordar com o valor do IPTU poderá requerer revisão até o dia 28 de junho de 2019.

§ 1º - O pedido de revisão, devidamente fundamentado e instruído com a documentação comprobatória das alegações apresentadas, deverá ser protocolizado no Protocolo geral da Prefeitura Municipal de Poconé, sito à Praça da Matriz s/nº.

§ 2º - Caso o pedido de revisão, protocolizado dentro do prazo previsto no caput deste artigo, seja parcial ou integralmente procedente, será concedido o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência do contribuinte à decisão, para pagamento da cota única com o desconto previsto neste Decreto sem juros e sem multa.

§ 3º - Caso o pedido de revisão seja considerado improcedente, será concedido o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência do contribuinte à decisão, para pagamento sem desconto e sem acréscimo de juros e multa.

§ 4º - O pedido de revisão protocolizado fora do prazo previsto no caput deste artigo não será objeto de análise, podendo a autoridade fiscal competente rever o lançamento de ofício, com base nas informações prestadas pelo contribuinte, sem prejuízo dos acréscimos legais.

§ 5º - No caso previsto no § 4º deste artigo, se a autoridade julgar o pedido improcedente e mantiver o lançamento, será exigido o pagamento do imposto, sem desconto e com a incidência de juros e multa moratórios,

Art. 6º - A isenção prevista no art. na Lei Complementar nº 1.553/2009 deverá ser requerida no período de 12.04.2019 a 28.06.2019 e terá validade até 31/12/2019, salvo os pedidos já requeridos e protocolados, que se encontram no Departamento de Tributos.

Parágrafo único - Se o pedido de isenção for indeferido, será concedido o prazo de 30 dias, a partir da ciência do contribuinte à decisão, para pagamento sem desconto e sem a incidência de juros e multa.

Art. 7º - Para fins de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano do exercício de 2019 será utilizado o valor venal do imóvel, apurado através da Planta de Valores Genéricos, regulamentada pelo Decreto Nº 041/2018 de 12 de junho de 2018, nos termos da legislação tributária vigente.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 16 de abril de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 084/2019

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR o Senhor ***ADEMAR VIVAN JUNIOR*** Portador do RG 1374997-8 SSP/MT inscrito no CPF 721.406.071-04, ***AUDITOR INTERNO – SEAD*** *para exercer o cargo* de ***CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO***desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 15 de abril de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO CARONA DE PREGÃO N° 02/2019

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria N° 043/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS EM CONSULTORIA E APOIO NA APURAÇÃO DE VALOR ADICIONADO AO MUNICIPIO, BEM COMO TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA EQUIPE DE TRABALHO MUNICIPAL, COM VISTAS AO CALCULO DO IPM – INDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA ARRECADAÇÃO DO ICMS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, FOI A EMPRESA***:***

ALEXANDRE JOSE DE SOUZA LOPES (APOIO CENTRO INTEGRADO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – CNPJ 08.878.857/0001-10

Poconé/MT, 16 de Abril de 2018.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA
AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇO N° 001/2019

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 036/2019, de 05/02/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCLUSÃO DA OBRA DA UPA 24 HORA, FOI A EMPRESA:***

CONSTRUTORA ALTO MONTE–EIRELLI-EPP CNPJ: 22.103.781/0001-82

Poconé-MT, 15 de Abril 2019.

ERASMO PAULO DE LIMA

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA
AVISO DE RESULTADO PREGÃO N° 013/2019

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 043/2019, de 01/03/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MAPEAMENTO GEOGRÁFICO PARA CRIAÇÃO DO INVENTÁRIO TURISTICO DO MUNICIPIO DE POCONÉ, FOI A EMPRESA:***

VARANIS DE SOUZA E SILVA SOUZA LTDA CNPJ: 12.399.451/00001-22

Poconé-MT, 11 de Abril 2019.

ERASMO PAULO DE LIMA Pregoeiro

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO N° 011/2019

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 043/2019, de 05/02/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE MÍDIA PRODUZIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONE/MT, FOI:**

DOIS PONTOS SOLUÇÕES EM MARKETING LTDA CNPJ: 10.757.389/0001-78

Poconé-MT, 15 de Abril de 2019.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

SETOR DE LICITAÇÕES
JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO Nº 1428/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº011/2019

REGISTRO DE PREÇOS

RECORRENTE: OLK COMUNICAÇÕES.

RECORRIDO: DOIS PONTOS SOLUÇÕES EM MARKETING LTDA.

I – DO RELATÓRIO

Em 27/03/2019 a empresa OLK Soluções, ao ser indagada manifestou a intenção de recorrer, sob o argumento de não ter ocorrida a interpretação corretado edital.

No dia 02/04/2019 a empresa OLK Soluções interpôs recurso via e-mail, devidamente qualificada nos autos, em face do resultado da licitação, aduzindo em síntese a sua insatisfação no tocante à decisão do Pregoeiro, que habilitou e declarou vencedora do item, a empresa DOIS PONTOS SOLUÇÕES EM MARKETING LTDA, após fase de lances a recorrente, esperando assim a fase de habilitação, o que foi a empresa habilitada e declarada vencedora.

Em 08/04/2019 a empresa recorrida DOIS PONTOS SOLUÇÕES EM MARKETING LTDA, apresentou contrarrazões do recurso interposto.

É a breve o relatório.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cabe ressaltar que o procedimento licitatório na modalidade Pregão, rege-se pela Lei Federal nº 10.520/02, bem como pela Lei nº8. 666/93, que deverá ser aplicada de forma subsidiária, conforme preceito do art. 9º da Lei 10.520/02.

Isto posto, traz-se à análise, para maior elucidação dos fatos, as seguintes considerações, que refutam as argumentações elaboradas pela recorrente: A empresa ataca a decisão do Pregoeiro, que declarou vencedora e habilitada a recorrida, e pede que seja reformada a decisão.

Primeiramente quanto a apresentação do recurso, é necessário esclarecer que as regras dispostas edital, vejamos:

12.1 – os recursos deverão ser manifestados, verbalmente, no final da sessão, após a declaração do vencedor pelo pregoeiro, **devendo o interessado indicar o(s) ato(s) atacado(s) e a síntese das suas razões (motivação)**, que serão registradas em ata".

12.13 Não serão aceitos recursos encaminhadas por e-mail ou fax.

Apesar da manifestação verbal pela intenção de recorrer, a empresa OLK Soluções, o fez de forma genérica, não apresentando argumentos capazes de tornarem conhecidos os motivos do recurso, apresentando argumentos vazios conforme transcrito: *"a mesma disseram que sim por não ter tido a interpretação correta do edital*", não preenchendo a regras para interposição do presente recurso.

Ademais, verifica-se que não foi observado o item 12.13, pela recorrente, tendo em vista que o recurso foi protocolado via e-mail.

Diante disso, verifica-se que o recurso apresentado pela Recorrente não atende as formalidades legais, do instrumento vinculatório.

De outro lado, ainda que ultrapassada as formadas legais, verifica-se no item 8.1 que, para o "julgamento da licitação será adotado o **CRITÉRIO DE MAIOR DESCONTO, SERÁ SOBRE O DESCONTO PADRÃO DE AGÊNCIA,** por **LOTE ÚNICO**".

Constata-se ainda que o r. Edital 011/2019, é auto didático, de fácil interpretação, propicio por si só a esclarecer a regras que estabelecem a pretendida contratação.

Neste sentido a justificativa contemplada no rol dos documentos que integram o edital e acompanham o procedimento, destacada no item 13 do termo de referência, também é apto a esclarecer as duvidas com relação as normas publicitárias e a legalidade da modalidade escolhida.

Contudo, o edital deixa claro que o desconto será ofertado sobre o DESCONTO PADRÃO DA AGÊNCIA (20%), referente a uma estimativa de desembolso da Prefeitura para o serviço de veiculação de mídia, pelo período de 12 (doze) meses.

Portanto a proposta apresentada pela empresa DOIS PONTOS SOLUÇÕES EM MARKETING atendeu aos quesitos legais.

III – DA DECISÃO

Diante de todo o exposto, e, em observância aos Princípios Basilares da Licitação, e à legislação de regência, INFORMA que em referência aos fatos apresentados e da análise realizada nas razões e tudo o mais que consta dos autos, opina à autoridade superior competente pela seguinte decisão:

No mérito, **NEGAR PROVIMENTO ao RECURSO ADMINISTRATIVO**, vez que as argumentações apresentadas pela Recorrente demonstraram fatos incapazes de reformar os atos do Pregoeiro, que da mais acertada decisão, declarou vencedora a empresa DOIS PONTOS, tendo em vista que a proposta de preço apresentada pela vencedora atendeu aos quesitos previstos no edital.

Desta feita, submeto o presente processo à autoridade superior para que profira decisão, salientando que esta é desvinculada deste parecer informativo.

Poconé-MT, 15 de Abril de 2019.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CERTIDÃO Nº 004/2019 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVA E TÍTULOS Nº 001/2018

CERTIDÃO Nº 004/2019 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVA E TÍTULOS Nº 001/2018

Eu, GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia – MT, **CERTIFICO** para os devidos fins de direito, e a quem possa interessar que o(a) candidato(a): **Dorvalina Soares da Silva Santos**, cargo: Inspetor de Alunos, Classificado no 16º lugar, convocado(a) através do Decreto n° 1983/2019, **desistiu de tomar posse no respectivo cargo,** para qual fora classificado(a) no Processo Seletivo Simplificado de Prova e Títulos nº 001/2018, realizado pelo Município de Pontal do Araguaia – MT, para contratação temporária de excepcional interesse público.

Salientamos que o Município procedeu conforme determina o Edital do Certame, convocando o(a) mesmo(a) através de Decreto n° 1983/2019, de 12/04/2019.

Sendo o que tenho a declarar, firmo o presente para que surta seus efeitos legais.

Pontal do Araguaia – MT, 16 de Abril de 2019.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

PORTARIA Nº 082/2019

CEDE O PREGOEIRO PARA A CAMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA – MT.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES, Prefeito Municipal de Ponte Branca/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, conforme as normas gerais de Direito Público, Lei Orgânica Municipal, Constituição Federal e demais disposição atinentes à matéria, em especial Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, através da presente Portaria;

R E S O L V E :

Art. 1º. Ceder o Pregoeiro designado na Portaria Municipal nº 077, 08 de Abril de 2019, para proceder a condução do Pregão Presencial 002/2019 a ser realizado pela Câmara Municipal de Ponte Branca-MT.

Art. 2º. Para a Equipe de Apoio serão utilizados os membros da Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Ponte Branca – MT, designados pela Portaria nº. 001, de 02 de Janeiro de 2019.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de assinatura, revogando as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Ponte Branca/MT, 09 de Abril de 2019.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DA ATA RP Nº 24 2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO N°.17/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°. 10/2019.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: , AUTO POSTO TIGRÃO LTDA-EPP, inscrita no CNPJ/MF nº. 20.499.184/0001-93.

Valor total R$ Valor total R$ 172.040,00 (Cento e setenta e dois mil e quarenta reais).

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma, 10/04/2019.

OBJETO: Ata de Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de COMBUSTIVEL, para atender as secretarias desta municipalidade, com entrega em Porto Alegre do Norte-MT, conforme a demanda.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 870/2019 REGULAMENTA O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL

LEI N° 870/2019

"REGULAMENTA O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE**, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica Regulamentado o Programa Criança Feliz no âmbito da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças de primeira infância priorizando gestantes e crianças de até 03 (três) anos de idade, que são beneficiárias do programa Bolsa Família e de crianças de até 06 (seis) anos cujas famílias sejam beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC). As famílias beneficiadas pelo programa serão acompanhadas por profissionais capacitados que promoverão visitas periódicas.

Art. 2º - Os profissionais a que se refere o artigo supra desenvolverão atividades específicas, visando atender as necessidades do Programa Criança Feliz, segundo as exigências estabelecidas no programa a nível nacional:

I – 01 (uma) vaga para Supervisor do Programa Criança Feliz;

II – 03 (três) vagas para Visitador do Programa Criança Feliz.

Art. 3º - O supervisor é o profissional responsável por acompanhar e apoiar os visitadores no planejamento e desenvolvimento do trabalho e nas visitas domiciliares, com reflexões e orientações. Compete ao Supervisor do Programa Criança Feliz:

I - Realizar a caracterização e diagnóstico do território por meio de formulário específico;

II - Realizar reuniões semanais com os visitadores para planejar a visita domiciliar;

III - Acompanhar, quando necessário, os visitadores na realização das visitas domiciliares às famílias incluídas no Programa Criança Feliz;

IV - Acolher, discutir e realizar encaminhamentos das demandas trazidas pelo visitador;

V - Fazer devolutiva ao visitador acerca das demandas solicitadas;

VI - Organizar reuniões individuais ou em grupo com os visitadores para realização de estudos de caso;

VII - Participar de reuniões intersetoriais para realização de estudo de caso;

VIII - Participar de reuniões com o Comitê Gestor Municipal;

IX - Realizar capacitações para visitadores;

X - Identificar temáticas relevantes e necessárias para realização de capacitação contínua dos visitadores;

XI - Solicitar ao Comitê Gestor Municipal a realização de capacitação para os visitadores;

XII - Auxiliar na identificação de profissionais para participação na capacitação para os visitadores;

XIII - Realizar o registro das informações das famílias no Programa Criança Feliz, bem como das visitas domiciliares no Prontuário Eletrônico do SUAS;

XIV - Preencher relatórios de acompanhamento das visitas domiciliares.

Art. 4º - O visitador é o profissional responsável por planejar e realizar a visita domiciliar às famílias do Programa Criança Feliz, com apoio e acompanhamento do supervisor. Compete ao Visitador do Programa Criança Feliz:

I - Realizar a caracterização da família, por meio de formulário específico;

II - Realizar a caracterização da gestante, por meio de formulário específico;

III - Realizar a caracterização da criança, por meio de formulário específico;

IV - Realizar o diagnóstico inicial do desenvolvimento infantil, por meio de formulário específico;

V - Preencher o instrumento “Plano de Visita” para planejamento do trabalho junto às famílias;

VI - Realizar o trabalho diretamente com as famílias, por meio das visitas domiciliares, orientando-as para o fortalecimento do vínculo e capacitando-as para realizar as atividades de estimulação para o desenvolvimento integral da criança, desde a gestação;

VII - Orientar as famílias sobre as atividades de estimulação adequadas à criança a partir do diagnóstico inicial de seu desenvolvimento;

VIII - Acompanhar e apoiar as ações educativas realizadas pelas próprias famílias junto às crianças e as ações realizadas pelas gestantes;

IX - Acompanhar os resultados alcançados pelas crianças e pelas gestantes;

X - Participar de reuniões semanais com o supervisor para repassar o trabalho realizado durante a visita domiciliar e para planejar as Modalidades de Atenção;

XI - Executar o cronograma de visitas domiciliares às famílias; XIII - Participar das capacitações destinadas aos visitadores;

XII - Colaborar com o supervisor no levantamento de temáticas a serem abordadas na educação continuada e permanente;

XIII - Informar imediatamente ao supervisor situações em que forem identificadas ou percebidas circunstâncias ou casos que indiquem problemas na família como, por exemplo, suspeita de violência doméstica e dificuldades de diagnóstico precoce ou de acesso a serviços e direitos de crianças com deficiência, para que o supervisor acione a rede de serviços;

XIV - Realizar o acompanhamento da criança, por meio de formulário específico.

Art. 5º - Para o desempenho das funções de Supervisor e Visitador acima citadas, se fazem necessários os seguintes requisitos:

I – Para o cargo Supervisor é necessário profissional com formação superior completa. Preferencialmente com formação nos cursos de contabilidade, direito, economia, serviço social, ciências sociais e pedagogia.

II – Para o cargo de visitador se faz necessário ao menos o ensino médio completo.

Art. 6º - Tratando-se de atividades de caráter provisória, com duração condicionada ao tempo de adesão do Município ao programa em epígrafe, os funcionários efetivos ou comissionados que vierem a exercer qualquer das funções supra, receberão quantia a título de indenização para compensar dano ou ressarcir gastos dos servidores, relativo ao desenvolvimento das ações do programa, conforme segue abaixo:

I - O Supervisor do Programa Criança Feliz no Município de Porto Alegre do Norte receberá o valor de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

II – Cada visitador do Programa Criança Feliz no Município de porto Alegre do Norte receberá o valor de R$ 700,00 (setecentos reais).

Parágrafo único – Deverá ser apresentado relatório demonstrando a realização das atividades realizadas.

Art. 7º - Poderá ser usado o repasse feito pelo Governo Federal, destinado à manutenção do Programa Criança Feliz, para pagamento do auxílio pecuniário destinado aos servidores que estiverem desempenhando as funções descritas acima.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2019, revogando as disposições em contrário.

Porto Alegre do Norte - MT, 15 de Abril de 2019.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 108/2019 NOMEAÇÃO

PORTARIA Nº 108/2019 10/04/2019

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições conferidas pelo artigo 44º, incisos VI e, IX da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o servidor municipal, Sr. **ANDERSON VELTER**, portador da CIRG 7049783561 PC/RS, CPF 823.488.710.68 E Matricula Funcional nº 847, para o exercício do Cargo Comissionado de ENCARREGADO ADMINISTRATIVO pelo Pronto Atendimento do município de Porto Alegre do Norte-MT.

Art. 2º - A remuneração do nomeado na forma do artigo 1º será a constante da Lei nº 307/1998 e suas alterações posteriores (Plano de Cargos e Salários do Município de Porto Alegre do Norte MT).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogam-se as disposições em contrario.

.

Gabinete do Prefeito–Porto Alegre do Norte-MT, 10 de abril de 2019.

P u b l i q u e – s e

R e g i s t r e – s e

C u m p r a – s e.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO N°.17/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°. 10/2019.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: MARCOS H.B. PINHEIRO-EPP, inscrita no CNPJ/MF nº. 05. 156.937/0001-74

Valor total R$ 1.197.932,20 (Um Milhão, cento e noventa e sete mil, e novecentos e trinta e dois reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma, 10/04/2019.

OBJETO: Ata de Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de COMBUSTIVEL, para atender as secretarias desta municipalidade, com entrega em Porto Alegre do Norte-MT, conforme a demanda.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 114/2019 DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA

PORTARIA Nº 114/2019

16/04/2019

"Conceder Licença para Desempenho de Mandato Classista para servidora e dá outras providencias**".**

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas em lei,

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder a servidora municipal Sr.ª **LUZIENE DIAS GUIMARAES**, portadora do CPF nº 513.948.981.34, RG nº 369322 SSP/MT e Matrícula Funcional nº 09, ocupante do cargo de Telefonista, LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA no SISPUMPAN – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Porto Alegre do Norte - MT , 2018/2022, em conformidade com a Lei Municipal 148/92, Artigo 125 e seus § 1º e 2º, a partir do dia 16/04/2019.

Art. 2º. A licença terá duração igual ao período de mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição.

.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 16 de abril 2019.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
DECRETO MUNICIPAL Nº. 048/2019. DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E FERIADO NACIONAL PAIXÃO DE CRISTO

(QUE DISPÕE SOBRE FERIADO NACIONAL E PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICIPIO DE PORTO ESTRELA/MT).

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado, neste dia **18 de Abril – Quinta- Feira – Ponto Facultativo,** e no dia **19 de Abril – Feriado de Sexta-Feira da Paixão,** para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

Art. 2º - Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Estrela/MT, 16 de Abril de 2019.

EUGENIO PELACHIM

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/FUNDO DE PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 011/2019 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO AUXILIO-DOENÇA AO SERVIDOR SR FABIO HATAMOTO MIRANDA."

O Sr **Sergio Aparecido Paulino - Gestor do PREVI-PORTO** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PORTO ESTRELA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16 da Lei Municipal n.º 339/2007, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXILIO - DOENÇA, ao servidor **Sr. FABIO HATAMOTO MIRANDA**, efetivo no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA- SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO, com vencimentos integrais, a partir de 20/02/2019 e termino em 19/05/2019, conforme processo administrativo do PREVI-PORTO, n.º **2019.05.00002R1**.

.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PORTO ESTRELA - MT, 15/04/2019

SERGIO APARECIDO PAULINO

Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social - PREVI-PORTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE SOFTWARE INTEGRADO PARA GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA.

TERMO DE RETIFICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório

Pregão Presencial nº 002/2019

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por Item, com a finalidade de selecionar a melhor proposta, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE SOFTWARE INTEGRADO PARA GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL SENDO NA ATENÇÃO BÁSICA, MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE, REGULAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO, CAPACITAÇÕES PARA AS EQUIPES DE SAUDE ENTRE OUTRAS NECESSIDADES INERENTES AO SUPORTE DA GESTÃO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PORTO ESTRELA/MT

CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NOS ANEXOS, QUE SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE ATO CONVOCATÓRIO.

O Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, tendo em vista o que consta no processo licitatório nº. 002/2019, NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por Item, com a finalidade de selecionar a melhor proposta, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE SOFTWARE INTEGRADO PARA GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NOS ANEXOS, QUE SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE ATO CONVOCATÓRIO, e considerando a legitimidade do procedimento licitatório de que tratam os autos, e especialmente o resultado do julgamento proferida pelo pregoeiro e equipe de apoio, parecer jurídico proferido pela Procuradoria Geral do Município e em conformidade com o disposto no Artigo 43, Inciso VI, da Lei Federal nº. 8.666/93 e Lei nº. 10.520/02 e suas posteriores alterações;

DESTA FORMA RESOLVE:

HOMOLOGAR, a presente Licitação, adjudicando seu objeto, a empresa TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS LTDA-ME, portadora do CNPJ: Nº 11.601.924/0001-60, com o valor total estimado em R$ 71. 080,00 (Setenta e Um Mil e Oitenta Reais).

Onde se lê: Porto Estrela/MT, 12 de Janeiro de 2019.

Leia-se: Porto Estrela/MT, 12 de Abril de 2019.

Eugênio Pelachim

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
DECRETO MUNICIPAL Nº 046/2019 INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERSETORIAL MUNICIPAL

INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERSETORIAL MUNICIPAL – GTI-M DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA – PSE, NA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUGÊNIO PELACHIM, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, ESTADO DO MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Orgânica Municipal e conforme Termo de Compromisso firmado com os Ministérios de Estado da Educação e Saúde.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal – GTI-M, com objetivo de implantar, implementar e monitorar o Programa Saúde na Escola.

Art. 2° - O Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal – GTI-M tem por finalidade desenvolver ações articuladas e integradas permanentes da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida, contribuindo para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

Art. 3° - Compete ao GTI-M do PSE:

I - apoiar a implantação dos princípios e diretrizes do PSE no planejamento, monitoramento, execução, avaliação e gestão dos recursos financeiros;

II - articular a inclusão dos temas relacionados às ações do PSE nos projetos políticos pedagógicos das escolas;

III - definir as escolas públicas federais, estaduais (em articulação com o Estado) e municipais a serem atendidas no âmbito do PSE, considerando-se as áreas de vulnerabilidade social, os territórios de abrangência das Equipes de Atenção Básica e os critérios indicados pelo Governo Federal;

IV - possibilitar a integração e planejamento conjunto entre as Equipes das Escolas e as Equipes de Atenção Básica;

V - subsidiar a assinatura do Termo de Compromisso assinado pelos Secretários Municipais de Educação e Saúde;

VI - participar do planejamento integrado de educação permanente e formação continuada e viabilizar sua execução;

VII - apoiar, qualificar e garantir o preenchimento do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PSE;

VIII - propor estratégias específicas de cooperação entre Estados e Municípios para a implementação e gestão do cuidado em saúde dos educandos no âmbito municipal;

IX - garantir que os materiais do PSE, enviados pelo Ministério da Educação, sejam entregues e utilizados de forma adequada pelas Equipes de Atenção Básica e Equipes das Escolas; e

X - elaborar Plano de Ação que considere a realidade do Município e criar estratégias diferenciadas para as situações evidenciadas em cada microterritório.

Art. 4° - O GTI-M será composto pelos representantes das Secretarias e Órgãos abaixo elencados:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA:

ADJANE MINOTTI DE ARAUJO

NIZAINE TENÓRIO DE OLIVEIRA

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

BERENICE FERREIRA RAMOS

ANDREIA FARIA LOPES

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE SAÚDE

MANOEL ODIR DA CRUZ

ANA MARIA PARRON B. SANTOS FERRARI

REPRESENTANTES E.E. REGINA TENÓRIO DE OLIVEIRA:

Maria Ivanilza Magalhães Costa

Vilma Aparecida Ferreira dos Santos

Art. 5° - A participação no GTI-M será considerada prestação de serviços relevantes e não remunerada.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto Estrela/MT, 16 de Abril de 2018.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
DECRETO MUNICIPAL Nº 047/2019-QUE FIXA NORMAS PARA LANÇAMENTO DE IMPOSTO E DAS TAXAS QUE COM ELE SÃO COBRADAS, RELATIVO AO IPTU-2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que foram conferidas pelo artigo 201 e tanto em vista o disposto no § 1º e 4º da Lei Complementar nº 007, de 20 de Dezembro de 2006, sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercícios de 2019.

DECRETA:

Art. 1º O Contribuinte será notificado, mediante notificação e enviados ao domicilio indicado no cadastro imobiliário, do lançamento do imposto sobre a propriedade Predial e Terretorial Urbana e as Taxas que ele são cobrados do exercício de 2019 e disporá de prazo para pagamento.

Parágrafo único – Os contribuintes terão o seguinte beneficio de :

I – Para pagamento de cota única , até o dia 31 de Maio de 2019.

II - O pagamento parcelado com até duas vezes, com seguintes vencimentos:

1º parcela 31/05/2019

2º parcela 01/07/2019

Art. 2º Sobre tributos e as parcelas vencidas incidirão em juros de 1% (por cento) ao mês ou fração, atualização monetaria anual pela variação da Unidade Padrão Fiscal do Município, bem como moratória a partir da data do vencimento de 2% (Dois por Cento).

Art. 3º - O IPTU e as taxas que com ele são cobradas, não recolhidas no exercícios a que se referir o lançamento, será inscrito como Divida Ativa.

Art. 4º. - O contribunte que não receber a guia de pagamento do IPTU do exercício de 2.019, deverá requerer sua emissão na Administração Municipal, situado na Av. José Antônio de Farias, Centro.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Estrela/MT, 16 de Abril de 2019.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/FUNDO DE PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 012/2019 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO AUXILIO-DOENÇA A SERVIDORA SRª MARIA APARECIDA DOS SANTOS ALMEIDA."

O Sr **Sergio Aparecido Paulino - Gestor do PREVI-PORTO** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PORTO ESTRELA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16 da Lei Municipal n.º 339/2007, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXILIO - DOENÇA, a servidora **Srª. MARIA APARECIDA DOS SANTOS ALMEIDA**, efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇO PUBLICO, lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA- SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, referencia "N/E", Nivel N/E (1) , lotado na ESCOLA RURAL, com vencimentos integrais, a partir de 11/04/2019 e termino em 10/06/2019, conforme processo administrativo do PREVI-PORTO, n.º **2019.05.00007P**.

.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PORTO ESTRELA - MT, 15/04/2019

SERGIO APARECIDO PAULINO

Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social - PREVI-PORTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2019 DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

(QUE NOMEIA E DA POSSE AOS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO as atribuições conferidas pela Lei Municipal 301/ 2006 de 11 de Abril de 2006, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto no 5. 839, de 11 de julho de 2006.

D E C R E T A:

Art. 1º - Nomear e dar posse aos membros para compor o **Conselho Municipal de Saúde (CMS)**, com **exercício de 02 (Dois) anos**.

Parágrafo único. Os membros que compõem a comissão são os seguintes:

DIRETORIA:

Presidente: Eduardo Batista dos Santos

Vice Presidente: Aluirson Figueiredo Neto Junior

1º Secretario (a): Maria Elizete Ferreira do Rosario Batista

2º Secretario (a): Divina da Silva Ferreira

ENTIDADES REPRESENTATIVAS:

APAE

Titular: Elina Maria Ferreira

Suplente: Juliana Leonel Papa

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Francisco Félix Sobrinho

Suplente: Antonio da Costa

Associação de Bairros

Titular: Erondina Rodrigues da Silva

Suplente: Benilza da Costa Silva Caldeira

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Divina da Silva Ferreira

Suplente: Drieli Ramos Rocha

PODER LEGISLATIVO

Titular: Luis Vieira da Silva

Suplente: Denisson Brilhadori

Trabalhadores da Saúde

Titular: Ana Maria Parron

Suplente: Manoel Odir da Cruz

Entidades Representativas das Igreja Evangélicas

Titular: Eduardo Batista dos Santos

Suplente: Maria Elizete Ferreira do Rosário

Entidades Representativas Igreja Católica

Titular: Elsa Santinelo Gramulha

Suplente: Marilda Nogueira

Art. 2º - As informações do presente decreto foram frutos da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde n.º 005 de 10 de Outubro de 2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de outubro de 2018, revogando as disposições em contrário.

Publique, registre-se, comunique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2019.

EUGENIO PELACHIM

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/FUNDO DE PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 010/2019 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO AUXILIO-DOENÇA AO SERVIDOR SR ORLANDO PEREIRA DA SILVA."

O Sr **Sergio Aparecido Paulino - Gestor do PREVI-PORTO** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PORTO ESTRELA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16 da Lei Municipal n.º 339/2007, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXILIO - DOENÇA, ao servidor **Sr. ORLANDO PEREIRA DA SILVA**, efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇO PUBLICO, lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA-SECRETARIA MUN. DE OBRAS/ INFRAESTRUTURA, com vencimentos integrais, a partir de 23/01/2019 e termino em 29/01/2020, conforme processo administrativo do PREVI-PORTO, n.º **2018.05.00003R3**.

.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PORTO ESTRELA - MT, 15/04/2019

SERGIO APARECIDO PAULINO

Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social - PREVI-PORTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL N.º 014, DE 16 DE ABRIL DE 2019

DECRETO N.º 014/2019 Poxoréu/MT, 16 de abril de 2019.

Altera o Decreto n.º 002, de 14/01/2019, na forma que menciona.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Poxoréu/MT, especialmente o contido no art. 113, inciso I, alínea *a* e;

DECRETA:

Art. 1.º Fica inserido o inciso IV, no artigo 2.º, do Decreto Municipal n.º 002, de 14/01/2019, que terá a seguinte redação:

***IV –** 18 de abril (quinta-feira) – data inicial do Tríduo Pascal, comumente denominado quinta-feira santa.*

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Decreto foi devidamente publicado no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu na data de 16 de abril de 2019, em conformidade com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu.

ASSESSORIA JURÍDICA
PARECER JURÍDICO ADMINISTRATIVO N.º 030/2019

AO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

PARECER JURÍDICO ADMINISTRATIVO N.º 030/2019

EMENTA: O SETOR DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU/MT PUGNA POR PARECER SOBRE PEDIDO DE ELEVAÇÃO DE CLASSE. ATOS DE MERO EXPEDIENTE. SIMPLES CUMPRIMENTO DE REQUISITOS. ANÁLISE ESTRITA ACERCA DA RELAÇÃO JURÍDICA QUE ADVÉM DA MATÉRIA. PARECER MERAMENTE OPINATIVO.

Fora encaminhado a este Setor Jurídico, pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Poxoréu/MT, através do Memorando n.º 026/2019, de 10/04/2019, protocolado diretamente com o Advogado signatário, requerimento de Parecer Jurídico quanto à possibilidade de Elevação de Classe dos servidores **Aparecida Queiroz Costa (Apoio Educacional I – Nutrição Escolar – Lei Municipal n.º 1.512/2012)**; **Francisco Silva de Oliveira (Motorista – Lei Municipal n.º 1.500/2012)**; **Sônia Lúcia Souza Silva Reis (Apoio Educacional I – Nutrição Escolar – Lei Municipal n.º 1.512/2012)** e **Maria Nilza de Oliveira (atualmente Apoio Educacional II – Lei Municipal n.º 1.512/2012)**.

Junto com o referido Memorando vieram, também, as pastas funcionais dos servidores interessados e as cópias dos certificados de conclusão com históricos escolares.

É o relatório.

A princípio, cabe a este Advogado explanar à Administração Pública municipal acerca da diferenciação entre Parecer Jurídico Vinculante e Parecer Jurídico Não-vinculante, termos já analisados, inclusive, pelo STF, que norteiam os pareceristas e os tomadores de pareceres nas responsabilidades assumidas.

Vejamos:

*Controle externo. Auditoria pelo TCU. Responsabilidade de procurador de autarquia por emissão de parecer técnico-jurídico de natureza opinativa. Segurança deferida. Repercussões da natureza jurídico-administrativa do parecer jurídico: **(i) quando a consulta é facultativa, a autoridade não se vincula ao parecer proferido, sendo que seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo; (ii) quando a consulta é obrigatória, a autoridade administrativa se vincula a emitir o ato como submetido à consultoria, com parecer favorável ou contrário, e se pretender praticar ato de forma diversa da apresentada à consultoria, deverá submetê-lo a novo parecer; (iii) quando a lei estabelece a obrigação de decidir à luz de parecer vinculante, essa manifestação de teor jurídico deixa de ser meramente opinativa e o administrador não poderá decidir senão nos termos da conclusão do parecer ou, então, não decidir.** No caso de que cuidam os autos, o parecer emitido pelo impetrante não tinha caráter vinculante. Sua aprovação pelo superior hierárquico não desvirtua sua natureza opinativa, nem o torna parte de ato administrativo posterior do qual possa eventualmente decorrer dano ao erário, mas apenas incorpora sua fundamentação ao ato. Controle externo: **é lícito concluir que é abusiva a responsabilização do parecerista à luz de uma alargada relação de causalidade entre seu parecer e o ato administrativo do qual tenha resultado dano ao erário.** Salvo demonstração de culpa ou erro grosseiro, submetida às instâncias administrativo-disciplinares ou jurisdicionais próprias, não cave a responsabilização do advogado público pelo conteúdo de seu parecer de natureza meramente opinativa. [**MS 24.631**, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 9-8-2007, P. DJ de 1.º-2-2008]*

Neste contexto, o julgado acima traz segurança jurídica ao parecerista que emite sua opinião em atos, muitas vezes, de mero expediente, que não detém qualquer divergência interpretativa, mas que são requeridos por gestores que, na intensão de se valerem do mesmo para se escusarem de suas responsabilidades, o pleiteiam, vislumbrando uma espécie de escudo.

Afirme-se, portanto, que em casos desta natureza, a covardia do responsável pela tomada de decisão não o exime das responsabilidades pelas consequências do ato praticado, nem torna o parecerista responsável junto consigo mesmo, eis que, nos termos do entendimento jurisprudencial do STF, o Parecer Jurídico Não-vinculante não traz responsabilidade àquele que o emite.

Feitas estas considerações iniciais, de caráter genérico e contextual, acerca da responsabilidade do Parecerista pela opinião explanada, passo à manifestação, afirmando que, pela matéria sob análise, o presente Parecer é **NÃO-VINCULATIVO**, não sendo obrigatório seu acatamento.

DO CASO EM CONCRETO

Tendo em vista que o Setor de Recursos Humanos pleiteou, conjuntamente, Parecer Jurídico acerca da situação funcional dos servidores supramencionados, passo, neste contexto, a individualizá-los, com o intuito de melhor me fazer entender.

Do servidor FRANCISCO SILVA DE OLIVEIRA (Motorista – Lei Municipal n.º 1.500/2012), vinculado à Lei Municipal n.º 1.500/2012

O servidor é efetivo no cargo de *Motorista*, pertencente à Lei Municipal n.º 1.500/2012, descrito pela mencionada norma, nos seguintes termos:

ANEXO I (Redação dada pela Lei Municipal n.º 1.800/2016)

QUADRO DE CARGOS

N.º	*Cargo*	*Escolaridade Mínima*	*Carga Horária*	*Grupo de Cargos*	*Grupo de Subsídios*	*Vagas*
[...]	*[...]*	*[...]*	*[...]*	*[...]*	*[...]*	*[...]*
34	*Motorista*	*Ensino Fundamental Incompleto, mais habilitação na Categoria A, B, C, D, E*	*40*	*I*	*C*	*45*
[...]	*[...]*	*[...]*	*[...]*	*[...]*	*[...]*	*[...]*

Sendo o cargo do Requerente vinculado ao Grupo de Cargos I, consoante mencionado acima, indiquemos como se promove a carreira do mesmo, quando de nova qualificação:

ANEXO III (Redação dada pela Lei Municipal n.º 1.515, de 03 de abril de 2012)

QUADRO DE CLASSES E NÍVEIS DOS CARGOS

I – GRUPO DE CARGOS I			
Classe	*Coeficiente*	*Escolaridade Mínima*	*Níveis*
A	*1,00*	*Ensino Fundamental Incompleto*	*00 a 35*
B	*1,20*	*Ensino Fundamental Completo*	*03 a 35*
C	*1,40*	*Ensino Médio*	*06 a 35*
D	*1,50*	*Curso de qualificação na área de 360 horas*	*09 a 35*
[...]			

Levando em consideração que o servidor Requerente pugna pela elevação de Classe da C para a D, juntando, para tanto, o Certificado de Conclusão em curso de qualificação profissional continuada **Excelência Profissional para Motoristas**, com carga-horária de **220 horas** e o Certificado de Conclusão em curso de qualificação profissional continuada **Direção Hidráulica**, com carga-horária de **220 horas**, vislumbro que o mesmo realizou o que a lei municipal exige para a progressão da Classe C para D.

Neste escopo, deve o requerimento ser deferido, desde que o servidor já esteja há, no mínimo, 3 (três) anos enquadrado na Classe C de seu cargo.

Dos servidores vinculados à Lei Municipal n.º 1.512/2012

Tendo em vista que todos os outros servidores mencionados no Memorando que ora se responde são vinculados à Lei Municipal n.º 1.512/2012, passo a tratar dos mesmos, porém, de forma diferenciada, ante o fato de que o caso da servidora Maria Nilza demanda maior atenção.

Das servidoras APARECIDA QUEIROZ COSTA (Apoio Educacional I – Nutrição Escolar – Lei Municipal n.º 1.512/2012) e **SÔNIA LÚCIA SOUZA SILVA REIS (Apoio Educacional I – Nutrição Escolar – Lei Municipal n.º 1.512/2012)**

As servidoras Aparecida Queiroz Costa e Sônia Lúcia Souza são efetivas no cargo de Apoio Educacional I – Nutrição Escolar, e quererem elevação de Classe ante a conclusão de cursos.

A Lei Municipal n.º 1.512/2012 dispõe que a Secretaria Municipal de Educação emitirá Portaria informando acerca dos cursos passíveis de elevação de Classe em cargos de sua estrutura, dentre eles, o de Apoio Educacional II. Vejamos:

***Art. 5.º** Os cargos de Técnico Educacional I, Agente Educacional, Apoio Educacional I e II – Profissionalizado – estrutura-se em linha horizontal de acesso, identificada por letras maiúsculas: (Redação dada pela Lei Municipal n.º 1.762, de 16 de abril de 2015)*

***I –** Classe A: habilitação em nível de Ensino Médio Profissionalizante; (Redação dada pela Lei Municipal n.º 1.762, de 16 de abril de 2015)*

***II –** Classe B: habilitação em grau superior em área correlata às suas funções; (Redação dada pela Lei Municipal n.º 1.762, de 16 de abril de 2015)*

***III –** Classe C: habilitação em grau superior em área correlata às suas funções, mais curso de especialização lato sensu em sua área de atuação ou correlata às suas funções. (Redação dada pela Lei Municipal n.º 1.762, de 16 de abril de 2015)*

[...]

§ 2.º A estrutura, o conteúdo e a carga horária do curso de profissionalização específica serão regulamentados através de portaria emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

A situação é a mesma se o servidor não for profissionalizado.

Neste ínterim, ocorre que, inexistindo, até a presente data, a mencionada Portaria, com a menção dos cursos passíveis de elevação de Classe referente aos cargos mencionados, bem como a impossibilidade deste Advogado suprir a inércia administrativa, **DEIXO DE MANIFESTAR** sobre os pedidos das servidoras supramencionadas.

Da servidoras MARIA NILZA DE OLIVEIRA (atualmente Apoio Educacional II – Auxiliar de Biblioteca – Lei Municipal n.º 1.512/2012)

O caso da servidora Maria Nilza é diferenciado, tendo em vista que, atualmente, ocupa cargo no PCCS da Educação Municipal – Lei Municipal n.º 1. 512/2012, **sem ter realizado concurso público para provê-lo.**

Se observarmos a pasta funcional da servidora, notamos que a servidora tomou posse em **08/04/1991**, após aprovada em concurso público e nomeada para o cargo de *auxiliar de biblioteca* através da Portaria n.º 168, de 22/03/1991. O termo de posse é manuscrito e não numerado.

Dito isto, ao voltarmos a 1991 com o intuito de vislumbrar, naquele ano, qual o Plano de Cargos, Carreiras e Salários vigente, notamos que a Lei Municipal regente era a Lei Municipal n.º 525, de 20/11/1990.

Para melhor contextualização do caso, elenco as Leis Municipais que tratam de PCCS desde a Constituição de 1.988:

LEI MUNICIPAL	EMENTA	REVOGOU
1.500, de 20/01/2012	*Dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreiras e Salários dos servidores Públicos do município de Poxoréu e dá outras providências.*	PCCS anterior: Lei n.º 904, de 2003.
904, de 21/11/2003	*Dispõe sobre a reestruturação dos quadros de cargos do Município, estabelece o Plano de Carreira dos Servidores Públicos do Município e dá outras providências.*	PCCS anterior: Lei n.º 567, de 1993.
567, de 07/06/1993	*Dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Servidores da Prefeitura Municipal de Poxoréo – MT.*	PCCS anterior: Lei n.º 525, de 1990.
525, de 20/11/1990	*Dispõe sobre a nova estrutura organizacional da Administração Pública direta do município de Poxoréo, cria cargos e dá outras providências.*	A primeira lei que dispunha sobre provimento de cargos públicos mediante concurso: 459, de 1988.

Se compulsarmos a legislação municipal em sua linha histórica, perceberemos que a Lei Municipal n.º 459/1988 com dispunha acerca do cargo de auxiliar de biblioteca, para o qual a Requerente fez concurso público.

O mencionado cargo fora criado apenas pela Lei Municipal n.º 525/1990, nos seguintes termos:

Art. 2.º *Ficam criados os cargos abaixo quantificados e nominados:*

[...]

III – *Na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos:*

[...]

b) *Cargos e Carreira:*

[...]

04 *(quatro) de Auxiliar de Biblioteca;*

Sim, primitivamente, o cargo de Auxiliar de Biblioteca tinha **lotação** na Secretaria de Educação, ocorre, no entanto, que, naquele momento, havia apenas um PCCS no município, não havia distinção entre Educação e demais servidores.

Já a Lei Municipal n.º 567/1993 tratou de extinguir o cargo de auxiliar de biblioteca, consoante se depreende da redação do artigo 22 da mencionada norma. Vejamos:

Art. 22. Ficam extintos os cargos e funções não relacionadas no anexo I, no quadro "situação nova".

Parágrafo único. *Os servidores estáveis não enquadrados neste plano, serão mantidos em um quadro próprio de cargos a serem extintos com a vacância.*

Em decorrência disso, a servidora Requerente fora enquadrada noutro cargo que guardava similaridade com o seu primeiro, o de escriturária, fato que se pode observar na própria pasta funcional da interessada, através da Portaria n.º 090, de 03/05/1994, nos termos seguintes:

"Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉO

PORTARIA N.º 090, de 03 de maio de 1994.

O Prefeito Municipal de Poxoréo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Conceder Licença Prêmio à Funcionária estável, escriturária/auxiliar de biblioteca, lotada na Secretaria Municipal de Educação, MARIA NILZA DE OLIVEIRA ROCHA, portadora do RG. 494.745-SSP-MT, referente ao quinquênio 03/05/83 a 03/05/88, com base no Artigo 103, Inciso XVI da Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto no Artigo 124 da Lei Municipal n.º 199/70 de 18/09/70.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Poxoréo, Estado de Mato Grosso, em 03 de Maio de 1994.

Dr. Walterly Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

Publicada e afixada no lugar

Público de costume"

Resta claro, portanto, que, no período compreendido entre a vigência da Lei Municipal n.º 567/1993 e o advento da Lei Municipal n.º 904/2003, a requerente ocupou o cargo de *escriturária.*

Já no ano de 2003, quando fora promulgada a Lei Municipal n.º 904, mencionou-se, novamente, o cargo de auxiliar de biblioteca, tendo em vista que a servidora sob questão se mantivera na Administração Pública, porém, transformando-o em Técnico Administrativo.

Notemos que a servidora Requerente, até este momento analisado, já ocupou se cargo efetivo com três nomenclaturas diferentes: *auxiliar de biblioteca; escriturária e técnica administrativa.*

A Lei vigente, 1.500/2012, tornou a mencionar o cargo original da Requerente, *auxiliar de biblioteca*, transformando-o, desta vez, em *agente administrativo*. Feita a transformação, colocou-se em extinção o cargo inaugural.

O que se pretende demonstrar e crê-se estar demonstrado, é que a servidora, embora tenha sido lotada, durante o decorrer de sua carreira, na Secretaria Municipal de Educação, isto não lhe garante direito de ser investida num cargo da carreira da Educação, ante o princípio constitucional do concurso público.

Assim, apenas por meio de concurso público pode uma pessoa prover cargo efetivo na Administração Pública.

No entanto, não desavisadamente, a Administração Pública Municipal, no ano de 2017, migrou a servidora Requerente do cargo de *agente administrativo*, vinculado à Lei Municipal n.º 1.500/2012, para o cargo de *apoio educacional II – auxiliar de biblioteca*, vinculado à Lei Municipal n.º 1.512/2012.

Historicamente, toda a vida funcional da servidora fora exposta acima e, quando da divisão dos cargos entre os Planos de Carreira da Educação e dos demais servidores, não se optou por trazer o cargo de auxiliar de biblioteca para o PCCS da Educação, fato que veda, totalmente, em minha visão, o ato administrativo praticado no ano de 2017, supramencionado.

Se fizermos a mesma retrocessão nas Leis Municipais que tratam do PCCS da Educação, teremos como vigente a Lei Municipal n.º 1.512, de 22/03/2012; que revogou a Lei Municipal n.º 1.315, de 10/08/2009; que revogou a Lei Municipal n.º 907, de 05/12/2003; que revogou a Lei Municipal n.º 700, de 28/12/1998, a primeira a dividir os servidores públicos municipais em dois Planos de Cargos, Carreiras e Salários.

Observadas todas essas leis citadas no parágrafo anterior, em nenhuma delas, até o ano de 2016, se mencionou o cargo de *auxiliar de biblioteca*, sendo que, apenas em 01/12/2016, através da Lei Municipal n.º 1.832, fora inserida na Lei Municipal n.º 1.512 a dita função, no cargo de Apoio Educacional II, fato este que, ilegitimamente, embasou a migração da servidora mencionada.

Não se argumente que sendo a lotação inicial do cargo na Secretaria Municipal de Educação esta deveria ser mantida, eis que inúmeros julgados brasileiros deixam claro a precariedade deste ato. Vejamos:

DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. RELOTAÇÃO. ATO DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE). RESTRITO AO JUDICIÁRIO A ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO E MOTIVO INSPIRADOR DA CONDUTA. PRECEDENTES. 1 – Dispõe o artigo 36 da Lei n. 8.112/90: "remoção é o deslocamento do servidor, a pedido (a critério da Administração) ou de ofício (no interesse da Administração), no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede". 2 – É pacífico o entendimento no sentido de que a relotação ou remoção é um ato inserido no âmbito do poder discricionário da Administração Pública, que, por conveniência e oportunidade, poderá movimentar os seus servidores de uma unidade para outra, dentro do órgão ou entidade a que pertença, visando somente ao interesse do serviço, e não às conveniências particulares do servidor. 3 – Não obstante, é possível o controle do Judiciário sobre os atos que dele derive. Nesse sentido, um dos fatores exigidos para a legalidade do exercício desse poder consiste na adequação da conduta escolhida pelo agente à finalidade que a lei expressa, bem como o da verificação dos motivos inspiradores da conduta. 4 – No caso em questão, a relotação da Impetrante se deu dentro do mesmo Município, tendo sido designada para desempenhar atribuições que não aquelas referentes à atividade na linha de benefícios (concessão, manutenção e habilitação), em razão de conveniência administrativa, inexistindo, pois, violação ao princípio da adequação do ato administrativo, diante da previsão legal. 5 – Segundo o Coordenador de Recursos Humanos da Autarquia Impetrada (fls. 10), foram detectadas irregularidades no Posto de Benefícios do INSS – Bandeira, com a participação da ora Impetrante, decidindo-se ser adequado que a mesma não continuasse lotada na Unidade de Execução da Linha de Seguro Social. Ora, sendo este o motivo inspirador da conduta que gerou a relotação, fica desconfigurada a ocorrência de qualquer abuso de autoridade praticado pelo Coordenador do Seguro Social da Superintendência Estadual do INSS. Precedentes do STJ. 6 – Vale dizer, a Impetrante não foi afastada do exercício do cargo, tendo ocorrido mera relotação sem qualquer lesão às regras que se aplicam à Administração Pública. Ao revés: a relotação se mostrou conveniente e oportuna, inclusive em favor da Impetrante. 7 – Refoge ao âmbito do mandado de segurança a apreciação da causa que determinou o ato de relotação, por se tratar de ato discricionário praticado por autoridade competente, visando a conveniência e oportunidade da Administração. Ao Judiciário fica restrito apreciar os aspectos da legalidade do ato, sem adentrar ao exame do mérito administrativo. 8 – Remessa necessária conhecida e provida, para o fim de denegar a segurança. Custas pela Impetrante; sem honorários advocatícios. (TRF-2 – REOMS: 21431-98.02.02156-3, Relator: Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Data de Julgamento: 29/03/2005, OITAVA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: DJU – Data: 04/04/2005)

No mesmo sentido:

APELAÇÃO CÍVEL – ATO ADMINISTRATIVO – ALTERAÇÃO DA LOTAÇÃO DO SERVIDOR – REMOÇÃO – MOTIVAÇÃO – AUSÊNCIA DE VÍCIO – DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE PROVA – IMPOSSIBILIDADE – SENTENÇA MANTIDA. Não possui o servidor público direito subjetivo à sua manutenção no local de trabalho em que lotado, entretanto, tal fato não afasta a obrigatoriedade da Administração Pública de motivar a sua remoção já que configura ato administrativo discricionário, devendo, para tanto, demonstrar o interesse público e a necessidade do serviço. Não há nos autos qualquer indício de que o ato de remoção teve origem em perseguição política, ou assédio moral, não configurando as hipóteses do artigo 3.º da Lei Complementar 116 de 2011 que dispõe sobre a prevenção e a punição do assédio moral na administração pública no âmbito do Estado de Minas Gerais. Não restando caracterizado qualquer dano às autoras capaz de ensejar a indenização pretendida, deve ser mantida a sentença que julgou improcedente o pedido inicial. (TJ-MG – AC: 10002130012350002 MG, Relator: Paulo Balbino, Data de Julgamento: 24/11/2017, Câmaras Cíveis / 8.ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 12/12/2017)

Ora, a Lei efetivou a relotação da servidora, extinguindo seu cargo e realocando-a noutro dentro do mesmo PCCS. E por que não se fez a migração do cargo de *auxiliar de biblioteca* para o PCCS da Educação quando este foi criado? E por que se extinguiu o cargo de *auxiliar de biblioteca*? **Porque a Administração Pública da época identificou tal fato como de interesse público, convalidando-o através da Câmara de Vereadores que traduz, nos termos da lei, a vontade do povo.**

O que se quer deixar claro é que o ato fora praticado e é discricionário, não havendo qualquer impugnação do mesmo, o que deveria torná-lo firme e imutável, prezando pela segurança jurídica e impessoalidade.

Independentemente de qualquer coisa, frise-se que o cargo de Apoio Educacional II somente fora **criado** em 2012, não sendo possível que, naquela oportunidade, nenhum servidor que já estivesse vinculado ao quadro efetivo da Prefeitura de Poxoréu migrasse, pura e simplesmente, para o cargo novo, sem que fosse aprovado em **concurso público.**

Dito isto, vejo como **ilegal** a transferência de ***cargo*** realizada pela atual Administração, no ano de 2017, em benefício da Requerente, motivo pelo qual entendo que não deve ser dispensado a mesma qualquer benefício que advenha da Lei Municipal n.º 1.512/2012.

DA CONCLUSÃO

I – OPINO pelo **DEFERIMENTO** do pedido de elevação de Classe do servidor FRANCISCO SILVA DE OLIVEIRA, Motorista, vinculado à Lei Municipal n.º 1.500/2012, da C para a D, por entender que os cursos apresentados dão amparo a tal promoção, desde que o mesmo já esteja enquadrado na Classe C há pelo menos três anos;

II – DEIXO de manifestar quanto ao pedido das servidoras APARECIDA QUEIROZ COSTA **e** SÔNIA LÚCIA SOUZA SILVA REIS**, ambas efetivas no cargo de Apoio Educacional I – Nutrição Escolar, vinculadas à Lei Municipal n.º 1.512/2012, por inexistir Portaria da Secretaria Municipal de Educação que se adeque às exigências contidas no § 2.º, do artigo 5.º, da legislação mencionada;**

III – OPINO pelo **INDEFERIMENTO** do pedido de elevação de Classe da servidora MARIA NILZA DE OLIVEIRA, **atualmente enquadrada no cargo de Apoio Educacional II – Auxiliar de Biblioteca, vinculado à Lei Municipal n.º 1.512/2012**, por entender que a mesma deve ocupar o cargo de Agente Administrativo, vinculado à Lei Municipal n.º 1.500/2012 sendo **nulo**, ao meu ver, o ato que migrou a mesma, em 2017, de um PCCS para outro, que deveria, inclusive, ser revisto.

III – É de competência exclusiva do Setor de Recursos Humanos e da Secretaria Municipal de Administração a identificação da autenticidade dos Diplomas apresentados pelos servidores, oportunidade em que me eximo de tal responsabilidade.

É a manifestação. À consideração superior.

Junte-se uma cópia do presente Parecer à pasta funcional de cada um dos servidores interessados.

Encaminho em anexo as pastas funcionais dos servidores, conforme me fora entregue.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 16 de abril de 2019.

_____

WILLIAN XAVIER SOARES

Advogado Público Municipal – OAB/MT n.º 18.249/O

Matrícula n.º 2452

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL N.º 013, DE 15 DE ABRIL DE 2019

DECRETO N.º 013/2019 Poxoréu/MT, 15 de abril de 2019.

Regulamenta o itinerário do Transporte Escolar, realizado pelas frotas própria e terceirizada, de alunos das redes Municipal e Estadual de Ensino, residentes na zona rural para o ano de 2019.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Poxoréu/MT e;

CONSIDERANDO a necessidade de atender à demanda de alunos residentes na zona Rural do Município de Poxoréu;

CONSIDERANDO que tais serviços são de utilidade pública e destinam-se à oferta de serviço voltado à locomoção de estudantes entre os pontos de embarque e os estabelecimentos de Ensino no território do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de definição do itinerário do transporte escolar para o ano de 2019,

DECRETA:

Art. 1.º Fica Regulamentado o itinerário do Transporte Escolar – Frota Própria e Terceirizada – dos alunos das redes Municipal e Estadual de Ensino, residentes na Zona Rural, conforme ANEXO I.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 15 de abril de 2019.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Decreto foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 15/4/2019 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

Anexo I

ITINERÁRIOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

FROTAS PRÓPRIA E TERCEIRIZADA - 2019

LINHA DO TRANSPORTE ESCOLAR	PERÍODO	TRAJETO	KM (IDA / VOLTA) POR DIA	KM (IDA / VOLTA) ANUAL	VEÍCULO
Água Emendada – Aparecida do Leste	Matutino	João Borges Vieira	80	16.000	Ônibus
Penha – Poxoréu	Vespertino	Júlio Müller, Odete, Guiomar, José Dias Coutinho, Juracy Macedo	120	24.000	Micro-ônibus
Raizinha – Poxoréu	Vespertino	Júlio Müller, Odete, Guiomar, José Dias Coutinho, Juracy Macedo	134	26.800	Micro-ônibus
Bonanza – Poxoréu	Vespertino	Júlio Müller, Odete, Guiomar, José Dias Coutinho, Juracy Macedo	170	34.000	Micro-ônibus
Corguinho – Poxoréu	Vespertino	Júlio Müller, Odete, Guiomar, José Dias Coutinho, Juracy Macedo	131	26.200	Micro-ônibus
Canta Galo - Assentamento 17 de Março/ Poxoréu	Vespertino	Júlio Müller, Odete, Guiomar, José Dias Coutinho, Juracy Macedo	134	26.800	Micro-ônibus
Água Limpa – Poxoréu	Vespertino	Júlio Müller, Odete, Guiomar, José Dias Coutinho, Juracy Macedo	196	39.200	Van
Pontal do Areia 1	Matutino/Noturno	Escola Pontal do Areia	95	17.670	Micro-ônibus
Pontal do Areia 2	Matutino/Noturno	Escola Ponta do Areia	119	22.134	Micro-ônibus
Fazenda Santa Helena – Jarudore	Matutino	E.E. Franklin Cassiano, Epaminondas Correia de Oliveira	85	15.810	Micro-ônibus
Fundão – Poxoréu	Vespertino	Júlio Müller, Odete, Guiomar, José Dias Coutinho, Juracy Macedo	170	34.000	Micro-ônibus
Alminhas/ Sangradorzinho		Escola Alminhas	145	29.000	Van
Alminhas/Escola		Escola Alminhas	175	35.000	Van
Barra do Areinha - Paraíso	Matutino / Vespertino	E.E. Argemiro Rodrigues Pimentel	183	36.600	Micro-ônibus
Colina Verde – Centro Social - Paraíso do Leste	Matutino / Vespertino	E.E. Argemiro Rodrigues Pimentel	189	37.800	Van
Serra das Araras – Jarudore	Matutino	E.E. Franklin Cassiano, Epaminondas Correia de Oliveira	117	23.400	Micro-ônibus
Hélio Garcia – Jarudore	Matutino	E.E. Franklin Cassiano, Epaminondas Correia de Oliveira	118	21.948	Micro-ônibus
Grotão – Jarudore	Matutino	E.E. Franklin Cassiano, Epaminondas Correia de Oliveira	62,5	11.625	Kombi
Barra do Paraíso – Jarudore	Matutino	E.E. Franklin Cassiano, Epaminondas Correia de Oliveira	50	9.300	Kombi
Eja/Jarudore	Noturno	E.E. Franklin Cassiano	60	12.000	Micro-ônibus
Poço Azul – Poxoréu	Vespertino	Júlio Müller, Odete, Guiomar, José Dias Coutinho, Juracy Macêdo	160	32.000	Micro-ônibus
Barreirão/ Aparecida do Leste	Matutino	E. E. João Borges Vieira	80	14.880	Van
Mártires Carajás/ Paraíso	Matutino/Vespertino	E.E. Argemiro Rodrigues Pimentel	120	24.000	Ônibus
Fazenda Senador/Poxoréu	Vespertino	Júlio Müller, Odete, Guiomar, José Dias Coutinho, Juracy Macedo	85	17.000	Micro-ônibus
Buritizal - Poxoréu	Vespertino	Júlio Müller, Odete, Guiomar, José Dias Coutinho, Juracy Macedo	156	31.200	Ônibus
Alto Coité - Poxoréu	Vespertino	Júlio Müller, Odete, Guiomar, José Dias Coutinho, Juracy Macedo	145	29.000	Micro-ônibus
João de Barro – Poxoréu	Vespertino	Júlio Müller, Odete, Guiomar, José Dias Coutinho, Juracy Macedo	120	24.000	Micro-ônibus
Nova Poxoréu/ Comunidade/ Escola	Matutino	Escola Nova Poxoréu	100	18.600	ÔNIBUS
Nova Poxoréu/ Damasceno	Matutino	Escola Nova Poxoréu	120	22.320	Van
Stº Antônio da Aldeia/ Jarudore	Matutino	E.E. Franklin Cassiano, Epaminondas Correia de Oliveira	80	16.000	Micro-ônibus
Santa Maria	Matutino/Vespertino	Odete, Guiomar, José Dias Coutinho	80	16.000	Ônibus
Alameda	Matutino/Vespertino	Odete, Guiomar, José Dias Coutinho	70	14.000	Ônibus
Irantinopolis	Matutino/Vespertino	Odete, Guiomar, AABB	60	12.000	Ônibus
Eja	Noturno	Juracy Macedo / Sesc	40	8.000	Ônibus
Quilometragem Total			**3.949.50**	**778.287**	----------

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 – 1ª RETIFICAÇÃO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 – 1ª RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Poxoréu - MT, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, que fará as seguintes retificações na tabela de vencimento divulgada no Edital de Concurso Público Nº 001/2019, passando a vigorar conforme as leis 1.953/2019, 1954/2019 e 1955/19 que se segue.

NOMENCLATURA, CARGA HORÁRIA, VAGAS, VENCIMENTOS, TAXA DE INSCRIÇÃO E REQUISITOS

Nomenclatura	Vagas	C/H	Venc. (R$)	Requisitos Especiais
Advogado	01 + C.R	40	3.493,55	Ensino Superior Específico, com registro no órgão da classe.
Agente Administrativo	05 + C.R	40	1.353,87	Ensino Médio Completo.

Agente Comunitário de Saúde – ESF 1 **	02+ C.R	40	1.052,94	Ensino Médio Completo, residir na área da comunidade em que pretende atuar desde a data da publicação do edital de abertura do Concurso Público e concluir, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.
Agente Comunitário de Saúde – ESF 2 **	01 + C.R	40	1.052,94	Ensino Médio Completo, residir na área da comunidade em que pretende atuar desde a data da publicação do edital de abertura do Concurso Público e concluir, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.
Agente Comunitário de Saúde – ESF 3 **	01+ C.R (Distrito Alto Coité)	40	1.052,94	Ensino Médio Completo, residir na área da comunidade em que pretende atuar desde a data da publicação do edital de abertura do Concurso Público e concluir, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.
Agente Comunitário de Saúde – ESF 4 **	02+ C.R	40	1.052,94	Ensino Médio Completo, residir na área da comunidade em que pretende atuar desde a data da publicação do edital de abertura do Concurso Público e concluir, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.
Agente Comunitário de Saúde – ESF 5 **	01+ C.R (Aparecida do Leste)	40	1.052,94	Ensino Médio Completo, residir na área da comunidade em que pretende atuar desde a data da publicação do edital de abertura do Concurso Público e concluir, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.
Agente de Combate às Endemias	01 + C.R	40	1.052,94	Ensino Médio Completo e concluir, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.
Bioquímico	02+ C.R	40	2.629,86	Ensino Superior Específico, com registro no órgão da classe.
Contador	01+ C.R	40	3.493,55	Ensino Superior Específico, com registro no órgão da classe.
Eletricista	01+ C.R	40	1.353,87	Ensino Médio Completo, mais curso profissionalizante.
Enfermeiro	01+ C.R	40	2.629,86	Ensino Superior Específico, com registro no órgão da classe.
Engenheiro Agrônomo	01+ C.R	40	3.493,55	Ensino Superior Específico, com registro no órgão da classe.
Engenheiro Civil	01+ C.R	40	3.493,55	Ensino Superior Específico, com registro no órgão da classe.
Engenheiro Sanitarista	01+ C.R	40	3.493,55	Ensino Superior Específico, com registro no órgão da classe.
Fiscal de Serviços Urbanos	01+ C.R	40	1.353,87	Ensino Médio Completo.
Fonoaudiólogo	01+ C.R	40	2.629,86	Ensino Superior Específico, com registro no órgão da classe.
Mecânico	02+ C.R	40	1.421,55*	Ensino Fundamental Incompleto.
Médico	04+ C.R	40	4.990,81 +8.000,00 de gratificação	Ensino Superior Específico, com registro no órgão da classe.
Médico Veterinário	01+ C.R	40	3.493,55	Ensino Superior Específico, com registro no órgão da classe.
Monitor de creche	08+ C.R	40	1.196,55	Ensino Médio Completo.
Motorista	10+ C.R	40	1.085,53*	Ensino Fundamental Incompleto e CNH, no mínimo, Categoria “D”.
Nutricionista	01+ C.R	40	2.629,86	Ensino Superior Específico, com registro no órgão da classe.
Operador de Máquinas	06+ C.R	40	1.421,55*	Ensino Fundamental Incompleto e CNH, no mínimo, Categoria “C”.
Professor	18+ C.R	30	2.212,25	Ensino Superior Completo – Graduação Plena em pedagogia.
Psicólogo	03+ C.R	40	2.629,86	Ensino Superior Específico, com registro no órgão da classe.
Técnico de Laboratório	01+ C.R	40	1.421,55	Ensino Médio Completo, mais curso técnico na área, profissionalizante de acordo com normas do CEE-MT e MEC e registro no Conselho.
Técnico em Administração	01+ C.R	40	1.421,55	Ensino Médio Completo, mais curso técnico na área, profissionalizante de acordo com normas do CEE-MT e MEC e registro no conselho.
Técnico em Enfermagem	05+ C.R	40	1.421,55	Ensino Médio Completo, mais curso técnico na área, profissionalizante de acordo com normas do CEE-MT e MEC e registro no conselho.
Técnico em Higiene Dental	01+ C.R	40	1.421,55	Ensino Médio Completo, mais curso técnico na área, profissionalizante de acordo com normas do CEE-MT e MEC e registro no conselho.
Técnico em Segurança do Trabalho	01+ C.R	40	1.421,55	Ensino Médio Completo, mais curso técnico na área, profissionalizante de acordo com normas do CEE-MT e MEC e registro no conselho.
Técnico em Topografia	01+ C.R	40	1.421,55	Ensino Médio Completo, mais curso técnico na área, profissionalizante de acordo com normas do CEE-MT e MEC e registro no conselho.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Poxoréu - MT, 16 de abril de 2019.

Nelson Antônio Paim

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO-2020

Em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar 101/2000, a Prefeitura Municipal juntamente com a Câmara Municipal de RESERVA DO CABAÇAL, Estado de Mato Grosso, convida toda comunidade para participar da **Audiência Pública** para discussão da proposta da **Lei de Diretrizes Orçamentaria – LDO** para o exercício financeiro de 2020.

A audiência será realizada no dia 26 de abril de 2019 às 9:00 horas, no Auditório da Câmara Municipal, sito a Rua Seis de Agosto, centro – Reserva do Cabaçal – MT.

Reserva do Cabaçal – MT, 16 de abril de 2019.

TARCÍSIO FERRARI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PUBLICA Nº 001/2019

O Município de Ribeirão Cascalheira, estado de Mato Grosso, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, nos termos a atendendo a Lei nº. 11.947/2009 e Resolução nº 38/2009 suas alterações posteriores, realiza chamada pública com Dispensa de licitação para aquisição pelas Escolas Municipais de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural.

A sessão será realizada na sala da Comissão Permanente de Licitação situada à Av. Padre João Bosco, n. 2.067, centro nesta cidade.

Os grupos Formais/Informais deverão apresentar os envelopes contendo os Documentos para Habilitação e Projeto de Vendas no **DIA 07 DE MAIO DE 2019 às 08:00 horas (horário local),** no endereço acima citado.

Os interessados poderão obter informações e o Edital no Departamento de Licitações, segunda a sexta-feira no horário das 7:00 às 13:00 pelo fone 3489-1838 ou no site do município www.ribeiraocascalheira.mt.gov.br

Ribeirão Cascalheira, 16 de Abril de 2019.

GUSTAVO TIAGO QUEIROZ DA MAIA SANTOS

Presidente da CPL

PUBLICADO NO MURAL
/ /2019
Assinatura do Responsável

ATA DE REGISTRO N. 009/2019

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO CASCALHEIRA

Processo Nº.: 14/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 9/2019

No dia 9 do mês de Abril do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO CASCALHEIRA , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 24.772.113/0001-73, com sede administrativa localizada na Av. Padre João Bosco 2067, bairro CENTRO, CEP nº. 78675-000, nesta cidade de Ribeirão Cascalheira/MT, representado pelo(a) PREFEITA INTERINA, o Sr(a). LUZIA NUNES BRANDÃO, inscrito no CPF sob o nº. 904.195.101-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 12/2019, Processo Licitatório nº. 14/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS E CAMERAS PARA ATENDER TODA FROTA DESTE ÓRGÃO PÚBLICO.
ATENDENDO OS VEICULOS E MAQUINAS, MEDIO, PEQUENO, E GRANDE PORTE. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
213294	JOÃO ADEMAR RHODEN	3, 4, 6, 15, 23
1208	PERON PEREIRA DE MORAIS	
212835	PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA	1, 5, 7, 9, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 25
213356	PNEUS VIA NOBRE LTDA	8, 10, 11, 14, 16, 21, 22, 24

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JOÃO ADEMAR RHODEN	03.526.305/0001-20	JOÃO ADEMAR RODHEN	423.702.059-20
PERON PEREIRA DE MORAIS	038.422.731-77	PERON PEREIRA DE MORAIS	038.422.731-77
PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA	03.532.991/0001-41	MARCOS ROBERTO MARGREITER	010.008.979-82
PNEUS VIA NOBRE LTDA	01.976.860/0048-91	CRISTIANO RODRIGUES GONÇALVE	633.801.701-78

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS E CAMERAS PARA ATENDER TODA FROTA DESTE ÓRGÃO PÚBLICO. ATENDENDO OS VEICULOS E MAQUINAS, MEDIO, PEQUENO, E GRANDE PORTE.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 212835 - PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CAMARA DE AR 1000, 20, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	UN	XBRI	10,000	75,0000	750,00
5	CAMARA DE AR 18.4.30.14, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	UN	XBRI	6,000	232,0000	1.392,00
7	PNEU 1.000/20, NOVO, BORRACHUDO SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	UN	GOODYEAR	14,000	1.092,5000	15.295,00
9	* PNEU 12.4.24	UN	TITAN	4,000	1.249,0000	4.996,00
12	PNEU 17.5.25.16 LONA, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	UN	TITAN	6,000	2.838,0000	17.028,00

Fornecedor: 212835 - PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
13	PNEU 175/70.13, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	UN	FATE	20,000	172,0000	3.440,00
17	PNEU 215.75.17.5 NOVO, LISO SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	UN	DURATURN	20,000	588,0000	11.760,00
18	* PNEU 265.65 R17	UN	DURATURN	8,000	593,0000	4.744,00
19	* PNEU 265.70 R16	UN	DURATURN	8,000	558,0000	4.464,00
20	PNEU 275. 80. 22.5, NOVO, BORRACHUDO SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	UN	FATE	40,000	1.446,0000	57.840,00
25	* PNEU 215.75.17,5 BORRACHUDO	UN	FATE	20,000	702,0000	14.040,00

Fornecedor: 213294 - JOÃO ADEMAR RHODEN

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	CAMARA DE AR 175.70.13, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	UN	MAGNUM	15,000	30,0000	450,00
4	CAMARA DE AR 175-70-14 NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	UN	MAGNUM	15,000	30,0000	450,00
6	CAMARA DE AR 750.16, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	UN	MAGNUM	30,000	39,0000	1.170,00
15	PNEU 185.70.14, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	UN	TORNEL	20,000	211,0000	4.220,00
23	* PNEU 750.16 AGRICOLA	UN	MRL	4,000	490,0000	1.960,00

Fornecedor: 213356 - PNEUS VIA NOBRE LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	PNEU 12. 16. 5, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	UN	PIRELLI	6,000	1.016,0000	6.096,00
10	PNEU 14.09-28, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	UN	PIRELLI	4,000	1.708,0000	6.832,00
11	PNEU 1400 X 24 16 LONAS SEM CAMARA DE AR, DE 1/ LINHA DO FABRICANTE	UN	PIRELLI	6,000	2.477,0000	14.862,00
14	PNEU 18.4-30, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	UN	PIRELLI	6,000	2.829,0000	16.974,00
16	PNEU 19. 5. 24, NOVO, 16 LONA SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	UN	PIRELLI	6,000	2.363,5000	14.181,00
21	PNEU 275. 80. 22,5, LISO NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	UN	ANTERO PRC	40,000	1.371,5000	54.860,00
22	PNEU 750.16, NOVO, LISO SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	UN	PIRELLI	30,000	480,5000	14.415,00
24	PNEU 900. 20, NOVO, LISO SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	UN	PIRELLI	40,000	867,3000	34.692,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de oficio" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ribeirão Cascalheira,9 de Abril de 2019.

LUZIA NUNES BRANDÃO
PREFEITA INTERINA

Empresas Participantes:

JOÃO ADEMAR RHODEN	CNPJ: 03.526.305/0001-20 _____
PERON PEREIRA DE MORAIS	CPF: 038.422.731-77 _____
PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA	CNPJ: 03.532.991/0001-41 _____
PNEUS VIA NOBRE LTDA	CNPJ: 01.976.860/0048-91 _____

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019

A Pregoeira juntamente com sua equipe de apoio, torna público o resultado do Pregão em epígrafe que tem por objeto Aquisições parcelas de pneus e acessórios. Sagrou-se vencedora do certame as empresas:

PNEUS VIA NOBRE LTDA, CNPJ: 01.976.860/0048-91, R$ **162.912,00** (cento e sessenta e dois mil e novecentos e doze reais); PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA, CNPJ nº 03.532.991/0001-41 R$ 135.749,00 (cento e trinta mil e setecentos e quarenta e nove reais) JOÃO ADEMAR RHODEN-ME, CNPJ nº 03.526.305/0001-20 R$ 8.250,00 (oito mil duzentos e cinquenta reais).Informamos que o item 2 foi fracassado.

Ribeirão Cascalheira, 09 de abril de 2019.

Luzinete Martins Ferreira

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE Nº. 003/2019.

O Conselho Municipal de Saúde de Ribeirãozinho – MT, criado pela Lei número 05 de 26/02/1993, com as alterações instituídas pela Lei número 269 de 28/02/2006, usando das atribuições que lhe são conferidas na Reunião Ordinária realizada no dia 09 de abril de 2019, RESOLVE; aprovar as metas dos indicadores do SISPACTO 2019; Projeto de Implantação de Abastecimento de Água em Áreas Rurais; Transferência da Ambulância modelo Caminhonete GM/S10 ano 2010 placa NPH6035 da secretaria municipal de Saúde para Secretaria Municipal de Viação e Obras; onde foram aprovados por **UNANIMIDADE** pelos conselheiros de saúde.

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Ribeirãozinho, 09 de abril de 2019.

Daniela Maria Werlang Mapele Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Ribeirãozinho – MT.

Homologada: Ronivon Parreira das Neves

Prefeito Municipal de Ribeirãozinho/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

PORTARIA Nº 118, DE 09 DE ABRIL DE 2019. "EXONERA NAIARA SCANDIANI MIRANDA ARAÚJO, DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA".

PORTARIA Nº 118, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

*"Exonera **NAIARA SCANDIANI MIRANDA ARAÚJO,** do Cargo em Comissão de Secretária".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Organica Municipal, em consonancia com a Lei nº 668/2015.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar ***NAIARA SCANDIANI MIRANDA ARAÚJO,*** portadora do RG n° 1866268-4 SSP/MT e do CPF n° 020.059.751-50, do Cargo em comissão de Secretária de Açao Social, lotada na Secretaria de Ação Social, Trabalho e Cidadania.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a Portaria Nº 109/2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco - MT, em 09 de Abril de 2019.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 121, DE 16 DE ABRIL DE 2019. "NOMEIA LUCIMAR JUSTINO DOS REIS LOPES PINHEIRO, NO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Organica Municipal, em consonancia com a Lei nº 668/2015.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear ***LUCIMAR JUSTINO DOS REIS LOPES PINHEIRO,*** portadora do RG n° 687.577 SSP/MT e do CPF n° 483.363.781-20 , para exercer o Cargo em Comissão de Secretária de Açao Social, lotada na Secretaria de Ação Social, Trabalho e Cidadania.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a Portaria Nº 007/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco - MT, em 16 de Abril de 2019.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ATO HOMOLOGAÇÃO RESULTADO LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 0128/2018-SEMAS, DE 15/10/2018

Modalidade: Pregão Presencial nº 067/2018 - Sistema de Registro de Preços

OBJETO: *Registro de Preços para futura e eventual aquisição de matérias de consumo, cesta básica alimentícia par distribuição gratuita nos termos da Lei nº 249, 12 de Maio de 2011.*

ASSUNTO*: Homologação. Fundamento no inciso IV, Art. 7º, do Decreto nº 3.555, de 2000. Inciso VI, art. 43 da Lei nº 8.666 de 1993. Pregão Presencial convertido em dispensa de licitação com fundamento no inciso V, do art. 24 da lei nº 8.666 de 1993. Regularidade da licitação.*

Veio os autos do processo administrativo à Procuradoria na data de 11/04/2019 (fls. 429, verso), proveniente do Gabinete do Prefeito para análise dos aspectos jurídicos e legais acerca dos procedimentos de licitação realizados pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, designada pelo Decreto n. 1.484/GAB/PMR, DE 21/09/2018 (fl. 09) e, por assunção, pelos componentes da Comissão permanente de Licitação designados pelo Decreto n. 1.564/GAB/PMR, 26/02/2019 (fl. 327-328) alterado pelo Decreto nº 1.595/GAB/PMR, de 28/03/2019 (fl. 335), com o fim de minutar decisão de homologação prefeitural do certame em conformidade com o disposto no art. 7º, inciso IV, do Decreto Federal n.º 3.555, de 2000 c/c com inciso XXX do art. 70, da Lei Orgânica do Município c/c art. 9º da Lei nº 10.520 de 2002 c/c inciso VI, art. 43 e inciso V do art. 24, ambos da Lei nº 8.666 de 1993.

O Certame iniciou-se pelo Sistema de Registro de Preços com fundamento no Decreto Municipal nº 1.067 de 27 de março de 2015 alterado pelo Decreto Municipal nº 1.149, de 13 de janeiro de 2016.

Nesta modalidade foi registrado como pregão presencial nº 067/2018, nos termos definidos pela Lei nº 10.520 de 2002. Está registrado no Sistema compras/Betha como Pregão Presencial nº 067/2018 - SRP tendo como objeto *Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cesta básica alimentícia para distribuição gratuita e efetivação dos direitos previstos na lei que dispõe regulamentação de benéficos eventuais*.

Devidamente instruído, constam peças da fase interna, tais como: solicitações do titular da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, acompanhada do termo de referência e pronunica do serviço social do CRAS (fls. 02-07); Integralização da solicitação no sistema BETHA/COMPRAS (fls. 08); coleta ampla dos preços praticados no mercado, incluindo sitio eletrônico do TCE/MT, atas de registro preços de outros entes, relatórios do sistema banco de preços (fls. 11-76) em sintonia com o informado no Acordão n.º 868/2013-Planario TCU; parâmetro de preços por media estimativa (fls. 78); Justificativa de opção de escolha da modalidade pregão (fl. 80-81); justificativa da dispensa da indicação da reserva Orçamentária, em consonância com o parágrafo 2º do art. 6º do Decreto Municipal n.º 1.067 de 2015 aletrado pelo Decreto nº 1.149 de 2016 e autorização do ordenador de despesas; Outras justificativas do (a) Pregoeiro (a) (fls. 87-92), o que de mais relevante importa.

Ainda, instruindo a fase interna do certame, consta, em atendimento ao art. 38 parágrafo único da Lei n.º 8666 de 1993, Parecer exarado pelo órgão de assessoria jurídica (fls. 164-201), contendo a aprovação sem recomendações do edital de Pregão Presencial n.º 067/20,18 - Sistema de Registro de Preços e seus anexos, que se encontram encartados de fls. 104-161 e o incluso Termo de Referência que o compõe, dentre outras peças.

O valor estimado global, considerando a cesta de preços informado ás fls. 78 foi R$ 39.180,15 (trinta e nove cento e oitenta reais e quinze centavos)

Na data de 09/11/2018 deu-se início a fase externa do certame com a publicação do extrato do edital de chamamento público (fl. 211), inicialmente afixado nos murais de aviso da Prefeitura e Câmara Municipal, em atendimento ao disposto no §1º. A, do art. 89 da Lei Orgânica do Munícipio, Diário Oficial Eletrônico dos Municípios, Ed.3.103, Ano XII, de 12/11/2018, p. 185, Diário Oficial da União Ed. nº 217, de 12/11/2018, Seção 3, p. 256, Diário Oficial do Estado, Ed. nº 27381 de 9/11/2018, p. 155. (fls. 212-2160

Ao chamado público acudiu interessado, sendo o Edital de PP/SRP n.º 067/2018 e seus anexos retirado por RR DE SOUZA & CIA LTDA, CNPJ nº 13.662.140/0001-17, endereço comercial na Rua Horácio Spadare, nº 93, Jotão, Ji-paraná/RO.

A sessão pública destinada ao recebimento e julgamento das propostas ocorreu dia 29/11/2018, às 12h00min (horário de Brasília), conforme previsto no instrumento convocatório.

Compareceram à sessão pública, no dia e hora aprazados, os representantes das empresas: RR DE SOUZA & CIA LTDA, CNPJ nº 13.662.140/0001-17, validamente credenciado, conforme resumido no parecer da Comissão na Ata de fls. 243-246 e dos próprios documentos encartados.

Proposta de preço do licitante encartada de fls. 240-241. Validadas por conformidade, nos termos do parecer da Comissão na Ata de fls.243-246 e documentos encartados.

Habilitação, documentos encartados de fls. 221-237. Licitante validamente habilitado, conforme ressai parecer da Comissão na Ata de fls. 243-246.

Passou-se a fase dos lances livres que, encerrada sem êxito, a vista da constatação que o preço ofertado pelo licitante estava acima da média parametrizada e o mesmo se recusou a reduzir os preços ao patamar desejável, razão pela qual a Pregoeiro o desclassificou, justificando: *"(...) descumprimento do item 10.12.1 – apresentar preço final superior ao preço máximo fixado."* (fl. 245)

Publicações do resultado infrutífero nos murais de aviso da Prefeitura e Câmara Municipal, D.O.E-AMM, Ed.3.117, Ano XIII, de 4/12/2018, p. 566, D.O.E. Ed. 27393, de 3/12/2018, p. 72, D.O.U. Ed. 232, de 4/12/2018, p. 224. (fls. 248-251).

Novo aviso para segunda chamada pública, repetindo o ato, foi publicado em 05/12/2018 com a fixação do extrato do edital de chamamento público 2º Ato, inicialmente afixado nos murais de aviso da Prefeitura e Câmara Municipal, em atendimento ao disposto no §1º. A, do art. 89 da Lei Orgânica do Munícipio, Diário Oficial Eletrônico dos Municípios, Ed.3.3.119, Ano XIII, de 06/12/2018, p. 504, D.O.E, Ed. nº 27395, de 5/12/2018, p. 126, D. O.U, Ed. nº 234, de 6/12/2018, p. 254. (fl. 314-317).

Igualmente, resultado infrutífero, a vista de não ter acudido interessados, conforme Ata de Pregoeiro de fls. 320/321. Publicações do resultado infrutífero nos murais de aviso da Prefeitura e Câmara Municipal, D.O.E-AMM, Ed.3.129, Ano XIII, de 20/12/2018, p. 308. (fls. 324-325).

A vista do insucesso, em duas outras tentativas anteriores de realizar a licitação, decisão prefeitural acostada de fls. 330 determinou a contratação direta, realizando a conversão do certame em licitação dispensável nos moldes do art. 24, inciso V da Lei nº 8.666 de 1993 *"quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;"* c/c art. 9º da lei nº 10.520 de 2002.

Neste procedimento, a Presidente da Comissão de Licitação assumiu o certame, oportunidade que enviou Comunicado de fls. 338 para a empresa, outrora participante do primeiro ato, RR DE SOUZA & CIA LTDA, CNPJ nº 13.662.140/0001-17, abrindo-lhe nova oportunidade para que entregasse os produtos no preço da média parâmetro, sendo que, o mesmo concordou, desde que as cestas básicas fossem retiradas na sede comercial do estabelecimento na cidade de Ji-paraná/RO, Rua Horácio Spadare, nº 93, Jotão, conforme anexa proposta.

Tendo cumprido as demais condições e exigências do edital PP nº 67/2018, foi credenciada e habilitada (ata de fls. 414)

A empresa apresentou o acervo de documentos exigidos no edital, bem como, formulou sua proposta de preços, conforme encartado de fls. 341-383 e 385-386.

Ofertou preço em todos os itens da cesta básica, totalizando o valor global unitário por cesta básica R$ 87,07 (oitenta e sete reais e sete centavos) e valor global da licitação R$ 39.181,50 (trinta e nove mil cento e oitenta e um reais e cinquenta centavos) pela quantidade de 450 unidades de cestas básicas, conforme Proposta de preço de fls. 385-386 e Ata CPL de fls. 417-419.

Comparados os preços ofertados com o parametrizado, decidiram pela adjudicação do certame (fl. 420), em favor da empresa RR DE SOUZA & CIA LTDA, CNPJ nº 13.662.140/0001-17, endereço comercial na Rua Horácio Spadare, nº 93, Jotão, Ji-paraná/RO, no valor global de R$ 39.181,50 (trinta e nove mil cento e oitenta e um reais e cinquenta centavos), na modalidade licitação dispensada com fulcro art. 9º da lei nº 10.520 de 2002 c/c inciso V, do at. 8.666 de 1993, pelos itens descritos na proposta de preços, a vista que os mesmos se mostraram compatíveis com as médias previstas na parametrização de fls. 78.

Certidões negativas dos licitantes, confirmada suas validades, acostados de fls. 400-412.

Resultado final levado a publicação, a vista do §1º. A, do art. 89 da Lei Orgânica do Munícipio nos murais de avisos da Prefeitura e Câmara municipal, Diário Oficial Eletrônico dos Municípios, Ed.3.204, Ano XIV, de 10/04/2019, p. 345, Diário Oficial da União Ed. nº 69, de 10/04/2019, Seção 3, p. 169, Diário Oficial do Estado, Ed. nº 27479 de 9/04/2019, p. 144 (fls. 423-426).

Procedimento finalizado no Departamento de Compras em 10/04/2019 e arremetido ao Gabinete do Prefeito (fl. 428). Em 10/04/2019 encaminhado à Procuradoria Jurídica para análise e minuta do ato de homologação. (fl. 429).

Decisão.

Inicialmente o procedimento de licitação foi registrado como pregão presencial nº 067/2018, realizado com fundamento no Decreto Municipal nº 1.067 de 27 de março de 2015 alterado pelo Decreto Municipal nº 1.149, de 13 de janeiro de 2016 que regulamento o Sistema de Registro de Preços em âmbito municipal.

Mormente este modal de certame inicia-se e encerra-se nestes termos. Entretanto, neste caso, vê-se que devido as infrutíferas tentativas de se realizar a contração pela via da licitação normal não obteve sucesso. Portanto, forçoso foi sua conversão para contratação direta a vista do disposto no art. 24, inciso V da Lei nº 8.666 de 1993 c/c art. 9º da lei nº 10.520 de 2002 diante da necessidade dos produtos, aliado ao fato que, desde a abertura do certame PP nº 067/2018 na data de 9/11/2018 e as sucessivas tentativas de licitar o objeto se passaram longos 05 (cinco) meses, até a derradeira contratação pela visa da dispensa de licitação a vista de não terem acudidos interessados aos certames anteriores.

Não há olvidar que nestes casos, a melhor opção, senão a única a atender ao interesse público seria a contratação direta, na forma com que foi levada a termo.

Portanto, quanto ao pronunciamento acerca da regularidade formal do certame, sejam as práticas tanto do Pregoeiro quanto da Comissão de Licitação revelam que o procedimento dotado no certame, em que pese sua morosidade, apresenta condições favoráveis para a homologação, uma vez que, ressai do acervo documental e termos procedimentais que foram obedecidos os princípios aplicáveis e os ditames da Legislação de Regência.

A vista da conversão do certame PP nº 067/25018 em licitação dispensada na forma do art. 24, inciso V da Lei nº 8.666 de 1993, conforme justificativa de fls. 229-234, com fulcro no art. 43, inciso VI da Lei nº 8.666 de 1993 c/ c com inciso XXX do art. 70, da Lei Orgânica do Município HOMOLOGO o certame Pregão Presencial nº 067/2018-SRP, convertido em licitação dispensada na forma do art. 24, inciso V da Lei nº 8.666 de 1993, o preço dos itens da cesta básica relacionados no item 2.2 do Termo de Referência (fl. 137-138), no valor global unitário por cesta básica de R$ 87,07 (oitenta e sete reais e sete centavos) e valor global da licitação no montante de R$ 39.181,50 (trinta e nove mil cento e oitenta e um reais e cinquenta centavos) pela quantidade de 450 unidades de cestas básicas em favor de RR DE SOUZA & CIA LTDA, CNPJ nº 13.662.140/0001-17, endereço comercial na Rua Horácio Spadare, nº 93, Jotão, Ji-paraná/RO.

Informe a Secretaria solicitante. Publique para que surta seus efeitos.

Rondolândia – MT, 15 de abril de 2019.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE NOMEAÇÃO E POSSE EM CARGO PÚBLICO (CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016 – PROC. Nº 258/2017/SEMAD, DE 2017)

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE NOMEAÇÃO E POSSE EM CARGO PÚBLICO

(Concurso Público nº 001/2016 – Proc. nº 258/2017/SEMAD, de 2017)

Aos 10 de ABRIL de 2019, o MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Joana Alves de Oliveira, s/n, na Cidade de Rondolândia- MT, inscrita no CNPJ sob o nº 04.221.486/0001-49, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr. AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado neste município, portador da Carteira de IdentidadeRG nº 977314 SSP/RO e CPF/MF nº 560.023. 512-72, em conformidade com o processo administrativo nº 056/2017, de registro dos atos de posse e nomeação do candidato, com fundamento no Decreto nº 132/GAB/PMR, de 28/12/2006 e suas alterações que regulamentou o concurso nº 001/2016, e, ainda, com fundamento na Lei Complementar nº 14 de 2016, Lei Complementar nº 3, de 2007 que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos municipais c/c inciso II, do art. 89 da Lei Orgânica do Município e inciso II do Art. 37 da CF/88 resolve NOMEAR **GISLENE SOUZA DA SILVA**, CPF nº 033437.202-08, CI/RG nº 2448620-5 SEJSP/MT, para a investidura no cargo efetivo de **ZELADORA** pela aprovação no concurso público nº 001/2016, classificado em 18º lugar, com a pontuação 93,0 pts; concurso Homologado pelo Ato Administrativo, publicado no J.O.M, de 04/10/2017, p. 258 e edital de convocação pelo ato nº 001/2017, public. no J.O.M do dia 11/10/2017, p. 056

Inicio do efetivo exercício funcional: 10/04/2019.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GISLENE SOUZA DA SILVA

CPF N° 033.437.202-08

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº3051-2019NOMEIA- MATEUS HENRIQUE JOSCA FIGUEIREDO

PORTARIA Nº. 3051/GP/PMR/19

DE 16 DE ABRIL DE 2019

*NOMEIA- **MATHEUS HENRIQUE JOSCA FIGUEIREDO** No cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ESPECIAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS,CDS-6.*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR– ***MATHEUS HENRIQUE JOSCA FIGUEIREDO*** *nocargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ESPECIAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS CDS-6, junto da SECRETARIA DE OBRAS*

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo ao dia 01/04/2019.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 16/04/2019.*

RELAÇÃO FINAL DE CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2019

A Comissão constituída através do Decreto nº 1.596/GAB/PMR, de 29 de março de 2019, alterado pelo Decreto nº 1.599/GAB/PMR, de 1 de abril de 2019, não havendo interposição de recurso das inscrições, torna público a relação **FINAL** das inscrições deferidas e indeferidas por localidade e cargo/função, sendo o que segue:

ÁREA DA TERRA INDÍGENA DO POVO ZORÓ

ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA ZAWÃ KEJ ALAKIT			
Ordem	***Candidato***	***Cargo/função***	***Situação***
Localidade: Sede (Barreira)			
01	Ivone Xipipati Zoró	Professor Bilingue	Deferida
02	Paulo Zoró	Orientador Bilingue	Deferida
Localidade: Anexo I – IKarej			
01	Kleuza Xinepuputu Zoró	Professor Bilingue	Deferida
Localidade: Anexo II – Webaj Karej			
01	Elias Sabiaxut Zoró	Professor Bilingue	Deferida
02	Valdecir Adosep Zoró	Orientador bilingue	Deferida
Localidade: Anexo III – Mata Verde			
01	Wuã Man Zoró	Professor Bilingue	Deferida
Localidade: Anexo IV - Abesewap			
01	Rosa Xinepuakia Zoró	Professor Bilingue	Deferida

ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA GUWA PUXUREJ			
Ordem	***Candidato***	***Cargo/função***	***Situação***
Localidade: Sede (Aldeia do José)			

01	Francisco Martírio Zoró	Orientador Bilingue	Deferida
02	Keli Xikuliapati Zoró	Professor Bilingue	Deferida
03	Marcia Xinahv Zoró	Professor Bilingue	Deferida
04	Maria José Nascimento Mariano	Auxiliar de cozinha bilingue	Deferida
Localidade: Anexo II – Paraiso da Serra			
01	Cristiane Kalanum Zoró	Professor Bilingue	Deferida
Localidade: Anexo IV – Santa Cruz			
-	Não houve inscritos		-
Localidade: Anexo V – Zarup Wej			
01	Roberto Kaliãbira Zoró	Professor Bilingue	Deferida

ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA TAMALI'SYN			
Ordem	***Candidato***	***Cargo/função***	***Situação***
Localidade: Sede			
01	Gisele Maxu Ap Zoró	Professor Bilingue	Deferida
02	Marcos Zarkupep Zoró	Professor Bilingue	Deferida
03	Raimundo Betabi Zoró	Orintador Bilingue	Deferida
04	Vicente Paxuryp Zoró	Orientador Bilingue	Deferida
Localidade: Anexo I – Duabirej (Caneco)			
01	Francisco Sambig Ip Zoró	Orientador Bilingue	Deferida
02	Gisele Tawanam Zoró	Auxiliar de Cozinha Bilingue	Deferida
03	Sabesewap Zoró	Professor Bilingue	Deferida
Localidade: Anexo II – Duandjurej			
01	Rita Batan Boa Zoró	Auxiliar de Cozinha Bilingue	Deferida
02	Sirlene Puluwam Zoró	Professor Bilingue	Deferida
Localidade: Anexo IV - Imbupeaxurej			
01	Marciano Tkalaum Zoró	Professor Bilingue	Deferida
02	Sócrates Zoró	Orientador Bilingue	Deferida
Localidade: Anexo V – APIZ			
01	Assis Yassani Cherebombal Gavião	Orientador Bilingue	Deferida
02	Cristiane Kaky Jwulup Zoró	Professor Bilingue	Deferida
03	Luciane Xipesylip Zoró	Auxiliar de Cozinha Bilingue	Deferida

ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA ZAWYT WANWÃ			
Ordem	***Candidato***	***Cargo/função***	***Situação***
Localidade: Sede – Bubyrej			
01	Tawulup Zoró	Professor Bilingue	Deferida
Localidade: Anexo III – Rio Azul			
01	Cleia Kap Xiban Zoró	Professor Bilingue	Deferida
02	Sergio Aquir Zoró	Orientador Bilingue	Deferida
Localidade: Anexo IV – Gala Anjurej			
01	Claudiane Xinepusajyt Zoró	Professor Bilingue	Deferida
Localidade: Anexo V – Anguj Tapua			
01	Elaine Fernandes	Auxiliar de Cozinha Bilingue	Deferida

TRANSPORTE ESCOLAR			
Ordem	***Candidato***	***Cargo/função***	***Situação***
Localidade: Linha Pacarana à Zarup Wej			
01	Alexandre Xiwekalikit Zoró	Monitor de Transporte Escolar Bilingue	Deferida
Localidade: Linha Abesewap ao anexo estadual na E.M.I. Tamali'syn			
01	Carlos Kajwet Zoró	Monitor de Transporte Escolar Bilingue	Deferida
02	Paulo Pawepiandu Zoró	Condutor de Transporte Escolar Bilingue	Deferida
Localidade: Linha Central à Zawã Karej Pangyjej			
01	Gabriel Ip Xin Zoró	Monitor de Transporte Escolar Bilingue	Deferida
Localidade: Linha Castanhal à Zawã Karej Pangyjej			
01	Marcio Sep Kaipap Arara	Monitor de Transporte Escolar Bilingue	Deferida
Localidade: Travessia do Rio Branco (Adeia Angu Tapua)			
01	Vinicius Petagadup Zoró	Monitor de Transporte Escolar Bilingue	Deferida
Localidade: Travessia Rio Branco (E.E. Zawã Karej Pangyjej)			
01	Carlito Tandatsereg Zoró	Monitor de Transporte Escolar Bilingue	Deferida
02	Walysson Duabaka Zoró	Barqueiro Bilingue	Deferida

ÁREA DA TERRA INDÍGENA DO POVO SURUI

ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA SERTANISTA APOENA MEIRELES			
Ordem	***Candidato***	***Cargo/função***	***Situação***
Localidade: Sede			
01	Débora Roepalre Surui	Auxiliar de Cozinha Bilingue	Deferida
02	Graciely Mapinan Surui	Auxiliar de Cozinha Bilingue	Deferida
03	Ivem Surui	Inspetor de Pátio	Deferida
04	Jeferson Getúlio Francisco Alves	Inspetor de Pátio	Deferida
05	Ozéias Oykoesar Paiter Surui	Inspetor de Pátio	Deferida
06	Sandra Itxayed Surui	Orientador Bilingue	Deferida
Localidade: Aldeia Panãg			
01	Jaqueline da Silva Rabelo	Auxiliar de Cozinha Bilingue	Deferida
02	Valdemar Oikoepaor Surui	Professor Bilingue	Deferida
03	Yaminig Mariana Surui	Auxiliar de cozinha Bilingue	Deferida

TRANSPORTE ESCOLAR			
Ordem	***Candidato***	***Cargo/função***	***Situação***
Localidade: Aldeia do Henrique à E.M.I. Sertanista Apoena Meirelles			
01	Maira Paiter Surui	Monitor de Transporte Escolar Bilingue	Deferida
02	Joana Oyola Ribeiro	Monitor de Transporte Escolar Bilingue	Deferida

Rondolândia-MT, 16 de abril de 2019.

Comissão do Processo Seletivo.

Neidson Gomes Temponi Clemildo Araújo Brito

Presidente Comissão Membro

Agnaldo Pereira da Conceição

Membro

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 026/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Presidente nomeada através do Decreto nº 1.595/GAB/PMR de 28 de Março de 2019, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 026/2019**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 047/2019, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a **Aquisição de Materiais Elétricos para Manutenção Preventiva e Corretiva da Iluminação Pública do Município de Rondolândia, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.**

A Proposta de Preço e toda documentação poderá ser encaminhada via e-mail institucional: *cplrondolandia1720@hotmail.com* no período de até 01 (um) dia útil da publicação, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 16 de Abril de 2019.

_____

Liliane Guedes Santos Souza

Presidente da CPL

RECURSOS HUMANOS
EXONERADA, MARIA JOSÈ PESSOA DE SOUZA DO CARGO EFETIVA DE ZELADORA 40 HORAS SEMANAIS – FUNDEB-40º

PORTARIA Nº. 3052/GP/PMR/19

DE 16 DE ABRIL DE 2019

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são

conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

Art. 1º - Considerando a concessão da aposentadoria da servidora **MARIA JOSÈ PESSOA DE SOUZA**, conforme comunicado Do Instituto Do Instituto Nacional De Seguro Social – INSS .

RESOLVE:

Art. 2º Promovo a declaração de Vacância Do Cargo De **ZELADORA 40 HORAS SEMANAIS** com fundamento no art. 45, VII da LCM Nº 3/2007(RJU).

Parágrafo único – Em decorrência da aposentadoria fica exonerada, **MARIA JOSÈ PESSOA DE SOUZA** do cargo efetiva de **ZELADORA 40 HORAS SEMANAIS** – **FUNDEB-40º** nos termos do art. 47, I da LCM 03/2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE NOMEAÇÃO E POSSE EM CARGO PÚBLICO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE NOMEAÇÃO E POSSE EM CARGO PÚBLICO

(Concurso Público nº 001/2016 – Proc. nº 258/2017/SEMAD, de 2017)

Aos 10 de ABRIL de 2019, o MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Joana Alves de Oliveira, s/n, na Cidade de Rondolândia- MT, inscrita no CNPJ sob o nº 04.221.486/0001-49, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr. AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado neste município, portador da Carteira de IdentidadeRG nº 977314 SSP/RO e CPF/MF nº 560.023.512-72, em conformidade com o processo administrativo nº 056/2017, de registro dos atos de posse e nomeação do candidato, com fundamento no Decreto nº 132/GAB/PMR, de 28/12/2006 e suas alterações que regulamentou o concurso nº 001/2016, e, ainda, com fundamento na Lei Complementar nº 14 de 2016, Lei Complementar nº 3, de 2007 que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos municipais c/c inciso II, do art. 89 da Lei Orgânica do Município e inciso II do Art. 37 da CF/88 resolve NOMEAR **VANDA CRISTINA BALDUÍNO**, CPF nº 7371639112-04, CI/RG nº 778245, SESDC/RO, para a investidura no cargo efetivo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM** pela aprovação no concurso público nº 001/2016, classificado em 18º lugar, com a pontuação 62,00 pts; concurso Homologado pelo Ato Administrativo, publicado no J.O.M, de 04/10/2017, p. 258 e edital de convocação pelo ato nº 001/2017, public. no J.O.M do dia 11/10/2017, p. 056

Inicio do efetivo exercício funcional: 10/04/2019.

Agnado Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

VANDA CRISTINA BALDUINO

CPF nº 7371639112-04

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº3050-2019DESIGNA- ELAINE MENDES DE BRITO

PORTARIA Nº. 3050/GP/PMR/19

DE 10 DE ABRIL DE 2019

*DESIGNA- **ELAINE MENDES DE BRITO** No cargo em comissão de Chefe de Seção de Apoio Aos Agentes Comunitário de Saúde,CDS-2.*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNA – **ELAINE MENDES DE BRITO** No cargo em comissão de CHEFE DE SEÇÃO DE APOIO AOS AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE, CDS-2de junto DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo ao dia 01/04/2019.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 16/04/2019.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 021/2019

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO N. 021/2019

O Município de Rosário Oeste/MT, Estado de Mato Grosso, neste ato representado por seu Pregoeiro, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO N. 021/2019, CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 30 de abril de 2019, Às 09:00 horas (horário local), na sede da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, situada à Avenida Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste/MT, com a finalidade do REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMISETAS, UNIFORMES JALECOS E COLETES PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. As informações poderão ser retiradas com ao Setor de Licitação, na Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, situada na Avenida Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste/MT, por intermédio do Pregoeiro, de segunda a sexta das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 15:00 horas, ou no telefone (65) 3356-1209 e pelo e-mail: licitacaorosario@hotmail.com e no site: www.rosariooeste.mt.gov.br.

Rosário Oeste/MT, 16 de abril de 2019.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

PREGOEIRO

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO 014 - 2019

DECRETO N° 014/2019

de 16 de Abril de 2019

"Dispõe sobre decretação de ponto facultativo no âmbito da administração, publica municipal e da outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROSARIO OESTE, Estado de Mato Grosso, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

Considerando as comemorações religiosas alusivas a ***"semana santa"***, ***"sexta feira-santa"*** e de ***"Domingo de Páscoa"***.

DECRETA:

Art. 1°. Fica determinado **Ponto Facultativo** no âmbito da Administração Publica Municipal e de suas Autarquias o dia **18.04.2019** (quinta-feira).

Art. 2°. Se excluem da medida acima, os serviços considerados essenciais, como coleta de lixo, limpeza de vias publica, abastecimento de água, e de atendimento à saúde da população.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Rosário Oeste/MT, 16 de Abril de 2. 019.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 084/2018

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 084/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

Contratada: **RM SOARES ALVIM - ME**

Objeto:

CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS (EMPRESAS OU MICROEMPRESAS)PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS: PEDIATRIA, GINECOLOGIA/OBSTE TRIA ULTRASSONOGRAFIA, DERMATOLOGIA E OFTALMOLOGIA EM CONSULTAS ESPECIALIZADAS E PROCEDIMENTOS)

Prazo: 12 MESES

Data da assinatura: 18.03.2019

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 01/2018

ERRATA - DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 01/2018

Texto:

ONDE SE LÊ;

1º TERMO DO CONTRATO 02-2018

Objeto:*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE INFRAESTRUTURA URBANA EM VIAS DA SEDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, CONSTITUÍDO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PROFUNDA DE ÁGUAS PLUVIAIS NOS TRECHOS DA RUA BELA VISTA E DA RUA CEL. ARTHUR BORGES; PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NOS TRECHOS DA RUA CÂNDIDO MARIANO E RUA IW9; E DRENAGEM PROFUNDA NO TRECHO DA AV. HUMBERTO CASTELO BRANCO, PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT.*

EMPRESA: GISLEY BRITO

LEIA-SE:

1º TERMO DO CONTRATO 01-2018

objeto: Constitui objeto do presente termo a prorrogação de prazo do contrato n. 01/2018 de Locação de um imóvel residencial,localizado na Rua A, Casa 80 – Cohab Velha, em Rosário Oeste – MT para atender a Casa Transitória Pedro Henrique Coelho de Belém.

EMPRESA: VANORDE SILVA

CONTRATADA

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE, 20 DE DEZEMBRO 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2018 – "Contratação direta de Prestação de Serviços para realização de Coleta de Lixo Reciclável nos bairros e nos órgãos públicos na cidade de Salto do Céu-MT", pelo período de 12 (doze) meses; para os fins que especifica. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO, este estabelecido nos Itens 4.1 e 4.2 da cláusula quarta, bem como REAJUSTE DE VALOR, este estabelecido no Item 7.1 da cláusula sétima, ambas do contrato original. **CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO RECICLAR PARA VIVER MELHOR CNPJ: 14.330.837/0001-03.** Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, ficando vigente até 02/04/2020.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO

RESULTADO DE LEILÃO Nº 001/2019

OBJETO: O objeto do presente Leilão são bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Salto do Céu/MT, sendo: veículo leve, pesado e máquina pesada, conforme descrito detalhadamente no anexo I deste Edital.

RESULTADO

A Prefeitura de Salto do Céu-MT, através da Presidenta da CPL, Sra. Maria Inês Pereira da Silva, torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participou do Leilão Nº 001/2019, supramencionado que: não houve interessados para os itens 01 e 02, sendo considerados **FRACASSADOS**. Já o ITEM 03 foi ofertado lance no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) pelo Sr. Agnaldo da Silva Barros, RG: 341724397 SSP/SP e CPF: 306.790.988-79,sendo consagrado o comprador oficial deste item; o ITEM 04 foi ofertado lance no valor de R$ 10.010,00 (dez mil e dez reais) pelo Sr. Anderson José dos Santos RG: 5469991 SSP/PE e CPF: 044. 905.164-10, sendo consagrado o comprador oficial deste item.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 27 de Março de 2019.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidenta da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO

CONTRATO Nº 017/2019

OBJETO: Contratação temporária de MOTORISTA para atender o Transporte Escolar da rede pública Municipal e Estadual. O transporte se dará da zona rural ao derredor e redor da/até a Comunidade de Vila Progresso. A contratação se fará pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, podendo o respectivo contrato ser rescindido amigavelmente a qualquer momento, após a realização e homologação do CONCURSO PÚBLICO/2019.

VALOR: R$ 6.674,46 (seis mil, seiscentos e setenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

CONTRATADO: ESDRAS KALEBY DE JESUS OLIVEIRA SILVACPF: 060.650.651-96

PERÍODO: 25/03/2019à 25/09/2019.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 018/2019

OBJETO: Contratação temporária de MOTORISTA para atender o Transporte Escolar da rede pública Municipal e Estadual. O transporte se dará da zona rural, com saída da Comunidade de Seputuba até a cidade de Salto do Céu. A contratação se fará pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, podendo o respectivo contrato ser rescindido amigavelmente a qualquer momento, após a realização e homologação do CONCURSO PÚBLICO/2019.

VALOR: R$ 6.674,46 (seis mil, seiscentos e setenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

CONTRATADO: OWILSON DE JESUSCPF: 010.249.621-80.

PERÍODO: 25/03/2019à 25/09/2019.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

OBJETO: "Seleção de melhor proposta objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição futura e fracionada de Materiais/itens de Construção em atendimento as Secretarias Municipais da Prefeitura de Salto do Céu – MT"; do tipo **MENOR PREÇO/ITEM,** conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I**, deste Edital, por um período de 12 meses.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura de Salto do Céu, através de sua Pregoeira Oficial torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participou do certame licitatório supramencionado as empresas **JOSIAS DOS SANTOS COMERCIO – ME CNPJ: 03.694.786/0001-82**, vencedora de itens deste certame com o valor total de todos os itens em R$ 725.060,25 (setecentos e vinte e cinco mil, sessenta reais e vinte e cinco centavos); **LUZ & CIA EIRELI CNPJ: 31.075.299/0001-77** vencedora de itens deste certame com valor total de todos os itens em R$ 129.207,20 (cento e vinte e nove mil e duzentos e sete reais e vinte centavos); ambas vencedoras de itens deste certame com relação e valor unitário de cada item relacionados no relatório final emitido pelo Sistema COTAÇÃO, anexo ao procedimento

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 15 de Abril de 2019.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

a) - Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: **Contratação de Empresa para Locação de SISTEMA DE OUVIDORIA ONLINE (INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO) do Município de Salto do Céu-MT**. A contratação se fará pelo período de 12 (doze) meses contados a partir de Abril/2019; c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso II; d) **Processo: Nº 018/2019**; e) Cobertura Orçamentária: Elemento Orçamentário: 03.003.04.122.0003.2009.33.90.39.72; f) Valor: R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais); g) Contratada: A. D. TECNOLOGIA E SOLUÇÕES EIRELI CNPJ: 07.959.811/0001-63; h) Autorização: em 01/04/2019, por WEMERSON ADÃO PRATA; i) Ratificação: em 11/04/2019, por WEMERSON ADÃO PRATA.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
REQUERIMENTO JUNTO A SEMA DE LOP (AREA DE RECEBIMENTO TEMPORARIO DE RESIDUOS)

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu, CNPJ nº 15.024.011/0001-89, torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Provisória de Operação (LOP) referente a implantação de uma (Área de Recebimento Temporário de Resíduos de Construção Civil CLASSE A – INERTES) para destinação de solos removidos, nas atividades de construção, reforma e reparos de estradas (pavimentação), bem como por aqueles resultante da remoção de vegetação (gramíneas e solo orgânico) e escavação de solos,por tratarem-se de materiais homogêneos que podem ser inclusive aplicados para regularização/terraplanagem de terrenos, localizado no município de Salto do Céu/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RETIFICAÇÃO

Retifica-se a publicação da Portaria nº 0085/2019 publicado em 15 de Abril de 2019 – Ano XIV / Nº 3.207 por motivos de erro formal, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

PORTARIA Nº 0085/2019

Lê-se:

PORTARIA Nº 0089/2019

Santa Rita do Trivelato/MT, 16 de Abril de 2019.

Egon Hoepers

Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITACAO
AVISO DE RESULTADO-TOMADA DE PREÇO 001/2019

AVISO DE RESULTADO

TOMADA DE PREÇOS N° 001/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT,** através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 034/2019, torna público aos interessados que realizou o julgamento da Proposta de Preços referente a Tomada de Preços nº 001/2019, que tem por objeto a"**Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para prestação de serviços de mão de obra para montagem e instalação de cobertura metálica para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme planilhas e projetos anexos ao presente edital ".** Na oportunidade após análise das propostas e documentos constantes nos Envelopes 01 e 02, da empresa **L P VILELA COMERCIO E PRESTADORA DE SERVIÇOS ME,** inscrita no **CNPJ n° 07.226.813/0001-43,** sagrou-se vencedora com proposta no valor de **R$ 12.880,02 (Doze mil oitocentos e oitenta reais e dois centavos).** Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3529-6161, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, junto ao Departamento de Licitação. Santa Rita do Trivelato – MT, 16 de Abril de 2019. **JENIFER CRISTINA DOS SANTOS VARGAS LOHMANN** - Presidente da CPL

RETIFICAÇÃO

Retifica-se a publicação da Portaria nº 0086/2019 publicado em 15 de Abril de 2019 – Ano XIV / Nº 3.207 por motivos de erro formal, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

PORTARIA Nº 0086/2019

Lê-se:

PORTARIA Nº 0090/2019

Santa Rita do Trivelato/MT, 16 de Abril de 2019.

Egon Hoepers

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 026/2019 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

SÚMULA: PRORROGA A COBRANÇA DO IPTU 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve emitir o seguinte:

DECRETO:

Art. 1º. Fica prorrogado o vencimento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - Exercício 2019 que poderá ser realizado na forma seguinte:

I. O proprietário do imóvel que optar para o pagamento a vista terá um desconto de **20%** (vinte por cento) sobre o valor do imposto devido para o pagamento em parcela única até o dia **31/05/2019.**

II. O proprietário do imóvel que optar para o pagamento em **3 (três) vezes** terá o desconto de **10%** sobre o valor do imposto com parcelas mensais e sucessivas e vencimentos em **31/05/2019, 28/06/2019, 31/07/2019**, com a retirada de seu carnê de parcelamento no Departamento de Tributos.

III. O proprietário do imóvel poderá optar para o pagamento em até **06 (seis)** parcelas iguais e sucessivas até o vencimento da primeira parcela que passará a ter os vencimentos em **31/05/2019, 28/06/2019, 31/07/2019, 30/08/2019, 30/09/2019 e 31/10/2019,** com a retirada de seu carnê de parcelamento no Departamento de Tributos, ou pelo site **www.santaritadotrivelato.mt.gov.br**

IV. O valor de cada parcela não poderá ser inferior a 10 (dez) UFM – UNIDADE FISCAL MUNICIPAL conforme Lei Complementar nº 062/2014.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 16 DE ABRIL DE 2019.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2019

A Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT torna público que **às 08h00min do dia 30 de abril de 2019**, estará abrindo o pregão presencial n°01/2019, para **Contratação de Empresa Especializada em Sistemas de Informática, incluindo Licença de uso de Software de Gestão Pública, Software de Orçamento, Tesouraria e Contabilidade, Software para Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Software para controle Patrimônio Público, Software de controle de Almoxarifado, Software rede controle de Protocolo, Portal Transparência, pelo prazo de 12 (doze) meses** podendo ser prorrogado nas formas da autorização contida no art. 57, IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

O Edital poderá ser obtido junto à Secretaria Administrativa do Poder Legislativo de Santa Rita do Trivelato/MT durante o horário de expediente (das 7h00min às 13h00min) e também estará disponível no site: . Maiores informações na sede da Câmara Municipal, localizada na Av. Flavio Luiz, n° 2060, Centro – CEP: 78.453-000 Santa Rita do Trivelato/MT ou pelo telefone (65) 3529-6252.

Santa Rita do Trivelato – MT, aos 16 de Abril de 2019

Wanderson Pereira Dias

Presidente da Câmara

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0087/2019, DE 16 DE ABRIL DE 2019.

PORTARIA Nº 0087/2019, DE 16 DE ABRIL DE 2019.

SUMULA: "NOMEIA SERVIDOR CONCURSADO PARA O CARGO PÚBLICO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais considerando os resultados do Concurso Público realizado por esta Municipalidade no dia 03 de Fevereiro de 2019, cujo resultado foi homologado pelo Decreto 017/2019;

Considerando que PATRICIA REGINA DA SILVA, foi aprovado (a) e classificado (a) dentro do número de vagas disponibilizadas no referido Concurso, para o cargo de FISCAL DE SOLO E MEIO AMBIENTE-SEDE;

Considerando, finalmente, que o (a) candidato (a) preenche os requisitos legais constante na Lei Municipal nº 64/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado **PATRICIA REGINA DA SILVA**, brasileiro (a), inscrito (a) no RG nº 1692080-5 SSP/MT e no CPF/MF sob o nº 021.073.221-04, para ocupar o cargo Efetivo de FISCAL DE SOLO E MEIO AMBIENTE-SEDE, integrante do Quadro de Pessoal do Município de Santa Rita do Trivelato/MT pelo Concurso Público de nº 01/2018.

Art. 2º. O (A) servidor (a) ora nomeado (a) fica submetido (a) ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santa Rita do Trivelato, instituído pela Lei Municipal nº 64/2015, bem assim ás demais disposições legais pertinentes.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 16 de Abril de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0088/2019, DE 16 DE ABRIL DE 2019.

PORTARIA Nº 0088/2019, DE 16 DE ABRIL DE 2019.

SUMULA: "NOMEIA SERVIDOR CONCURSADO PARA O CARGO PÚBLICO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais considerando os resultados do Concurso Público realizado por esta Municipalidade no dia 03 de Fevereiro de 2019, cujo resultado foi homologado pelo Decreto 017/2019;

Considerando que MARIA EDUARDA BRUGNAGO FREITAS, foi aprovado (a) e classificado (a) dentro do número de vagas disponibilizadas no referido Concurso, para o cargo de TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO;

Considerando, finalmente, que o (a) candidato (a) preenche os requisitos legais constante na Lei Municipal nº 64/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado **MARIA EDUARDA BRUGNAGO FREITAS**, brasileiro (a), inscrito (a) no RG nº 2746660-4 SSP/MT e no CPF/MF sob o nº 038.458.051-37, para ocupar o cargo Efetivo de TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO, integrante do Quadro de Pessoal do Município de Santa Rita do Trivelato/MT pelo Concurso Público de nº 01/2018.

Art. 2º. O (A) servidor (a) ora nomeado (a) fica submetido (a) ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santa Rita do Trivelato, instituído pela Lei Municipal nº 64/2015, bem assim ás demais disposições legais pertinentes.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 16 de Abril de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

COMPRAS E LICITACAO
AVISO DE PUBLICAÇÃO-DISPENSA DE LICITAÇÃO 13/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2019

AVISO DE PUBLICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, Sr. Egon Hoepers, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas nos autos, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no Processo de Dispensa de Licitação, com finalidade de**AQUISIÇÃO DE 01(UM) APARELHO MICROSCOPIO BINOCULAR PARA AGENTES DE ENDEMIA PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT**, junto à empresa **CONSULAB – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LABORATORIAS, HOSPITALARES E EDUCACIONAIS –EIRELI** CNPJ: 24.997.187/0001-08,no valor deR$ 2.010,00 (Dois mil e dez reais)**,** a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com art. 24, inc. II, da Lei 8.666/93, **PUBLICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26, da Lei nº 8. 666/93.

Santa Rita do Trivelato - MT, 16 de Abril de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 222/2019.

DE: 15 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE para a servidora pública efetiva **ELAINE LARREA DE SOUZA** de180 (cento e oitenta) dias, retroagindo seus efeitos a 11 de Abril de 2019.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 15 DE ABRIL DE 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 221/2019. DE: 15 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE RETORNO DE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o teor do Laudo Médico Pericial expedido pela Junta Médica em 01/04/2019 que atesta que a referida servidora está apta para exercer atividades laborais a partir do dia 02/04/2019.

RESOLVE;

Art. 1º - CONCEDER RETORNO DE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a pedido, da servidora pública **ELIETE APARECIDA NOGUEIRA DA SILVA OLIVEIRA**, em 02 de abril de 2019.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos á 02/04/2019**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 15 DE ABRIL DE 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

LICENÇA AMBIENTAL

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, CNPJ nº **04.217.362/0001-90,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa, Licença de Instalação e Licença de Operação (LP, LI e LO) para um Aterro de Resíduos de construção civil, localizada na Avenida Ceará e Rua Passo Fundo perímetro urbano de Santo Antônio do Leste/MT.

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 224/2019.

DE: 16 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE para a servidora pública efetiva **SILVANA SANTOS CARDOSO** de180 (cento e oitenta) dias, retroagindo seus efeitos a 11 de Abril de 2019.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 16 DE ABRIL DE 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 223/2019.

DE: 15 DE ABRIL DE 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - NOMEIA membros do Conselho Municipal de Assistencia Social,para gestão 2019/2021.

Art. 2º - A Comissão citada no artigo anterior será composta dos seguintes servidores:

-**Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:**

Titular: Telma Ribeiro da Silva

Suplente: Jussara Cordeiro Marques Cardoso

-Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Titular: Zilda Alves da paixão de Melo

Suplente: Cleonice Oliveira Nogueira

-Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Adeni Nogueira da Silva

Suplente: Vanessa de Medeiros

-Representante da Secretaria de Esporte e Lazer:

Titular: Eli Gomes de Oliveira

Suplente: Antonino Costa de Castro

-Representante da APAE:

Titular: Lusilene Gomes Ferreira Mendonça

Suplente: Alessandra Leonia Diogo Lira

-Representante da Pastoral da Criança:

Titular: Nilva Dias de Campo Nogueira

Suplente: Marli Odete Erd

-Representante do Sindicato:

Titular: Rosiane de Oliveira

Suplente: Jessica de Almeida Biff

-Representante da Entidade Religiosa:

Titular: Kauanni Dias Araújo

Suplente: Eva Pereira de Oliveira

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 15 DE ABRIL DE 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2019

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Miguel Jose Brunetta, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no § II, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total de R$ 4.720,00 (quatro mil setecentos e vinte reais). Tendo como objeto a **aquisição de materiais esportivos diversos para atender a demanda da secretaria municipal de Desporto e Lazer, conforme termo de referência e cotação de preços em anexo.** Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de **ATIVA MATERIAIS ELÉTRICOS – CNPJ: 06.110.817/0001-07**, com sede na Av. Santa Maria, nº 833, bairro vale do Sol – Campo Verde/MT, CEP: 78840-000 e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2019

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Miguel Jose Brunetta, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no § II, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total de R$ 6.469,79 (seis mil quatrocentos e sessenta e nove reais e setenta e nove centavos). . Tendo como objeto a **aquisição de medicamentos de urgência e emergência, e materiais hospitalares para suprir a insuficiência da farmácia básica deste município, conforme termo de referência e cotação de preços em anexo.** Resolve RATIFICAR o presente processo a favor das empresas abaixo e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93.

EMPRESAS VENCEDORAS:

Empresa: PRO-REMEDIO DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS E COSMETICOS EIRELI – CNPJ: 05.159.591/0001-68, com sede na Rua São Paulo, nº 39, bairro Medeiros – Rio Verde/GO, CEP: 75.902-140, com o valor total dos itens de R$ 6.379,79 (seis mil trezentos e setenta e nove reais e setenta e nove centavos).

Empresa: JNI MEDICAMENTOS E HOSPITALARES EIRELI – CNPJ: 30.153.492/0001-16, com sede na Rua.NA - 08, s/nº, bairro Jardim Nova Abadia – Abadia de Goias, CEP: 75.345-000, com o valor total dos itens de R$ 90,00 (noventa reais).

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 065, 28 DE JANEIRO DE 2019.

PORTARIA Nº 065, 28 de janeiro de 2019.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de fiscal de contrato e dá outras previdências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar o servidor público municipal **MANUEL BOTELHO JUNIOR**, brasileiro, solteiro, portador do RG 3025485 SESPDS/DF, CPF Nº 027.566.861-40, residente e domiciliado na Avenida Severiano Neves nº 063 Centro, São Felix do Araguaia-MT, CEP: 78670 000, para desempenhar função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2º - O servidor responderá pela função junto ao(s) contrato(s) nº **05/2019, 06/2019, 07/2019, 08/2019,** sendo as empresas: ***CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIREL, P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELLI - ME, SOMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP e L FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA***, com a finalidade de aquisição de material de lúdico, esportivo etc.Em conformidade com as especificações constantes no Edital, entre outras atribuições expressas nos referidos contratos.

Artigo 3º - Determinar ao fiscal aqui designadoque acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I – ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto:

a) À especificação do objeto; e **b)** Ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II** – acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III** – receber a fatura de cobrança, conferindo se: **a)** As condições de pagamento foram obedecidas; **b)** O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; **c)** A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; **d)** A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS E INSSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e **e)** Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV** – atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxilio caso haja dúvidas na atestação; **V** – encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI** – acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: **a)** Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; **b)** A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e **c)** O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII** – informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII** – manter contato regular com o preposta/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX** – emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X** - emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI** – submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII** – enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Contratos e Gerenciamentos de Atas; e b) Uma cópia para o Setor de APLIC; **XIII** – encaminhar ao Departamento de Contratos e Gerenciamento de Atas toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos. **Artigo 4º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE E CUMPRA-SE. São Félix do Araguaia- MT, 28 de janeiro de 2019**. **JANAILZA TAVEIRA LEITE Prefeita Municipal** CPF do Fiscal de Contrato_____ Ciente em:_____ Assinatura_____ Nome por Extenso_____ Testemunha: _____ CPF: _____ Testemunha: _____ CPF: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 200 DE 08 DE ABRIL DE 2019.

PORTARIA **Nº 200** de 08 de abril de 2019.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal **EDIMAR BARBOSA DE OLIVEIRA,** brasileiro, portador do RG 1508012-9 SSP/MT, CPF nº 951. 266.511-53, residente e domiciliado no Distrito de Espigão do Leste - São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Parágrafo Único. Fica designado como Fiscal de Contrato Substituta a Servidora Público Municipal **FABIANA DOS SANTOS PEREIRA,** brasileira, portadora do RG 2554637-6 SSP/MT e CPF 051.514.171-26, residente e domiciliada no Distrito de Espigão do Leste - São Félix do Araguaia – MT, o qual deverá substituir o fiscal designado no caput do presente artigo em caso de impedimento, férias, licença ou qualquer outro afastamento legal do mesmo.

Artigo 2° - O servidor designado responderá pela função junto ao Contrato **nº 025/2019**, sendo **ANTONIO SENA CARVALHO**, inscrito no RG nº 4332642 SSP/GO, inscrito no CPF sob o nº 932. 779.971-20 denominado CONTRATADO, objetivando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL INSTRUTOR (KARATÊ), ambos com a finalidade de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE ARTES MARCIAIS (KARATÊ) COM CUNHO EDUCATIVO PARA A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL PARA DAR AULAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTE DO DISTRITO DE ESPIGÃO DO LESTE**, no Município de São Félix do Araguaia – MT, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 08 de abril de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

CPF do Fiscal de Contrato Substituto:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 064, 24 DE JANEIRO DE 2019.

PORTARIA Nº 064, 24 de janeiro de 2019.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de fiscal de contrato e dá outras previdências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar o servidor público municipal **MANUEL BOTELHO JUNIOR**, brasileiro, solteiro, portador do RG 3025485 SESPDS/DF, CPF Nº 027.566.861-40, residente e domiciliado na Avenida Severiano Neves nº 063 Centro, São Felix do Araguaia-MT, CEP: 78670 000, para desempenhar função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2º - O servidor responderá pela função junto ao(s) contrato(s) nº **01/2019, 02/2019, 03/2019, 04/2019,** sendo as empresas: **CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – EPP**, **MV ATACADISTA DE MOVEIS LTDA – ME**, **SOMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP** e **EDIVALDO NUNES DE SIQUEIRA – ME**, com a finalidade de **aquisição de material de expediente e**m conformidade com as especificações constantes no Edital, entre outras atribuições expressas nos referidos contratos.

Artigo 3º - Determinar ao fiscal aqui designadoque acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I – ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto:

a) À especificação do objeto; e **b)** Ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II** – acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III** – receber a fatura de cobrança, conferindo se: **a)** As condições de pagamento foram obedecidas; **b)** O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; **c)** A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; **d)** A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS E INSSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e **e)** Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV** – atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxilio caso haja dúvidas na atestação; **V** – encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI** – acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: **a)** Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; **b)** A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e **c)** O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII** – informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII** – manter contato regular com o preposta/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX** – emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X** - emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI** – submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII** – enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Contratos e Gerenciamentos de Atas; e b) Uma cópia para o Setor de APLIC; **XIII** – encaminhar ao Departamento de Contratos e Gerenciamento de Atas toda documentação adicional relativa à

fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos. **Artigo 4º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE E CUMPRA-SE. São Félix do Araguaia- MT, 24 de janeiro de 2019**. **JANAILZA TAVEIRA LEITE Prefeita Municipal** CPF do Fiscal de Contrato_____ Ciente em:_____ Assinatura_____ Nome por Extenso_____ Testemunha: _____ CPF: _____ Testemunha: _____ CPF: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 153 DE 07 DE MARÇO DE 2019.

PORTARIA **Nº 153** de 07 de março de 2019.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal **FELIPE SALLES RAMOS,** brasileiro, portador do RG 6133708 2.A VIA SSP/GO, CPF nº 033. 528.211-35, residente e domiciliado na Avenida Severiano Neves nº 063 - Centro - São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Parágrafo Único. Fica designado como Fiscal de Contrato Substituto o Servidor Público Municipal **FRAILAN PEREIRA DE NOVAES NOVAES,** brasileiro, portador do RG 13013901-78 SSP/BA e CPF 049.432.025-78, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 246 Centro - São Félix do Araguaia – MT, o qual deverá substituir o fiscal designado no caput do presente artigo em caso de impedimento, férias, licença ou qualquer outro afastamento legal do mesmo.

Artigo 2° - O servidor designado responderá pela função junto aos Contratos **nº 019/2019 e 20/2019**, sendo a empresa **CONSTRUTORA M.R. D. LTDA-ME - CNPJ N.º 24.383.848/0001-05**, ambos com a finalidade de **Reforma e Reconstrução de Pontes de Madeira**, no Município de São Félix do Araguaia – MT, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE. São Félix do Araguaia – MT, 07 de março de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

CPF do Fiscal de Contrato Substituto:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 088/2019, DE 1º DE ABRIL DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO GERAL DE AVALIAÇÃO.

O Senhor VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro,Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais; e

Considerando a necessidade de realizar procedimentos de concessão das promoções e progressões funcionais;

RESOLVE:

Art.1° - Constituir a Comissão Geral de Avaliação, conforme Art. 25 da Lei nº 989, de 21 de janeiro de 2014 (PCCV).

Parágrafo Único – Para compor a Comissão constituída neste artigo ficam nomeados os seguinte membros:

MEMBROS

Ø **José Xavier Filho**; Ø **Marinéia Machado dos Santos**; e Ø **Meri Angela Alves.**

SUPLENTE

Ø **Marcelo da Silva Araujo.**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 1º de abril de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/2019 RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O **Município de São Jose do Rio Claro – MT**, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDOMIRO LACHOVICZ**, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentada pela Secretaria Municipal de infraestrutura, no processo para Contratação da empresa **VOMA CONTRUÇÕES EIRELLI** da , inscrita no CNPJ: 31.901.617/0001-01, para construção da guarita da Secretaria Municipal de Infraestruturado Município de São José do Rio Claro – MT., estima-se para a contratação o valor de **R$ 17.424,96 – (Dezessete mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos),** pagos conforme medição e apresentação da Nota fiscal atestada pela Secretaria responsável, as despesas referente a está contratação será paga com recurso próprio do Município, após a verificação e autorização da Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde formulou-se expediente de Dispensa de licitação, fulcrada no caput do art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 e lei Municipal 1.116/2017, **RATIFICA** as justificativas apresentadas e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal. São Jose do Rio Claro – MT, 16 de abril de 2019. **VALDOMIRO LACHOVICZ** Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
DECRETO Nº 025/2019, DE 15 DE ABRIL DE 2019

APROVA O MANUAL DE PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei.

DECRETA:

Artigo 1° - Fica aprovado o anexo **MANUAL DE PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT.**, o qual faz parte integrante do presente Decreto.

Artigo 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro (MT), 15 de abril de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 085/2019

DECRETO N° 085/2019 São José do Xingu – MT, 09 de Abril de 2019.

Nos termos da Lei Municipal nº 670 de 2016 Artigo 84, cria a Comissão de Técnica de Regularização Fundiária e Urbanísticas Municipal das Áreas delimitadas como Zonas Especiais de Interesse Social-ZEIS I, II, e III.".

Prefeito Municipal de São José do Xingu-MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições contidas na Constituição Federal, nas Leis Federais: Lei nº 6.766, de 1979; Lei nº 10.257, de 2001, que aprova o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho 2017, Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018, Lei 12.424, de 2011 e ainda, com arrimo nas disposições contempladas na Lei Municipal nº 670 de 10 de novembro de 2016.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 em seu art. 182 determina que a política de desenvolvimento urbano executada pelo Poder Público Municipal, em atendimento as diretrizes gerais estabelecidas em lei;

CONSIDERANDO que a regularização fundiária de interesse social é obrigação imposta ao Poder Público Municipal, que deve implementá-la como uma das formas de concretizar o direito de moradia digna, reconhecido como direito fundamental nos termos do art. 6º da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei Municipal nº. 670 de 10 de novembro de 2016, tornou-se possível juridicamente promover a regularização fundiária e urbanística das áreas ocupadas em parcelamentos irregulares ou ilegais atendendo a parâmetros urbanísticos flexibilizados, bem como com arrimo na Lei Municipal nº 671 de 2016;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº. 670, de 2016, definiu os objetivos que deverão ser alcançados na instituição das Zonas Especiais de Interesse Social II, podendo gizar a legalização das unidades imobiliárias compatíveis com o ordenamento territorial urbano visando constituir sobre elas direitos a favor dos ocupantes, adquirentes de boa-fé, sendo a ZEIS-II correspondente a REURB-S definida na Lei Federal nº 13.465 de 2017;

D E C R E T A:

Art. 1º A criação de uma comissão de Técnica de Regularização Fundiária e Urbanísticas Municipal das Áreas delimitadas como Zonas Especiais de Interesse Social- ZEIS I, II, e III.

Art. 2º. Essa Comissão Técnica terá como Membros Servidores Municipais, nomeados pelo Prefeito Municipal.

Art . 3º. O Art. 85 da Lei 670/2016 é que determinará as atribuições desta Comissão Técnica.

Art.85. Compete a Comissão Técnica de Regularização Fundiária e Urbanística:

I – coordenar e fiscalizar a elaboração e a execução do Plano de Urbanização e regularização Jurídica das ZEIS respectivas;

II – intermediar assuntos de interesse das ZEIS junto aos órgãos da administração municipal, estadual e federal competentes;

III – emitir parecer, relatórios e outros atos administrativos que se fizerem necessários;

IV – interpretar e solucionar casos conflitos;

V – resolver questões omissas e dúvidas resultantes da aplicação desta Lei, no que diz respeito ao projeto específico;

VI – fiscalizar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros alocados às ZEIS;

VII – elaborar a lista das pessoas a serem reassentadas, obedecendo a critérios estabelecidos pelos órgãos responsáveis pela implementação da Política Municipal de Habitação e o Conselho Municipal de Habitação.

VIII – elaborar termo de encerramento de implantação do Plano de Urbanização e Regularização Jurídica específicos e, posteriormente, oficializado por ato próprio do Poder Executivo Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 09 de Abril de 2019

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal.

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 086/2019

DECRETO N° 086/2019 DE 09 DE ABRIL DE 2019.

"Nos termos das Leis Municipais nº 670 de 2016 e 671 de 2016, reconhecer, delimitar e instituir e da Lei Federal nº 13.465 de 2017 e do Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018 classificar e fixar, como regularização fundiária de Interesse Social, por ser ocupada predominantemente por população de baixa renda a gleba de terras loteada irregularmente, com infraestrutura urbana parcialmente consolidada, loteamento a ser denominado "São José do Xingu 1" e dá outras providências"

O PREFEITO DE SÃO JOSE DO XINGU -MT, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Programa de Regularização Fundiária contemplado na Lei Federal nº 10.257, de 2001; Leis Municipais nº. 670/2016 e 671/2016, de 10 de novembro de 2016; Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017; Decreto-lei nº 271, de 1967; Lei Federal nº 8.666, de 1993; Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, com alterações introduzidas pela Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999 e Decreto Presidencial nº 9.310 de 15 de março de 2018, bem como o contido no Processo Administrativo nº....., de 2018 de interesse do **Município de São José do Xingu** e da **Sra. MARIA DE LURDES GOMES e outras,** legitimados a requerer e a promover todos os atos necessários à Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social - REURB - S beneficiando a população de baixa renda familiar e de Interesse Específico - REURB-E,do loteamento **São José do Xingu 1**, atingindo os ocupantes que não se enquadrarem na faixa de renda familiar de definição legal de população de baixa renda, e;

CONSIDERANDO que o Texto Constitucional garante o direito da propriedade, nos termos do art. 5º, inciso XXII, ao mesmo tempo em que determina o cumprimento da função social desta, consoante denota do inciso XXIII deste artigo e, ainda inclui o princípio da ordem econômica, elencado no art. 170, III, os quais trouxeram importantes avanços ao tratamento conferido ao direito de propriedade, definindo o seu conteúdo e instituindo formas de sanção para garantir seu cumprimento;

CONSIDERANDO que a CF/ 1988 inova ao fixar o conteúdo da função social da propriedade, *ex vi* do art. 182, § 2º estatuindo que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação das cidades expressas no Plano Diretor, regra esta reiterada no art. 39, *caput*, da Lei Federal nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade);

CONSIDERANDO que com o advento da Lei Federal nº 13. 465, de 11 de julho de 2017 e o Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018, as normas gerais e os procedimentos quanto a regularização fundiária urbana de interesse social e específico foram flexibilizados, abrangendo medidas administrativas, jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, com a permissibilidade legal de haver duas modalidades de regularização fundiária em um mesmo núcleo urbano informal, nos termos do art. 5º, § 4º do Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018;

CONSIDERANDO que a classificação da modalidade de regularização visa exclusivamente identificar os responsáveis pela implantação ou adequação das obras de infraestrutura essencial e ao reconhecimento do direito à gratuidade das custas e emolumentos notariais e registrais em favor de quem for atribuído o domínio da propriedade, e, encontrando-se os autos instruído com as peças técnicas: Projeto Urbanístico; Memorial Descritivo da gleba; Memoriais Descritivos dos lotes; Levantamento Topográfico; Termo de Compromisso para cumprimento do Cronograma Físico das Obras a serem executadas, e com o Cronograma Físico de Serviços e Implantação de Obras de Infraestrutura essencial, e, ao tempo em que pelos Cadastros Socioeconômico ficam comprovados que o loteamento **São José do Xingu 1** é ocupado em sua predominância por população de baixa renda;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº. 670 de 10 de novembro de 2016, na esteira da Medida Provisória 759 de 2016 convertida na atual Lei Federal nº 13.465 de 2017, observando as normas gerais e os procedimentos naquela determinados, elege, dentre outros instrumentos urbanísticos de regulação para intervenção no solo urbano, as Zonas Especiais de Interesse Social II - ZEIS II que compreendem as áreas parceladas ilegalmente ou irregularmente, **predominantemente,** ocupadas por população de baixa renda e consolidadas, situação caracterizada por sua irreversibilidade, devendo integrar o programa de regularização fundiária urbana de interesse social – REURB-S e o restante da população que não se enquadrarem como população de baixa renda, não serão contemplados com o benefício da isenção de custas e emolumentos cartorários, nos termos da Lei Federal nº 13.465 de 2017 e o Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018;

CONSIDERANDO a permissibilidade legal para promover a regularização fundiária urbana dos parcelamentos implantados ilegalmente, com ocupações consolidadas há mais de 30 (trinta) anos, *ex vi* do art. 9º, § 2º, da Lei Municipal nº 670/2016, como o que ora se apresenta;

CONSIDERANDO a faculdade do Poder Executivo promover a instituição, delimitação e reconhecimento das Zonas Especiais de Interesse Social, Instituto Jurídico e Político que possibilitará viabilizar a REURB –S do loteamento irregular denominado **São José do Xingu -1**, conforme determina o art.9º, § 2º e art. 10, todos da Lei Municipal da Lei nº 670 de 2016, cuja modalidade beneficiará a população, atendidas as exigências da legislação federal de que trata da matéria;

CONSIDERANDO que dos fatos sobreditos exsurge a necessidade do Poder Público Municipal intervir implementando a regularização fundiária urbana seja na modalidade de REURB – S e/ou REURB –E, sendo **no presente caso para efeito do procedimento de reconhecimento, identificação, instituição, nos termos da Lei Municipal 670 e 671 de 20016 e de classificação, fixação, análise, aprovação e registro da regularização em razão da predominância de ocupação por população de baixa renda, através da REURB-S, nos termos da Lei Federal nº 13.465 de 2017, não sendo beneficiários da isenção de custas e emolumentos os atos registrais e notariais a população não qualificada como de baixa renda, nos termos do Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018;**

CONSIDERANDO que o Município ao implementar a politica urbana tem como objetivo não só garantir o acesso à terra urbanizada e ao ordenamento das funções sociais da Cidade de São Jose do Xingu, mas, ainda, garantir o bem estar da população local, concretizando o princípio constitucionalizado da eficiência na ocupação e no uso do solo urbano, tanto em benefício a população de baixa renda, quanto da população de maior poder aquisitivo;

CONSIDERANDO que por força do art. 30 da Lei Federal nº 13.465 de 2017 ao Município compete a classificação, o processamento, a análise, a aprovação do Projeto de regularização fundiária urbana e a emissão da

Certidão de Regularização Fundiária – CRF, dos loteamentos irregulares ou ilegais;

CONSIDERANDO por derradeiro que por força do art. 13 da lei Federal nº 13.465 de 2017 que em razão da **predominância de ocupação por população de baixa renda e por ser de interesse do Município** a modalidade a ser fixada é **Reurb de Interesse Social** para efeito da gratuidade do registro da CRF, do Projeto de Regularização Fundiária e demais peças que acompanham e instruem o processo administrativo municipal de regularização.

CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal tenciona promover a REURB –S visando garantir aos cidadãos a segurança da moradia, além de condições mínimas para que possam viver com dignidade, ultrapassando os aspectos meramente jurídicos da titulação, mas, contemplando medidas urbanísticas, ambientais e sociais, em um verdadeiro esforço de reurbanizar o loteamento **São José do Xingu -1.**

DECRETA:

Art.1°. Fica identificada, instituída, delimitada e reconhecida em **Zona Especial de Interesse Social II – ZEIS-II**, nos termos das **Leis Municipais nº 670 de 2016 e 671/2016** e, classificada e fixada, nos termos da **Lei Federal nº 13.465 de 20177 e Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018** como **Regularização Fundiária de Interesse Social – REURB –S**, a gleba de terras, perfazendo uma **área total de 845.985,92**

m2 (Oitocentos e quarenta e cinco mil novecentos e oitenta e cinco virgula noventa e dois metros quadrados), objeto da **Matrícula Nº 13. 142** do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Alegre - Mato Grosso, em conformidade com a planta, memorial descritivo e possui os seguintes limites e confrontações:

"Inicia-se a descrição deste perímetro no marco **M.1** de coordenadas **N 8. 805.704,0830** m. e **E 311.188,6942** m.; deste, segue confrontando com a matrícula nº 8.566 do Cartório do 1º Ofício da Comarca De São Felix Do Araguaia – MT com azimute de 192°40'90" e distância de 1.048,59 m. até o marco **M.2** de coordenadas **N 8.804.681,0191** m. e **E 310.958,7135** m**. ,** cravado no eixo da Rodovia BR-080**;** deste, segue pelo eixo da rodovia com azimute de 282°37'26" e distância de 1.143,38 m. até o marco **M. 3** de coordenadas **N 8.804.930,9058** m. e **E 309.842,9742** m**.;** deste, segue confrontando com o Residencial São José do Xingu 2 com azimute de 22°34'45" e distância de 617,76 m. até o marco **M.12** de coordenadas **N 8. 805.501,3115** m.e **E 310.080,1688** m.; deste, segue confrontando com terras pertencentes à Emílio Aymoré Nunes com azimute de 79°38'03" e distância de 1.126,92 m. até o marco **M.1** de coordenadas **N 8.805.704,0830** m. e **E 311.188,6942** m., ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao **Meridiano Central 51° EGr** , tendo como o Datum o **SIRGAS2000**. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM."

Art.2º. A ZEIS-II instituída nos termos do artigo antecedente, passa a denominar-se **"São José do Xingu 1"** e possuem os limites e confrontações nos termos do Memorial Descritivo transcrito, elaborado pelo Agrimensor Elker Ataides Moreira, Engenheiro Civil - Crea RN 101349174-2, documento, em anexo.

Art.3º. Deferida a instituição da **ZEIS – II**, os Interessados Requerentes da REURB - **S,** deverão apresentar o **Levantamento Topográfico**, o **Memorial Descritivo** da gleba parcelada, os **Memoriais Descritivos dos Lotes** e o **Projeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – REURB-S São José do Xingu 1** e demais peças técnicas, nos termos da Lei Municipal nº. 670 de 10 de novembro de 2016 e Lei Municipal nº 671 de 10 de novembro de 2016.

Art.4º. A classificação e fixação em REURB-S, em razão da predominância de população de baixa renda, atingirá o direito às isenções de custas e emolumentos notariais e registrais em relação ao registro do Projeto de REURB_S e peças técnicas que o instruem e em relação aos beneficiários enumerados na Lei Federal nº 13.465 de 20017 e Decreto Presidencial nº 9.310, não se estendendo aos ocupantes que possuem renda familiar superior ao quíntuplo do salário mínimo vigente no País, considerados neste caso ocupantes beneficiários pela regularização fundiária de interesse específico, tudo comprovado mediante Cadastro Socioeconômico a ser apresentado no ato da lavratura das Escrituras Públicas de Compra e Venda e respectivo registro no Cartório de Registro Imobiliário competente.

Art.5º. Os parâmetros urbanísticos admitidos para a ZEIS II da "**Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – REURB-S São José do Xingu 1"** são os admitidos pela legislação urbanística municipal, admitindo-se as flexibilizações estabelecidas pela Lei Federal nº 13.465 de 2017 e Lei Municipal nº .670 de 2016 e Lei Municipal nº 671 de 2016.

Art.6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 09 de abril de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 087/2019

DECRETO Nº 087/2019 SÃO JOSÉ DO XINGU 09 DE ABRIL DE 2019.

"Institui o **Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social – REURB-S**, do loteamento denominado **"São José do Xingu 2"**

O PREFEITO DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO XINGU, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições contidas na Constituição Federal, nas Leis Federais: Lei nº 6.766, de 1979; Lei nº 10.257, de 2001, que aprova o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho 2017, Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018, Lei 12.424, de 2011 e ainda, com arrimo nas disposições contempladas na Lei Municipal nº 670 de 10 de novembro de 2016, que estabelece normas sobre a regularização fundiária urbana das ocupações irregulares ocorridas, ocupadas e consolidadas, em gleba de propriedade e de interesse de **MARIA DE LURDES GOMES e outras**, e do **Município de SÃO JOSÉ DO XINGÚ a Regularização Fundiária Urbana de interesse Social –REURB- S do loteamento "São Jose do Xingu 2"**, e ainda

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 em seu art. 182 determina que a política de desenvolvimento urbano executada pelo Poder Público Municipal, em atendimento as diretrizes gerais estabelecidas em lei, em especial, no Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e garantir o bem estar de seus habitantes;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) regulamentou o art. 182 da CF/1988 e enumerou dentre os instrumentos da Política Urbana a serem utilizados para os fins desta, a regularização fundiária, ex vi do art. 4º, inc.V, "q";

CONSIDERANDO que a regularização fundiária de interesse social é obrigação imposta ao Poder Público Municipal, que deve implementá-la como uma das formas de concretizar o direito de moradia digna, reconhecido como direito fundamental nos termos do art. 6º da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que dos dispositivos mencionados supra extrai-se que é dever-poder do Poder Público local a obrigação de cumprir o conteúdo fixado pela Carta Magna quanto ao cumprimento da função social da propriedade urbana, e, notadamente como no caso que ora se põe em relevo

o dever poder de promover a regularização fundiária urbana das ocupações ilegais consolidadas no espaço urbano;

CONSIDERANDO que no processo de ordenação do espaço urbano especial atenção há de ser dirigida à regularização fundiária e urbanística destinada à incorporação dos núcleos urbanos informais (loteamentos irregulares ou ilegais) ao ordenamento territorial urbano de modo a possibilitar à titulação aos adquirentes de boa-fé, garantindo-lhes segurança jurídica na aquisição da propriedade;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei Municipal nº. 670 de 10 de novembro de 2016, tornou-se possível juridicamente promover a regularização fundiária e urbanística das áreas ocupadas em parcelamentos irregulares ou ilegais atendendo a parâmetros urbanísticos flexibilizados, bem como com arrimo na Lei Municipal nº 671 de 2016;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº. 670, de 2016, definiu os objetivos que deverão ser alcançados na instituição das Zonas Especiais de Interesse Social II, podendo gizar a legalização das unidades imobiliárias compatíveis com o ordenamento territorial urbano visando constituir sobre elas direitos a favor dos ocupantes, adquirentes de boa-fé, sendo a ZEIS-II correspondente a REURB-S definida na Lei Federal nº 13.465 de 2017;

CONSIDERANDO a realidade existente de fato "in loco", habitada, comercializada - e de outro lado, dentro do contexto constitucional, o dever-poder do Poder Público Municipal ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes, visando principalmente a inclusão das pessoas em uma cidade legal, onde a regularização se faz exatamente para a efetiva inclusão social e sua existência de direito;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal tenciona promover a regularização fundiária urbana, visando garantir aos cidadãos a segurança da moradia, além de condições mínimas para que possam viver com dignidade, ultrapassando os aspectos meramente jurídicos da titulação, mas, contemplando medidas urbanísticas, ambientais e sociais, em um verdadeiro esforço de reurbanizar o loteamento a ser denominado **" São José do Xingu -2",** mediante adequação de obras de infraestrutura básica, nos moldes do Termo de Compromisso e Cronograma físico de execução de obras, a ser firmado entre os loteadores ou representante legal e o Município, por seus órgãos próprios;

CONSIDERANDO que um dos objetivos da Política Urbana do Município é implementar medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais, sociais e econômicas, visando a regularização de parcelamentos ilegais ou irregulares, comprovadamente ocupados e consolidados, como o que ora se denota do loteamento a ser denominado **"São José do Xingu-2",** cujos lotes foram comercializados sem ser aprovado pela Prefeitura, devendo ser ordenado espacialmente e registrado no Cartório de Registro de Imóveis competente;

CONSIDERANDO que denota-se do processo administrativo municipal que as medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais foram atendidas nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018 e das Leis Municipais nº 670/2016 e 671/2016, o qual encontra-se instruído com a Certidão de Registro Imobiliário da gleba, **Matrícula Nº 16.400**, **Projeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – REURB-S**, **Memorial Descritivo da Gleba parcelada, Memoriais Descritivos dos lotes**

comercializados e ocupados, **Certidão de Regularização Fundiária, Decreto de Identificação, Reconhecimento do loteamento na categoria de loteamento irregular em Zona Especial de Interesse Social II – ZEIS II, e, classificada e fixada nos termos da legislação federal em REURB-S;**

CONSIDERANDO que na gleba parcelada não se verifica, nesta data, problemas ambientais, de reassentamento de ocupantes e de mobilidade urbano, encontrando-se o sistema viário desobstruído;

CONSIDERANDO por fim que a existência do programa de regularização fundiária é de fundamental importância para a observância dos princípios republicanos pertinentes ao reconhecimento da cidadania de toda a comunidade, à dignidade da pessoa humana, à erradicação da pobreza, a eliminação da marginalidade e das desigualdades sociais, à promoção do bem de todos sem preconceitos de qualquer natureza, e à construção de uma cidade livre, justa e solidária;

CONSIDERANDO que o loteamento irregular denominado **"São José do Xingu -2",** encontra-se em sua quase totalidade ocupado por população de baixa renda e com infraestrutura viária, serviços de abastecimento de água e iluminação pública, com rede de energia elétrica nas unidades imobiliárias, portanto, obras de infraestrutura básica em sua quase totalidade implantadas e consolidadas, devendo ser promovido o ordenamento territorial urbano, nos termos das disposições da Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018 e da Lei Municipal nº 670/2016;

CONSIDERANDO por derradeiro que os Requerentes se responsabilizam tecnicamente e financeiramente pela **elaboração dos Projetos Executivos de execução das seguintes obras de infraestrutura, nas localizações indicadas no Termo de Compromisso: de rede de agua potável, de galeria de água pluvial, de meio fio, bem como se obrigam pelo fornecimento dos materiais necessários a execução dos Projetos Executivos citados, observando o Cronograma Físico e as especificações dos materiais e da massa asfáltica TSD,** como forma compensatória urbanística pela aprovação da regularização fundiária urbana do loteamento **São José do Xingu 2;**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o **Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social – REURB-S**, do loteamento denominado **"São José do Xingu 2",** perfazendo uma área total de **280.951,80 m² (Duzentos e oitenta mil novecentos e cinquenta e um virgula oitenta metros quadrados**), possuindo **297 lotes**, objeto da **Matrícula Nº 16.400** do Cartório de Registro de Imóveis de Porto

Alegre do Norte, com base na Lei Federal nº 13.465 de 2017, Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018, Lei Federal 10.257 de 2001 e na Lei Municipal nº 760 de10 de novembro de 2016 e, em conformidade com as Plantas, Memorial Descritivo da Gleba, Memoriais Descritivos e Listagem dos Lotes, Anotação de Responsabilidade Técnica- ART, Certidão de Regularização Fundiária – CRF , de interesse da **Sra. MARIA DE LURDES GOMES e outras** e do **Município de São José do Xingu.**

Art. 2º. O loteamento **"São José do Xingu 2"**, possui os seguintes limites e confrontações:

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

"Inicia-se a descrição deste perímetro no marco **M.12** de coordenadas **N 8.805.501,3115** m. e **E 310.080,1688** m.; deste, segue confrontando com o Residencial São José do Xingu 1 com azimute de 202°34'45" e distância de 617,76 m. até o marco **M.3** de coordenadas **N 8.804.930,9058** m. e **E 309.842,9742** m**.,** cravado no eixo da Rodovia BR-080**;** deste, segue seccionando a faixa de domínio da rodovia com azimute de 202°34'45" e distância de 33,71 m. até o marco **M.4** de coordenadas **N 8.804.899,7823** m. e **E 309.830,0320** m**.;** deste, segue confrontando com a cidade São José do Xingu nos seguintes azimutes e distâncias: Az=281°56'12" - 582,68 m. até o marco **M.5** de coordenadas **N 8.805.020,2985** m.e **E 309.259,9490** m.; Az=13°05'48" – 13,67 m. até o marco **M.6** de coordenadas **N 8. 805.033,6158** m.e **E 309.263,0472** m.; Az=286°48'22" – 9,67 m. até o marco **M.7** de coordenadas **N 8.805.036,4117** m.e **E 309.253,7902** m. ; Az=21°19'43" - 157,58 m. até o marco **M.8** de coordenadas **N 8.805. 183,1986** m.e **E 309.311,1048** m.; deste, segue confrontando com a área remanescente (herdeiros de Mauro Pires Gomes) nos seguintes azimutes e distâncias: Az=13°52'46" - 97,44 m. até o marco **M.9** de coordenadas **N 8.805.277,7946** m.e **E 309.334,4789** m.; Az=102°03'52" - 190,46 m. até o marco **M.10** de coordenadas **N 8.805.237,9853** m. e **E 309.520,7365** m.

; Az=11°04'33" - 168,80 m. até o marco **M.11** de coordenadas **N 8.805. 403,6445** m. e **E 309.553,1646** m.; deste, segue confrontando com a cidade São José do Xingu (irregular) com azimute de 79°30'03" e distância de 535,98 m. até o marco **M.12** de coordenadas **N 8.805.501,3115** m. e **E 310.080,1688** m., ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema

Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao **Meridiano Central 51° EGr** , tendo como o Datum o **SIRGAS2000**. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM."

Art. 3º O loteamento será composto de:

ÁREAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DESTINADAS A RECREAÇÃO, LAZER, EQUIPAMENTOS URBANOS E SISTEMA VIÁRIO				
DISCRIMINAÇÃO	**INSTITUCIONAIS**		**ÁREAS VERDES**	
	ÁREAS	**%**	**ÁREAS**	**%**
APM QUADRA 20	-	-	6.587,95m²	2,771%
TOTAL DE ÁREAS VERDES			6.587,95m²	2,771%
TOTAL DE ÁREAS INSTITUCIONAIS			-	-
VIAS E CANALIZAÇÃO DE TRÁFEGO			62.552,48m²	26,315%
RESUMO				
TOTAL DE ÁREAS PÚBLICAS			69.140,43m²	29,086%
TOTAL DE ÁREAS ALIENÁVEIS (297 Lotes)			168.573,92m²	70,914%
ÁREA A PARCELAR			**237.714,35m²**	**100,000%**
FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR-080			**43.237,45m²**	**-**
ÁREA TOTAL:			**280.951,80m²**	**-**

Art. 4º. O loteamento encontra-se em sua quase totalidade consolidado, com a implantação parcial de infraestrutura essencial, reconhecido como núcleo urbano informal **ocupado predominantemente por população de baixa renda**, assim declarado e reconhecido por ato do Poder Executivo, nos termos e para garantia dos benefícios previstos nas Leis Municipais nºs 670/20016 e 671/2016 como **ZEIS II** e classificada e fixada como **REURB_S**, nos termos da Lei Federal nº 13.465 de 20017 e Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018, havendo no núcleo urbano informal parte dos ocupantes que se enquadram na regularização fundiária urbana de interesse específico, **REURB-E,** permitida esta segunda modalidade de REURB, o § 4º, do inc. II, do art. 5º do Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018.

Art. 5º. No loteamento **"São José do Xingu 2"** aprovado na modalidade de REURB-S, em razão da **ocupação predominante de famílias de baixa renda**, possui ocupantes que não se enquadram na composição ou na faixa da renda familiar, prevista nos termos do Parágrafo Único, do art. 6º do Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018 como não superior ao quíntuplo do salário mínimo vigente no País, não lhes sendo reconhecido o direito à gratuidade das custas e dos emolumentos notariais e registrais.

Parágrafo Único. O reconhecimento do direito à gratuidade das custas e dos emolumentos notariais e registrais em favor daqueles a quem for atribuído a titularidade da ocupação, será mediante preenchimento do Cadastro Socioeconômico o qual deverá ser apresentado junto aos Cartórios competentes para feito das isenções previstas na Lei Federal nº 13.465 de 2017 e no Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018

Art.6º. Fica a cargo dos ocupantes beneficiários a regularização das edificações existentes nos lotes, conforme parâmetros urbanísticos estipulados pela Lei Municipal nº 670/2016 e legislação municipal de que tratam de obras e edificações e posturas municipais e suas regulamentações, bem como as providencias de averbação de construção residencial, junto ao Cartório de Registro Imobiliário competente.

Parágrafo Único. Será isento de custas e emolumentoso ato registral relacionada a primeira averbação de construção residencial, respeitado o limite de até 70,00m² (setenta metros quadrados), aos ocupantes que se enquadrarem na REURB –S.

Art.7º. Em conformidade com a Legislação municipal ficam previstos os usos residenciais e não residenciais, ou seja, os usos mistos observados a compatibilidade dos usos, ficando convalidados os usos instalados, porém, não sendo permitido ampliação de usos desconformes ou incompatíveis com os usos residenciais, com exceção feitas às Áreas Públicas Municipais.

Art.8º A admissão do uso misto de atividades é permitida nos termos da Lei Federal nº 13.465 de 2017 e adotada pelo Município ao loteamento São José do Xingu II como forma de promover a integração social e a geração de emprego e renda local.

Art.9º. A execução das obras de infraestrutura essencial de adequação será sob total responsabilidade do Responsável Técnico (R.T.) e do órgão municipal competente da Prefeitura de São José do Xingu, obrigando **os loteadores requerentes à elaboração dos Projetos Executivos e ao fornecimento dos materiais necessários à execução das seguintes obras de infraestrutura essencial: rede de água potável; galeria de água pluvial; meio fio e massa asfáltica TSD**, tudo consoante definido no **Termo de Compromisso** a ser assinado entre os Requerentes e o Poder Público Municipal para cumprimento do **Cronograma Físico de Serviços e Implantação das Obras de Infraestrutura Essencial especificadas e com os quantitativos dos materiais a serem fornecidos e prazos de entrega,** como forma compensatória urbanística de custeio aos potenciais beneficiários da REURB-E.

Art.10. O Município de São José do Xingu não se responsabiliza por qualquer divergência de área do lote alienado.

Art.11. Aprovado o **Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social – REURB –S São José do Xingu 2,** os legitimados para requerer a REURB-S e os atos de registro, nos termos do art. 14, Inc. III, da Lei nº 13. 465/2017, juntamente com o Poder Público Municipal, deverão submetê-lo ao Registro Imobiliário junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, acompanhado das peças técnicas indispensáveis ao registro.

Art.12. O Levantamento Topográfico, o Memorial Descritivo do loteamento e os Memoriais Descritivos dos lotes integrantes do loteamento foram elaborados e encontram-se subscritos por profissional habilitado, agrimensor Elker Ataides Moreira, Engenheiro Civil –Crea RN 101349174-2, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica –ART, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica –ART, e embasam o Projeto Urbanístico de Regularização Fundiária Urbana REURB –S, elaborado pelo Atides Moreira, CREA 101.349.174-2 RN., arquivado com o "De Acordo", nos termos deste Decreto.

Art. 13. O **Termo de Compromisso e o Cronograma Físico de Serviços e Implantação das Obras de Infraestrutura Essencial** nestes enumeradas fazem parte integrante deste Decreto, como se aqui transcritos**.**

Art. 14. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO XINGU, aos 09 dias do mês de Abril de 2019.

_____

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se**DECRETO Nº 087/2019 SÃO JOSÉ DO XINGU 09 DE ABRIL DE 2019.**

"Institui o **Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social – REURB-S**, do loteamento denominado **"São José do Xingu 2"**

O PREFEITO DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO XINGU, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições contidas na Constituição Federal, nas Leis Federais: Lei nº 6.766, de 1979; Lei nº 10.257, de 2001, que aprova o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho 2017, Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018, Lei 12.424, de 2011 e ainda, com arrimo nas disposições contempladas na Lei Municipal nº 670 de

10 de novembro de 2016, que estabelece normas sobre a regularização fundiária urbana das ocupações irregulares ocorridas, ocupadas e consolidadas, em gleba de propriedade e de interesse de **MARIA DE LURDES GOMES e outras**, e do **Município de SÃO JOSÉ DO XINGÚ a Regularização Fundiária Urbana de interesse Social –REURB- S do loteamento "São Jose do Xingu 2"**, e ainda

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 em seu art. 182 determina que a política de desenvolvimento urbano executada pelo Poder Público Municipal, em atendimento as diretrizes gerais estabelecidas em lei, em especial, no Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e garantir o bem estar de seus habitantes;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) regulamentou o art. 182 da CF/1988 e enumerou dentre os instrumentos da Política Urbana a serem utilizados para os fins desta, a regularização fundiária, ex vi do art. 4º, inc.V, "q";

CONSIDERANDO que a regularização fundiária de interesse social é obrigação imposta ao Poder Público Municipal, que deve implementá-la como uma das formas de concretizar o direito de moradia digna, reconhecido como direito fundamental nos termos do art. 6º da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que dos dispositivos mencionados supra extrai-se que é dever-poder do Poder Público local a obrigação de cumprir o conteúdo fixado pela Carta Magna quanto ao cumprimento da função social da propriedade urbana, e, notadamente como no caso que ora se põe em relevo o dever poder de promover a regularização fundiária urbana das ocupações ilegais consolidadas no espaço urbano;

CONSIDERANDO que no processo de ordenação do espaço urbano especial atenção há de ser dirigida à regularização fundiária e urbanística destinada à incorporação dos núcleos urbanos informais (loteamentos irregulares ou ilegais) ao ordenamento territorial urbano de modo a possibilitar à titulação aos adquirentes de boa-fé, garantindo-lhes segurança jurídica na aquisição da propriedade;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei Municipal nº. 670 de 10 de novembro de 2016, tornou-se possível juridicamente promover a regularização fundiária e urbanística das áreas ocupadas em parcelamentos irregulares ou ilegais atendendo a parâmetros urbanísticos flexibilizados, bem como com arrimo na Lei Municipal nº 671 de 2016;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº. 670, de 2016, definiu os objetivos que deverão ser alcançados na instituição das Zonas Especiais de Interesse Social II, podendo gizar a legalização das unidades imobiliárias compatíveis com o ordenamento territorial urbano visando constituir sobre elas direitos a favor dos ocupantes, adquirentes de boa-fé, sendo a ZEIS-II correspondente a REURB-S definida na Lei Federal nº 13.465 de 2017;

CONSIDERANDO a realidade existente de fato "in loco", habitada, comercializada - e de outro lado, dentro do contexto constitucional, o dever-poder do Poder Público Municipal ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes, visando principalmente a inclusão das pessoas em uma cidade legal, onde a regularização se faz exatamente para a efetiva inclusão social e sua existência de direito;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal tenciona promover a regularização fundiária urbana, visando garantir aos cidadãos a segurança da moradia, além de condições mínimas para que possam viver com dignidade, ultrapassando os aspectos meramente jurídicos da titulação, mas, contemplando medidas urbanísticas, ambientais e sociais, em um verdadeiro esforço de reurbanizar o loteamento a ser denominado **" São José do Xingu -2",** mediante adequação de obras de infraestrutura básica, nos moldes do Termo de Compromisso e Cronograma físico de execução de obras, a ser firmado entre os loteadores ou representante legal e o Município, por seus órgãos próprios;

CONSIDERANDO que um dos objetivos da Política Urbana do Município é implementar medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais, sociais e econômicas, visando a regularização de parcelamentos ilegais ou irregulares, comprovadamente ocupados e consolidados, como o que ora se denota do loteamento a ser denominado **"São José do Xingu-2",** cujos lotes foram comercializados sem ser aprovado pela Prefeitura, devendo ser ordenado espacialmente e registrado no Cartório de Registro de Imóveis competente;

CONSIDERANDO que denota-se do processo administrativo municipal que as medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais foram atendidas nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018 e das Leis Municipais nº 670/2016 e 671/2016, o qual encontra-se instruído com a Certidão de Registro Imobiliário da gleba, **Matrícula Nº 16.400**, **Projeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – REURB-S**, **Memorial Descritivo da Gleba parcelada, Memoriais Descritivos dos lotes**

comercializados e ocupados, **Certidão de Regularização Fundiária, Decreto de Identificação, Reconhecimento do loteamento na categoria de loteamento irregular em Zona Especial de Interesse Social II – ZEIS II, e, classificada e fixada nos termos da legislação federal em REURB-S;**

CONSIDERANDO que na gleba parcelada não se verifica, nesta data, problemas ambientais, de reassentamento de ocupantes e de mobilidade urbano, encontrando-se o sistema viário desobstruído;

CONSIDERANDO por fim que a existência do programa de regularização fundiária é de fundamental importância para a observância dos princípios republicanos pertinentes ao reconhecimento da cidadania de toda a comunidade, à dignidade da pessoa humana, à erradicação da pobreza, a eliminação da marginalidade e das desigualdades sociais, à promoção do bem de todos sem preconceitos de qualquer natureza, e à construção de uma cidade livre, justa e solidária;

CONSIDERANDO que o loteamento irregular denominado **"São José do Xingu -2",** encontra-se em sua quase totalidade ocupado por população de baixa renda e com infraestrutura viária, serviços de abastecimento de água e iluminação pública, com rede de energia elétrica nas unidades imobiliárias, portanto, obras de infraestrutura básica em sua quase totalidade implantadas e consolidadas, devendo ser promovido o ordenamento territorial urbano, nos termos das disposições da Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018 e da Lei Municipal nº 670/2016;

CONSIDERANDO por derradeiro que os Requerentes se responsabilizam tecnicamente e financeiramente pela **elaboração dos Projetos Executivos de execução das seguintes obras de infraestrutura, nas localizações indicadas no Termo de Compromisso: de rede de agua potável, de galeria de água pluvial, de meio fio, bem como se obrigam pelo fornecimento dos materiais necessários a execução dos Projetos Executivos citados, observando o Cronograma Físico e as especificações dos materiais e da massa asfáltica TSD,** como forma compensatória urbanística pela aprovação da regularização fundiária urbana do loteamento **São José do Xingu 2;**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o **Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social – REURB-S**, do loteamento denominado **"São José do Xingu 2",** perfazendo uma área total de **280.951,80 m² (Duzentos e oitenta mil novecentos e cinquenta e um virgula oitenta metros quadrados**), possuindo **297 lotes**, objeto da **Matrícula Nº 16.400** do Cartório de Registro de Imóveis de Porto

Alegre do Norte, com base na Lei Federal nº 13.465 de 2017, Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018, Lei Federal 10.257 de 2001 e na Lei Municipal

nº 760 de10 de novembro de 2016 e, em conformidade com as Plantas, Memorial Descritivo da Gleba, Memoriais Descritivos e Listagem dos Lotes, Anotação de Responsabilidade Técnica- ART, Certidão de Regularização Fundiária – CRF , de interesse da **Sra. MARIA DE LURDES GOMES e outras** e do **Município de São José do Xingu.**

Art. 2º. O loteamento **"São José do Xingu 2"**, possui os seguintes limites e confrontações:

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

"Inicia-se a descrição deste perímetro no marco **M.12** de coordenadas **N 8.805.501,3115** m. e **E 310.080,1688** m.; deste, segue confrontando com o Residencial São José do Xingu 1 com azimute de 202°34'45" e distância de 617,76 m. até o marco **M.3** de coordenadas **N 8.804.930,9058** m. e **E 309.842,9742** m**.,** cravado no eixo da Rodovia BR-080**;** deste, segue seccionando a faixa de domínio da rodovia com azimute de 202°34'45" e distância de 33,71 m. até o marco **M.4** de coordenadas **N 8.804.899,7823** m. e **E 309.830,0320** m**.;** deste, segue confrontando com a cidade São José do Xingu nos seguintes azimutes e distâncias: Az=281°56'12" - 582,68 m. até o marco **M.5** de coordenadas **N 8.805.020,2985** m.e **E 309.259,9490** m.; Az=13°05'48" – 13,67 m. até o marco **M.6** de coordenadas **N 8. 805.033,6158** m.e **E 309.263,0472** m.; Az=286°48'22" – 9,67 m. até o marco **M.7** de coordenadas **N 8.805.036,4117** m.e **E 309.253,7902** m. ; Az=21°19'43" - 157,58 m. até o marco **M.8** de coordenadas **N 8.805. 183,1986** m.e **E 309.311,1048** m.; deste, segue confrontando com a área remanescente (herdeiros de Mauro Pires Gomes) nos seguintes azimutes e distâncias: Az=13°52'46" - 97,44 m. até o marco **M.9** de coordenadas **N 8.805.277,7946** m.e **E 309.334,4789** m.; Az=102°03'52" - 190,46 m. até o marco **M.10** de coordenadas **N 8.805.237,9853** m. e **E 309.520,7365** m. ; Az=11°04'33" - 168,80 m. até o marco **M.11** de coordenadas **N 8.805. 403,6445** m. e **E 309.553,1646** m.; deste, segue confrontando com a cidade São José do Xingu (irregular) com azimute de 79°30'03" e distância de 535,98 m. até o marco **M.12** de coordenadas **N 8.805.501,3115** m. e **E 310.080,1688** m., ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema

Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao **Meridiano Central 51° EGr** , tendo como o Datum o **SIRGAS2000**. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM."

Art. 3º O loteamento será composto de:

ÁREAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DESTINADAS A RECREAÇÃO, LAZER, EQUIPAMENTOS URBANOS E SISTEMA VIÁRIO				
DISCRIMINAÇÃO	**INSTITUCIONAIS**		**ÁREAS VERDES**	
	ÁREAS	**%**	**ÁREAS**	**%**
APM QUADRA 20	-	-	6.587,95m²	2,771%
TOTAL DE ÁREAS VERDES			6.587,95m²	2,771%
TOTAL DE ÁREAS INSTITUCIONAIS			-	-
VIAS E CANALIZAÇÃO DE TRÁFEGO			62.552,48m²	26,315%
RESUMO				
TOTAL DE ÁREAS PÚBLICAS			69.140,43m²	29,086%
TOTAL DE ÁREAS ALIENÁVEIS (297 Lotes)			168.573,92m²	70,914%
ÁREA A PARCELAR			**237.714,35m²**	**100,000%**
FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR-080			**43.237,45m²**	**-**
ÁREA TOTAL:			**280.951,80m²**	-

Art. 4º. O loteamento encontra-se em sua quase totalidade consolidado, com a implantação parcial de infraestrutura essencial, reconhecido como núcleo urbano informal **ocupado predominantemente por população de baixa renda**, assim declarado e reconhecido por ato do Poder Executivo, nos termos e para garantia dos benefícios previstos nas Leis Municipais nºs 670/20016 e 671/2016 como **ZEIS II** e classificada e fixada como **REURB_S**, nos termos da Lei Federal nº 13.465 de 20017 e Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018, havendo no núcleo urbano informal parte dos ocupantes que se enquadram na regularização fundiária urbana de interesse específico, **REURB-E,** permitida esta segunda modalidade de REURB, o § 4º, do inc. II, do art. 5º do Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018.

Art. 5º. No loteamento **"São José do Xingu 2"** aprovado na modalidade de REURB-S, em razão da **ocupação predominante de famílias de baixa renda**, possui ocupantes que não se enquadram na composição ou na faixa da renda familiar, prevista nos termos do Parágrafo Único, do art. 6º do Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018 como não superior ao quíntuplo do salário mínimo vigente no País, não lhes sendo reconhecido o direito à gratuidade das custas e dos emolumentos notariais e registrais.

Parágrafo Único. O reconhecimento do direito à gratuidade das custas e dos emolumentos notariais e registrais em favor daqueles a quem for atribuído a titularidade da ocupação, será mediante preenchimento do Cadastro Socioeconômico o qual deverá ser apresentado junto aos Cartórios competentes para feito das isenções previstas na Lei Federal nº 13.465 de 2017 e no Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018

Art.6º. Fica a cargo dos ocupantes beneficiários a regularização das edificações existentes nos lotes, conforme parâmetros urbanísticos estipulados pela Lei Municipal nº 670/2016 e legislação municipal de que tratam de obras e edificações e posturas municipais e suas regulamentações, bem como as providencias de averbação de construção residencial, junto ao Cartório de Registro Imobiliário competente.

Parágrafo Único. Será isento de custas e emolumentoso ato registral relacionada a primeira averbação de construção residencial, respeitado o limite de até 70,00m² (setenta metros quadrados), aos ocupantes que se enquadrarem na REURB –S.

Art.7º. Em conformidade com a Legislação municipal ficam previstos os usos residenciais e não residenciais, ou seja, os usos mistos observados a compatibilidade dos usos, ficando convalidados os usos instalados, porém, não sendo permitido ampliação de usos desconformes ou incompatíveis com os usos residenciais, com exceção feitas às Áreas Públicas Municipais.

Art.8º A admissão do uso misto de atividades é permitida nos termos da Lei Federal nº 13.465 de 2017 e adotada pelo Município ao loteamento São José do Xingu II como forma de promover a integração social e a geração de emprego e renda local.

Art.9º. A execução das obras de infraestrutura essencial de adequação será sob total responsabilidade do Responsável Técnico (R.T.) e do órgão municipal competente da Prefeitura de São José do Xingu, obrigando **os loteadores requerentes à elaboração dos Projetos Executivos e ao fornecimento dos materiais necessários à execução das seguintes obras de infraestrutura essencial: rede de água potável; galeria de água pluvial; meio fio e massa asfáltica TSD**, tudo consoante definido no **Termo de Compromisso** a ser assinado entre os Requerentes e o Poder Público Municipal para cumprimento do **Cronograma Físico de Serviços e Implantação das Obras de Infraestrutura Essencial especificadas e com os quantitativos dos materiais a serem fornecidos e prazos de entrega,** como forma compensatória urbanística de custeio aos potenciais beneficiários da REURB-E.

Art.10. O Município de São José do Xingu não se responsabiliza por qualquer divergência de área do lote alienado.

Art.11. Aprovado o **Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social – REURB –S São José do Xingu 2,** os legitimados para requerer a REURB-S e os atos de registro, nos termos do art. 14, Inc. III, da Lei nº 13. 465/2017, juntamente com o Poder Público Municipal, deverão submetê-lo ao Registro Imobiliário junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, acompanhado das peças técnicas indispensáveis ao registro.

Art.12. O Levantamento Topográfico, o Memorial Descritivo do loteamento e os Memoriais Descritivos dos lotes integrantes do loteamento foram elaborados e encontram-se subscritos por profissional habilitado, agrimensor Elker Ataides Moreira, Engenheiro Civil –Crea RN 101349174-2, acompa-

nhado da Anotação de Responsabilidade Técnica –ART, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica –ART, e embasam o Projeto Urbanístico de Regularização Fundiária Urbana REURB –S, elaborado pelo Atides Moreira, CREA 101.349.174-2 RN., arquivado com o "De Acordo", nos termos deste Decreto.

Art. 13. O **Termo de Compromisso e o Cronograma Físico de Serviços e Implantação das Obras de Infraestrutura Essencial** nestes enumeradas fazem parte integrante deste Decreto, como se aqui transcritos**.**

Art. 14. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO XINGU, aos 09 dias do mês de Abril de 2019.

_____

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 750/2019

LEI MUNICIPAL nº 750/2019 De 11 DE ABRIL DE 2019

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE PARCERIA PARA O USO DE MAQUINÁRIOS, CAMINHÕES E OUTROS COM A ASFAX PARA A MANUTENÇÃO DAS VICINAIS, ESTRADAS, RUAS E AVENIDAS COMPREENDIDAS NO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT"

O Exmo. Sr.º VANDERLEY SOARES DA SILVA, Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado em firmar parceria com a ASFAX para a utilização de Maquinários, Caminhões e outros, não manutenção das estradas, ruas, avenidas, vicinais e outros, compreendidas dentro dos limites dos Município de São José do Xingu-MT.

Art. 2.º - Os custos e despesas objeto do serviços que deverão ser executados serão custeados pelo Município de São José do Xingu-MT.

§ 1º - As despesas que se refere no artigo 2º, limitam-se tão somente aos custos com combustível, lubrificantes e alimentação.

§ 2º - O prazo de vigência se estenderá até 31 de Dezembro de 2019, podendo ser prorrogado somente com a autorização da Câmara Municipal.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EM, 11 de Abril de 2019

_____

VANDERLEY SOARES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 089/2019

DECRETO Nº 089/2019 SÃO JOSÉ DO XINGU 10 DE ABRIL DE 2019.

"Institui o **Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social – REURB-S**, do loteamento denominado **"São José do Xingu 2"**

O PREFEITO DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO XINGU, no uso de suas atribuiçõeslegais e tendo em vista as disposições contidas na Constituição Federal, nas Leis Federais: Lei nº 6.766, de 1979; Lei nº 10.257, de 2001, que aprova o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho 2017, Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018, Lei 12.424, de 2011 e ainda, com arrimo nas disposições contempladas na Lei Municipal nº 670 de 10 de novembro de 2016, que estabelece normas sobre a regularização fundiária urbana das ocupações irregulares ocorridas, ocupadas e consolidadas, em gleba de propriedade e de interesse de **MARIA DE LURDES GOMES e outras**, e do **Município de SÃO JOSÉ DO XINGÚ a Regularização Fundiária Urbana de interesse Social –REURB- S do loteamento "São Jose do Xingu 2"**, e ainda

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 em seu art. 182 determina que a políticade desenvolvimento urbano executada pelo Poder Público Municipal, em atendimento as diretrizes gerais estabelecidas em lei, em especial, no Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e garantir o bem estar de seus habitantes;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade)regulamentou o art. 182 da CF/1988 e enumerou dentre os instrumentos da Política Urbana a serem utilizados para os fins desta, a regularização fundiária, ex vi do art. 4º, inc.V, "q";

CONSIDERANDO que a regularização fundiária de interesse social é obrigação imposta aoPoder Público Municipal, que deve implementá-la como uma das formas de concretizar o direito de moradia digna, reconhecido como direito fundamental nos termos do art. 6º da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que dos dispositivos mencionados supra extrai-se que é dever-poder doPoder Público local a obrigação de cumprir o conteúdo fixado pela Carta Magna quanto ao cumprimento da função social da propriedade urbana, e, notadamente como no caso que ora se põe em relevo o dever poder de promover a regularização fundiária urbana das ocupações ilegais consolidadas no espaço urbano;

CONSIDERANDO que no processo de ordenação do espaço urbano especial atenção há de serdirigida à regularização fundiária e urbanística destinada à incorporação dos núcleos urbanos informais (loteamentos irregulares ou ilegais) ao ordenamento territorial urbano de modo a

possibilitar à titulação aos adquirentes de boa-fé, garantindo-lhes segurança jurídica na aquisição da propriedade;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei Municipal nº. 670 de 10 de novembro de 2016,tornou-se possível juridicamente promover a regularização fundiária e urbanística das áreas ocupadas em parcelamentos irregulares ou ilegais atendendo a parâmetros urbanísticos flexibilizados, bem como com arrimo na Lei Municipal nº 671 de 2016;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº. 670, de 2016, definiu os objetivos que deverão seralcançados na instituição das Zonas Especiais de Interesse Social II, podendo gizar a legalização das unidades imobiliárias compatíveis com o ordenamento territorial urbano visando constituir sobre elas direitos a favor dos ocupantes, adquirentes de boa-fé, sendo a ZEIS-II correspondente a REURB-S definida na Lei Federal nº 13.465 de 2017;

CONSIDERANDO a realidade existente de fato “in loco”, habitada, comercializada- e de outrolado, dentro do contexto constitucional, o dever-poder do Poder Público Municipal ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes, visando principalmente a inclusão das pessoas em uma cidade legal, onde a regularização se faz exatamente para a efetiva inclusão social e sua existência de direito;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal tenciona promover a regularizaçãofundiária urbana, visando garantir aos cidadãos a segurança da moradia, além de condições mínimas para que possam viver com dignidade, ultrapassando os aspectos meramente jurídicos da titulação, mas, contemplando medidas urbanísticas, ambientais e sociais, em um verdadeiro esforço de reurbanizar o loteamento a ser denominado **“ São José do Xingu -2”,** mediante adequação de obras de infraestrutura básica, nos moldes do Termo de Compromisso e Cronograma físico de execução de obras, a ser firmado entre os loteadores ou representante legal e o Município, por seus órgãos próprios;

CONSIDERANDO que um dos objetivos da Política Urbana do Município é implementarmedidas jurídicas, urbanísticas, ambientais, sociais e econômicas, visando a regularização de parcelamentos ilegais ou irregulares, comprovadamente ocupados e consolidados, como o que ora se denota do loteamento a ser denominado **“São José do Xingu-2”,** cujos lotes foram comercializados sem ser aprovado pela Prefeitura, devendo ser ordenado espacialmente e registrado no Cartório de Registro de Imóveis competente;

CONSIDERANDO que denota-se do processo administrativo municipal que as medidasjurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais foram atendidas nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018 e das Leis Municipais nº 670/2016 e 671/2016, o qual encontra-se instruído com a Certidão de Registro Imobiliário da gleba, **Matrícula Nº 16.400**, **Projeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – REURB-S**, **Memorial Descritivo da Gleba parcelada, Memoriais Descritivos dos lotes**

comercializados e ocupados, **Certidão de Regularização Fundiária, Decreto de Identificação, Reconhecimento do loteamento na categoria de loteamento irregular em Zona Especial de Interesse Social II – ZEIS II, e, classificada e fixada nos termos da legislação federal em REURB-S;**

CONSIDERANDO que na gleba parcelada não se verifica, nesta data, problemas ambientais, dereassentamento de ocupantes e de mobilidade urbano, encontrando-se o sistema viário desobstruído;

CONSIDERANDO por fim que a existência do programa de regularização fundiária é defundamental importância para a observância dos princípios republicanos pertinentes ao reconhecimento da cidadania de toda a comunidade, à dignidade da pessoa humana, à erradicação da pobreza, a eliminação da marginalidade e das desigualdades sociais, à promoção do bem de todos sem preconceitos de qualquer natureza, e à construção de uma cidade livre, justa e solidária;

CONSIDERANDO que o loteamento irregular denominado **“São José do Xingu -2”,** encontra-se em sua quase totalidade ocupado por população de baixa renda e com infraestrutura viária, serviços de abastecimento de água e iluminação pública, com rede de energia elétrica nas unidades imobiliárias, portanto, obras de infraestrutura básica em sua quase totalidade implantadas e consolidadas, devendo ser promovido o ordenamento territorial urbano, nos termos das disposições da Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018 e da Lei Municipal nº 670/2016;

CONSIDERANDO por derradeiro que os Requerentes se responsabilizam tecnicamente efinanceiramente pela **elaboração dos Projetos Executivos de execução das seguintes obras de infraestrutura, nas localizações indicadas no Termo de Compromisso: de rede de agua potável, de galeria de água pluvial, de meio fio, bem como se obrigam pelo fornecimento dos materiais necessários a execução dos Projetos Executivos citados, observando o Cronograma Físico e as especificações dos materiais e da massa asfáltica TSD,** como formacompensatória urbanística pela aprovação da regularização fundiária urbana do loteamento **São José do Xingu 2;**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o **Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social – REURB-S**,do loteamento denominado **“São José do Xingu 2”,** perfazendo uma área total de **280.951,80 m² (Duzentos e oitenta mil novecentos e cinquenta e um virgula oitenta metros quadrados**),possuindo **297 lotes**, objeto da **Matrícula Nº 16.400** do Cartório de Registro de Imóveis de Porto

Alegre do Norte, com base na Lei Federal nº 13.465 de 2017, Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018, Lei Federal 10.257 de 2001 e na Lei Municipal nº 760 de10 de novembro de 2016 e, em conformidade com as Plantas, Memorial Descritivo da Gleba, Memoriais Descritivos e Listagem dos Lotes, Anotação de Responsabilidade Técnica- ART, Certidão de Regularização Fundiária – CRF , de interesse da **Sra. MARIA DE LURDES GOMES e outras** e do **Município de São José do Xingu.**

Art. 2º. O loteamento **“São José do Xingu 2”**, possui os seguintes limites e confrontações:

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

“Inicia-se a descrição deste perímetro no marco **M.12** de coordenadas **N 8.805.501,3115** m. e **E 310.080,1688** m.; deste, segue confrontando com o Residencial São José do Xingu 1 com azimute de 202°34'45" e distância de 617,76 m. até o marco **M.3** de coordenadas **N 8.804.930,9058** m. e **E 309.842,9742** m**.,** cravado no eixo da Rodovia BR-080**;** deste, segueseccionando a faixa de domínio da rodovia com azimute de 202°34'45" e distância de 33,71 m. até o marco **M.4** de coordenadas **N 8.804.899,7823** m. e **E 309.830,0320** m**.;** deste, segue confrontando com a cidade São José do Xingu nos seguintes azimutes e distâncias: Az=281°56'12" - 582,68 m. até o marco **M.5** de coordenadas **N 8.805.020,2985** m. e **E 309.259,9490** m.; Az=13°05'48"–13,67 m. até o marco **M.6** de coordenadas **N 8.805.033,6158** m. e **E 309.263,0472** m.; Az=286°48'22" – 9,67 m. até o marco **M.7** de coordenadas **N 8.805.036,4117** m. e **E 309.253,7902** m.; Az=21°19'43" - 157,58 m. até o marco **M.8** decoordenadas **N 8.805.183,1986** m. e **E 309.311,1048** m.; deste, segue confrontando com a área remanescente (herdeiros de Mauro Pires Gomes) nos seguintes azimutes e distâncias: Az=13°52'46" - 97,44 m. até o marco **M.9** de coordenadas **N 8.805.277,7946** m. e **E 309.334,4789** m.; Az=102°03'52" - 190,46 m. até o marco **M.10** de coordenadas **N 8.805.237,9853** m. e **E 309.520,7365** m.; Az=11°04'33" - 168,80 m. até o marco **M.11** decoordenadas **N 8.805.403,6445** m. e **E 309.553,1646** m.; deste, segue confrontando com a cidade São José do Xingu (irregular) com azimute de 79°30'03" e distância de 535,98 m. até o marco **M.12** de coordenadas **N 8.805.501,3115** m. e **E 310.080,1688** m., ponto inicial da descriçãodeste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema

Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao **Meridiano Central 51° EGr** , tendo como o Datum o **SIRGAS2000**. Todos os azimutes edistâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.”

Art. 3º O loteamento será composto de:

ÁREAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

DESTINADAS A RECREAÇÃO, LAZER, EQUIPAMENTOS URBANOS E

SISTEMA VIÁRIO

	INSTITUCIONAIS		ÁREAS VERDES	
DISCRIMINAÇÃO	**ÁREAS**	**%**	**ÁREAS**	**%**
APM QUADRA 20	-	-	6.587,95m²	2,771%
TOTAL DE ÁREAS VERDES			6.587,95m²	2,771%
TOTAL DE ÁREAS INSTITUCIONAIS			-	-
VIAS E CANALIZAÇÃO DE TRÁFEGO			62.552,48m²	26,315%
	RESUMO			
TOTAL DE ÁREAS PÚBLICAS			69.140,43m²	29,086%
TOTAL DE ÁREAS ALIENÁVEIS (297 Lotes)			168.573,92m²	70,914%
ÁREA A PARCELAR			**237.714,35m²**	**100,000%**
FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR-080			**43.237,45m²**	**-**

ÁREA TOTAL:	**280.951,80m²**	**-**

Art. 4º. O loteamento encontra-se em sua quase totalidade consolidado, com a implantaçãoparcial de infraestrutura essencial, reconhecido como núcleo urbano informal **ocupado predominantemente por população de baixa renda**, assim declarado e reconhecido por ato doPoder Executivo, nos termos e para garantia dos benefícios previstos nas Leis Municipais nºs 670/20016 e 671/2016 como **ZEIS II** e classificada e fixada como **REURB_S**, nos termos da Lei Federal nº 13.465 de 20017 e Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018, havendo no núcleo urbano informal parte dos ocupantes que se enquadram na regularização fundiária urbana de interesse específico, **REURB-E,** permitida esta segunda modalidade de REURB, o § 4º, do inc. II, do art. 5º do Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018.

Art. 5º. No loteamento **"São José do Xingu 2"** aprovado na modalidade de REURB-S, em razãoda **ocupação predominante de famílias de baixa renda**, possui ocupantes que não se enquadram na composição ou na faixa da renda familiar, prevista nos termos do Parágrafo Único, do art. 6º do Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018 como não superior ao quíntuplo do salário mínimo vigente no País, não lhes sendo reconhecido o direito à gratuidade das custas e dos emolumentos notariais e registrais.

Parágrafo Único. O reconhecimento do direito à gratuidade das custas e dos emolumentosnotariais e registrais em favor daqueles a quem for atribuído a titularidade da ocupação, será mediante preenchimento do Cadastro Socioeconômico o qual deverá ser apresentado junto aos Cartórios competentes para feito das isenções previstas na Lei Federal nº 13.465 de 2017 e no Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018

Art.6º. Fica a cargo dos ocupantes beneficiários a regularização das edificações existentes noslotes, conforme parâmetros urbanísticos estipulados pela Lei Municipal nº 670/2016 e legislação municipal de que tratam de obras e edificações e posturas municipais e suas regulamentações, bem como as providencias de averbação de construção residencial, junto ao Cartório de Registro Imobiliário competente.

Parágrafo Único. Será isento de custas e emolumentos o ato registral relacionada a primeiraaverbação de construção residencial, respeitado o limite de até 70,00m² (setenta metros quadrados), aos ocupantes que se enquadrarem na REURB –S.

Art.7º. Em conformidade com a Legislação municipal ficam previstos os usos residenciais e nãoresidenciais, ou seja, os usos mistos observados a compatibilidade dos usos, ficando convalidados os usos instalados, porém, não sendo permitido ampliação de usos desconformes ou incompatíveis com os usos residenciais, com exceção feitas às Áreas Públicas Municipais.

Art.8º A admissão do uso misto de atividades é permitida nos termos da Lei Federal nº 13.465de 2017 e adotada pelo Município ao loteamento São José do Xingu II como forma de promover a integração social e a geração de emprego e renda local.

Art.9º. A execução das obras de infraestrutura essencial de adequação será sob totalresponsabilidade do Responsável Técnico (R.T.) e do órgão municipal competente da Prefeitura de São José do Xingu, obrigando **os loteadores requerentes à elaboração dos Projetos**

Executivos e ao fornecimento dos materiais necessários à execução das seguintes obras de infraestrutura essencial: rede de água potável; galeria de água pluvial; meio fio e massa asfáltica TSD, tudo consoante definido no **Termo de Compromisso** a ser assinado entre osRequerentes e o Poder Público Municipal para cumprimento do **Cronograma Físico de**

Serviços e Implantação das Obras de Infraestrutura Essencial especificadas e com os quantitativos dos materiais a serem fornecidos e prazos de entrega, como formacompensatória urbanística de custeio aos potenciais beneficiários da REURB-E.

Art.10. O Município de São José do Xingu não se responsabiliza por qualquer divergência deárea do lote alienado.

Art.11. Aprovado o **Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social – REURB –S São José do Xingu 2,** os legitimados para requerer a REURB-S e os atos de registro, nos termosdo art. 14, Inc. III, da Lei nº 13.465/2017, juntamente com o Poder Público Municipal, deverão submetê-lo ao Registro Imobiliário junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, acompanhado das peças técnicas indispensáveis ao registro.

Art.12. O Levantamento Topográfico, o Memorial Descritivo do loteamento e os MemoriaisDescritivos dos lotes integrantes do loteamento foram elaborados e encontram-se subscritos por profissional habilitado, agrimensor Elker Ataides Moreira, Engenheiro Civil –Crea RN 101349174-2, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica –ART, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica –ART, e embasam o Projeto Urbanístico

de Regularização Fundiária Urbana REURB –S, elaborado pelo Elker Ataides Moreira, CREA 101.349.174-2 RN., arquivado com o “De Acordo”, nos termos deste Decreto.

Art. 13. O **Termo de Compromisso e o Cronograma Físico de Serviços e Implantação das Obras de Infraestrutura Essencial** nestes enumeradas fazem parte integrante deste Decreto,como se aqui transcritos**.**

U

Art. 14. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO XINGU, aos 10 dias do mêsde Abril de 2019.

_____

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N° 001/2019 – CONSELHEIRO TUTELAR

EDITAL n° 001/2019 – CONSELHEIRO TUTELAR

PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA PARA CANDIDATOS AO CARGO DE CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT – CMDCA/SJX, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal 384/2009 e Lei 016/93, alteradas pela Lei Municipal nº 595/2015, faz publicar o Edital de Convocação para o Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2020/2024, aprovada pela Comissão Especial conforme Resolução 001/2019 do CMDCA/SJX.

1. DO PROCESSO DE ESCOLHA

1.1 O presente Edital tem como objeto o Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, o qual será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob a fiscalização do Ministério Público.

1.2 Os membros do Conselho Tutelar local serão escolhidos mediante o sufrágio universal, direto, secreto e facultativo dos eleitores do município, em data de 06 de outubro de 2019, sendo que a posse dos eleitos e seus respectivos suplentes ocorrerá em data de 10 de janeiro de 2020;

1.3 Assim sendo, como forma de dar início, regulamentar e ampla visibilidade ao Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quatriênio 2020/2024, torna público o presente Edital, nos termos como seguem abaixo.

2. DO CONSELHO TUTELAR

2.1 As atribuições dos membros do conselho tutelar estão previstas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

2.2 O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 04 (quatro) anos, mediante novo processo de escolha em igualdade de escolha com os demais pretendentes;

2.3 Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas dispositivo legal do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - da Lei nº 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pela Lei Municipal nº 595 de 28 de Abril de 2015;

2.4 O presente Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de São José do Xingu-MT, visa preencher as 05 (cinco) vagas existentes no colegiado, assim como para suplentes;

2.5 Por força do disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOSDOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR

3.1 Por força do disposto no art. 133, da Lei nº 8.069/90, e do art. 42, da Lei Municipal nº 595/2015, os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) Idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos;

b) Residir no município, no mínimo há 02 (dois) ano;

c) Ser eleitor do Município e estar em pleno e regular exercício de seus direitos políticos;

d) Não ter sido penalizado com a destituição da função de membro do Conselho Tutelar, nos últimos 05 (cinco) anos;

e) Ter concluído o ensino médio;

4. DAS VAGAS

4.1 Os candidatos selecionados para atuarem como Conselheiros Tutelares serão designados para exercer o Cargo de Conselheiro Tutelar no município de São José do Xingu– MT, conforme quadro abaixo:

Conselheiro Tutelar	Vagas
03 (três) Titulares para sede do município	03
02 (dois) Titulares para Distrito de Santo Antônio do Fontoura	02

5. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

5.1 Os membros do Conselho Tutelar **exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva**, durante o horário previsto no art. 58 da Lei Municipal nº 595/2015 ou conforme normativa de funcionamento dos estabelecimentos públicos, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de outras diligência e tarefas inerentes ao órgão;

5.2 O valor do vencimento é de R$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) bem como gozarão, os conselheiros, dos direitos previstos no Art. 134 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

5.3 Os Conselheiros Tutelares Suplentes não serão remunerados, salvo se assumirem vaga de Titular ou em períodos de substituição.

6. DOS IMPEDIMENTOS

6.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme pre-

visto no art.140, da Lei nº 8.069/90 e art. 15, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA;

6.2 Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação; o candidato remanescente será reclassificado como seu suplente imediato, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento;

6.3 Estende-se o impedimento do conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca;

6.4 É também impedido de se inscrever no Processo de Escolha unificado o membro do Conselho Tutelar que:

a) tiver sido empossado para o segundo mandato consecutivo até o dia 10 de janeiro de 2013;

b) tiver exercido o mandato, em regime de prorrogação, por período ininterrupto superior a 04 (quatro) anos e meio.

7. DA INSCRIÇÃO

7.1 A participação no presente Processo de Escolha iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento impresso – ANEXO I;

7.2 A inscrição será efetuada pessoalmente de forma gratuita no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, situado na Rua 20 de dezembro, nº 15, centro e no prédio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Santo Antônio do Fontoura;

7.3 As inscrições serão realizadas das 08:00 às 17:00 horas, entre os dias 29 de Abril de 2019 e 31 de Maio de 2019;

7.4 Ao realizar a inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente e sob pena de indeferimento de sua candidatura, **apresentar original e cópia dos seguintes documentos**:

a) Carteira de identidade ou documento equivalente;

b) Título de eleitor, com o comprovante de votação ou justificativa na última eleição;

c) Certidões negativas cíveis e criminais que comprovem não ter sido condenado ou estar respondendo, como réu, pela prática de infração penal, administrativa, ou conduta incompatível com a função de membro do Conselho Tutelar;

d) Em sendo candidato do sexo masculino, certidão de quitação com as obrigações militares;

e) Certificado ou declaração de conclusão de ensino médio;

f) Comprovar ter desenvolvido atividade voltada à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, em período mínimo, contínuo ou alternado, de 2 (dois) anos (escolas, igrejas, pastoral e outras) – ANEXO II;

g) Declaração de disponibilidade para viagens fora do município – ANEXO III;

k) Termo de Compromisso assumindo a responsabilidade de cumprir o horário de funcionamento e plantões do Conselho Tutelar – ANEXO IV.

7.5 O preenchimento dos requisitos legais (anexos) deve ser demonstrado no ato da candidatura.

7.6 A falta ou inadequação de qualquer dos documentos acima relacionados será imediatamente comunicada ao candidato, que poderá supri-la até a data-limite para inscrição de candidaturas, prevista neste Edital;

7.7 Os documentos deverão ser entregues em duas vias para fé e contrafé;

7.8 Documentos digitalizados serão considerados válidos, desde que também apresentados os originais ou existentes apenas em formato digital;

7.9 As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.

8. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

8.1 Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha designada pelo CMDCA efetuará, no prazo de 05 (cinco) dias, a análise da documentação exigida neste Edital, com a subsequente publicação da relação dos candidatos inscritos.

9. DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

9.1 Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação de candidato, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação da relação dos candidatos inscritos, **em petição devidamente fundamentada**;

9.2 Findo o prazo mencionado no item acima, os candidatos impugnados serão notificados pessoalmente do teor da impugnação, começando, a partir de então, a correr o prazo de 05 (dias) dias para apresentar sua defesa – ANEXO V;

9.3 A Comissão Organizadora do Processo de Escolha analisará o teor das impugnações e defesas apresentadas pelos candidatos, podendo solicitar a qualquer dos interessados a juntada de documentos e outras provas do alegado;

9.4 Ocorrendo falsidade em qualquer informação ou documento apresentado, seja qual for o momento em que esta for descoberta, o candidato será excluído do pleito, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

10. DA PROVA DE CONHECIMENTO

10.1 A aplicação da prova de conhecimento deverá ter a duração de 03 (três) horas, iniciando às 08h e terminando às 11h no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, situado na Rua 20 de dezembro, nº 15, centro e no prédio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Santo Antônio do Fontoura.

10.2 A prova de conhecimento classificatório e eliminatório, conterá 30 (vinte) questões de múltipla escolha com 04 (quatro) alternativas cada questão, versando sobre o conteúdo programático constante neste Edital – ANEXO.

10.3 O conteúdo será assim distribuído:

a) 5 (cinco) questões de língua portuguesa;

c) 25 (vinte e cinco) questões de conhecimentos específicos.

10.4 Cada questão objetiva possuirá peso 02 (dois). Será considerado aprovado na prova de conhecimento os candidatos que obtiverem pelo menos 50% das questões, numa avaliação variável de 0 a 60 pontos. Após publicação do resultado do exame de conhecimento o candidato poderá interpor recurso no prazo de 02 dias para a Comissão Organizadora do Processo de Escolha - ANEXO VI.

11. PROVA DE CONHECIMENTO PRÁTICO - BÁSICO DE INFORMÁTICA

11.1 Consistirá em o candidato abrir o editor de texto utilizado pelo Conselho Tutelar e digitar um texto fornecido pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha de no máximo 20 (vinte) linhas no período máximo de 15 (quinze) minutos, a contar do momento em que o editor estiver pronto para digitação.

11.2 O texto será idêntico para todos e os candidatos deverão observar a formatação proposta pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha.

12. DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

12.1 A avaliação psicológica individual dos candidatos aprovados nas fases anteriores será realizada por profissional graduado em psicologia com registro atualizado no Conselho Regional de Psicologia do Mato Grosso (CRP 18).

12.2 Na entrevista será analisado a capacidade de comunicação, cordialidade, senso crítico, trabalho em equipe, demonstração de equilíbrio emocional.

13. DO DIA E LOCAIS DO PROCESSO DE ESCOLHA

13.1 Esta etapa definirá os conselheiros tutelares titulares e suplentes.

13.2 O Processo de Escolha em Data Unificada realizar-se-á no dia 06 de outubro de 2019 e será divulgado por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação.

14. DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA ELEITORAL

14.1 O Poder Público, com a colaboração dos órgãos de imprensa locais, dará ampla divulgação ao Processo de Escolha desde o momento da publicação do presente Edital, incluindo dia, horário e locais de votação, dentre outras informações destinadas a assegurar a ampla participação popular no pleito;

14.2 É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação;

14.3 Os candidatos poderão dar início à campanha eleitoral após a publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados;

14.4 A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral e o Código de Posturas do Município, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos;

14.5 Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas, distribuição de panfletos e internet (redes sociais) desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular;

14.6 As instituições públicas ou particulares (escolas, Câmara de Vereadores, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselheiro Tutelar;

14.7 É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, camisas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;

14.8 É dever do candidato portar-se com urbanidade durante a campanha eleitoral, sendo vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

14.9 Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da ESCOLHA, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

14.10 A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura ou diploma de posse do candidato responsável, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

15. DA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

15.1 A ESCOLHA para os membros do Conselho Tutelar do Município de São José do Xingu-MT realizar-se-á conforme previsto no art. 139, da Lei nº 8.069/90 - ECA;

15.3 As cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção;

15.4 Após a identificação, o eleitor assinará a lista de presença e procederá a votação;

15.5 O eleitor que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

15.6 O eleitor poderá votar em apenas um candidato;

15.9. Votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado;

15.10. Será também considerado inválido o voto:

a) cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;

b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;

c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;

d) que tiver o sigilo violado.

15.11. Efetuada a apuração, serão considerados eleitos os 05 (cinco) candidatos mais votados, ressalvada a ocorrência de alguma das vedações legais acima referidas, sendo os demais candidatos considerados suplentes pela ordem de votação;

15.11. Em caso de empate na votação será considerado eleito o candidato com idade mais elevada.

16. DAS VEDAÇÕES AOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA:

16.1 Conforme previsto no art. 139, §3º, da Lei nº 8.069/90, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

16.2 É também vedada a prática de condutas abusivas ou desleais que acarretem vantagem indevida ao candidato, como a “boca de urna” e o transporte de eleitores, dentre outras previstas na Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), pois embora não caracterizem crime eleitoral, importam na violação do dever de idoneidade moral que se constitui num dos requisitos elementares das candidaturas.

17. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

17.1 Ao final de todo o Processo, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha encaminhará relatório ao CMDCA, que fará divulgar no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos 05 (cinco) candidatos eleitos para o Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes.

18. DA FORMAÇÃO

18.1 Esta etapa consiste na formação dos conselheiros tutelares, sendo obrigatória a presença de todos os candidatos eleitos, bem como dos conselheiros tutelares suplentes.

18.2 As diretrizes e parâmetros para a formação deverão ser apresentadas aos candidatos pelo CMDCA, após a realização do Processo de Escolha em Data Unificada.

19. DA POSSE

19.1 A posse dos membros do Conselho Tutelar será concedida pelo Gestor(a) Municipal e Presidente do CMDCA, no dia **10 de janeiro de 2020**.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

20.1 Cópias do presente Edital e demais atos da Comissão Organizadora do Processo de Escolha dele decorrentes serão publicadas, com destaque, nos órgãos oficiais de imprensa, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de São José do Xingú–MT, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (CCFV), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal;

20.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 595/2015 e Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Municipal;

20.3 É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar;

20.4 É facultado aos candidatos, por si ou por meio de representantes credenciados perante a Comissão Organizadora do Processo de Escolha, acompanhar todo desenrolar do processo de escolha, incluindo as cerimônias de votação e apuração;

20.5 Cada candidato poderá credenciar, até 48 (quarenta e oito) horas antes do pleito, 01 (um) representante por local de votação e 01 (um) representante para acompanhar a apuração dos votos e etapas preliminares do certame;

20.6 Os trabalhos da Comissão Organizadora do Processo de Escolha se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA;

20.7 O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.

Publique-se

Encaminhe-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal de São José do Xingú-MT.

São José do Xingu, 16 de abril de 2019.

Joselilda Siqueira Carvalho

Presidente do CMDCA

ANEXO

1. CALENDÁRIO

1	Publicação do Edital	04/04/2019
2	Inscrições no CRAS na sede do Município e no SCFV em Santo Antônio do Fontoura.	29/04/2019 À 31/05/2019
4	Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferidas	10/06/2019
5	Prazo para recurso	10/06/2019 à 18/06/2019
7	Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética:	24/06/2019
8	Prova de Conhecimento teórica e prática	04/08/2019
9	Gabarito preliminar (prova teórica)	05/08/2019
10	Gabarito das provas (teórica e prática)	07/08/2019
11	Recurso da avaliação das Provas	07/08 à 09/08/2019
12	Gabarito definitivo da prova teórica e prática	19/08/2019
13	Avaliação psicológica	21/08 à 23/08/2019
14	Resultado da avaliação psicológica	02/09/2019
15	Período da campanha eleitoral pelos candidatos	05/09 á 05/10/2019
16	Dia da votação	06/10/2019
17	Divulgação do resultado da votação	07/10/2019
18	Prazo para impugnação do resultado da ESCOLHA	07/10/2019 a 09/10/2019
19	Publicação do resultado final da ESCOLHA	14/10/2019
20	Capacitação dos Conselheiros Tutelares e Suplentes	21/11 e 22/11/2019
21	Posse e diplomação dos eleitos	10/01/2020

2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conhecimentos básicos: Português: Gramática e ortografia, compreensão e interpretação de textos, pontuação e concordância nominal e verbal.

Conhecimentos específicos: Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; Resolução nº 170, 10 de dezembro de 2014 do CONANDA

ANEXO I

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA

Candidato(a) ao cargo de CONSELHEIRO TUTELAR

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nº. da Inscrição _____ Dia _____/_____/2019.

Nome do Candidato: _____

CPF:_____ Celular: ( )_____

Endereço:_____ _____

E-mail: _____ _____

Declaro estar ciente das condições do presente processo de seleção de currículos simplificada para designação do edital n° 01/2019. Declaro, também, sob pena da lei, serem verdadeiras as informações prestadas.

Assinatura do candidato: _____

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO
Comissão Examinadora do Processo Seletivo nº 001/2019 para conselheiro tutelar
Endereço: Rua 20 de dezembro nº 15. Centro de São José do Xingu–MT.
_____
Assinatura do recebedor
São José do Xingu-MT, _____ de _____ de 2019.

Duas vias de igual teor e assinaturas

ANEXO II

COMPROVAR TER DESENVOLVIDO ATIVIDADE VOLTADA À PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

(Fazer relato escrito a mão ou anexar texto digitado)

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

_____
_____

_____
_____
_____
_____
_____

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA VIAGEM

Eu, _____, brasileiro (a), estado civil _____, portador (a) do RG nº_____, CPF nº_____, residente e domiciliado (a) no endereço _____, CEP nº _____, DECLARO sob as penas da Lei, que tenho disponibilidade para viajar para fora do município de São José do Xingu-MT sempre que se fizer necessário ao cumprimento do exercício do cargo de conselheiro tutelar, não tendo nenhum impedimento para tanto.

DECLARO, por fim, serem verdadeiras as informações supra, sob pena de responsabilidade civil e criminal, em especial aquelas cominadas para o crime de falso testemunho.

São José do Xingu-MT, _____ de _____de 2019

_____

Assinatura do candidato

ANEXO IV

TERMO DE COMPROMISSO

Eu,
_____
_, portador (a) do RG nº _____, CPF nº _____, natural de _____, estado civil _____, profissão _____, residente e domiciliado à _____ _____Bairro_____, no município de São José do Xingu – MT.

CONFIRMO que tenho disponibilidade para cumprir a jornada de trabalho conforme lei municipal de reestruturação do Conselho Tutelar de São José do Xingu-MT.

É a expressão de verdade e fé.

São José do Xingu-MT, _____2019

_____

Assinatura do candidato

ANEXO V

FORMULÁRIO DE RECURSO

RECURSO AO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA Nº 01/ 2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA

CANDIDATO_____
__

N° Inscrição_____

Justificativa do candidato – Razões do Recurso Fundamentação ou embasamento resumida (o), clara (o) e objetiva (o):

_____
_____

_____
_____

_____
_____

_____
_____

_____
_____

_____
_____

_____
_____

_____
_____

São José do Xingu-MT, _____ de _____de 2019

_____

Assinatura do Candidato

* Não serão aceitos recursos por meio de correio postal, e-mail, fax ou outro meio não especificado no Edital.

* Preencher com letra legível sem rasuras e entregar este formulário em 02 (duas) vias, uma via será devolvida como protocolo.

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A POSSE

(FOTOCÓPIAS)

Carteira de identidade (RG).

Cadastro de pessoa física (CPF).

Título de eleitor

Comprovante da última votação.

Certidão de nascimento ou casamento

Comprovante de escolaridade (histórico/atestado e ou certificado de conclusão)

Comprovante de residência

Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos

Reservista (para o sexo masculino)

Foto 3x4

(ORIGINAIS)

Declaração de bens

Declaração de não acumulo de cargo

MODELOS

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu,
_____,
portador(a) do CPF _____ e RG _____, brasileiro, residente a_____

_____
_____

DECLARO, sob as penas e sanções das leis, para fins específicos de provimento no Serviço Público da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT, QUE NÃO EXERÇO qualquer cargo, emprego ou função pública junto à administração pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiarias e sociedades controladas

direta e indiretamente pelo poder público, que seja inacomodável com o cargo de Conselheiro Tutelar.

DECLARO, também, que não me encontro afastado por motivo de licença medica ou licença para tratar de assuntos particulares de qualquer outro cargo, emprego ou função pública junto à administração pública.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no artigo 299 do código penal brasileiro, sujeitando o declarante as suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

DECLARO, por fim, que tomo ciência de toda a legislação supra referida.

São José do Xingu-MT, _____ de _____de 2019

_____

Assinatura do Candidato

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,

_____,

portador(a) do CPF _____ e RG _____, brasileiro, residente a_____

_____

_____

Em atendimento ao § 2º, do art. 13, da Lei Federal nº 8.429/1992, declaro que nesta data possuo os seguintes bens:

( ) Não possuo bens a declarar ( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Descrição do bem	Valor atual estimado em R$
Total do patrimônio estimado em R$	

São José do Xingu-MT, _____ de _____de 2019

_____

Assinatura do Candidato

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 089/2019

DECRETO Nº 089/2019 SÃO JOSÉ DO XINGU 10 DE ABRIL DE 2019.

"Institui o **Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social – REURB-S**, do loteamento denominado **"São José do Xingu 2"**

O PREFEITO DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO XINGU, no uso de suas atribuiçõeslegais e tendo em vista as disposições contidas na Constituição Federal, nas Leis Federais: Lei nº 6.766, de 1979; Lei nº 10.257, de 2001, que aprova o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho 2017, Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018, Lei 12.424, de 2011 e ainda, com arrimo nas disposições contempladas na Lei Municipal nº 670 de 10 de novembro de 2016, que estabelece normas sobre a regularização fundiária urbana das ocupações irregulares ocorridas, ocupadas e consolidadas, em gleba de propriedade e de interesse de **MARIA DE LURDES GOMES e outras**, e do **Município de SÃO JOSÉ DO XINGÚ a Regularização Fundiária Urbana de interesse Social –REURB- S do loteamento "São Jose do Xingu 2"**, e ainda

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 em seu art. 182 determina que a políticade desenvolvimento urbano executada pelo Poder Público Municipal, em atendimento as diretrizes gerais estabelecidas em lei, em especial, no Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e garantir o bem estar de seus habitantes;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade)regulamentou o art. 182 da CF/1988 e enumerou dentre os instrumentos da Política Urbana a serem utilizados para os fins desta, a regularização fundiária, ex vi do art. 4º, inc.V, "q";

CONSIDERANDO que a regularização fundiária de interesse social é obrigação imposta aoPoder Público Municipal, que deve implementá-la como uma das formas de concretizar o direito de moradia digna, reconhecido como direito fundamental nos termos do art. 6º da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que dos dispositivos mencionados supra extrai-se que é dever-poder doPoder Público local a obrigação de cumprir o conteúdo fixado pela Carta Magna quanto ao cumprimento da função social da propriedade urbana, e, notadamente como no caso que ora se põe em relevo o dever poder de promover a regularização fundiária urbana das ocupações ilegais consolidadas no espaço urbano;

CONSIDERANDO que no processo de ordenação do espaço urbano especial atenção há de serdirigida à regularização fundiária e urbanística destinada à incorporação dos núcleos urbanos informais (loteamentos irregulares ou ilegais) ao ordenamento territorial urbano de modo

possibilitar à titulação aos adquirentes de boa-fé, garantindo-lhes segurança jurídica na aquisição da propriedade;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei Municipal nº. 670 de 10 de novembro de 2016,tornou-se possível juridicamente promover a regularização fundiária e urbanística das áreas ocupadas em parcelamentos irregulares ou ilegais atendendo a parâmetros urbanísticos flexibilizados, bem como com arrimo na Lei Municipal nº 671 de 2016;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº. 670, de 2016, definiu os objetivos que deverão seralcançados na instituição das Zonas Especiais de Interesse Social II, podendo gizar a legalização das unidades imobiliárias compatíveis com o ordenamento territorial urbano visando constituir sobre elas direitos a favor dos ocupantes, adquirentes de boa-fé, sendo a ZEIS-II correspondente a REURB-S definida na Lei Federal nº 13.465 de 2017;

CONSIDERANDO a realidade existente de fato "in loco", habitada, comercializada- e de outrolado, dentro do contexto constitucional, o dever-poder do Poder Público Municipal ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes, visando principalmente a inclusão das pessoas em uma cidade legal, onde a regularização se faz exatamente para a efetiva inclusão social e sua existência de direito;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal tenciona promover a regularizaçãofundiária urbana, visando garantir aos cidadãos a segurança da moradia, além de condições mínimas para que possam viver com dignidade, ultrapassando os aspectos meramente jurídicos da titulação, mas, contemplando medidas urbanísticas, ambientais e sociais, em um verdadeiro esforço de reurbanizar o loteamento a ser denominado **" São José do Xingu -2",** mediante adequação de obras de infraestrutura básica, nos moldes do Termo de Compromisso e Cronograma físico de execução de obras, a ser firmado entre os loteadores ou representante legal e o Município, por seus órgãos próprios;

CONSIDERANDO que um dos objetivos da Política Urbana do Município é implementarmedidas jurídicas, urbanísticas, ambientais, sociais e econômicas, visando a regularização de parcelamentos ilegais ou irregulares, comprovadamente ocupados e consolidados, como o que ora se denota do loteamento a ser denominado **"São José do Xingu-2",** cujos lotes foram comercializados sem ser aprovado pela Prefeitura, devendo ser ordenado espacialmente e registrado no Cartório de Registro de Imóveis competente;

CONSIDERANDO que denota-se do processo administrativo municipal que as medidasjurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais foram atendidas nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018 e das Leis Municipais nº 670/2016 e 671/2016, o qual encontra-se instruído com a Certidão de Registro Imobiliário da gleba, **Matrícula Nº 16.400**, **Projeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – REURB-S**, **Memorial Descritivo da Gleba parcelada, Memoriais Descritivos dos lotes**

comercializados e ocupados, **Certidão de Regularização Fundiária, Decreto de Identificação, Reconhecimento do loteamento na categoria de loteamento irregular em Zona Especial de Interesse Social II – ZEIS II, e, classificada e fixada nos termos da legislação federal em REURB-S;**

CONSIDERANDO que na gleba parcelada não se verifica, nesta data, problemas ambientais, dereassentamento de ocupantes e de mobilidade urbano, encontrando-se o sistema viário desobstruído;

CONSIDERANDO por fim que a existência do programa de regularização fundiária é defundamental importância para a observância dos princípios republicanos pertinentes ao reconhecimento da cidadania de toda a comunidade, à dignidade da pessoa humana, à erradicação da pobreza, a eliminação da marginalidade e das desigualdades sociais, à promoção do bem de todos sem preconceitos de qualquer natureza, e à construção de uma cidade livre, justa e solidária;

CONSIDERANDO que o loteamento irregular denominado **"São José do Xingu -2",** encontra-se em sua quase totalidade ocupado por população de baixa renda e com infraestrutura viária, serviços de abastecimento de água e iluminação pública, com rede de energia elétrica nas unidades imobiliárias, portanto, obras de infraestrutura básica em sua quase totalidade implantadas e consolidadas, devendo ser promovido o ordenamento territorial urbano, nos termos das disposições da Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018 e da Lei Municipal nº 670/2016;

CONSIDERANDO por derradeiro que os Requerentes se responsabilizam tecnicamente efinanceiramente pela **elaboração dos Projetos Executivos de execução das seguintes obras de infraestrutura, nas localizações indicadas no Termo de Compromisso: de rede de agua potável, de galeria de água pluvial, de meio fio, bem como se obrigam pelo fornecimento dos materiais necessários a execução dos Projetos Executivos citados, observando o Cronograma Físico e as especificações dos materiais e da massa asfáltica TSD,** como formacompensatória urbanística pela aprovação da regularização fundiária urbana do loteamento **São José do Xingu 2;**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o **Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social – REURB-S**,do loteamento denominado **"São José do Xingu 2",** perfazendo uma área total de **280.951,80 m² (Duzentos e oitenta mil novecentos e cinquenta e um virgula oitenta metros quadrados**),possuindo **297 lotes**, objeto da **Matrícula Nº 16.400** do Cartório de Registro de Imóveis de Porto

Alegre do Norte, com base na Lei Federal nº 13.465 de 2017, Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018, Lei Federal 10.257 de 2001 e na Lei Municipal nº 760 de10 de novembro de 2016 e, em conformidade com as Plantas, Memorial Descritivo da Gleba, Memoriais Descritivos e Listagem dos Lotes, Anotação de Responsabilidade Técnica- ART, Certidão de Regularização Fundiária – CRF , de interesse da **Sra. MARIA DE LURDES GOMES e outras** e do **Município de São José do Xingu.**

Art. 2º. O loteamento **"São José do Xingu 2"**, possui os seguintes limites e confrontações:

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

"Inicia-se a descrição deste perímetro no marco **M.12** de coordenadas **N 8.805.501,3115** m. e **E 310.080,1688** m.; deste, segue confrontando com o Residencial São José do Xingu 1 com azimute de 202°34'45" e distância de 617,76 m. até o marco **M.3** de coordenadas **N 8.804.930,9058** m. e **E 309.842,9742** m**.,** cravado no eixo da Rodovia BR-080**;** deste, segueseccionando a faixa de domínio da rodovia com azimute de 202°34'45" e distância de 33,71 m. até o marco **M.4** de coordenadas **N 8.804.899,7823** m. e **E 309.830,0320** m**.;** deste, segue confrontando com a cidade São José do Xingu nos seguintes azimutes e distâncias: Az=281°56'12" - 582,68 m. até o marco **M.5** de coordenadas **N 8.805.020,2985** m. e **E 309.259,9490** m.; Az=13°05'48"–13,67 m. até o marco **M.6** de coordenadas **N 8.805.033,6158** m. e **E 309.263,0472** m.; Az=286°48'22" – 9,67 m. até o marco **M.7** de coordenadas **N 8.805.036,4117** m. e **E 309.253,7902** m.; Az=21°19'43" - 157,58 m. até o marco **M.8** decoordenadas **N 8.805.183,1986** m. e **E 309.311,1048** m.; deste, segue confrontando com a área remanescente (herdeiros de Mauro Pires Gomes) nos seguintes azimutes e distâncias: Az=13°52'46" - 97,44 m. até o marco **M.9** de coordenadas **N 8.805.277,7946** m. e **E 309.334,4789** m.; Az=102°03'52" - 190,46 m. até o marco **M.10** de coordenadas **N 8.805.237,9853** m. e **E 309.520,7365** m.; Az=11°04'33" - 168,80 m. até o marco **M.11** decoordenadas **N 8.805.403,6445** m. e **E 309.553,1646** m.; deste, segue confrontando com a cidade São José do Xingu (irregular) com azimute de 79°30'03" e distância de 535,98 m. até o marco **M.12** de coordenadas **N 8.805.501,3115** m. e **E 310.080,1688** m., ponto inicial da descriçãodeste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema

Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao **Meridiano Central 51° EGr** , tendo como o Datum o **SIRGAS2000**. Todos os azimutes edistâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM."

Art. 3º O loteamento será composto de:

ÁREAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

DESTINADAS A RECREAÇÃO, LAZER, EQUIPAMENTOS URBANOS E

SISTEMA VIÁRIO

	INSTITUCIONAIS		ÁREAS VERDES	
DISCRIMINAÇÃO	ÁREAS	%	ÁREAS	%

APM QUADRA 20	-	-	6.587,95m²	2,771%
TOTAL DE ÁREAS VERDES			6.587,95m²	2,771%
TOTAL DE ÁREAS INSTITUCIONAIS			-	-
VIAS E CANALIZAÇÃO DE TRÁFEGO			62.552,48m²	26,315%
	RESUMO			
TOTAL DE ÁREAS PÚBLICAS			69.140,43m²	29,086%
TOTAL DE ÁREAS ALIENÁVEIS (297 Lotes)			168.573,92m²	70,914%
ÁREA A PARCELAR			**237.714,35m²**	**100,000%**
FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR-080			**43.237,45m²**	**-**

ÁREA TOTAL:	**280.951,80m²**	**-**

Art. 4º. O loteamento encontra-se em sua quase totalidade consolidado, com a implantaçãoparcial de infraestrutura essencial, reconhecido como núcleo urbano informal **ocupado predominantemente por população de baixa renda**, assim declarado e reconhecido por ato doPoder Executivo, nos termos e para garantia dos benefícios previstos nas Leis Municipais nºs 670/20016 e 671/2016 como **ZEIS II** e classificada e fixada como **REURB_S**, nos termos da Lei Federal nº 13.465 de 20017 e Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018, havendo no núcleo urbano informal parte dos ocupantes que se enquadram na regularização fundiária urbana de interesse específico, **REURB-E,** permitida esta segunda modalidade de REURB, o § 4º, do inc. II, do art. 5º do Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018.

Art. 5º. No loteamento **"São José do Xingu 2"** aprovado na modalidade de REURB-S, em razãoda **ocupação predominante de famílias de baixa renda**, possui ocupantes que não se enquadram na composição ou na faixa da renda familiar, prevista nos termos do Parágrafo Único, do art. 6º do Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018 como não superior ao quíntuplo do salário mínimo vigente no País, não lhes sendo reconhecido o direito à gratuidade das custas e dos emolumentos notariais e registrais.

Parágrafo Único. O reconhecimento do direito à gratuidade das custas e dos emolumentosnotariais e registrais em favor daqueles a quem for atribuído a titularidade da ocupação, será mediante preenchimento do Cadastro Socioeconômico o qual deverá ser apresentado junto aos Cartórios competentes para feito das isenções previstas na Lei Federal nº 13.465 de 2017 e no Decreto Presidencial nº 9.310 de 2018

Art.6º. Fica a cargo dos ocupantes beneficiários a regularização das edificações existentes noslotes, conforme parâmetros urbanísticos estipulados pela Lei Municipal nº 670/2016 e legislação municipal de que tratam de obras e edificações e posturas municipais e suas regulamentações, bem como as providencias de averbação de construção residencial, junto ao Cartório de Registro Imobiliário competente.

Parágrafo Único. Será isento de custas e emolumentos o ato registral relacionada a primeiraaverbação de construção residencial, respeitado o limite de até 70,00m² (setenta metros quadrados), aos ocupantes que se enquadrarem na REURB –S.

Art.7º. Em conformidade com a Legislação municipal ficam previstos os usos residenciais e nãoresidenciais, ou seja, os usos mistos observados a compatibilidade dos usos, ficando convalidados os usos instalados, porém, não sendo permitido ampliação de usos desconformes ou incompatíveis com os usos residenciais, com exceção feitas às Áreas Públicas Municipais.

Art.8º A admissão do uso misto de atividades é permitida nos termos da Lei Federal nº 13.465de 2017 e adotada pelo Município ao loteamento São José do Xingu II como forma de promover a integração social e a geração de emprego e renda local.

Art.9º. A execução das obras de infraestrutura essencial de adequação será sob totalresponsabilidade do Responsável Técnico (R.T.) e do órgão municipal competente da Prefeitura de São José do Xingu, obrigando **os loteadores requerentes à elaboração dos Projetos**

Executivos e ao fornecimento dos materiais necessários à execução das seguintes obras de infraestrutura essencial: rede de água potável; galeria de água pluvial; meio fio e massa asfáltica TSD, tudo consoante definido no **Termo de Compromisso** a ser assinado entre osRequerentes e o Poder Público Municipal para cumprimento do **Cronograma Físico de**

Serviços e Implantação das Obras de Infraestrutura Essencial especificadas e com os quantitativos dos materiais a serem fornecidos e prazos de entrega, como formacompensatória urbanística de custeio aos potenciais beneficiários da REURB-E.

Art.10. O Município de São José do Xingu não se responsabiliza por qualquer divergência deárea do lote alienado.

Art.11. Aprovado o **Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social – REURB –S São José do Xingu 2,** os legitimados para requerer a REURB-S e os atos de registro, nos termosdo art. 14, Inc. III, da Lei nº 13.465/2017, juntamente com o Poder Público Municipal, deverão submetê-lo ao Registro Imobiliário junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, acompanhado das peças técnicas indispensáveis ao registro.

Art.12. O Levantamento Topográfico, o Memorial Descritivo do loteamento e os MemoriaisDescritivos dos lotes integrantes do loteamento foram elaborados e encontram-se subscritos por profissional habilitado, agrimensor Elker Ataides Moreira, Engenheiro Civil –Crea RN 101349174-2, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica –ART, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica –ART, e embasam o Projeto Urbanístico de Regularização Fundiária Urbana REURB –S, elaborado pelo Elker Ataides Moreira, CREA 101.349.174-2 RN., arquivado com o "De Acordo", nos termos deste Decreto.

Art. 13. O **Termo de Compromisso e o Cronograma Físico de Serviços e Implantação das Obras de Infraestrutura Essencial** nestes enumeradas fazem parte integrante deste Decreto,como se aqui transcritos**.**

Art. 14. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO XINGU, aos 10 dias do mêsde Abril de 2019.

_____

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 069/2019

PORTARIA Nº 069/2019

DE 09 DE ABRIL DE 2019.

"**Dispõe sobre a Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana no Município de São José do Xingu-MT, e dá outras providencias."**

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. Vanderley Soares da Silva**, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Art.85 da Lei Municipal nº 670/2019, baixa a seguinte PORTARIA;

CONSIDERANDO que é competência da Comissão Técnica de Regularização Fundiária Urbanística:

I – coordenar e fiscalizar a elaboração e a execução do Plano de Urbanização e regularização Jurídica das ZEIS respectivas;

II – intermediar assuntos de interesse das ZEIS junto aos órgãos da administração municipal, estadual e federal competentes;

III – emitir parecer, relatórios e outros atos administrativos que se fizerem necessários;

IV – interpretar e solucionar casos conflitos;

V – resolver questões omissas e dúvidas resultantes da aplicação desta Lei, no que diz respeito ao projeto específico;

VI – fiscalizar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros alocados às ZEIS;

VII – elaborar a lista das pessoas a serem reassentadas, obedecendo a critérios estabelecidos pelos órgãos responsáveis pela implementação da Política Municipal de Habitação e o Conselho Municipal de Habitação.

VIII – elaborar termo de encerramento de implantação do Plano de Urbanização e Regularização Jurídica específicos e, posteriormente, oficializado por ato próprio do Poder Executivo Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Regularização Fundiária a qual será composta pelos seguintes membros:

a) **PRESIDENTE -** Ludio Sousa Barros, matricula nº 018 **b) SECRETÁRIO** – Raviano dos Santos Coelho, matricula nº 10183 **c) MEMBRO -** Eni Francisco Moreira Borges, matricula nº 10102

Art. 2º - Fica a respectiva Comissão, composta dos servidores e para dar cumprimento ao disposto no artigo anterior, obedecidas todas as formalidades legais inerentes ao Município de São José do Xingu-MT.

Art. 3º- Os membros integrantes da Comissão de que trata esta Portaria não serão remunerados pelo exercício da respectiva função, os serviços são considerados como de interesse publico relevante.

Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 09 de abril de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2018

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do **Processo Seletivo Simplificado 002/2018**, vem através deste convocar a candidata aprovada no referido certame a comparecer no dia 17 de abril de 2019, a partir das 8h, na Secretaria Municipal de Educação, para apresentar documentação exigida para devida contratação – conforme disposto a seguir:

Professor II – Pedagogia

21º - Luzemeire Mônica de Araújo Caldeira

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência da convocada, podendo a Prefeitura de São José dos Quatro Marcos-MT, através de sua Secretaria Municipal de Educação, convocar imediatamente o(s) posterior(es), obedecendo à ordem de classificação dos candidatos.

São José dos Quatro Marcos-MT, 16 de abril de 2019.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT comunica às empresas que às 08h00min, do dia **30/04/2019**, realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço de nº. **08/2019**, e receberá os envelopes de (proposta e de habilitação) visando futuro e eventual "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES ELÉTRICOS DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA ".** O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura através de REQUERIMENTO pelo e-mail: licitacao@saojosedosquatromarcos.mt.gov.br, ou no site http://www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br Maiores informações pelo telefone 3251-1455, das 07:00 as 13:00 horas. EVANDO DE SOUZA VENTUROLLI, Pregoeiro.

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 001/2019/CMDCA

ESCOLHA UNIFICADA PARA O CONSELHO TUTELAR

EDITAL Nº 001/2019/CMDCA

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT – CMDCA, no uso da atribuição que lhe é conferida pela lei nº 1.508, de 27 de setembro de 2013 e suas alterações, faz publicar o presente Edital de Convocação para o Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar, para o quadriênio 2020/2023.

1. DO OBJETO

1.1 O presente Edital tem como objeto o Processo de Escolha em Data Unificada, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, pela Lei Municipal nº 1.508/2013 o qual será realizado sob a responsabilidade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob a fiscalização do Ministério Público que atua perante o Juízo da Infância e Juventude da Comarca.

2. DO CONSELHO TUTELAR

2.1 O Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, é encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

2.2 Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de condições com os demais pretendentes.

2.3 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar as seguintes diretrizes:

a) O processo será realizado para o preenchimento de 5 (cinco) vagas para membros titulares e 5 (cinco) vagas para seus consequentes suplentes;

b) A candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas, em conformidade como disposto editada pelo CONANDA;

c) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverá criar uma Comissão Especial, instituída por meio de publicação no site da Prefeitura (www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br), mural da Secretaria da Assistência Social e Mural da Prefeitura, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e conselheiros da sociedade civil, para a realização do primeiro Processo de Escolha em Data Unificada dos membros do Conselho Tutelar;

d) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, publicará Editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente, para cada uma das fases do processo de escolha de conselheiros tutelares, os quais deverão dispor sobre:

I. a documentação exigida aos candidatos para que possam concorrer no processo eleitoral;

II. as regras do Processo de Escolha em Data Unificada, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos;

III. as sanções previstas aos candidatos no caso de descumprimento das regras do Processo de Escolha em Data Unificada;

IV. a regulamentação quanto as fases de impugnação, recurso e outras do Processo de Escolha Em Data Unificada; e

V. as vedações.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

3.1 São requisitos básicos para o exercício da função de Conselheiro Tutelar:

a) Reconhecida idoneidade moral;

b) Idade superior a vinte e um anos;

c) Residir no município por dois anos;

d) Outros requisitos previstos na Lei Municipal 1.508/2013:

-Ter no mínimo Ensino Médio (2º Grau Completo) ou curso equivalente concluído;

- Possuir Carteira de Habilitação;

- Estar em Gozo dos direitos políticos;

- Ter conhecimento básico em informática.

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

4.1. Os conselheiros tutelares exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva em jornada de 40 horas semanais, distribuídos em plantões e escalas conforme Lei Municipal nº1508/2013.

4.2. O valor do vencimento do piso salarial será de 02 (dois) salários mínimos conforme a Lei Municipal nº 1.508 de 27 de Setembro de 2013 no artigo 48, bem como serão garantidos os direitos previstos no art. 134 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

5. DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

5.1. As atribuições dos membros do Conselho Tutelar estão previstas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL

6.1. A Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos.

6.2. É facultado a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação citada acima, as candidaturas que não atendam aos requisitos exigidos, indicando no instrumento impugnatório os elementos probatórios.

6.3. A Comissão Especial deverá notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa.

6.4. A Comissão Especial realizará reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos, assim como realização de outras diligências.

6.5. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

6.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com envio de cópia ao Ministério Público.

6.7. A Comissão Especial deverá realizar reunião destinada a dar conhecimento formal quanto às regras de campanha dos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local e nas Resoluções do CONANDA.

6.8. A Comissão Especial estimulará e facilitará o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem.

6.9. A Comissão Especial deverá analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

6.10. O CMDCA deverá organizar e prestar apoio administrativo ao Processo de Escolha Unificada que ocorrerá no dia 06 de outubro de 2019.

6.11. O CMDCA deverá escolher e divulgar os locais de votação.

6.12. A Comissão Especial deverá divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação.

7. DOS IMPEDIMENTOS

7.1 São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, conforme previsto no Art. 140 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

7.2 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto na Resolução 170/2014, publicada pelo CONANDA.

7.3 Estende-se o impedimento da disposição acima ao conselheiro tutelar que tenha as relações dispostas com autoridade judiciária e com o representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

8. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

8.1 As Etapas do Processo de Escolha Unificada deverão ser organizadas da seguinte forma:

Primeira Etapa: Inscrições e entrega de documentos;

Segunda Etapa: Análise da documentação exigida;

Terceira Etapa: Dia do Processo de Escolha em Data Unificada;

Quarta Etapa: Formação inicial;

Quinta Etapa: Diplomação e Posse.

9. DA PRIMEIRA ETAPA - DA INSCRIÇÃO/ ENTREGA DOS DOCUMENTOS

9.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento pessoalmente, conforme modelo de requerimento previsto no Anexo II deste Edital, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

9.2. A inscrição será efetuada pessoalmente na Secretaria de Assistência Social (Secretaria Executiva dos Conselhos), logo após a publicação do Edital do Processo de Escolha dos pretendentes à função de conselheiro tutelar conforme previsto na Resolução nº 170/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

9.3 As inscrições serão realizadas das 08h00min às 13h00min, de 15 de abril de 2019 até as 13h00min de 15 de maio de 2019, de acordo com o prazo estabelecido no Edital publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São José dos Quatro Marcos. Após a análise dos documentos será divulgada o local da votação.

9.4 A veracidade das informações prestadas na inscrição é de total responsabilidade do candidato.

9.5 As inscrições serão feitas mediante apresentação de documentações (originais e cópias) que será submetida à aprovação da Comissão Especial, conforme Lei Municipal nº 1.508/2013, a seguir:

a) Cópia da Cédula de Identidade;

b) Cópia do Título Eleitoral;

c) Cópia da Carteira de Habilitação;

d) Certidão Negativa dos distribuidores criminal e civil da Comarca de São José dos Quatro Marcos;

e) Cópia da certidão de conclusão de Ensino Médio ou equivalente;

f) 02 (duas) fotos 3x4 recentes;

g) Certidão Negativa do Tribunal Regional Eleitoral, em que conste estar em ordem com os direitos políticos e que comprove que o domicílio eleitoral do candidato é o município de São José dos Quatro Marcos;

h) Apresentar comprovante de residência no município de São José dos Quatro Marcos há mais de 02 (dois) anos;

i) Apresentar currículo e declaração comprobatória de sua qualificação, onde exerce ou exerceu atividade em defesa e/ou atendimento às crianças e adolescentes, com descrição das atividades desenvolvidas;

j) Apresentar uma proposta de atuação para o exercício de Conselheiro Tutelar;

k) Ter no ato da inscrição Idade Superior a 21(vinte um) anos;

l) Cópia de certificado de conclusão de Curso Básico em informática.

10. DA SEGUNDA ETAPA – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

10.1. A Comissão Especial procederá à análise da documentação exigida prevista na Resolução e no Edital publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

10.2. A análise dos documentos será realizada no prazo de 20 (vinte) dias após o encerramento do prazo para recebimento da documentação.

11. DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

11.1. A partir da publicação da lista definitiva dos candidatos habilitados a participar do processo de escolha, no prazo de 05 (cinco) dias, qualquer cidadão maior de 21 anos e legalmente capaz poderá requerer a impugnação do postulante, em petição devidamente fundamentada.

11.2. Ocorrendo falsidade em qualquer documentação apresentada, o postulante será excluído sumariamente do Processo de Escolha em Data Unificada, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

11.3. O candidato impugnado terá 05 (cinco) dias após a data de publicação da lista dos habilitados e não habilitados para apresentar sua defesa.

11.4. Após análise da documentação pela Comissão Especial será publicada a lista dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada, que ocorrerá no dia 06 de outubro de 2019.

11.5. No dia 12 de junho de 2019, será publicada a lista de candidatos habilitados e não habilitados para o certame.

11.6. O candidato não habilitado terá o prazo de 05 (cinco) dias após a data da publicação para apresentar recurso a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada.

12. DA QUARTA ETAPA - PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

12.1. Esta etapa definirá os conselheiros tutelares titulares e suplentes.

12.2. O Processo de Escolha em Data Unificada realizar-se-á no dia 06 de outubro de 2019, das 08h às 17h, horário local, conforme previsto no Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, e será divulgado por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação.

12.3. O resultado oficial da votação será publicado imediatamente após a apuração por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação.

13. DAS VEDAÇÕES AO CANDIDATO DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

13.1. Conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

14. DO EMPATE

14.1.Em caso de empate, o critério avaliado será de idade maior.

15. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

15.1. Ao final de todo o Processo de Escolha em Data Unificada, a Comissão Especial divulgará no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos cinco conselheiros tutelares titulares e respectivos suplentes escolhidos em ordem decrescente de votação.

16. DOS RECURSOS

16.1. Realizado o Processo de Escolha em Data Unificada, os recursos deverão ser dirigidos à Presidência da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada e protocolados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitando os prazos estabelecidos neste Edital.

16.2. Julgados os recursos, o resultado final será homologado pelo(a) Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada.

16.3. O Candidato poderá ter acesso às decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital, mediante solicitação formalizada.

16.4. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

16.5. A decisão proferida nos recursos, pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é irrecorrível na esfera administrativa.

16.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada fará publicar a relação dos candidatos habilitados a concorrer, com cópia ao Ministério Público.

17. DA QUINTA ETAPA - FORMAÇÃO

17.1. Esta etapa consiste na formação dos conselheiros tutelares, sendo obrigatória a presença de todos os candidatos eleitos.

17.2. As diretrizes e parâmetros para a formação deverão ser apresentadas aos candidatos pelo CMDCA, após a realização do Processo de Escolha em Data Unificada.

18. DA SEXTA ETAPA – DIPLOMAÇÃO E POSSE

18.1 A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo Senhor Prefeito Municipal ou pessoa por ele designada no dia 10 de janeiro de 2020, conforme previsto no parágrafo 2º do Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 1508/2013 e Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

19.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes ao Processo de Escolha em Data Unificada dos conselheiros tutelares.

19.3 O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste Edital implicará na exclusão do candidato ao Processo de Escolha em Data Unificada.

São José dos Quatro Marcos, 09 de abril de 2019.

Alexandre Cardoso Araujo

Presidente do CMDCA

ANEXO I

Cronograma Referente ao Edital 001/2019 do CMDCA

EVENTOS BÁSICOS	DATAS
Publicação do Edital	15/04/2019
Inscrições na sede do CMDCA das 08h00min às 13h00min	15/04/2019 à 15/05/2019
Análise dos Requerimentos de inscrições	09/05/2019 à 28/05/2019
Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferidas no mural da Secretaria de Desenvolvimento Social e outros meios equivalentes.	29/05/2019
Prazo para recurso	30/05/2019 à 03/06/2019
Análise dos recursos	04/06/2019 à 08/06/2019
Divulgação do resultado dos recursos	11/06/2019
Publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida em ordem alfabética	12/06/2019
Data da escolha dos novos conselheiros	06/10/2019
Divulgação do resultado da votação	07/10/2019
Prazo para impugnação do resultado da eleição	06/10/2019 a 10/10/2019;
Julgamento das impugnações ao resultado da eleição	11/10/2019
Publicação do resultado do julgamento das impugnações ao resultado da eleição	14/10/2019
Prazo para recurso quanto ao julgamento dos recursos interpostos contra resultado da eleição	15/10/2019 à 19/10/2019
Publicação do resultado do julgamento dos recursos	22/10/2019
Proclamação do resultado final da eleição	25/10/2019
Posse e diplomação dos eleitos	10/01/2020

ANEXO II

MODELO DE REQUERIMENTO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

(nome do candidato), (estado civil), inscrito no CPF sob o nº (número do CPF) e no RG sob o nº (número do RG, órgão expedidor e UF), residente e domiciliado na (endereço completo), na cidade de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, vem mui respeitosamente requerer junto a Vossa Senhoria, sua INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES, para participar do processo de escolha, a ser realizada pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de São José dos Quatro Marcos.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

São José dos Quatro Marcos, (data)

_____

(nome e assinatura do requerente)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo do Contrato **Nº 33/2018,** firmado em 16/04/2019; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa **FASSIL ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - EPP; Objeto:** Prestação de serviço em Consultoria e Assessoria Contábil, Financeira e nas rotinas Administrativas, bem como suporte no preenchimento das informações a serem enviadas através dos Sistemas SIOPE, SIOPS, SICONFI, DIRF, RAIS E DCTF; **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 18/04/2020.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 037, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre ponto facultativo nas repartições públicas do município de São José dos Quatro Marcos.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, **Sr. RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**,de acordo com as atribuições legais que lhe confere o Art. 94 da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas de São José dos Quatro Marcos-MT, no dia 18 de abril de 2019 – véspera do feriado nacional da Paixão de Cristo.

Art. 2º Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, aos 16 dias do mês de abril de 2019.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 031/2019 - "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA N° 031, DE 16 DE ABRIL DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Alexandre Russi, Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei Resolve:

DESIGNAR **Déa Lucia Ribeiro**, Secretária Municipal de Educação, matrícula n º 86, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para abertura de procedimento de Sindicância, com sede em São Pedro da Cipa/MT, incumbida de apurar, no prazo de 30 (trinta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam da Notificação Recomendatória nº 005/2018 em face do funcionário C. E. A. Q., bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Dê-se ciência.

Publique-se.

ALEXANDRE RUSSI

PREFEITO MUNICIPAL

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 031/2019 - "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA N° 031, DE 16 DE ABRIL DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Alexandre Russi, Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei Resolve:

DESIGNAR **Déa Lucia Ribeiro**, Secretária Municipal de Educação, matrícula n º 86, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para abertura de procedimento de Sindicância, com sede em São Pedro da Cipa/MT, incumbida de apurar, no prazo de 30 (trinta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam da Notificação Recomendatória nº 005/2018 em face do funcionário C. E. A. Q., bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Dê-se ciência.

Publique-se.

ALEXANDRE RUSSI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

RECURSOS HUMANOS
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ - PREVIPORÃ.

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratante: Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Tabaporã - PREVIPORÃ.

Contratada: Agenda Assessoria, Planejamento e Informática Ltda.

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados, para execução de serviços técnicos, por empreitada global, necessários à operacionalização do passivo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social contratante, conforme descrição contida no Anexo I, parte integrante deste contrato, independente de transcrição.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93.

Vigência: 01/04/2019 a 30/06/2019.

Valor Total: R$ 32.198,01 (trinta e dois mil, cento e noventa e oito reais e hum centavos).

Dotação Orçamentária: 3.3.93.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Data de Assinatura: 16/04/2019

BALANÇO CONSOLIDADO DAS CONTAS DE GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2018.

BALANÇO CONSOLIDADO DAS CONTAS DE GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
MATO GROSSO
Período de 01.01.2018 a 31.12.2018

Exercício: 2018
Página.: 1 de 3
Exercício 2018

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)	**32.849.479,58**	**36.938.494,40**	**35.993.394,22**	**-945.100,18**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.537.922,46	4.067.622,46	3.977.033,66	-90.588,80
Receita De Contribuições	1.140.385,15	1.140.385,15	1.221.615,29	81.230,14
Receita Patrimonial	1.015.910,39	1.015.910,39	155.730,13	-860.180,26
Receita Agrupecuária	0,00	0,00		0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita De Serviços	102.000,00	102.000,00	806.488,18	704.488,18
Transferência Correntes	27.030.861,58	30.590.176,40	29.695.848,24	-894.328,16
Outras Receitas Correntes	22.400,00	22.400,00	136.678,72	114.278,72
Receitas De Capital (II)	**7.979.865,26**	**7.979.865,26**	**1.919.215,46**	**-6.060.649,80**
Operação De Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação De Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações De Emprestimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências De Capital	7.979.865,26	7.979.865,26	1.919.215,46	-6.060.649,80
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.559.500,00**	**1.559.500,00**	**1.737.609,74**	**178.109,74**
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	**42.388.844,84**	**46.477.859,66**	**39.650.219,42**	**-6.827.640,24**
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINAMENTO (VI) = (IV + V)	**42.388.844,84**	**46.477.859,66**	**39.650.219,42**	**-6.827.640,24**
Déficit (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	**42.388.844,84**	**46.477.859,66**	**39.650.219,42**	**-6.827.640,24**
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
MATO GROSSO
Período de 01.01.2018 a 31.12.2018

Exercício: 2018
Página.: 2 de 3
Exercício 2018

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO -CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo (j) = (f-g)
Despesas Correntes (IX)	**29.519.191,13**	**38.578.539,15**	**32.544.436,81**	**32.515.862,31**	**32.515.862,11**	**6.034.102,34**
Pessoal e Encargos Sociais	14.029.480,70	15.996.490,16	14.688.174,48	14.688.174,48	14.688.174,28	1.308.315,68
Juros e Encargos da Dívida	5.000,00	10,00	0,00		0,00	10,00
Outras Despesas Correntes	15.484.710,43	22.582.038,99	17.856.262,33	17.827.687,83	17.827.687,83	4.725.776,66
Despesas de Capital (X)	**8.594.065,26**	**3.823.083,06**	**3.742.179,87**	**3.403.179,87**	**3.108.484,08**	**80.903,19**
Investimentos	8.559.065,26	3.823.083,06	3.742.179,87	3.403.179,87	3.108.484,08	80.903,19
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência (XI)	**423.888,45**	**243.088,45**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	243.088,45
Reserva do RPPS (XII)	**2.071.000,00**	**1.986.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	1.986.000,00
DESPESAS C/ PESSOAL/ENCARGOS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	**1.780.700,00**	**1.847.149,00**	**1.662.135,61**	**1.696.536,67**	**1.684.378,92**	185.013,39
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	**42.388.844,84**	**46.477.859,66**	**37.948.752,29**	**37.615.578,85**	**37.308.725,11**	**8.529.107,37**
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	**42.388.844,84**	**46.477.859,66**	**37.948.752,29**	**37.615.578,85**	**37.308.725,11**	**8.529.107,37**
Superávit (XVI)	**-**	**-**	**1.701.467,13**	**-**	**-**	**-**
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	**38.921.547,04**	**38.921.547,04**	**39.650.219,42**	**0,00**	**0,00**	**37.429.053,04**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
MATO GROSSO
Período de 01.01.2018 a 31.12.2018

Exercício: 2018
Página.: 3 de 3

Exercício 2018

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - CONSOLIDADO

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dez. Exerc.Anterior (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes	**121.367,87**	**29.914,10**	**114.675,90**	**99.378,90**	**51.903,07**	**0,00**
Pessoal e Encargos Sociais	99.378,90	0,00	114.675,90	99.378,90	0	0,00
Juros e Encargos da Divida			0,00	0,00	0	0,00
Outras Despesas Correntes	21.988,97	29.914,10	0,00	0,00	51.903,07	0,00
Despesas de Capital	**179.932,76**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	179.932,76
Investimentos	179.932,76	0,00	0,00	0,00	0,00	179.932,76
Inversoes Financeiras			0,00	0,00		0,00
Amortizacao da Divida			0,00	0,00		0,00
TOTAL	**301.300,63**	**29.914,10**	**114.675,90**	**99.378,90**	**51.903,07**	**179.932,76**

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS - CONSOLIDADO

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dez. Exerc.Anterior (b)	(c)	(d)	(f) = (a+b-c-d)
Despesas Correntes	**37.666,00**	**90.912,35**	**45.519,50**	**55.339,03**	**27.719,82**
Pessoal e Encargos Sociais	15.297,00	422,82	0,00	0,00	15.719,82
Juros e Encargos da Divida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	22.369,00	90.489,53	45519,50	55.339,03	12.000,00
Despesas de Capital	**17.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**17.000,00**
Investimentos	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
Inversoes Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizacao da Divida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**54.666,00**	**90.912,35**	**45.519,50**	**55.339,03**	**44.719,82**

Notas Explicativas 1 : A receita e despesa intra-orçamentárias foram registradas no balanço a fim de ser equilizar os saldos de orçamento

Nota Explicativa 2: Os acréscimos da receita na coluna Previsão atualizada, foi atualizada considerando os decretos municipais 3621/18, 3624/18, 3653/18,3667/18, 3715/18 E 3731/18

Nota Eplicativa 3 : A Camara Municipal não possui Restos a Pagar a ser demonstrados, o saldo Restos a pagar da previdencia equivale a 422,82 processado e os demais valores equivalem a restos da prefeitura Municipal.

Sirineu Moleta
Prefeito Municipal

Magaly Angela Baesso Treuherz
Contador - 012672/O-8

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE TABAPORA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2018 (- CONSOLIDADO)

Data de emissão: 02/04/2019

Exercício: 2018 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária	**39.162.719,42**	**37.637.531,60**	**Despesa Orçamentária**	**37.948.752,29**	**31.988.204,00**
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária	17.581.932,47	29.554.213,59	Ordinária	15.248.574,57	11.486.850,80
Vinculadas			Vinculadas		
Assistência social	181.480,59	291.117,34	Assistência social	146.526,47	265.945,18
Contribuição de Intervenção no Dominío Econômico	28.794,01	47.407,85	Contribuição de Intervenção no Dominío Econômico	22.856,01	
Educação	13.433.389,80	6.561.449,37	Educação	9.909.854,05	9.624.313,66
Outras áreas	4.166.034,98	2.388.857,36	Outras áreas	4.683.116,63	2.723.386,35
Saúde	7.816.444,49	2.551.513,13	Saúde	7.937.824,56	7.887.708,01
Dedução					
(-) Deduções da Receita Orçamentária	4.045.356,92	3.757.027,04			
Transferências Financeiras Recebidas	**1.458.485,21**	**147.501,07**	**Transferencias Financeiras Concedidas**	**1.458.485,21**	**1.271.865,00**
Transferências Financeiras Recebidas	1.458.485,21	147.501,07	Transferências Financeiras Concedidas	1.458.485,21	1.271.865,00
Recebimentos Extra-Orçamentários	**3.720.434,50**	**2.723.748,08**	**Despesas Extra-Orçamentárias**	**3.186.662,16**	**3.742.555,52**
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Não processados inscritos no período	367.574,50	30.907,71	Não processados pagos no período	99.378,90	515.396,66
Processados inscritos no período	306.853,74	89.918,74	Processados pagos no período	45.500,00	337.886,48
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	3.046.006,26	2.602.921,63	Outras movimentações extra-orçamentárias	3.041.783,26	2.889.272,38
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias			Outras movimentações extra-orçamentárias		
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho					
Ajuste de Investimentos - Ganho					
Transferências de Aplicações Financeiras p/ Curto					
Saldo em espécie do exercício anterior	**4.614.717,65**	**1.109.582,34**	**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**6.362.457,12**	**4.614.717,65**
Disponível			Disponível		

Emissão: 02/04/2019 08:53:59 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE TABAPORA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2018 (- CONSOLIDADO)

Data de emissão: 02/04/2019

Exercício: 2018 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Caixa			Caixa		
Bancos conta movimento	4.614.717,65	1.109.582,34	Bancos conta movimento	6.362.457,12	4.614.717,65
Aplicações financeiras			Aplicações financeiras		
(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
TOTAL	**48.956.356,78**	**41.618.363,09**	**TOTAL**	**48.956.356,78**	**41.617.342,17**

SIRINEU MOLETA
PREFEITO MUNICIPAL

VALCENIR ANTONIO SILVA
SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS

MAGALY ANGELA BAESSO TREUHERZ
CONTADOR 012672/O-8

Emissão: 02/04/2019 08:53:59 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE TABAPORA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)
Dezembro/2018

Data de emissão: 02/04/2019

Exercício: 2018 **P. Contas: PCASP-MT**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
ATIVO CIRCULANTE	**11.673.382,45**	**8.974.556,93**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**338.098,18**	**132.353,35**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.362.457,12	4.614.717,65	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	12.600,27	442,32
CREDITOS A CURTO PRAZO	5.310.925,33	4.359.839,28	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	33.285,21	-917.800,84	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	337.217,01	129.853,13
CLIENTES			OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO		
CREDITOS DE TRANSFERENCIAS A RECEBER	1.082.575,47	1.082.575,47	PROVISOES A CURTO PRAZO		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-11.719,10	2.057,90
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	4.195.064,65	4.195.064,65			
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA					
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO					
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO					
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO					
ESTOQUES					
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE					

Emissão: 02/04/2019 09:38:14 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE TABAPORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Dezembro/2018

Data de emissão: 02/04/2019

ATIVO NÃO CIRCULANTE	**17.489.980,20**	**13.721.890,15**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**15.517.967,12**	**15.517.967,12**
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	-2.064.374,55	3.687,52	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		
CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO	-2.064.374,55	3.687,52	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	-1.898.484,58	3.687,52	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		
CLIENTES			OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			PROVISOES A LONGO PRAZO	15.517.967,12	15.517.967,12
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	-165.889,97		DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO		
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA (P)			RESULTADO DIFERIDO		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A LONGO PRAZO			**TOTAL DO PASSIVO**	**15.856.065,30**	**15.650.320,47**
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO			**PATRIMÔNIO LIQUIDO**		
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO			**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
ESTOQUES			PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		
INVESTIMENTOS	208.713,72		RESERVAS DE CAPITAL		
PARTICIPACOES PERMANENTES	208.713,72		AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL		
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	208.713,72		RESERVAS DE LUCROS		
PARTICIPACOES EM SOCIEDADES CONTROLADAS (P)			DEMAIS RESERVAS		
PARTICIPACOES EM SOCIEDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO (P)			RESULTADOS ACUMULADOS	13.307.297,35	7.046.126,61

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE TABAPORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Dezembro/2018

Data de emissão: 02/04/2019

PARTICIPACOES EM SOCIEDADES COLIGADAS (P)			RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.305.502,24	
MAIS-VALIA SOBRE OS ATIVOS DAS INVESTIDAS (P)			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.121.655,61	7.451.600,02
AGIO SOBRE OS INVESTIMENTOS (P)			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-119.860,50	-405.473,41
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (P)			OUTROS RESULTADOS		
PARTICIPACAO EM CONSORCIOS PUBLICOS (P)	208.713,72		(-) ACOES/COTAS EM TESOURARIA		
PARTICIPACAO EM FUNDOS (P)					
PARTICIPACAO EM OUTRAS SOCIEDADES AVALIDAS POR EQUIVALENCIA PATRIMONIAL (P)					
OUTRAS PARTICIPACOES - MEP (P)					
AGIO NA AQUISICAO DE PARTICIPACOES AVALIADAS PELO MEP (P)					
(-) AMORTIZACAO DE AGIO NA AQUISICAO DE PARTICIPACOES AVALIADAS PELO MEP (P)					
(-) DESAGIO NA AQUISICAO DE PARTICIPACOES AVALIADAS PELO MEP (P)					
AMORTIZACAO DE DESAGIO NA AQUISICAO DE PARTICIPACOES AVALIADAS PELO MEP (P)					
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO					
PARTICIPACOES EM OUTRAS SOCIEDADES (P)					
PARTICIPACAO EM FUNDOS (P)					
PARTICIPACOES EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS (P)					
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL (P)					
OUTRAS PARTICIPACOES (P)					
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO					
INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO					
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES					
(-)DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO					
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE BENS IMOVEIS PARA FUTURA UTILIZACAO (P)					
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE BENS IMOVEIS NAO DESTINADOS A USO (P)					

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE TABAPORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Dezembro/2018

Data de emissão: 02/04/2019

(-) DEPRECIACAO ACUMULADA OUTRAS PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS (P)					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE PARTICIPAÇÕES PERMANENTES					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALEN					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO (P)					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE BENS IMOVEIS PARA FUTURA UTILIZACAO (P)					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE BENS IMOVEIS NAO DESTINADOS A USO (P)					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES					
IMOBILIZADO	19.345.641,03	13.718.202,63			
BENS MOVEIS	12.909.824,22	11.270.382,11			
BENS IMOVEIS	6.660.312,94	2.623.716,55			
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-224.496,13	-175.896,03			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO					
INTANGIVEL					
SOFTWARES					
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS					
DIREITO DE USO DE IMOVEIS					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL					
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	**13.307.297,35**	**7.046.126,61**
TOTAL	**29.163.362,65**	**22.696.447,08**	**TOTAL**	**29.163.362,65**	**22.696.447,08**

ATIVO FINANCEIRO	**6.362.457,12**	**4.614.717,65**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**905.381,22**	**478.850,98**
ATIVO PERMANENTE	**23.009.619,25**	**18.081.729,43**	**PASSIVO PERMANENTE**	**15.499.967,12**	**15.517.967,12**
SALDO PATRIMONIAL				**12.966.728,03**	**6.699.628,98**

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE TABAPORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Dezembro/2018

Data de emissão: 02/04/2019

Compensação

ESPECIFICAÇÃO Saldo dos Atos Potenciais Ativos	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO Saldo dos Atos Potenciais Passivos	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
EXECUCAO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS			EXECUCAO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		
EXECUCAO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	2.196.392,43	1.034.000,00	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	137.676,68	137.676,68
EXECUCAO DE DIREITOS CONTRATUAIS			EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	4.046.144,18	1.140.617,07
EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	739.327,87	739.327,87
TOTAL	**2.196.392,43**	**1.034.000,00**	**TOTAL**	**4.923.148,73**	**2.017.621,62**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO EM 2018	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO EM 2017
ORDINÁRIA		
100000000 - Recursos Ordinários	-442,32	
100000000 - Recursos Ordinarios	3.316.107,30	4.560.266,16
104000000 - Contribuição ao Programa Ensino Fundamental		-2.090,00
150000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	1.608.816,55	
224000000 - Transferencias de Convenios - Outros (nao relacionados a educacao/saude/assistencia social)		61.012,97
VINCULADA		
101000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	29.768,02	-254.543,85
102000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	260.836,44	-200.274,81
112000000 - Serviços de Saúde	1,27	-49.063,79
114000000 - Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS - Uniao	366.172,44	204.607,86
115000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	154.011,79	-64.603,02
116000000 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	7.827,76	7.393,26
117000000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	153.615,09	31.950,36
118000000 - Transferências do FUNDEB 60%	-24.408,93	-84.919,40
119000000 - Transferências do FUNDEB 40%	22.532,46	-112.059,46
122000000 - Transferências de Convênios - Educação	-251.094,86	68.606,08
123000000 - Transferências de Convênios - Saúde	46.792,66	235.397,37
124000000 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	364.233,95	307.113,44
129000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	116.923,54	53.038,43

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE TABAPORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Dezembro/2018

Data de emissão: 02/04/2019

130000000 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	1.146,91	-624.051,29
142000000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	-49.938,33	
TOTAL	**6.122.901,74**	**4.137.780,31**

SIRINEU MOLETA
PREFEITO MUNICIPAL

VALCENIR ANTONIO SILVA
SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS

MAGALY ANGELA BAESSO TREUHERZ
CONTADOR 012672/O-8

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE TABAPORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONSOLIDADO)

Dezembro/2018

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**41.763.252,14**	**41.586.295,95**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**655.731,07**	**8.672.946,09**
IMPOSTOS	-757.304,53	7.513.323,93
TAXAS	1.173.153,81	1.159.622,16
CONTRIBUICOES DE MELHORIA	239.881,79	
CONTRIBUIÇÕES	**1.792.503,82**	**235.614,38**
CONTRIBUICOES SOCIAIS	1.792.503,82	
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO		
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA		235.614,38
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS		
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		
VENDA DE MERCADORIAS		
VENDA DE PRODUTOS		
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**412.362,75**	**333.518,66**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA	261.032,09	139.971,30
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	151.330,66	193.547,36
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**36.643.630,97**	**32.222.124,03**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.458.485,21	147.501,07
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	35.179.877,75	27.168.470,65
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS		
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		4.906.152,31
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS		
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	5.268,01	
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS		
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS		
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	**2.259.023,53**	**122.092,79**
REAVALIACAO DE ATIVOS		
GANHOS COM ALIENACAO		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR NASCIMENTOS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS APREENDIDOS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR PRODUCAO		
OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	2.203.684,50	
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	55.339,03	122.092,79
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES		
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS		
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		

Emissão: 03/04/2019 10:49:55 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE TABAPORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONSOLIDADO)

Dezembro/2018

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**35.457.749,90**	**41.437.328,25**
PESSOAL E ENCARGOS	**16.168.299,09**	**13.904.371,56**
REMUNERACAO A PESSOAL	15.746.534,64	12.967.618,71
ENCARGOS PATRONAIS	421.764,45	936.752,85
BENEFICIOS A PESSOAL		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	**236.229,50**	
APOSENTADORIAS E REFORMAS		
PENSOES	67.227,03	
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA		
BENEFICIOS EVENTUAIS		
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA		
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	169.002,47	
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**17.182.849,52**	**21.576.486,50**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	6.715.933,97	12.254.520,71
SERVICOS	10.418.315,45	9.321.965,79
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	48.600,10	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		**16.392,76**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA		
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		16.392,76
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**1.477.993,21**	**5.515.862,34**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.458.485,21	1.271.865,00
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	19.508,00	3.811.847,04
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS		
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		432.150,30
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS		
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	**6.354,87**	**10.232,44**
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS		
PERDAS COM ALIENACAO		
PERDAS INVOLUNTARIAS	6.354,87	
INCORPORACAO DE PASSIVOS		
DESINCORPORACAO DE ATIVOS		10.232,44
TRIBUTÁRIAS	**380.698,71**	**375.182,65**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA		
CONTRIBUICOES	380.698,71	375.182,65
CUSTO DE MERCADORIAS E PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS		
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS		
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS		
CUSTO DE SERVICOS PRESTADOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**5.325,00**	**38.800,00**
PREMIACOES	5.325,00	38.800,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES		
INCENTIVOS		
SUBVENCOES ECONOMICAS		
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES		
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES		
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Resultado Patrimonial do Período	**6.305.502,24**	**148.967,70**

Emissão: 03/04/2019 10:49:55 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE TABAPORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONSOLIDADO)

Dezembro/2018

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)

	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	3.403.179,87	1.331.212,05
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		

ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE TABAPORA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
CNPJ: 37.464.997/0001.40
Av Comendador Jose Pedro Dias - 0000064 - Centro
Telefone: (066)3557-1415

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Dezembro/2018

		Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos			
Receitas derivadas e originárias	1FC	5.291.565,85	9.339.477,78
Transferências correntes recebidas	2FC	33.764.970,37	31.335.905,28
Outros ingressos operacionais			
Desembolsos			
Pessoal e demais despesas	3FC	30.123.152,57	29.608.770,84
Juros e encargos da dívida	4FC		98.356,56
Transferências concedidas	2FC	3.109.356,80	2.905.260,74
Outros desembolsos operacionais		4.041.133,92	4.043.956,39
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais(I)		1.782.892,93	4.019.038,53
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos			
Alienação de bens			
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos			
Outros ingressos de investimentos			
Desembolsos			
Aquisição de ativo não circulante		3.077.303,08	1.230.608,63
Concessão de empréstimos e financiamentos			
Outros desembolsos de investimentos			149.971,24
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais(II)		-3.077.303,08	-1.380.579,87
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos			
Operações de crédito			
Integralização do capital social de empresas dependentes			
Transferências de capital recebidas		1.431.715,46	866.676,65
Outros ingressos de financiamentos			

Emissão: 12/04/2019 10:41:44 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE TABAPORA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
CNPJ: 37.464.997/0001.40
Av Comendador Jose Pedro Dias - 0000064 - Centro
Telefone: (066)3557-1415

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Dezembro/2018

Desembolsos		
Amortização /Refinanciamento da dívida		
Outros desembolsos de financiamentos		
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento(III)	1.431.715,46	866.676,65
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	137.305,31	3.505.135,31
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	4.614.717,65	1.109.582,34
Caixa e Equivalente de caixa final	4.752.022,96	4.614.717,65

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

Receitas derivadas e originárias	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Tributária	3.977.033,66	7.774.637,70
Receita de Contribuições	239.881,79	235.614,38
Receita Patrimonial		72.471,31
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços	806.488,18	655.762,14
Remuneração das Disponibilidades	151.330,66	193.547,36
Outras Receitas Derivadas e Originárias	116.831,56	407.444,89
Total das Receitas Derivadas e Originárias	5.291.565,85	9.339.477,78

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Transferências correntes recebidas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Intergovernamentais		
da União	13.096.320,20	12.103.873,37
de Estados e Distrito Federal	15.136.402,39	14.178.378,53
de Municípios		
Intragovernamentais	23.765,21	5.053.653,38

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE TABAPORA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
CNPJ: 37.464.997/0001.40
Av Comendador Jose Pedro Dias - 0000064 - Centro
Telefone: (066)3557-1415

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Dezembro/2018

Outras transferências correntes recebidas	5.508.482,57	
Total das Transferências Recebidas	33.764.970,37	31.335.905,28

Transferências concedidas	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Intergovernamentais		
da União		
de Estados e Distrito Federal		
de Municípios	59.060,00	
Intragovernamentais	3.050.296,80	2.850.440,74
Outras transferências correntes recebidas		54.820,00
Total das Transferências Concedidas	3.109.356,80	2.905.260,74

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Legislativa		
Judiciária		
Essencial à Justiça		
Administração	3.620.902,73	3.065.835,91
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social	1.048.007,24	1.065.948,53
Previdência Social		
Saúde	7.238.385,89	7.459.314,34
Trabalho		
Educação	8.771.457,73	8.854.559,46
Cultura	21.959,71	
Direitos da Cidadania		
Urbanismo	2.676.314,61	4.213.875,71
Habitação		
Saneamento	629.455,25	683.409,34

ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE TABAPORA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
CNPJ: 37.464.997/0001.40
Av Comendador Jose Pedro Dias - 0000064 - Centro
Telefone: (066)3557-1415

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Dezembro/2018

Gestão Ambiental	155.205,98	
Ciência e Tecnologia		
Agricultura	875.765,26	867.250,42
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços	149.115,46	107.575,27
Comunicações		
Energia	107.430,45	
Transporte	4.088.305,76	2.520.987,59
Desporto e Lazer	360.147,79	394.831,62
Encargos Especiais	380.698,71	375.182,65
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	30.123.152,57	29.608.770,84

QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
Outros Encargos da Dívida		98.356,56
Total dos Juros e Encargos da Dívida		98.356,56

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE TABAPORA

ANEXO 16 DA LEI 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

EXERCÍCIO DE 2018

** CONSOLIDADO **

(art. 124 da Lei nº 4.320/1964)

em R$

DÍVIDA FUNDADA INTERNA NÃO VINCULADA

AUTORIZAÇÕES						SALDO CIRCULAÇÃO ANTERIOR EM	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
LEIS	DESCRIÇÃO	PARCELAS		DATA	VALOR EMISSÃO		EMISSÃO	ATUALIZAÇÃO	RESGATE	CANCELAMENTO	QUANTIDADE	VALOR
		TOT.	PAGAS									
445/2004	PNAFM	2		02/12/2018	104.838,49						2	
TOTAL					**104.838,49**						**2**	
TOTAL GERAL					**104.838,49**						**2**	

Emissão: 02/04/2019 09:34:16

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE TABAPORA

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2018

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
PASSIVO FINANCEIRO						
RESTOS A PAGAR						
RESTOS A PAGAR 2016 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	39.369,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.369,00
RESTOS A PAGAR 2016 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	0,00	0,00	0,00	99.378,90	0,00	-99.378,90
RESTOS A PAGAR 2016 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR (PREFEITU	284.922,35	0,00	0,00	0,00	0,00	284.922,35
RESTOS A PAGAR 2015 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2015 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2015 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR (PREFEITU	9.686,31	0,00	0,00	0,00	0,00	9.686,31
RESTOS A PAGAR 2016 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2016 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2016 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR (PREFEITU	21.988,97	0,00	0,00	0,00	21.988,97	0,00
RESTOS A PAGAR 2017 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	10.901,26	0,00	0,00	0,00	0,00	10.901,26
RESTOS A PAGAR 2017 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2017 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR (PREFEITU	13,50	0,00	0,00	0,00	13,50	0,00
RESTOS A PAGAR 2017 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	7.617,71	0,00	0,00	0,00	0,00	7.617,71
RESTOS A PAGAR 2017 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2017 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR (PREFEITU	0,60	0,00	0,00	0,00	0,60	0,00
RESTOS A PAGAR 2017 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	65.528,32	0,00	0,00	45.500,00	10.369,00	9.659,32
RESTOS A PAGAR 2017 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2017 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR (PREFEITU	29.900,00	0,00	0,00	0,00	29.900,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2017 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	6.422,74	0,00	0,00	0,00	1.901,26	4.521,48
RESTOS A PAGAR 2017 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2017 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR (PREFEITU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2015 - PROCESSADOS - ANULADOS (PREFEITURA)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2016 - PROCESSADOS - ANULADOS (PREFEITURA)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2016 - PROCESSADOS - ANULADOS (PREFEITURA)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2017 - PROCESSADOS - ANULADOS (PREFEITURA)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2017 - PROCESSADOS - ANULADOS (PREFEITURA)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2017 - PROCESSADOS - ANULADOS (PREFEITURA)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2017 - PROCESSADOS - ANULADOS (PREFEITURA)	0,00	0,00	0,00	0,00	6.422,74	-6.422,74
R.P. de 2018 Nao Processados (PREFEITURA)	0,00	367.574,50	0,00	0,00	0,00	367.574,50
R.P. de 2018 Processados (PREFEITURA)	0,00	306.853,74	0,00	0,00	0,00	306.853,74
RESTOS A PAGAR 2017 - PROCESSADOS (FUNDO)	442,32	0,00	0,00	0,00	29.028,32	-28.586,00
RESTOS A PAGAR 2017 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (FUNDO)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2017 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR (FUNDO)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2017 - PROCESSADOS - ANULADOS (FUNDO)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal:	**476.793,08**	**674.428,24**	**0,00**	**144.878,90**	**99.624,39**	**906.718,03**
DEPOSITOS						
PAGAMENTO A MAIOR - FOLHA DE PAGAMENTO (PREFEITURA)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALARIO FAMILIA - PREVIDENCIA (PREFEITURA)	0,00	7.198,17	0,00	7.198,17	0,00	0,00
SALARIO FAMILIA - INSS (PREFEITURA)	0,00	63,42	0,00	63,42	0,00	0,00
SALARIO FAMILIA FUNDO-RPPS (PREFEITURA)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL (PREFEITURA)	0,00	113.338,83	0,00	113.338,83	0,00	0,00
SALARIO MATERNIDADE - INSS (PREFEITURA)	0,00	31.387,52	0,00	31.387,52	0,00	0,00
PENSÃO ALIMENICIA (PREFEITURA)	0,00	25.200,00	0,00	25.200,00	0,00	0,00
INSS (PREFEITURA)	0,00	237.808,47	0,00	237.808,47	0,00	0,00
ASTAB (PREFEITURA)	0,00	11.092,16	0,00	11.092,16	0,00	0,00
SINTEP (PREFEITURA)	0,00	24.441,53	0,00	24.441,53	0,00	0,00
FARMASTER (PREFEITURA)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIPORA (PREFEITURA)	0,00	944.443,74	0,00	939.780,45	0,00	4.663,29

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE TABAPORA

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2018

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
PREVIPORA- RPPS (PREFEITURA)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SHOW DE PREMIOS (PREFEITURA)	0,00	21.290,50	0,00	21.290,50	0,00	0,00
SALARIO MATERNIDADE - PREVIDENCIA (PREFEITURA)	440,29	0,00	0,00	440,29	0,00	0,00
CREDITO COMPENSADO INSS (PREFEITURA)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL (PREFEITURA)	0,00	456.096,96	0,00	456.096,96	0,00	0,00
DESCONTO DECIMO 13 PAGO ANIVERSARIO (PREFEITURA)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRESTIMO PANAMERICANO (PREFEITURA)	0,00	12.819,50	0,00	12.819,50	0,00	0,00
SINDI- SAUDE (PREFEITURA)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAUCAO (PREFEITURA)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRESTIMO SICREDI (PREFEITURA)	0,00	42.978,17	0,00	42.978,17	0,00	0,00
UNIMED (PREFEITURA)	0,00	358.111,48	0,00	358.111,48	0,00	0,00
EMPRESTMO BRADESCO (PREFEITURA)	0,00	415.840,34	0,00	415.840,34	0,00	0,00
VIVA MAIS DOIS PINHEIROS (PREFEITURA)	0,00	9.338,20	0,00	9.338,20	0,00	0,00
I.N.S.S (CAMARA)	0,00	57.563,00	0,00	57.563,00	0,00	0,00
I.R.R.F (CAMARA)	0,00	20.393,56	0,00	20.393,56	0,00	0,00
PREVIPORA (CAMARA)	0,00	19.208,44	0,00	19.208,44	0,00	0,00
SALARIO FAMILIA (CAMARA)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I S S Q N (CAMARA)	0,00	3.156,63	0,00	3.156,63	0,00	0,00
EMPRESTIMO CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA (CAMARA)	0,00	53.099,88	0,00	53.099,88	0,00	0,00
APLICACAO FINANCEIRA (CAMARA)	0,00	1.083,17	0,00	1.083,17	0,00	0,00
EMPRESTIMO CONSIGNADO SICREDI (CAMARA)	0,00	40.061,04	0,00	40.061,04	0,00	0,00
IRRF DEVIDO AO TESOURO NACIONAL (FUNDO)	162,03	0,00	0,00	0,00	0,00	162,03
ISS (FUNDO)	475,11	7.219,56	0,00	7.219,56	0,00	475,11
OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS (FUNDO)	45,00	15,50	0,00	15,50	0,00	45,00
PENSAO ALIMENTICIA (FUNDO)	0,00	3.049,93	0,00	3.049,93	0,00	0,00
RETENCAO RELATIVA A VALE ALIMENTACAO (FUNDO)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSIGNACAO BANCO DO BRASIL (FUNDO)	0,00	20.903,77	0,00	20.903,77	0,00	0,00
CONSIGNACAO BANCO PANAMERICANO (FUNDO)	0,00	1.620,74	0,00	1.620,74	0,00	0,00
IRR FOLHA DE BENEFICIOS (FUNDO)	0,00	16.848,22	0,00	16.848,22	0,00	0,00
DESCONTO UNIMED (FUNDO)	0,00	10.518,85	0,00	10.518,85	0,00	0,00
EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL (FUNDO)	501,22	7.992,92	0,00	7.992,92	0,00	501,22
CONSIGNADO BANCO BRADESCO (FUNDO)	0,00	41.092,05	0,00	41.092,05	0,00	0,00
CONSIGNADO SICREDI (FUNDO)	434,25	13.237,80	0,00	13.237,80	0,00	434,25

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE TABAPORA
ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2018

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
PREVIDENCIA RPPS (FUNDO)	0,00	17.492,21	0,00	17.492,21	0,00	0,00
Subtotal:	2.057,90	3.046.006,26	0,00	3.041.783,26	0,00	6.280,90
Subtotal:	478.850,98	3.720.434,50	0,00	3.186.662,16	99.624,39	912.998,93
TOTAL	478.850,98	3.720.434,50		3.186.662,16	99.624,39	912.998,93
TOTAL GERAL	478.850,98	TOTAL (b+c)	3.720.434,50	TOTAL (d+e)	3.286.286,55	912.998,93

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SETOR CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº00002-ADM-2019 AO CONTRATO Nº 00011/ADM/2018

PUBLICAÇÃO 16/04/2019 ÀS 16hs19min CIRCULAÇÃO 17/04/2019

TERMO ADITIVO Nº 00002/ ADM/ 2019	**O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / BIOMAS SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA – ME /** Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar por mais 12 (doze) meses, a Cláusula Sexta Item 6.1, do prazo da vigência do **Contrato nº011/ADM/2018** (Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROJETO PARA CONTROLE AMBIENTAL PARA FINS DE OBTENÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL, PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA)** passando a vigência de **22.03.2018** à **22.03.2019** para **22.03.2018** à **22.03.2020.** Data da Assinatura 22.03.2019

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ABERT. PP 029-2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019, que fará realizar no dia **02 DE MAIO DE 2019, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço por Lote. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE DIVISÓRIAS, FORROS E VIDROS COM INSTALAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações constantes dos Anexos II e III, do Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **17 de Abril de 2019**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 16 de Abril de 2019. Aguinaldo Vicente Segura - Chefe Departamento de Licitação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TANGARA DA SERRA - EDITAL COMPLEMENTAR 037-2019 CONVOCAÇÃO 97º - ASSISTENTE SOCIAL

EDITAL COMPLEMENTAR 037/2019

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Renato Ribeiro de Gouveia,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para CONVOCAR as candidatas classificados e/ou aprovados no Processo Seletivo nº 003/2017**, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam dia 17/04/2019 as 08h00 na **Secretaria Municipal de Administração** no Departamento de Pessoal, situada na Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, 1º Piso, conforme abaixo relacionados para **lotação;**

Cargo.:	930 -ASSISTENTE SOCIAL - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL						
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Prova de Títulos	Total	Resultado
3	1214	SILVANI MARIA ANGELO DE SOUZA	17/09/1969	20	60	8,00	68,00	Classificado

2. Para entrega de documentos: Dia 17/04/2019 e 18/04/2019 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00.

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) possuir curso de transporte de passageiros (Movimento Operações de Produtor Especiais – MOPE) e Transporte Escolar;

h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2018/Ano - Calendário 2017 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

3. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 15 de abril de 2019

Renato Ribeiro de Gouveia

Prefeito Municipal em exercício

Eude Camargo da Silva Pinto

Secretária Municipal de Assistência Social

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

SETOR CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO RESCISÃO CONTRATUAL Nº 00117/ ADM/2018

PUBLICAÇÃO 16/04/2019 ÀS 15Hrs11min CIRCULAÇÃO 17/04/2019

RESCISÃO CONTRATUAL Nº 00001/ ADM/2019	**O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/CONSTRUSSERRA CONSTRUÇÕES EIRELI - ME/** Fica rescindido o Contrato Administrativo Nº 117/ADM/2019, objeto: CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CME – JUCILEIDE PRAXEDES, conforme planilha orçamentária, cronograma físicofinanceiro, memorial descritivo, projeto básico e demais anexos do edital, consoante as disposições da Lei n.º 8.666/93. Por força da presente rescisão antecipada dar-se-á pelo descumprimento do contrato de que trata a Cláusula Segunda, reservando-se a parte CONTRATANTE no direito de apurar, através da Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo - UPSPA deste município, as falhas perpetradas pela parte da CONTRATADA, indicando as eventuais penalidades e responsabilidades cabíveis.
	Data da Assinatura 29.03.2019.

SETOR CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº00001/ADM/2019 AO CONTRATO Nº 00102/ADM/2018

PUBLICAÇÃO 16/04/2019 ÀS 15hs58min CIRCULAÇÃO 17/04/2019

TERMO ADITIVO Nº 00001/ ADM/ 2019	**O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / O. AZEVEDO MENDES ME /** O presente termo tem por objetivo **ADITIVAR o valor de R$ 29.966,31** (vinte e nove mil, novecentos e sessenta e seis reais e trinta e um centavos) equivalentes a aproximadamente 11,25**%** (onze vírgula vinte e cinco por cento), do valor original do Contrato nº 102/ADM/2018, (Objeto: **EMPREITADA DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, **PARA A REFORMA DA SEDE DO CTA/ SAE**). Data da Assinatura 12.04.2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 014-2019 CONVOCAÇÃO 09º - SMS MEDICO CLINICO GERAL

EDITAL COMPLEMENTAR 014/2019 - PROCESSO SELETIVO N.º 002/2018

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Renato Ribeiro de Gouveia,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos classificados e/ou aprovados no Processo Seletivo nº 002/2018**, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

1.1 Para que compareçam na Secretaria Municipal de Saúde, situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados:

797 -MEDICO CLINICO GERAL LEI 4334								
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	**Acertos**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
9	3071	JOAO CARLOS SILVESTRE VELASCO	04/06/1988	10736185	1780458-2 SSP	27	67,5	Classificado

2. Para entrega de documentos: Dia 16/04/2019 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00 e no dia 17/04/2019 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00.

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) possuir curso de transporte de passageiros (Movimento Operações de Produtor Especiais – MOPE) e Transporte Escolar;

h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2018/Ano - Calendário 2017 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

3. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 15 de Abril de 2019

Renato Ribeiro de Gouveia

Prefeito Municipal em Exercício

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Dienefer Jaqueline M. Feix

Secretária Municipal de Saúde

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2019/SAMAE

INEXIGIBILIDADE Nº. 002/2019/SAMAE

RATIFICO, o Procedimento de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2019/SAMAE**, cujo teor e objeto é a **PARTICIPAÇÃO DO 49º CONGRESSO NACIONAL DE SANEAMENTO DA ASSEMAE, COM TEMA CENTRAL "NOVOS DESAFIOS PARA A GESTÃO DO SANEAMENTO",** no valor de **R$ 25.000,00** (Vinte e Cinco Mil Reais). A participação ao Congresso é de suma importância tanto para o SAMAE, quanto para os servidores, pois oferece uma diversidade de programações e oportunidades para interlocução com especialistas da área de saneamento básico. É importante ressaltar as apresentações de trabalhos técnicos do setor, com informações atualizadas sobre diferentes realidades que dão certo no país. Além disso o Congresso capacita os municípios para melhor gestão dos serviços de saneamento básico, graças a programação de minicursos oferecidos aos participantes. Signatário do Procedimento: **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO-**

ASSEMAE, com sede a **SAUS, QD 05, BLOCO F, ED ASS BRASIL MUNIC, 02 ANDAR PARTE ASA SUL/BRASÍLIA -DF,** inscrita no **CPNJ sob o Nº 20.057.071/0001-38**; Conforme consta dos pareceres da Comissão Permanente de Licitação e Assessoria Jurídica, para que produza os desejados efeitos legais.

Tangará da Serra - MT, 16 de Abril de 2019.

WESLEY LOPES TORRES - Diretor Geral do SAMAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 109/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 109/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: ESPAÇO TERAPEUTICO FEMININO ESTRELA DE DAVI EIRELLI

OBJETO: CLINICA ESPECIALIZADA EM INTERNAÇÃO E REABILITAÇÃO PARA PACIENTE EM RAZÃO DE EXTREMA URGÊNCIA E GRAVIDADE DA SITUAÇÃO DE SAÚDE DO ASSISTIDO.

VALOR: R$ 7.000,00

VIGÊNCIA: 10/04/2018 ATE 15/09/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 464

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 110/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 110/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: EVILLINN POLIANA GOMES 04191348167

OBJETO: SERVIÇOSDE BORRACHARIA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTO EM CÂMERAS DE AR E PNEUS, PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE - MT .

VALOR: R$ 27.450,48

VIGÊNCIA: 16/04/2018 ATE 31/12/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 074/186/272/347/464

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

AVISO DE RESULTADO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2019

AVISO DE RESULTADO
DISPENSA DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Tesouro, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna pública, que após a análise e julgamento do Processo de Dispensa de Licitação 02/2019, **Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica Especializada para Prestação de Serviços de Elaboração de projeto executivo de engenharia para construção da ponte de concreto pré-moldado, protendido sobre o rio batovi, na rodovia MT 110, trecho, Tesouro-Batovi, com extensão de 50.00 metros e largura de 8.00 metros, constituído de estudos topográfico, estudo hidrológicos, estudo geotécnicos e projeto estrutural**; *obedecendo às normas e regulamentos da lei 8666/93 e outras, para atender as necessidades administrativa,* conforme Termo de Referencia, devidamente homologado pelo Senhor Prefeito Municipal, declara que **sagrou-se vencedora do respectivo processo** a Empresa: FCK ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ 11.422.746/0001-00, com o valor total de R$ 74.600,00 (Setenta e Quatro Mil, Seiscentos Reais).

AFIXE-SE

PUBLIQUE-SE.

Tesouro – MT 16 de abril de 2019.

_____

CHARLA A. TALON DE MORAES

PRESIDENTE DA CPL

_____

ODAIR SANTANA COSTA

SECRETARIO DA CPL

_____

DOMINGOS REIS PERES DE MORAES

MEMBRO

_____

ANTONIO LEITE BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PORTARIA Nº 062/2019

Dispõe sobre nova prorrogação da licença para tratamento de saúde da servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 100, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando o teor da Ação Previdenciária protocolada em 18/junho/2018 junto ao Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Sinop-MT;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida licença para tratamento de saúde à servidora efetiva Sra. MARIA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES CARLOS, ocupante do cargo de *Zeladora*,vinculada à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, portadora do RG nº 1989437-6 SSP/MT e CPF nº 007.534.661-39, pelo período de 01 de abril de 2018 até 03 de junho de 2019, sem prejuízo da remuneração, mediante auxílio-doença a cargo do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 01 de abril de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 065/2019

Dispõe sobre conversão em abono pecuniário, de 10 (dez) dias de férias do servidor que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observan-

do o disposto no art. 71, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); e

Considerando o teor do Requerimento subscrito pelo servidor abaixo identificado;

R E S O L V E:

Art. 1º - Por força desta Portaria fica convertida em abono pecuniário, uma parcela de 10 (dez) dias das férias a que faz jus o servidor CESAR ITAMAR SARINHO GUERGOLETI, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Departamento de Licitação e Contratos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo Único – As férias mencionadas no *caput* são referentes ao período aquisitivo de 19 de abril de 2018 a 19 de abril de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 10 de abril de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 063/2019

Concede Licença Prêmio ao servidor que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; observando o disposto no art. 126, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); e

Considerando o teor do requerimento subscrito pelo servidor abaixo identificado;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio por assiduidade ao servidor efetivo ANTONIO REIS MENDES – *Inspetor de Alunos,* matricula nº 1170, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portador do RG nº 687. 419 SSP/PI e CPF nº 761.433.091-91, por um período de 60 (sessenta) dias, de 01 de Abril de 2019 até 31 de Maio de 2019, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - A licença prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2013 a 01 de fevereiro de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 01 de abril de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 066/2019

Dispõe sobre conversão em abono pecuniário, de 10 (dez) dias de férias do servidor que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto no art. 71, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); e

Considerando o teor do Requerimento subscrito pelo servidor abaixo identificado;

R E S O L V E:

Art. 1º - Por força desta Portaria fica convertida em abono pecuniário, uma parcela de 10 (dez) dias das férias a que faz jus o servidor RODRIGO DOS SANTOS CRUZ, matricula 1328, ocupante do cargo de efetivo de Agente de Combate as Endemias, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único – As férias mencionadas no *caput* são referentes ao período aquisitivo de 19 de Fevereiro de 2017 a 18 de Fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 10 de abril de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 064/2019

Revoga na íntegra a Portaria nº 060/2019 e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul, e considerando razões de conveniência administrativa;

R E S O L V E:

Art. 1º - Por força desta Portaria, fica revogada na íntegra a Portaria nº 060/2019, de 29 de março de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 01 de abril de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N º. 13/2019.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o **MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT,** devidamente qualificado no Contrato Originário, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **GERALDO MARTINS DA SILVA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 0673675-0, SSP/MT e do CPF nº. 458.527.236-49, residente e domiciliado residente, nesta cidade de Vale de São Domingos, e a Senhora JESSICA KARLLA DE OLIVEIRA brasileira, estabelecida na CHACARA SÃO DOMINGOS, ZONA RURAL, CEP: 78.253-000, na cidade de VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, portador do RG nº. 1861284-8, SSP-MT e CPF nº 045.706.681-43, igualmente qualificado no instrumento de contrato Originário, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem aditiva o contrato em epígrafe, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA – O presente termo Aditivo tem o suporte legal na clausula nona – do prazo do Contrato, e pelo que dispõe o artigo 57, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – Amparado no Item 9.3 da Cláusula Nona do Contrato Originário passará a viger com a seguinte redação:

"CLAUSULA DÉCIMA – DA VIGENCIA DO CONTRATO – O prazo do referido Contrato será prorrogado para o dia 16 de Julho de 2019".

CLÁUSULA TERCEIRA – O valor do ADITIVO do Contrato é de R$ 11. 230,68 (*Onze Mil, Duzentos e Trinta Reais e Sessenta e Oito Centavos*), sedo pago em 3 parcelas iguais de R$ 3.743,56 (Três Mil, Setecentos e Quarenta e Três Reais e Cinquenta e Seis Centavos).

CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas e condições estabelecidas pelo Contrato de nº. 13/2019, que não foram alterados pelo presente Aditivo Contratual, permanecem inalteradas e em plena vigência.

E, por estarem, certas justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento de Aditivo Contratual, em 03 vias de igual teor, valor e forma, para que passe a surtir efeitos jurídicos e legais.

Vale de São Domingos/MT, 15 de Abril de 2019.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

_____

JESSICA KARLLA DE OLIVIERA

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **CICIANNI BERNARDO VIANA**, RG n° 16995805 - SS/MT aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Médico – Perfil Clínico Geral,** em 87°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 06/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/02/2019 a 08/03/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **CICIANNI BERNARDO VIANA** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) CICIANNI BERNARDO VIANA, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) - **DANIELLE DA SILVA NETO**, RG n° 21948488 - SSP/MT aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Médico – Perfil Clínico Geral,** em 90°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 06/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/02/2019 a 08/03/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **DANIELLE DA SILVA NETO** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) DANIELLE DA SILVA NETO, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **EDVALDO AMORIM DE SOUSA, RG n° 186889 - SSP/AC** aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Médico – Perfil Ginecologista,** em 05°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 06/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/02/2019 a 08/03/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **EDVALDO AMORIM DE SOUSA** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) EDVALDO AMORIM DE SOUSA, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **FERNANDO HENRIQUE BARANHUK RABELLO DE MELLO**, RG n° 15850927 - SSP/MT aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Médico – Perfil Clínico Geral,** em 80°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 06/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/02/2019 a 08/03/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **FERNANDO HENRIQUE BARANHUK RABELLO DE MELLO** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) FERNANDO HENRIQUE BARANHUK RABELLO DE MELLO, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **GUILHERME BUOGO GATTAS**, RG n° 13720830 - SSPMT/MT aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Médico – Perfil Clínico Geral,** em 85°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 06/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/02/2019 a 08/03/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **GUILHERME BUOGO GATTAS** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) GUILHERME BUOGO GATTAS, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **JULIA TEOFILO PIGNATI**, RG n° 21266662 - SSP/MT aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Médico – Perfil Clínico Geral,** em 91°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 06/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/02/2019 a 08/03/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **JULIA TEOFILO PIGNATI** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) JULIA TEOFILO PIGNATI, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **JULIANA MARTINS DE ALMEIDA SILVA**, RG n° 00173220783 - DETRAN/MT aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Médico – Perfil Clínico Geral,** em 86°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 06/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/02/2019 a 08/03/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **JULIANA MARTINS DE ALMEIDA SILVA** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) JULIANA MARTINS DE ALMEIDA SILVA, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **LUAN GEOVANI MOREIRA CARVALHO**, RG n° 7067639 - PC/PA aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Agente Técnico do SUS – Perfil Técnico em Enfermagem,** em 71°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 06/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/02/2019 a 08/03/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **LUAN GEOVANI MOREIRA CARVALHO** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) LUAN GEOVANI MOREIRA CARVALHO, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **LÚCIO FONSECA MOREIRA, RG n° 18114873 - SSP/MT** aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Agente de Saúde Municipal – Perfil Agente Administrativo - PCD,** em 06°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 06/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/02/2019 a 08/03/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **LÚCIO FONSECA MOREIRA** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) LÚCIO FONSECA MOREIRA, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **MARA ALINE ZORZI DE MELO**, RG n° 20109016 - SSP/MT aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Agente Técnico do SUS – Perfil Técnico em Enfermagem,** em 70°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 06/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/02/2019 a 08/03/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **MARA ALINE ZORZI DE MELO** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) MARA ALINE ZORZI DE MELO, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **MARCO AURELIO DE OLIVEIRA MENDONÇA, RG n° 27251330 - SSP/MT** aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Médico – Perfil Psiquiatra,** em 11°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 06/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/02/2019 a 08/03/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **MARCO AURELIO DE OLIVEIRA MENDONÇA** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) MARCO AURELIO DE OLIVEIRA MENDONÇA, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **NILSE GOSSLER**, RG n° 936387 - SSP/MT aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Agente de Saúde Municipal – Perfil Agente Administrativo,** em 48°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 06/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/02/2019 a 08/03/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **NILSE GOSSLER** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) NILSE GOSSLER, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **OSMAR RAMOS PACHECO**, RG n° 732096 - SSP/MT aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Agente Técnico do SUS – Perfil Técnico em Enfermagem,** em 69°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 06/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/02/2019 a 08/03/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **OSMAR RAMOS PACHECO** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) OSMAR RAMOS PACHECO, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **RENATO MARCIO SOUZA BONAFIM, RG n° - 25833405 - SSP/MT** aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Médico – Perfil Clínico Geral,** em 84°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 06/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/02/2019 a 08/03/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **RENATO MARCIO SOUZA BONAFIM** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) RENATO MARCIO SOUZA BONAFIM, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **SIDINEI CELESTINO DA SILVA**, RG n° 16177673 - SSP/MT/MT aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Agente Técnico do SUS – Perfil Técnico em Laboratório,** em 14°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 06/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/02/2019 a 08/03/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **SIDI-**

NEI CELESTINO DA SILVA não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) SIDINEI CELESTINO DA SILVA, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **VANESSA MARIANO**, RG n° 18588247 - SSP/MT aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Médico – Perfil Clínico Geral,** em 78°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 06/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/02/2019 a 08/03/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **VANESSA MARIANO** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) VANESSA MARIANO, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE RESCISÃO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO

CONTRATO Nº	SERVIDOR	INICIO	RESCISÃO	MOTIVO	CARGOS	FINALIDADE DO CONTRATO	AMPARO LEGAL DECRETO
2155	MANOEL IVO DIAS DE OLIVEIRA	29/11/2016	01/04/2019	TÉRMINO DE CONTRATO	OPERADOR DE SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

VÁRZEA GRANDE,16 DE ABRIL DE 2019.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

Diretor Presidente DAE/VG.

ATO N° 248/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR a pedido o candidato abaixo relacionados, no cargo de provimento efetivo para o qual foi aprovado:

CARGO: PROFESSOR

PERFIL: NÍVEL SUPERIOR PARA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

NÍVEL: SUPERIOR

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
126	MONICA DE SOUZA MENDONÇA	38287196 - SEDS/AL	APROVADO	126

Art. 2° - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 15/04/2019.

Várzea Grande-MT, 16 de abril de 2019.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO N° 245/2019

A Prefeita Municipal de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a realização do Concurso Público Municipal para o preenchimento de cargos de provimento efetivo, conforme Edital de Abertura do Concurso Público nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS e do Edital

de Homologação do resultado final do Concurso Público, de 02 de abril de 2018, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – MT,

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR a pedido o candidato abaixo relacionado, no cargo de provimento efetivo para o qual foi aprovado:

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO DO SUS

PERFIL: FARMACÊUTICO

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
4	34351	JÁLLISSON JONES LOPES TEIXEIRA	2398006-0 - SSP/MT	APROVADO

Art. 2° - Com efeitos financeiros a partir de 15/04/2019.

CARGO: MÉDICO

PERFIL: CIRURGIÃO GERAL

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	GABRIEL MAGALHÃES PEREIRA DE RESENDE	15560929 - SSP/MT	APROVADO

Art. 3° - Com efeitos financeiros a partir de 04/04/2019.

Várzea Grande-MT, 16 de abril de 2019.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 406/2019

A Prefeita Municipal de Várzea Grande e o Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Interromper a Licença para o exercício de Mandato Eletivo sem Ônus (02/02/2019 a 02/02/2023) concedido Conceder ao servidor **GUILHERME ANTONIO MALUF**, Matrícula n° 18803, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de **Médico Cirurgião**, a partir de 01/03/2019**.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande-MT, 1° de março de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

ATO Nº. 250/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido o servidor GUILHERME ANTONIO MALUF, matrícula n° 18803, do cargo em concurso de Médico Cirurgião, da Secretaria Municipal de Saúde, com efeito, a partir de 1° de março de 2019.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 1° de março de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 409 /2019

O Superintende de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1º da Portaria Interna nº 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

Resolve

Retificar a Portaria nº **058/2017** que concedeu a servidora **JUCINEIA APARECIDA BOAVENTURA**, matrícula n° 25168, Efetiva, exercendo o cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer onde a Secretaria Municipal de Administração concedeu **Readaptação Permanente** a partir de **14.02.2014.**

Conforme a Portaria Nº **058/2017,** publicada noJornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM**,** no dia 08.02.2017, página 650.

Onde se lê: data**: 14.02.2014.**

Leia-se : data: **14.02.2012.**

Paço Municipal "Couto Magalhães" Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 16 de Abril de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintende de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 410/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Abril/Maio/2019**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

PROCURADORIA GERAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
113427	FABRINE CEZARETTI RODRIGUES DO NASCIMENTO	Comissão	**2018/2019**	16.05.19 a 24.05.19 (09 dias)
110526	IDALINA BASAGLIA RODRIGUES DE MORAES	Comissão	**2017/2018**	15.04.19 a 29.04.19 (15 dias)
109140	KASSIA RABELO SILVA	Comissão	**2017/2018**	15.04.19 a 18.04.19 (04 dias)
39744	RENATA MONTEIRO DA SILVA GALLO	Efetivo	**2015/2016**	06.05.19 a 10.05.19 (05 dias)

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 16 de Abril de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 412/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Maio a Julho/ 2019,** de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande,

Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
768	ADRIANA CRISTINA CARRETO PARDAL	Efetivo	**2018/2019**	02.05.19 a 31.05.19 (30 dias)
95811	ALINE REBOLLA	Efetivo	**2016/2017**	02.05.19 a 16.05.19 (15 dias)
95811	ALINE REBOLLA	Efetivo	**2017/2018**	17.05.19 a 31.05.19 (15 dias)
5220	AVANIL MARIA DE CAMPOS	Efetivo	**2017/2018**	02.05.19 a 31.05.19 (30 dias)
5618	BENEDITA RITA DE ARAUJO OLIVEIRA	Efetivo	**2017/2018**	02.05.19 a 31.05.19 (30 dias)
9494	CYNTHIA CASTILHO MORENO	Efetivo	**2011/2012**	02.05.19 a 31.05.19 (30 dias)
84904	DEBORA BRANDÃO DE OLIVEIRA SOUZA	Efetivo	**2015/2016**	01.05.19 a 30.05.19 (30 dias)
84904	DEBORA BRANDÃO DE OLIVEIRA SOUZA	Efetivo	**2016/2017**	31.05.19 a 29.06.19 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 16 de Abril de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. 08/2019 - MENOR PREÇO/EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Processo n.585404/2019.Objeto: Seleção e contratação de empresa de engenharia para execução da obra de Reforma da EMEB “Abdala José de Almeida”, localizada na Quadra 32, S/n°, Bairro: São Mateus no Município de Várzea Grande/MT, atendendo aos critérios do padrão SMECEL/VG, com intervenção em área aproximada de 5.023,00m², contemplando os serviços de demolição, elevação de alvenaria, pintura interna e externa, revestimento cerâmico, substituição de forros, instalações hidráulicas e elétricas, substituição e pintura de esquadrias metálicas, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, de acordo com as especificações descritas neste termo e seus anexos. A realização está prevista para o **dia 09 de maio de 2019, às 14h30min** (horário local). O Edital completo está à disposição dos interessados na Superintendência de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, a ser disponibilizado através de mídia digital ou outro dispositivo que permita a gravação de arquivos ou gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 16 de abril de 2019. **Silvio Aparecido Fidelis -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **LEIDIANE CLÉYA PEREIRA BORGES, RG n° 20097751 - SSP/MT** aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Profissional de Nível Superior do SUS – Perfil Enfermeiro,** em 113°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 06/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/02/2019 a 08/03/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **LEIDIANE CLÉYA PEREIRA BORGES** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) LEIDIANE CLÉYA PEREIRA BORGES, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

AVISO DE SUSPENSÃOPREGÃO ELETRONICO Nº. 19/2019

Processo n.576659/2019. Objeto:Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de gasolina comum, etanol comum, óleo diesel comum, e óleo diesel S-10 e Agente Redutor Líquido – ARLA 32, de forma fracionada, por meio de cartão magnético ou micro processados, através de sua rede de postos credenciados, com implantação e operação de sistema integrado de gestão de consumo de combustíveis, sem taxa de administração, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande /MT, com previsão de realização de sua sessão em **16 de abril 2019, às 10h00min** (horário de Brasília) Fica **SUSPENSO**. O motivo determinante da sua suspensão decorre da decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), que acatou a proposta de Representação de Natureza Externa, com pedido de Medida Cautelar, em desfavor da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, em razão de **SUPOSTAS** irregularidades no Edital do Pregão Eletrônico 19/2019. Declaro o referido procedimento licitatório SUSPENSO. O presente documento encontra-se disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 16 de Abril de 2019. **Carlino Agostinho –** Pregoeiro.

DECRETO Nº 22 DE 11 DE ABRIL DE 2.019.

Dispõe sobre a prorrogação dos efeitos do Decreto Municipal n.º 43/2.017, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 69, inciso VI.

DECRETA:

Art. 1° Ficam prorrogados os efeitos do Decreto Municipal n.º 43/2.017 até 31 de Dezembro de 2.020.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 11 de Abril de 2.019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 23 DE 11 DE ABRIL DE 2.019.

Nomeia os novos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal de Várzea Grande, através do artigo 69, inciso VI;

CONSIDERANDOa Lei Municipal n.º 4.095/2.015 que criou a Lei de Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; e

CONSIDERANDO que foi instituído o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, como órgão deliberativo, controlador

e fiscalizador das ações da política municipal de atendimento à criança e ao adolescente, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os novos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com mandato até a data de 19/02/2.020:

I – Representante do Governo Municipal

Secretaria Municipal de Educação		
1	Flávia Lúcia Figueiredo e Silva	Titular
	Nelma de Oliveira Neres	Suplente
2	Luz Marina Coelho	Titular
	Noemi Almeida de Assis Crépin	Suplente
Secretaria Municipal de Educação - Coordenadoria de Cultura		
3	Maria Alice de Barros Silva	**Titular**
	Conceição Evangelina de Barros Marques	Suplente
Secretaria Municipal de Educação - Coordenadoria de Esporte		
4	Ana Maria Barros Cesar	**Titular**
	Elana Catarina Monteiro Mayer	Suplente
Secretaria Municipal de Assistência Social		
5	Katlin Oliveira Calmon	**Titular**
	Jovanil Flores da Silva	Suplente
6	Fatima Pitanga	**Titular**
	Vanessa Cristiane Cáceres Navarro	Suplente
Secretaria Municipal de Administração		
7	Danielle Cristina Lorenzon	**Titular**
	Marcos Rodrigues da Silva	Suplente
Secretaria Municipal de Saúde		
8	Guilherme Henrique Silva Fernandes	**Titular**
	Raquel Gonçalves Sampaio Picolo	Suplente
9	Juselly Carmem de Lima	**Titular**
	Karinny Luzia Schraibre	Suplente
Secretaria Municipal de Gestão Fazendária		
10	João Paulo Alves de Araújo	**Titular**
	Vidal de Araújo Bastos	Suplente

II – Representantes da Sociedade Civil Organizada

1.	Associação Ecológica e Centro de Equoterapia Nativo **Sirlei Araújo de Faria Silva**	Titular
	Associação Ecológica e Centro de Equoterapia Nativo **Eliane Faria Duenhas**	Suplente
2.	Fundação Nova Suíça **Douglas Ferreira de Souza**	Titular
	Fundação Nova Suíça **Neuza Zandonato de Souza Faiad**	Suplente
3.	Associação Beneficente Vida Nova **Isis Katia Novaes Hauer**	Titular
	Associação Cristo Rei **José Roberto Feitosa**	Suplente
4.	Instituto Educacional Luz do Amanhã **Diane Maria de Almeida**	Titular
	Associação Centro Educacional de Apoio a Família **Benta Maria de Campos**	Suplente
5.	Associação Várzeagrandense Madre Tereza de Calcutá **Maisa Santos Coutinho**	Titular
	Associação Cáritas **Ana Conceição Elias e Silva**	Suplente
6.	Associação Caminhando Para Mais Um Sonho – ACAMIS **Antonina Cajango de Oliveira**	Titular
	Associação das Manifestações Folclóricas de Mato Grosso **Celi Minas Novas**	Suplente
7.	Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Várzea Grande **Ingrid de Souza Eickhoff**	Titular
	Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Várzea Grande **Flávia Petersen Moretti**	Suplente
8.	Rotary Clube Portal do Norte **Donizete Franco Correa**	Titular
	Rotary Clube Portal do Norte **Jidalto Schneider da Costa**	Suplente
9.	Associação AMPARA **Lindacir Rocha Bernardon**	Titular
	Associação AMPARA **Claudete Pinheiro da Silva Martins**	Suplente
10.	Associação Civil Social ABAIUC	Titular
	José Dias de Souza	
	Associação Civil Social ABAIUC **Luciana Dias de Souza**	Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, em Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, 11 de Abril de 2.019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 24 DE 11 DE ABRIL DE 2.019.

Ficamnomeados os novos membros do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD-VG, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal de Várzea Grande, através do artigo 69, inciso VI;

CONSIDERANDOa Lei Municipal n.º 4.389/2.018que criou o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD-VG; e

CONSIDERANDO que o CMDPD-VGtem a finalidade precípua de promover e assegurar à pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos quanto ao acesso às políticas públicas de educação, saúde, trabalho, desporto, turismo, lazer, previdência social, assistência social, transporte, edificação pública, habitação, cultura, entre outras que decorrentes da Constituição Federal e das demais leis vigentes, propiciem bem estar pessoal social e econômico à pessoa com deficiência.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os novos membros do o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD-VG:

I – Representante do Governo Municipal

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer		
1	Sirlene Aparecida de Freitas	Titular
	Giordany Aparecida Godoy Campos	Suplente
Secretaria Municipal de Assistência Social		
2	Ana Carolina Soares de Sousa	**Titular**
	Dulcelina Socorro Firmino de Lima Silva	Suplente
Secretaria Municipal de Saúde		
3	Dante Martins Miraglia Lima	**Titular**
	Giani Ribeiro de Morais	Suplente
Secretaria Municipal de Gestão Fazendária		
4	José Fabrício da Silva Nascimento	**Titular**
	João Paulo Alves de Araújo	Suplente
Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade urbana		
5	Wagner Carlos da Silva	**Titular**
	Antônio Santos de Moraes	Suplente

II – Representantes da Sociedade Civil Organizada

1.	Associação Ecológica e Centro de Equoterapia Nativo **Sirlei Araújo de Faria Silva**	Titular
	Centro Equestre de Equoterapia de Várzea Grande **José Eduardo Mattos Ribeiro**	Suplente
2.	Associação Varzeagrandense dos Deficientes Físicos **Diney Ribeiro Campos**	Titular
	Pastoral da Criança **Tereza Luiz Rodrigues**	Suplente
3.	Fraternidade Cristã das Pessoas com Deficiência **Tadeu Bezerra Gomes da Silva**	Titular
	Associação Pestalozzi de Várzea Grande **Jailson Batista Latorraca Ferreira**	Suplente
4.	Instituto Educacional Luz do Amanhã **Diane Maria de Almeida**	Titular
	Centro Educacional de Apoio a Família **Leandro Fábio Momente**	Suplente
5.	Associação dos Surdos de Várzea Grande **Luiz Dinarti Faria**	Titular

	Instituto Educacional Luz do Amanhã **Diane Maria de Almeida Mendes**	Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, em Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, 11 de Abril de 2.019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

EXTRATO CONTRATO DE FINANCIAMENTO N. 0519.580

PARTES INTERESSADAS: Caixa Econômica Federal, inscrita no CNPJ n. 00.360.305/0001-04 e o Município de Várzea Grande - MT, através de sua Prefeitura, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentado no art. 32 da Lei Complementar n. 101/2000, por meio do Ofício n. 477/2019/COPEM/SURIN/STN-ME; na autorização legislativa para contratação de operação de crédito, através da Lei n. 4.408, de 31 de outubro de 2018; nos limites estabelecidos na Resolução BACEN n. 4.589/2017. OBJETO: A Caixa concede ao Tomador o financiamento, proveniente de recursos ordinários da Caixa, com a finalidade única e exclusiva de financiar as despesas capital previstas na legislação orçamentária do ano de 2018 e dos exercícios financeiros subsequentes e suas suplementações, bem como no PAF. VALOR GLOBAL: Atribui-se ao financiamento o valor de R$ 80.000.000,00 (Oitenta milhões de reais)**.** VIGÊNCIA: O prazo total deste contrato é de 120 (cento e vinte) meses, compostos por um período de carência de 24 (vinte e quatro) meses, e um período de amortização de 96 (noventa e seis) meses. DA FISCALIZAÇÃO: O tomador declara que está expressamente ciente e autoriza a Caixa, de forma irrevogável e irretratável, a prestar informações no âmbito do presente Contrato, ciente de que a Caixa poderá encaminhá-las aos órgãos de fiscalização.

DATA DE ASSINATURA: 27.03.2019.

MOACYR DO ESPÍRITO SANTO

Caixa Econômica Federal

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita do Município de Várzea Grande - MT

Tomador

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019.

Processo nº 574063/2019. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para a execução dos serviços implantação e manutenção de sistema de iluminação, com emprego de tecnologia à leds e gestão de inventario do parque de iluminação pública do Município de Várzea Grande MT, compreendendo o fornecimento de mão de obra técnica, materiais, sistemas informatizados, insumos e veículos com equipamentos apropriados para o desenvolvimento das atividades. O certame foi **ADJUDICADO E HOMOLOGADO** em **08/04/2019**, sagrando vencedora a empresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 34/2019

Validade: 12 (doze) meses.

LOTE ÚNICO

CONSÓRCIO VG LUZ
CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA - CNPJ n.º 03.076.083/0001-90
CAMILA RONDON CORREA DA COSTA SGUAREZI – EPP - CNPJ n.º 29.073.051/0001-25

Item	Discrição do Produto	Unid. Medida	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
01	ALCA - DE ACO, COM FORMATO DE PRE FORMADA, PARA SER UTILIZADA EM REDE ELETRICA, COM ESPESSURA DE 2 AWG (SERVIÇO). **MARCA: PLP**	UNIDADE	800	R$ 2,12	R$ 1.696,00
02	ALCA - DE ACO, COM FORMATO DE PRE FORMADA, PARA SER UTILIZADA EM REDE ELETRICA, COM SECAO MENSAGEIRO 25 MM, INTERVALO DE DIAMETRO DE APLICACAO MINIMA 8,70MM MAXIMA DE 9,70 MM, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 380 MM (DISTRIBUIÇÃO). **MARCA: PLP**	UNIDADE	300	R$ 0,78	R$ 234,00
03	ARAME - LISO GALVANIZADO, NUMERO 12**. MARCA: LAUD**	KG	150	R$ 3,77	R$ 565,50
04	ARMACAO SECUNDARIA - DO TIPO AR 11, PESADA, EM ACO LAMINADO FORJADO GAVANIZADO A QUENTE, PESO LIQUIDO DE 0,2200 KG, PESO BRUTO 0,2200 KG, METRAGEM 0,002300 M³. **MARCA: ROMAGNOLE**	UNIDADE	600	R$ 2,12	R$ 1.272,00
05	ARRUELAS - DE ACO GALVANIZADO, DO TIPO QUADRADA, MEDINDO 38 X 38 X 3 MM - 18 MM (PARA REDE ELETRICA). **MARCA: OLIVO**	UNIDADE	2.000	R$ 0,12	R$ 240,00
06	BASE PARA RELE FOTOELETRICO - EM PVC, DE 1000 WATTS. **MARCA: STIELETRONICA**	UNIDADE	15.000	R$ 2,28	R$ 34.200,00
07	BRACO PARA SUPORTE DE LUMINARIA - PARA USO EM POSTE DE ILUMINACAO, DE FERRO GALVANIZADO, COM COMPRIMENTO DE 3 METROS. **MARCA: ELETROTUBOS**	UNIDADE	1.850	R$ 47,70	R$ 88.245,00
08	BRACO PARA SUPORTE DE LUMINARIA - PARA USO EM PAREDE OU POSTE, DE FERRO, COM COMPRIMENTO DE 1,5 METRO, COM ANGULO DE PROJECAO DE 10 GRAUS, COM DIAMETRO DE 3/4¨, ACOMPANHA CALHA DE FERRO E 2 SOQUETES. **MARCA: BIMETAL**	UNIDADE	150	R$ 9,62	R$ 1.443,00
09	BRACO PARA SUPORTE DE LUMINARIA - PARA USO EM PAREDE OU POSTE, DE FERRO, COM COMPRIMENTO DE 2,00 METRO, COM ANGULO DE PROJECAO DE 10 GRAUS, COM DIAMETRO DE 3/4¨, ACOMPANHA CALHA DE FERRO E 1 SOQUETES. **MARCA: BIMETAL**	UNIDADE	750	R$ 6,96	R$ 5.220,00
10	BRACO PARA SUPORTE DE LUMINARIA - PARA USO EM POSTE DE ILUMINACAO PUBLICA, DE FERRO GALVANIZADO, COM COMPRIMENTO DE 1,5M, COM ANGULO DE PROJECAO DE RETO, COM DIAMETRO DE 3/4 DE POLEGADA. **MARCA: BIMETAL**	UNIDADE	850	R$ 4,37	R$ 3.714,50
11	BRAÇO TIPO C PARA REDE COMPACTA 15KV. **MARCA: OLIVO**	UNIDADE	20	R$ 35,49	R$ 709,80
12	BRAÇO TIPO L COM PRENSA PARA CORDOALHA DA REDE COMPACTA 15KV. **MARCA: OLIVO**	UNIDADE	40	R$ 17,24	R$ 689,60
13	CABO DE ACO - DE ACO GALVANIZADO, 6,4MM. **MARCA: INTELLI**	METRO	750	R$ 0,82	R$ 615,00
14	CABO DE ALUMÍNIO NÚ 2 CAA AWG SPARROW PARA REDE ENERGIA – (0,1359KG/M). **MARCA: CORDEIRO**	METRO	500	R$ 0,84	R$ 420,00
15	CABO ELETRICO - DE COBRE,10 MM2, FLEXIVEL, COM CAPA EM EPR OU XLPE ANTI-CHAMA,0,6/1 KV, NA COR PRETA. **MARCA: CORDEIRO**	METRO	5.000	R$ 3,40	R$ 17.000,00
16	CABO ELETRICO - DE COBRE (1 CONDUTOR), SECAO DE 70 MM2, CAPA EM PVC, CLASSE 2, TENSAO DE ISOLAMENTO DE 0,6 A 1KV, TEMPERA MOLE, COR PRETA. **MARCA: CORDEIRO**	METRO	1.500	R$ 10,08	R$ 15.120,00
17	CABO ELETRICO - CABO ISOLADO EM PVC SECAO 2,5 MM2 - 750 V - 70 C,2,5 MM2, EM PVC, TENSAO DE ISOALMENTO 750 V - 70 C, ISOLADO. **MARCA: CORDEIRO**	METRO	20.000	R$ 0,79	R$ 15.800,00

18	CABO ELETRICO - DE COBRE, N° 35 MM², TERMOPLASTICA ANTI-CHAMA, TENSAO DE ISOLAMENTO 1 KV. **MARCA: CORDEIRO**	METRO	3.500	R$ 5,11	R$ 17.885,00
19	CABO ELETRICO - DE COBRE, COM AREA DE SECAO DE 1,5 MM2, CAPA TERMOPLASTICA ANTI-CHAMA, TENSAO DE ISOLAMENTO 750 V, CABO TIPO FLEXIVEL, NA COR PRETA. **MARCA: CORDEIRO**	METRO	20.000	R$ 0,51	R$ 10.200,00
20	CABO ELETRICO - DE COBRE, COM 4 MM2 <SECAO NOMINAL>, CAPA TERMOPLASTICA ANTI-CHAMA, TENSAO DE ISOLAMENTO DE 450/750 V, CABO TIPO FLEXIVEL. **MARCA: CORDEIRO**	METRO	3.000	R$ 1,13	R$ 3.390,00
21	CABO DE ALUMINIO - MULTIPLEXADO 4 X 16 MM. METRO. **MARCA: COPPERFIO**	METRO	12.000	R$ 3,43	R$ 41.160,00
22	CABO DE ALUMINIO - MULTIPLEXADO 4 X 25MM². **MARCA: COPPERFIO**	METRO	10.000	R$ 5,11	R$ 51.100,00
23	CABO DE ALUMINIO - CABO DE ALUMINIO, ISOLAMENTO 1KV, MULTIPLEXADO TIPO QUADRIPLEX, 3 X 35 MM + 35 MM, COM CERTIFICACAO DO IMETRO, COR A ESCOLHA DO SOLICITANTE. **MARCA: COPPERFIO**	METRO	8.000	R$ 9,19	R$ 73.520,00
24	CABO DE ALUMINIO - MULTIPLEXADO 4 X 70MM². **MARCA: COPPERFIO**	METRO	45.000	R$ 7,15	R$ 321.750,00
25	CABO MULTIP. QUADRIPLEX 10MM2 ALUM. (XLPE) S/ALMA DE AÇO PARA REDE ENERGIA. **MARCA: COPPERFIO**	METRO	15.000	R$ 2,79	R$ 41.850,00
26	CABO DE ALUMINIO - MULTIPLEXADO 3 X 10 MM. **MARCA: COPPERFIO**	METRO	15.000	R$ 1,79	R$ 26.850,00
27	CABO MULTIP. TRIPLEX 16MM2 ALUM. (XLPE) S/ALMA DE AÇO PARA REDE ENERGIA. **MARCA: COPPERFIO**	METRO	30.000	R$ 2,38	R$ 71.400,00
28	CABO ELETRICO - DE COBRE, COM ESPESSURA DE 2 X 1,5 MM2, PLASTICA ANTI-CHAMA, TENSAO DE ISOLAMENTO DE 450/750 V, TIPO (PP), NA COR PRETA. **MARCA: CORDEIRO**	METRO	15.000	R$ 1,36	R$ 20.400,00
29	CABO ELETRICO - COBRE COM 03 CONDUTORES, 2,5 MM, TIPO PP, COM CAPA DE ISOLAMENTO, 450/750V. **MARCA: CORDEIRO**	METRO	800	R$ 1,14	R$ 912,00
30	CABO ELETRICO - DE COBRE,50 MM, CAPA PLASTICA ANTI-CHAMA, TENSAO DE ISOLAMENTO DE 1 KV, CABO TIPO, FLEXIVEL, NA COR PRETA.**MARCA:CORDEIRO**	METRO	1.800	R$ 7,25	R$ 13.050,00
31	CAPA PROTETORA PARA CONECTOR CUNHA 15KV PARA REDE ENERGIA. **MARCA: INTELLI**	UNIDADE	81	R$ 8,42	R$ 682,02
32	CAPACITOR 250W P/ REATOR SÓDIO/METÁLICO ALTA PRESSÃO BIVOLT 127/220V - BFP 30µF. **MARCA: DEMAPE**	UNIDADE	100	R$ 4,57	R$ 457,00
33	CAPACITOR - 8 UF,400W, BIVOLT, ELETROLITICO. (PARA REATOR MÉTALICO/SÓDIO). **MARCA: DEMAPE**	UNIDADE	100	R$ 4,00	R$ 400,00
34	CHAVE - TIPO MATHEUS DE 15 KV, CORTA-CIRCUITO, PARA REDE DE ENERGIA ELETRICA DE 300 A. **MARCA: MAURIZIO**	UNIDADE	150	R$ 82,92	R$ 12.438,00
35	CHAVE MAGNETICA - CHAVE BLINDADE METALICA, LIGAR E DESLIGAR MOTOR, 60 AMPERES X600 VOLTS. **MARCA: JD LIMA**	UNIDADE	100	R$ 249,87	R$ 24.987,00
36	CHAVE MAGNETICA - CHAVE BLINDADE METALICA, LIGAR E DESLIGAR MOTOR, 100 AMPERES X600 VOLTS. **MARCA: JD LIMA**	UNIDADE	100	R$ 237,38	R$ 23.738,00
37	CINTA FIXADORA - DE FERRO GALVANIZADO, COM COMPRIMENTO DE 200MM, PARA SER UTILIZADA PARA FIXACAO DE MAO FRANCESA EM POSTE DE ALTA TENSAO. **MARCA: OLIVO**	UNIDADE	1.000	R$ 17,03	R$ 17.030,00
38	CINTA FIXADORA - DE FERRO GALVANIZADO, COM COMPRIMENTO DE 250MM, PARA SER UTILIZADA PARA FIXACAO DE MAO FRANCESA EM POSTE DE ALTA TENSAO. **MARCA: OLIVO**	UNIDADE	500	R$ 19,59	R$ 9.795,00
39	CONECTOR - EM CUNHA DE METAL, DERIVACAO CDC I, TIPO L, 50MM, PARA SER USADO EM LIGACOES ELETRICAS DE ILUMINACAO PUBLICA, CONEXAO POR EFEITO MOLA DE FACIL INSTALACAO E REMOCAO, SEM USO DE FERRAMENTAS ESPECIAIS. **MARCA: INTELLI**	UNIDADE	170	R$ 4,08	R$ 693,60
40	CONECTOR PERFURANTE P/ CABO DE COBRE 10-95MM2 X 1,5-10MM2 PARA REDE ENERGIA. **MARCA: INTELLI**	UNIDADE	30.000	R$ 4,64	R$ 139.200,00
41	CONECTOR PERFURANTE P/ CABO DE COBRE 25-150MM2 X 25-150MM2. **MARCA: INTELLI**	UNIDADE	250	R$ 3,37	R$ 842,50
42	CONJUNTO DE CHUMBADORES PARA POSTE 3X4X500 MM GALVANIZADO. **MARCA: OLIVO**	UNIDADE	350	R$ 22,76	R$ 7.966,00
43	CRUZETA DE CONCRETO 90 X 90 X 2000 MM - 250 DAN - RETANGULAR PARA REDE ENERGIA. **MARCA: SUPERPOSTE**	UNIDADE	300	R$ 18,44	R$ 5.532,00
44	ELETRODUTO - PARA SER UTILIZADO EM PASSAGEM DE CONDUTORES ELETRICOS, DE PVC FLEXIVEL ANTICHAMA, COM BITOLA DE 2 POL, DO TIPO CORRUGADO. **MARCA: PLASTIBRAS**	METRO	8.000	R$ 0,90	R$ 7.200,00
45	ELETRODUTO - PARA SER UTILIZADO PARA PASSAGEM DE CONDUTORES ELETRICOS, DE PVC RIGIDO PRETO, COM BITOLA DE 1.1/2¨ POL, DO TIPO LISO. **MARCA: PLASTIBRAS**	METRO	300	R$ 0,62	R$ 186,00
46	FUSIVEL - ELO 3H, ALTA TENSAO. **MARCA: TECNOFUSE**	UNIDADE	100	R$ 0,45	R$ 45,00
47	FUSIVEL - ELO 5H, ALTA TENSAO. **MARCA: TECNOFUSE**	UNIDADE	100	R$ 0,45	R$ 45,00
48	KIT MATERIAL PARA ESTRUTURA DE CONCRETO DT TIPO CFU3 - T - PR COMPOSTO POR: 1 POSTE DE CONCRETO DT 11/600; 1 PARAFUSO CABEÇA QUADRADA DE 100MM; 2 PARAFUSO CABEÇA QUADRADA DE 125MM; 1 SAPATILHA; 4 OLHA PARA PARAFUSO; 3 ISOLADOR DE ANCORAGEM TIPO BASTÃO POLIMERO 15KV; 3 MANILHA SAPATILHA; 3 GANCHO OLHAL; 1 PERFIL U; 1 FIXADOR DE PERFIL U; 3 PARA RAIO DE DISTRIBUIÇÃO 12KV - POLIMERICO - 10 KA; 1 CRUZETA DE CONCRETO 250 DAN RETANGULAR; 3 CHAVE FUSIVEL TIPO C - 15KV - 10 KA; 2 MÃO FRANCESA 619MM; 2 SUPORTE DE TRANSFORMADOR; 5 ARRUELA QUADRADA; 4 PARAFUSO DE CABEÇA QUADRADA DE 200MM; 3 PARAFUSO DE CABEÇA QUADRADA DE 250MM; 1 PARAFUSO DE CABEÇA QUADRADA DE 300MM; 2 ALÇA PREFORMADO DE ESTAI P/ CABO DE AÇO 9,5MM; 3 GRAMPO DE ANCORAGEM P/ CABO COBETO - 15KV - 185MM2. **MARCA: JD LIMA**	UNIDADE	25	R$2.498,74	R$ 62.468,55
49	KIT MATERIAL PARA ESTRUTURA DE CONCRETO DT TIPO CLEA1-DC3-CF COMPOSTO POR: 1 POSTE DE CONCRETO DT 11/300; 2 PARAFUSO CABEÇA QUADRADA DE 100MM; 1 SAPATILHA; 4 OLHA PARA PARAFUSO; 3 ISOLADOR DE ANCORAGEM TIPO BASTÃO POLIMERO 15KV; 3 MANILHA SAPATILHA; 3 GANCHO OLHAL; 1 PERFIL U; 1 FIXADOR DE PERFIL U; 2 PARAFUSO DE CABEÇA ABAULADA DE 50MM; 1 PARAFUSO DE CABEÇA ABAULADA DE 100MM; 2 ARRUELA ESPAÇADORA; 3 PARAFUSO CABEÇA QUADRADA DE 125MM; 1 ANEL DE AMARRAÇÃO; 1 ISOLADOR DE PINO POLIMERICO; 1 SAPATILHA; 4 OLHA PARA PARAFUSO; 3 ISOLADOR DE ANCORAGEM TIPO BASTÃO POLIMERO 15KV; 3 MANILHA SAPATILHA; 3 GANCHO OLHAL; 1 CRUZETA DE CONCRETO 250 DAN RETANGULAR; 3 CHAVE FUSIVEL TIPO C - 15KV - 10 KA; 3 ARAME DE AÇO GALVANIZADO 14 BWG; 1 MÃO FRANCESA 619MM; 3 ARRUELA QUADRADA; 1 PARAFUSO DE CABEÇA QUADRADA DE 150MM; 2 PARAFUSO DE CABEÇA QUADRADA DE 200MM. **MARCA: JD LIMA**	UNIDADE	25	R$1.874,07	R$ 46.851,75
50	FITA ISOLANTE - DE PVC, MEDINDO (19 MM X 20 M). **MARCA: PERFECTLED**	UNIDADE	1.800	R$ 2,89	R$ 5.202,00
51	FITA ISOLANTE - EM PLASTICO DE ALTA FUSAO, COM ADESIVO NA COR PRETA, MEDINDO 19 MM X 20 M, COM ISOLAMENTO 1 KV. **MARCA: 3M**	UNIDADE	300	R$ 3,54	R$ 1.062,00
52	FOCALIZADOR DE AJUSTE DE LÂMPADA. **MARCA: OLIVO**	UNIDADE	2.100	R$ 1,94	R$ 4.074,00

53	ESTICADOR - GANCHO DE ACO COM OLHAL, 3,15 TONELADAS, SEM TRAVA, GRAU 8, UTILIZADO COMO ELEMENTO DE CONEXAO EM CABOS DE ACO, LINGAS DE CORRENTES, CINTAS DE POLIESTER, PROCESSOS DE MOVIMENTACAO E ICAMENTO DE CARGAS (CONF. NBR8158). **MARCA: JD LIMA**	UNIDADE	150	R$ 1,79	R$ 268,50
54	GRAMPO - DE FERRO GALVANIZADO, TIPO PESADO, PARA CABO COM DIAMETRO DE 5/8¨ (ATERRAMENTO). **MARCA: JD LIMA**	UNIDADE	400	R$ 1,87	R$ 748,00
55	CONECTOR DERIVAÇÃO P/LINHA VIVA 6–250 PARA REDE ENERGIA. **MARCA: INTELLI**	UNIDADE	120	R$ 3,08	R$ 369,60
56	HASTE - PARA ATERRAMENTO, BRONZE, TIPO COOPERWELD, 5/8 X 3000 MM (ALTA CAMADA). **MARCA: OLIVO**	UNIDADE	400	R$ 4,61	R$ 1.844,00
57	IGNITOR - TIPO SM 60, COM PARTIDA RAPIDA, ALIMENTACAO ELETRICA DE 220V, COM 250 WATTS (REATOR SÓDIO/METALICO). **MARCA: DEMAPE**	UNIDADE	100	R$ 8,83	R$ 883,00
58	IGNITOR - TIPO S 50, COM PARTIDA RAPIDA, ALIMENTACAO ELETRICA DE 220 V, COM CAPACIDADE PARA 400 WATTS (REATOR SÓDIO/METALICO). **MARCA: DEMAPE**	UNIDADE	100	R$ 2,95	R$ 295,00
59	ISOLADOR DE PILAR 15.00 KV - 110 KV PARA REDE ENERGIA. **MARCA: GBL**	UNIDADE	100	R$ 3,95	R$ 395,00
60	ISOLADOR ELETRICO - DE PORCELANA, TIPO ROLDANA, TAMANHO 76 X 79MM, PARA REDE TRIFASICA. **MARCA: MORUMBI**	UNIDADE	1.000	R$ 1,07	R$ 1.070,00
61	LAMPADA VAPOR METALICO - TUBULAR, NA COR BRANCA, COM POTENCIA NOMINAL 250W, ENCAIXE DA LAMPADA ROSCA E40, MASTER HPI PLUS. **MARCA: DEMAPE**	UNIDADE	8.800	R$ 5,42	R$ 47.696,00
62	LAMPADA VAPOR METALICO - DE ALTA PRESSAO, NO FORMATO HQI TUBULAR, NA COR BRANCO, COM POTENCIA NOMINAL DE 400W - 220V, ENCAIXE DA LAMPADA SOQUETE E-40. **MARCA: DEMAPE**	UNIDADE	5.700	R$ 27,25	R$ 155.325,00
63	LAMPADA - DE DESCARGA - VAPOR DE SODIO, TUBULAR, POTENCIA DE 100 W, FLUXO LUMINOSO MINIMO DE 9.500 LM, TENSAO DE 220 V, VIDA UTIL MINIMA DE 32.000 H, BASE E-40. **MARCA: DEMAPE**	UNIDADE	18.000	R$ 15,33	R$ 275.940,00
64	LAMPADA - DE DESCARGA - VAPOR DE SODIO, BULBO TUBULAR, POTENCIA DE 150 W, FLUXO LUMINOSO MINIMO DE 15.400 LM, TENSAO DE 220 V, VIDA UTIL MINIMA DE 24.000 H, BASE E-40. **MARCA: DEMAPE**	UNIDADE	8.000	R$ 7,03	R$ 56.240,00
65	LAMPADA - DE DESCARGA - VAPOR DE SODIO, BULBO TUBULAR, POTENCIA DE 250 W, FLUXO LUMINOSO MINIMO DE 32.300 LM, TENSAO DE 220 V, VIDA UTIL MINIMA DE 32.000 H, BASE E-40. **MARCA: DEMAPE**	UNIDADE	26.000	R$ 22,37	R$ 581.620,00
66	LAMPADA - DO TIPO A VAPOR DE SODIO, NO FORMATO TUBULAR 8539, 32.00, COM POTENCIA NOMINAL DE 400 WATTS, 5000K, E-40. **MARCA: DEMAPE**	UNIDADE	4.900	R$ 22,99	R$ 112.651,00
67	PROJETOR PARA LAMPADA - PROJETOR EXTERNO COM ANGULO REGULAVEL, COM ALOJAMENTO PARA REATOR, PARA 01 LAMPADA A VAPOR DE MERCURIO, IODETO METALICO OU SODIO. **MARCA: OLIVO**	UNIDADE	1.500	R$ 25,89	R$ 38.835,00
68	LUMINARIA - ALUMINIO INJETADO, LUMINARIA PUBLICA FECHADA, COM ALOJAMENTO PARA EQUIPAMENTO AUXILIAR, BASE PARA RELE FOTOELETRICO, ALTO RENDIMENTO, TAMPA EM POLICARBONATO, ENCAIXE PARA TUBOS DE 30-50MM, PARA LAMPADAS DE 250-400W, PINTADA CORES VARIADAS. **MARCA: OLIVO**	UNIDADE	1.100	R$ 135,16	R$ 148.676,00
69	LUMINARIA - PARA ILUMINACAO PUBLICA, TECNOLOGIA LED DE 100W, MODULAR, TEMPERATURA DE COR 6500K. **MARCA: PERFECTLED**	UNIDADE	500	R$ 187,40	R$ 93.700,00
70	LUMINARIA PÚBLICA LEDS 100W DIMISIVEL PARA REDE ENERGIA. **MARCA: DEMAPE**	UNIDADE	500	R$ 287,81	R$ 143.905,00
71	LUMINARIA - PARA ILUMINACAO PUBLICA DE LED FLED SS09 - 150-150W - CORPO EM ALUMINIO INJETADO - CONSUMO 150W - FLUXO 16.500 LUMENS - TENSAO 220-227V - GRAU DE PROTECAO IP - EXPECTATIVA DE VIDA 50000 HORAS - EFICIENCIA DA LUMINARIA 110 LM/W - TEMPERATURA DE COR 5000K. **MARCA: PERFECTLED**	UNIDADE	500	R$ 624,69	R$ 312.345,00
72	LUMINARIA - PARA ILUMINACAO PUBLICA, TECNOLOGIA LED 200 W COM FLUXO LUMINOSO DE 21000 LUMENS OU SUPERIOR COM ENCAIXE PARA O6 CM. **MARCA: PERFECTLED**	UNIDADE	800	R$1.135,80	R$ 908.640,00
73	LUMINARIA - PARA ILUMINACAO PUBLICA, TECNOLOGIA LED DE 50W, MODULAR, TEMPERATURA DE COR 6500K. **MARCA: PERFECTLED**	UNIDADE	1.000	R$ 62,69	R$ 62.690,00
74	MANILHA - FERRO GALVANIZADO, 16MM 5.000 DAN (SAPATILHA). **MARCA: OLIVO**	UNIDADE	100	R$ 3,29	R$ 329,00
75	MÃO FRANCESA PLANA 3/16"" X 32 X 619 MM PARA REDE DE ENERGIA. **MARCA: OLIVO**	UNIDADE	300	R$ 3,48	R$ 1.044,00
76	PARAFUSO COM PORCA - EM ACO ZINCADO, TIPO OLHAL, MEDINDO 5/8 POL X 16. **MARCA: OLIVO**	UNIDADE	50	R$ 0,81	R$ 40,50
77	PARAFUSO COM PORCA - DE ZINCADO, TIPO FRANCES, CABECA CHATA, NAS DIMENSOES 5/16¨ X 6¨, PARA SER UTILIZADO EM MADEIRA, DEVENDO O PARAFUSO SER ENTREGUE COM PORCA E ARRUELA. **MARCA: ROMAGNOLE**	UNIDADE	200	R$ 2,51	R$ 502,00
78	PARAFUSO - DE MAQUINA, GALVANIZADO, 16 X 5/8¨, MEDINDO 350MM. **MARCA: OLIVO**	UNIDADE	1.500	R$ 1,77	R$ 2.655,00
79	PARAFUSO FRANCÊS (CABEÇA ABAULADA) 16.00 MM X150.00 MM INCL. PORCA QUADRADA DIAM. INTERNO 16.00 MM. **MARCA: OLIVO**	UNIDADE	1.600	R$ 1,01	R$ 1.616,00
80	PINO AUTO TRAVANTE 16.00 X 140.00 MM 15/34.5 KV PARA REDE DE ENERGIA. **MARCA: OLIVO**	UNIDADE	70	R$ 1,45	R$ 101,50
81	POSTE DE ACO - DO TIPO DECORATIVO ORNAMENTAL DUPLO FLANGELADO,CARACTERISTICAS CONSTRUTIVAS DE ACORDO COM A NBR+14744/SET.2001,ESTRUTURA CENTRAL COM ALTURA DE 10,00 METROS,TOPO 0/ 76,2MM E BASE INFERIOR 127MM,ESPESSURA MINIMA 3,00MM COM INCLINAÇÃO DE 5° REFERENTE AO NIVEL DO SOLO,DISTRIBUIÇÃO DOS BRAÇOS A 180° SENDO PARA O LADO DA VIA PROJEÇÃO DE 1,50 METROS A UMA ALTURA UTIL 9,65 METROS,LADO DO PEDESTRE PROJEÇÃO 1,000 METRO A UMA AREA UTIL 6,00 METROS AMBOS COM INCLINAÇÃO DE 11° AO NIVEL DO SOLO.FABRICADO EM TUBO DE AÇO SAE 1010/1020 EM SEÇÕES CILINDRICAS DE DIÂMETROS VARIADOS (TELECÔNICO). BASE DE FIXAÇÃO RETANGULAR 278X278MM EM SAE 1010/1020 ESPESSURA MINIMA 3/8.SISTEMA DE FIXAÇÃO ATRAVÉS DE 04 CHUMBADORES 5/8X500MM,ACABAMENTO GALVANIZADO A FOGO CAMADA MINIMA DE 70U EM ACORDO NBR 6323/JUH.2016 E PINTADO EM PROCESSO ELETROSTATICO EM EPOXI A BASE DE POLIESTER NA COR BRANCO LISO BRILHANTE. **MARCA: BIMETAL**	UNIDADE	200	R$ 965,43	R$ 193.086,00
82	POSTE DE CONCRETO - EM ESTRUTURA DE CONCRETO, COM 10/200 DAN (CIRCULAR). **MARCA: MATPAR**	UNIDADE	40	R$ 446,14	R$ 17.845,60
83	POSTE DE CONCRETO - CIRCULAR, EM FORMA DE CONE, COMPRIMENTO DE 10,0 METROS, DIAMETRO NO TOPO DE 19 CM, CARGA NOMINAL DE 300 KG E CONICIDADE DE 20 MM/M. **MARCA: MATPAR**	UNIDADE	20	R$ 528,14	R$ 10.562,80
84	POSTE DE CONCRETO - CIRCULAR, EM FORMA DE CONE, COMPRIMENTO DE 13,0 METROS, DIAMETRO NO TOPO DE 19 CM, CARGA NOMINAL DE 300 KG E CONICIDADE DE 20 MM/M. **MARCA: MATPAR**	UNIDADE	50	R$ 965,43	R$ 48.271,50
85	POSTE - DE CONCRETO ARMADO, COM DIAMETRO DE TOPO DE 14 CM, COM DIAMETRO DE BASE DE 32 CM, COM COMPRIMENTO DE 12 M X 200 DAN, COM CARGA NOMINAL DE 1.037 KG, PARA SER UTILIZADO EM INSTALACAO DE LUMINARIAS DO TIPO PETALAS P/ LAMPA-DAS VAPOR DE SODIO. **MARCA: MATPAR**	UNIDADE	200	R$1.238,02	R$ 247.604,00

86	POSTE DE AÇO GALVANIZADO TELECONICO COM DIÂMETRO DE 4,75 POL, COM ESPESSURA DE 3/16 MM, COM COMPRIMENTO DE 11 M. **MARCAS: BIMETAL**	UNIDADE	150	R$ 937,03	R$ 140.554,50
87	POSTE - DE CONCRETO ARMADO, COM DIAMETRO DE TOPO DE POSTE RETANGULAR-18CM X 20CM DE LADO, COM DIAMETRO DE BASE DE POSTE RETANGULAR-25CM X 34CM DE LADO, COM COMPRIMENTO DE 11 METROS, COM CARGA NOMINAL DE 300 KGF, PARA SER UTILIZADO EM PARA SER UTILIZADO COMO SUPORTE DO ESTAI (CABO DESUSTENTACAO DO POSTE). **MARCA: MATPAR**	UNIDADE	30	R$ 465,67	R$ 13.970,10
88	POSTE - DE CONCRETO ARMADO, COM DIAMETRO DE TOPO DE 15 CM, COM DIAMETRO DE BASE DE 25 CM, COM COMPRIMENTO DE 10,5 METROS, COM CARGA NOMINAL DE 600 KGS., PARA SER UTILIZADO EM PARA SER USADO EM REDE ELETRICA. **MARCA: MATPAR**	UNIDADE	27	R$ 562,22	R$ 15.179,94
89	POSTE DE CONCRETO - ARMADO PRE-MOLDADO, SECAO DUPLO T. RESISTENCIA NOMINAL 1500KG,COM COMPRIMENTO DE 150/10 METROS. **MARCA: IMEPP**	UNIDADE	200	R$ 340,74	R$ 68.148,00
90	PROJETOR DE LUZES - TIPO PAR LED, SISTEMA DE CORES TIPO X 7, LENTES DE GRADUACAO PARA CAMPO LINEAR DE 20, 30, 40, 60 E 80 GRAUS, CAMPO ARREDONDADO DE 25, 35, 45 E 75 GRAUS, ABERTURA DO FACHO SEM LENTE DE 17 GRAUS, CORPO FABRICADO EM ALUMINIO INJETADO, NA VOLTAGEM 220V. **MARCA: ALUDAX**	UNIDADE	40	R$ 248,74	R$ 9.949,60
91	REFLETOR - DO TIPO REFLETOR DE LED IP 65 OU SUPERIOR, LUZ BRANCA FRIA DE 400W. **MARCA: PERFCTLED**	UNIDADE	500	R$ 113,58	R$ 56.790,00
92	REATOR - TIPO ELETROMAGNETICO, PARA UMA LAMPADA DE VAPOR METALICO/SÓDIO, DE 100 W, TENSAO DE 220 V, COM FATOR DE POTENCIA MAIOR OU IGUAL A 0,92 **(EXTERNO)**. **MARCA: REATEC**	UNIDADE	13.000	R$ 13,03	R$ 169.390,00
93	REATOR PARA LAMPADA VAPOR METALICO/SÓDIO - TIPO ELETROMAGNETICO, COM PARTIDA RAPIDA, DE 220V, COM FATOR DE POTENCIA ALTO, DE 250W **(EXTERNO)**. **MARCA: DEMAPE**	UNIDADE	11.000	R$ 41,79	R$ 459.690,00
94	REATOR - TIPO ELETROMAGNETICO, PARA UMA LAMPADA DE VAPOR METALICO/SÓDIO, DE 400 W, TENSAO DE 220 V, COM FATOR DE POTENCIA MAIOR OU IGUAL A 0,92 **(EXTERNO)**. **MARCA: DEMAPE**	UNIDADE	3.700	R$ 45,57	R$ 168.609,00
95	REATOR PARA LAMPADA VAPOR METALICO/SÓDIO - TIPO ELETROMAGNETICO, COM PARTIDA RAPIDA, DE 220V, COM FATOR DE POTENCIA ALTO, DE 250W **(INTERNO)**. **MARCA: DEMAPE**	UNIDADE	2.500	R$ 19,42	R$ 48.550,00
96	REATOR PARA LAMPADA VAPOR METALICO/SÓDIO - TIPO ELETROMAGNETICO, COM PARTIDA RAPIDA, DE 220V, COM FATOR DE POTENCIA ALTO, DE 400 W **(INTERNO)**. **MARCA: DEMAPE**	UNIDADE	6.000	R$ 23,80	R$ 142.800,00
97	REATOR PARA LAMPADA VAPOR METALICO/SÓDIO - TIPO ELETROMAGNETICO, COM PARTIDA RAPIDA, DE 220V, COM FATOR DE POTENCIA ALTO, DE 100W **(INTERNO)**. **MARCA: REATEC**	UNIDADE	5.800	R$ 11,60	R$ 67.280,00
98	REATOR - TIPO ELETROMAGNETICO, PARA UMA LAMPADA DE VAPOR METALICO, DE 150 W, TENSAO DE 220 V, COM FATOR DE POTENCIA MAIOR OU IGUAL A 0,92. **(INTERNO)**. **MARCA: DEMAPE**	UNIDADE	3.200	R$ 14,22	R$ 45.504,00
99	RELE ELETRICO - EM PLASTICO COM BASE, TIPO FOTOELETRICO, DE COM 1000 WATTS/220 VOLTS (NA). **MARCA: STIELETRONICA**	UNIDADE	100	R$ 16,92	R$ 1.692,00
100	RELE ELETRICO - EM PLASTICO, TIPO FOTOELETRICO, COM BASE, DE 1000 WATTS, COM 220 VOLTS (NF). **MARCA: STILELETRONICA**	UNIDADE	30.000	R$ 8,17	R$ 245.100,00
101	SELA PARA CRUZETA - EM ACO GALVANIZADO A FOGO MEDINDO 94X100X30MM. **MARCA: OLIVO**	UNIDADE	50	R$ 2,05	R$ 102,50
102	SOQUETE - DE PORCELANA, TAMANHO E40, ROSCA REDONDO, MATERIAL INTERNO METAL CONDUTOR, 220 V., NORMA DE ESPECIFICACAO CONFORME NBR 8346. **MARCA: DECORLUX**	UNIDADE	5.000	R$ 2,10	R$ 10.500,00
103	SUPORTE PARA FIXACAO - PARA MUFLA TERMINAL E PARA-RAIOS 15KV, PARA USO INTERNO COM FERRAGENS. **MARCA: LEBASI**	UNIDADE	10	R$ 3,46	R$ 34,60
104	SUPORTE PARA FIXAÇÃO - NO FORMATO TIPO **3 PETALAS** EM FERRO - (**APENAS SUPORTE DE FIXAÇÃO)**. **MARCA: BIMETAL**	UNIDADE	100	R$ 23,48	R$ 2.348,00
105	SUPORTE PARA FIXACAO - CONFECCIONADO EM ACO GALVANIZADO A FOGO, PARA ENCAIXE EM POSTE DE ACO E FIXACAO PARA **QUATRO LUMINARIA - (APENAS SUPORTE DE FIXAÇÃO)**. **MARCA: BIMETAL**	UNIDADE	180	R$ 52,19	R$ 9.394,20
106	TRANSFORMADOR - CLASSE 150 KVA, TRIFASICO, BANHO A OLEO, ENTRADA DE 13,80kV EM 3 FASES, SAIDA 127/220V TRIANG. /ESTRELA. **MARCA: ELETRAFO**	UNIDADE	06	R$4.486,41	R$ 26.918,46
107	TRANSFORMADOR - DE ENERGIA ELETRICA, TRIFASICO, A OLEO, COM TENSAO PRIMARIA DE 13.800V, POTENCIA DE 30KVA, TENSAO SECUNDARIA DE 220/127V. **MARCA: ELETRAFO**	UNIDADE	06	R$2.328,39	R$ 13.970,34
108	TRANSFORMADOR - DE ENERGIA ELETRICA, TRIFASICO, A OLEO, COM TENSAO PRIMARIA DE 13.800V, POTENCIA DE 45KVA, TENSAO SECUNDARIA DE 220/127V. **MARCA: ELETRAFO**	UNIDADE	05	R$2.612,34	R$ 13.061,70
109	TRANSFORMADOR - DE ENERGIA ELETRICA, TRIFASICO, A OLEO, COM TENSAO PRIMARIA DE 13.800V, POTENCIA DE 75KVA, TENSAO SECUNDARIA DE 220/127V. **MARCA: ELETRAFO**	UNIDADE	10	R$2.964,43	R$ 29.644,30
110	CONSTRUCAO DE CAIXA DE PASSAGEM - CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA COM TAMPA DE CONCRETO COM DIMENSOES DE 50X50X50CM COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL. **MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	200	R$ 80,71	R$ 16.142,00
111	INSTALAÇÃO ELÉTRICA DE LUMINÁRIA PÚBLICA - FECHADA PARA ILUMINAÇÃO PUBLICA, COMPLETA, INCLUSIVE BRAÇO METÁLICO, REATOR, RELE E LÂMPADA (POSTE ATÉ 10M). **MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	3.600	R$ 40,17	R$ 144.612,00
112	INSTALAÇÃO ELÉTRICA DE LUMINÁRIA PÚBLICA - FECHADA PARA ILUMINAÇÃO PUBLICA, COMPLETA, INCLUSIVE BRAÇO METÁLICO, REATOR, RELE E LÂMPADA (POSTE ACIMA 10M). **MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	1.458	R$ 44,19	R$ 64.429,02
113	MANUTENÇÃO DE APARELHO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NÍVEL 1 (REATOR, BASE, SOQUETE, LUMINÁRIA, FIAÇÃO, LÂMPADA, RELE) POSTE ATÉ 10M EM VIATURA DE CESTO AÉREO. **MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	31.500	R$ 18.09	R$ 569.835,00
114	MANUTENÇÃO DE APARELHO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NÍVEL 2 (REATOR, BASE, SOQUETE, LUMINÁRIA, FIAÇÃO, LÂMPADA, RELE) POSTE ACIMA 10M EM VIATURA DE CESTO AÉREO.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	6.030	R$ 23,12	R$ 139.413,60
115	RECONDICIONAMENTO LUMINÁRIA PUBLICA DE LED TIPO 1 – 50W. **MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	270	R$ 35,81	R$ 9.668,70
116	RECONDICIONAMENTO LUMINÁRIA PUBLICA DE LED TIPO 2 – 100W.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	90	R$ 45,85	R$ 4.126,50
117	RECONDICIONAMENTO LUMINÁRIA PUBLICA DE LED TIPO 3 – 150W.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	90	R$ 63,17	R$ 5.685,30
118	RECONDICIONAMENTO LUMINÁRIA PUBLICA DE LED TIPO 4 – 210W.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	144	R$ 90,25	R$ 12.996,00
119	SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIA PUBLICA DE LED – 210W.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	144	R$ 33,06	R$ 4.760,64
120	DESATIVAÇÃO DE APARELHO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NÍVEL 1 (POSTE ATÉ 10M) RETIRADA COMP. DO APARELHO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM VIATURA CESTO AÉREO.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	270	R$ 17,66	R$ 4.768,20
121	DESATIVAÇÃO DE APARELHO DE IP NÍVEL 2 (POSTE ACIMA DE 10M) RETIRADA COMPLETA DO APARELHO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM VIATURA CESTO AÉREO.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	360	R$ 25,92	R$ 9.331,20
122	CONCRETAGEM DA BASE DO POSTE COM FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO USINADO DE 25 MPA COM DIMENSÕES 50X50X50CM.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	315	R$ 111,81	R$ 35.220,15

123	INSTALAÇÃO DE POSTE ORNAMENTAL COM ALTURA ATÉ 12 METROS.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	315	R$ 97,03	R$ 30.564,45
124	INSTALAÇÃO DE POSTE NÍVEL 1 ATE 12M EM BASE SIMPLES ENGASGAMENTO DE TERRA APILOADA COM SOQUETE.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	270	R$ 83,05	R$ 22.423,50
125	INSTALAÇÃO DE POSTE NÍVEL 2 ATE 12M BASE REFORÇADA ENGASGAMENTO DE CONCRETO USINADO DE 20 MPA.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	196	R$ 106.78	R$ 20.928,88
126	INSTALAÇÃO DE POSTE NÍVEL 3 ACIMA 12M EM BASE SIMPLES ENGASTAMENTO DE TERRA APILOADA COM SOQUETE.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	18	R$ 89,58	R$ 1.612,44
127	INSTALAÇÃO DE POSTE NÍVEL 4 ACIMA 12M BASE REFORÇADA ENGASGAMENTO DE CONCRETO USINADO DE 20 MPA.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	27	R$ 88,98	R$ 2.402,46
128	RETIRADA DE POSTE NÍVEL 1 ATE 12M IMPLANTADO EM BASE REFORÇADA ENGASGAMENTO DE CONCRETO USINADO DE 20 MPA.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	100	R$ 79,24	R$ 7.924,00
129	RETIRADA DE POSTE NÍVEL 2 ATE 12M IMPLANTADO EM BASE SIMPLES ENGASGAMENTO DE TERRA APILOADA COM SOQUETE.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	100	R$ 79,24	R$ 7.924,00
130	RETIRADA DE POSTE NÍVEL 3 ACIMA 12M IMPLANTADO EM BASE SIMPLES ENGASGAMENTO DE TERRA APILOADA COM SOQUETE.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	45	R$ 91,10	R$ 4.099,50
131	RETIRADA DE POSTE NÍVEL 4 ACIMA 12M IMPLANTADO EM BASE REFORÇADA ENGASGAMENTO DE CONCRETO USINADO DE 20 MPA.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	54	R$ 91,10	R$ 4.919,40
132	LANÇAMENTOS DE ELETRODUTOS CORRUGADO COM BITOLA ATÉ 4 POL (100MM) EM VALETAS.**MARCA: PROPRIA**	METRO	7.200	R$ 0,94	R$ 6.768,00
133	LANÇAMENTOS DE CABOS DE COBRE ISOLAÇÃO 750V DE BITOLA ATÉ 16 MM EM ELETRODUTOS - NÍVEL 1.**MARCA: PROPRIA**	METRO	18.000	R$ 1,54	R$ 27.720,00
134	LANÇAMENTOS DE CABOS DE COBRE ISOLAÇÃO 750V DE BITOLA ACIMA 16 MM EM ELETRODUTOS - NÍVEL 2.**MARCA: PROPRIA**	METRO	4.500	R$ 1,59	R$ 7.155,00
135	LANÇAMENTO AÉREO DE CABO MULTIPLEXADO DE ALUMÍNIO ATÉ 16 MM2.**MARCA: PROPRIA**	METRO	64.800	R$ 0,99	R$ 64.152,00
136	ESCAVAÇÃO E REATERRO DE VALA EM SOLO ATÉ 1,50 M DE PROFUNDIDADE PARA INSTALAÇÃO DE POSTE.**MARCA: PROPRIA**	M2	540	R$ 56,41	R$ 30.461,40
137	REPARO DE CHAVE MAGNÉTICA TRIFÁSICO 60A . COMPOSTA DE BOTOEIRA E CONTATORA. REPARA COMPONENTES DA BOTOEIRA E CONTATORA.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	162	R$ 24,47	R$ 3.964,14
138	EXECUCAO DE PASSEIO (CALCADA) EM CONCRETO (CIMENTO/AREIA/SEIXO ROLADO), PREPARO MECANICO, ESPESSURA 7CM, COM JUNTA DE DILATACAO EM MADEIRA, INCLUSO LANCAMENTO E ADENSAMENTO.**MARCA: PROPRIA**	M2	3.000	R$ 36,48	R$ 109.440,00
139	ESCAVAÇÃO E REATERRO DE VALA EM SOLO ATÉ 1,50 M DE PROFUNDIDADE PARA INSTALAÇÃO DE ELETRODUTOS.**MARCA: PROPRIA**	METRO	9.000	R$ 2,35	R$ 21.150,00
140	INSTALAÇÃO DE CHAVE FUSÍVEL 300A PARA 15KV-NBI95KV.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	90	R$ 54,34	R$ 4.890,60
141	INSTALAÇÃO DE PARA RAIO POLIMÉRICO, CLASSE DE TENSÃO 12 KV; CORRENTE DE INTERRUPÇÃO MÍNIMO DE 10 KA.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	09	R$ 35,93	R$ 323,37
142	INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 30 A 150KVA.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	25	R$ 482,67	R$ 12.066,75
143	LEVANTAMENTO IN LOCO DE IDENTIFICAÇÃO DE NIP (NUMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO POSTE) E CADASTRAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. **MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	10.000	R$ 5,71	R$ 57.100,00
144	LANÇAMENTOS DE CABO AÇO CARBONO ZINCADO 6.4MM 7 FIOS PARA REDE ENERGIA.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	675	R$ 1,39	R$ 938,25
145	INSTALAÇÃO DE BRAÇO TIPO C PARA REDE COMPACTA 15KV.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	40	R$ 21,78	R$ 871,20
146	INSTALAÇÃO DE BRAÇO TIPO L COM PRENSA PARA CORDOALHA DA REDE COMPACTA 15KV.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	20	R$ 27,53	R$ 550,60
147	EXECUÇÃO DE PARA ESTRUTURA DE CONCRETO DT TIPO CLEA1-DC3-CF COMPOSTO POR: 1 POSTE DE CONCRETO DT 11/300; 2 PARAFUSO CABEÇA QUADRADA DE 100MM; 1 SAPATILHA; 4 OLHA PARA PARAFUSO; 3 ISOLADOR DE ANCORAGEM TIPO BASTÃO POLIMERO 15KV; 3 MANILHA SAPATILHA; 3 GANCHO OLHAL; 1 PERFIL U; 1 FIXADOR DE PERFIL U; 2 PARAFUSO DE CABEÇA ABAULADA DE 50MM; 1 PARAFUSO DE CABEÇA ABAULADA DE 100MM; 2 ARRUELA ESPAÇADORA; 3 PARAFUSO CABEÇA QUADRADADE 125 MM; 1 ANEL DE AMARRAÇÃO; 1 ISOLADOR DE PINO POLIMERICO; 1 SAPATILHA; 4 OLHA PARAFUSO; 3 ISOLADOR DE ANCORAGEM TIPO BASTÃO POLIMERO 15KV; 3 MANILHA SAPATILHA; 3 GANCHO OLHAL; 1 CRUZETA DE CONCRETO 250 DAN RETANGULAR; 3 CHAVE FUSIVEL TIPO C – 15KV – 10KA; 3 ARAME DE AÇO GALVANIZADO 14 BWG; 1 MÃO FRANCESA 619MM; 3 ARRUELA QUADRADA; 1 PARAFUSO DE CABEÇA QUADRADA DE 150MM; 2 PARAFUSO DE CABEÇA QUADRADA DE 200MM.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	25	R$ 559,13	R$ 13.978,25
148	EXECUÇÃO DE ESTRUTURA DE CONCRETO DT TIPO CFU3 - T - PR COMPOSTO POR: 1 POSTE DE CONCRETO DT 11/600; 1 PARAFUSO CABEÇA QUADRADA DE 100MM; 2 PARAFUSO CABEÇA QUADRADA DE 125MM; 1 SAPATILHA; 4 OLHA PARA PARAFUSO; 3 ISOLADOR DE ANCORAGEM TIPO BASTÃO POLIMERO 15KV; 3 MANILHA SAPATILHA; 3 GANCHO OLHAL; 1 PERFIL U; 1 FIXADOR DE PERFIL U; 3 PARA RAIO DE DISTRIBUIÇÃO 12KV - POLIMÉRICO - 10 KA; 1 CRUZETA DE CONCRETO 250 DAN RETANGULAR; 3 CHAVE FUSIVEL TIPO C - 15KV - 10 KA; 2 MÃO FRANCESA 619MM; 2 SUPORTE DE TRANSFORMADOR; 5 ARRUELA QUADRADA; 4 PARAFUSO DE CABEÇA QUADRADA DE 200MM; 3 PARAFUSO DE CABEÇA QUADRADA DE 250MM; 1 PARAFUSO DE CABEÇA QUADRADA DE 300MM; 2 ALÇA PREFORMADO DE ESTAI P/ CABO DE AÇO 9,5MM; 3 GRAMPO DE ANCORAGEM P/ CABO COBETO - 15KV - 185MM2.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	25	R$ 635,58	R$ 15.889,50
149	SERVICO DE ATIVIDADE AUXILIAR - TIPO SERVICOS DE MODERNIZACAO, EXPANSAO, OPERACAO E MANUTENCAO DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL.**MARCA: PROPRIA**	MÊS	12	R$5.455,37	R$ 65.464,44
150	INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA PERFIL U REDE COMPACTA 15KV.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	20	R$ 33,38	R$ 667,60
151	PARA-RAIO – POLIMÉRICO, CLASSE DE TENSÃO 12 KV; CORRENTE DE INTERRUPÇÃO MÍNIMO DE 10 KA – ZNO – COM DESLIGADOR AUTOMÁTICO.**MARCA: PROPRIA**	UNIDADE	10	R$ 84,19	R$ 841,90
152	LANÇAMENTO AÉREO DE CABO MULTIPLEXADO DE ALUMÍNIO ACIMA 16 MM2.**MARCA: PROPRIA**	METRO	56.700	R$ 0,94	R$ 53.298,00
Valor Total **R$ 8.100.000,00** (Oito milhões e cem mil reais)					

Várzea Grande – MT 11 de abril de 2019.

CONTRATANTE:

Breno Gomes

Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana

CONTRATADA:

CONSORCIO VG LUZ

CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA - CNPJ n.º 03.076.083/0001-90

RESOLUÇÃO 13/2019 – CMDCA/VG/MT

Aprovação deuso do recurso de Projeto Social.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Grande**, no uso de suas atribuições legais,que lhe são conferidos pela Lei Municipal 4.095 de 03 de setembro de 2015 e Lei Federal nº. 8. 069 de 13 de julho de 1990.

Considerando o Projeto "**Cultura de Paz**", apresentado conforme legislação vigente, para Captação de Projetos Sociais;

Considerando as Deliberações do Pleno deste Colegiado da Criança e Adolescente em sua Plenária Ordinária nº. 266, realizada no dia 21 de junho de 2018;

Considerando as Deliberações do Pleno deste Colegiado da Criança e Adolescente em sua Plenária Ordinária nº. 274, realizada no dia 12 de dezembro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a ouso do recurso captado pela instituição no ano de 2016 e devolvido ao FIA, que será acrescentado ao valor original do Termo de Fomento a ser celebrado em 2019.

Projeto "Cultura de Paz"		
Valor devolvido	**Repasse Programa Amigo de Valor**	**Valor total**
R$ 52.537,57	**R$ 119.585,00**	**R$ 172.122,57**

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada publicada

Cumpra-se

Várzea Grande (MT), 10 deabril de 2019.

Katlin Oliveira Calmon
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/mandato 2018-2019

EXTRATO TERMO DE FOMENTO N. 02/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e a ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE VIDA NOVA, inscrita no CNPJ nº. 06. 254.660/0001-85. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado no Comunicação de Dispensa de Licitação n. 12/2019, na Lei Federal nº 13. 019/2014 , no Decreto Municipal nº 70/2016, ao Edital nº 03/2017 do Fundo Municipal da Infância e Adolescência e Resolução nº 10/2017 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Várzea Grande/MT e no Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil, bem como aos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 581331/2019. OBJETO: Tem por objeto contratação de prestação de serviços de reforma e aquisição de material permanente para as Casas Lares 02 e 03 do serviço de acolhimento institucional integral, para crianças e adolescentes do sexo masculino e feminino, vítimas de abandono familiar, maus tratos e abuso sexual, na faixa etária de 0 (zero) à 17 (dezessete) anos no Município de Várzea Grande sob ordem judicial, com limite máximo de 10 crianças/ adolescentes/jovens por Casa Lar. VALOR GLOBAL: Os recursos financeiros para a execução do objeto deste termo de fomento, neste ato fixados em R$ 10.189,00 (dez mil cento e oitenta e nove reais), serão repassados em uma única parcela de acordo o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. UO: SECRETARIA de ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.03.08.243.0041 P/A: 1.546. ND: 3.3.50.43.00.00.00 – SUBVENÇÃO SOCIAL. FONTE: 0127. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo será de 02(dois) meses a partir da data de sua assinatura, correspondente ao tempo necessário para a execução integral do objeto da parceria, passível de prorrogação, desde que o período total de vigência não exceda 05 (cinco) anos. FISCAL DE CONTRATO: Fica designada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, que, designa para este ato, a servidora DULCELINA SOCORRO FIRMINO SILVA, portadora da cédula de identidade nº. 50387 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 362.092.101-63 e Matrícula 011346.

DATA DE ASSINATURA: 12.04.2019.

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretaria de Assistência Social

ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE VIDA NOVA

Organização da Sociedade Civil

EXTRATO TERMO DE FOMENTO N. 03/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e a ASSOCIAÇÃO VARZEAGRANDENSE MADRE TEREZA DE CALCUTÁ, inscrita no CNPJ nº. 10.846.821/0001-05. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 8.666/93 e suas alterações, à Lei Federal nº 13.019/2014 , no Decreto Municipal nº 70/2016, Resolução nº 29/2018 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Várzea Grande/MT e no Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil, bem como aos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 581330/2019. OBJETO: Tem por objeto execução do projeto "Crescer e Integrar" visando o atendimento de 150 (cento e cinquenta) crianças e adolescentes com atividades esportivas de cunho educacional e contribuindo para inclusão e redução dos índices de episódios de abuso/exploração sexual infantil e envolvimento da população jovem da periferia de Várzea Grande com o tráfico e uso de entorpecentes. Nada mais para o momento, é o que tenho a declarar. VALOR GLOBAL: Os recursos financeiros para a execução do objeto deste termo de fomento, neste ato fixados em R$ 45.695,00 (quarenta e cinco mil seiscentos e noventa e cinco reais), serão repassados em uma única parcela de acordo o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.UO: SECRETARIA de ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.03.08.243.0041 P/A: 1.546. ND: 3.3.50.43.00.00.00 – SUBVENÇÃO SOCIAL. FONTE: 0121. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo será de 06 (seis) meses a partir da data de sua assinatura, correspondente ao tempo necessário para a execução integral do objeto da parceria, passível de prorrogação, desde que o período total de vigência não exceda 05 (cinco) anos. FISCAL DE CONTRATO: Fica designada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, que, designa para este ato, a servidora DULCELINA SOCORRO FIRMINO SILVA, portadora da cédula de identidade nº. 50387 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 362.092.101-63 e Matrícula 011346.

DATA DE ASSINATURA: 16.04.2019.

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretaria de Assistência Social

ASSOCIAÇÃO VARZEAGRANDENSE MADRE TEREZA DE CALCUTÁ

Organização da Sociedade Civil

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO N. 02/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e a ASSOCIAÇÃO VARZEAGRANDENSE MADRE TEREZA DE CALCUTÁ, inscrita no CNPJ n. 10.846.821/0001-05. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 8.666/93 e suas alterações, no Comunicado de Dispensa de Licitação n. 13/2019, na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 70/2016 e no Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil, bem como aos demais documentos acostados ao Processo Gespro

n. 580829/2019. OBJETO: Tem por objeto do colaboração a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, destinado a 200 (duzentas) crianças e adolescentes do sexo masculino e feminino, na faixa etária de 06 a 14 anos dentro do município de Várzea Grande/MT, conforme no Plano de Ação. VALOR GLOBAL: Os recursos financeiros para a execução do objeto deste termo de colaboração é de R$ 100.000,00 (cem mil reais), serão repassados em 10 (dez) parcelas de R$ 10.000,00 (dez mil reais) de acordo o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. **UO: SECRETARIA de ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.03.08.243.0041 P/A: 1.483. ND: 3.3.50.43.00.00.00** – SUBVENÇÃO SOCIAL. FONTE: 0129. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo será de 10 (dez) meses a partir da data de sua assinatura, correspondente ao tempo necessário para a execução integral do objeto da parceria, passível de prorrogação, desde que o período total de vigência não exceda 05 (cinco) anos. FISCAL DE CONTRATO: Fica designada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, que, designa para este ato, a servidora DULCELINA SOCORRO FIRMINO SILVA, portadora da cédula de identidade nº. 50387 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 362.092.101-63 e Matrícula 011346.

DATA DE ASSINATURA: 16.04.2019.

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretaria de Assistência Social

ASSOCIAÇÃO VARZEAGRANDENSE MADRE TEREZA DE CALCUTÁ

Organização da Sociedade Civil

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO N. 01/2018

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE VIDA NOVA, inscrita no CNPJ n°. 06.254.660/0001-85. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentado legal na Lei n. 8666/193, na Lei Federal n. 13.019/2014, no Decreto Federal n. 8.726/2016, no Decreto Municipal n. 70/2016, no Comunicado de Dispensa de Licitação n. 01/2018, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº 585818/2019. OBJETO: Tem por objeto aditar a CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES, CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e a CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO, do Contrato em epígrafe, referente a execução do serviço de acolhimento Institucional integral em 4 (quatro) Casas Lares, para crianças e adolescentes do sexo masculino e feminino, vítimas de abandono familiar, maus tratos e abuso sexual, na faixa etária de 0 (zero) à 17 anos e 12 meses no município de Várzea Grande sob ordem judicial, com limite máximo de 10 crianças/adolescente/jovens por Casa Lar, conforme condições e quantitativos previstos no plano de ação e de aplicação 2018. VALOR GLOBAL: Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em R$ 801.070,04 (Oitocentos e um mil setenta reais e quatro centavos), dividido em 12 (doze) parcelas de R$ 66.755,84 (sessenta seis mil, setecentos e cinquenta cinco Reais e oitenta e quatro Centavos), que serão alocados de acordo o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO**: 11.03.08.243.0042 – P/A: 2.153. ND: 3.3.50.43.00.00.00 – Subvenções sociais. FONTE 0100.** VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 03 (três) meses, o prazo de vigência do Contrato principal, produzindo seus efeitos a partir de seu vencimento. FISCAL DO CONTRATO: O acompanhamento e a fiscalização para a efetivação deste Contrato ficará a cargo da contratante**,** com a Secretaria de Assistência Social, que designa para este ato a servidora Dulcelina Socorro Firmino de Lima Silva, inscrita no CPF n. 362.092.101-63.

DATA DE ASSINATURA: 12.04.2019.

FLÁVIA LUZIA COELHO DE LANNES

Secretaria Municipal de Assistência Social

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE VIDA NOVA

Organização da Sociedade Civil

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 049/2018

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e o Empresa BC TEMPO NOVO CONSTRUTORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ n°. 08.895.827/0001-12. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação no artigo 57, §1º, III e V, da Lei nº. 8.666/1993, e nas demais alterações introduzidas pela Lei, na justificativa exarada pela Secretária Gestora, no Termo de Contrato nº 049/2018, bem como nos demais documentos acostados no Processo Gespro n° 586428/2019. OBJETO: Tem por aditar a CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DOS PREÇOS, a CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES, a CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA, a CLÁUSULA DÉCIMA – DO SEGURO, a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO e a CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO, referente a contratação de empresa de engenharia para execução de obra de Construção de Escola Padrão SEDUC/MT, constituída de uma área de aproximadamente 4.001,50m², com capacidade para atender até 500 alunos por turno, na Escola Estadual Souza Lima, Localizada na Rua F, Bairro Souza Lima no município de Várzea Grande/MT, conforme projetos SEDUC-MT, em atenção ao contido no Termo de Convênio nº. 1355/2016 conforme descrito nos anexos deste projeto básico e documentos constantes nos autos do processo. VALOR GLOBAL: Fica mantido para o VALOR GLOBAL estimado do Contrato em R$ 7.486.190,99 (Sete milhões quatrocentos e oitenta e seis mil cento e noventa reais e noventa e nove centavos). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO **DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 1.563. ND: 4.4.90.51.00.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES. FONTE: 0101/0122. VIGÊNCIA: prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do Contrato, que se iniciará a partir da data da sua assinatura deste termo e da consequente emissão de Ordem de Execução dos Serviços. No exclusivo interesse da Administração, esta poderá emitir quantas Ordens de execução de Serviços, Ordens de Paralisação ou Ordens de Reinício de Serviços que se façam necessárias para o bom desenvolvimento das obras. FISCAL DE CONTRATO: Fiscalização deste termo contratual, ficarão a cargo da CONTRATANTE, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, que, designa para este ato, o servidor – Engenheiro Civil AUREO MANOEL DA SILVA, inscrito no CREA MT nº. 042435**

DATA DE ASSINATURA: 09.04.2019.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

BC TEMPO NOVO CONSTRUTORA LTDA ME

Contratada

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 109/2018

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Senhora IRIS RODRIGUES DA SILVA, CPF n°. 229.843.641-04. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 8.666/93, alterada pela Lei nº. 8.883/94, Art. 24, inciso X, ressaltando sua compatibilização com as peculiaridades que exige este inquilino especial, pela Lei nº. 8.245/91 alterada pela Lei nº. 12.112/2009, na proposta da Locadora, pelo Ato de Dispensa de Licitação nº. 51/2018, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 586215/2019. OBJETO: Tem por objeto retificar a CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO, referente a locação de um imóvel urbano,

localizado na Rua Alves de Oliveira, nº. 1481, Bairro Cristo Rei, Várzea Grande – MT, CEP: 78.118-081, destinado exclusivamente para o funcionamento da CEMEI São Domingos Sávio, deste Município, em atendimento da Secretaria Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer.

DATA DE ASSINATURA: 04.04.2019.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

IRIS RODRIGUES DA SILVA

Locador

ATO Nº. 247/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

Tornar sem efeito a Exoneração da Sra. **Magna Teixeira Alves**, no cargo em Comissão de Assessor Técnico – DNS 6, na Secretaria Municipal de Defesa Social, a partir de 31 de março de 2019, conforme **Ato nº 237/2019**, publicado no dia 12/04/2019, pagina 270, edição 3.206, no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de abril de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Evandro Homero Dias

Secretário Municipal de Defesa Social Interino

PORTARIA Nº 404/CPSPAD/SAD/2019

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 102/2016, de 01 de março de 2016, da Secretaria Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios, página 271, de 02 de março de 2016 e Portaria 022/CPSPAD/SAD/2019, publicada no Jornal AMM, no dia 10/01/2019, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 001/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 15 de abril de 2019.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº79/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4.007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019que "dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Joanir Irene de Sampaio	Professor – Nível Superior	Professor – Nível Superior	10/05/1993		25H	B–09

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/04/2019.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 17de abrilde 2019.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº80/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4.007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019que "dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Marize Marques de Araújo Menezes	Professor – Nível Médio	Professor – Nível Médio	15/02/1992		25H	C–10

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/04/2019.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 17de abrilde 2019.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº81/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4.007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019que “dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Edvanil das Dores Vitalino da silva	Prof – Nível Médio	Prof – Nível Médio	28/02/1994		25H	C–09

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/04/2019.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 17de abrilde 2019.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº82/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4.007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019que “dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Antonia Luiza dos Santos	TSAE – Nível Elementar	TSAE – Nível Elementar	01/03/1989		30H	B–10

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/04/2019.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 17de abrilde 2019.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº83/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4.007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019que “dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Cleide Narciso da Silva	TSAE– Nível Elementar	TSAE– Nível Elementar	29/06/1994		30H	C–09

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/04/2019.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 17de abrilde 2019.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Assistência Social, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e da Srª. Flávia Luiza Coelho de Lannes, Secretária Municipal de Assistência Social, o (a) Sr.(a) **VINÍCIUS PEREIRA OJEDA,** RG n°2043265-8 - SESP/MT, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **AGENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL– PERFIL SEGURANÇA E MANUTENÇÃO– 40h**, conforme ATO de nomeação publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

Várzea Grande – MT, 01 de março de 2019.

VINÍCIUS PEREIRA OJEDA

Compromissado (a)

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretária Municipal de Assistência Social

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Assistência Social, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e da Srª. Flávia Luiza Coelho de Lannes, Secretária Municipal de Assistência Social, o (a) Sr.(a) **ANGELA CONCEIÇÃO DE SOUZA MATOS,** RG n°14641348 - SSP/MT, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – PERFIL ASSISTENTE SOCIAL – 30h**, conforme ATO de nomeação publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

Várzea Grande – MT, 01 de março de 2019.

ANGELA CONCEIÇÃO DE SOUZA MATOS

Compromissado (a)

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretária Municipal de Assistência Social

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Assistência Social, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e da Srª. Flávia Luiza Coelho de Lannes, Secretária Municipal de Assistência Social, o (a) Sr.(a) **RONIVAN MENDES DA SILVA,** RG n°122623 - PM/MT, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **AGENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL– PERFIL SEGURANÇA E MANUTENÇÃO– 40h**, conforme ATO de nomeação datado do dia 28 de janeiro e publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

Várzea Grande – MT, 01 de março de 2019.

RONIVAN MENDES DA SILVA

Compromissado (a)

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretária Municipal de Assistência Social

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Assistência Social, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e da Srª. Flávia Luiza Coelho de Lannes, Secretária Municipal de Assistência Social, o (a) Sr.(a) **RHAYANE GABRYELE CAMPANIN DE OLIVEIRA,** RG n°23370904 - SSP/MT, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – PERFIL PSICÓLOGO – 40 h**, conforme ATO de nomeação publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

Várzea Grande – MT, 01 de março de 2019.

RHAYANE GABRYELE CAMPANIN DE OLIVEIRA

Compromissado (a)

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretária Municipal de Assistência Social

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Assistência Social, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e da Srª. Flávia Luiza Coelho de Lannes, Secretária Municipal de Assistência Social, o (a) Sr.(a) **BRUNO CESAR MORAIS DA SILVA,** RG n°11964430 - SSP/MT, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **AGENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL– PERFIL MOTORISTA– 40h**, conforme ATO de nomeação datado do dia 28 de janeiro e publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

Várzea Grande – MT, 01 de março de 2019.

BRUNO CESAR MORAIS DA SILVA

Compromissado (a)

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretária Municipal de Assistência Social

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Assistência Social, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e da Srª. Flávia Luiza Coelho de Lannes, Secretária Municipal de Assistência Social, o (a) Sr.(a) **JOÃO PAULO SANTOS CERQUEIRA,** RG n°2343636-0 - SSP/MT, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **AGENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – PERFIL AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – 40h**, conforme ATO de nomeação datado do dia 28 de janeiro e publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

Várzea Grande – MT, 01 de março de 2019.

JOÃO PAULO SANTOS CERQUEIRA

Compromissado (a)

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretária Municipal de Assistência Social

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Assistência Social, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e da Srª. Flávia Luiza Coelho de Lannes, Secretária Municipal de Assistência Social, o (a) Sr.(a) **VICTOR HUGO DIAS DO CARMO,** RG n°2143371-2 - SSP/MT, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **AGENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL– PERFIL AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – 40 h**, conforme ATO de nomeação datado do dia 28 de janeiro e publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

Várzea Grande – MT, 01 de março de 2019.

VICTOR HUGO DIAS DO CARMO

Compromissado (a)

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretária Municipal de Assistência Social

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Assistência Social, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e da Srª. Flávia Luiza Coelho de Lannes, Secretária Municipal de Assistência Social, o (a) Sr.(a) **CAMILA OLIVEIRA LIMA E SILVA,** RG n°1891742-9 - SSP/MT, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – PERFIL PSICÓLOGO – 40h**, conforme ATO de nomeação datado do dia 28 de janeiro e publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

Várzea Grande – MT, 01 de março de 2019.

CAMILA OLIVEIRA LIMA E SILVA

Compromissado (a)

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretária Municipal de Assistência Social

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Assistência Social, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e da Srª. Flávia Luiza Coelho de Lannes, Secretária Municipal de Assistência Social, o (a) Sr.(a) **FABIANA ALMEIDA GONÇALVES,** RG n°15222632 - SSP/MT, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – PERFIL ASSISTENTE SOCIAL– 30h**, conforme ATO de nomeação datado do dia 28 de janeiro e publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

Várzea Grande – MT, 01 de março de 2019.

FABIANA ALMEIDA GONÇALVES

Compromissado (a)

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretária Municipal de Assistência Social

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Aos décimo quarto dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Breno Gomes, Secretário Municipal, o(a) Sr.(a) MARINILSO SAMPAIO RG n° 906794 - SSP/MT, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **AGENTE DE APOIO AO SERVIÇOS EXTERNOS – PERFIL GARI – 40 h**, conforme ATO de nomeação publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

MARINILSO SAMPAIO

Compromissado (a)

BRENO GOMES

Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº393/2019

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta da Lei 3.506/2010 e Leis Complementares nº 3.507/2010; 3.624/2011; 3.628/2011 e 4.293/2017, que “dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências”:

RESOLVE:

Enquadrar a servidora da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, Secretaria Municipal de Saúde, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, respectivamente, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NÍVEL ELEMENTAR

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	C/H.	CLAS/ NÍVEL
AVANIL MARIA DE CAMPOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AGENTE DE APOIO DOS SERVIÇOS DO SUS	05.09.1988	30H	**D -10**

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros a partir **de 01.04.2019.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande -MT, **11 de abril de 2019.**

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº394/2019

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta da Lei Complementar nº 4.014/2014 e 4.293/2017, que “dispõem sobre a Carreira dos Profissionais de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências”:

RESOLVE:

Enquadrar a servidora da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, Secretaria Municipal de Administração que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, respectivamente, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NÍVEL ELEMENTAR

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	C/H.	CLAS/ NÍVEL
GONÇALINA SERAFINA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AUX. DE DESENVOLVIMENTO EC. E SOCIAL	05.09.1988	30H	D – 10

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros a partir **de 01.04.2019.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, **11 de abril de 2019.**

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

ATO N° 241/2019

A Prefeita Municipal de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a realização do Concurso Público Municipal para o preenchimento de cargos de provimento efetivo, conforme Edital de Abertura do Concurso Público nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS e do Edital de Homologação do resultado final do Concurso Público, de 02 de abril de 2018, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – MT,

RESOLVE:

Art. 1° - Tornar sem efeito a nomeação apenas do candidato abaixo relacionado nomeado através do Ato n° 188/2019, para o cargo de provimento efetivo para o qual foram aprovados:

CARGO: AGENTE DE SAÚDE MUNICIPAL

PERFIL: AGENTE ADMINISTRATIVO-PCD

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: RESERVADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
6	29106	LÚCIO FONSECA MOREIRA	18114873 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: AGENTE DE SAÚDE MUNICIPAL

PERFIL: AGENTE ADMINISTRATIVO

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
48	22645	NILSE GOSSLER	936387 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: AGENTE TÉCNICO DO SUS

PERFIL: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
69	49761	OSMAR RAMOS PACHECO	732096 - SSP/MT	APROVADO
70	60871	MARA ALINE ZORZI DE MELO	20109016 - SSP/MT	APROVADO
71	30417	LUAN GEOVANI MOREIRA CARVALHO	7067639 - PC/PA	APROVADO

CARGO: AGENTE TÉCNICO DO SUS

PERFIL: TÉCNICO EM LABORATÓRIO

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
14	382	SIDINEI CELESTINO DA SILVA	16177673 - SSP/MT/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: CLÍNICO GERAL

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
78	26712	VANESSA MARIANO	18588247 - SSP/MT	CLASSIFICADO
80	47854	FERNANDO HENRIQUE BARANHUK RABELLO DE MELLO	15850927 - SSP/MT	CLASSIFICADO
81	5276	JULIANA MARTINS DE ALMEIDA SILVA	13188100 - SSP/MT	CLASSIFICADO
84	46948	RENATO MARCIO SOUZA BONAFIM	25833405 - SSP/MT	CLASSIFICADO
85	43932	GUILHERME BUOGO GATTAS	13720830 - SSPMT/MT	CLASSIFICADO

87	33897	CICIANNI BERNARDO VIANA	16995805 - SS/MT	CLASSIFICADO
90	24419	DANIELLE DA SILVA NETO	2194848-8 - SSP/MT	CLASSIFICADO
91	50009	JULIA TEOFILO PIGNATI	21266662 - SSP/MT	CLASSIFICADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: DERMATOLOGISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
4	29705	CAMILA DE ARAUJO VIEIRA	4717964 - SSPGO /GO	CLASSIFICADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: GINECOLOGISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
4	34548	BRUNA FAGUNDES TEIXEIRA RACHID JAUDY	3042481-0 - SSP/MT	CLASSIFICADO
5	28111	EDVALDO AMORIM DE SOUSA	186889 - SSP/AC	CLASSIFICADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: PSIQUIATRA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
11	29330	MARCO AURELIO DE OLIVEIRA MENDONÇA	27251330 - SSP/MT	CLASSIFICADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO DO SUS

PERFIL: ENFERMEIRO

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
113	54290	LEIDIANE CLÉYA PEREIRA BORGES	20097751 - SSP/MT	CLASSIFICADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO DO SUS

PERFIL: ENGENHEIRO SANITARISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
2	17436	VINÍCIUS DOS SANTOS GUIM	21244766 - SSP/MT	CLASSIFICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **BRUNA FAGUNDES TEIXEIRA RACHID JAUDY, RG n° 3042481-0 - SSP/MT** aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Médico – Perfil Ginecologista,** em 04°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 06/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/02/2019 a 08/03/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **BRUNA FAGUNDES TEIXEIRA RACHID JAUDY** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) BRUNA FAGUNDES TEIXEIRA RACHID JAUDY, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **CAMILA DE ARAUJO VIEIRA, RG n° 4717964 - SSP-GO /GO** aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Médico – Perfil Dermatologista,** em 04°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 06/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/02/2019 a 08/03/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **CAMILA DE ARAUJO VIEIRA** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) CAMILA DE ARAUJO VIEIRA, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. 09/2019 - MENOR PREÇO POR LOTE/EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Processo n.587341/2019.Objeto: Seleção e contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços de Reforma em 02 (duas) Praças Municipais, onde a empresa ganhadora deverá ser responsável no fornecimento de materiais e mão de obra, para atender da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, de acordo com as especificações descritas neste termo e seus anexos. A realização está prevista para o **dia 07 de maio de 2019, às 08h30min** (horário local). O Edital completo está à disposição dos interessados na Superintendência de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, a ser disponibilizado através de mídia digital ou outro dispositivo que permita a gravação de arquivos ou gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT,

16 de abril de 2019. **Breno Gomes -** Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana.

AVISO DE LICITAÇÃOTOMADA DE PREÇOS N. 06/2019 - MENOR PREÇO/EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Processo n.585385/2019.Objeto: Seleção e contratação de empresa de engenharia para execução da obra de Reforma da EMEB "Gonçalo Domingos de Campos" (CAIC), localizado na Rua Pirapora, S/n°, Bairro: Jardim Alá no Município de Várzea Grande/MT, atendendo aos critérios do padrão SMECEL/VG, com intervenção em área aproximada de 4.200,00m², contemplando os serviços pintura interna e externa, revestimento cerâmico, instalações hidráulicas e elétricas, reforma da quadra poliesportiva e pintura de esquadrias metálicas, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, de acordo com as especificações descritas neste termo e seus anexos. A realização está prevista para o **dia 08 de maio de 2019, às 14h30min** (horário local). O Edital completo está à disposição dos interessados na Superintendência de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, a ser disponibilizado através de mídia digital ou outro dispositivo que permita a gravação de arquivos ou gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 16 de abril de 2019. **Silvio Aparecido Fidelis -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. 07/2019 - MENOR PREÇO/EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Processo n.585321/2019.Objeto: seleção e contratação de empresa de engenharia para execução da obra Construção de uma Escola Municipal de Educação Básica denominada "David Mayer'', localizada na Rua Principal, S/N Bairro São Simão, no Município de Várzea Grande/Mato Grosso, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, de acordo com as especificações descritas neste termo e seus anexos. A realização está prevista para o **dia 09 de maio de 2019, às 08h30min** (horário local). O Edital completo está à disposição dos interessados na Superintendência de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, a ser disponibilizado através de mídia digital ou outro dispositivo que permita a gravação de arquivos ou gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 16 de abril de 2019. **Silvio Aparecido Fidelis -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2019

Processo nº 569209/2019.Objeto:Contratação de locação de imóvel urbano comercial, destinado único e exclusivamente para alojar a**Unidade de SaúdeCAPsi – Infanto-Juvenil** do Município Várzea Grande-MT, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses. Em nome de **EDGAR SANTANA DE OLIVEIRA** – CPF: 327.391.501-30, com o valor do aluguel mensal, a ser pago pelo Locatário será de **R$ 3.700,00** (três mil e setecentos reais), importando assim, o valor global de **R$ 88.800,00** (Oitenta e oito mil e oitocentos reais), o prazo de vigência do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, tendo início na data da assinatura do contrato e respectiva publicação**.**O presente documento está disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br, Várzea Grande-MT, 11 de abril de 2019. **DIÓGENES MARCONDES -** Secretário Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 392/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 586947/2019,

RESOLVE:

Conceder á servidora **ANECY BENEDITA QUEIROZ DA SILVA,** matrícula 82244, exercendo o cargo de Técnico de Suporte Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, **02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar a partir de **02/04/2019 a 02/04/2021.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 02 de abril de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 08 de abril de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **VINÍCIUS DOS SANTOS GUIM, RG n° 21244766 - SSP/MT** aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Médico – Perfil Clínico Geral,** em 02°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 06/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/02/2019 a 08/03/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **VINÍCIUS DOS SANTOS GUIM** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) VINÍCIUS DOS SANTOS GUIM, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N. 145/2019.

"NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **CLÁUDIA MARIA URTADO**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade sob o RG: 1058355-6 SSP/MT e do CPF 570.545.251-91, residente e domiciliada neste Município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Diretora Regional de Saúde da Comunidade de Santa Clara do Monte Cristo**, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO – AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 032/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT

RETIFICAÇÃO – AO EDITAL DO **PREGÃO PRESENCIAL N.º 032/2019**

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, torna público a **RETIFICAÇÃO** da publicação do Julgamento do Edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 032/2019**.

RETIFICA:

ONDE SE LÊ:

COMPLEMENTO DO ANEXO - I

Item	Código	Unid	Especificação	Quantidade	Marca Oferecida	Preço Unitário	Preço Total
1	22200027	Un	Retroescavadeira nova ano/modelo 2018/2019, peso operacional mínimo de 7000 kg, tração 4x4, motor diesel 04 cilindros com potência mínima de 75hp, transmissão sincronizada do tipo "Power Shuttle" com 4 marchas à frente e 4 marchas para ré, equipada com cabine rops e fops fechada com ar condicionado, bomba de pistões com deslocamento variável e/ ou sensível à carga ou bomba de engrenagem, caçamba frontal com capacidade mínima de 30" com dentes parafusados, com lança e braço em perfil curvo ou lança e braço em perfil reto, caçamba traseira com dentes e capacidade mínima de 0,20m³, banco do operador ajustável e cinto de segurança, pneus dianteiros novos 12,5/80 mínimo 10 lonas e traseiros novos 19,5X24 com no mínimo 10 lonas, garantia mínima e assistência técnica de 12 (doze) meses sem limite de horas. (02-22-00027) **Obs: As especificações do equipamento deverão ser iguais ou superiores as acima descritas.**	**2,00**			

LEIA-SE:

COMPLEMENTO DO ANEXO - I

Item	Código	Unid	Especificação	Quantidade	Marca Oferecida	Preço Unitário	Preço Total
1	02-22-00027	un	Retroescavadeira nova ano/modelo 2018/2019, peso operacional mínimo de 7000 kg, tração 4x4, motor diesel 04 cilindros com potência mínima de 75hp, transmissão sincronizada do tipo "Power Shuttle" com 4 marchas à frente e 4 marchas para ré, equipada com cabine rops e fops fechada com ar condicionado, bomba de pistões com deslocamento variável e/ou sensível à carga ou bomba de engrenagem, **caçamba frontal com capacidade mínima de 1,0 M³** com dentes parafusados, com lança e braço em perfil curvo ou lança e braço em perfil reto, caçamba traseira com dentes e capacidade mínima de 0,20m³, banco do operador ajustável e cinto de segurança, pneus dianteiros novos 12,5/80 mínimo 10 lonas e traseiros novos 19,5X24 com no mínimo 10 lonas, garantia mínima e assistência técnica de 12 (doze) meses sem limite de horas. (02-22-00027) **Obs: As especificações do equipamento deverão ser iguais ou superiores as acima descritas.**	**1,00**			

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 16 de abril de 2019.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

PREGOEIRO OFICIAL

PORTARIA N. 144/2019

"DEVOLVE PARA SEU CARGO DE ORIGEM E CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

***WAGNER VICENTE DA SILVEIRA*, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Devolver ao seu cargo de origem de Técnico de Enfermagem o servidor efetivo, **MARCIO ROBERTO MEDINA,** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no Distrito de Santa Clara do Monte Cristo, município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade n. 10.741.712 SSP/MT, CPF n. 630.231.301-59, a contar desta data.

Art. 2º - Conceder ao servidor Sr. **MARCIO ROBERTO MEDINA,** efetivo no cargo de Técnico de Enfermagem, **GRATIFICAÇÃO** de **30%** (trinta por cento) sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99.

Art. 3º. A gratificação concedida no art. 2º da presente Portaria tem o caráter indenizatório para que, além das funções inerentes ao cargo ocupado pelo servidor, se responsabilize pela verificação regular da temperatura e outros serviços da sala de vacina nos finais de semana, bem como realize serviços de imunização e atendimentos fora do horário de funcionamento da unidade.

Art. 4º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário do servidor voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. O servidor designado só fará jus a remuneração da função Gratificada sendo assíduo ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO – AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 033/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT

RETIFICAÇÃO – AO EDITAL DO **PREGÃO PRESENCIAL N.º 033/2019**

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, torna público a **RETIFICAÇÃO** da publicação do Julgamento do Edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 033/2019**.

RETIFICA:

ONDE SE LÊ:

COMPLEMENTO DO ANEXO - I

Item	Código	Unid	Especificação	Quantidade	Marca Oferecida	Preço Unitário	Preço Total
1	22200026	Un	Pá Carregadeira de pneus (0) zero hora, modelo do ano 2018/2019, tração 4x4, motor a diesel Turbo, potência igual ou superior a 128 HP, peso operacional mínimo de 9.800 Kg, cabine fechada ROPS e com ar condicionado, direção hidráulica sensível a carga, alarme de ré sonoro, retrovisores, horímetro, cinto de segurança, luzes de trabalho, sistema de tração nas quatro rodas**, transmissão de 4 velocidades a frente e 4 velocidades a ré,** caçamba com capacidade mínima de 2,00 m3, faróis dianteiros e traseiros, alternador de 95A, partida elétrica de 24 V, posicionamento e levantamento automático de caçamba, pneus medindo no mínimo 17,5 X25 - 12 PR L3, reservatório de combustível com capacidade igual ou superior a 175,0 Litros. (02-22-00026) **Obs: As especificações do equipamento deverão ser iguais ou superiores as acima descritas.**	**1,00**			

LEIA-SE:

COMPLEMENTO DO ANEXO - I

Item	Código	Unid	Especificação	Quantidade	Marca Oferecida	Preço Unitário	Preço Total
1	02-22-00026	un	Pá Carregadeira de pneus (0) zero hora, modelo do ano 2018/2019, tração 4x4, motor a diesel Turbo, potência igual ou superior a 128 HP, peso operacional mínimo de 9.800 Kg, cabine fechada ROPS e com ar condicionado, direção hidráulica sensível a carga, alarme de ré sonoro, retrovisores, horímetro, cinto de segurança, luzes de trabalho, sistema de tração nas quatro rodas**, transmissão de 4 velocidades a frente e 4 velocidades a ré,** caçamba com capacidade mínima de 2,00 m3, faróis dianteiros e traseiros, **alternador com potência igual ou superior a 60A**, partida elétrica de 24 V, posicionamento e levantamento automático de caçamba, pneus medindo no mínimo 17,5 X25 - 12 PR L3, **reservatório de combustível com capacidade igual ou superior a 170 Litros**. (02-22-00026) **Obs: As especificações do equipamento deverão ser iguais ou superiores as acima descritas.**	**1,00**			

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 16 de abril de 2019.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

PREGOEIRO OFICIAL

PORTARIA N.147/2019

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, **Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município; e considerando o requerimento, protocolado em 15 de abril de 2019.**

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **JANETE PROFETA DOS SANTOS,** portadora da Cédula de Identidade nº 18027407 SSP/MT e CPF nº 915. 550.431-00**,** Pedagoga, lotada na Secretaria Municipal de "Educação", **Licença-Prêmio,** por um período de **três meses** Consecutivos, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, o servidor beneficiário deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o artigo anterior corresponde ao período aquisitivo de **01/04/2013 a 01/04/2018** tendo início em **19/04/2019** e término em **18/07/2019.**

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PORTARIA N.146/2019

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor **CLAYSON KENIDY FERREIRA DE SOUZA**,lotado na Secretaria Municipal de "Infra Estrutura e Serviços Públicos", portador do RG n. 1879885-3 – SSP/MT e CPF n. 035.536.591-06, efetivo no cargo de Agente Administrativo, **GRATIFICAÇÃO** de 3**0%** (trinta por cento) sobre seu vencimento, a contar desta data, nos termos que dispõe no Art. 3º, Inciso II - Anexo IV, da lei Municipal 558/99.

Parágrafo único – A gratificação que trata este artigo é feita em caráter temporário, até ulterior deliberação da Administração Municipal, sem prejuízo dos vencimentos e eventuais vantagens a que faz jus o referido servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO – AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT

RETIFICAÇÃO – AO EDITAL DO **PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2019**

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, torna público a **RETIFICAÇÃO** da publicação do Julgamento do Edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 034/2019**.

RETIFICA:

ONDE SE LÊ:

COMPLEMENTO DO ANEXO - I

Item	Código	Unid	Especificação	Quantidade	Marca Oferecida	Preço Unitário	Preço Total
2	22200025	Un	Pá Carregadeira de pneus (0) zero hora, modelo do ano 2018/2019, tração 4x4, motor a diesel Turbo, potência igual ou superior a 130 HP, peso operacional mínimo de 10.500 Kg, cabine fechada ROPS e com ar condicionado, direção hidráulica sensível a carga, alarme de ré sonoro, retrovisores, horímetro, cinto de segurança, luzes de trabalho, sistema de tração nas quatro rodas, **transmissão de 4 velocidades a frente e 4 velocidades a ré**, caçamba com capacidade mínima de 2,00 m3, faróis dianteiros e traseiros, alternador de 95A, partida elétrica de 24 V, posicionamento e levantamento automático de caçamba, pneus medindo no mínimo 17,5 X25 - 12 PR L3, reservatório de combustível com capacidade igual ou superior a 175,0 Litros. (02-22-00025) **Obs: As especificações do equipamento deverão ser iguais ou superiores as acima descritas.**	**1,00**			

LEIA-SE:

COMPLEMENTO DO ANEXO - I

Item	Código	Unid	Especificação	Quantidade	Marca Oferecida	Preço Unitário	Preço Total
2	02-22-00025	un	Pá Carregadeira de pneus (0) zero hora, modelo do ano 2018/2019, tração 4x4, motor a diesel Turbo, potência igual ou superior a 130 HP, peso operacional mínimo de 10.500 Kg, cabine fechada ROPS e com ar condicionado, direção hidráulica sensível a carga, alarme de ré sonoro, retrovisores, horímetro, cinto de segurança, luzes de trabalho, sistema de tração nas quatro rodas, **transmissão de 4 velocidades a frente e 4 velocidades a ré,** caçamba com capacidade mínima de 2,00 m3, faróis dianteiros e traseiros, **alternador com potência igual ou superior a 60A**, partida elétrica de 24 V, posicionamento e levantamento automático de caçamba, pneus medindo no mínimo 17,5 X25 - 12 PR L3, **reservatório de combustível com capacidade igual ou superior a 170 Litros**. (02-22-00025) **Obs: As especificações do equipamento deverão ser iguais ou superiores as acima descritas.**	**1,00**			

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 16 de abril de 2019.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

PREGOEIRO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

DECRETO Nº 040/2019 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DOS SALDOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO DE 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILA RICA, no Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, e com base no artigo 36 da Lei Federal nº 4320/64, artigos 42 e 43 da Lei Complementar n º 101/2000 e dos artigos 67 a 70 do Decreto nº 93.872/86;

CONSIDERANDO que a União em seu Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, dispõem sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências, estabelece no seu artigo 70, que: *"Art. 70. Prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar Processados*" e no "*Art. 68, estabelece o cancelamento de Restos a Pagar Não Processados até 31 de dezembro do exercício seguinte*":

CONSIDERANDO a necessidade do fiel cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar 101/2000, especificamente no que diz respeito ao equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas;

CONSIDERANDO que é fundamental que os demonstrativos contábeis informem saldos reais de dívidas flutuantes, extirpando aquela registrada indevidamente;

CONSIDERANDO, a necessidade do Poder Executivo Municipal em aprovar por meio de decreto o cancelamento de restos a pagar prescritos conforme exposto nos considerados anteriores;

DECRETA:

Art. 1º - Os órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo Municipal, constantes do Orçamento Fiscal deverão cancelar, integralmente, os ***Restos a Pagar Não Processados inscrito em 2018*** referentes aos saldos não utilizados pelo município, constantes do anexo a este ato normativo, que não tiverem sido pagos até aquela data.

§ 1º O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência das anulações estabelecidas, cujas despesas tenham sido liquidadas ou realizadas serão atendidos à conta de dotação orçamentária constante da lei orçamentária anual ou de créditos adicionais abertos no exercício em que se der a reclamação.

Art. 2º - Fica cancelado o saldo do Empenho inscrito em ***Restos a Pagar Não Processados no exercício de 2018***, no valor de *R$ 22.000,00 (Vinte e Dois Mil Reais).*

Art. 3º - Fica fazendo parte integrante deste Decreto, o **anexo único** no qual discriminam os saldos dos Restos a Pagar Não Processado no exercício de 2018.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de abril de 2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

EXERCÌCIO 2018.

Data	Empenho	Fonte de Recurso	Credor	Saldo R$
17/10/2018	7460/2018	0001	Hitachi Kokusai Linear Equip. Eletrônicos S/A	22.000,00
			TOTAL	**22.000,00**

Vila Rica - MT, 16 de abril de 2018.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 006/2019: PARA LIMPEZA DE LOTES E TERRENOS BALDIOS NO MUNICÍPIO DE VILA RICA, INCLUINDO CONSTRUÇÕES E CASAS ABANDONADAS.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS – Lei nº 1.372/2016

OBJETO: Limpeza de terrenos baldios conforme estabelecido em Lei.

RESPONSÁVEL PELA INTIMAÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA – MT

FINALIDADE E DESCRIÇÃO DOS FATOS: INTIMAR, o proprietário do imóvel conforme relacionado que no prazo de 10 (dias), contados da publicação deste, a proceder à limpeza, capina e à retirada de entulhos e do lixo, bem como a fazer, no seu terreno, o escoamento de águas estagnadas e outros serviços necessários ao asseio e à higiene, de forma a não molestar a vizinhança não comprometendo a saúde e a higiene pública.

SITUAÇÃO DO INTIMADO: Caso o (a) Senhor(a) não seja mais proprietário/possuidor do imóvel, comprovar a solicitação de regularização cadastral, comunicando a situação por meio de documento legalmente constituído para providências de transferência de propriedade do referido imóvel urbano.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O não cumprimento das exigências no prazo estipulado, a Prefeitura fará a limpeza e cobrará o valor de 04 (quatro) UFVR's, por limpeza, ficando estabelecido o mesmo valor por lixo ou entulhos, a quem lança-los em terrenos baldios, próprios e de terceiros, calçadas ou vias públicas deste município.

INTIMADOS para cumprimento do presente conforme relação anexa.

Total: 28 *(vinte e oito imóveis)* localizados nos bairros SETOR OESTE e SETOR SUL.

Consideram-se comunicados os interessados através deste Edital Publicado no Mural da Prefeitura Municipal e demais veículos de comunicação cabíveis.

Vila Rica – MT, 15 de fevereiro de 2019.

_____

Abmael Borges da Silveira

Prefeito

_____ _____

Rui Barbosa Melo de Barros Davi Ap. O. Moreira

Secretario de Finanças Diretor de Tributação

ESTADO DO MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA LIMPEZA DE LOTES E TERRENOS BALDIOS NO MUNICÍPIO DE VILA RICA, INCLUINDO CONSTRUÇÕES E CASAS ABANDONADAS.

RELAÇÃO DE IMÓVEIS: BAIRROS BELA VISTA E SETOR NORTE.

PROPREITÁRIO	QUADRA	LOTE	BAIRRO E ENDEREÇO
LUIZ HUMBERTO SANTOS	51	20	AV SENADOR JONAS PINHEIRO DA SILVA Setor oeste
LUIZ HUMBERTO SANTOS	51	20	AV SENADOR JONAS PINHEIRO DA SILVA Setor oeste
JOACIR SIMOES FERREIRA	51	04	AV 04 S. OESTE
ANTONIO VALDECIR DA SILVA	16	34	AV PERIMETRAL LESTE SUL setor sul
LUCIO ANTONIO PEREIRA DE REZENDE	50	01	RUA 16 S. OESTE
LUCIO ANTONIO PEREIRA DE REZENDE	50	02	RUA 16 S. OESTE

ANDERSON HENRIQUE WALLAUER ROSA	51	03	AV 04 S. OESTE
JOACIR SIMOES FERREIRA	51	04	AV 04 S. OESTE
KAMILLA COSTA DA MOTA SOARES	51	12	RUA 06 S. OESTE
KAMILLA COSTA DA MOTA SOARES	51	11	AV SENADOR JONAS PINHEIRO DA SILVA Setor oeste
KAMILLA COSTA DA MOTA SOARES	51	10	RUA 06 S. OESTE
KAMILLA COSTA DA MOTA SOARES	51	09	AV SENADOR JONAS PINHEIRO DA SILVA Setor oeste
HOZANA JANUARIA DA SILVA	51	02	AV 04 S. OESTE
EDELENE ATAIDES DE OLIVEIRA - ME	51	17	AV SENADOR JONAS PINHEIRO DA SILVA Setor oeste
VALCIR PELIN	50	19	AV 01 S. OESTE
FRANCIELE TEREZINHA BRUTSCHER	50	16	RUA 06 S. OESTE
FRANCIELE TEREZINHA BRUTSCHER	50	15	AV SENADOR JONAS PINHEIRO DA SILVA Setor oeste
FRANCIELE TEREZINHA BRUTSCHER	50	14	AV SENADOR JONAS PINHEIRO DA SILVA SETOR OESTE
FRANCIELE TEREZINHA BRUTSCHER	50	13	AV SENADOR JONAS PINHEIRO DA SILVA SETOR OESTE
FRANCIELE TEREZINHA BRUTSCHER	50	12	RUA 06 S. OESTE
FRANCIELE TEREZINHA BRUTSCHER	50	11	AV SENADOR JONAS PINHEIRO DA SILVA
FRANCIELE TEREZINHA BRUTSCHER	50	10	RUA 06 S. OESTE
FRANCIELE TEREZINHA BRUTSCHER	50	09	AV SENADOR JONAS PINHEIRO DA SILVA Setor oeste
FRANCIELE TEREZINHA BRUTSCHER	50	21	AV 01 S. OESTE
FRANCIELE TEREZINHA BRUTSCHER	50	18	RUA 06 S. OESTE
FRANCIELE TEREZINHA BRUTSCHER	50	04	RUA 16 S. OESTE
FRANCIELE TEREZINHA BRUTSCHER	50	22	AV 01 S. OESTE
FRANCIELE TEREZINHA BRUTSCHER	50	20	AV 01 S. OESTE
FRANCIELE TEREZINHA BRUTSCHER	50	03	RUA 16 S. OESTE

DECRETO Nº 39/2019

HOMOLOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 030/2019, VERSÃO 01, QUE RECOMENDA PROCEDIMENTOS DE PESQUISA DE PREÇOS REFERENCIAIS PARA COMPRAS PÚBLICAS.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, *Prefeito Municipal de Vila Rica*, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e objetivando a operacionalização de todos os Setores da Prefeitura Municipal de Vila Rica - MT**,**

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica homologada a Instrução Normativa **Nº 030/2019,** de 15/04/2019,Versão 01, que Recomenda Procedimentos de Pesquisa de Preços Referenciais para compras públicas**.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

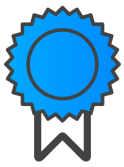
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito em 15 de Abril de 2019.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Apr 16 22:31:49 UTC 2019
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)